

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA  
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE CERRADO:  
a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG)

KELLY CRISTINE FERNANDES DE OLIVEIRA BESSA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para fins de obtenção do título de doutor.

Orientador: Professor Doutor Roberto Lobato Azevedo Corrêa

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
RIO DE JANEIRO

2007

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

B557c Bessa, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira, 1970-

Convergências e divergências da urbanização em áreas de cerrado : a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG) / Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa. - 2007.  
376 f. : il.

Orientador : Roberto Lobato Azevedo Corrêa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia Urbana - Triângulo Mineiro (MG) - Teses. I. Corrêa, Roberto Lobato Azevedo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.375(815.12\*TRIANG)

---

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Fotos da capa e entre partes: Disponíveis em: [www.uberaba.com.br](http://www.uberaba.com.br); [www.uberlândia.mg.gov.br](http://www.uberlândia.mg.gov.br);  
[www.vide.org.br/uberlandia/fotos-uberlandia](http://www.vide.org.br/uberlandia/fotos-uberlandia). Acesso em: 2006.

# BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Roberto Lobato Azevedo Corrêa - UFRJ

---

Professor Doutor Julio Cesar de Lima Ramires - UFU

---

Professor Doutor Miguel Ângelo Campos Ribeiro - UERJ

---

Professora Doutora Gisela Aquino Pires do Rio - UFRJ

---

Professor Doutor Frédéric Monié - UFRJ

Rio de Janeiro, maio de 2007.

*À minha mãe, Silvia, ao meu pai, Gilvander,  
e ao meu sobrinho, Heitor, que veio renovar nossas utopias.  
A eles dedico esta tese com a mais pura gratidão.*

# AGRADECIMENTOS

Ao professor Roberto Lobato Azevedo Corrêa, a quem sou muito grata pela valiosa orientação e pela instigante convivência acadêmica. A atitude desse geógrafo é um parâmetro.

Aos professores Maria Célia Coelho Neto e Marcelo Lopes de Souza, cujas contribuições, sugestões e críticas foram estimulantes quando da defesa do projeto de qualificação. Aos professores que, na sala de aula, contribuíram de modo decisivo para minha formação acadêmica e cidadã, especialmente Lia Osório Machado, Ana Clara Ribeiro Torres e Paulo César da Costa Gomes.

Aos amigos do doutorado, Patrícia, Rafael, Pedro, Dimas, Elis, Adriany, Renata, Amália, Luiz Carlos, Leonardo, Margarida e Mônica, pelos momentos compartilhados nesta caminhada, que muito contribuíram para um maior amadurecimento das reflexões aqui apresentadas, bem como pelo excelente convívio no Rio de Janeiro, esta cidade maravilhosa.

Aos amigos, Celso e Georges, pelo auxílio paciente na elaboração e na digitalização dos mapeamentos. À Ione, pela revisão cuidadosa da redação final. À Jeanne, que me auxiliou na elaboração do abstract. Aos amigos do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, que me dedicaram manifestações de carinho e estímulo, principalmente Michely, que me auxiliou em algumas etapas do trabalho. À Roberta e à Daise, que muito me auxiliaram na coleta das informações em Uberaba.

A todos aqueles que se propuseram a responder às perguntas e se dispuseram a auxiliar na coleta dos dados e no fornecimento de informações. A pesquisa de campo teria sido impossível de ser realizada sem essa valorosa colaboração.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que proporcionou as condições para a realização deste trabalho acadêmico. Às secretárias, Ildione e Nildete, bem como aos servidores da Biblioteca, Luiza e Pedro, que me auxiliaram durante o percurso.

Expresso também meus agradecimentos ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, que abriu mão do meu trabalho diário, para que eu pudesse dedicar-me inteiramente ao doutorado. Assim como às companheiras da Divisão de Capacitação de Pessoal, especialmente Eunice e Marilda. À Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia. À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes, pelo auxílio com a bolsa de doutorado.

À minha família, cuja atitude confiante e carinhosa foi estimulante e um alento para alma. A compreensão e o incentivo de meus pais e o trabalho atencioso de minha irmã, Menissa, foram inestimáveis.

A bem da verdade é mais amplo o círculo de pessoas a quem devo reservar agradecimentos. O fato de não terem seus nomes aqui citados, visto que a lista seria grande, não diminui a importância do auxílio prestado e nem a minha gratidão. A todos os que favoreceram a realização deste trabalho sou profundamente grata.

A todos, expresso meus mais sinceros agradecimentos...

## RESUMO

A construção da problemática desta tese aponta, primeiramente, para o objeto real, concreto, cujo ponto de referência é a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, que se impõe como marco significativo das mudanças no padrão espacial da rede urbana no Triângulo Mineiro, caracterizadas por uma dialética entre processos de convergência e de divergência. Em seguida, o problema exige avanços para além das percepções do objeto empírico, visto que, para o entendimento desses processos, lança-se mão de articulações teóricas que correlacionam convergência e divergência, espaço e diferença, e evolução urbana desigual e diferenciação espacial, para auxiliar a construção de uma metodologia e de uma interpretação geográfica comparada. Para tanto, a questão central orienta-se pela indagação de quais as lógicas presidiram os processos de convergência e de divergência entre Uberaba e Uberlândia? Em outros termos, que racionalidades promoveram, num primeiro momento, a relativa homogeneização e, posteriormente, a re-diferenciação entre os referidos centros, isto levando em consideração os novos papéis e os modos de inserção na rede urbana regional? As noções de convergência e divergência são dados que permitem reinterpretar a constituição do espaço e seu complexo processo de re-atualização e de recriação das diferenças socioespaciais, auxiliando não apenas na compreensão dos fatores deflagrantes, que envolveram a desvalorização da posição relativa de Uberaba e a valorização da posição de Uberlândia, mas, sobretudo, na inteligibilidade de quem aciona e a natureza de tais processos. A natureza convergente foi implementada no contexto de ascensão de uma nova elite, que se contrapôs à tradicional elite uberabense, estabelecendo relações de competição em nível regional; enquanto que a natureza divergente instalou-se quando da consolidação efetiva da elite uberlandense, particularmente pela sua capacidade de adaptação ante as mudanças impostas pelas novas divisões territoriais do trabalho. A síntese dessas discussões está diretamente relacionada com a capacidade dos centros, quer dizer, de suas elites, em gerir os processos socioespaciais, o que inclui o controle dos processos que mantêm ou alteram a organização socioespacial preexistente. As transformações da rede urbana regional expressam a natureza díspar dos interesses das elites locais, das grandes corporações e do Estado, marcadas por situações de equilíbrio instável ou de descontinuidade entre os efeitos convergentes e os efeitos divergentes. Em realidade, a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia é resultado da imbricação entre esses dois processos socioespaciais, mediatizada pelas práticas e formas de atuação dos agentes sociais, econômicos e políticos.

Palavras-chave: rede urbana, convergência e divergência, diferenciação espacial, elites.

# ABSTRACT

The problematic construction of this thesis points, first, to the real object, concrete, whose reference is the re-differentiation between Uberaba and Uberlândia (Triângulo Mineiro Regions - Minas Gerais State - Brazil), an essential mark of the changes in the spatial pattern of the urban network at Triângulo Mineiro. This change is characterized by dialectic between divergence and convergence processes. After that, the problem demands advances beyond the empirical object perceptions because the understanding of these processes needs theoretical meets that correlate convergence and divergence, space and difference, and unequal urban evolution and spatial differentiation for construction of a methodology and an interpretation geographic compared. In such way, the central question is: which the logics had presided over the processes of convergence and divergence between Uberaba and Uberlândia? In other terms, which rationalities had promoted, first, the relative homogenization and, second, the re-differentiation between the related centers, taking in consideration the new functions and the insertion ways in the regional urban network? The convergence and divergence notions are data that make possible to re-interpretation the space constitution and its complex process of re-update and re-creation, as well the social and spatial differences, assisting not only the understanding of the outbreak factors - that had involved the depreciation of the relative position of Uberaba of and the valuation of the Uberlândia position, but in the intelligibility of person who sets in motion those processes and the processes nature. The convergent nature was implemented with the new elite ascension, a social group opposed to the traditional Uberaba elite, establishing relations of competition in regional level. Another side, with consolidation of Uberlândia elite, the divergent nature was installed, particularly for its adaptation capacity in face of the changes imposed by the new territorial division of labor. The synthesis of these discussions is directly related with the centers capacity or capacity of its elites in managing social and spatial processes, what includes the control of the processes that keeps or modify the previous social and spatial organization. The regional urban network transformations express the singular nature of the local elites interests, of the great corporations and of the State, marked for unstable balance situations or discontinuity between the convergent effect and the divergent effect. The re-differentiation between Uberaba and Uberlândia is resulted of the articulation between these two social and spatial processes, with mediation of the practical and the action forms of the social, economic and politicians agents.

Keywords: urban network, divergence and convergence processes, spatial differentiation, elites.

## LISTA DE MAPAS

1- Triângulo Mineiro: hierarquia urbana, 2001 .....	3
2- Triângulo Mineiro: gênese da formação urbana, 1748-1860 .....	87
3- Triângulo Mineiro: principais estradas de rodagens e rede ferroviária, 1955 .....	109
4- Triângulo Mineiro: principais estradas de rodagens e rede ferroviária, 1967 .....	150
5- Triângulo Mineiro: hierarquia urbana, 1960 .....	161
6- Triângulo Mineiro: rede viária principal e rede férrea, 2006 .....	196
7- Uberaba: movimento do aeroporto, mar.2006.....	206
8- Uberlândia: movimento do aeroporto, mar.2006 .....	207
9- CTBC: área de concessão e de expansão, 1997-2006 .....	222
10- Rezende Alimentos (Sadia): estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006.....	239
11- Braspelco: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006.....	242
12- Cargill Agrícola: Estrutura logística da produção, 2006 .....	245
13- Martins: estrutura locacional da distribuição, 2006 .....	251
14- Arcom: estrutura locacional da distribuição, 2006.....	253
15- Peixoto: estrutura locacional da distribuição, 2006.....	256
16- ABCZ: estrutura locacional, 2006.....	260
17- Nova Índia Genética: estrutura locacional da distribuição, 2006.....	264
18- ABS Pecplan: estrutura locacional da distribuição, 2006 .....	265
19- Fosfertil: estrutura locacional da produção, 2006 .....	272
20- Bunge Fertilizantes: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006 ...	274
21- Fertibrás: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006 .....	277
22- Valmont Brasil: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006.....	280
23- Satipel: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006 .....	282
24- DaGranja: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006.....	283
25- Black & Decker: estrutura locacional da produção e da distribuição, 2006.....	286
26- Lojas Mig: estrutura locacional da distribuição, 2006 .....	296
28- Policard e Valecard: estrutura locacional, 2006.....	308
29- Triângulo Mineiro: os espaços das horizontalidades, 2006.....	316

## LISTA DE FIGURAS

1- Esquema interpretativo dos processos de convergência-divergência entre Uberaba e Uberlândia, que resultaram na re-diferenciação e na consequente inversão hierárquica .....	6
2- Relação convergência-divergência na taxa de crescimento segundo Sala-i-Martin (1996) .....	18
3- Relação homogeneização=convergência e diversificação=divergência.....	27
4- Possibilidades de combinação dos processos de convergência e divergência, em um dado contexto espaço-temporal .....	29
5- Estágios de divergência-convergência/convergência-divergência, num contexto de absolutização dos processos .....	31
6- Relação dialética entre os níveis de apreensão de real e os processos de convergência-divergência.....	34
7- Exemplo de operacionalização da matriz matemática e da planície isotrópica, as duas principais formas de representação do espaço nas análises da Geografia Teorético-Quantitativa .....	43
8- Triângulo Mineiro: evolução do desmembramento dos municípios, 1831-1996...	82
9- Brasil Central: intermediação desempenhada por Uberaba na intercessão entre as redes do Rio de Janeiro e de São Paulo, 1860.....	94
10- Uberaba: movimento de carros de boi na Praça Rui Barbosa, 1908 .....	97
11- Uberaba: Estação Férrea, localizada no final da rua Artur Machado, 1910.....	110
12- Brasil Central: rota principal da comercialização de gado, 1915-1930.....	119
13- Uberaba: inauguração da luz elétrica, Praça Rui Barbosa, 1905.....	128
14- Brasil central: intermediação desempenhada por Uberlândia nos circuitos de comercialização de produtos agropecuários e de distribuição de produtos industriais, 1950 .....	135
15- Uberlândia: sede do Banco do Brasil até o final da década de 1950.....	138
16- Uberaba: Aeroporto Santos Dumont, 1957 .....	145
17- Uberlândia: Estação Férrea da Mogiana, década de 1950.....	148
18- Uberlândia: frota de caminhões da Martins na década de 1960, quando da opção pela atividade atacadista .....	191
19- Uberaba: instalações da EADI-Uberaba, 2006.....	198
20- Ferrovia Centro-Atlântica: serviço de trem expresso, com baldeação em Uberlândia, 2006 .....	200
21- Eadi-Uberlândia: instalações para as operações de estocagem e armazenagem, 2005.....	202
22- Malha dutoviária externa principal da Refinaria de Paulínia-Replan, com destaque para o Osbra, 2006.....	208
23- Algar: organograma estrutural da <i>holding</i> , 2006.....	217

24- Uberlândia: unidade industrial da Resende Alimentos (Sadia), 2004.....	238
25- Uberlândia: sede e unidade industrial da Braspelco, 2006.....	241
26- Organização funcional da rede dos atacadistas-distribuidores, 2006.....	248
27- Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição do Martins no Distrito Industrial, 2004.....	249
28- Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição da Arcom no Distrito Industrial, 2004.....	252
29- Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição do Peixoto no Distrito Industrial, 2004.....	255
30- Uberaba: Parque Fernando Costa, sede da ABCZ, do Museu do Zebu e da ExpoZebu, 2006 .....	258
31- Uberaba: sede da Nova Índia Genética, cujos prédios possuem arquitetura indiana, 2006 .....	262
32- Uberaba: sede da Central de Tecnologia da ABS Pecplan, 2006.....	263
33- Uberaba: complexo químico da Fosfértil, 2006 .....	271
34- Uberaba: complexo industrial da Valmont, 2006.....	278
35- Uberaba: instalações da Satipel, 2006.....	281
36- Uberaba: instalações da Black & Decker, 2006 .....	284

## LISTA DE GRÁFICOS

- 1- Uberaba: evolução da receita arrecadada entre 1837-1859 (em Réis) ..... 99
- 2- Triângulo Mineiro: produtos importados pelas principais estações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, 1907 (valores em kg)..... 112
- 3- Triângulo Mineiro: evolução do rebanho bovino em Uberaba e em Uberlândia, 1970-2005 (n. de cabeças)..... 227
- 4- Triângulo Mineiro: evolução do número de estabelecimentos industriais em Uberaba e em Uberlândia, 1970-2005..... 230
- 5- Triângulo Mineiro: valores da arrecadação de ICMS (2005) e do PIB (2003), segundo os setores da economia, em Uberaba e em Uberlândia (em Reais)..... 233

## LISTA DE QUADROS

1- Triângulo Mineiro: data aproximada de fundação dos primeiros arraiais, 1750-1860 .....	80
2- Triângulo Mineiro: instituições financeiras das principais cidades, 1946.....	139
3- Araguari, Uberaba e Uberlândia: conexões regulares dos fluxos rodoviários, ferroviários e aéreos, 1955 .....	145
4- Triângulo Mineiro: usinas hidrelétricas instaladas, 2000.....	212
5- Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos (unidades locais) do setor terciário em Uberaba e Uberlândia, 2003 .....	232
6- Uberlândia: principais agroindústrias processadoras de produtos agropecuários, 2006.....	237
7- Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos de prestação de serviços de saúde em Uberaba e Uberlândia, 2005 .....	297
8- Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos de prestação de serviços de educação em Uberaba e Uberlândia, 2005 .....	300

## LISTA DE TABELAS

1- Triângulo Mineiro: movimento de mercadorias pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, 1890-1920 .....	114
2- Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais e comerciais de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1920 .....	126
3- Triângulo Mineiro: infra-estrutura urbana de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1920 .....	129
4- Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais e comerciais de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1940 .....	134
5- Triângulo Mineiro: valor da produção industrial, 1940 .....	138
6- Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais, comerciais e bancários de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1955 .....	142
7- Minas Gerais: participação do Triângulo Mineiro na produção agrícola, segundo culturas selecionadas, 1975-1988 (ton.) .....	182
8- Triângulo Mineiro: principais produtos agropecuários das microrregiões de Uberaba e Uberlândia, 1975 .....	182
9- Minas Gerais: distribuição, segundo as regiões, dos projetos com assistência do INDI e apoio técnico-financeiro do BDMG, 1980 .....	184
10- Triângulo e Alto Paranaíba: distribuição, segundo os municípios, dos projetos com assistência do INDI e apoio técnico-financeiro do BDMG, 1983 .....	184
11- Uberaba e Uberlândia: número de estabelecimentos industriais, 1970 .....	186
12- Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e da transformação industrial nos principais centros urbanos, 1970-1980 .....	186
13- Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor das vendas no comércio dos principais centros urbanos, 1975 .....	190
14- Eadi-Uberaba: movimentação de importação e exportação, 1997-2005 .....	199
15- Eadi-Uberlândia: movimentação de importação e exportação, 2000-2005 .....	203
16- Minas Gerais: valores das exportações, 2003-04(US\$ FOB mil) .....	203
17- Triângulo Mineiro: fluxos aéreos de Uberaba e Uberlândia, 2002-2005 .....	204
18- Minas Gerais: capacidade armazenadora da Casemg, segundo os principais centros, 2006 .....	209
19- Uberlândia: capacidade de armazenagem de grãos, 2006 .....	211
20- Triângulo Mineiro: potência instalada e demandada de energia elétrica nas subestações em Uberaba e Uberlândia, 2005 .....	213
21- Triângulo Mineiro: consumo e número de consumidores de energia elétrica, por classes, em Uberaba e Uberlândia, 1990-2004 .....	214

22- CTBC: evolução do número de terminais de telefonia fixa e celular, 1980-2005.	220
23- Uberaba e Uberlândia: número de estabelecimentos do setor primário, 2005 .....	227
24- Triângulo Mineiro: principais produtos agrícolas de Uberaba e Uberlândia, 2004-2006.....	227
25- Triângulo Mineiro: evolução da população ocupada primária, secundária e terciária em Uberaba e Uberlândia, 1970-2000.....	229
26- Triângulo Mineiro: evolução do número de estabelecimentos do terciário, 1980-1995 .....	232
27- Uberlândia: número de estabelecimentos industriais, 1980-2004.....	235
28- Triângulo Mineiro: evolução da população urbana, rural e total, 1970-2000 .....	291
29- Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos principais municípios, 1970-2000	291
30- Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos principais centros, 1970-2000.....	291
31- Triângulo Mineiro: número de agências bancárias e transações financeiras nos principais centros urbanos, 2002-2005 (valores em Reais).....	305

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABAD	Associação Brasileira de Atacadista e Distribuidores
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
Aciapu	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia
Aciub	Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Cacex	Consultoria e Assessoria de Comércio Exterior
Casemg	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CDI-MG	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
Celg	Centrais Elétricas de Goiás
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Codemig	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNER	Departamento de Estradas de Rodagem
EADI	Estação Aduaneira Interior
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FCA	Ferrovia Centro-Atlântica
Feniub	Feira Nacional da Indústria de Uberlândia
Fepasa	Ferrovia Paulista
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
Osbra	Oleoduto São Paulo-Brasília
PMDES	Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico
PND	Programa Nacional de Desestatização
Replan	Refinaria de Paulínia
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
Sunab	Superintendência Nacional de Abastecimento
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras
UDET	União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo

# SUMÁRIO

Banca examinadora .....	ii
Dedicatória .....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Abstract .....	vii
Lista de mapas .....	viii
Lista de figuras .....	ix
Lista de gráficos .....	xi
Lista de quadros .....	xii
Lista de tabelas .....	xiii
Lista de siglas e abreviações .....	xv
Sumário .....	xvi
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I- CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA COMO PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL: A INTERPENETRAÇÃO DE ORIENTAÇÕES DIALETICAMENTE OPOSTAS .....	12
1- Convergência e divergência como processos espaço-temporais.....	14
1.1- A perspectiva dos economistas .....	14
1.1.1- A abordagem da <i>teorização formal</i> .....	17
1.1.2- A abordagem da <i>teorização apreciativa</i> .....	19
1.2- A perspectiva socioantropológica .....	23
1.3- Um paralelo entre a visão economicista e socioantropológica: a implicação geográfica .....	28
2- Diferenciação espacial e a perspectiva da Geografia.....	38
2.1- A diferenciação espacial como um elemento próprio à natureza da Geografia .....	39
2.1.1- A formação socioespacial.....	46
2.1.2- O desenvolvimento espacial desigual.....	51
2.2- Diferenciação espacial e a correlação de lógicas singulares, particulares e universais .....	55
3- Convergência e divergência: a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana .....	59
3.1- Natureza e processos da diferenciação na rede urbana.....	60
3.2- Rede urbana e relações espaciais .....	63
3.3- A diferenciação entre os centros urbanos: tipos e exemplos significativos.....	70

PARTE II- GÊNESE E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA NO TRIÂNGULO MINEIRO: O ESPAÇO-TEMPO DA CONVERGÊNCIA .....	76
4- A gênese do urbano no Triângulo Mineiro .....	79
4.1- As condições de ocupação e as primeiras criações urbanas.....	83
4.2- Triângulo Mineiro: a fase de diferenciação de Uberaba.....	89
4.3- Os agentes sociais e a divisão territorial do trabalho.....	100
5- Novos eventos aceleram a convergência entre Uberaba e Uberlândia .....	105
5.1- O aperfeiçoamento dos meios de transporte: a ferrovia e as estradas de rodagem.....	106
5.1.1- Araguari como ponta de trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.....	108
5.1.2- Uberlândia e a expansão das estradas de rodagem.....	114
5.1.3- Os novos caminhos do Brasil Central e a fase de retração de Uberaba .....	117
5.2- A expansão comercial e industrial como vetor da convergência entre Uberaba e Uberlândia .....	123
5.2.1- Delineando a convergência: as informações dos recenseamentos de 1920 e 1940.....	125
5.2.2- A expansão de Uberlândia e os entraves infra-estruturais da década de 1950.....	140
5.2.3- A construção de Brasília e os aperfeiçoamentos infra-estruturais.....	146
6- Natureza e espacialidade da convergência: os estágios de elaboração da rede urbana.....	157
6.1- Convergência: a racionalidade de uma nova organização da rede urbana regional .....	159
6.2- O papel dos antigos e dos novos agentes sociais na dinâmica da rede urbana .....	163
PARTE III- A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE MÚLTIPLOS CIRCUITOS NO TRIÂNGULO MINEIRO: O ESPAÇO-TEMPO DA DIVERGÊNCIA .....	172
7- O papel do Estado na adequação regional às necessidades da acumulação: construindo as bases da re-diferenciação .....	177
7.1- A incorporação agrícola dos cerrados e seus efeitos divergentes em Uberaba e Uberlândia .....	179
7.2- A complementação e a renovação das bases infra-estruturais e os efeitos divergentes em Uberaba e Uberlândia .....	194
7.2.1- Transportes rodoviário, ferroviário e aéreo e o papel dos portos secos .....	195
7.2.2- Uberlândia como pólo de armazenagem .....	208
7.2.3- Energia.....	210

7.2.4- Telecomunicação e o desempenho da CTBC ( <i>holding</i> Algar) .....	215
8- Uberlândia comandando uma nova divisão territorial interna do trabalho e a re-diferenciação dos espaços .....	224
8.1- Uberlândia e as agroindústrias processadoras de produtos agropecuários .....	23
3	
8.2- A afirmação do pólo atacado-distribuidor em Uberlândia .....	246
8.3- A expansão do pólo de melhoramento genético zebuino em Uberaba .....	257
8.4- Uberaba e as indústrias para a agricultura.....	266
8.5- Urbanização e terciarização como vetor de divergência entre Uberaba e Uberlândia .....	287
8.5.1- Aceleração e qualificação do processo de urbanização .....	287
8.5.2- Terciarização e consumo.....	290
a) A saúde.....	297
b) O ensino .....	299
8.5.3- A expansão dos serviços e da intermediação financeira: funcionalidades divergentes em Uberaba e Uberlândia .....	30
3	
a) O espaço de atuação das empresas Policard e Valecard .....	306
9- Natureza e espacialidade da divergência: a redefinição das centralidades de Uberaba e Uberlândia e a formação de uma rede urbana de múltiplos circuitos .....	310
9.1- Horizontalidades e verticalidades: as espacialidades regional e extra-regional de Uberaba e Uberlândia .....	31
3	
9.2- As racionalidades dos agentes sociais regionais: o enfraquecimento da elite tradicional e as relações entre atores de escalas distintas .....	321
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	327
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	333
 ANEXOS	
Anexo 1- Uberlândia: tronco de telecomunicações Rio-Brasília, 1980 .....	352
Anexo 2- Ferrovia Centro-Atlântica (FCA): área de atuação, 2006 .....	353
Anexo 3- Minas Gerais: sistema elétrico simplificado, 2005 .....	354
Anexo 4- Plano Geral de Outorgas do Serviço Telefônico Fixo.....	355
Anexo 5- Áreas de concessão para prestação de Serviço Móvel Celular .....	362
Anexo 6- Algar: principais atividades e área de atuação, 2006 .....	365

Anexo 7-	Triângulo Mineiro: dados demográficos, 1970-2000.....	366
Anexo 8-	Uberlândia: interações espaciais e níveis de centralidade, 1987.....	373

# INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta tese de doutoramento foram as considerações finais da dissertação de mestrado, intitulada *Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes*, cujos objetivos centrais eram, de um lado, conhecer a inserção dos conteúdos próprios do *período técnico-científico-informacional* em Uberlândia, especificamente no que diz respeito à sua manifestação espacial, ou seja, à constituição e expansão do *meio técnico-científico-informacional*, e, de outro lado, entender as relações entre esses conteúdos e a consolidação do papel regional do referido centro.

Destarte, o ponto de chegada da dissertação despertou as inquietações que levaram ao tema e, conseqüentemente, à problemática de investigação deste presente trabalho de pesquisa, constituindo-se em uma nova temática de investigação e reflexão. Tais inquietações orientam-se, particularmente, por intermédio da segunda questão, que é proveniente da reflexão sobre a temática da rede urbana e a complexa diferenciação entre seus centros, visto que os resultados da dissertação apontam para o processo de diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Com efeito, é a partir desse problema que se coloca o escopo desta pesquisa: entender a diferenciação crescente entre os centros e, por conseguinte, a diversidade das redes urbanas, tomando como objeto empírico o processo de diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, posto que se impõe como referência significativa no contexto de mudanças no padrão espacial do segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro<sup>1</sup>.

Na citada pesquisa de mestrado, chegou-se a conclusão de que, apesar dos papéis exercidos pelas cidades médias e pelos centros locais, Uberlândia encontra-se no topo da hierarquia urbana regional, isto é, está no comando desse segmento da rede urbana, apresentando-se como uma *grande cidade média*, termo utilizado por Santos (1993) para

---

<sup>1</sup> Historicamente, a região compreendida entre os rios Grande e Paranaíba foi conhecida como Sertão da Farinha Podre. Como apontam Sampaio (1971) e Brandão (1989), apenas, muitos anos depois de sua anexação a Minas Gerais, em 1882, essa região passou a chamar-se Triângulo Mineiro. Contudo, a partir das regionalizações oficiais da Fundação IBGE, tal região foi-se denominando Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em 1941, quando Fábio Macedo Soares Guimarães orientou a divisão regional brasileira, a citada região foi subdividida em duas zonas fisiográficas: Triângulo Mineiro e Paranaíba-Rio Grande (GUIMARÃES, 1941). Em 1968, quando a Fundação IBGE reformulou e atualizou tal regionalização, a referida região foi subdividida em seis microrregiões homogêneas: Pontal do Triângulo Mineiro, Uberlândia, Uberaba, Alto Paranaíba, Planalto de Araxá e Mata da Corda (IBGE, 1970). A presente pesquisa, no entanto, considera a atual divisão regional do IBGE de 1990, que subdivide o Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas, dentre as quais está a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizada no extremo oeste ou parte ocidental do Estado, em uma área de aproximadamente 91.284Km<sup>2</sup>. Vale acrescentar que essa é composta por sete microrregiões geográficas - Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia; e 66 municípios (IBGE, 1990). Entretanto, nesta tese, a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, será considerada apenas como Triângulo Mineiro.

designar aquelas cidades que estão no limiar entre a cidade média propriamente dita e a grande cidade, mas que, sobretudo, trata-se de uma *cidade regional*<sup>2</sup>, haja vista sua capacidade de organização e direção da vida regional. Em seguida, têm-se Uberaba, Patos de Minas, Araguari e Ituiutaba, que são propriamente *cidades médias* e comandam contextos microrregionais<sup>3</sup>; Araxá, Patrocínio, Frutal e Monte Carmelo, que podem ser consideradas *grandes cidades locais*, tendo em vista o papel que desempenham em suas respectivas microrregiões; e, por fim, na base da rede urbana, têm-se 15 *cidades locais* e outras 42 cidades pequenas, com tamanho populacional de até 10.000 habitantes. O Mapa 1 retrata essa estrutura, expressando a organização espacial recente da rede urbana no Triângulo Mineiro, assim como a forte hierarquização de Uberlândia sobre os demais centros urbanos.

Uberlândia, ao longo do século XX, foi transformado, pelas estratégias e ações de sua elite local, no maior centro urbano de sua região e em uma das mais importantes cidades do Estado de Minas Gerais. O referido centro, do mesmo modo, alcançou lugar de destaque no cenário nacional, sendo capaz de manter relações nacionais, pois ocupa significativa posição na rede urbana brasileira, estando plenamente integrado à rede da metrópole nacional, São Paulo<sup>4</sup>, além de manter articulações com outros centros urbanos de mesmo nível e também de hierarquia superior, a exemplo de Brasília, Goiânia e Belo Horizonte, dentre vários outros, uma vez que foi capaz de intensificar sua importância funcional, responsável pela ampliação das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio de *horizontalidades* e de *verticalidades*, como descrito por Bessa (2001) e Bessa e Soares (2003).

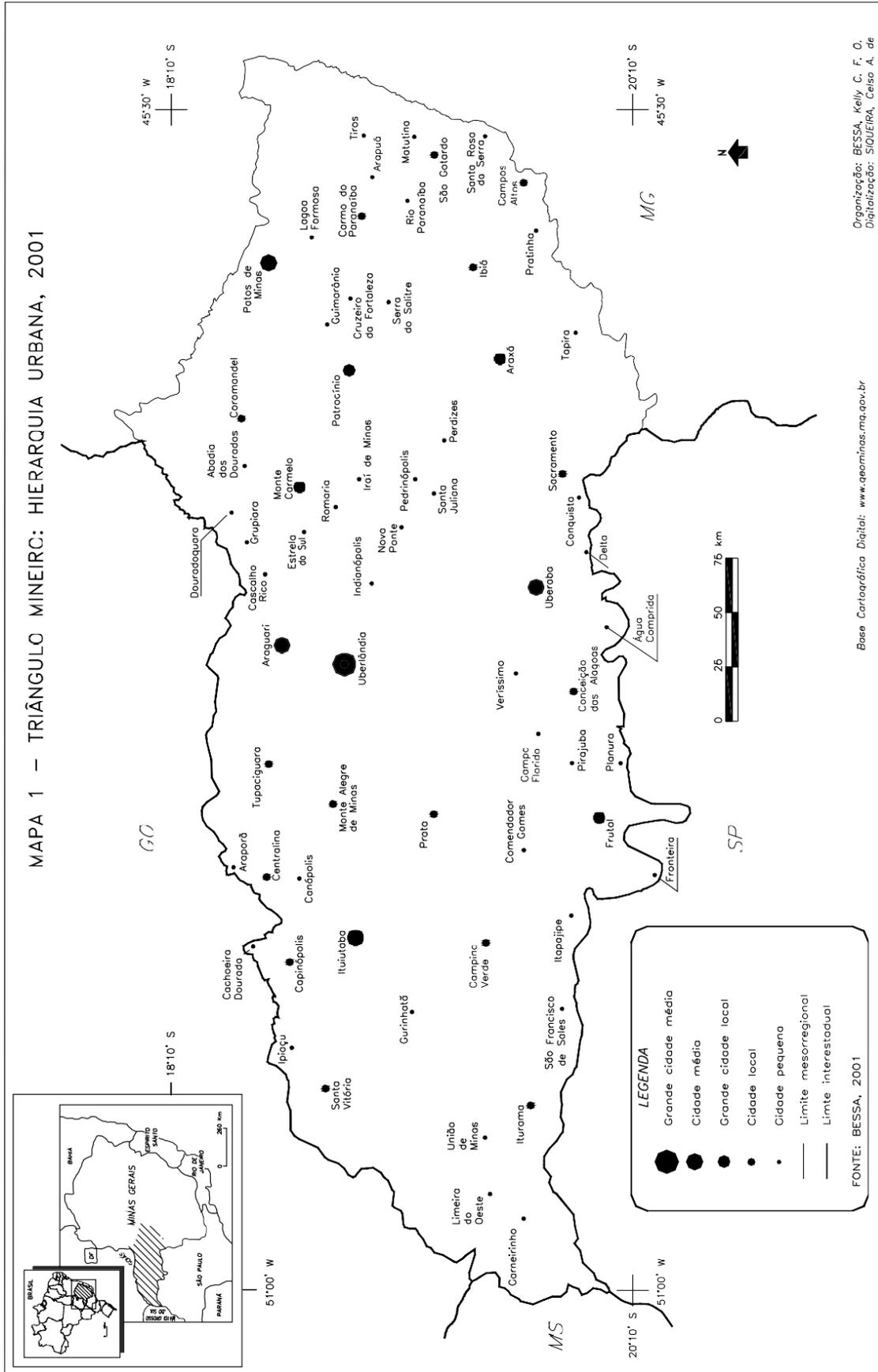
---

<sup>2</sup> Em razão de uma maior complexificação do sistema urbano, as cidades, mesmo em categorias homólogas ou em níveis tidos como paralelos, são, cada vez mais, diferenciadas entre si. O termo *regional* qualifica essa diferença, uma vez que caracteriza cidades capazes de manter, regularmente, relações com sua região e com o seu campo, sendo responsáveis pelo beneficiamento e comércio da produção agrícola, passando inclusive a abrigar indústrias e empresas de caráter extra-regional. Conseqüentemente, tornam-se capazes de manter interações em nível nacional e, muitas vezes, internacional. Além disso, são cidades onde ocorre um acúmulo de funções, principalmente quando estão localizadas em áreas onde os núcleos urbanos são distantes uns dos outros e onde a divisão do trabalho é menos densa. A respeito da cidade regional, Corrêa (1967, p.112), observa que o *...centro que organiza a vida regional... deve ser qualificado por expressão da qual faz parte o termo regional.*

<sup>3</sup> Cabe comentar que há uma tendência de formação de um aglomerado urbano entre Araguari e Uberlândia, pois, apesar da descontinuidade das manchas urbanas, há um importante grau de integração entre esses dois centros, caracterizada, especialmente, pelo deslocamento diário de população, inclusive com a manutenção de transporte intermunicipal, e pelos fluxos econômicos.

<sup>4</sup> São Paulo desempenha papel de metrópole nacional e, simultaneamente, de metrópole mundial, uma vez que faz parte de uma complexa rede de cidades globais, cuja primazia pertence à Nova York, Tóquio e Londres. A este respeito ver Shachar (1983) e Sassen (1993 e 1998).

MAPA 1 – TRIÂNGULO MINEIRC: HIERARQUIA URBANA, 2001



Tal transformação, no entanto, ocorreu em detrimento de Uberaba, que despontou como principal centro urbano da região ainda na primeira metade do século XIX, em decorrência de uma diferenciação definida pela atividade pastoril, que possibilitou um acúmulo de funções diretamente ligadas à comercialização da produção agropecuária, orientando uma primeira fase de estruturação da rede urbana regional, quando Uberlândia era simplesmente um arraial indiferenciado do próprio termo de Uberaba. A partir do final do século XIX, mas especialmente ao longo da primeira metade do século XX, novos eventos, orientados por fatores internos e externos, criaram as variáveis que promoveram mudanças nesse arranjo espacial, resultando, primeiramente, numa segunda fase de estruturação dessa rede marcada pela ascensão de outros dois centros, Araguari e Uberlândia, e, posteriormente, numa terceira fase, caracterizada pela dualidade entre Uberaba e Uberlândia, quando se apresentaram praticamente indiferenciados, sendo possível traçar alguns paralelos, posto que eram semelhantes em termos populacionais e funcionais e também relativamente similares na sua complexidade política, econômica e social. Ressalta-se que Araguari, a partir desse momento, teve seu papel regional diminuído em relação a esses dois centros. Hoje, no entanto, esses centros estão profundamente diferenciados entre si, uma vez que respondem por relações socioeconômicas distintas, sendo Uberlândia o principal centro urbano regional em substituição ao que foi no passado Uberaba, expressando uma nova fase de estruturação da rede urbana regional (Mapa 1). A evolução da estrutura urbana no Triângulo Mineiro, em seus traços mais gerais, processou-se em quatro fases, que assumem dimensões espaciais específicas. Na fase atual, o dinamismo presente em Uberlândia deixou relativamente marginalizado o antigo centro regional. Dessa maneira, torna-se urgente compreender quais e como atuaram e atuam as forças que constroem e reconstroem esses legados histórico-geográficos.

Destarte, diante dessa realidade empírica problematizada, surge a seguinte questão: qual a melhor maneira de entender os processos de diferenciação entre centros urbanos de um mesmo segmento de rede? Eis o problema da escolha dos posicionamentos teóricos, no qual se recoloca a pergunta da seguinte maneira: qual ou quais perspectivas teóricas atingem a densidade e a complexidade dessa realidade singular observada? Um exame mais cauteloso da própria empiria forneceu, nesse momento decisivo, um caminho específico, posto que as transformações sucessivas do padrão espacial desse segmento da rede urbana refletem dois espaços-tempos reveladores de pelo menos dois processos amplos de mudança - convergência e divergência - que, apesar da interdependência, devem ser pensados em suas devidas especificidades, porque não se trata de diferenciação pura e simples, cuja ocorrência deveu-se

à manipulação de agentes inespecíficos ou por processos aleatórios. A re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia tem implicações mais complexas, uma vez que a posição geográfica desses centros foi alterada no sentido da inversão de hierarquia, indicando a existência de fatores de estancamento e regressão para Uberaba e de ascensão para Uberlândia. Nesse sentido, a ascensão de Uberlândia só pode ser entendida na relação direta com a regressão de Uberaba<sup>5</sup>. Trata-se de um processo paralelo de esvaziamento e de preenchimento das funções de centro regional, responsável pela re-diferenciação e conseqüente re-atualização da rede urbana regional.

Em vista disso, nota-se que a re-diferenciação resulta de processos que, inicialmente, promoveram uma convergência entre esses centros, posto que Uberaba começou a perder sua importância regional enquanto que Uberlândia passou a acolher novas funções, especialmente funções regionais. Ao final desse primeiro momento, tais centros passaram a apresentar condições demográficas e funcionais praticamente homólogas e, em termos de importância urbano-regional, eram também mais ou menos indiferenciados, evidenciando um movimento convergente, que possibilitou uma relativa homogeneização dos conteúdos e um revezamento dos comandos regionais. Uberlândia, pela capacidade de absorver os impulsos da economia nacional, mantendo-se fortemente articulada com a economia paulista, pela implantação de novas formas de organização das atividades produtivas, conseguida principalmente pela ausência de formas pretéritas e fortemente impulsionada por um processo de alavancagem, orientado pelas atitudes e investimentos de sua elite, assumiu posição de comando em prejuízo de Uberaba, que foi esvaziada de uma parcela de suas funções, principalmente as regionais, ocorrendo, a partir de então, uma dinâmica divergente na estruturação do espaço regional, definida pela re-diferenciação entre esses centros.

A dialética da convergência-divergência possui, portanto, escala temporal e escala espacial. Nessa perspectiva, impõe-se a necessidade de uma periodização que permita distinguir pedaços coerentes da totalidade socioespacial, nos quais um novo conteúdo, definido por um conjunto de relações que se realizam em um determinado espaço-tempo<sup>6</sup>, seja revelador de um arranjo espacial igualmente novo. De acordo com Corrêa (1989, p.78),

---

<sup>5</sup> Em termos paralelos, o fenômeno de declínio (ou colapso, em uma situação drástica) de uma sociedade pode ser, dentre vários outros fatores, determinado pela ascensão de uma outra sociedade vizinha, em franco processo de expansão, conforme explica Diamond (2006).

<sup>6</sup> A relação espaço-tempo implica *...reconhecer a análise conjunta e indissociável entre as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade*, como sugere Haesbaert (2002, p.102). Trata-se da interação entre *escalas geográficas* e *escalas temporais*, ou melhor, trata-se de *escalas espaço-temporais*, no sentido da efetiva indissociabilidade entre espaço e tempo. Essa discussão também pode ser encontrada em Oliveira (1982). Em Castro (1995), tem-se também uma importante discussão sobre escala.

...é possível periodizar as formas espaciais, entre estas a rede urbana<sup>7</sup>. Ademais, o enfoque evolutivo possibilita maior inteligibilidade na análise das mudanças, particularmente daquelas com caráter qualitativo, cujas determinações alteram efetivamente os padrões espaciais, pois somente ...a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial, como sugere Santos (1985, p.49).

A análise revela que um conjunto de transformações socioeconômicas, organizacionais e tecnológicas, verificado na primeira metade do século XIX, possibilitou uma organização espacial que privilegiou Uberaba, norteando a estruturação de um primeiro espaço-tempo; e outro conjunto de transformações, que se fez presente a partir do final do século XIX e no século XX, promoveu uma reversão na posição geográfica desses centros, conferindo a Uberlândia uma posição privilegiada, revelando as possibilidades de um segundo espaço-tempo. Assim, a dinâmica genético-evolutiva desse segmento da rede urbana revela-se em dois espaços-tempos distintos, marcados por dinâmicas próprias e temporalidades específicas, que expõem os motores e os ritmos das transformações ocorridas no processo contínuo de ordenamento da rede urbana regional, como esquematizado na Figura 1, que também revela que a ascensão de Uberlândia só teve início depois que Uberaba começou a perder sua posição.

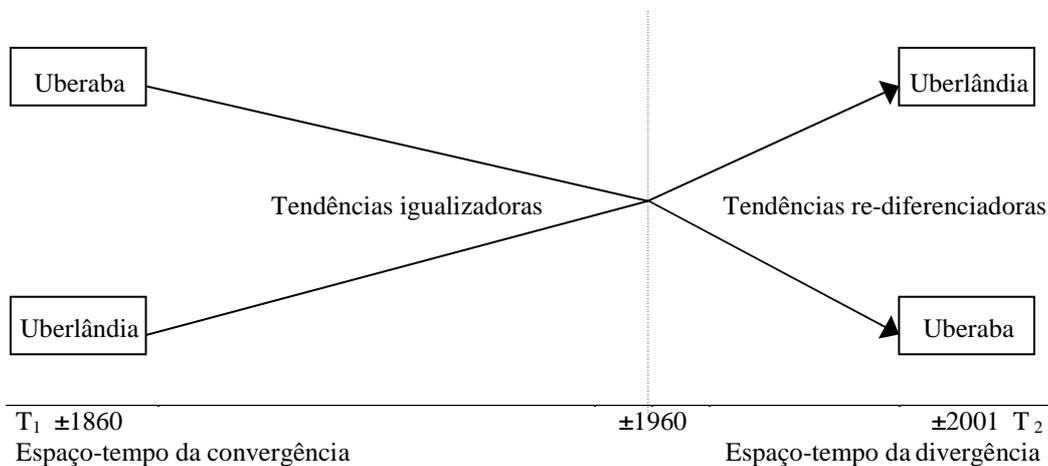


Figura 1 - Esquema interpretativo dos processos de convergência-divergência entre Uberaba e Uberlândia, que resultaram na re-diferenciação e na conseqüente inversão hierárquica.

Organização: BESSA, 2007.

Ademais, para tornar inteligível essa dialética da convergência-divergência, impõe-se também a necessidade de se considerar, mesmo como pano de fundo, os processos regionais.

<sup>7</sup> Em uma pesquisa comparativa em que se busca entender as diferenciações e re-diferenciações entre cidades de um mesmo segmento de rede, a periodização torna-se indispensável, apesar de ser, na maioria das vezes, contraditória e arbitrária. Contudo trata-se de um partido metodológico, quer dizer, o tempo pode ser dividido e subdividido em função do ponto de vista da análise e em razão dos interesses do pesquisador. Outras repartições temporais certamente seriam e são possíveis.

A compreensão desses processos significa enfrentar, não apenas o desafio de entendimento de um período espesso, mas, sobretudo, de um contexto regional amplo, que, no caso do Triângulo Mineiro, se encontra totalmente inserido em áreas de cerrados e, por essa razão, apresenta especificidades que qualificam a urbanização e o papel da rede e dos centros urbanos. As áreas de cerrados vêm apresentando transformações substanciais, seja pela aparição de novas funções, definidas a partir da modernização agrícola, seja pela alteração e requalificação das antigas funções, mormente a pecuária. Levar em conta a inserção desses centros nos cerrados significa considerar que tais processos de diferenciação não se verificam de forma independente da região, visto que esta desempenha papel importante no seu entendimento. Vale comentar que a cada nova divisão territorial do trabalho (ou a cada novo momento da mesma divisão territorial do trabalho) observam-se transformações espaciais importantes. Santos (1979a, p.40) aponta que nesse processo *...uma nova geografia se estabelece, ...dá a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial*. Apesar disso, trata-se de uma pesquisa que privilegia os processos de urbanização e a formação e evolução da rede urbana. Ressalta-se, todavia, que tal discussão envolve vários outros diálogos.

Dessa forma, a construção da problemática está orientada por duas etapas em um mesmo percurso. A primeira aponta para o objeto real, concreto, passível de ser percebido, cujo ponto de referência é a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, que, mediatizada por uma evolução urbana desigual, resulta dos processos de convergência e de divergência entre os referidos centros. Contudo o problema é avançar além dessas percepções e, a partir desse ponto, a segunda etapa envereda por um caminho mais difícil e turbulento, visto que para o entendimento dos processos de re-diferenciação entre dois centros lança-se mão de articulações teóricas que correlacionam, para auxiliar a construção de uma metodologia, convergência e divergência, espaço e diferença, e, por fim, evolução urbana desigual e diferenciação espacial, numa interpretação geográfica comparada, quer dizer, baseada em uma análise que ressalta o conteúdo da dinâmica socioespacial. É dessa forma que se desloca o enfoque de um objeto concreto para um objeto construído, que sintetiza o esquema interpretativo que está na base desta tese, no qual se vislumbra a possibilidade de elaboração de uma reflexão crítica sobre a análise geográfica na apreensão e na explicação de aspectos da realidade.

O ponto, entretanto, não é simplesmente considerar os dois espaços-tempos como dados, não importando quão evidentes por si mesmo pareçam, mas, sim, entender as origens, a natureza, as determinações, a coerência interna e os efeitos dos processos de mudança. Para

tanto, a questão central orienta-se no sentido de indagar quais as lógicas presidiram os processos de convergência e de divergência entre Uberaba e Uberlândia? Em outros termos, que racionalidades promoveram, num primeiro momento, a homogeneização e, posteriormente, a re-diferenciação entre os referidos centros, isto levando em consideração os novos papéis e os modos de inserção na rede urbana regional?

Trata-se, portanto, de uma questão essencialmente geográfica e, em função das especificidades da problemática, a pesquisa orienta-se por meio de um estudo comparativo, ou melhor, de uma geografia comparada, cujas atenções se voltam para as diferenciações espaciais.

Durkheim (1990) expõe com clareza a importância do método comparativo ou do método da experimentação indireta, considerando-o fundamental na análise científica<sup>8</sup>. O referido autor atribui a Stuart Mill os créditos de utilização desse modo de investigação, pelo estabelecimento das *variações concomitantes*, que, mediante a análise de vários casos, buscam regularidades entre causas e efeitos. As comparações, de acordo com Bottomore (1975, p.61), *...são esclarecedoras, à medida que evidenciam a associação freqüente de certos fenômenos entre si, ou sua ocorrência freqüente numa ordem de sucessão regular, seja contínua ou descontínua*. Nesse sentido, tal modo de investigação torna-se bastante interessante como instrumento de apreensão das lógicas que presidiram a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, pois a pesquisa orienta-se pela busca das variáveis mais significativas para a interpretação dos processos de convergência e de divergência. A análise comparativa repousa nos conteúdos dos objetos e nas relações entre esses conteúdos, no sentido de ressaltar e explicar as similitudes e as diferenças que, na análise, são postas uma em relação a outra, implicando uma leitura sistemática de cada variável. Cabe comentar que não se trata de uma aplicação mecânica, mas, sim, de um procedimento que possibilita traçar paralelos de forma simétrica entre os objetos da comparação, como sugerem Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p.232). Estes autores afirmam que o estudo comparativo consiste em *...instrumento de investigação precioso, primordialmente na análise dos determinantes de processos que exprimem mudanças, com vistas a ressaltar as semelhanças e as dessemelhanças entre os objetos investigados*.

Uma pesquisa cujo pólo técnico é o estudo comparativo orienta-se<sup>9</sup>, simultaneamente, pela natureza quantitativa e qualitativa do tratamento dos dados, o que possibilita uma rica

<sup>8</sup> Segundo Durkheim (1990), o método comparativo seria o mais conveniente para as análises sociológicas.

<sup>9</sup> Fazendo menção à proposta metodológica quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), na qual se distinguem os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

pesquisa empírica e um tratamento compatível com os conceitos empregados. Ressalta-se que tal pesquisa pode assumir perspectivas sincrônica e diacrônica, visto que a comparação permite confrontar dados de mesma natureza em tempos distintos, pelo escopo histórico da problemática<sup>10</sup>, como também confrontar esses mesmos dados em espacialidades igualmente distintas. De fato, a comparação não precisa limitar-se ao estudo sincrônico, pode também fundamentar-se numa análise diacrônica, que permite discernir a continuidade e a descontinuidade do processo histórico.

Para a comparação entre Uberaba e Uberlândia, tendo em vista a amplitude de possibilidades num estudo comparativo, foram selecionadas variáveis diretamente associadas ao temário da rede urbana, a saber, gênese, posição relativa, tamanho, funções e a natureza, a intensidade e o alcance das relações espaciais desses centros urbanos, com destaque para o padrão espacial da rede. Tais elementos são capazes de evidenciar o momento de ruptura do processo de convergência e de instauração do processo de divergência, cuja resultante foi a re-diferenciação entre os referidos centros e a re-atualização do padrão da rede urbana regional. Esses, relacionados a outros elementos de natureza política, econômica, social e cultural, indicam também quais os fatores e os agentes responsáveis por essa reversão, pois tais processos estão diretamente associados às atitudes, estratégias, práticas e investimentos impostos pelos diversos agentes sociais, seja o Estado, pela atuação dos atores políticos, sejam os atores econômicos, locais, nacionais ou globais, que comandam os diversos setores da economia, sejam propriamente os atores sociais. A passagem de um espaço-tempo para outro implica uma redefinição de atores. Os atores do espaço-tempo da divergência não são os mesmos atores do espaço-tempo da convergência. Por isso, para se compreender as causas das mudanças que se operam numa sociedade faz-se necessário conhecer *...o tamanho das elites, seu contingente, como elas se relacionam entre si e com os grupos detentores de poder político, o seu caráter aberto ou fechado, ou seja, a forma de recrutamento de seus membros e o conseqüente processo de mobilidade social*, como aponta Bottomore (1965, p.15).

Grosso modo, nenhuma sociedade prescinde de uma minoria, a elite, que controla as instituições políticas, por isto o termo *elite dirigente* ou *governante*, e os processos econômicos relevantes da sociedade, por isto a expressão *elite econômica* ou *não governante*, como sugere Pareto (1984)<sup>11</sup>. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender sua função

<sup>10</sup> Durkheim (1990) aponta que o método comparativo associa-se ao método histórico nas análises diacrônicas. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p.232) reforçam esse procedimento, afirmando que *...a análise comparativa deve recorrer, de preferência, a um método de pesquisa histórico*.

<sup>11</sup> A teoria das elites envolve um número importante autores, dentre eles: Pareto (1984), Mosca (1966), Mills (1968), Bottomore (1965), Keller (1963).

central na dinâmica da evolução socioespacial, posto que da sua composição ou da sua recomposição podem emergir mudanças cruciais. Ante as transformações ocorridas no Triângulo Mineiro, faz-se necessário conhecer como se organizaram ou se reorganizaram os antigos atores e como entraram em cena os novos atores, mormente, os associados às corporações nacionais e globais. Estas assumem os papéis principais da cena atual, inclusive em decorrência da redução do comando do poder público<sup>12</sup>, participando ativamente da reatualização da rede urbana. Os estudos sobre corporação vêm revelando que, em grande parte, essas são responsáveis pelas reconfigurações espaciais, em função de suas práticas sociopolíticas e de suas complexas espacialidades.

Portanto, trata-se de uma análise profundamente imbricada com os eventos temporais e espaciais que desencadearam esses processos. A análise comparativa, pela amplitude da temática, encontra-se amplamente fundamentada em consultas bibliográficas e estatísticas, principais fontes dos dados secundários, e também em pesquisas de campo e pesquisas diretas, fonte das informações primárias. Esses procedimentos foram fundamentais no sentido de aclarar o papel distinto que cada um desses referidos centros desempenhou tanto no espaço-tempo da convergência como no espaço-tempo da divergência.

Desse modo, a presente tese está dividida em três partes, que contêm nove capítulos, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte é dedicada ao detalhamento dos conceitos e suas complexas analogias e interseções, nas quais se destacam a dialética entre orientações opostas, convergência e divergência, interno e externo, singular e universal; a relevância da problemática da diferença e do espaço, na qual se considera a diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da Geografia; e a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana. Os três capítulos da segunda parte examinam as características fundamentais do espaço-tempo da convergência, destacando a gênese do urbano no Triângulo Mineiro, a fase de diferenciação de Uberaba e os eventos e contextos que promoveram o processo de convergência implementado por Araguari e Uberlândia. O papel dos antigos e dos novos agentes sociais, políticos e econômicos, associados à convergência, é assunto do capítulo 6. A terceira parte trata do espaço-tempo da divergência, enfatizando a fase de re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, assim como a formação de uma rede urbana de múltiplos circuitos no Triângulo Mineiro. O capítulo 7 trata da construção das bases da re-diferenciação, especificamente no que tange a incorporação agrícola dos cerrados e suas conseqüências, e os efeitos divergentes da complementação infra-

---

<sup>12</sup> No processo socioespacial, o avanço do processo de globalização acentua o enfraquecimento do Estado ante ao domínio cada vez mais expressivo das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas.

estrutural pelo Estado a partir dos interesses e pressões dos atores. O comando de Uberlândia no espaço-tempo da divergência é tratado no capítulo 8, que destaca a atuação espacial das principais empresas, definidas segundo o faturamento, em um e em outro centro, enfatizando, particularmente, as atividades de decisão e controle local e as atividades de decisão e controle externo, posto que o papel como centro de gestão é definido pelo controle direto sobre as atividades econômicas e não pela participação direta ou indireta na produção propriamente dita. Ressalta-se que, na guerra concorrencial entre as empresas, o território passa ser dado fundamental e, por essa razão, encontramos dificuldades na pesquisa de campo e na elaboração do mapeamento particularizado das espacialidades dessas empresas, que atuam em diversas escalas geográficas, mas que, sobretudo, são responsáveis pela criação das verticalidades<sup>13</sup>. Trata-se, portanto, de uma aproximação da realidade, posto que a organização espacial das empresas é muito mais complexa do que a que foi apresentada nesta tese. Por fim, a natureza e a espacialidade da divergência, com destaque para as racionalidades dos agentes sociais, políticos e econômicos, que controlam as instituições, as organizações e os processos relevantes da sociedade local, são discutidas no capítulo 9.

Cumprе salientar que, de maneira alguma, foi possível abordar todos os aspectos decorrentes dessa realidade histórico-geográfica. A compreensão dos processos de convergência-divergência, resultando em diferenciação espacial num segmento de rede urbana regional, significa enfrentar o desafio de entendimento de um período espesso e de uma espacialidade densa, marcados por permanências e rupturas, por singularidades e pluralidades, por imposições, condicionamentos e contingenciamentos, que configuram e reconfiguram a organização espacial, tornando-a extremamente complexa. Trata-se, portanto, de uma contribuição.

---

<sup>13</sup> Foram elaborados, juntamente com o orientador, roteiros para a realização de entrevistas nas empresas selecionadas segundo o *ranking* por faturamento fornecido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Minas Gerais, com sede em Uberlândia. Contudo, na maioria dos contatos com essas empresas, não foi possível seguir o roteiro de entrevista. Em alguns casos, os responsáveis pelo atendimento nem mesmo tomaram conhecimento do roteiro, limitando-se a fornecer apenas os dados autorizados pela empresa. Em outros casos, não foi permitida a gravação e nem mesmo nenhum tipo de anotação durante a entrevista. Algumas empresas se limitaram a dizer que apenas os dados presentes nos *sites* eram disponibilizados ao público em geral. Os roteiros, por essas razões, não constam dos anexos da tese, uma vez que foram utilizados com restrições.

# CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA COMO PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL: A INTERPENETRAÇÃO DE ORIENTAÇÕES DIALETICAMENTE OPOSTAS

Creía en infinitas series de tiempos, en una red creciente y vertiginosa de tiempos divergentes, convergentes y paralelos. Esa trama de tiempos que se aproximan, se bifurcan, se cortan o que secularmente se ignoran, abarca todas las posibilidades. (BORGES, 1981, p.49).

Tendo em vista que esta pesquisa parte de uma realidade objetiva marcada pelos processos de convergência e divergência entre Uberaba e Uberlândia, que resultaram, simultaneamente, em padrões de igualização e re-diferenciação no segmento da rede urbana do Triângulo Mineiro, cabe questionar com que perspectivas teóricas podem ser trabalhados tais conceitos, posto que possuem significados explicativos que vão além da empiria e do dado prático-sensível, contribuindo, nesse sentido, para atingir a densidade e a complexidade dessa realidade singular.

O pólo teórico desta pesquisa aponta para o caminho do enquadramento de noções e conceitos, apesar das dificuldades postas para tal tarefa. As noções e os conceitos empregados, convergência e divergência, assim como de diferenciação espacial, desenvolvimento espacial desigual e formação socioespacial, discutidos ao longo desta primeira parte da tese, possuem poder explicativo suficiente para dar conta da complexidade das mudanças que envolvem as transformações dos padrões espaciais da rede urbana no Triângulo Mineiro.

Essas noções e conceitos encontram-se atrelados aos debates teóricos presentes em diversos campos das ciências humanas. No campo da economia, estão os debates sobre a trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, apoiados no instrumental teórico e analítico expresso nos modelos neoclássicos de crescimento econômico e nos conceitos de equilíbrio, baseados na obra de Solow (1956), e nas Novas Teorias do Crescimento Endógeno, cujas raízes se encontram na obra de Gerschenkron (1962) e, recentemente, representadas pelas pesquisas de Barro e Sala-i-Martin (1992), Abramovitz (1986), dentre outros. Na perspectiva socioantropológica, as questões passaram pelos debates

sobre a teoria da evolução sociocultural, apoiadas no evolucionismo clássico, no neoevolucionismo e no marxismo e materialismo histórico<sup>14</sup>. No Brasil, sobressaem as obras de Ribeiro (1970, 1979), dentre outras. Na Geografia, o debate absorve essas questões sem desvios em relação aos eixos centrais, porém indicando para a necessidade de uma consideração crítica, que leve em conta a contingência geográfica, negligenciada tanto nos campos da economia como da socioantropologia. Foi Santos (1977) quem explorou a pertinência da categoria formação espacial, enquanto diversos geógrafos discutiram a relevância da dimensão espacial, como Harvey (1982, 2004), Lacoste (1980), Massey (1981, 1984), Smith (1988), Soja (1983), dentre vários outros.

Diante dessa complexidade de posições teórico-conceituais, tornam-se fundamentais as correlações com as questões pertinentes aos estudos sobre rede urbana, mormente sobre os processos de diferenciação entre os centros e as suas respectivas redes. Nos trabalhos relevantes acerca da rede urbana brasileira, destacam-se os de Corrêa (2006, 2004, 2001, 2001a, 2000, 1989, 1988, 1967), Bernardes (1968, 1964), Davidovich (1989, 1987, 1978), Davidovich e Lima (1976, 1975), Fredrich e Davidovich (1982), Faissol (1975, 1973, 1972), Geiger (1963), Santos (1993, 1979, 1967), dentre outros.

Dessa maneira, o sentido da explicação é dado pelo poder explicativo dessas noções e conceitos, posto que a teoria torna-se reflexiva quando inter-relacionada com a realidade prático-sensível. Todavia a influência da realidade sobre a teoria envolve, num sentido inverso, o problema da validade dessas noções e conceitos, assim como um trabalho permanente de questionamento dos limites explicativos das noções e conceitos utilizados. Esse movimento relacional entre teoria-empíria permite uma problematização ampla, que, por sua vez, possibilita a formulação de questões sobre o modo como a sociedade se organiza no espaço.

---

<sup>14</sup>Giddens (1991, p.13) ressalta ...a idéia de que a história humana é marcada por certas "descontinuidades" e não tem uma forma homogênea de desenvolvimento é obviamente familiar e tem sido enfatizada em muitas versões do marxismo.

## 1 - Convergência e divergência como processos espaço-temporais

Na pesquisa, as noções de convergência e divergência são postas como pontos de partida para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, caros à Geografia. Para tanto, o confronto de conceitos permite a delimitação de presenças e ausências de significados que, por sua vez, propiciam o entendimento da complexidade espaço-temporal, bem como a teorização da própria realidade.

Dessa forma, a proposta metodológica revela uma investigação orientada pela construção de um paralelo entre as visões economicistas e socioantropológicas, pois se faz necessário ater-se, em primeiro lugar, à objetividade dos conceitos e à possibilidade de delimitação das articulações e das analogias entre tais conceitos e o objeto investigado. As analogias apontam para a importância fundamental das noções espaciais e temporais.

De fato, convergência e divergência aparecem, de forma imediata, na realidade e traduzem-se no nível do senso comum, que reconhece, por exemplo, que dois centros urbanos são parecidos entre si ou que são diferentes. Além do senso comum, convergência e divergência são constructos intelectuais, por meio dos quais a reflexão do senso comum eleva-se ao nível da elaboração de noções, categorias, conceitos, teorias complexas. A partir de reflexões sobre a prática socioespacial, é possível construir uma base para a interpretação e o entendimento de ambas, apoiada na bibliografia e em estudos empíricos. Convergência e divergência podem também ser concebidas como processos, podendo ser vistas nos planos: epistemológicos, pois a apreensão envolve as escalas universal, particular e singular, tangenciando os conceitos empregados e a investigação empírica; histórico-econômicos, uma vez que são processos contraditórios, marcados pela cooperação e pela competição, em períodos cronologicamente distintos; geográficos, posto que possuem uma dimensão espacial específica; e político-culturais, à medida que expressam relações de permanência e mudança entre elites. Esses planos guardam entre si relativa autonomia, mas podem e devem ser articulados.

### 1.1 - A perspectiva dos economistas

Nas ciências econômicas, os estudos sobre convergência-divergência enquadram-se nas questões acerca da trajetória esperada de crescimento e desenvolvimento econômico de

longo prazo, essencialmente entre países e entre regiões, ou melhor, entre conjuntos de economias, seja em nível internacional ou inter-regional. Algumas poucas pesquisas estendem a questão da convergência-divergência a uma perspectiva urbana, com estudos comparativos entre cidades de um país ou de uma região específica, a exemplo das pesquisas de Crieffield e Panggabean (1995), que testaram a hipótese da convergência entre áreas metropolitanas nos EUA; de Glaeser et. al. (1995), que estudaram uma amostra de cidades americanas, considerando os determinantes do crescimento econômico; e de Drennan et. al. (1996), que discutiram a interrupção da convergência e o incremento da divergência entre grandes cidades também nos EUA<sup>15</sup>.

Nessas pesquisas, a trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo orienta-se ora num sentido convergente, contribuindo para configurar, entre os grupos de economias, forte tendência ao equilíbrio e à unidade, considerando situações ideais de atuação das forças de mercado<sup>16</sup>; ora num sentido divergente, resultando em uma diversificação entre os grupos de economias, configurando, conseqüentemente, uma situação desequilibrante, quer dizer, que se realimenta da desigualdade, da instabilidade, tendo em vista que os mecanismos de mercado não atuam de forma a garantir uma situação de equilíbrio e de continuidade dos processos, mesmo em longo prazo<sup>17</sup>. Assim, convergência-divergência representam, nos estudos econômicos, duas interpretações sobre a dinâmica evolutiva do crescimento e desenvolvimento econômico entre grupos de economias que determinam configurações para o equilíbrio ou homogeneização ou para o desequilíbrio ou heterogeneização, respectivamente.

Em tais análises, busca-se identificar, ao longo do tempo, fases de convergência e de divergência no desempenho econômico, bem como investigar a possibilidade, teórica e empírica, dos países ou regiões atrasadas alcançarem, ou mesmo ultrapassarem, os países ou

---

<sup>15</sup> Há, ainda, aquelas pesquisas que discutem tais questões entre firmas, entre indústrias, entre setores, entre instituições.

<sup>16</sup> Martin e Sunley (2000) apontam as obras pioneiras de Borts e Stein (1964), que analisaram o desenvolvimento regional nos EUA, e de Williamson (1965), que verificou as desigualdades regionais em países de economia avançada, como defensoras da noção da convergência. Os estudos de Maddison (1982) encontraram, igualmente, forte tendência à convergência em um conjunto de 13 países avançados. As evidências em favor da convergência regional foram também encontradas nos estudos de Barro e Sala-i-Martin (1992, 1992a, 1995), respectivamente em países como EUA, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Espanha e Canadá. Armstrong (1995), por sua vez, observou tendências à convergência em países na Europa assim como nos EUA e na Austrália. Baumol (1986) analisou, num conjunto de países, a taxa de crescimento para o período 1870-1979, encontrando, para as economias avançadas, processos de convergência, sendo estes não observados nas demais economias.

<sup>17</sup> A noção da divergência é defendida, segundo Martin e Sunley (2000), nos modelos de crescimento regional de Perrox, Myrdal e Kaldor.

regiões mais desenvolvidas. Além disso, procura-se conhecer quais e como atuam as forças que explicam o progresso.

Na literatura econômica, o tema da convergência-divergência está relacionado, como já comentado, com as teorias do crescimento e desenvolvimento econômico, cujas abordagens têm sido orientadas por duas visões distintas. Na primeira, apoiada no instrumental teórico e analítico expresso nos modelos neoclássicos de crescimento econômico, especialmente os desenvolvidos por Solow (1956), predominam as noções de equilíbrio, de competição perfeita, de retornos decrescentes do capital na função de produção, uma vez que o modelo prevê que as taxas de crescimento do produto interno bruto declinam a longo tempo, e de neutralidade e exogenidade do progresso técnico, cujo acesso seria por difusão tecnológica. Nessa conjuntura, a trajetória de desenvolvimento, supondo similaridades no progresso técnico, é levada, ao longo do tempo, a uma convergência absoluta, com existência de um steady-state comum, isto é, todos os grupos de economias convergiriam para um estado estacionário comum, de equilíbrio e homogeneidade, inclusive com a continuidade dos processos convergentes.

A segunda visão, que representa uma crítica aos limites da interpretação neoclássica, está apoiada nas Novas Teorias do Crescimento Endógeno, dentre as quais se destaca a Hipótese da Convergência (H-C), cuja sustentação está apoiada na endogenidade e não neutralidade do progresso técnico, com investimentos em capital fixo, visto que estes são correlacionados de modo causal com o crescimento, e recursos humanos, tendo como proxy variáveis educacionais, além de admitir retornos crescentes de capital na função de produção<sup>18</sup>. De acordo com Almeida (2000, p.32), ...o processo de convergência ou divergência está relacionado ao progresso técnico endógeno, este basicamente incorporado ao fator trabalho, cuja importância é, igualmente, apontada por Romer (1994), que associa diretamente as origens do crescimento econômico endógeno às contingências do capital humano, argumentando sobre um tipo específico de aprendizado - learning by doing, também evidenciado por Lucas (1988). Nessa visão, a trajetória de desenvolvimento é dada por uma convergência lenta, de longo prazo, com a presença de condicionantes associados ao capital humano, particularmente pelas escolhas deliberadas dos agentes econômicos locais.

Nas duas abordagens, há que se observar a importância do progresso técnico para o crescimento econômico. Na hipótese da exogenidade, o progresso técnico é dado por etapas

---

<sup>18</sup>Para as Novas Teorias do Crescimento Endógeno, os retornos crescentes de capital na função da produção têm fundamentação nas teorias de Myrdal, que insistiam na tendência à divergência, como sugerem Martin e Sunley (2000).

como invenção, inovação e difusão tecnológica, ao passo que, na endogenidade, o progresso técnico é analisado como uma relação entre inovação e aprendizado. O progresso técnico é o fio condutor dessas análises econômicas. Neste sentido, esses estudos orientam-se pelas seguintes questões: Como o progresso técnico ocorre e como é concebido? Por que os países ricos continuam ricos e os países pobres permanecem pobres? Por que países com mesma dotação de recursos podem alcançar diferentes estágios de desenvolvimento? Enfim, por que dos diferenciais de desenvolvimento e crescimento entre países e entre regiões no interior de um mesmo país?

Nessa recente linha de discussão da teoria do crescimento endógeno, destacam-se vários trabalhos que podem ser subdivididos, como sugerem Nelson e Winter (1982/2005), em dois níveis de análise, um denominado teorização formal e outro teorização apreciativa<sup>19</sup>.

### 1.1.1 - A abordagem da teorização formal

Na linha de investigação da teorização formal, vale ressaltar as pesquisas de Barro e Sala-i-Martin (1992) e de Sala-i-Martin (1996). Eles introduzem, nos estudos sobre a Hipótese da Convergência, as noções de  $\beta$ -convergência que ocorrerá, entre grupos de economias, quando o coeficiente  $\beta$  da regressão, referente às taxas de crescimento, for negativo, e de  $\sigma$ -convergência, que sucederá quando a dispersão ou a variação do termo de perturbação do processo, entre os grupos de economias, declinarem ao longo do tempo. O modelo, no entanto, prevê que a existência de  $\beta$ -convergência tende a gerar uma dispersão declinante ou  $\sigma$ -convergência, sendo que esta última aproxima-se do conceito de convergência absoluta, pelo qual as economias convergiriam para um estado estacionário comum (steady-state).

A idéia de  $\beta$ -convergência assume que quanto maior for a disparidade inicial entre as economias (países, regiões, cidades) maior será a taxa de crescimento daquela economia que for atrasada, ou seja, maior será a velocidade do processo de crescimento no sentido de equalizar, ao longo da trajetória, as diferenças em direção a um steady-state comum, para o caso de  $\beta$ -convergência absoluta, ou para seus respectivos steady-states, para o caso de  $\beta$ -

---

<sup>19</sup>No Brasil, a temática da convergência-divergência, na perspectiva do desenvolvimento e crescimento, vem sendo discutida por meio do debate sobre as desigualdades regionais, destacando-se os trabalhos de Azzoni (1994), Ferreira e Diniz (1994), Ferreira e Eller Jr. (1996), Bértola, Porcile e Ehlers (1997), Almeida (1998, 2000), dentre outros.

convergência condicional<sup>20</sup>. Dessa maneira, fica evidente que  $\beta$  corresponde à intensidade do efeito de convergência, que não necessariamente resultará em  $\sigma$ -convergência ou em convergência absoluta, podendo resultar em convergência condicional, apesar de um valor negativo de  $\beta$  implicar a existência de forte tendência à equalização entre as economias. De fato, a existência de  $\beta$ -convergência é uma condição necessária, mas não suficiente para a  $\sigma$ -convergência, ou seja, não existe sustentação para a convergência absoluta, como retrata a Figura 2.

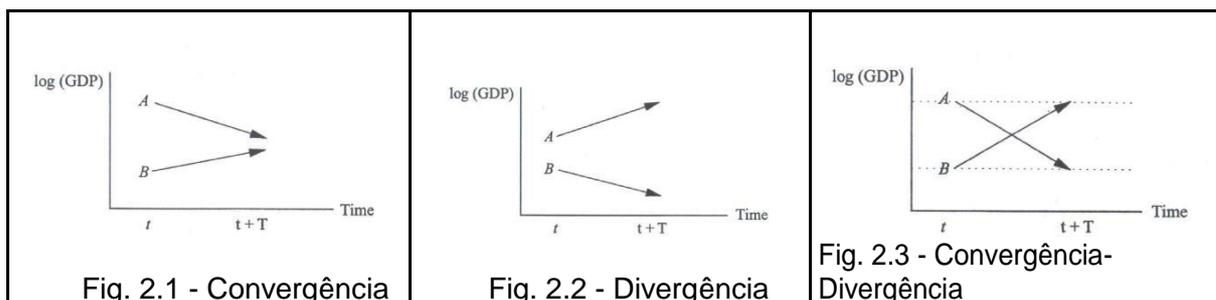


Figura 2 - Relação convergência-divergência na taxa de crescimento segundo Sala-i-Martin (1996).

Fonte: SALA-I-MARTIN, 1996, p.1021.

Na Figura 2, são indicadas as trajetórias de crescimento de dois países hipotéticos: A e B. Em um momento inicial, A é o país mais rico e B é o país mais pobre. Na Figura 2.1, ocorre convergência, pois, enquanto B apresenta taxa de crescimento positiva, A apresenta taxa de crescimento negativa e, conseqüentemente, a dispersão entre os países decresce, como evidenciado na diminuição da distância entre as retas que convergem para o mesmo ponto, ocorrendo  $\beta$ -convergência e  $\sigma$ -convergência, simultaneamente. Na Figura 2.2, contrariamente, verifica-se divergência, visto que A mantém taxa de crescimento positiva, enquanto B mantém taxa de crescimento negativa, não ocorrendo, portanto, nem  $\beta$ -convergência e nem  $\sigma$ -convergência, como retratado no efeito divergente das duas retas que se separam progressivamente. Na Figura 2.3, o país B, com taxa de crescimento positiva, e o país A, com taxa de crescimento negativa, estão, num instante inicial, convergindo para o mesmo ponto, num efeito convergente dos processos, uma vez que acontece  $\beta$ -convergência. Todavia, a partir desse ponto comum, a dispersão entre as economias aumenta, incluindo  $\beta$  positivo, e tais países iniciam um processo divergente, pois não há  $\sigma$ -convergência. Na verdade, observa-se uma reversão dos processos de convergência para divergência, pois prevalece apenas a  $\beta$ -convergência, quer dizer, as economias pobres tendem a crescer mais rapidamente que as ricas, pelo forte impulso de alavancagem, como na idéia de desafio-resposta de Gerschenkron

<sup>20</sup> Os autores definiram  $\beta$ -convergência como absoluta ou condicional. Na  $\beta$ -convergência absoluta, as economias convergem para um steady-state comum. Na  $\beta$ -convergência condicional, as economias convergem para seus próprios steady-states (Barro e Sala-i-Martin, 1992 e Sala-i-Martin, 1996).

(1962) e pela ausência de mecanismos capazes de assegurar a continuidade dos processos convergentes. Além disso, cumpre registrar que, quando se atinge alguma condição de indiferença socioespacial, tanto maior será o incentivo competitivo para romper com essa condição de homogeneidade, como na idéia de vantagem competitiva de Porter (1989)<sup>21</sup>. Tal processo altera e transtorna a condição de convergência atingida, gerando, em decorrência disso, uma nova divergência, que é reflexo dos processos competitivos. De acordo com Arrighi (1997, p.19), ...a intensidade da competição... varia, no tempo, de acordo com o equilíbrio sempre mutável entre as forças do costume e as forças da inovação. Em realidade, a competição atua nos dois sentidos, pois é fator impulsionador, num processo essencialmente contraditório entre tendências opostas.

A explicação dos diferenciais das taxas de crescimento entre economias, nessa linha de investigação, é bastante limitada, apesar da suposição da endogenidade do progresso técnico e dos rendimentos crescentes, pois o alcance analítico das formulações teóricas retêm importantes suposições dos modelos neoclássicos, a exemplo da competição perfeita e do caráter universal do progresso técnico, condições raramente encontradas na realidade, além de desconsiderar a relação existente entre as atividades de P&D e o avanço tecnológico. Dessa forma, as análises restringem o estudo a uma amostra de países para os quais é possível supor condições socioeconômicas similares.

### 1.1.2 - A abordagem da teorização apreciativa

Na linha de investigação da teorização apreciativa, importa ressaltar as pesquisas de Gerschenkron (1962), que, em suas análises sobre a questão do processo desigual de desenvolvimento nos países da Europa Continental, introduz o mecanismo denominado desafio-resposta. Tal mecanismo procura explicar por que países ou regiões mais atrasadas tendem a crescer mais rapidamente (ou acima da média de crescimento) que os países ou regiões mais avançadas, num sentido ascendente.

A explicação está, conforme Gerschenkron (1962), diretamente associada ao desafio, quer dizer, quanto maior for o desafio a ser ultrapassado ou quanto maior for o grau de atraso, maior será o esforço de crescimento do país ou da região em questão, o que inclui transferência de tecnologia e aprendizado para superar o hiato tecnológico e para impulsionar

---

<sup>21</sup>Vale acrescentar que a competitividade favorece a divergência, enquanto que a complementaridade favorece a convergência. Em uma realidade complexa, como a de uma rede urbana, competitividade e complementaridade são processos que coexistem.

e acelerar o processo de crescimento e desenvolvimento. Em sendo esse esforço forte o suficiente para impulsionar o início do processo de crescimento e desenvolvimento, será também o bastante para manter tal processo por longo tempo, projetando uma situação de convergência absoluta. Gerschenkron (1962, p.8), avaliando o atraso econômico em uma perspectiva histórica, aponta, por exemplo, que as oportunidades de industrialização ...variam diretamente segundo o grau de atraso de um país, ou seja, quanto mais atrasado estiver o processo de industrialização em um determinado país, mais promissora será a alavancagem em direção à industrialização.

Com relação ao progresso técnico, Gerschenkron (1962) destaca o papel fundamental da transferência de tecnologia e, neste sentido, salienta a importância do aprendizado, em que grupos de economias defasados imitariam, visto que o custo de imitação tende a ser menor do que o da inovação, as novas tecnologias desenvolvidas pelas economias tecnologicamente mais avançadas, supondo, obviamente, uma certa universalidade do progresso técnico, na qual a difusão tecnológica poderia sustentar a convergência absoluta. Nessa perspectiva, a convergência entre os distintos grupos de economias ocorreria por meio da imitação e do aprendizado da tecnologia.

Essa postura foi, do mesmo modo, adotada por Abramovitz (1986) por meio da Hipótese do Catch-up, que assume que países e regiões atrasados podem apresentar taxas de crescimento mais elevadas que os países e regiões avançadas, contanto que já tenham alcançado um certo nível de capacitação tecnológica e de condições infra-estruturais e de desenvolvimento social. A principal contribuição dessa hipótese, além de reconhecer o papel preponderante da transferência de tecnologia (suposição de difusão tecnológica), reside no fato de a possibilidade do catch-up, quer dizer do salto para o crescimento, ser condicionada pela capacidade social do lugar, denominada, pelo autor, social capability, ou seja, não depende apenas da magnitude do hiato inicial, mas também dos esforços locais, que estão relacionados, particularmente, com o nível educacional (fatores condicionantes). Um país atrasado, sem social capability, não terá condições de absorver as novas tecnologias, pois, como afirma Abramovitz (1986, p.388), ...o potencial de um país para crescer rapidamente é forte... quando ele é tecnologicamente atrasado, mas socialmente avançado.

Além disso, a possibilidade do catch-up está também apoiada na ausência de obstáculos à realização de mudanças. Esses obstáculos são, geralmente, criados pelos fortes interesses das elites tradicionais, que se comportam no sentido de assegurar a continuidade da situação costumeira - forças de costume, segundo Arrighi (1997). Abramovitz (1986) ainda destaca a importância da competência social, isto é, à existência de capacidade social e de

aprendizado tecnológico associa-se a competência social para promover transformações políticas e sociais requeridas ou necessárias para a manutenção de um processo de crescimento que rompa com a ordem estabelecida em um dado momento - ordem costumeira, de acordo com Arrighi (1997). Na opinião de Abramovitz (1986), a manutenção do ritmo do processo de catch-up está assegurada por meio da evolução permanente da capacidade social e pela diminuição progressiva do hiato tecnológico, por meio da transferência e do aprendizado tecnológico. Nesse caso, pode vir a ocorrer que países ou regiões atrasadas venham a superar países ou regiões avançadas, não havendo, portanto, convergência, mas uma nova divergência ao final do processo, à medida que se gera uma nova situação ou ordem, porém em favor dos países ou regiões que alavancaram o processo de crescimento - tais processos, nas palavras de Arrighi (1997, p.19), ...suscitam novas ordens costumeiras. Nesse sentido, a divergência na trajetória de desenvolvimento é mais provável, tendo em vista que não existem mecanismos capazes de garantir, mesmo a longo prazo, os processos de convergência. As ordens costumeiras, como situações estanques, podem resultar no desaparecimento dos efeitos estimulantes.

Entre os modelos da teorização formal e os da teorização apreciativa, o contraste é visível. Os primeiros são fortemente influenciados pela abordagem neoclássica, cujas limitações mais importantes centram-se nas hipóteses de retornos decrescentes do capital e de neutralidade e exogeneidade do progresso técnico, sendo, de fato, considerados modelos neoclássicos ampliados, pois alteraram a função de produção para admitir retornos crescentes de capital, e, por conseguinte, o progresso tecnológico é incluído como endógeno, mantendo, no entanto, uma abordagem essencialmente descritiva que não diz muito sobre os processos envolvidos. Os segundos, em contraposição, incrementaram ainda mais o modelo admitindo, além dos retornos constantes ou crescentes de capital e da endogeneidade tecnológica, a variável capital humano e o aprendizado tecnológico como fatores-chave, discutindo amplamente os processos de transferência e difusão de tecnologia, visto que as inovações tecnológicas nos países desenvolvidos constituem-se em oportunidades para os demais países.

Atualmente, as evidências empíricas da convergência, na visão mais otimista dos economistas associados à temática, revelam que as taxas de convergência são lentas, ou seja, são muito mais lentas do que as taxas esperadas e propostas pelos modelos, especialmente os da teorização formal, de orientação neoclássica. A convergência, em nível internacional, ocorre nos chamados clubes de convergência, geralmente formados por países com características estruturais similares, pois os modelos apostam que economias semelhantes convergirão entre si, a exemplo das evidências de convergência de longo prazo encontradas

no conjunto de países analisados por Maddison (1982), assim como das pesquisas de Barro e Sala-i-Martin (1992; 1992a; 1995) e Sala-i-Martin (1996)<sup>22</sup>. Martin e Sunley (2000, p.18), entretanto afirmam que ...a conclusão geral desses estudos é que apenas quando a atenção restringe-se ao conjunto dos países ricos da OCDE existe alguma sustentação para a convergência absoluta. De Long (1988, p.1148), todavia, contesta tal premissa, posto que a realidade anula, irrevogavelmente, a idéia da convergência. Segundo esse autor, ...os dados de longo prazo não mostram convergência nem na mais otimista leitura... as forças que levam à 'convergência', mesmo entre as nações industriais, parecem menos fortes que as forças que conduzem à 'divergência'. Quando se estende a análise a um conjunto amplo de países, no sentido de incluir países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a evidência de convergência desaparece por completo, pois esta não existe entre os distintos clubes de países, nem mesmo como realidade aparente.

Como alternativa, os economistas procuraram restringir a análise ao nível regional, procurando neste nível evidências de convergência de longo prazo. De acordo com Barro e Sala-i-Martin (1995), ...embora existam entre regiões diferenças... elas provavelmente são menores do que as que existem entre países. Os autores argumentam que ...essa relativa homogeneidade [regional] significa que é mais provável a convergência absoluta ocorrer entre regiões dentro de um país do que entre países, uma vez que as regiões tendem a apresentar maior possibilidade de compartilhar características estruturais similares do que os distintos países e, portanto, os ...sistemas regionais tendem a apresentar evidências muito maiores de convergência absoluta de longo prazo. Assim como ocorrido no nível internacional, as análises realizadas encontraram evidências de convergência regional de longo prazo no interior dos países de economia avançada, como evidenciam as pesquisas de Barro e Sala-i-Martin (1992, 1992a, 1995) e de Sala-i-Martin (1996). Armstrong (1995), por sua vez, observou tendências à convergência regional em países na Europa, EUA e Austrália. Nos demais países, não há indícios de convergência regional nem internamente, entre suas próprias regiões, e nem destas com as demais regiões do grupo de países, como relata a pesquisa de Giarrantani e Soeroso (1985), que analisaram a hipótese da convergência na Indonésia, não encontrando, entretanto, evidências de que um processo de convergência regional estivesse ocorrendo.

---

<sup>22</sup>Com relação aos países, tem-se a hipótese de três clubes de convergência, grosso modo, um dos países ricos, outro dos países em desenvolvimento e um outro dos países subdesenvolvidos (Barro e Sala-i-Martin, 1992). Ressalta-se que, entre os estudiosos do desenvolvimento desigual, Amin (1976) é um dos que vai mais longe na diferenciação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

## 1.2 - A perspectiva socioantropológica

Nas ciências socioantropológicas, a teoria da evolução sociocultural orienta os estudos sobre o desenvolvimento desigual das sociedades, bem como as análises sobre as formas de superação do atraso com que se defrontam algumas dessas sociedades<sup>23</sup>.

De modo geral, tais estudos norteiam-se pela discussão da mudança social, que se imprime diferencialmente sobre as sociedades, resultando em desenvolvimento desigual, pensada numa perspectiva evolucionista, em termos multilineares e fundamentada na noção de causalidade necessária, já que fatores causais, sejam por imperativos, condicionamentos ou contingenciamentos, conduzem as sociedades à mudança ou à perpetuação de suas formas e estruturas. Segundo Giddens (1991, p.14), tais teorias, embora não sejam teleologicamente inspiradas, posto que admitem a possibilidade de desvios nesse padrão, ...vêm a história humana como tendo uma direção global, governada por princípios dinâmicos gerais.

A evolução das sociedades, conforme Ribeiro (1970, p.33), é inteligível por meio do complexo formado pelos sistemas adaptativo, associativo e ideológico que mantêm, entre si, conexões necessárias e igualmente integradoras. O sistema adaptativo ou tecnológico ...compreende o conjunto de práticas através das quais uma sociedade atua sobre a natureza... num esforço produtivo de prover a subsistência, associado, portanto, à produção e à reprodução das condições materiais de existência e, por isto, agrega como conteúdo essencial o caráter indispensável, acumulativo e irreversível da tecnologia. O associativo ou social ...compreende o complexo de normas e instituições que permite organizar a vida social e ...ordenar a interação social, ou seja, a vida de relações, culminando nas formas de estratificação social, de divisão do trabalho, de propriedade, de unidade política, entre outras. O ideológico ...é representado pelos corpos de saber, de crenças e de valores transmitidos de geração a geração pela capacidade de comunicação simbólica, sendo responsável pelo enquadramento da vida social, na interação entre os sistemas adaptativo e associativo, no sentido de organizar e qualificar a conduta social.

Esses sistemas atuam essencialmente como ...forças causais uniformizadoras, segundo Ribeiro (1979, p.36), pois, mesmo que as sociedades variem amplamente em seus modos de ser, isto é, mesmo que apresentem estruturas e formações sociais bastante diferenciadas, não

---

<sup>23</sup>Tais teorias, segundo Ribeiro (1979) e Sztompka (1998), estão apoiadas em estudos fundamentados no evolucionismo clássico, a exemplo de Morgan; no neo-evolucionismo, a exemplo de Childe, White e Steward; no materialismo histórico, a exemplo dos estudos de Engels e Marx, aí incluindo a teoria da formação socioeconômica; e também em estudos contemporâneos, dentre estes os de Wallerstein (2001), Touraine (1997, 1998, 1999), Giddens (1991, 2004), Elias (1990).

variam arbitrariamente. De acordo White (1959), é por essa razão que ...o processo evolutivo deve ser conceituado como homogeneizador e direcional, numa clara idéia de inevitabilidade e irreversibilidade dos processos sociais.

Além de atuar simultaneamente como imperativos e como condicionantes sociais, esses sistemas coexistem e agem de forma integrada e combinada, assim como em oposição de um em relação aos outros, quer dizer, tais complexos não apenas combinam como também se opõem entre si, gerando uma dualidade combinação-oposição. De acordo com Ribeiro (1970, 1979), nesse campo de forças, expresso por essa dualidade, residem os fatores causais da dinâmica social. A mudança social é acionada por forças geradas no ponto de tensão, de desequilíbrio entre esses três sistemas, cujos caracteres podem ser tanto progressivo como regressivo. Nas palavras de Ribeiro (1970, p.35), ...essas inovações, oposições e redefinições são os fatores causais da dinâmica social que atuam conjuntamente dentro de complexos que eles acionam mas que, por sua vez, os condicionam. De fato, a articulação entre esses sistemas é dado fundamental, pois os sistemas com força imperativa transformam e são transformados pelos sistemas que impõem condições para a realização da dinâmica generalizante.

Nesse sentido, a dinâmica social pode ser acionada por meio da introdução de inovações tecnológicas. Estas inovações atuam com efeito determinante, em razão do seu caráter necessário, acumulativo e irreversível, resultando em mudanças qualitativas e, muitas vezes, radicais<sup>24</sup>. Porém essas inovações podem encontrar oposição nos interesses de grupos ou agentes sociais, uma vez que a estrutura social influi com capacidade condicionadora<sup>25</sup>. Nesse contexto, cabe ao sistema ideológico operar ora como fator fecundante, ora como fator limitativo da dinâmica social (Ribeiro, 1970; Ribeiro, 1979). A esse respeito, White (1959, p.353) afirma que ...todo sistema social se apoia sobre um sistema tecnológico e é determinado por este último. Mas todo sistema tecnológico funciona dentro de um sistema social e é, em conseqüência, condicionado por ele.

De fato, os imperativos e condicionantes tecnológicos, sociais e ideológicos, com suas necessárias conexões, definem a trajetória da mudança, da transformação, de modo ...que a

---

<sup>24</sup> Como observa Ribeiro (1979, p.34), existe consenso ...quanto ao poder de determinação dos conteúdos tecnológicos sobre os sociais e ideológicos, embora isto não exclua a possibilidade de atuação dos outros dois conteúdos, que agem como forças condicionadoras, vinculadas às condições sociais em que as primeiras operam, ou seja, aos conteúdos de regulação social e aos conteúdos ideológicos. Além disso, vale mostrar que as tecnologias estão inseridas em sistemas sociais e, por esta razão, são condicionadas por eles. Ressalta-se que a modernização desigual é, fundamentalmente, elemento de diferenciação do espaço.

<sup>25</sup> Nas observações de Ribeiro (1979, p.39), ...todo sistema tecnológico funciona dentro de um sistema social e é, em conseqüência, condicionado por ele.

uma classificação de etapas evolutivas de base tecnológica devam corresponder classificações complementares fundadas nos padrões de organização social e nos moldes de configuração ideológica, como sugere Ribeiro (1979, p.21), pois a tendência à equalização é intensificada quando da generalização de novas tecnologias.

Dessa maneira, a explicação dos processos de mudança social deve ser buscada, primeiramente, nos fatores dinamizadores da transformação, isto é, ...nas forças geratrizes; e, em seguida, ...nas condições sociais sobre as quais tais forças operam, ou seja, nos condicionamentos provenientes dos contextos histórico-geográficos precedentes, dos contextos então vigentes, valendo frisar que a realidade social ...tem como característica principal a sua natureza de produto histórico, como salienta Ribeiro (1970, p.25).

Essas forças geratrizes, comumente associadas à dinâmica universal da evolução, isto é, explicadas como resultado de processos históricos gerais de transformação, que atingem variavelmente as sociedades; e esses condicionamentos, sobre os quais tais fatores gerais atuam, portanto, relacionados com as dinâmicas singulares e particulares, são ...susceptíveis de acarretar o surgimento e a perpetuação dos extremos de atraso e de progresso.

Nesse sentido, como sugere Ribeiro (1970, p.26), a evolução das sociedades está orientada por efeitos divergentes e convergentes, haja vista que elas experimentam dois processos simultâneos e complementares de autotransformação, de modo que um é dado pela inevitável evolução social e responsável pela homogeneização, por conseguinte, associado ao plano universal; e o outro responde pela diversificação ou diferenciação, associado aos planos singulares e particulares. Ressalta-se que o processo com caráter diversificador ou divergente, de acordo com Ribeiro (1979, p.36), ...colore com qualidades particulares a cultura de cada sociedade, especializando-a a certo ambiente ou desviando o rumo do seu desenvolvimento, em virtude de acontecimentos históricos particulares.

Aos processos de autotransformação, que são fatores internos, acrescentam-se os fatores externos, porquanto as sociedades não existem isoladamente, ao contrário, estão em permanente contato, direto ou indireto, com outras sociedades. Ribeiro (1979, p.39) observa que os fatores externos, dados especialmente pelos processos de difusão<sup>26</sup>, são também importantes modeladores do processo evolutivo, sendo sua importância tão decisiva que ...uma teoria da evolução sócio-cultural só será satisfatória se combinar... esses motores

---

<sup>26</sup>O modelo de difusão espacial desenvolvido por Hägerstrand (1967), em sua obra *Innovation Diffusion as a Spatial Process*, inspirou a construção de modelos complexos para a compreensão de uma variedade de processos espaciais. Santos (1985) salienta que o próprio Hägerstrand considerou, em seu modelo de difusão de inovações, a importância da dimensão temporal na interpretação analítica do espaço.

básicos da evolução. Da mesma maneira como para os processos de autotransformação, os fatores externos possuem racionalidades ora convergentes, ora divergentes, presididas por determinantes universais, assim como por condicionamentos singulares e particulares, em um contexto relacional explícito entre conteúdos internos e externos.

Os estudos revelam, portanto, que esses são os motores reais da evolução sociocultural. Dessa forma, a focalização conjunta entre as determinações universais - homogeneizantes - e as singulares e particulares - tendentes à diversificação - possibilita uma compreensão real da evolução. Ribeiro (1979) salienta que é preciso adotar uma perspectiva mais ampla que vislumbre a homogeneização e a diversificação como o resultado do choque entre fatores internos de autotransformação e fatores externos, que envolvam os contextos socioeconômicos e histórico-culturais, bem como levem em consideração os aspectos conjunturais e estruturais da mudança.

Nessa perspectiva, três linhas de análise básicas orientam a explicação do desenvolvimento desigual como produto da mudança social. A primeira linha leva em conta os fatores socioeconômicos, pensados como aqueles que atuam na vida social como causais ou como condicionantes da transformação. A segunda considera, em uma perspectiva diacrônica, os fatores histórico-culturais, que representam os contextos sociais nos quais se desencadeiam os fatores causais e condicionantes. Por fim, a terceira linha avalia, em uma perspectiva sincrônica, os fatores conjunturais, que são revelados por meio de situações de tensão e de oposição deliberadas entre as sociedades tidas como desenvolvidas e as tidas como subdesenvolvidas. A combinação dessas três linhas de abordagem, de acordo com Ribeiro (1970), permite entender os processos de evolução social e o desenvolvimento desigual, haja vista que propicia o registro de regularidades, proporciona um conhecimento seqüencial dos acontecimentos, sejam eles entendidos como antecedentes ou como conseqüentes de cada contexto social, assim como possibilita apreender o momento de contato, de interação e de interinfluência entre as sociedades, e os momentos de mudanças qualitativas de caráter radical.

A Figura 3 sintetiza essa relação entre as determinações homogeneizadoras, associadas aos processos de convergência, e os condicionamentos e contingenciamentos diversificadores, relacionados com os processos de divergência. Tanto nas situações de progresso quanto nas de estancamento e regressão, forças de homogeneização e de diversificação atuam nas formações sociais em dois sentidos: um convergente, que age com a finalidade de integrar e uniformizar; e outro divergente, que opera com a intenção de qualificar com particularidades. Na atuação desses processos, visualiza-se o caráter tendente à perpetuação e à reiteração das

formações sociais, seja nas situações de desenvolvimento e progresso, seja nas condições de estancamento e regressão.

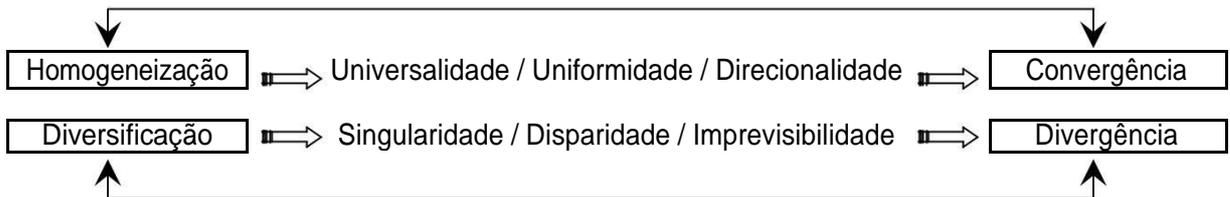


Figura 3 - Relação homogeneização=convergência e diversificação=divergência.  
Organização: BESSA, 2007.

Enfim, tais estudos indicam que a dinâmica sociocultural é ativada por processos de desenvolvimento, num sentido evolutivo, progressivo e multilinear. Esses processos, por sua vez, são desencadeados por forças causais, que agem como imperativos, condicionamentos ou contingenciamentos, em sua maioria, uniformizadoras, à medida que operam, como aponta Ribeiro (1979, p.37-38), de forma regulada e direcional. Os processos de desenvolvimento são regulados à proporção que as sociedades se ...desenvolvem pela acumulação de compreensões comuns. Do mesmo modo, o desenvolvimento é direcional em razão da ...contingência de gerar-se dentro destes enquadramentos uniformizadores. A respeito das características uniformizadoras, reguladoras e direcionais do processo de desenvolvimento, Ribeiro (1979, p.38) observa que a sociedade ...pode experimentar mudanças rápidas, propagá-las sem grandes limitações espaciais ou temporais, e redefinir-se permanentemente, compondo configurações cada vez mais inclusivas e uniformes. Trata-se de processos orientados por princípios unificadores de organização e de transformação.

Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento sociocultural deve ser considerado como homogeneizador e direcional, sendo, portanto, gerador de uma estrutura praticamente comum a todas as sociedades, ou seja, os imperativos são de caráter universal, da mesma maneira que há uniformidade em seus resultados, pois, diante dessas forças homogeneizadoras e sob a bandeira do progresso e do desenvolvimento, as sociedades são mais uniformes do que diferenciadas. Tal teoria concebe rigidamente a universalidade como questão de total uniformidade.

Entretanto os condicionamentos e os contingenciamentos contrapõem-se aos imperativos universais, por meio das dissidências que se localizam nas especificidades e nas particularidades e, neste plano de análise, no qual sobressai o exercício das opções, as sociedades são mais diferenciadas do que homogêneas, posto que os processos sociais, edificados sobre legados histórico-geográficos, movem-se em todas as direções possíveis e,

por isto, podem ser direcionais ou não direcionais, lineares ou não lineares, podem ser simplesmente aleatórios, caóticos.

Trata-se de uma contradição inerente entre as tendências universalizantes e o aumento da diferenciação. De fato, dentro dessas tendências universalizantes, as diversidades e as distinções traduzem-se em muitas formas de diferenciação e de heterogeneidade, frustrando, ininterruptamente, a equalização e a homogeneidade, próximas ao sentido de diferença irreduzível, termo emprestado de Mignolo (2003, p.115), oposta e complementar ao estável, ao constante, ao universal. Como salienta Harvey (2004, p.107), são ...forças que trabalham para criar e sustentar essas diversidades, com o surgimento de novos mecanismos de diferenciação que são constituídos pela própria tendência universalizante, contestada internamente pela diversidade de opções e de possibilidades, que divergem em suas implicações.

### 1.3 - Um paralelo entre a visão economicista e socioantropológica: a implicação geográfica

Tais estudos não se dão conta de que convergência e divergência são processos que coexistem e que não existe mecanismo capaz de garantir a convergência e nem mesmo razões lógicas, como fazem supor as teorias neoclássicas, para que a trajetória de crescimento deva convergir, sendo a divergência o resultado mais provável, visto que a assincronia, a descontinuidade e a não-linearidade estão na base da dinâmica evolutiva da estrutura socioeconômica e, conseqüentemente, da organização espacial, cuja diversidade está associada às instabilidades e às mutabilidades dos vastos processos sociais. Mesmo levando em conta aspectos amplos e constitutivos da estrutura social, como na perspectiva socioantropológica, pois cabe reconhecer as diferenças e as heterogeneidades e, por conseguinte, admitir a coexistência dos processos de convergência-divergência, como processos decorrentes da dinâmica econômica, política e sociocultural, ou seja, da longa geografia histórica da sociedade.

Em realidade, no que diz respeito aos processos de convergência e divergência, existem quatro combinações possíveis, em se considerando a fixidez de um dado contexto espacial e de um determinado intervalo de tempo, de duração a priori indeterminada, nas quais predominam um ou outro processo, caracterizando uma fase convergente ou uma fase divergente. Nessas circunstâncias, pode-se lançar mão de um conjunto de esquemas, como

retratado na Figura 4, em que as realidades A e B estão indicadas em tempos distintos,  $T_1$  e  $T_2$ , a linha representa um espaço-tempo, de modo que em  $T_1$  inicia-se a atuação dos processos de convergência ou de divergência. Da combinação desses processos resulta a realidade em  $T_2$ , composta dos acréscimos históricos sobre o legado em  $T_1$ . Assim, na primeira linha, observa-se o par convergência-divergência, isto é, o processo parte de uma situação homogênea, A-B, e chega a uma condição de diferenciação, A e B, em posições distintas, por meio de eventos predominantemente divergentes. Contrariamente, na segunda linha, visualiza-se o par divergência-convergência, ou seja, a partir de condições distintas, A e B são encaminhados para uma situação de similitude, A-B, pois prevalecem os efeitos convergentes. Nesses casos, observa-se uma descontinuidade dos processos, com diferenciais nas trajetórias. Na combinação desses dois processos, têm-se ainda as situações de homogeneidade absoluta e de diferenciação igualmente absoluta, nas quais prevalecem de forma irrestrita os processos em curso. De sorte que, na terceira linha, os processos em parceria são convergência-convergência e resultam na condição A-B, indicando a perpetuação ou a continuidade de uma realidade unitária. Na quarta linha, o par é divergência-divergência, que tem como resultado a permanência das situações distintas, A e B.

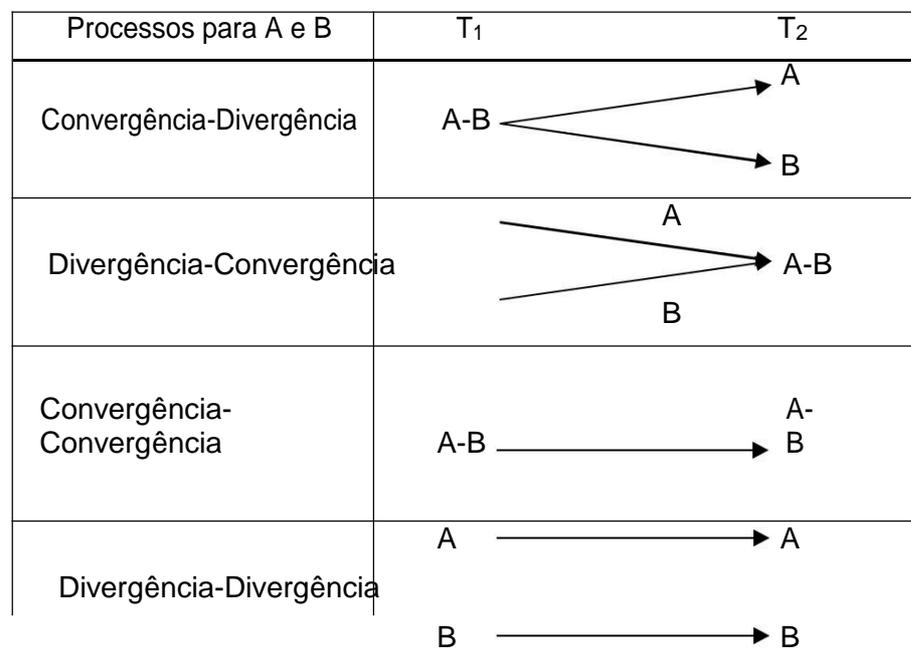


Figura 4 - Possibilidades de combinação dos processos de convergência e divergência, em um dado contexto espaço-temporal. Organização: BESSA, 2007.

Nessas quatro possibilidades de combinação, que consistem numa representação intelectual do movimento ou do ritmo da mudança, em duas situações ocorre, de fato, uma concatenação dos processos, resultando em situações de perpetuação, que asseguram a

continuidade dos processos em curso; e nas outras duas possibilidades observam-se mudanças e reversões, tendo como consequência efeitos distintos da condição anterior, gerando situações divergentes. Nota-se, pois, que a diversidade deriva de processos contraditórios, marcados pela descontinuidade, cuja resultante é a mutação, a mudança, uma vez que as forças de oposição impelem geralmente na direção contrária<sup>27</sup>. No sentido inverso, a unidade deriva de processos estáveis, caracterizados pela continuidade, cujo resultado é a conservação ou perpetuação diante de forças homogeneizadoras. Então, formações socioespaciais podem ser comparadas com base no grau de distanciamento ou de ruptura espaço-temporal que elas incorporam, bem como no grau de convergência ou de continuidade espaço-temporal que apresentam. A interconexão entre um e outro expressa as contradições inerentes ao movimento e à mudança, assim como a duração desses espaços-tempos, em que o tempo perpassa o espaço que, por sua vez, expande e contrai o tempo, num movimento constante e ininterrupto. Tempo e espaço são, assim, paralelos. Nas palavras de Giddens (2002, p.10), ...a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço... que atuam ...na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana<sup>28</sup>.

Contudo, como salienta Smith (1988), a estrutura social e também o espaço não são homogeneizados fora da existência, por meio de processos de convergência absoluta, que resultariam numa a-espacialidade<sup>29</sup>; e nem são diferenciados infinitamente por intermédio de efeitos divergentes, como retratados na Figura 5. Tais processos não existem em si mesmos e nem são absolutos. Antes, esses processos estão profundamente imbricados e, sobretudo, associados a uma descontinuidade sistêmica, em que países, regiões, cidades ou mesmo empresas e instituições podem apresentar reversão na convergência, pela estática ou inércia presente, acentuando os desequilíbrios com o aumento das pressões competitivas, resultando em divergências que, em alguns casos, refletem características conjunturais locais, a exemplo do desempenho econômico favorável acionado pelas práticas inovadoras de elites empreendedoras. Em vista disso, seria enganoso esperar que as trajetórias de países, regiões,

---

<sup>27</sup> Giddens (1991, p. 14) observa que ...existem indiscutivelmente descontinuidades em várias fases do desenvolvimento histórico.

<sup>28</sup> Giddens (1991, p.58) utiliza a expressão desencaixe dos sistemas sociais, como a resultante dos processos de separação ou distanciamento do tempo e do espaço, responsáveis pelo dinamismo da modernidade. Os mecanismos de desencaixe, segundo o autor, retiram ...a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distancias tempo-espaço. Giddens (1991, p.27) segue explicando que ...os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente em cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.

<sup>29</sup> Nessa discussão, Smith (1988, p.174) esclarece que ...a igualização das diferenças e o encolhimento do espaço aparecem juntos. Contudo, segundo o autor, ...a a-espacialidade aqui é o reverso da utopia.

idades pudessem ser reduzidas a um modelo formal, como no caso dos modelos econômicos. Por outro lado, é temerário apostar no caráter direcional e homogeneizador das amplas teorias de evolução sociocultural, pois a realidade, em suas singularidades e particularidades, apresenta importante tendência variante, fazendo-se necessário, como observa Giddens (1991), desconstruir a narrativa do evolucionismo para, dessa maneira, identificar as descontinuidades e indagar sobre o ritmo e o escopo da mudança, assim como sobre sua natureza intrínseca ou extrínseca.

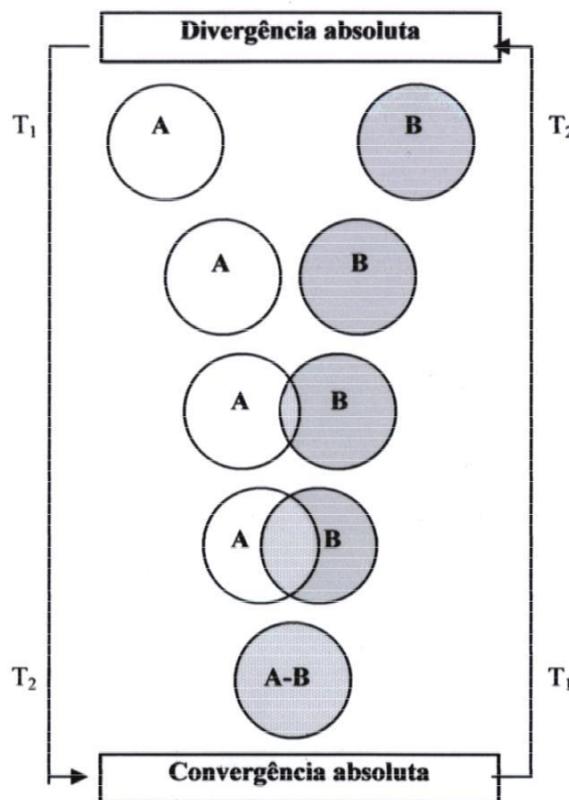


Figura 5 - Estágios de divergência-convergência/convergência-divergência, num contexto de absolutização dos processos.  
Organização: BESSA, 2007.

Desse modo, não há equilíbrio no sentido de condições socioespaciais homogeneizadas. Mesmo em condições iniciais semelhantes, os eventos, especialmente sob a lógica capitalista, tendencialmente homogeneizante, irão promover a diferenciação<sup>30</sup>, que poderá ser mantida por certo tempo, dependendo das estratégias de permanência e de reiteração da situação posta, ou seja, das estratégias de resistência das situações enraizadas. Até que novos eventos, orientados sobretudo por processos opostos, que estão, geralmente, em situação de desvantagem, alavanquem o processo de convergência. Em se estabelecendo

<sup>30</sup>De acordo com Arrighi (1997, p.19), ...o capitalismo tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um momento dado.

novamente a situação de homogeneidade, as chances de reversão são significativas, pois quem impulsionou o processo permanecerá com movimento positivo, ao contrário daquele que está vinculado aos processos de permanência, que geram estacamento e, provavelmente, regressão. A tendência à diferenciação emerge novamente. Existe, na verdade, um equilíbrio sempre mutável ou uma descontinuidade sistêmica entre os efeitos de convergência e os efeitos de divergência, posto que o caráter dinâmico é explicado como resultado do sistema investimento-lucro-reinvestimento, que, combinado com a tendência declinante da taxa de lucro, ocasiona uma disposição constante para o sistema se expandir.

Nesse aspecto, essas teorias, sejam orientadas pelos modelos neoclássicos ou pelas Novas Teorias do Crescimento Endógeno, não conseguem explicar satisfatoriamente as mudanças e as reversões nos padrões de crescimento e de desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito às condições de queda relativa ou absoluta, nem mesmo esclarecer o caráter lento ou até inexistente dos processos de convergência, cujo efeito é retardado em decorrência das forças de permanência, ou ainda, explicar o porquê da ineficiência das forças, na maioria das vezes, políticas, que deveriam limitar ou amenizar a divergência. Além disso, tais teorias expõem forte conotação ou utilidade ideológica, principalmente no sentido de justificar a ação e os investimentos do Estado.

A perspectiva socioantropológica, por sua vez, trata a questão num contexto amplo e universalizante, que desconsidera as pontualidades e as virtualidades, em que, certamente, as singularidades e as particularidades se fazem presentes no sentido de garantir a diversidade e o confronto entre tais racionalidades. A tendência universalizante homogeneizadora é sucessivamente frustrada por forças igualmente importantes no âmago das formações socioespaciais, que tendem para um contínuo desequilíbrio e um recriar das diferenças. Em realidade, os fatores internos interagem com os fatores externos imperativos e os complementam, produzindo particularidades. Essas relações internas, localizadas no interior das formações socioespaciais, são determinadas pelas relações sociais locais e podem ser simétricas ou assimétricas. Os pesos assimétricos das internalidades relacionais são diferenciadores, especialmente pela multiplicidade dos aspectos conjunturais ou contingenciais envolvidos na interação entre interioridades e exterioridades. As teorias de evolução sociocultural, em sua grandiosidade, não previram como e em que medida a variedade local poderia torna-se dinâmica no processo universalizante homogeneizador. O exame das singularidades e particularidades revela essa importância dinâmica. Ainda no início do século XX, La Blache (citado por Thrift, 1996, p.223) argumenta que a Geografia procurava...

...avaliar e descrever diferenças entre regiões que não são apenas extraídas de um conjunto de forças “universais” que se juntam em combinação com diferentes lugares, mas que também dependem da personalidade dos lugares em si... que ...contêm seus próprios poderes para contra-atacar as forças universais, mudando-as e até mesmo produzindo novas forças.

Os efeitos da universalidade e da direcionalidade, impulsionados pelo desejo de homogeneidade e pela necessidade implícita de hegemonia, que bem caracteriza o processo secular de globalização, são limitados pela contingência e pelas vicissitudes, que desequilibram continuamente os processos de transformação social. Cumpre registrar que também os efeitos ou as implicações do espaço e do tempo ficam mais aparentes no caso das contingências. As singularidades e particularidades permitem a realização de certos efeitos sobre a estrutura universalizante, que é sempre mediada pela contingência e pelas implicações do espaço e do tempo. Soja (1985) faz um alerta sobre as relações entre espaço e contingência, afirmando que ...a contingência da vida social... não surge com base em determinações independentemente estabelecidas, mas com base nas origens sociais da espacialidade, sugerindo a incorporação da diferença geográfica como fator condicionante. As teorias de evolução sociocultural dedicam pouca atenção aos contextos e às implicações geográficas. Como sugere Thrift (1996, p.239), ...a distribuição no espaço geográfico... continua suficientemente grande para oferecer evidência do eu e dos outros, das interioridades e das exterioridades, das outras histórias e geografias.

Dessa forma, faz-se necessário construir uma ampla abordagem histórica e geográfica para essas questões. Tal perspectiva abre possibilidades para considerar, fora do quadro analítico de equilíbrio estático e universalizante dessas teorias, a formação, a natureza e a trajetória real desses processos, correlacionando as fases de convergência com as fases de divergência no sentido de explicar a evolução desigual, que deriva da assincronia desses processos, e de tornar inteligível o equilíbrio sempre mutável ou a descontinuidade sistêmica entre tais processos, cujos embates ocorrem principalmente nas escalas do singular e do particular. A diversidade surge como resultado da inter-relação desses processos, nem sempre complementares e freqüentemente antagônicos, oriundos em escalas distintas, posto que, no plano epistemológico, a dialética entre os níveis de apreensão do real traduz-se nas relações abaixo descritas na Figura 6.

Martin e Sunley (2000) propõem estudos históricos mais contextualizados, que sejam mais sensíveis aos detalhes e às especificidades de cada lugar particular e que busquem analisar as verdadeiras raízes da diferenciação espacial, especialmente naquelas situações de reversão, nas quais se destacam as mudanças de convergência para a divergência ou de

divergência para a convergência, assim como naquelas que mantenham a continuidade dos processos.

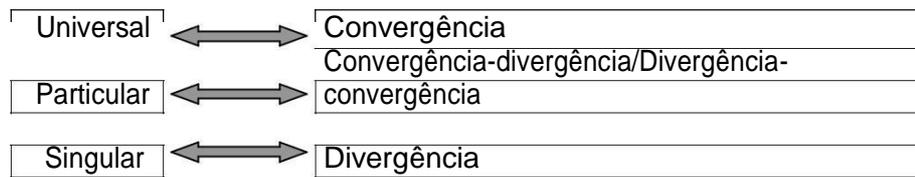


Figura 6 - Relação dialética entre os níveis de apreensão de real e os processos de convergência-divergência. Organização: BESSA, 2007.

Assim, faz-se necessário historicizar os contextos, quer dizer, orientar-se pelo entendimento da mudança histórica, bem como captar a importância dos agentes econômicos, políticos e sociais, assim como das estruturas institucionais, primordialmente daqueles que apresentam habilidades em promover ou absorver as inovações, sejam elas produtivas ou organizacionais.

Igualmente, faz-se necessário espacializar tais processos, uma vez que o espaço constitui-se em reflexo, meio e condição. Entre os modelos de crescimento e desenvolvimento acima expostos e a abordagem da Geografia, existem nítidas diferenças em termos de teoria e de método. Primeiramente, porque a dimensão espacial dificilmente pode ser enquadrada em modelos formais de crescimento, fundamentados em concepções matemáticas, com análises estatísticas extensivas, que desconsideram a ...importância da contingência geográfica e que conflitam com a ...concepção geográfica de diversidade e de especificidade, como sugerem Martin e Sunley (2000, p.33). Além disto, há que se ponderar que os elementos-chave considerados nos modelos de crescimento endógeno - retornos crescentes de capital, formação de capital humano e progresso tecnológico - atuam desigualmente no espaço, assim como são espacialmente diferenciados, produzindo diversidade territorial. Esses elementos podem inclusive fluir de um lugar para outro, de acordo com os interesses dos agentes econômicos, e, dessa forma, acentuar os desequilíbrios. Os lugares, por sua vez, podem ser reabilitados. A implicação espacial, ou variação espacial, tomando emprestado o termo de Thrift (1996), ou ainda, ajustes espaciais, expressão usada por Harvey (2004), é dado fundamental<sup>31</sup>. Por outro lado, as práticas e as estratégias dos agentes são imprevisíveis e também são dados essenciais que permitem interpretar a constituição e a diferenciação do espaço.

<sup>31</sup> Silveira (1999, p.422) ressalta que ...o 'território' parece ser um personagem rebelde às máscaras. Santos (1993, p.118), nesse mesmo sentido, observa que ...os processos espaciais são condicionantes duráveis das ações inovadoras... que ...dependem do quadro geográfico, que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana. Trata-se, na verdade, de uma espessura do contexto espacial, fazendo um paralelo com a expressão de Braudel acerca da espessura do momento histórico, como parafrazeou Santos (1993).

Há que se levar em conta que tais modelos deixam de historicizar e geografizar as mudanças, tornando-se, dessa forma, inadequados para o seu entendimento, pois pouco dizem sobre a natureza, o ritmo e o escopo da mudança. Nesse sentido, tais modelos tornam-se incapazes de revelar os processos envolvidos na trajetória de crescimento, pois ...vêm-se constrangidos por sua adesão a um quadro analítico de equilíbrio que impõe muitas e importantes limitações, como referem Martin e Sunley (2000, p.33). Esse quadro analítico de equilíbrio estático formal impossibilita a apreensão dos contextos histórico-geográficos que conformam os processos de mudança. Além disto, negligencia a atuação plural dos agentes econômicos, políticos e sociais, assim como não esclarecem como tais atuações correlacionam-se com os períodos de convergência e de divergência. Vale ressaltar que muito pouco é dito sobre como o processo de crescimento é dirigido, encorajado ou restringido, ou ainda, sobre como a capacidade social é determinada e como se desenvolve ao longo de tempo, apesar de ocuparem papéis fundamentais nesses modelos. Desconsidera também os investimentos estrangeiros e as atividades e intervenções do setor público. Enfim, tais modelos negligenciam a preeminência dos contextos, além de julgar que o êxito econômico repousa sobre um conjunto de fatores comuns.

Os estudos socioantropológicos, por sua vez, procuram explicar a evolução sociocultural como resultado de imperativos e condicionamentos, supostamente, universais e direcionais, desconsiderando os processos históricos e geograficamente específicos e contingentes. Embora a explicação seja pertinente, no plano universal, ela tende a deixar em segundo plano a indispensável sensibilidade histórico-geográfica.

A ênfase dos estudos econômicos na convergência ou na hipótese da convergência é impulsionada pela necessidade implícita, ou até mesmo explícita, de homogeneidade, cuja retomada da discussão, nos anos de 1980, quando da proliferação dos trabalhos sobre as convergências internacionais e inter-regionais, associa-se à idéia de homogeneidade presente na globalização, representando uma necessidade implícita de hegemonia. Contudo as taxas de convergência são muito lentas ou praticamente inexistentes, além do mais, os próprios elementos-chave inerentes aos modelos de crescimento evoluem desigualmente, resultando em diferenciações. Assim, como argumentam Martin e Sunley (2000, p.42), há que se ...reconhecer que os mecanismos de crescimento, ressaltados pela teoria, operam desigualmente no espaço..., mas também há que se ...considerar que esses próprios mecanismos são espacialmente diferenciados e, em parte, geograficamente construídos.

Trata-se, realmente, disto, os aspectos universais não se inserem de forma homogênea, pelo contrário, fazem-no de forma incompleta, seletiva e desigual, cujo exemplo mais notório

é, atualmente, a globalização. Dessa maneira, o próprio movimento universalizante produz diferenciação e desigualdade, e, por isto, a pertinência da lei do desenvolvimento desigual e combinado, diretamente vinculada aos aspectos hegemônicos. Por outro lado, os contextos, já bastante diferenciados, como resultado de outras justaposições, reagem a essa inserção de forma simétrica ou assimétrica, sendo a diversidade socioespacial resultado da articulação entre características da diferenciação espacial prévia e as necessidades prementes das forças hegemônicas. Por efeitos convergentes, os contextos alinham-se à dinâmica universal, no sentido de atender, mais prontamente, ao seu movimento, garantindo uma homogeneização relativa e sua conseqüente inserção. Por efeitos divergentes, os contextos conflitam ou mesmo negam o movimento universalizante, hegemônico, produzindo uma diversidade efetiva, que se traduz não apenas em desigualdade, mas, sobretudo, em diferença qualitativa, em distinção. Destarte, a leitura da formação socioespacial, da região, do território e do lugar são dados relevantes para tornar inteligível essa diferenciação, cujas implicações são potencialmente divergentes.

Há, de fato, muitas questões envolvidas nessa problemática, baseadas essencialmente nas contradições e antagonismos do mundo social. Para cada autor que enfatiza a eliminação das diferenças e a universalização das ações convergentes, inclusive argumentando sobre o fim do espaço, há outro autor que destaca o aumento das diferenças e seus efeitos divergentes sobre a estrutura socioespacial, notadamente sob a égide da globalização-fragmentação, desfazendo a tese que sustenta a indiferenciação espacial<sup>32</sup>. Contudo uma das explicações mais valiosas está na identificação da dinâmica relacional e contraditória entre os processos igualizadores, inerentes aos imperativos universalizantes, com forte tendência à homogeneização, por meio de efeitos convergentes, e processos diferenciadores, surgidos no interior das formações socioespaciais, com tendência à diversilidade, por meio de efeitos divergentes. Dessa dinâmica relacional e contraditória, resulta a complexidade da estrutura socioespacial, em escalas múltiplas, determinada pelas tendências opostas, porém, combinadas, para a igualização e para a diferenciação, para a homogeneidade e para heterogeneidade, como resultantes da assincronia entre os processos convergentes e divergentes, respectivamente.

Outra explicação de importância relevante está no entendimento de que tal contradição tem uma dimensão espacial premente - a diferenciação espacial, pois essas tendências

---

<sup>32</sup>Mesmo a concepção de que uma sociedade em rede significaria uma sociedade indiferenciada é temerosa, pois, como afirma Bakis (1993, p.66), o próprio desenvolvimento múltiplo de redes ...não tem permitido a aparição de um espaço indiferenciado.

opostas, juntas, produzem uma geografia específica, que passa a ser dado vital<sup>33</sup>. De fato, essa contradição se expressa espacialmente por meio da diferenciação do espaço geográfico, que possui base natural e social, fundamento qualitativo e quantitativo, que exprime atualmente a dinâmica global-local, assim como se apresenta sob muitas formas, inclusive, sob o padrão notório de desenvolvimento espacial desigual, mas que fundamentalmente expressa as múltiplas diferenciações sociais. Trata-se de questões imbricadas, posto que da dialética entre convergência e divergência resulta a síntese dos contrários: a diferenciação espacial.

A diferenciação do espaço geográfico é manifestação concreta e também é processo dessa dinâmica contraditória entre os aspectos convergentes e divergentes, a partir dos quais a indiferenciação do espaço não passa de um mito. Na sua aplicação na Geografia, a noção de diferenciação espacial possui, por conseguinte, uma reflexividade prático-empírica, pois os conteúdos da diferença na paisagem, no território, no espaço são absolutamente reais, concretos. Por outro lado, têm uma reflexividade teórica e metodológica, porquanto se impõe a necessidade de refletir o problema de ser a diferenciação espacial essencial à natureza da Geografia, idéia que será desenvolvida no capítulo a seguir.

---

<sup>33</sup>Ressalta-se que a diferenciação espacial representa dado importante para a compreensão do funcionamento de uma economia, como salienta Massey (1981).

## 2 - Diferenciação espacial e a perspectiva da Geografia

Tendo em vista que os processos de convergência-divergência derivam e criam diferenças espaciais, é necessário discutir o conceito de diferenciação espacial. Trata-se de um termo familiar à Geografia, visto ser esta a ciência do espaço e das categorias espaciais, cujo objetivo é interpretar a espacialidade das realidades concretas, quer dizer, é tornar essas realidades inteligíveis sob seu aspecto espacial, ou ainda, como ensina Haesbaert (2004, p.20), é...elucidar as questões atinentes à dimensão espacial.

A Geografia, de fato, sempre se estruturou no sentido de produzir um conhecimento de natureza espacial: o positivismo clássico orientou a construção de uma geografia das aparências, de uma geografia das superfícies<sup>34</sup>; a abordagem do positivismo lógico determinou a constituição de uma geografia do padrão espacial; e, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, a produção da sociedade ocorre sob a forma de produção do espaço, possibilitando a construção de um saber socioespacial. Todavia tal processo tem como resultante um espaço fragmentado e desigual e, desta maneira, criou-se uma geografia das desigualdades socioespaciais.

O espaço, entretanto, apresenta-se qualitativo e quantitativamente diferenciado. Dificilmente se pode olhar para o mundo sem perceber os distintos conteúdos espaciais, que se assentam sob uma base natural e uma base social. Como argumenta Smith (1988, p.153), ...as diferenças qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas e quantitativas na organização social, e são definidas mediante uma contínua reorganização, quer dizer, a vida social caracteriza-se por uma incessante renovação: na prática socioespacial, o mundo revela-se em suas diferenças, ou seja, em suas diversidades, fundamentos primeiros da própria organização socioespacial, aos quais foram acrescentados as contradições e os antagonismos próprios da reprodução desigual das sociedades.

Nessa perspectiva aparente, a diferenciação espacial é um conceito banal e de fácil compreensão, pois a diferença salta aos olhos, sobressai no plano do imediato e do diretamente perceptível, visto ser inerente à natureza e às relações humanas. Dessa maneira, a diferenciação espacial seria, simplesmente, um correspondente geográfico, isto é, a diferença, condição essencial, imanente, expressa no espaço, uma vez que é visível tanto nas condições naturais - solo, vegetação, clima, quanto nos aspectos sociais - economia, política, cultura.

---

<sup>34</sup> O fato de iniciar a discussão com o positivismo clássico, ou seja, a partir da emergência da Geografia dita científica, não deve colocar em dúvida a importância do saber geográfico produzido anteriormente.

Dessa maneira, à medida que ambos, aspectos físicos e sociais, diferenciam-se no espaço, tem-se como resultado a diferenciação espacial, isto é, tem-se uma organização diferenciada do espaço. Na verdade, o espaço exprime, tanto nos objetos como nas práticas socioespaciais, formas de organização das diferenças.

Destarte, nesse imediatismo perceptível do dado aparente dissolve-se o sentido mais amplo da diferenciação espacial como conceito e possibilidade analítica. Contudo essa banalidade desvela-se quando se considera a possibilidade de ser a diferenciação espacial um elemento próprio da natureza da Geografia. Como categoria de entendimento da realidade, a diferenciação espacial tem um significado abrangente e complexo, que envolve uma gama de outros conceitos-chave, sob diversas possibilidades epistemológicas e metodológicas. Assim, mais do que consciência ou reconhecimento banal da existência da diferenciação espacial em sua concreticidade, é preciso concebê-la em sua riqueza analítica, para, dessa forma, não permitir que se dissolva, no imediatismo do dado aparente, o seu sentido mais amplo. Possibilizar a diferenciação espacial como uma realidade e uma categoria analítica representa desafio importante e, nesta perspectiva, inquietações colocam-se como questões para a reflexão: Qual seria a verdadeira dimensão desse termo tão familiar à Geografia? A diferenciação espacial constitui-se de fato em uma das visões a respeito da natureza da Geografia? Se este é o caso, quais os conteúdos presentes na evolução do pensamento geográfico?

## 2.1 - A diferenciação espacial como um elemento próprio à natureza da Geografia

Em diversos momentos, e sob posturas epistemológicas e metodológicas distintas, a diferenciação espacial surge na análise geográfica, como, por exemplo, no instigante artigo de Santos (1999, p.5-6), *Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial*, em que o autor ressalta que ...a palavra “espaço”, da qual a expressão “diferenciação espacial” é uma decorrência, tem sido utilizada com a maior imprecisão no vocabulário da Geografia. Vale acrescentar que, por extensão, tal imprecisão estende-se também à própria noção de diferenciação espacial. Moreira (1999, p.46), por sua vez, assinala que ...diferença na Geografia é diferenciação ou, ainda, que ...diferenciação e heterogeneidade são os termos da diferença na Geografia, sendo possível incluir ambos na noção de diferenciação espacial, pois, como afirma o referido autor, ...a categoria heterogeneidade não atua entretanto

sozinha..., ao seu lado intervém a categoria da diferenciação. Corrêa (1995, p.35), por sua vez, examinando espaço como um conceito-chave da Geografia, preceitua que ...as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial... e ...de outro lado são ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada. No livro *Região e Organização Espacial*, Corrêa (1991a, p.8) argumenta ainda que a natureza da Geografia ...tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza.

Gregory (1989), por sua vez, vem introduzindo a discussão da diferenciação de área nos debates acerca da Geografia Humana pós-moderna. Massey (1984) também dedica especial interesse pela diferenciação espacial, particularmente, no que se refere à preocupação com os mecanismos geradores do desenvolvimento desigual do espaço. Ressalta-se que Massey (1981, p.52) busca reabilitar a noção de região em paralelo com a de diferenciação espacial, esclarecendo que ...o propósito dos trabalhos sobre regionalismo é procurar entender a formação, a natureza e os efeitos da diferenciação espacial. Lacoste (1980), discutindo unidade e diversidade, coloca em destaque a noção de espacialidade diferenciada, a qual seria mais bem denominada de diferenciação espacial. Esses são apenas alguns exemplos nos quais a diferenciação espacial é discutida como essencial aos estudos geográficos. No entanto vários outros trabalhos poderiam ser citados, visto o largo emprego do termo diferenciação espacial, porém, apesar da rica bibliografia, tal termo aparece de maneira bastante imprecisa e diluída nas pesquisas geográficas.

Ao longo de sua história, a Geografia construiu expectativas com relação à interpretação da espacialidade dos fenômenos que se referem à ação humana modelando a superfície terrestre. Anteriormente ao processo de sistematização da disciplina por Humboldt e Ritter, Kant desenvolveu a idéia de que ...a Geografia constituir-se-ia na ciência que estudava todos os fenômenos organizados espacialmente (CORRÊA, 1995, p.18). O espaço, contudo, não representou um conceito-chave para a Geografia Clássica, que privilegiou os conceitos de paisagem e de região. Todavia o espaço está presente, ainda que de maneira implícita, nas obras de Ratzel, que, em sua *Antropogeografia*, desenvolveu as noções de território e de espaço vital; de Hettner, que fundamentava suas análises no pressuposto de que a Geografia era ...a ciência da superfície terrestre segundo suas diferenças regionais (citado por Mendoza, et. al., 1982, p.73), uma vez que a noção de região estava alicerçada em variações geográficas resultantes de variações naturais; e também de Hartshorne (1939), que, além de introduzir a noção de espaço absoluto, valorizava a idéia de que a Geografia define-

se pelo estudo das diferenças regionais. Autores como La Blache, Sauer e Hartshorne enfatizaram a diferenciação de áreas como questão fundamental para a natureza dos estudos geográficos. Não obstante, o conceito de região, tão caro à Geografia Clássica, está ...na base da concepção científica da diferenciação espacial, ou melhor, a região é ...uma forma de ver o espaço que coloca em evidencia os fundamentos da organização diferenciada do espaço, como salienta Gomes (1996, p.240; 1995, p.60).

Entretanto a diferenciação espacial e seus respectivos vínculos com a natureza da Geografia, apesar de já estarem presentes na Geografia Clássica, são mais bem percebidos nas correntes teórico-quantitativa e crítica<sup>35</sup>, pois estão diretamente vinculados à noção de espaço, da qual ela própria é decorrência e conteúdo substancial.

A Geografia Teórico-Quantitativa foi responsável, em grande parte, pela introdução de uma visão espacialista, na qual o espaço tornou-se uma variável-chave e a diferenciação espacial, dele decorrente, também representava importante viés de análise<sup>36</sup>. Há que se destacar, entretanto, que a concepção de espaço dos geógrafos teórico-quantitativistas é limitada, como salienta Corrêa (1995), e, por esta razão, a discussão da diferenciação espacial parece pouco apropriada nessa corrente. No entanto, em não se tratando, por um lado, de análises com demasiada ênfase em geometrias estereis ou em abstrações progressivas, geralmente realizadas segundo posição extremamente formalista e mecanicista daqueles geógrafos fortemente influenciados pela lógica positivista; e, em se considerando, por outro lado, as variações e os mecanismos econômicos utilizados na análise espacial e na elaboração dos padrões espaciais, é possível perceber que a Geografia Teórico-Quantitativa não perdeu de vista a diferenciação espacial como possibilidade de análise. Gregory (1996, p.99) frisa que havia versões ...mais adiantadas da análise espacial teórico-quantitativa, que não eram ...unicamente determinadas pela contemplação geométrica. Tais versões ...focalizavam modelos parciais ou gerais de um panorama econômico ou de uma ...economia do espaço<sup>37</sup>.

A análise da organização espacial foi considerada por meio das noções de planície isotrópica e de representação matricial, nas quais se observam as premissas da racionalidade econômica, da competição perfeita e da a-historicidade dos fenômenos, como corrobora

<sup>35</sup>A esse respeito, ver Bessa (2004).

<sup>36</sup>Para Harvey (1969), a diferenciação espacial, contida na temática da distribuição espacial (o autor aponta que a Geografia desenvolveu cinco temáticas principais: relação homem-meio, diferenciação regional, paisagem, distribuição espacial e o tema geométrico), foi tratada, com bons resultados teóricos, por intermédio da análise sistemática. O método sistêmico, conjuntamente com a matematização e com a modelização, representava a forma mais apropriada e pertinente à explicação geográfica.

<sup>37</sup>Gregory (1996) está fazendo menção aos modelos da economia neoclássica, a exemplo dos de von Thünen, Lösch e Weber, que auxiliaram na elaboração dos modelos locacionais e de comportamento espacial.

Corrêa (1995). Tais noções e premissas não são mutuamente excludentes, pois são construções teóricas que permitem um caráter de generalidade, isto é, possibilitam a construção de modelos teóricos, apoiados no raciocínio lógico-matemático, que, na perspectiva racionalista e hipotético-dedutiva, compensa a perda de detalhes ou de especificidades pela generalização.

A diferenciação espacial é constatada mediante tais construções teóricas. Para tanto, como declara Corrêa (1995, p.21), ...o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial que é vista como expressando um equilíbrio espacial, haja vista que ...diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção. O autor observa que, previamente à condição de diferenciação do espaço, se tem, para fins de análise, um espaço homogêneo, como construção teórica, a exemplo da planície isotrópica, onde a variável mais significativa é a distância<sup>38</sup>. Corrêa (1995, p.21) assevera que ...sobre essa planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço.

Na Figura 7, tem-se um exemplo de operacionalização da matriz matemática e da planície isotrópica. Nele, nota-se que tal representação confere ao espaço um caráter topológico ou matricial, características que não impedem os processos de diferenciação espacial, pois fica evidente a condição inicial de homogeneidade na Figura 7.1, em que os pontos são indiferenciados e não sofrem o efeito da distância; na Figura 7.2, apesar da fricção da distância, os pontos permanecem indiferenciados; na Figura 7.3, por sua vez, com a interferência da distância, verifica-se a diferenciação entre os pontos; na Figura 7.4, finalmente, estabelece-se um espaço diferenciado, com presença de outras variáveis, a princípio relacionadas com o fator distância, a exemplo da permeabilidade e da barreira de absorção. Tais variáveis, certamente, irão ampliar a diferenciação entre os pontos, assim como a natureza do movimento, alterando por completo a situação de uniformidade em prol da heterogeneidade, que de início estava ocultada, em razão da estrutura do modelo teórico, porém igualmente presente, como evidenciado na Figura 7.4, demonstrando a negação da indiferença.

---

<sup>38</sup>Há, na planície isotrópica, um privilegiamento da noção de distância. Esta é a variável mais importante, sendo até mesmo vista como variável independente, como salienta Corrêa (1995). Nesse contexto, Watson (1955, p.1) chega a afirmar que a Geografia é ...uma ciência da distância, variável esta definida em termos de custo, tempo, interação social, oportunidades intervenientes e outros termos. A esse respeito, Harvey (1969, p.210) comenta que ...a importância da distância em geografia está fortemente associada à definição da geografia como "uma ciência do espaço". Localização e distância foram as questões essenciais da Geografia Teorético-Quantitativa.

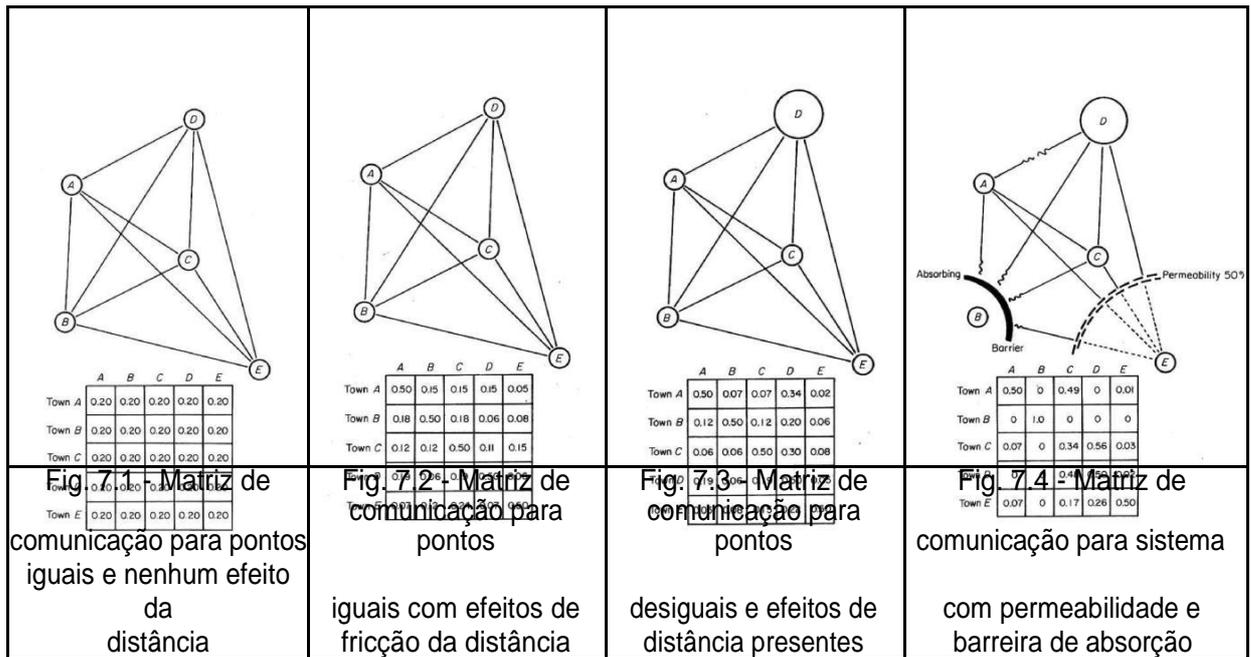


Figura 7 - Exemplo de operacionalização da matriz matemática e da planície isotrópica, as duas principais formas de representação do espaço nas análises da Geografia Teorético-Quantitativa. Fonte: ABLER, ADANS e GOULD, 1971, p.406-407.

A construção de modelos possibilitou uma aproximação com a economia espacial. Os modelos de von Thünen e Weber inspiraram a produção de uma diversidade de modelos locais mais complexos, associados à localização de atividades agrícolas, industriais e comerciais. Taaffe (1975, p.15), a respeito dos modelos de von Thünen e de Weber, assegura que estes ...evoluíram para formar séries de modelos locais mais complexos, abrangendo uma área mais realística e diversa de comportamento, o que, sem dúvida, possibilita a apreensão da diferenciação espacial. Também a obra de Christaller (1966), sobre a teoria das localidades centrais, obteve importante reconhecimento, e ...foi vista como particularmente crítica e foi substituída por uma diversidade de modelos espaciais que lidavam com sistemas de cidades e com modelos dentro de cidades, como aponta Taaffe (1975, p.15). Tal teoria, para Corrêa (1988, p.61), representa ...um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos urbanos de povoamento. Christaller (1966) desenvolveu a tese de que os centros urbanos, em decorrência dos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo e das economias de aglomeração, passaram a apresentar uma diferenciação de caráter hierárquico. Cumpre assinalar que tais mecanismos são, portanto, responsáveis pela diferenciação espacial e, mais ainda, contribuem com a manutenção ou a permanência desse processo, inclusive com a criação de novas diferenciações no espaço. Igualmente, o modelo de difusão espacial desenvolvido por Hägerstrand (1967) inspirou a construção de modelos complexos para a compreensão de uma variedade de processos espaciais. Taaffe (1975, p.15) salienta que o modelo de difusão espacial ...passou, rapidamente, de uns poucos e simples

postulados envolvendo planícies uniformes e populações homogêneas para modelos complexos que descrevem uma variedade de processos de difusão espacial, cada um com o seu próprio conjunto de efeitos de obstáculo e heterogeneidade socioeconômica, o que evidencia, sem sombra de dúvida, a passagem de uma situação de indiferença para condições de diferenciação espacial. Santos (1985) observa que o próprio Hägerstrand considerou, em seu modelo de difusão de inovações, a importância da dimensão temporal na interpretação analítica do espaço. Fica também evidente, contudo, que tais modelos sofreram mutações e tornaram-se mais complexos, evoluindo para modelos com elevado grau de abstração, demonstrando a natureza das generalizações. Taaffe (1975, p.17) enfatiza que os modelos desenvolvidos por von Thünen, Lösch, Weber e Christaller ...passaram por grandes modificações teóricas... e se tornaram mais explicitamente espaciais.

A perspectiva ou possibilidade de apreensão da diferenciação espacial é evidenciada também nas análises regionais. A região, entretanto, é abordada não como um conceito, mas como um tipo particular de classificação. Gomes (1995, p.64), discutindo a noção de região na corrente teórico-quantitativa, expõe que, nas regras da análise regional, o espaço é dividido segundo critérios ou variáveis de classificação geral, resultando em regiões homogêneas ou isonômicas, cujas divisões ...correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial. As regiões funcionais, por sua vez, ...dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Dessa maneira, a diferenciação espacial está presente tanto na concepção de região homogênea como na de região funcional.

Assim, nos modelos espaciais, como expõe Corrêa (1995), determina-se um espaço previamente indiferenciado a partir do qual, em razão de mecanismos econômicos e outras variáveis, dentre as quais a distância, tem-se a possibilidade de leitura da diferenciação espacial. Desta forma, a Geografia Teórico-Quantitativa desenvolveu a temática da diferenciação espacial. Os padrões espaciais resultantes partem, em razão dos pressupostos de racionalidade econômica, de competição perfeita e de a-historicidade, de uma situação de uniformidade espacial, expressa por meio de uma planície isotrópica, que a princípio desconsidera a heterogeneidade, mas, sobre esse espaço isomórfico, desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diversidade do espaço. Tal procedimento representa uma diferenciação espacial a posteriori, no sentido de ser o espaço um produto que se diferencia mediante a atuação de um conjunto de variantes econômicas. Contudo a natureza da explicação, nas análises teórico-quantitativas, permaneceu superficial e simplista, tendo em vista que a própria noção de espaço era restrita e limitada.

A partir das décadas de 1970 e 1980, quando a revolução do saber geográfico pela teoria e prática teórico-quantitativa evidenciou esgotamento mediante as severas críticas por parte dos geógrafos radicais, a chamada revolução crítica, de orientação marxista, seguindo uma seqüência de incorporações teórico-metodológicas, introduziu profundas mudanças que alteraram a natureza da Geografia. Corrêa (1995, p.23) assevera que o espaço ...reaparece como o conceito-chave, entendido como um produto social, o que significa ...partir das estruturas sociais para conhecer a organização do espaço, como salienta Capel (1981, p.436). Mendoza et. al. (1982, p.149-150), a esse respeito, observam que, ...no campo específico do conhecimento geográfico, o discurso marxista supõe em todos os casos aceitar a existência de relações mútuas e complexas entre sociedade e espaço, entre processos sociais e configurações espaciais... e, desta forma, ...o espaço aparece... como um produto social, ou seja, um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas.

Uma das contribuições mais importantes para a constituição de uma análise geográfica marxista é feita por Lefèbvre (1976, p.25). O referido autor afirma que o espaço ...desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, e, desta maneira, distingue o espaço como uma dimensão indispensável à construção da realidade social. Essa concepção, para os geógrafos que adotaram a perspectiva marxista, é fundamental, pois dá à realidade social concreta uma dimensão verdadeiramente espacial, possibilitando uma análise geográfica calcada sobre a dinâmica própria da espacialidade e garantindo ao espaço um papel-chave na interpretação da sociedade. Neste sentido, Soja (1983) enfatiza que ...determinada historicamente, a espacialidade seria, assim, a expressão material das relações sociais, ou seja, a noção de espaço está relacionada com a própria vida material humana, sendo, portanto, dimensão indissociada da sociedade ou, como sugere Haesbaert (2004, p.20), ...sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Enquanto que Massey (1981, p.28) ressalta que o espaço é ...a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade, sendo, portanto, ...condição, meio e produto da realização da sociedade em toda a sua multiplicidade, como assegura Carlos (2001, p.11).

Nesse contexto, a diferenciação espacial representa aspecto de primeira ordem, tendo em vista que as pesquisas geográficas orientaram-se no sentido de buscar a origem, a natureza e as implicações da diferenciação espacial. Contrariamente à postura da Geografia Teórico-Quantitativa, que tratava a diferenciação espacial com base nas condições homogêneas, evidenciando uma situação de equilíbrio espacial, que cooperava com a manutenção das desigualdades, na perspectiva marxista, a diferenciação espacial é ponto de partida, cujo cerne

explicativo repousa no fato de ser o espaço um produto social e, por isto, diferenciado em sua essência, mesmo num contexto de globalização tendencialmente homogeneizador, porquanto o que se vê é uma permanente reconstrução das diversidades espaciais por meio da recriação das diferenças em seu sentido exato e de novas desigualdades ou des-igualizações, usando a expressão de Haesbaert (1999).

Na análise geográfica marxista, duas possibilidades de interpretação da diferenciação espacial são dadas por intermédio dos conceitos de formação socioespacial e de desenvolvimento espacial desigual. Mediante essas derivações, os geógrafos buscaram, em detrimento das explicações históricas e econômicas, acrescentar uma dimensão verdadeiramente espacial à análise marxista, em especial, com o resgate e a redefinição da noção de região, forma concreta da diferenciação espacial<sup>39</sup>.

### 2.1.1 - A formação socioespacial

A contribuição de Santos (1977) para a análise geográfica marxista ou, como assevera Peet (1996), para a dialética espacial, aparece com o conceito formação socioespacial, adaptado da categoria formação econômico-social<sup>40</sup>. Tal conceito ou meta-conceito, como observa Corrêa (1995)<sup>41</sup>, é crucial para a análise geográfica e, do mesmo modo, para o entendimento dos processos de diferenciação espacial, especialmente em escalas particulares como a de uma rede urbana. Esse conceito explicita que uma sociedade só se torna concreta

<sup>39</sup>Segundo Haesbaert (2003, p.23), ...o resgate do conceito de região pelo marxismo se dá principalmente de duas formas: uma que enfatiza a dimensão econômica... e outra que enfatiza os movimentos sociais, notadamente os regionalismos. Neste artigo, o autor destaca os antigos paradigmas e as novas perspectivas da Geografia Regional.

<sup>40</sup>A explicitação do conceito de formação econômico-social é delineada em O Capital por Marx (1998) e em A Ideologia Alemã por Marx e Engels (1993). Lênin (1982) utilizou tal conceito com fins acadêmicos e políticos. Todavia esse conceito, durante um longo período, foi confundido e negligenciado, fosse pela sua adoção limitada fosse pela sua difícil operacionalização. Hobsbawn (1977, p.57) expõe que ...o nível teórico em torno da discussão sobre a Formação Econômica e Social é considerado desapontador, e o tema, como um todo, foi antes, mais confundido do que esclarecido. Santos (1977) credita a Sereni (1970/1973) a reabilitação de tal conceito, destacando, inclusive, a distinção entre modo de produção e formação social, feita por esse autor. Tal distinção entre modo produção e formação econômico-social é cara a Santos (1977) em sua adaptação do conceito de formação espacial. A respeito do conceito de formação econômico-social, ver também coletânea de textos do Cuadernos de Pasado y Presente n.39 (1973), na qual constam os artigos de Sereni (1973), Luporini (1973), Dhoquois (1973) e Texier (1973).

<sup>41</sup>Corrêa (1995, p.27) admite a possibilidade de tratar a formação socioespacial como ...uma meta-conceito, um paradigma, que contém e está condida nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território.

por meio do espaço que ela própria produz e, não obstante, o espaço só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo<sup>42</sup>.

O conceito formação socioespacial orienta-se, primordialmente, no sentido de precisar como um dado modo de produção manifesta-se concretamente nas diversas formações sociais. Para tanto, Santos (1977, p.87) afirma que ...os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada e, nesta perspectiva, ...as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção, ou melhor, seriam uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente. Santos (1999, p.6) ressalta que ...modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária. Nesse caso, o que se tem é, essencialmente, uma organização espacial do modo de produção, e, desta maneira, pode-se supor que o processo espacial seja uma emanção direta do modo de produção, pois, como esclarece o referido autor, ...a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço<sup>43</sup>.

Santos (1977 e 1999), entretanto, alerta que a análise do modo de produção, apesar de central, não é suficientemente adequada à compreensão da organização espacial, devendo associar-se ao conceito de formação social. Tal conjunção conceitual permite uma análise reveladora da estrutura e do funcionamento do espaço em suas particularidades, pois ...as relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço, como preceitua Santos (1977, p.87-88). De fato, a formação social é uma particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção, quer dizer, é uma combinação particular e relacional de uma ordem temporal e de uma ordem espacial de um dado modo de produção dominante. Nesse sentido, Corrêa (2000, p.125) aponta que ...é lícito supor que não apenas os modos de produção nos quais o urbano emerge, mas as suas diversas formações espaciais apresentam a sua típica rede urbana. Enfim, a concretude da rede urbana está associada, num plano geral, ao modo de produção dominante e, num plano particular, à formação socioespacial na qual está inscrita.

---

<sup>42</sup>Segundo Santos (1978, p.145), ...o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.

<sup>43</sup>Santos (1977, p.91), discutindo espaço e totalidade, afirma que ...o espaço reproduz a totalidade social... o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isto, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Santos (1977, p.86) argumenta que modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Segundo esse autor, ...todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social, na qual estão imbricados ou integrados o econômico, o político, o social e o cultural que, em conjunto, correspondem a um todo social.

Conforme Santos (1977, p.81), nem o modo de produção e nem a formação social podem ser pensados sem incluir a instância espacial, ou seja, não é possível supor uma formação econômico-social ...sem incluir a categoria do espaço<sup>44</sup>. Para tanto, Santos (1977, p.82) sugere acrescentar ao conceito de formação econômico-social a dimensão espacial. Mais uma vez, nas palavras do autor, ...trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial ou, simplesmente, formação espacial. De fato, cada formação econômico-social deve ser vista como uma formação socioespacial, isto é, como uma expressão particular de uma dada articulação dos modos de produção no tempo e no espaço, cuja particularidade é dada pela mediação da formação social.

A mediação das formações sociais impõe um conjunto particular de relações, pois, pela sua própria presença, é capaz de influenciar os momentos subseqüentes dos modos de produção. Ambos, modo de produção e formação social, dependem dos atributos ou dos conteúdos do processo espacial, ou melhor, ao mesmo tempo em que o espaço é resultado, é produto, é ...matéria moldada pela totalidade da vida social, o espaço também molda as atividades humanas, como assevera Peet (1996, p.165). Nessa perspectiva, não é possível negligenciar a importância da contingência geográfica. A esse respeito, Santos (1977, p.90) observa que...

...a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das formações econômico-sociais permanentes.

Assim, em tempos de globalização, com um ...modo de produção que tende a ser único, o espaço geográfico seria homogeneizado ou uniformizado por intermédio da ação de

---

<sup>44</sup>Outros autores citados por Santos (1977, p.91) também destacam essa inseparabilidade entre a sociedade e o espaço, dentre eles: Ruffman, que observa que ...a realidade é uma dimensão que está permanentemente ocupada em se reajustar sob a influência da realidade econômica e social, mas que ao mesmo tempo exerce sua influência sobre ela mesma; Vieille, que escreveu que ...o espaço é bem uma categoria constitutiva do modo de produção; geneticamente, o processo de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis. Este não pode ser compreendido se se faz abstração daquele; Castells, em A questão urbana, afirma que ...o espaço é suscetível de produzir, em contrapartida, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, pela forma particular de articulação das instâncias estruturais que se constituem.

uma unicidade técnica<sup>45</sup>, que se orienta no plano do universal. Todavia isso não ocorre, pois ...a ação deste modo de produção tendencialmente único [sobre o espaço] passa pela mediação das formações espaciais<sup>46</sup>, que está situada no plano da particularidade. Segundo Santos (1977, p.81), as formações socioespaciais, como etapas de um processo histórico, referem-se à ...evolução diferencial das sociedades, isto é, expressam a diferenciação espacial e, por conseguinte, são dados fundamentais para explicar por que países e regiões diferenciam-se uns dos outros e, também, por que núcleos urbanos diferenciam-se uns dos outros, embora estando associados aos mesmos processos regionais, como os objetos de investigação desta pesquisa. Tais países, regiões ou núcleos urbanos participam do processo geral, implementado pelo modo de produção dominante, com graus diferentes de co-presença e de complexidade, pois se definem tanto pela ...sua existência corpórea [na esfera da materialidade] quanto por sua existência relacional. Os atributos da universalidade, hoje definida pela globalização, interpenetram-se por meio de uma distribuição não homogênea, incompleta, com os atributos singulares dos lugares. Tal interação dá característica e distinção, criando particularidades. Como expõe Santos (1999, p.16), ...é assim que os sub-espacos existem e se diferenciam uns dos outros, quer dizer, o fundamento da transformação espacial reside no choque entre o que já existe e o que se impõe como novo, resultando em um espaço diferenciado e também desigual, que aparece como justaposição espaço-temporal, na qual ...o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade (SANTOS, 1985, p.22).

A tendência à homogeneização é sempre afetada pela mediação antagônica da formação socioespacial. Essa mediação impõe uma heterogeneidade. A universalização dos processos é acompanhada, antagonicamente, pela particularização e singularização, implicando uma diferenciação real, segundo condições histórico-geográficas específicas.

Para a análise dos processos de diferenciação entre cidades, no caso de uma mesma rede urbana, a importância do conceito de formação socioespacial reside no fato de tratar-se de uma noção que é indissociável do concreto, isto é, a formação socioespacial refere-se a uma sociedade espacial e historicamente determinada e, desta maneira, possibilita o ...conhecimento de uma sociedade em sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um

---

<sup>45</sup>De acordo com Santos (1999, p.8), ...o movimento de unificação, acelerado pelo capitalismo, hoje alcança o seu ápice, com a predominância em toda parte de um único sistema técnico, base material da globalização.

<sup>46</sup>Santos (1999) observa que modos de produção e formações econômico-sociais, nos primórdios da história, confundiam-se, isto é, a ação dos modos de produção sobre o espaço ocorria sem mediações e o processo espacial era uma emanção direta do modo de produção vigente.

conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O fato de o conceito de formação socioespacial ser associado a uma realidade concreta, susceptível, por conseguinte, de localização espaço-temporal, permite o entendimento dos processos de diferenciação espacial, sugerindo inclusive a possibilidade de realização de estudos sincrônicos e diacrônicos, simultaneamente.

Santos (1977, p.87) ressalta que ...a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”..., estas últimas dadas pela ...formação social propriamente dita. Essa relação dinâmica e, na maioria dos casos, contraditória e conflitante, entre necessidades externas e internas, ou seja, entre as determinações universais do modo de produção, cujos padrões impõem-se de fora para dentro, e as mediações das formações sociais, sob o impulso das elites locais, é dado fundamental para explicar as particularidades dos lugares e, por conseguinte, os processos de diferenciação espacial. Para Santos (1977, p.90), ...a assincronia está na base da evolução espacial, resultando em diferenças no espaço, cujas lógicas ocorrem em qualquer escala geográfica, tanto de um país, como de uma região, ou mesmo no que diz respeito aos processos de diferenciação entre cidades, pois é na formação socioespacial que se ...entrecruzam determinações gestadas em diversas escalas, do geral e do particular, assim como emergem contingências, como aponta Corrêa (2000, p.124).

A relação dialética entre determinações externas e internas, juntamente com a possibilidade de contingências, revela o movimento da transformação, isto é, da evolução por que passa a estrutura social e a organização espacial. Nesse processo incessante, quando predominam processos de convergência, há uma tendência de homogeneização da organização espacial e, quando predominam processos de divergência, há uma tendência à diferenciação espacial<sup>47</sup>. Cumpre destacar que a dinâmica convergente está diretamente associada à ordem universal enquanto que a dinâmica divergente às ordens particular e singular.

O conceito de formação socioespacial propicia que se considere, na análise, a diversidade real das redes urbanas, ou melhor, o real no sentido de suas concretizações espaço-temporais. Tendo em vista que a rede urbana e seus centros, pela possibilidade de coexistência de formas e de funções antigas e novas, podem exibir características próprias da formação socioespacial em que foram gerados, assim como daquelas a que estiveram

---

<sup>47</sup> Ressalta-se que não se pode pressupor, simplesmente, que uma fase de convergência seja igual para todos os contextos, pois a diferenciação está na base da própria mudança.

associados no passado e, evidentemente, da formação socioespacial na qual estão inscritos e da qual são parte integrante. Corrêa (2000, p.125), argumentando nesse sentido, afirma que...

...a cidade e a rede urbana... tendem a exhibir...padrões de formas que contêm, ao menos parcialmente, fortes elementos gerados na formação espacial na qual surgiram... uma rede urbana pode exhibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada.

O referido autor salienta que as relações entre rede urbana e formação socioespacial são muito complexas, fazendo-se necessários muitas reflexões e estudos empíricos. A comparação entre Uberaba e Uberlândia, orientada pela existência de processos ora convergentes e ora divergentes, exige uma atenção especial com relação à formação socioespacial, ou a cada novo momento dessa formação, especialmente por ser esta gestada em áreas de cerrado, a partir da grande propriedade rural.

### 2.1.2 - O desenvolvimento espacial desigual

O conceito de desenvolvimento espacial desigual, termo usado por Massey (1981 e 1984) e que corresponde a desenvolvimento geográfico desigual, empregado por Harvey (2004), a desenvolvimento geograficamente desigual, utilizado por Soja (1983), ou simplesmente a desenvolvimento desigual, usado por Amin (1976), Walker (1978) e Smith (1988), assim como o de formação socioespacial, é essencialmente dialético, visto que foi desenvolvido com base na lei do desenvolvimento desigual e combinado, proposta por Trotsky (1981), e cujas origens podem ser remetidas a Marx (1998) e também a Lênin (1982), que examinou esse conceito quando discutiu o desenvolvimento do capitalismo na Rússia (Novack, Trotsky e Moreno, 1981). Tal lei está diretamente associada a dois processos - desigualdade e combinação, que, apesar de opostos e distintos, possuem racionalidades que coexistem e se relacionam mútua e contraditoriamente, trazendo à tona a possibilidade da interpenetração dos contrários e, dessa forma, abre possibilidades de interpretação dos processos de convergência e divergência, que, de modo semelhante, são dinâmicas que se contrapõem, a despeito de coexistirem.

A explicação do desenvolvimento desigual é temário de debates entre Sociologia, Antropologia, Economia, Ciência Política e várias outras ciências. Na análise geográfica, o conceito de desenvolvimento espacial desigual é introduzido, como mostra Gomes (1996, p.300-301), num quadro de redefinições do campo de análise marxista, pelo qual se busca ...uma verdadeira dimensão espacial à análise marxista, dimensão freqüentemente esquecida

em favor de uma explicação histórica ou econômica. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento espacial desigual está relacionado com a noção de espaço como locus da atividade humana, isto é, como uma dimensão real e concreta na qual se dá a materialização das relações de produção e de reprodução da sociedade, quer dizer, onde ocorre a concretização das relações sociais, revelando práticas que são essencialmente espaciais, visto que os diversos conteúdos e materialidades que compõem a existência e a reprodução de uma dada sociedade inscrevem-se num dado espaço. Nesse sentido, as relações sociais, em toda a sua multiplicidade, possuem existência real como existência espacial concreta, haja vista que a sociedade, ao produzir sua existência, reproduz, ininterruptamente, o espaço. O espaço, por sua vez, não é simplesmente uma extensão da sociedade, ao contrário, é produto, meio e condição dos múltiplos processos sociais e históricos, resultando, portanto, num espaço diverso e desigual, que, em si mesmo, realimenta os processos de variabilidade espacial.

Assim como a formação econômico-social, a lei do desenvolvimento desigual e combinado também tem uma dimensão espacial. Tal dimensão, como sugerem Massey (1981 e 1984), Corrêa (1991a), Thrift (1996) e outros, traduz-se primordialmente no processo de regionalização, ou seja, a região pode ser pensada como um resultado dessa lei. Dessa maneira, tal lei auxilia na compreensão do desenvolvimento geográfico desigual entre regiões na economia nacional. O termo é também utilizado de forma freqüente para explicar o desenvolvimento desigual entre nações na economia internacional; a ampliação desigual entre setores, como, por exemplo, indústria versus agricultura; as transformações desiguais entre economia, cultura e política; e os desdobramentos desiguais da dinâmica das lutas de classes. De modo análogo, pode auxiliar também na explicação das diferenciações entre padrões de crescimento e de declínio de determinados centros urbanos. Apesar desses, é salutar observar que a articulação antagônica entre desigualdade e combinação é fundamentalmente uma questão geográfica, traduzida, sobretudo, no processo de diferenciação espacial. Nessa discussão, Harvey (2004) ressalta a importância premente dos papéis das ...transformações geográficas, dos 'ajustes espaciais' e dos desenvolvimentos geográficos desiguais.

A discussão acerca do desenvolvimento, conceito que denota um conjunto de mudanças nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, e da contradição entre desigualdade e combinação dirige-se para o âmbito universal, contrariamente à da formação socioespacial, cuja lógica associa-se ao particular. A visão de universalidade do desenvolvimento desigual é apontada por Mandel, que explica tratar-se de uma ...lei universal da história humana, não estando, portanto, associada apenas à história do capitalismo. Althusser, nesse mesmo sentido, afirma que o desenvolvimento desigual ...não leva em conta

unicamente o imperialismo, mas absolutamente tudo neste mundo. Para esse último autor, o desenvolvimento desigual constitui a essência mais íntima da contradição, isto é, ...ele existe na essência da própria contradição (citado por Smith, 1988, p.237)<sup>48</sup>. Nessa perspectiva, parece mais adequado, pelo substrato que deriva diretamente da contradição e da própria mudança, utilizar as expressões movimento ou dinâmica, pois se trata de um movimento desigual e combinado, cuja resultante é a diferenciação espacial num sentido amplo.

De fato, tal movimento traduz-se nas tendências opostas para a heterogeneização e a homogeneização, para a diferenciação e a igualização, com base em efeitos divergentes e convergentes, igualmente contraditórios. Trata-se, portanto, de tendências que possuem racionalidades que interagem de forma mútua e contraditoriamente, evidenciando, além da possibilidade da interpenetração dos contrários, dos opostos, a articulação de espaços-tempos distintos e justapostos, que passam a coexistir de modo diverso. Nessa coexistência, ou melhor, na base dessa combinação, residem, paradoxalmente, as raízes da diferenciação, da desigualdade, pois os processos gerais, universalizantes, são sobrepostos e ajustados aos processos antecedentes e à base espacial preexistente. A combinação de sucessivas justaposições produzirá, nas formações socioespaciais, efeitos específicos, que variam no espaço e contribuem para promover e ampliar as diversidades geográficas, pois tais processos materializam-se de maneira distinta e seletiva, assim como sofrem ajustes, em maior ou menor grau, no contato com a própria formação socioespacial, resultando, portanto, numa organização diferenciada do espaço, em contextos multiescalares e pluralizados. Como salienta Massey (1981, p.75), ...os efeitos dessa combinação são aqueles que produzem as características específicas das áreas locais e o padrão geral da variação regional numa formação social.

Vale ressaltar que as análises geográficas sobre o desenvolvimento espacial desigual são realizadas de forma contemporânea e tratam, especificamente, das contradições do capitalismo. Todavia Soja (1983, p.55) assevera que o desenvolvimento espacial desigual descreve a padronização geral da espacialidade dos modos de produção, sendo, desta maneira, ...uma característica inerente da expressão material das relações de produção e da divisão do trabalho, através da qual a própria espacialidade é definida, isto é, a produção espacial desigual é resultante de condições e situações sociais e histórico-geográficas específicas e,

---

<sup>48</sup>A respeito da obra de Althusser, Gregory (1996) assevera que a Geografia poderia ter apreendido muito da complexa e rica estrutura construída por esse autor sobre desenvolvimento desigual, apesar da ênfase dada às temporalidades do capitalismo e não às espacialidades. Urry (1985) observa que, nas análises sobre relações sociais, espaço e tempo, o espaço geográfico possui a mesma autonomia relativa e independência relativa que é dada ao tempo histórico, sendo necessário investigar a interdependência entre esses níveis.

neste aspecto, a combinação espaço-sociedade traz implícita uma desigualdade que se materializa por meio da diferenciação espacial.

Para muitos autores, especialmente os de orientação marxista, a força transformadora principal que modela o mundo é o capitalismo. Smith (1988, p.16-17) observa que uma teoria do desenvolvimento espacial desigual ...oferece a chave para determinar o que caracteriza a geografia específica do capitalismo. De modo semelhante, Soja (1983, p.34/35) reconhece a existência de uma ...espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida como expressão ...aplicada a um capitalismo intrinsecamente desequilibrado. Não obstante, Massey (1981) advoga que o processo de acumulação capitalista gera o desenvolvimento desigual do espaço e, por isto, representa ferramenta importante para a compreensão desse mesmo processo. Nesse mesmo sentido, Harvey (1982, p.415-416) argumenta que ...o capitalismo não se desenvolveu sobre uma planície plana dotada de matérias-primas ubíquas, com oferta homogênea de trabalho e com iguais facilidades de transportes em todas as direções, ao contrário, ...está inserido, cresce e se difunde no interior de um variado ambiente geográfico que engendra uma grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho. Assim, tal associação revela o desenvolvimento espacial desigual como expressão geográfica do capitalismo, na tendência contraditória entre a desigualdade e a combinação, entre heterogeneidade e homogeneidade, entre convergência e divergência, pois, como ensina Harvey (1982, p.417), ...o desenvolvimento desigual está parcialmente expresso em uma oposição entre as duas forças que se opõem, moldadas para a concentração ou para a dispersão na circulação do capital.

Na análise da rede urbana, essas noções tornam-se fundamentais, posto que os centros urbanos e a própria rede estão em constante mudança, particularmente pelo contato entre as determinações mais gerais, próprias do modo de produção vigente e das divisões do trabalho que atuam de maneira seletiva; a mediação das formações socioespaciais, onde tais centros e redes efetivamente estão inseridos; e também as virtualidades específicas de cada centro, de suas elites, de suas negociações e contingências. Trata-se, portanto, da articulação entre racionalidades universais, particulares e singulares, cuja dimensão espacial é dado essencial.

## 2.2 - Diferenciação espacial e a correlação de lógicas singulares, particulares e universais

A análise dos conceitos tem capacidade reveladora. A correlação entre racionalidades universais, particulares e singulares, ora convergentes, ora divergentes, produz diferencialidades socioespaciais. Por isso, a análise da diferenciação espacial perpassa pelo reconhecimento da relação dialética e, portanto, com características opostas entre tais racionalidades, particularmente na interconexão entre as escalas do universal-singular e do universal-particular <sup>49</sup>, pois as diferenciações espaciais são fruto das imbricações complexas entre essas dimensões. Imbricações fundamentadas, de um lado, numa universalização incompleta, uma vez que a mudança não ocorre em bloco, pelo contrário, ela própria é seletiva, desigual e esbarra em ações e materialidades resistentes; de outro, nas forças que recusam, em menor ou maior grau, essa universalização; e, por fim, na assincronia entre os processos convergentes e divergentes, cujas lógicas conformam assentimentos, recusas e deformações. Imperando os efeitos convergentes, os contextos acatam mais prontamente as racionalidades hegemônicas, sendo, conseqüentemente, remodelados; imperando os efeitos divergentes, os contextos recusam expressivamente tais racionalidades; e numa situação relativa de coexistência, as racionalidades hegemônicas podem ser exercidas sobre um dos elementos constitutivos e esbarrar nas resistências de outros, criando deformações. Trata-se de uma dialética caracterizada por continuidades, descontinuidades e rupturas, posto que o contato entre lógicas universais e lógicas singulares, por vezes convergentes, por vezes divergentes, ou pela co-presença de ambos os processos, produz particularidades, cujas combinações são igualmente únicas.

Trata-se de uma questão complexa, que envolve a dinâmica relacional entre processos opostos, diversos e antagônicos, cuja causa e resultante inerente é a contradição, visto que os embates ocorrem entre equalização e diferenciação, homogeneização e heterogeneização, universalização-especificação, particularização-singularização, global e local, convergência e divergência. Os conteúdos, as formas e as funções dos já diferenciados fragmentos de espaço redefinem-se a cada momento, por meio de uma complexa relação dialética entre essas lógicas singulares, particulares e universais, entre fatores internos e externos, entre o choque do novo e do velho. A articulação entre eles é dado fundamental para a explicação, uma vez

---

<sup>49</sup>Tal reconhecimento é de fundamental importância, pois, de um lado, evita leituras generalistas, que focalizam apenas estudos amplos que servem para corroborar uma visão geral; e, de outro, evita as análises simplistas, que focalizam estudos específicos que muito pouco dizem sobre as relações mais amplas.

que a ação universal, que se implanta de forma seletiva e desigual, transforma e é também transformada por ações condicionantes, criando mediações particulares<sup>50</sup>, que também complexificam sua relação com o processo geral. São dimensões que se interpenetram, produzindo diversidades e diferencialidades, assim como desigualdades. Cumpre ressaltar que o singular vincula-se aos processos de heterogeneização/diferenciação e materializa-se como o oposto dialético do universal, com suas tendências homogeneizadoras/igualizantes.

Esses processos possuem uma dimensão espacial premente. Em realidade, suas possibilidades são efetivamente possibilidades próprias à expansão geográfica. Nessa perspectiva, o espaço geográfico é redefinido e reestruturado em dimensões e escalas diversas e múltiplas, a exemplo da rede urbana. Nas palavras de Harvey (2004, p.110), ...o exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. Tais efeitos e processos vinculam-se às assimetrias entre os fatores convergentes e divergentes em distintas escalas<sup>51</sup>, resultando em diferenciação espacial. Contudo ...trabalhar simultaneamente com diferenciações geográficas voláteis e em multiplicação que operam em planos escalares, eles mesmo em rápida mudança, torna-se uma tarefa difícil, como observa Harvey (2004, p.114).

Nessas circunstâncias, a cada momento histórico, que inclui novas formas de produção e acumulação, novas relações político-econômicas e novas estruturas socioculturais, tem-se o embate entre a continuidade, a descontinuidade e a ruptura dos processos, caracterizando a incessante renovação da sociedade e, por conseguinte, a recriação constante de diferencialidades espaciais. Nas palavras de Harvey (2004, p.12/111), ...o mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala... ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, posto que ...as diferenciações geográficas são bem mais que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos políticos-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.

Os imperativos universais são continuamente determinados pela imposição de novas racionalidades, que oferecem um cenário propício às estratégias e às ações hegemônicas, isto é, são coerentes com o funcionamento de uma ordem global. Todavia a singularidade do

---

<sup>50</sup>Tais composições fazem referência às redes urbanas como particularidades, ou seja, um campo de mediações. A respeito da categoria da particularidade ver Luckacs (1978).

<sup>51</sup>A esse respeito, ver A produção de escalas espaciais, em Harvey (2004, p.107-110).

arranjo local age de modo a resistir às mudanças, seja pelas formas e funções preexistentes, seja pelas intencionalidades locais, que mantêm suas coerências singulares, pois, como os lugares têm seus valores, significados, as diferencialidades dos lugares impõem-se a cada novo momento, ou melhor, contrapõem-se aos planos universalizantes. Como enfatiza Santos (citado por Silveira, 1999, p.447), ...o lugar permite a possibilidade de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.

Ambas, lógicas universais e singulares, passam a refletir combinações particulares que, ao se concretizarem, o fazem de modo distinto, criando e sustentando as diversidades. É assim que as forças universais se defrontam com as resistências da formação socioespacial. Essa é a dialética em questão, que se constrói por meio do confronto e da síntese entre essas racionalidades, nas quais a ação universalizante passa pela incontestável mediação das formações socioespaciais. Como salienta Santos (1999, p.6), ...a mediação do Estado, da sociedade civil e da própria configuração territorial herdada são dados fundamentais para explicar as diferenças... De fato, essa dialética é dado explicativo da complexa realidade geográfica.

Esse movimento de produção da diferença geográfica, contudo, é desigual. A difusão seletiva dos imperativos universais é incompleta e se dá desigualmente, segundo os países, as regiões, os centros urbanos, contribuindo para ampliar as diferenciações, cuja existência complexa já se faz presente pela mediação da formação socioespacial. A consequência é a ampliação da diversidade espacial, orientada pela coexistência entre racionalidades universais e singulares, como uma manifestação do movimento desigual e combinado, convergente e divergente.

A escolha racional e seletiva dos lugares por parte dos agentes hegemônicos agrava as desigualdades, pois, como aponta Santos (1999, p.9), ...os atores hegemônicos da vida econômica, política e social podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual. O resultado é a coexistência desses processos, inerentes ao dinamismo da sociedade e fortemente associados ao movimento desigual e combinado, expresso tanto na diferenciação propriamente dita como na desigualdade ou des-igualização, termo utilizado por Haesbaert (1999).

Nota-se, entretanto, que a diferenciação do espaço geográfico não é somente uma forma de desigualdade e, sim, uma questão de diferença. Dessa maneira, o problema desloca-se notadamente para o conceito de diferença, discutido, mesmo que de forma implícita, na Geografia por meio dos conceitos de diferenciação de área, região, formação socioespacial, território, dentre outros, visto que a diferenciação espacial é dado essencial à natureza da Geografia. Todavia, à discussão da diferença impõe a problemática do par diferencialidade-

desigualdade. Bergson (1989, p.138) faz uma distinção sintética entre diferenças de natureza, do essencial e qualitativamente distinto, e diferenças de grau, do seletivo e quantitativamente desigual (citado também por Haesbaert, 1999). Na Geografia, essa relação entre diferencialidade e desigualdade foi trabalhada de maneira específica, segundo as correntes geográficas. A Geografia Clássica tratava a diferença como dado fundamental; a desigualdade socioespacial, por sua vez, foi dado relevante para as análises da Geografia Crítica. Contudo a distinção entre diferencialidade-desigualdade passa a ser fundamental para as geografias pós-modernas e/ou pós-estruturalistas, como observa Haesbaert (1999, p.20), que segue afirmando que ...a diversidade territorial continua sendo um leitmotiv fundamental na construção da Geografia.

A construção das necessárias mediações entre a realidade e as reflexões teóricas impõe-se à Geografia como condição para o entendimento do espaço geográfico. Tal construção deve estar fundada em uma preocupação com os conteúdos do espaço, dentre os quais, ressalta-se, neste texto, o da diferenciação espacial. A diferenciação espacial representa importante viés de apreciação por parte dos geógrafos, pois é materialidade concreta, uma vez que é visível no plano do imediato e do diretamente perceptível; e, no plano intelectual, é possibilidade analítica, que instrumenta e fertiliza a explicação geográfica, que é aquela que se orienta na direção do desvendamento dos processos constitutivos do espaço. Esta síntese, portanto, apresenta-se como uma pequena e inacabada contribuição, pois trata de dados que nos permitem interpretar e reinterpretar as múltiplas espacialidades, nestas, incluídas a rede urbana.

### 3 - Convergência e divergência: a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana

As noções de convergência e divergência podem ser agregadas aos estudos geográficos e, especificamente, aos estudos sobre rede urbana, porque, em ambos os casos, a incessante mudança nos conteúdos e nas formas espaciais obriga a uma renovação das categorias de análise, no sentido de aprofundar a explicação.

Na presente pesquisa, as noções que se agregam - convergência e divergência - são combinadas, de forma sistemática, às categorias tradicionalmente utilizadas nas análises espaciais, assim como aos procedimentos que estão diretamente vinculados aos estudos sobre redes urbanas, especialmente no que diz respeito à diferenciação espacial, no sentido de balizar e equalizar suas correlações, como também de estimular a interdisciplinaridade por meio do diálogo e do debate.

O uso de conceitos e de construções teóricas envolve, normalmente, uma perspectiva analógica, ou seja, orienta-se pela correlação das particularidades existentes entre eles, que permite a aproximação e o entrelaçamento entre tais conceitos e categorias, apesar de sua natureza e dimensões, por vezes, distintas. Entretanto, nessa correlação conceitual, o aspecto da mudança é determinante, uma vez que é dado fundamental da realidade em sua complexidade.

A dinâmica de mudança da rede urbana deriva dos processos complexos de criação e evolução dos seus centros urbanos, sintetizados por uma evolução urbana desigual, proveniente de uma desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, por sua vez derivada das tendências contraditórias para a convergência e para a divergência, notadamente como decorrência das atitudes e estratégias das elites locais. É assim que as redes urbanas se diferenciam umas das outras, posto que são definidas pela complexidade genética e pela complexidade de suas estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, cuja combinação, num dado espaço-tempo, caracterizam-nas e as distinguem. Trata-se, portanto, de uma combinação singular de elementos pertinentes às redes urbanas, valendo ressaltar que cada combinação é única, em um determinado espaço-tempo.

Dessa forma, a diversidade de redes urbanas está associada às racionalidades que ativam a passagem de um padrão particular dos mesmos elementos estruturantes, que definem uma dada configuração, para um outro padrão igualmente particular, indicando o caráter

mutável desse tipo rede<sup>52</sup>.

Tal dinamismo é o motor da mudança, quer dizer, as redes urbanas apresentam diferenças por meio da variabilidade espaço-temporal de seus aspectos estruturais, que podem ser alterados em parte ou em conjunto, reconfigurando a estrutura, o funcionamento e a própria forma espacial da rede.

### 3.1 - Natureza e processos da diferenciação na rede urbana

Os estudos urbanos vêm, de longa data, apontando para os processos de diferenciação entre os centros urbanos, assim como para a variedade de redes urbanas. Nas palavras de Corrêa (2000, p.121), há uma ...diversidade dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos, isto é, existe uma multiplicidade de redes urbanas, sendo cada uma constituída pela articulação de centros também bastante distintos entre si, já que as redes urbanas ...apresentam uma diferenciação entre suas cidades, como assinala Corrêa (1988, p.119). Diante desse universo de diferencialidades, torna-se fundamentalmente necessário um esforço no sentido de torná-la inteligível.

A diferenciação entre os centros e entre suas respectivas redes urbanas, como refere Corrêa (2000), é perceptível por meio das múltiplas possibilidades de combinação e recombinação entre elementos próprios à natureza desse tipo de rede, que, inclusive, são determinantes basilares de sua estrutura e funcionamento. Dentre outros, destacam-se, primordialmente, gênese, posição relativa, tamanho e funções dos centros urbanos, assim como a natureza, a intensidade e o alcance das interações espaciais mantidas por esses centros, juntamente com a própria forma espacial da rede. A combinação singular desses elementos em um espaço-tempo determina a estrutura espacial de uma rede urbana específica, e também constitui dado essencial de distinção, sendo que a eles somam-se também outros aspectos de caráter econômico, político, social e cultural, cujas racionalidades interferem, de maneira decisiva, no ordenamento dos elementos primeiramente mencionados. Em realidade, o padrão espacial das redes urbanas é expressão daquilo que o organiza, quer dizer, das lógicas e princípios que determinam uma dada ordem espacial dos seus elementos constitutivos, que, simultaneamente, tornam-se instrumentos de análise, possibilitando ultrapassar os limites da mera descrição e, assim, buscar uma reflexão mais ampla sobre o

---

<sup>52</sup>De acordo com Corrêa (2004, p.71), o padrão ou ...a estrutura espacial da rede urbana refere-se ao modo como os centros urbanos e os fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre.

padrão espacial da rede, bem como sobre aquilo que preside seus sentidos e significados, enfim, sua natureza.

As múltiplas combinações entre os elementos acima indicados, que resultam na diversidade de redes urbanas, como observa Corrêa (2000, p.122), ...evidenciam diferenças que, em realidade, pressupõem determinações mais profundas e complexas, ou seja, explicitam diferenças que, em suma, ...são expressões e condições... de estruturas sócio-espaciais mais profundas, historicamente produzidas. De fato, a combinação desses elementos tem uma lógica, uma coerência, pois a rede urbana ...está submetida a um dinamismo, maior ou menor e com ritmos variados, próprio a cada contexto espaço-temporal, como sugere Corrêa (2001, p.424). Efetivamente, a rede urbana insere-se como parte constitutiva de um contexto socioespacial mais vasto, sendo, por conseguinte, compatível com a própria estrutura social, que, por sua vez, é definidora de dadas formas e de determinados processos espaciais.

Nas palavras de Castells (1999, p.435), ...as formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Dessa maneira, a estrutura social desempenha, como afirma Corrêa (2000, p.122), papel relevante ...na inteligibilidade de uma dada rede urbana por meio do desvendamento das lógicas que geraram e articulam seus já mencionados elementos. Portanto, para entender a rede urbana, cumpre apreender a coerência da estrutura socioespacial, que desempenha importante papel no sentido de tornar compreensíveis as lógicas geratrizes que, na fase embrionária de uma dada rede urbana, impuseram um padrão específico de combinação de seus elementos peculiares, determinando a ela uma identidade singular. No mesmo sentido, cabe entender as lógicas dinamizadoras que desarticulam a combinação pretérita e rearticulam uma nova configuração espacial para essa rede, definida por essa ou por aquela recombinação de elementos que se manifestam de modo integrado num dado contexto espaço-temporal, resultando num padrão de rede diferente do anterior, pois transformou sua estrutura e seu funcionamento, porquanto cada combinação tem sua lógica, norteadas pelas práticas e estratégias dos agentes econômicos, políticas e sociais. De modo prático-sensível, é dessa forma que a rede urbana se transforma.

Não importa, contudo, considerar apenas a recombinação dos elementos em si, mas os princípios que presidem esse novo ordenamento, ou seja, as lógicas que designam essa nova combinação. Pelo acima exposto, sumaria-se que o desvendamento das lógicas geratrizes e das lógicas dinamizadoras que se encarregam, consecutivamente, de rearticular os elementos essenciais à rede urbana pressupõe determinações complexas associadas à estrutura social e à sua dinâmica, pois a realidade está sempre em movimento, uma vez que a mudança é um

aspecto essencial à própria existência e reprodução social. Tais determinações conferem à rede urbana e à seus centros uma configuração espacial associada a cada contexto espaço-temporal, sobreposta aos contextos antecedentes, presumindo composições singulares, cuja temporalidade, como assegura Corrêa (2000, p.122), representa ...determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana.

Dessa maneira, a análise diacrônica expõe os momentos de relativa estabilidade, quando se cristaliza, pelos menos durante certo tempo, um determinado padrão, assim como revela o caráter mutável da rede urbana, visto que, no processo evolutivo da formação socioespacial, uma rede simples ou dendrítica pode tornar-se *christalleriana* ou, até mesmo, uma rede de múltiplos circuitos, tanto funcional como espacialmente<sup>53</sup>. Nessa perspectiva, as análises diacrônicas, além de revelarem a dimensão dos processos gerais que engendram a situação geográfica no todo e na diversidade de suas expressões particulares, mostram inclusive os momentos de ruptura com a estabilidade e, conseqüentemente, os movimentos de mudança da rede urbana, revelando o seu caráter variante.

Estudos sincrônicos são também bastante úteis, pois possibilitam o exame de situações socioespaciais concretas, num determinado momento, expressando suas singularidades. Uma rede urbana, a um dado tempo e a uma dada localização, desempenha um papel específico, no qual seus centros possuem atributos igualmente específicos, essenciais às condições gerais de produção, reprodução e acumulação desse período. Dessa maneira, como sugere Corrêa (1997 e 2000, p.126), pode-se falar em redes urbanas ...dos tipos solar, dendrítico, *christalleriano*, axial, circular e de múltiplos circuitos.

A dinâmica de transformação da rede urbana está, assim, associada às racionalidades que ativam a passagem de um padrão particular de combinação dos elementos que definem uma dada configuração para um outro padrão igualmente particular, o que, muitas vezes, resulta em processos de re-diferenciação, com o declínio imediato ou gradativo de determinados centros em favor da ascensão de outros, quer dizer, com o surgimento de novos e importantes centros próximos a centros historicamente tradicionais. Nessa perspectiva, inquietações se estabelecem como questões para a reflexão: que racionalidades interferem nos elementos combinados da rede urbana, encarregando-se de mudar esses elementos e suas respectivas combinações, no sentido de possibilitar a passagem de um dado padrão espacial para outro, cujo resultado é o movimento de transformação da própria rede? Ou seja, o que

---

<sup>53</sup>Corrêa (1988, p.117) salienta que o caráter de mutabilidade da rede urbana ...se traduz em uma periodização, pois cada momento de estabilidade e de mutabilidade da rede urbana constitui-se em recortes espaço-temporais ou, como discrimina Sánchez (1991, p.49), em ..momentos histórico-territoriais.

determina a recombinação dos elementos estruturantes da rede urbana? Tais racionalidades estão relacionadas com os momentos de ruptura social, expressos, geralmente, por transformações tecnológicas? São racionalidades convergentes ou divergentes? Como o velho se atualiza e como o novo se adapta à estrutura espacial preexistente? Qual o papel dos atores econômicos, políticos e sociais na recombinação dos elementos essenciais à rede urbana?

### 3.2 - Rede urbana e relações espaciais

Na rede urbana brasileira, há uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação. Em função disso, ampliam-se as relações espaciais expressas nos circuitos de geração de valores e de acumulação, que envolvem centros urbanos e redes em diversas escalas, visando, sobretudo, à criação de formas ampliadas de acumulação e reprodução de capital, que, realmente, formam circuitos de exploração, cuja racionalidade perpassa pelas lógicas de atuação dos agentes, particularmente, das ...grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, que ...desempenham poderoso papel na (re)definição funcional dos centros e na natureza e intensidade da integração de cada rede na economia global, como aponta Corrêa (2001, p.95).

Esses circuitos efetuam-se, como sugere Corrêa (1989, p.75), por meio de ...um multivariado processo de criação, apropriação e circulação dos valores excedentes, cuja drenagem é comandada naqueles centros de acumulação de capitais que estão no topo da hierarquia de uma determinada rede urbana, resultando em processos desiguais de apropriação desses sobrevalores. Harvey (1980, p.204), a esse respeito, argumentou que ...as cidades [e suas respectivas redes] podem ser consideradas como formas criadas para a mobilização, extração e concentração geográfica de quantidade significativa do produto excedente socialmente definido. Nessa mesma lógica, Fredrich e Davidovich (1982, p.541) observam que os centros urbanos são modelados ...pelas necessidades da acumulação de capital. Em síntese, as redes urbanas e seus principais centros de acumulação são verdadeiros complexos de produção, circulação, consumo e apropriação de sobrevalores.

A rede urbana desempenha papéis diretamente associados a dois amplos circuitos de exploração, profundamente imbricados entre si, pois, no primeiro, os centros de acumulação extraem do campo excedentes, especialmente via comercialização e beneficiamento da produção agropecuária e renda fundiária; e, no segundo, tais centros de acumulação distribuem para as cidades subordinadas e para o campo, num claro processo de difusão, bens

e serviços, capitais, valores, informações e idéias, como assevera Corrêa (1988). Trata-se de um mesmo processo autoalimentador, no qual os centros de acumulação impõem-se às cidades subordinadas e ao campo, numa evidente rede de trocas desiguais, assegurada pela ação convergente das grandes corporações e unificada pelo sistema financeiro. Nessas relações de trocas desiguais, os centros de acumulação apropriam-se de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão territorial do trabalho. Esses circuitos são importantes para determinar a diferenciação geográfica, pois assumem uma dimensão espacial notória, refletindo, dessa maneira, uma óbvia distinção entre os centros urbanos, entre estes e o campo, e entre as diversas redes envolvidas no movimento.

O primeiro circuito diz respeito à extração dos excedentes rurais, sobretudo, a produção agropecuária e a renda fundiária. Os produtos rurais, para chegar ao consumidor final, percorrem um complexo percurso, em que estão implicados distintos agentes, que exercem várias funções, em níveis distintos da rede. Os centros urbanos, nesse processo, são transformados em locais de comercialização e beneficiamento da produção rural, por meio da criação de um complexo mecanismo de exploração, no qual se envolvem numerosos intermediários, dentre eles: atacadistas coletores, atacadistas reexpedidores, usinas de beneficiamento, indústrias, grandes atacadistas, exportadores, varejistas, criando ...uma cadeia urbana de comercialização e beneficiamento da produção rural. Nesta, interligam-se pequenos centros, centros locais, centros regionais, metrópoles industriais e informacionais, assim como cidades portuárias<sup>54</sup>. Como explica Corrêa (1988 e 1989), em cada etapa dessa cadeia, adiciona-se uma margem de lucro sobre preço inicial pago ao produtor rural, e, dessa maneira, o consumidor final paga ao varejista um preço muito elevado quando comparado ao preço inicial. As grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas vêm introduzindo mudanças nesse quadro, visando simplificar tal cadeia e diminuir o número de intermediários, sem, contudo, beneficiar o produtor rural. Dentre elas, estão as cadeias de hipermercados, como exemplifica Corrêa (1989), e também as agroindústrias que negociam diretamente com os produtores, impondo a eles seus preços e seus mecanismos de compra, a exemplo dos regimes de integração indústria-produtores, num claro exercício do seu poder. Por outro lado, as cooperativas de produtores rurais procuram também simplificar esse quadro, porém visando beneficiar o produtor rural.

A drenagem da renda fundiária também se associa aos circuitos de exploração dos centros urbanos sobre o campo, posto que ...parcela ponderável do valor excedente produzido

---

<sup>54</sup>Numa análise detalhada, é possível indicar os papéis cumpridos pelos centros nesse processo.

no campo é transferida para as cidades, ampliando a acumulação de capital no urbano, como ensina Corrêa (1988 e 1989, p.61). O referido autor segue esclarecendo que, pelas práticas absenteístas dos grandes proprietários rurais que residem nas cidades, tal renda drenada do campo é investida no urbano, notadamente naquilo que ostenta status, como mansões e edifícios luxuosos, e também nos serviços demandados por essa elite rural, como butiques, restaurantes e clubes de alto-luxo, assim como em consumos de alto nível, a exemplo das concessionárias de carros importados<sup>55</sup>. Vale ressaltar que tais atividades transformam-se em funções urbanas, contribuindo para elevar o nível hierárquico desses centros onde se percebe um forte absenteísmo.

No segundo circuito de exploração, o centro de acumulação impõe-se por meio da difusão de bens e serviços, de capitais, de valores e idéias, de forma a realimentar o primeiro circuito. Tal processo perpassa especialmente pelo consumo e pelas demandas do campo e das cidades subordinadas<sup>56</sup>, posto que os bens de produção, mas também os bens de consumo e os serviços, como educação, saúde e financeiros, são adquiridos numa verdadeira ...rede de centros de distribuição de bens e serviços, como salienta Corrêa (1988, p.116). Num esquema simplificado, o centro metropolitano vende seu produto a um atacadista, situado num centro regional, que o revende ao comerciante varejista, localizado em um centro local, que, finalmente, repassa esse produto industrializado ao consumidor final, que vive em pequenos centros e no campo. Trata-se do processo inverso da comercialização da produção rural, no qual se inserem margens de lucros em cada uma das etapas do circuito, e, da mesma forma, quando o produto industrializado chega ao consumidor final, nas pequenas cidades ou no campo, seu valor encontra-se bastante elevado em relação ao valor definido pelo industrial, segundo o custo de produção. Em vista disso, conclui-se que essa rede de centros de distribuição é, como orienta Corrêa (1988, p.116), ...uma rede de drenagem de lucros. Trata-se de circuitos de exploração bastante vantajosos para as corporações. Cumpre salientar que os grandes capitais, localizados preferencialmente nas metrópoles, associados tanto às indústrias quanto às empresas do terciário, vêm promovendo mudanças nessa rede de distribuição, buscando eliminar o papel do atacadista. Como conseqüência, pode-se solapar o papel de importantes cidades regionais especializadas na intermediação. Pela ampliação do consumo produtivo do campo, os produtores rurais também desenvolveram mecanismos e

---

<sup>55</sup>Esses recursos são também investidos em especulação imobiliária e no mercado financeiro.

<sup>56</sup>A revolução dos hábitos de consumo atinge as pequenas cidades e o campo. De acordo com Santos (1993, p.50), ...criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo... com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e das localidades urbanas.

recursos para evitar essa rede de drenagem. Existem feiras agropecuárias, onde os produtores rurais estabelecem relações diretas com os industriais. A presença das agroindústrias, de atividades altamente modernas, de capitais nacionais e transnacionais amplia enormemente esses circuitos de exploração, pelos altos lucros gerados, que são drenados diretamente para os centros de acumulação.

Nesse sentido, observa-se que os circuitos de acumulação são tanto mais complexos quanto mais complexa for a divisão territorial do trabalho, que se amplia gradativamente entre os centros urbanos, principalmente, pelas numerosas especializações produtivas, sejam na indústria, no comércio ou nos serviços, que, aliadas às funções preexistentes, resultam em uma importante complexidade funcional, cujas possibilidades de interações são intensificadas e, em muitos casos, articuladas dentro de uma lógica global, particularmente pelas especializações, que ampliam a vida de relações, porque têm um efeito abrangente, sendo responsáveis por diferenciações em escalas regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Dessa forma, o papel das especializações, na requalificação dos centros e da rede urbana, torna-se fundamental, assim como o das interações espaciais, que se transformam em componente essencial para a análise da diversidade das redes urbanas, uma vez que, como sugere Corrêa (1997, p.295), apresentam padrões distintos no espaço e no tempo, sendo caracterizadas ...por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação.

Os centros de acumulação, funcionalmente articulados, transformam-se em centros de controle, capazes de exercer notável comando sobre as atividades e sobre o espaço. Tal controle segue uma hierarquia entre os centros urbanos, concentrando-se, primordialmente, nas metrópoles e, secundariamente, nos centros regionais, havendo, portanto, um fortalecimento das estruturas hierárquicas. Contudo tais hierarquias não são estáveis, dependem, mormente, dos mecanismos de competição e cooperação entre os centros.

A complexificação das interações espaciais entre os centros e entre as redes urbanas envolve, por um lado, o aumento dos fluxos já existentes<sup>57</sup>, que assume um caráter múltiplo, abrangendo um número crescente de centros e escalas cada vez mais vastas e variadas; e, por outro lado, as articulações são fortemente alteradas em decorrência das especializações funcionais, que alargam as escalas, as intensidades, as orientações e diversificam a natureza dos fluxos. Trata-se, em síntese, de interações desiguais, formando redes desiguais, como

---

<sup>57</sup>Especialmente aqueles associados à comercialização e beneficiamento da produção agropecuária, à drenagem da renda fundiária, à distribuição de bens e serviços e à difusão de capitais, idéias e valores, como descrito por Corrêa (1988 e 1989).

desiguais foram os seus motores, evidenciando padrões espaciais hierarquizados, porém justapostos por relações de cooperação e complementaridade, que se superpõem com diferentes conteúdos de complexidade.

No âmbito de uma mais complexa divisão territorial do trabalho, os centros inter-relacionam-se basicamente por meio de dois mecanismos - cooperação e competição. A diferenciação crescente entre os centros urbanos resulta, primordialmente, da competitividade existente, cujas relações são de caráter hierárquico e divergente. Tal competição é amplamente acirrada pelas estratégias das empresas comerciais e de prestação de serviços. Por outro lado, a interdependência entre as empresas gera uma crescente cooperação entre os centros urbanos, resultando numa situação convergente, que, em síntese, privilegia interações complementares e a interdependência funcional. Os centros competem e cooperam em diferentes escalas, criando uma multiplicidade de fluxos, caracterizados por ...diversos tipos de interações e de redes geográficas que não são excludentes entre si, mas que certamente podem ser ...distintamente variáveis em termos espaciais e temporais, como aponta Corrêa (1997, p.295), bem como definidos por horizontalidades, caracterizadas por interações fortemente regionais, e por verticalidades, que superam a continuidade geográfica, demonstrando a importância das relações extra-regionais, como sugere Santos (1993, 1994), que define os fluxos segundo esses dois recortes espaciais. Possibilizadas pelo aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação, essas interações entre os centros criam e recriam configurações novas para a rede urbana, ora pela competitividade, ora pela cooperação, ou ainda, pela justaposição entre ambas. Se a relação de complementaridade se enfraquece e a de competitividade torna-se mais forte, amplia-se a diferenciação. Desse modo, conforme a concorrência se intensifique ou se enfraqueça, hierarquias urbanas podem ser misturadas ou homogeneizadas e, até mesmo, revertidas, de modo que a evolução e o padrão dessas redes estão sujeitos às constantes mudanças entre esses mecanismos, apoiadas basicamente em processos convergentes e divergentes.

Porém identifica-se uma crescente interdependência e complementaridade entre os centros, num contexto regional especializado, onde tais centros passam a ter uma relação direta com as demandas de sua região. Por outro, observa-se também uma diminuição relativa da importância das interações entre os centros e suas regiões e, ao mesmo tempo, uma ampliação da importância das interações que interligam vários centros distintos, de regiões e, até mesmo, de países diferentes, chegando, provavelmente, ao que Veltz (1999) denominou rede-arquipélago de importantes centros. Tal fato aumenta a distinção entre os centros regionais e entre os centros de suas respectivas hinterlândias, pois, enquanto esses centros

conectam-se às redes em âmbito nacional e, até mesmo, internacional, suas hinterlândias passam a desempenhar funções cada vez mais subordinadas, demonstrando ações internas divergentes. Esses centros regionais, impulsionados por suas elites, estruturam-se para competir na economia nacional e também na internacional, com base numa interatividade que rompe com os padrões espaciais pretéritos.

O padrão espacial das redes urbanas está, portanto, submetido às constantes mudanças nos mecanismos de competição e cooperação entre os centros, muitas vezes, historicamente, cumulativos e, outras vezes, atuando no sentido de reverter a hierarquia estabelecida, especialmente, mediante as iniciativas de elites empreendedoras.

Desses processos, que traduzem relações de trocas desiguais, resulta a complexidade da rede urbana, diretamente associada à complexidade da divisão territorial do trabalho, por sua vez, engendrada pelas atitudes, estratégias e práticas dos atores econômicos, políticos e sociais. O aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a ampliação exponencial das interações promovem mudanças nos conteúdos e nas formas espaciais. Em realidade, quando uma nova divisão territorial do trabalho se impõe, seja pela ampliação das funções produtivas, tanto agropecuária quanto industrial, seja pelo aumento das funções comerciais e de prestação de serviços, incluindo-se, primordialmente, as atividades especializadas, com um necessário aprofundamento das interações espaciais, desenha-se uma nova rede urbana. Nesse processo, ocorrem diferenciações cada vez mais evidentes entre os centros urbanos e suas redes, que se tornam mais complexificadas. Tal complexidade envolve a ampliação da esfera produtiva e do terciário, inclusive pelas especializações, que passam a contar com a presença de empresas hegemônicas, além da própria ampliação do consumo, gerando mudanças nos mecanismos de oferta e demanda de bens e serviços, o que, conseqüentemente, altera os circuitos de exploração, posto que a divisão do trabalho entre os centros urbanos torna-se muito mais complicada, privilegiando a diferenciação - quanto mais aprofundada a divisão territorial do trabalho numa dada rede, sem mecanismos de cooperação, tanto mais diversos são seus centros.

Nessa perspectiva, cumpre ressaltar que, na análise geográfica, é necessário abordar as redes urbanas como realidades complexas, que resultam de combinações múltiplas, determinadas pela fixidez espaço-temporal daqueles elementos que lhe são pertinentes, cuja recombinação expressa o movimento de transformação da rede urbana.

Os processos atuais de transformação social têm exercido um grande efeito sobre os centros urbanos e suas respectivas redes. A rede urbana, de modo semelhante, passa por transformações que não necessariamente seguem um arquétipo único, pois apresentam

variações consideráveis que dependem das características dos contextos espaciais e históricos, assim como das atitudes e práticas dos agentes econômicos, políticos e sociais. Portanto, convém salientar que a complexidade da rede urbana e a complexidade da estrutura socioespacial são correlatas, isto é, a rede urbana é expressão continuamente atualizada de uma estrutura social crescentemente diferenciada e complexa.

As transformações por que passam os segmentos da rede urbana não são iguais, visto que a recombinação dos mesmos elementos, que altera a natureza e o significado dessa rede, revelando diferenças espaciais antigas e novas, é comandada por ações convergentes e divergentes, oriundas de processos internos e também externos, o que aumenta sistematicamente a complexidade. Numa rede urbana particular, as novas combinações interpenetram-se às combinações pretéritas, já diferenciadas em relação a outras redes, afetando a própria geração das diferenças espaciais. De fato, tanto os centros como as redes urbanas re-atualizam-se mediante a ...coexistência de formas e funções novas e velhas, como ensina Corrêa (2000, p.125). A rede urbana, sofrendo re-atualizações sucessivas, mantém características das combinações passadas e acumula características das novas combinações, e todas deixam suas marcas entremeadas na estrutura da rede vigente, cuja racionalidade está intrinsecamente condicionada pelas anteriores, especialmente pela inércia das formas espaciais pretéritas, sugerindo uma relação dialética do novo e do velho. Nesse sentido, como observa Corrêa (2000, p.125), ...uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada. Em vista disso, as conexões entre rede urbana e formação socioespacial são extremamente complexas, como sugere Corrêa (2000).

Há, na realidade, uma série de processos envolvidos na definição e na redefinição dos padrões espaciais das redes urbanas, que, em síntese, expressam suas diversidades. Em sendo a rede urbana uma dimensão socioespacial, crescentemente diferenciada e complexificada, esta passa a ser submetida a tensões numerosas e profundas que se impõem sobre sua estrutura e funcionamento, levando a mudanças, por vezes, lentas, orientando-se por uma continuidade especiosa; por vezes, rápidas, fundamentadas em princípios completamente diferentes dos anteriores; e, não raro, brutais, rompendo com os padrões precedentes. Dessa maneira, fazem-se necessárias pesquisas que busquem o entendimento da natureza e do significado da rede urbana.

### 3.3 - A diferenciação entre os centros urbanos: tipos e exemplos significativos

Corrêa (1988, 1989 e 2006) ressalta que uma das principais vias de abordagem dos geógrafos acerca da temática da rede urbana diz respeito à diferenciação de seus centros, que, por serem funcionalmente articulados, apresentam-se cada vez mais distintos uns dos outros. Há, entre os centros, maior ou menor distinção, mesmo se se considerar o conjunto de centros de uma mesma rede urbana, particularmente pelo papel diferencial que passam a desempenhar nas suas respectivas redes. Centros oriundos de um mesmo processo de criação, que não foram diferenciados a priori por uma complexidade genética, podem mostrar-se profundamente diferenciados entre si, pois, na maioria das vezes, respondem a processos distintos de evolução urbana. Muitos centros permanecem fortemente ligados à sua herança histórica, tanto por efeitos convergentes como por efeitos divergentes; outros mostram alguma variação, principalmente em decorrência do papel diferencial que passam a desempenhar, enquanto outros mudam por completo, expressando a imprevisibilidade das mudanças, que podem ser radicais.

Os centros urbanos apresentam extrema diferenciação mesmo em níveis considerados paralelos ou em categorias tidas como homólogas, como no caso das pequenas cidades, cuja distinção ocorre pela ...criação de novos centros... em áreas que passam a integrar o espaço globalizado e também pelas ...alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros preexistentes, como ensina Corrêa (1999, p.47), que ampliam as possibilidades de interações. Assim como no que se refere às cidades médias que mudaram de conteúdo e de qualidade, à medida que se transformaram em espaços da produção agrícola, industrial e de expansão das atividades terciárias. Além disso, registram elevados índices de urbanização e interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio da interpenetração de relações que se articula em escalas local, regional e nacional, em decorrência do acúmulo de funções, das especializações produtivas e da interdependência funcional. Até mesmo entre as metrópoles existem diferenças significativas. Corrêa (2004, p.72-73) destaca os processos de diferenciação entre São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais se percebe a decadência da metrópole carioca em favor da metrópole paulista, que ...se torna a incontestada metrópole nacional, o principal centro de gestão do território, desempenhando um duplo papel, uma vez que se encontra também conectada à rede de centros globais. As metrópoles regionais, do mesmo modo, revelam uma grande diversidade, pois, como observa Corrêa (2004),

diferenciam-se segundo a gênese, a evolução urbana, o tamanho, o papel urbano que desempenham e quanto aos seus arranjos espaciais, sejam nas hinterlândias que comandam, sejam nas interações de longa distancia, caracterizando uma crescente dissociação entre proximidade espacial e o desempenho das funções básicas e não-básicas.

Em realidade, são seus espaços-tempos particulares que diferenciam um centro de outro. São duas dimensões específicas diretamente sobrepostas, porquanto cada centro urbano possui uma dinâmica socioespacial própria, que se contrapõe às temporalidades imperativas, resultando, necessariamente, em contradições, embora seus espaços-tempos não possam ser compreendidos isoladamente, visto que são componentes articulados da rede urbana.

Essa diferenciação entre os centros de uma dada rede foi, primordialmente, analisada ...em termos de suas funções, dimensões básicas de variação dos sistemas urbanos, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região, cujo detalhamento encontra-se em Corrêa (1988, p.108). Tais análises, apesar das pontencialidades maiores ou menores de uma ou de outra, não atentam para a totalidade dos processos associados à natureza da rede urbana, que está inexoravelmente relacionada com os processos de mudança social e suas espaço-temporalidades distintas. Neles, está a base para a explicação das diferenças entre os centros urbanos e para a diversidade de suas redes. Destarte, a essência das análises não deve apenas permanecer situada na descrição dos aspectos da mudança, ao contrário, deve centrar-se nas racionalidades que deflagram o processo de transformação, assim como nos contextos espaciais e históricos, levando em conta a noção de rede urbana como dimensão socioespacial.

Tendo em vista que a realidade é, notoriamente, mais rica que as teorias, exemplos ilustrativos desses processos podem ser encontrados tanto na literatura acadêmica brasileira como na estrangeira. Esses exemplos, considerando primordialmente aqueles cujo pólo técnico de pesquisa fundamenta-se em estudos comparativos, podem abordar redes urbanas em escalas variadas - regional, nacional ou internacional, ou abordar poucos centros, segundo sua hierarquia, função de comando, ou ainda, considerar múltiplos atributos. Além disso, tais exemplos demonstram que os estudos podem ser realizados segundo perspectivas sincrônicas ou diacrônicas, contribuindo de forma significativa para a maior compreensão da natureza da rede urbana e dos seus complexos processos de diferenciação.

Um centro, por exemplo, New York, pode ser comparado, sistematicamente, com outros, formando dois ou mais pares de centros urbanos - New York e Londres, New York e Boston, New York e Pittsburgh. Os propósitos da comparação são intelectualmente construídos segundo cada problemática e com a utilização de conceitos, indicadores e

atributos que mais se ajustem às questões levantadas, revelando a multidimensionalidade de cada centro ou par de centros, quer dizer, de cada objeto de investigação.

Nesse sentido, a contribuição de Fainstein (1990) é, para a presente pesquisa, duplamente importante, uma vez que compara New York e Londres, duas cidades globais, levando em conta que, durante a década de 1980, tais centros mostraram uma convergência notável dos seus padrões de desenvolvimento, mediante a implantação de políticas públicas. Para tanto, a referida autora analisa, seqüencialmente, a implantação das políticas de desenvolvimento em New York e em Londres, destacando especificamente a convergência e o fato de essas políticas contribuírem no sentido de minimizar os efeitos do desenvolvimento desigual. Trata-se, portanto, de um intento tematicamente próximo ao que se pretende nesta tese, embora suas conclusões identifiquem apenas os pontos de convergência e não atentem para os processos de divergência, que certamente exigem um olhar mais específico.

O estudo de Chinitz (1972) representa outra contribuição relevante, pois delimita os contrastes entre as aglomerações de New York e Pittsburgh, considerando, primeiramente, dados referentes ao tamanho, às funções básicas e não-básicas, à estrutura industrial, às economias externas e deseconomias, ao emprego, dentre outras informações que o autor alerta serem ferramentas velhas, porém, indispensáveis, nas análises urbano-regionais. O autor, contudo, ressalta ser necessário refinar os métodos, incorporando ferramentas novas, dentre elas, dados relacionados com as funções de consumo regional e com a demanda de interdependência entre os centros.

Ainda se faz necessário salientar a contribuição de Green (1959). Tais aportes estão referidos no artigo *Hinterland boundaries of New York city and Boston in southern New England*, cujos propósitos eram definir e analisar os limites das hinterlândias de duas metrópoles, New York e Boston, situadas numa mesma região, a porção sul da Nova Inglaterra, considerada pelo autor ...como área com um padrão de desenvolvimento histórico uniforme (GREEN, 1959, p.201). Importa ressaltar que, nessa pesquisa, ...o limite entre as hinterlândias metropolitanas de New York e de Boston é determinado a partir do estudo das respectivas funções metropolitanas dessas duas cidades (GREEN, 1959, p.187). Para tanto, o autor selecionou uma ...variedade de indicadores funcionais, dentre eles, transporte, comunicação, agricultura, recreação, indústria e finanças. Esses indicadores foram analisados sistematicamente em ambas as cidades, no sentido de estabelecer ...a extensão e a importância das duas hinterlândias, levando em conta o movimento do transporte de mercadorias, via caminhão, e de passageiros, via ferrovia; a circulação dos jornais metropolitanos; os índices de telefonia interurbana; a origem dos turistas metropolitanos; o

endereço profissional dos diretores das principais industriais; e os correspondentes financeiros dos bancos metropolitanos (GREEN, 1959, p.187-200). Muito mais detalhada que as pesquisas anteriormente citadas, o estudo de Green (1959) mostra que, apesar de um contexto histórico-geográfico relativamente uniforme, ambos os centros apresentam dessemelhanças relevantes.

Na literatura acadêmica brasileira, existem outros exemplos ilustrativos desses processos, particularmente, na literatura geográfica, na qual prevalecem os estudos classificatórios de centros segundo as funções urbanas e as hierarquias, envolvendo pares ou conjuntos de centros.

O estudo de Borin (2002, p.5), sobre a divisão interurbana do trabalho em uma região composta por pequenas cidades, Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra e Socorro, em São Paulo, e Monte Sião, em Minas Gerais, é importante, visto que a autora selecionou, para a análise, ...situações reveladoras do fenômeno da divisão interurbana do trabalho na região estudada. Com base nos recortes metodológicos, Borin (2002) mostra as sucessivas e superpostas divisões interurbanas do trabalho, alicerçadas nos consecutivos usos do território, quer dizer, nas especializações produtivas da região, a saber, turismo, águas minerais engarrafadas e malhas de tricô, revelando uma vida de relações interurbanas, fundamentada numa interdependência horizontal entre as referidas cidades. Tal situação, segundo a autora, revela a existência de um acontecer homólogo, resultante de atividades afins, complementares e também concorrentes, que, por sua vez, possibilitaram o aumento da intensidade das relações interurbanas, sugerindo a formação de uma coerência funcional, que ...define a continuidade da região, ou seja, que é capaz de orientar e expressar o recorte regional, como observa Borin (2002, p.118).

A contribuição de Elias (1996), com a análise de dois centros, Sertãozinho e Matão, ambos subordinados à Ribeirão Preto, é valiosa. Esses centros estão associados à recente expansão de dois importantes ramos agroindustriais, o da cana-de-açúcar e o da laranja, respectivamente. Tal expansão promoveu mudanças na organização espacial, garantindo a emergência de um tipo particular de cidade, a cidade do campo. Elias (1996, p.299) aponta que, ...na região de Ribeirão Preto, o tipo de desenvolvimento que move muitas de suas cidades caracteriza-as como cidades do campo, cujo papel é atender às demandas do campo modernizado, seja na produção agrícola propriamente, seja no beneficiamento industrial dessa produção, seja no oferecimento de serviços industriais, comerciais e de vários outros serviços para o campo. Como sugere Elias (1996, p.306), a cidade de Sertãozinho ...é uma das mais especializadas na regulação da produção canavieira, na sua transformação industrial e na

produção de máquinas e equipamentos para esse ramo da agroindústria..., caracterizando-se, portanto, ...como a cidade do complexo agroindustrial canavieiro. Matão, por sua vez, é exemplo de cidade que se ...desenvolve em razão da modernização da produção citrícola e da sua transformação industrial em função da produção de suco de laranja. Estas atividades promoveram ...o desenvolvimento de uma gama de outras atividades econômicas, como salienta Elias (1996, p.307). Trata-se, na verdade, de especializações das atividades econômicas que garantem a diferenciação entre centros de uma mesma categoria e numa mesma região.

Fresca (2004, p.1) também apresenta importante contribuição, com a análise da transformação funcional de três centros da rede urbana norte-paranaense - Jacarezinho, Cornélio Procópio e Cianorte. A pesquisa orienta-se, fundamentalmente, por meio de um estudo comparativo que busca ...evidenciar a continuidade dos processos de diferenciação e de redefinição dos lugares de uma mesma rede urbana. Esses centros, na década de 1960, caracterizavam-se como lugares centrais, em uma rede que se aproximava do tipo *christalleriano*, pois distribuía bens e serviços à sua população e a uma *hinterlândia* restrita. Entretanto, no final dos anos de 1990, encontravam-se bastante diferenciados, com diversidades funcionais e modos de inserção distintos na rede, posto que registraram evoluções histórico-geográficas qualificadas.

As contribuições de Fresca (1990) completam-se com a análise da dinâmica funcional de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, no Oeste paulista, nos anos de 1950 e de 1980. O estudo evidenciou que tais centros, apesar de pequenos, mostravam-se, já no primeiro momento da análise, diferenciados em termos de seus tamanhos e de suas funções, sendo essa diferenciação ampliada nos anos de 1980, sobretudo em termos das relações funcionais, o que retrata as maneiras singulares de inserção de cada pequeno centro na rede urbana, no caso, na rede de Marília.

Outra contribuição é dada por Ferrari (1988, p.29), que analisou os processos de alteração na hierarquia urbana ocorridos nos dois principais centros urbanos do Agreste e Sertão de Alagoas, Palmeira dos Índios e Arapiraca, onde foi evidenciada uma nítida inversão hierárquica, visto que ...uma nova área, Arapiraca, passa a comandar e a centralizar as atividades urbanas anteriormente existentes em Palmeira dos Índios. O estudo fundamentou-se nas mudanças ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, destacando as raízes histórico-geográficas da organização socioespacial, as forças de permanência e os condicionantes da reorganização em nível regional. A referida autora

concluiu que a dinâmica de rearticulação desses centros urbanos está diretamente associada aos avanços e recuos das elites locais.

O trabalho do economista Paul Singer (1968), sobre Porto Alegre, Blumenau, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, representa, do mesmo modo, contribuição importante, pois mostra que as diferenças urbanas são estruturadas em função do desenvolvimento econômico e dos processos históricos de evolução urbana. Como exemplo vejam-se os casos de Porto Alegre e Recife, cuja diferenciação é decorrente de gêneses, funções e elementos de natureza econômica, política, social e cultural distintos, resultando em duas metrópoles profundamente diferenciadas entre si, cujas redes urbanas são expressão de estruturas socioespaciais particulares, uma associada ao latifúndio açucareiro e outra fortemente vinculada à pequena propriedade agrícola da zona de colonização germânico-italiana, que gestou internamente as bases do desenvolvimento urbano e da industrialização.

Esses são apenas alguns exemplos que, de fato, não dão conta da riqueza da realidade, isto é, da diversidade e da complexidade presente nessas questões. Contudo abrem possibilidades para a compreensão da singularidade de cada segmento da rede, em escalas variadas, contribuindo, dessa forma, para o entendimento da natureza e do significado da rede urbana e de seus complexos processos de formação, evolução e transformação.

A comparação entre Uberaba e Uberlândia, além de representar desafio estimulante ao olhar do geógrafo, que, de imediato, detecta a dimensão espacial envolvida na argumentação proposta, busca destacar a relevância dos processos de diferenciação entre os centros e suas respectivas redes urbanas, para, dessa forma, contribuir no sentido de ampliar o debate e a reflexão a respeito do entendimento do próprio processo de transformação da rede urbana brasileira.

# GÊNESE E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA NO TRIÂNGULO MINEIRO: O ESPAÇO-TEMPO DA CONVERGÊNCIA

15 sempre temerário trabalhar unicamente com o presente e somente a partir dele. Mais adequado é buscar compreender o seu processo formativo.

Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda. (SANTOS, 1994, p.15).

Deffontaines (1944, p.141) inicia sua discussão de Como se constituiu no Brasil a rede das cidades com questões relevantes, dentre elas: como uma região foi dotada de aglomerações urbanas? Como nasceram elas, onde se instalaram, por que progrediram? Como se cria uma rede urbana... Tais questionamentos estão diretamente relacionados com o surgimento e a evolução de centros urbanos em uma determinada região e, conseqüentemente, com a estruturação de suas respectivas redes, indicando, num processo de evolução, que é permanente, a possibilidade de reconhecimento de diversos momentos, por sua vez, reveladores dos processos de mudança socioespacial.

Os eventos, entretanto, possuem especificidades, e as mudanças impõem uma periodização própria. Com relação ao Triângulo Mineiro, Freitas e Sampaio (1985) definiram uma periodização que consiste de quatro fases: ocupação, expansão comercial, transição e diversificação produtiva. Trata-se de uma periodização bastante ampla, que permite a constatação de particularidades em cada um desses períodos. Porém, em função do encaminhamento do esquema interpretativo desta pesquisa, pergunta-se: quais dessas fases marcam a convergência entre Uberaba e Uberlândia? Ou, em outras palavras, a história territorial da convergência entre esses centros fez-se por meio de quais recortes espaço-temporais? Esse processo de convergência define-se em função de quais relações e interdependências?

Nesse sentido, por se tratar de um período espesso, diretamente relacionado com os processos de mudança socioespacial desse contexto, outras periodizações impõem-se. Primeiramente, a região desempenhou papel de área de passagem, momento em que não se visava à ocupação do território, seguido por um breve êxito da mineração e, posteriormente,

por sua efetiva ocupação pelos geralistas, desenvolvendo a atividade pastoril, que encerram o movimento de ocupação colonial e imperial, cuja base da organização socioespacial centrou-se na pecuária extensiva. Num segundo período, observa-se a condição de entroncamento, dada pela ampliação da circulação, graças à extensão dos trilhos da estrada de ferro e à implantação de estradas de rodagem e de pontes. Posteriormente, verifica-se a consolidação do papel de entreposto comercial, com a expansão do comércio, assim como da produção agropecuária e do beneficiamento industrial, com uma importante retenção e acumulação de excedentes regionais, indicando mudanças na articulação anterior. Finalmente, tem-se o reaparelhamento da infra-estrutura, quando da construção de Brasília e da consolidação de especializações funcionais. Esse último período insere-se na denominada fase de transição de Freitas e Sampaio (1985, p.30), em que ...a “velha” base econômica regional dá mostras de esgotamento, sem contudo a “nova” conseguir se impor de forma hegemônica, isto é, trata-se de um período em que o padrão vigente está agonizando e que os principais contornos de um novo período estão justamente começando a aflorar, revelando que a relação contraditória entre a vitalidade de uma nova elite e a ordem ainda dominante caracteriza as fases de transição. Em realidade, essas mudanças expressam o caráter movediço de uma estrutura socioespacial em constante transformação.

Para Uberaba e Uberlândia, os motores que caracterizam cada um desses períodos atuaram com efeitos convergentes, especialmente a partir da mecanização do território, quando dos empreendimentos infra-estruturais marcados, em particular, pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte. Assim, esses períodos caracterizam a fase da convergência e, paradoxalmente, revelam a heterogeneidade intra-regional. A dinâmica convergente entre os principais centros da região não ameniza, de modo algum, essa heterogeneidade, ao contrário, agrava-a, já que as diferenças tendem a tornar-se estruturais, como sugerem Santos e Silveira (2001), posto que a formação socioespacial decorre de um rearranjo contínuo, mediatizado por interações que confrontam lógicas internas e externas, assim como contingências geradas pela constante mudança social.

Nessa perspectiva, as análises diacrônicas revelam os momentos de ruptura com a estabilidade socioespacial e, conseqüentemente, os movimentos de mudança da rede urbana<sup>58</sup>. Por isso, apoiado em uma abordagem histórica, que permite analisar sistematicamente a constituição do território, busca-se reconhecer, ao longo do tempo, as sucessivas fases de configuração e reconfiguração da rede urbana no Triângulo Mineiro, mediante os complexos

---

<sup>18</sup> Estudos sincrônicos são também bastante úteis, pois possibilitam o exame de situações socioespaciais concretas num dado espaço-tempo.

processos de diferenciação e de igualização entre os principais centros da região, que resultaram em transformações sucessivas da organização espacial, sugerindo que a dinâmica singular de dois centros é capaz de transformar o segmento da rede urbana no qual estão inseridos.

A organização socioespacial do Triângulo Mineiro e sua correspondente rede urbana remontam a cerca de 200 anos de práticas político-econômicas e socioculturais, que moldaram um arranjo múltiplo e complexo, primordialmente, como reflexo dos movimentos de expansão e de contração de seus centros, que animaram a dinâmica desse segmento da rede, em especial, pelas atitudes e investimentos de suas elites. Portanto, não cabe imputar que as diferenciações geográficas aí presentes têm suas bases fundadas em determinismos geográficos ou econômicos, ou mesmo em reducionismos históricos, que empobrecem a importância dos eventos, dos contextos e das práticas dos atores sociais, políticos e econômicos.

A região, por sua vez, desempenha papel de primeira ordem no entendimento dos processos de diferenciação e igualização entre seus principais centros urbanos, pois o modo de evolução das forças produtivas e as formas de inserção na divisão territorial do trabalho, em conjunto, são capazes de alterar a configuração do espaço ao longo do tempo, seja influenciando desigualmente o dinamismo dos centros urbanos, seja propiciando a criação e a emergência de novos centros.

A formação e a evolução dos principais núcleos urbanos, assim como a preponderância, em determinado momento, de um sobre o outro devem ser analisadas a partir da atividade pastoril, do processo de expansão comercial e do processo de diversificação funcional, enfim, a partir da sua inserção na divisão territorial do trabalho. A pecuária extensiva de gado foi, até dado momento, responsável por uma configuração do espaço regional que favorecia Uberaba, em seguida, as atividades comerciais inseriram mudanças importantes nessa organização espacial, privilegiando Araguari e Uberlândia. Tais mudanças podem ser consideradas como as raízes que desencadearam uma completa reorganização dessa configuração espacial, cujos benefícios foram mais bem incorporados por Uberlândia<sup>59</sup>, que emergia, em fins do século XIX, como um arraial pouco diferenciado e caracterizado por funções bastante simples, para, já em meados da década de 1960, aparecer como um centro regional, relativamente equiparado com Uberaba.

---

<sup>19</sup> Há que se ressaltar que, em ambos os casos, foram aproveitados os impulsos do dinamismo paulista.

## 4 - A gênese do urbano no Triângulo Mineiro

No Brasil, como esclarece Prado Júnior (1986), o processo de interiorização do povoamento foi orientado, primordialmente, pelas atividades da mineração, localizadas em alguns pontos do território, notoriamente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia, onde surgiram vários núcleos urbanos; e pela dispersão das fazendas de gado, principalmente nos sertões nordestinos, nos cerrados mineiros e nos campos sulistas, conduzindo também à fundação de povoados<sup>60</sup>. Esses foram os motores de criação de ...verdadeiras famílias e gerações de cidades, como sugerem Santos e Silveira (2001, p.31), resultando em cidades mineiras, cidades nas estradas, cidades bocas de sertão, cidades patrimônios religiosos, dentre outros tipos apontados por Deffontaines (1944).

No Triângulo Mineiro, foram criadas, a partir dos processos de ocupação colonial iniciados por volta de 1730<sup>61</sup>, quando essa região era, primeiramente, parte integrante da capitania de São Paulo e, posteriormente, da capitania de Goiás, pelo menos três famílias e três de gerações de cidades, a saber: cidades a partir dos aldeamentos, as cidades mineiras do ouro e do diamante e as cidades da pecuária, matizadas segundo os diversos momentos dessa ocupação inicial e, igualmente, testemunhas dos sucessivos movimentos colonizadores desse período.

Tais famílias de cidades estão respectivamente associadas a três movimentos colonizadores que estruturaram um embrião de rede urbana ainda na primeira metade do século XIX, expressando que a configuração urbana, nessa região, é uma herança direta da colonização, um legado do processo de ocupação do território que, aliás, caracteriza quase toda a rede urbana brasileira, como aponta Santos (1967). De fato, o dinamismo urbano no Triângulo Mineiro surgiu como consequência imediata da combinação de três fatores principais: a ocupação do território, a expansão das atividades econômicas e os interesses da incipiente elite local. Há que se ressaltar que, como sugere Lourenço (2002), parte dos núcleos urbanos dessa região foi originada dos processos de povoamento pioneiro, quer dizer, foram fundados até 1860, como retratado no Quadro 1, constituindo uma embrionária rede de

<sup>20</sup>Deffontaines (1944), a respeito do povoamento brasileiro, sugere que a fazenda constituiu por excelência a unidade de povoamento. Nesse mesmo sentido, Prado Júnior (1986 p.53) afirma que ...à pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração.

<sup>21</sup>A expedição de Bartolomeu Bueno da Silva Filho partiu de São Paulo rumo a Goiás em 1722, decorridos, então, 40 anos da primeira expedição, comandada por seu pai Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (TEIXEIRA, 1970).

arraiais. Do processo de colonização e de expansão econômica e política, ascende Uberaba, que, já nesse período, se consolidou como um importante centro, desempenhando papel de intermediação entre o interior agropastoril e o litoral, o que possibilitou o intercâmbio de produtos primários e de produtos manufaturados, resultando numa vida de relações que se voltava para o mercado interno, ao contrário dos centros litorâneos, cujo sistema de produção estava voltado para a demanda estrangeira.

Quadro 1 - Triângulo Mineiro: data aproximada de fundação dos primeiros arraiais, 1750-1860

Até 1750	1750-1810	1810-1820	1820-1860
Cascalho Rico Indianópolis	Desemboque Araxá Patrocínio São Gotardo Capelinha (extinto)	Sacramento Uberaba Campo Florido Prata Coromandel Monte Carmelo Monte Alegre de Minas	Estrela do Sul Patos de Minas Carmo do Paranaíba Araguari Frutal Uberlândia Ituiutaba Tupaciguara Ibiá Rio Paranaíba Campina Verde Conceição das Alagoas Santa Juliana Abadia dos Dourados Matutina Serra do Salitre Lagoa Formosa São Francisco de Sales Delta

Fonte: BARBOSA, 1995 e LOURENÇO, 2002. Organização: BESSA, 2007.

Como sugere Marx (1991, p.52), esses arraiais foram transformados em ...sedes de uma área territorial bem definida, que continha diversos distritos, além das cidades-sede, que ansiavam também por autonomia municipal, promovendo, dessa maneira, desmembramentos territoriais subseqüentes. A atual divisão político-administrativa do Triângulo Mineiro é, portanto, originária desses primeiros núcleos de povoamento. A gênese desses núcleos urbanos é, no entanto, bastante anterior, estando associada à data de curato das capelas, ...a institucionalização da vida de tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por uma cura, como salienta Marx (1991, p.18).

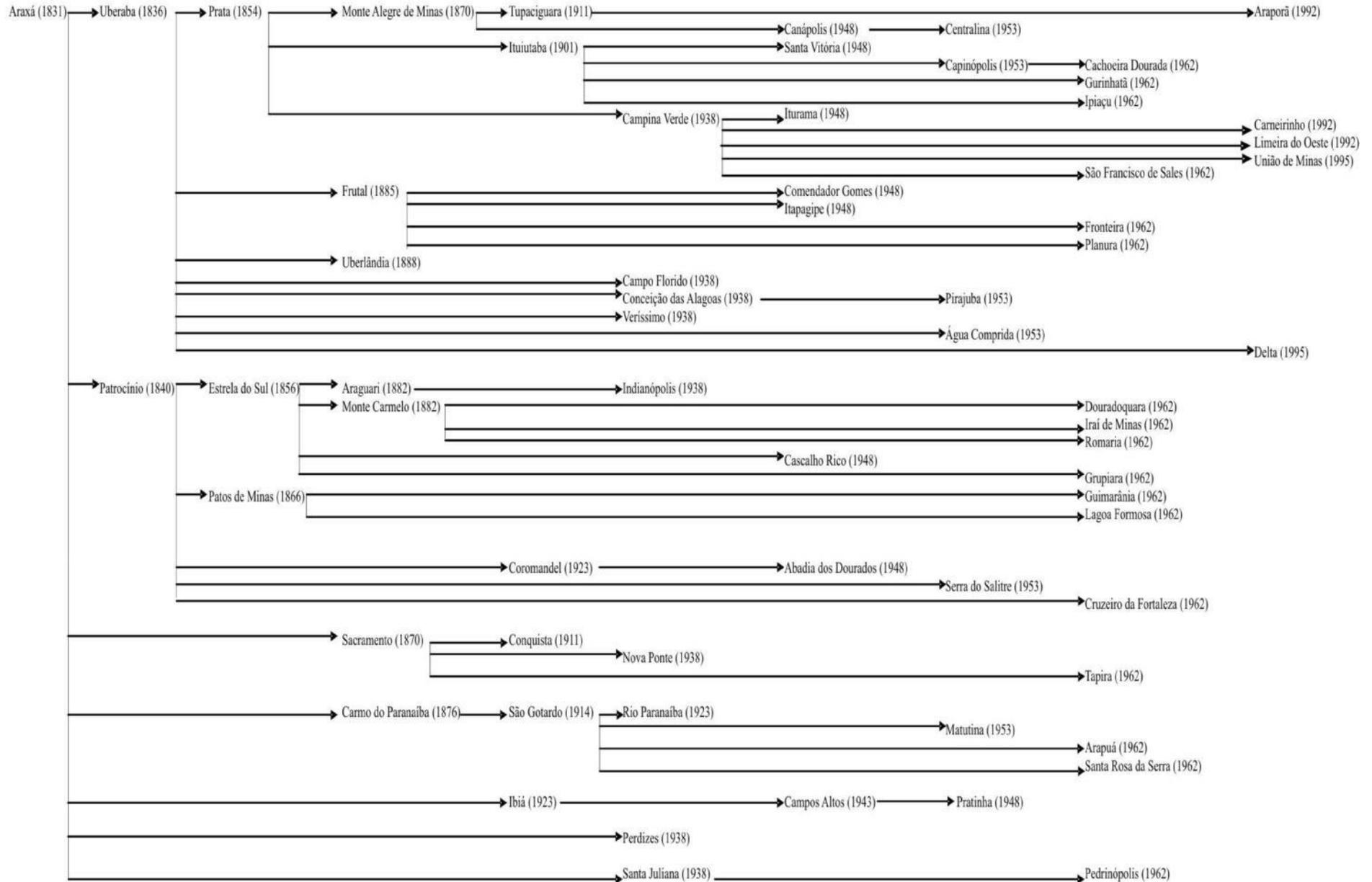
Entretanto, de maneira geral, podem-se observar etapas no processo de desmembramento territorial e de constituição dos atuais municípios, como evidencia a Figura 21. Tais etapas iniciaram-se com a criação dos termos de Araxá, Uberaba e Patrocínio, entre os anos de 1831 e 1840; e seguiram com a emancipação dos municípios de Prata, Estrela do Sul e Patos de Minas, entre 1854 e 1866; com o desmembramento dos municípios de Monte Alegre de Minas, Sacramento, Carmo do Paranaíba, Araguari, Monte Carmelo, Frutal e Uberlândia, entre 1870 e 1888. Há que se frisar que, dos municípios criados ainda no século

XIX, apenas o de Uberlândia não sofreu nenhum desmembramento até os dias atuais. Em contrapartida, o de Uberaba, cujo termo continha praticamente toda a porção oeste do Triângulo Mineiro, foi sendo subdividido, dando origem a vários municípios. Os demais também tiveram suas áreas municipais divididas em dados períodos, que, subseqüentemente, seguiram estas etapas: entre os anos de 1901 e 1923, em 1938, entre 1943 e 1948, em 1953, em 1962, e, finalmente, entre os anos de 1992 e 1996, com a emancipação dos cinco últimos municípios da região, a saber: Araporã, Carneirinho, Limeira do Oeste, União de Minas e Delta.

Esse segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro é, portanto, constituído por centros criados em momentos diversos, em decorrência da ação de diversos processos, desencadeados por agentes distintos, revelando uma importante complexidade genética, que, aliás, caracteriza toda a rede urbana brasileira, que, como aponta Corrêa (2001, p.96), ...não está, assim, totalmente elaborada. Em verdade, coexistem, nesse mesmo conjunto, núcleos surgidos na primeira metade do século XVIII, no início da colonização regional, cuja criação estava diretamente associada às funções de defesa de uma picada; núcleos originados a partir de determinadas atividades econômicas, particularmente a mineração e a pecuária; e também núcleos criados há poucas décadas, cujos municípios foram emancipados apenas nos últimos anos do século XX, como retratado na Figura 8.

O Triângulo Mineiro constitui-se em rico laboratório para o estudo da dinâmica urbana, pois sua configuração urbana atual resulta de processos complexos de criação e evolução dos seus centros. Processos que têm sido marcados por uma desigual espaço-temporalidade dos interesses econômicos, políticos e sociais, que revela as transformações seqüenciais da rede urbana regional, cuja espacialidade delinea-se, essencialmente, pela contínua diferenciação dos seus centros urbanos, determinada especialmente pelos interesses imediatos de criação e pelas estratégias e ações de suas elites locais. A dinâmica genético-evolutiva de Uberaba e Uberlândia é reveladora dessa diferenciação, que, na interpretação desta tese, traduz-se em dois espaços-tempos específicos - um convergente e outro divergente.

Figura 8 - Triângulo Mineiro: evolução do desmembramento dos municípios, 1831-1996



Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais 1983-84, 1994. Organização: BESSA, 2007.

#### 4.1 - As condições de ocupação e as primeiras criações urbanas

Os primórdios da ocupação e da inserção da região do Triângulo Mineiro no cenário nacional iniciaram-se ainda no século XVII, quando das pioneiras expedições dos bandeirantes paulistas ao Brasil Central em busca de metais e pedras preciosas e, secundariamente, para a captura e aprisionamento de índios<sup>62</sup>. Todavia as bandeiras, como observa Prado Júnior (1986), apenas exploraram e não fixaram povoadores no território, ou seja, possuíam um caráter exploratório, cuja intencionalidade era unicamente de aproveitamento e não de povoamento.

Em razão da descoberta de ouro e de diamantes em Mato Grosso (1719) e Goiás (1725), no século XVIII, intensificou-se o fluxo de mineradores e de tropeiros, passando através do Triângulo Mineiro, até então, chamado de Sertão da Farinha Podre<sup>63</sup>, em direção às áreas de mineração goianas e mato-grossenses<sup>64</sup>. Há que se destacar que tais regiões eram parte integrante da capitania de São Paulo. A este respeito, Lourenço (2002, p.14) aponta que ...o Triângulo nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas.

Em vista disso, nesse período, desenvolveu-se a condição de área de passagem, visto que a circulação de metais preciosos ocorria no sentido Mato Grosso/Goiás - Triângulo Mineiro - São Paulo/Rio de Janeiro, e o retorno dava-se no sentido inverso, com mercadorias necessárias aos mineiros e aos núcleos da mineração (HOLANDA, 1989). Portanto, para compreender a gênese de ocupação dessa região, é necessário considerar a sua condição inicial como espaço de circulação e, por esta razão, não chegou a formar um dinamismo próprio, naquele momento. Cabe comentar que a mineração não promove um povoamento com contiguidade territorial, ao contrário, gera um espaço intermediário entre os pontos de origem das correntes povoadoras e os núcleos mineradores, como salienta Prado Júnior (1986, p.47). Tal espaço intermediário constitui-se, em função das necessidades de intercâmbio das minas com o litoral, em espaço de circulação, a exemplo do Triângulo Mineiro.

---

<sup>22</sup>Como aponta Fausto (1994, p.94), ...a grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições que reuniam às vezes milhares de índios lançavam-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e de metais preciosos.

<sup>23</sup>Apenas em 1882 a região passou a chamar-se Triângulo Mineiro (SAMPAIO, 1971 e BRANDÃO, 1989).

<sup>24</sup>Prado Júnior (1986, p.29) aponta que ...a dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do século XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do século XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento.

A condição de área de passagem ou espaço de circulação, criada no século XVIII, promoveu a fundação de algumas aldeias, isto é, o surgimento dos primeiros povoados aglomerados da região. Todavia a região permaneceu pouco ocupada, visto não ser interessante, nesse período, o seu efetivo povoamento, sendo sua ocupação desestimulada, uma vez que se integrou, na divisão territorial do trabalho<sup>65</sup>, como simples ponto de apoio, guarida e pouso para os núcleos da mineração. Lourenço (2002, p.241) observa que...

Na primeira fase do processo de ocupação, o governo colonial tinha a região apenas como área de passagem e, por isso, não via como estratégico seu povoamento efetivo. O Triângulo Mineiro fazia parte de um dos vários interstícios que isolavam as regiões mineradoras e, por conseguinte, sua colonização foi desestimulada, no século XVIII.

O processo pioneiro de povoamento aglomerado dessa região iniciou-se com a criação de aldeias, com população indígena oriunda de Goiás e Mato Grosso<sup>66</sup>, localizadas estrategicamente ao longo da estrada do Anhanguera ou dos Goiases (1730), primeiro traçado viário da região, que ligava a capitania de São Paulo às minas goianas. A esse respeito, Lourenço (2002, p.32) relata que ...no Triângulo Mineiro, a primeira forma de ocupação colonial consistiu, paradoxalmente, em núcleos de população indígena instituídos pelo colonizador: os aldeamentos.

Tais aldeamentos foram obra do governo da capitania de Goiás, visto que essa região foi integrada a essa recém criada capitania em 1736, compondo a Comarca de Paracatu do Príncipe<sup>67</sup>. O papel defensivo foi a razão principal de implantação desses aldeamentos, porquanto exerciam, segundo Mendonça (1974), função de defesa junto ao único caminho para as minas goianas. Além disso, foram transformados em locais para pousos de tropas, sem, contudo, evoluírem para arraiais<sup>68</sup>. Assim, a necessidade de defesa de uma estrada que ligava São Paulo a Goiás serviu como fator inicial para o povoamento, e, nessa lógica, a região tornava-se exclusivamente uma área de passagem, destinada a dar guarida e pouso às tropas que circulavam na estrada do Anhanguera. Deffontaines (1944, p.145) observa que os

<sup>23</sup>Santos (1996, p.105) observa que ...o movimento da sociedade e a transformação dos conteúdos e funções dos lugares podem ser entendidos pelas sucessivas divisões territoriais do trabalho.

<sup>24</sup>Os índios Caiapós, que habitavam a região antes da colonização luso-brasileira, foram expulsos de suas terras e, gradativamente, exterminados. Por essa razão, no processo inicial de colonização, foram assentadas populações indígenas oriundas de Goiás, com índios Acroás, Chacriabás e Tapirapés, e de Mato Grosso, com índios Bororos e Parecis. Ver, a esse respeito, Lourenço (2002).

<sup>25</sup>Lourenço (2002, p.33) observa que, no Triângulo Mineiro, ...os assentamentos foram praticamente a única experiência colonizadora ali empreendida pelo governo goiano. A este respeito, ver também Palacin, Garcia e Amado (1995).

<sup>26</sup>Petrone (1995, p.341), no estudo sobre os aldeamentos paulistas, esclarece que ...na realidade, o papel dos aldeamentos para o povoamento em última análise foi diminuto, dado que, a não ser em poucas exceções, durante séculos não deram margem ao surgimento de núcleos urbanos.

tropeiros ...atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma colonização tinha ainda começado, e, antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento.

Rio das Pedras (Cascalho Rico), Santana do Rio das Velhas (Indianópolis), formadas em 1748, e Pissarrão (extinto) eram os aldeamentos que contavam com capelas, sendo este fato a marca da oficialidade de sua fundação. A região contava também com outras aldeias, a saber: Baixa, Uberaba, Lanhoso, Rocinha, Boa Vista e Estiva, estabelecidas entre os anos de 1775 e 1816, como ilustra o Mapa 2. Missão de São Francisco de Sales, um aldeamento de índios Caiapós, foi criado por volta de 1830, com a intenção de agrupar os indígenas que povoavam as margens do rio Grande, no extremo oeste do Triângulo Mineiro, e, conseqüentemente, liberar esses territórios à colonização e à ocupação agropastoril. Alguns dos centros urbanos atuais descenderam diretamente desses aldeamentos, a exemplo de Cascalho Rico, Indianópolis e São Francisco de Sales. A maioria das aldeias, no entanto, desapareceu por completo, particularmente pelos choques com fazendeiros no final do século XVIII e início do século XIX. De acordo com Deffontaines (1944, p.145), ...a vitória da fazenda orientou definitivamente o Brasil para a dispersão e o país se encontrou privado para todo o sempre do quadro da aldeia.

Outro processo de ocupação foi definido pelo breve êxito da mineração no Triângulo Mineiro, entre as décadas de 1740 e 1790, com a exploração, por mineradores e aventureiros vindos da região central de Minas, das jazidas auríferas do rio das Velhas. Foi erigida uma capela a Nossa Senhora do Desterro, dando origem ao arraial do Desemboque (1760), como retratado no Mapa 2. Essa forma de ocupação apresenta peculiaridades próprias, pois orienta o surgimento de arraiais que, de imediato, experimentam uma intensa prosperidade, transformando-se em focos de atração de população. Contudo, quando cessa a atividade da mineração, esses entram em franco declínio, como bem ilustra Desemboque, que foi elevado à categoria de julgado em 1766 e à de vila em 1850, sendo esta última suprimida em 1862, quando o processo de decadência tornou-se irreversível, como informa Sampaio (1971). Importa assinalar, entretanto, que essa atividade promove a criação de rotas de circulação, para o escoamento dos metais e pedras preciosas, diretamente ligadas aos principais centros do país e aos portos. No Triângulo Mineiro, a descoberta das jazidas do Desemboque promoveu o surgimento de estradas, oficiais e também clandestinas, que facilitavam o tráfego entre Goiás, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro e, conseqüentemente, um aumento dos intercâmbios. A estrada do Anhanguera foi aberta, pelos paulistas, em 1730, constituindo-se

no único caminho entre São Paulo e as minas goianas; em seguida, no apogeu da Idade de Ouro de Minas Gerais, foi aberto um caminho ligando as minas goianas a São João Del Rei e a Vila Rica, conhecido como a Picada de Goiás (1736).

No Triângulo, foi a descoberta das jazidas do Desemboque que orientou a abertura de outras picadas, a exemplo da Picada Nova de Goiás (1739) e da Picada do Desemboque (1764), que tornavam mais acessível a circulação na região e o acesso ao mercado do Rio de Janeiro<sup>69</sup>. Além dessas estradas e picadas, foram abertos vários outros caminhos clandestinos, que facilitavam o contrabando de pedras e metais preciosos. No início do século XIX, nas proximidades do rio da Bagagem, surgiram outros agrupamentos de garimpeiros, dentre eles: Diamantino da Bagagem, hoje, Estrela do Sul<sup>70</sup>.

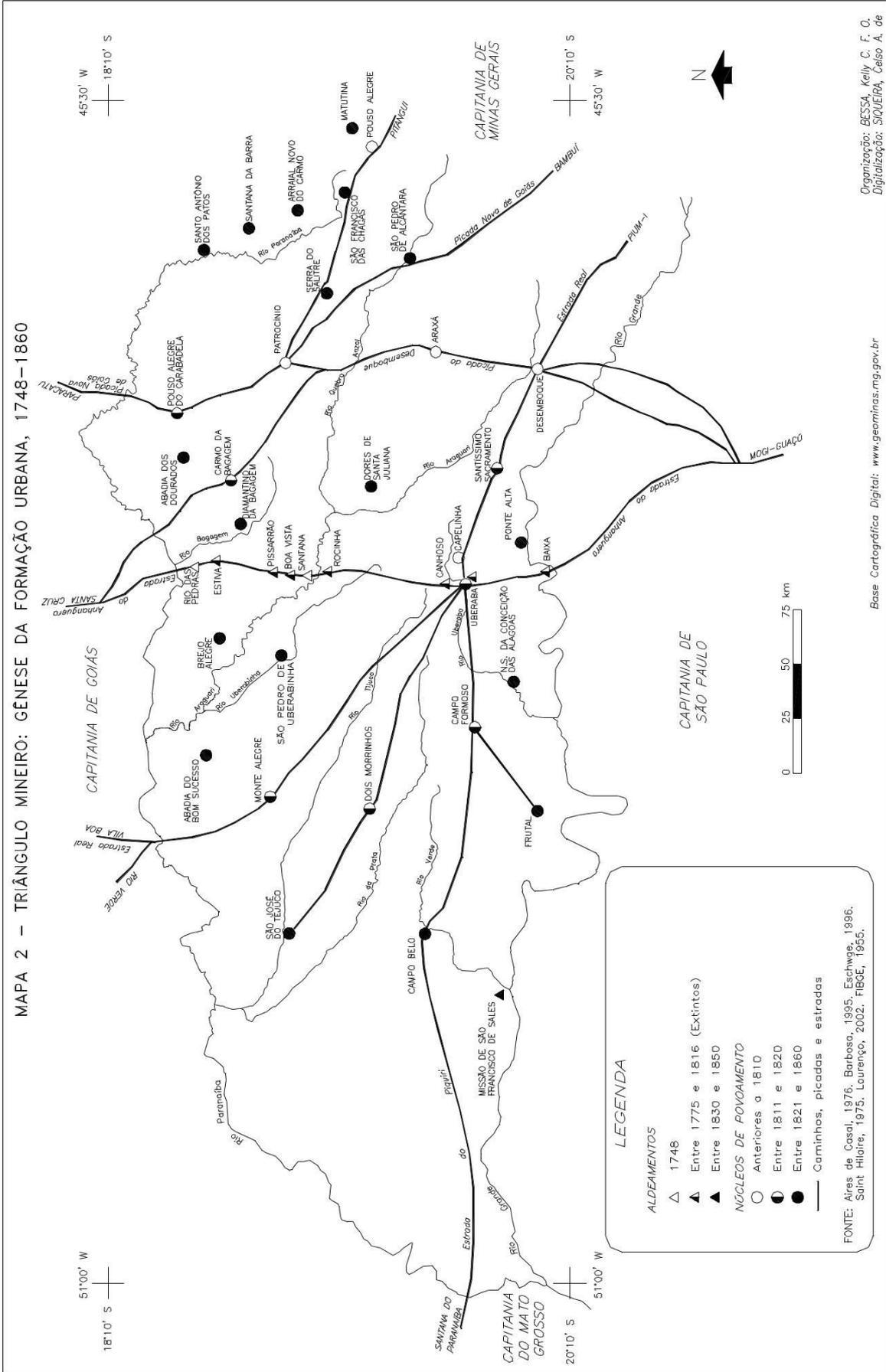
O Mapa 2 mostra que outros povoados surgiram, ainda no final do século XVIII e início do século XIX, em decorrência da migração geralista, que introduziu a presença de criadores e de roceiros oriundos do centro-sul da província mineira, como menciona Lourenço (2002). Esse movimento migratório avançou sobre áreas de cerrado desenvolvendo a pecuária, que utilizava as facilidades oferecidas pela própria natureza, como as pastagens naturais e as fontes naturais de água salgada, e também uma agricultura de subsistência. Em função desse processo, surgiram alguns povoados próximos às picadas de Goiás Velha, de Goiás Nova e do Desemboque, dentre eles: São Domingos do Araxá e Nossa Senhora do Patrocínio, cujas fundações foram anteriores a 1810; e Santana do Pouso Alegre do Curimandela (Coromandel) e Carmo da Bagagem (Monte Carmelo), cujas fundações ocorreram entre os anos de 1810 e 1820. Mais a oeste, processo semelhante, também associado a migração geralista, intensificou o surgimento de outros arraiais, dentre eles: Santíssimo Sacramento (Sacramento), Farinha Podre (Uberaba)<sup>71</sup>, Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (Campo Florido), Nossa Senhora do Carmo dos Dois Morrinhos (Prata) e Monte Alegre de Minas, cujas fundações também ocorreram entre os anos de 1810 e 1820 (Mapa 2).

<sup>69</sup> A respeito das primeiras estradas do Triângulo Mineiro, ver Sampaio (1971).

<sup>70</sup> A respeito de Estrela do Sul, ver Bacelar (2003).

<sup>71</sup> O arraial da Farinha Podre foi fundado próximo ao aldeamento de Uberaba. A esse respeito Lourenço (2002, p.86) observa que ...surgiu então, dentro das terras aldeanas, o arraial da Farinha Podre, que, em 1820, adotaria o nome de Uberaba. Com a migração geralista, iniciou-se o processo de expropriação das terras aldeanas. De acordo com o referido autor, ...a chegada dos migrantes geralistas no Triângulo Mineiro, porém, provocou a expulsão dos índios que ali viviam, e a destruição dos seus aldeamentos (LOURENÇO, 2002, p.116).

MAPA 2 – TRIÂNGULO MINEIRO: GÊNESE DA FORMAÇÃO URBANA, 1748–1860



Organização: BESSA, Kelly C. F. O. Digitalização: SIQUEIRA, Caio A. de Base Cartográfica Digital: www.geominas.mg.gov.br

Prado Júnior (1986) salienta que, ao contrário do povoamento dinamizado pela mineração, a ocupação provocada pelas fazendas de gado fez-se com contiguidade territorial, ou seja, o povoamento foi se espraiando paulatinamente, conservando contato direto com seus pontos de origem, geralmente áreas mineradoras ou agropecuárias, apesar de constituir núcleos urbanos dispersos e distantes uns dos outros, em função da estrutura fundiária que se fez a partir da grande propriedade pastoril, como salienta Sodré (1941)<sup>72</sup>.

A partir de então, como registra Lourenço (2002, p.197), a fundação dos arraiais no Triângulo Mineiro ...resultou de iniciativas das oligarquias rurais, particularmente, em decorrência da formação de patrimônios religiosos: ...um povoado, transformado pela ereção da capela em arraial. Dentre esses arraiais, destacam-se Brejo Alegre (Araguari), São Pedro de Uberabinha (Uberlândia), São José do Tejuco (Ituiutaba), Abadia do Bom Sucesso (Tupaciguara), Campo Belo (Campina Verde), Frutal, Santo Antônio dos Patos (Patos de Minas), Arraial Novo do Carmo (Carmo do Paranaíba), São Francisco das Chagas (Rio Paranaíba), Dolores de Santa Juliana (Santa Juliana), São Pedro de Alcântara (Ibiá), Santana da Barra (Lagoa Formosa), dentre outros (Mapa 2). Cabe enfatizar a importância da Igreja Católica na formação de arraiais e vilas no Brasil, posto que a sua presença era condição indispensável para a legitimação desses pequenos agrupamentos populacionais, haja vista que a data de concessão de cura da capela é, na maioria das vezes, considerada como data de fundação da localidade. De acordo com Marx (1991, p.13-14), a formação do patrimônio religioso, como instrumento fundiário, constituiu-se em estratégia decisiva para ...o nascimento de um sem-número de povoações no litoral e nos vastos sertões.

A ocupação mais efetiva do Triângulo Mineiro foi favorecida pelo declínio da mineração na região central de Minas Gerais e também em Goiás e Mato Grosso, ainda no final do século XVIII, pois, desse período em diante, desenvolveram-se atividades potenciais visando à posse do território, sendo, portanto, preterida a simples condição de área de passagem. Essa região, após sua transferência de Goiás para Minas Gerais, em 1816, passou a ser efetivamente povoada pelos geralistas, que migraram da região centro-sul de Minas, estabelecendo fazendas para a criação de gado e para o cultivo de produtos alimentares, promovendo a expulsão dos índios e a destruição de suas aldeias e do seu modo de vida. Cabe comentar que o governo de Minas Gerais criou e estimulou o processo de ocupação dessa

---

<sup>24</sup>Como salienta Corrêa (2000), a configuração urbana vinculada à grande propriedade rural é caracterizada por uma baixa densidade de centros urbanos e por um distanciamento entre esses centros.

região, particularmente com a distribuição de sesmarias, o que favoreceu a cristalização de uma estrutura fundiária altamente concentradora, marcada pela grande propriedade pecuarista.

De fato, faz-se necessário ressaltar que a gênese do urbano nas áreas de cerrado do Triângulo Mineiro ocorreu, efetivamente, quando da falência das atividades de mineração, visto que foram criadas as condições de fixação do homem ao território, com o desenvolvimento de atividades pastoris e de subsistência. Assim, tem-se, em áreas de cerrado, uma geração de centros urbanos próprios da criação extensiva de gado e da agricultura de alimentos para a subsistência, que foram fundados respondendo às necessidades de ocupação do território.

#### 4.2 - Triângulo Mineiro: a fase de diferenciação de Uberaba

No Triângulo Mineiro, três foram os processos colonizadores que estruturaram um embrião de rede urbana, caracterizado pela importância do centro de maior porte e pela pouca diferenciação dos demais centros e orientado pela simplicidade do sistema viário e por fluxos vinculados à produção regional, ainda na primeira metade do século XIX: os aldeamentos, que assentaram, mesmo que de forma incipiente, os alicerces da ocupação regional; a mineração, responsável pela ascensão de Desemboque e ampliação do sistema viário; e a migração geralista, que orientou efetivamente a ocupação regional, projetando Araxá, Patrocínio e Uberaba, cujo processo de diferenciação foi notável.

Nesse período, tais processos surgiram como os motores da organização espacial do Triângulo Mineiro e também como os geradores dos intercâmbios interprovinciais, desenhando, assim, um primeiro esboço de espaço de fluxos, que, pela racionalidade da configuração da rede, era praticamente unidirecional e definido por relações mercantis de exportação, no caso da mineração, e, posteriormente, um segundo espaço de fluxos, ainda orientado pela mesma lógica, porém relativamente complexificado pela intermediação entre duas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, e definido por relações mercantis de abastecimento interno, no caso dos produtos alimentares. Tais fluxos, orientados pelas ordens dos períodos colonial e imperial, tiveram sentidos e direções únicos, cuja lógica final era a da própria sociedade da época, na confluência da totalidade de seus caracteres políticos, econômicos e socioculturais.

26 bom enfatizar, contudo, que a evolução desse embrião de rede urbana foi lenta, haja vista que, nesse primeiro período, o território modernizou-se muito lentamente, com

determinações marcadas efetivamente pelas relações com o meio. Tratava-se daquilo que Santos e Silveira (2001, p.28) chamaram de ...um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraizavam-se na natureza e um tempo humano buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”. Nesse contexto, faz-se necessário destacar o papel central do Estado no processo de ocupação, particularmente pela concessão de sesmarias, pela abertura de caminhos, picadas e estradas, pela política de expropriação indigenista e de combate e eliminação dos quilombos, cuja ocorrência remonta aos últimos anos do século XVII e século XVIII, dentre outras ações.

O desenvolvimento urbano, no entanto, estava associado à localização das atividades econômicas e ao oportunismo dos agentes sociais, e, por isto, a evolução e o crescimento dos centros urbanos foram bastante desiguais e orientados pelas relações mercantis, que, por mais limitadas que fossem, não ocultavam o seu caráter hierárquico.

Na fase inicial de ocupação, com a presença de aldeamentos indiferenciados, que desempenhavam papel de guarida numa área de circulação, não havia rede urbana. Num segundo momento, Desemboque, que ...já acusava intenso movimento em 1764, como sugerem Barbosa (1995) e Lourenço (2002, p.78), com população de aproximadamente mil habitantes, despontou como o principal núcleo urbano da região. No arraial, formou-se, pela abertura de picadas e caminhos, um importante entroncamento viário entre as capitanias de Goiás, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Esse núcleo de povoamento também se transformou em local de pouso e abastecimento de tropas, o que indica a presença de uma incipiente atividade agropecuária, praticamente inexistente até então. A este respeito, Brandão (1989, p.25) observa que, em Desemboque, ...como ponto de entroncamento de rotas diversas, deu-se uma expressiva prosperidade material, assentando inclusive uma incipiente agricultura mercantil de alimentos e uma importante atividade criatória de gado para o abastecimento dos tropeiros e mineradores. Tal prosperidade sugere a existência de uma rudimentar economia mercantil, não apenas associada à mineração.

Beneficiando-se dessa situação geográfica favorável, o povoado, já em 1765, contava com 195 residências e com cerca de 1.300 habitantes, destacando-se dos demais núcleos indiferenciados da região e, deste modo, atingindo um grau hierárquico superior, definido pelo fornecimento de minérios preciosos e pelo limitado papel de intermediação. Contudo a prosperidade de Desemboque não estava apenas relacionada com a mineração, como relatam historiadores, mas com o contrabando de ouro e outras mercadorias, a exemplo do sal, do querosene e das ferramentas, aproveitando-se das picadas e caminhos alternativos à estrada do

Anhanguera e à picada Velha de Goiás, onde havia fiscalização das atividades e cobrança de impostos, sugerindo a existência de fluxos ilegais. A diferenciação de Desemboque dos demais núcleos decorre, especificamente, das articulações determinadas pela mineração e de seus desdobramentos, que garantiram, ainda de forma incipiente, a criação, apropriação e circulação de valores, e, conseqüentemente, uma diferencialidade em relação aos demais núcleos. Entretanto, não se definiu, internamente à região, um conjunto de centros funcionalmente articulados. O grau de articulação obtido por Desemboque era externo e assegurado pela atividade da mineração, com fluxos legais e ilegais, cujos nexos eram exógenos. Nesse momento, a região integrou-se marginalmente à divisão territorial do trabalho e, apesar da diferenciação por parte de Desemboque, não se formou propriamente uma rede de arraiais, pois não se alterou efetivamente o papel regional.

O esgotamento da atividade de mineração no rio das Velhas, o fim das derramas mineiras e a anexação dessa região à capitania de Minas Gerais, no início do século XIX, foram responsáveis pela decadência de Desemboque, cujo processo de estagnação e involução foi dramático a ponto de ser esse núcleo incorporado, como distrito, a Sacramento, em 1862.

No final do século XVIII, coincidindo com o início do declínio de Desemboque, com o próprio declínio da atividade de mineração e com as pressões demográficas na região central de Minas, uma nova funcionalização do território - dada pela criação extensiva de gado - desenvolvia-se na região, graças à existência de pastagens e fontes de água salitrosas naturais. O advento dessa atividade, que prosperava principalmente junto à picada Nova de Goiás e próximo à estrada do Anhanguera, respectivamente a norte e a oeste de Desemboque, modificou a configuração regional, pois possibilitou a criação e a ascensão de novos núcleos urbanos diretamente relacionados com essa nova atividade produtiva, ou seja, ocorreu uma primeira mudança entre os centros da região, cujos vínculos associavam-se à possibilidade de inserção, na divisão territorial do trabalho, por meio de uma nova atividade, graças à emergência da agropecuária e à presença de criadores e de roceiros, que aceleraram a decadência relativa dos centros vinculados à mineração, a exemplo de Desemboque.

Araxá e Patrocínio passaram a polarizar a atividade da pecuária extensiva mais ao norte, enquanto Uberaba polarizava mais a oeste, e, dessa forma, ampliou sua importância urbano-regional, resultando numa diferenciação crescente. Tal importância resultaria, inclusive, na anexação do Triângulo Mineiro, composto por dois julgados, o de Desemboque e o de Araxá, à capitania de Minas Gerais, em 1816. As altas taxas de intermediação comercial cobradas na exportação de gado, pelo governo da Capitania de Goiás, geraram forte

movimento no sentido de anexar essa região à Capitania de Minas Gerais, para, dessa maneira, romperem com as barreiras à expansão mercantil desses núcleos urbanos emergentes.

Nesse período, o núcleo urbano de Araxá ascendeu como centro de dominância política e mercantil de todo o Triângulo Mineiro, estando sua economia associada à pecuária extensiva, à rota salineira, que partia do litoral carioca, e à comercialização de gado e outros produtos. Por essas razões, foi elevada à condição de julgado em 1881. Os fluxos de boiadas e tropas privilegiavam o mercado do Rio de Janeiro e se faziam através das picadas do Desemboque e Nova de Goiás, cujos centros de intermediação eram Formiga, Oliveira e São João Del Rei. Dessa forma, por estar basicamente subordinado às estruturas rurais, com limitado desenvolvimento mercantil, posto que as relações comerciais favoreciam esses outros centros intermediários, Araxá não conseguiu consolidar-se efetivamente na região, perdendo a dominância urbana em favor de Uberaba, que se projetou por meio das estratégias e ações de sua elite local, especialmente por intermédio do incremento da pecuária e pelo importante papel de intermediação desempenhado.

Uberaba, cujo arraial, então Farinha Podre, formou-se a partir de 1808 e, de acordo com Sampaio (1971), foi elevado a distrito em 1811, a paróquia em 1820, a condição de vila em 1836 e a de cidade em 1856, despontou como principal centro urbano da região do Triângulo Mineiro ainda na primeira metade do século XIX<sup>73</sup>. Sampaio (1971), tornando notória essa condição, refere que, em 1868, esse núcleo já possuía 7.681 habitantes, isto é, uma população que superava o número de habitantes de muitas capitais de província, a exemplo de Curitiba (3.000 habitantes), Goiás (4.500 habitantes), Vitória (5.000 habitantes), Aracaju (5.000 habitantes), Natal (5.000 habitantes) e Teresina (6.000 habitantes).

A partir do final do século XVIII, desenvolveram-se, no Triângulo Mineiro, novas racionalidades econômicas, orientadas, de um lado, pela pecuária, calcada em condições naturais favoráveis, e, de outro lado, pela incipiente condição de entroncamento comercial, que, em muito, superava a condição de área de passagem, por meio das articulações mercantis com as capitanias de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de

---

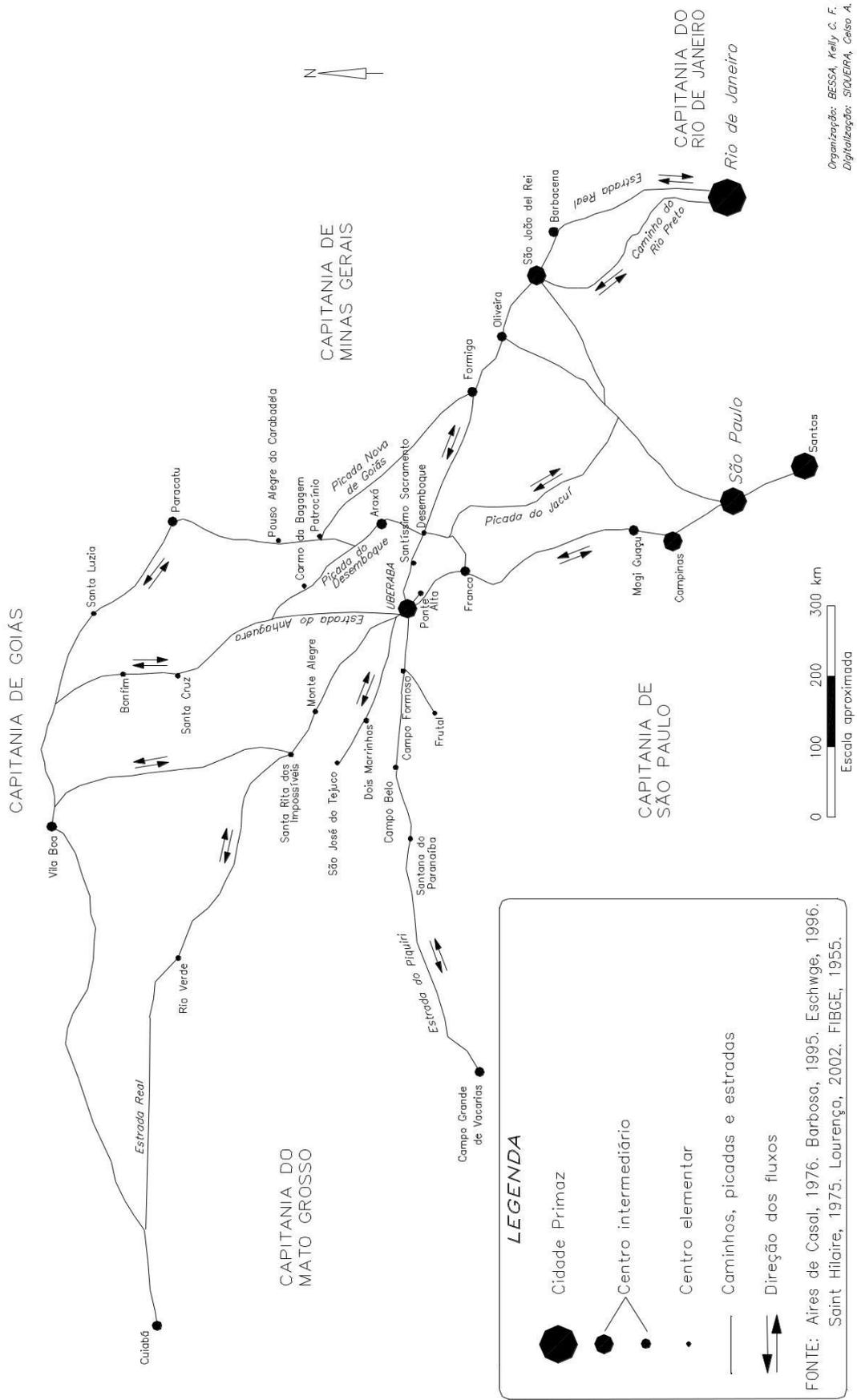
<sup>27</sup> Nesse período, vale salientar que foram definidos os limites das capitanias de Goiás e de Minas Gerais, sendo que o Triângulo Mineiro foi anexado a essa última capitania. O Triângulo Mineiro era, então, região da Capitania de São Paulo (1725), sendo que, com o alvará de maio de 1.748, se deu a criação da Capitania de Goiás, que, até então, era também pertencente à Capitania de São Paulo, estabelecendo limites imprecisos com relação à região localizada entre os rios Grande e Paranaíba, o Triângulo, sendo esta alvo de disputas entre as capitanias de Goiás e de Minas Gerais, criada em 1.720. Entre 1736 e 1.816, a região pertenceu à Capitania de Goiás e, a partir dessa data, foi definitivamente anexada à Capitania de Minas Gerais (BRANDÃO, 1989).

Janeiro, cujo ponto nodal de intermediação era Uberaba. Dessa maneira, este centro orientou o estabelecimento de novos circuitos mercantis, por meio de uma estratégia territorial muito bem sucedida, que incluiu a expulsão dos indígenas, com a expropriação de suas terras, a construção de estradas e portos fluviais, e a formação de novos arraiais, nestes, incluído São Pedro de Uberabinha (Uberlândia), cuja gênese está diretamente associada à Uberaba, como grande parte dos núcleos urbanos do Triângulo Mineiro.

Uberaba, ainda na primeira quinzena do século XIX, figurava, na rede mercantil de São João Del Rei e Barbacena, cujo destino era o Rio de Janeiro, simplesmente como um núcleo elementar e pouco diferenciado. Esses dois centros intermediários firmaram-se, ainda no início do século XIX, como núcleos de confluência das rotas mercantis do norte do Mato Grosso, sul de Goiás e do oeste e sul de Minas Gerais (FRAGOSO, 1998). Tratava-se de uma rede que estabelecia solidariedades importantes entre os sertões matogrossenses, goianos e mineiros - áreas que forneciam gêneros primários próprios do sertão, particularmente gado, toucinho e algodão, e a capital do país - lugar de consumo e fornecimento de manufaturas importadas, a exemplo de tecidos finos e bebidas, além de sal e mão-de-obra, indicando a existência de uma divisão territorial do trabalho. Cabe enfatizar que essa rede de trocas fortalecia sobretudo a cidade principal, pela manutenção de relações dissimétricas entre o litoral e o sertão, assim como aquelas cidades intermediárias que estavam estrategicamente localizadas próximas de uma vasta região produtora, e, em alguns casos, possibilitava a ascensão de centros secundários, a exemplo de Formiga e Oliveira. As interações espaciais, de acordo com Corrêa (1997, p.280), ...caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes.

Uberaba, a partir de então, criou internamente as condições de diferenciação, e, por conseguinte, de ascensão hierárquica, complexificando inclusive o próprio arranjo funcional da rede, pois apareceria, já em fins de 1850, cumprindo funções de intermediação entre duas importantes redes: a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, tornando-se ponto nodal das solidariedades e complementaridades existentes entre Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que evidenciavam o uso diferenciado dos territórios e permitiam compreender a hierarquia dos lugares, como pode ser observado na Figura 9. Essas cidades, diretamente orientadas para o estrangeiro, formaram ...verdadeiros circuitos interiores, cada uma dominado uma vasta extensão do território brasileiro, como aponta Santos (1967, p.82) e ilustra a Figura 9.

Figura 9 – Brasil Central: intermediação desempenhada por Uberaba na intercessão entre as redes do Rio de Janeiro e de São Paulo, 1860



FONTE: Aires de Casal, 1976. Barbosa, 1995. Eschwege, 1996. Saint Hilaire, 1975. Lourenço, 2002. FIBGE, 1955.

Organização: BESSA, Kelly C. F. O.  
Digitalização: SIQUEIRA, Ceiso A. de

A rede em questão orientava-se, fundamentalmente, pelo sistema viário, cuja simplicidade sobreviveu à passagem do período colonial para o imperial<sup>74</sup>, pois eram basicamente dois os caminhos que ligavam o Centro-Oeste ao litoral do Sudeste. O primeiro era a Estrada do Anhanguera, que partia do litoral paulista, passava por São Paulo, Campinas, Mogi Guaçu, Franca, cruzava o porto Espinha, nas proximidades de Conquista, e chegava a Goiás e Mato Grosso através do Triângulo Mineiro. O segundo era a rota salineira tradicional, pela Estrada Real, que partia do litoral carioca, adentrava pelo sul de Minas, passando por São João Del'Rei, Desemboque, Araxá e Patrocínio, e daí seguia em direção a Goiás e Mato Grosso (SAMPAIO, 1971 e GUIMARÃES, 1990).

Nesses dois caminhos principais, Uberaba não constituía entroncamento viário. Portanto, coube à emergente elite uberabense criar rearranjos nessa estrutura viária em benefício próprio, demonstrando a total intencionalidade de suas ações, assim como a consciência que essa elite tinha dos mecanismos de funcionamento da sociedade de então, quer dizer, de seus princípios, lógicas e coerências, nos quais pesava, para a ascensão de núcleos mercantis, a estreita relação com as estradas, pois estas eram a única via que interligava a embrionária rede de arraiais e, por conseguinte, receptoras de todos os fluxos, fossem mercadorias, migrantes, capitais ou fossem cartas, ordens, informações. Essas ações da elite uberabense expressavam, em síntese, formas e mecanismos de controle do espaço, por meio de estratégias intencionais, cujas lógicas eram a de valorização locacional, que, por conseguinte, cria valores diferenciais e produz hierarquias, redefinindo a própria organização socioespacial. Assim, pode-se estabelecer relação direta entre a ordem espacial e as ações que presidem a organização dos objetos, resultando num contexto relacional, posto que objetos e ações engendram as dinâmicas complexas de composição de dada condição socioespacial. A partir da compreensão de seu mundo os agentes produzem diferencialidades, acomodadas em escalas espaciais específicas, a partir das quais organizam suas atividades. De acordo com Lourenço (2002, p.239), ...as ações das lideranças da elite uberabense, desde então, demonstraram uma clara compreensão das vantagens da localização do arraial. E, nesse sentido, os investimentos viários uberabenses incluíram a abertura de estradas e a construção de portos, gerando, conseqüentemente, uma ampliação do seu espaço relativo, que era, simultaneamente, a criação de diferencialidades.

---

<sup>30</sup>Como observa Holanda (1989, p.42), ...uma carta das vias de comunicação do Brasil, ao iniciar-se o Império, poucas modificações apresentaria com relação aos últimos tempos coloniais.

Em 1818, a construção da primeira estrada, por meio de um desvio na Estrada do Anhanguera, que se localizava um pouco mais a leste da atual BR 050, garantiu a ligação com São Paulo e com Goiás, resultando no abandono do antigo trecho. A segunda estrada foi construída em 1824, permitindo a ligação com Cuiabá, por meio de um desvio na Estrada Real. Nesse período, foram também construídos dois novos portos, o da Ponte Alta (Delta)<sup>75</sup>, no Rio Grande, que facilitava o acesso a São Paulo, por meio de uma hidrovia natural, em que estava também incluída a estrada que ligava Uberaba ao referido porto; e o porto de Santa Rita dos Impossíveis (Itumbiara), no rio Paranaíba, que facilitava o acesso a Goiás e a Mato Grosso, como ilustra a Figura 9.

Tal estrutura viária transformou Uberaba em um dos mais importantes núcleos urbanos do interior do Brasil ainda na primeira metade do século XIX, por meio do estabelecimento de relações mercantis, cujos produtos principais eram, de um lado, gado, toucinho e outros gêneros alimentícios e, de outro lado, sal, bebidas, artigos de armarinho, tecidos finos e perfumarias. De acordo com Sampaio (1971) e Pontes (1978), tais mercadorias eram levadas de Santos, por meio de tropas de burros, até Mogi Guaçu, onde eram embarcadas em barcaças, que desciam o rio Mogi Guaçu, passando pelo rio Pardo, até o rio Grande, de onde seguiam, a montante, até o porto de Ponte Alta. Deste último porto, as mercadorias eram transportadas, por carros de boi, até Uberaba, que as distribuía para uma vasta região, que incluía o próprio Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso (Figura 10). O sal era, de fato, o principal produto e, segundo Lourenço (2002, p.231), a sua distribuição para uma vasta área pecuarista tornou-se ...um importante fator responsável pela pujança comercial da vila até 1859, que contava, segundo Pontes (1978), com muitos armazéns de sal, casas de varejo e casas de atacado e varejo<sup>76</sup>. Para a distribuição desse sal, foram abertas novas estradas, as chamadas estradas salineiras, que interligavam os arraiais localizados a oeste de Uberaba, a exemplo das estradas que ligavam os arraiais de Campo Formoso, Frutal, Campo Belo, Santana do Paranaíba, seguindo em direção ao Mato Grosso, e aquela que conectava Dois Morrinhos, São José do Tejuco, Monte Alegre e Santa Rita dos Impossíveis, rumando, a partir daí, também por Goiás.

---

<sup>31</sup>A construção desse novo porto levou ao abandono do porto Espinha, próximo a Conquista.

<sup>32</sup>A respeito da importância da comercialização do sal, ver também Rezende (1983).



Figura 10 - Uberaba: movimento de carros de boi na Praça Rui Barbosa, 1908.  
 Fonte: Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Nesse período, a criação de uma estrutura viária, especialmente a rota fluvial e as estradas salineiras, foi salutar para a emergência comercial de Uberaba. Guimarães (1990, p.34) observa que essa rota fluvial ...foi provavelmente, a condição que permitiu a Uberaba conquistar privilégios comerciais em relação ao demais núcleos agropecuários, garantindo, em decorrência, uma diferenciação de caráter hierárquico. A rota salineira tradicional, via São João Del Rei, favorecia Araxá, e, por este motivo, criou-se uma rota alternativa, via Franca, que, além de beneficiar Uberaba, estabelecia ligações com São Paulo e Santos, complexificando a rede, pela intermediação exercida entre duas cidades importantes. O gado dessa vasta região pecuarista, por sua vez, chegava ao mercado, fosse Rio de Janeiro ou fosse São Paulo, também por essas estradas, delineando, assim, um segundo esboço de um espaço de fluxos, agora relacionado com a produção agropecuária, isto é, caracterizado pela circulação de boiadas, produtos agrícolas e mercadorias, a exemplo do sal.

A funcionalidade urbana foi orientada por esses fluxos de tropas e boiadas e, primeiramente, marcada pela presença de ranchos e vendas, que, segundo Furtado (1999), representavam os tipos de estabelecimentos de comércio fixo surgidos em áreas de expansão de fronteiras, cuja função era abastecer os tropeiros, os migrantes e a população local. Havia também a presença de atividades de internada destinadas à engorda do gado adquirido na área de influência de Uberaba. Contudo, com o aumento do dinamismo da vila, diversificaram-se as funções comerciais, marcadas pelo surgimento de outros estabelecimentos fixos, especialmente os lojistas. Enfim, quando Uberaba foi elevada à condição de vila, em 1836, já contava com um comércio relativamente importante, cuja abrangência alcançava parcela significativa do Triângulo Mineiro, demonstrando, como sugere Lourenço (2002, p.236), ...o

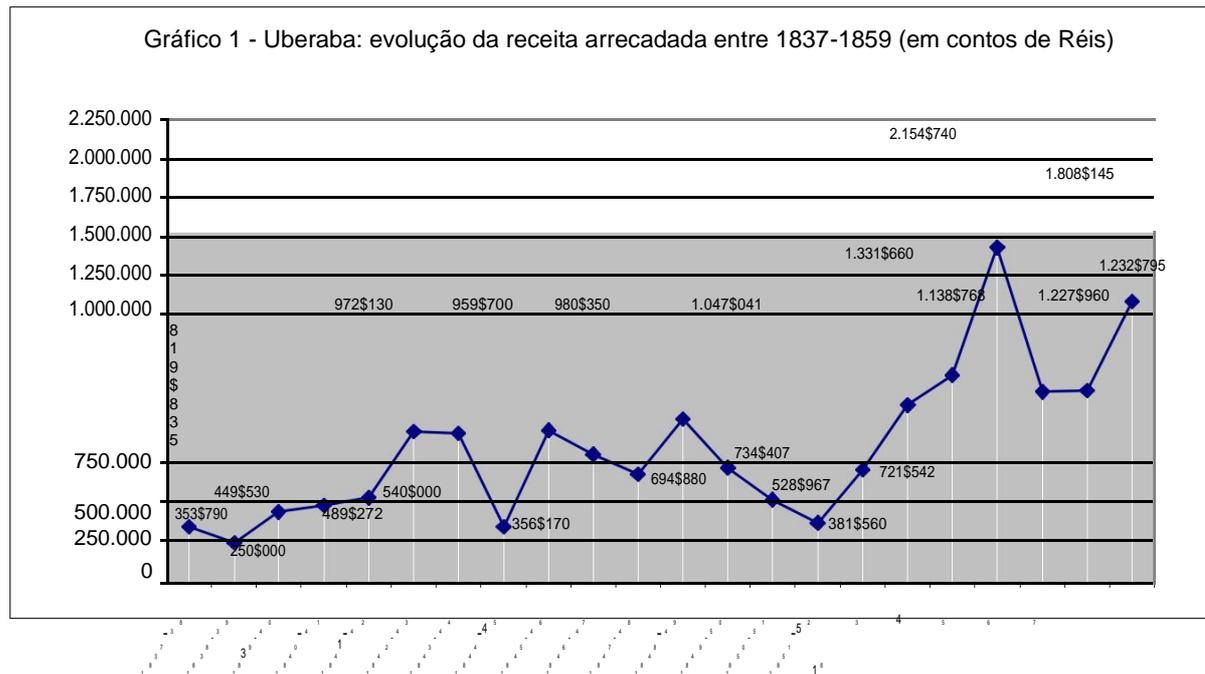
caráter de centro regional que a vila já assumia. Por outro lado, o comércio de sal, que representava uma especialização funcional, ampliava a área sob sua influência, formada por uma vasta região pastoril no interior do Brasil, e, por isto, contava com a presença de comerciantes de grosso trato. Pontes (1978, p.92) comenta que, entre os anos de 1827 e 1859, a importação de sal atingiu cerca de 135 mil sacas<sup>77</sup>. Dessa maneira, como expõe Lourenço (2002, p.237), estabelecia-se ...uma classe de comerciantes urbanos de médio e grande porte, impregnando de novos conteúdos a vila. Pontes (1978, p.93) salienta que, em 1874, havia 10 casas de varejo e 12 de atacado e varejo, além de muitos armazéns de sal e molhados. As relativas diversificação e especialização das funções urbanas exercidas convergiam no sentido de elevar a hierarquia de Uberaba, e, dessa forma, erigia-se uma cidade comercial, construída sobre as bases de uma economia pecuarista.

A base econômica de Uberaba, apesar da importância das funções comerciais, estava basicamente associada à pecuária, forjando, assim, uma primeira divisão territorial do trabalho, pois, pela criação de gado, obteve-se a inserção no conjunto da economia nacional, o que garantiu a constituição de uma configuração espacial estável e relativamente resistente. Tal configuração, decorrente de arranjos e rearranjos que envolviam escalas e racionalidades distintas, e cuja periodização confrontava lógicas diversas, funcionaria como mediadora dos eventos no Triângulo Mineiro por ainda mais um século, demonstrando, portanto, a força das permanências. Os papéis prévios desempenhados por Desemboque e Araxá não foram suficientes para causar importantes mudanças, em razão do aspecto embrionário da rede. As ações em Uberaba, ao contrário, foram capazes de engendrar mudanças qualitativas, cujas estruturas alcançaram maior espessura tanto do ponto de vista espacial quanto do temporal.

Os capitais vinculados à pecuária eram nitidamente regionais, estando relacionados a lógicas regionais e extra-regionais de acumulação, diretamente vinculadas ao abastecimento do mercado interno, especialmente Rio de Janeiro, baixada fluminense, Vale do Paraíba e São Paulo. O volume da receita arrecadada por Uberaba expressa tal acumulação, posto que se elevou em 411,1%, ou seja, de 353\$790 mil Réis, em 1837, para 1:808\$145 contos de Réis, em 1859, como retrata o Gráfico 1. Fragoso (1998, p.21) menciona que, nesse período, aumentou, no Brasil, a produção para o abastecimento interno, gerando, assim, ...acumulações endógenas a partir do mercado interno. No Triângulo Mineiro, essa endogeneização do capital reforçou o predomínio das forças socioeconômicas em cena, definidas pela consolidação de uma elite pecuarista.

---

<sup>32</sup>Cumprer registrar que o volume desses fluxos é praticamente desconhecido.



Fonte: PONTES, 1978. BRANDÃO, 1989. Organização: BESSA, 2006

Dessa maneira, Uberaba, a partir de 1840, transformou-se em ponto de convergência das principais rotas na região central do Brasil, isto é, em ponto nodal de um importante sistema viário, tornando possível a realização de importantes circuitos comerciais, cujos fluxos implicaram a criação, apropriação e circulação de valores excedentes. Simultaneamente, tornou-se também núcleo de polarização política e mercantil de uma embrionária rede de arraiais<sup>78</sup>, assumindo o caráter de centro regional, visto que estava posicionada como boca de sertão<sup>79</sup> em um entroncamento de duas redes, uma que partia de São Paulo e outra que partia do Rio de Janeiro (Figura 9). Nessa configuração espacial, Uberaba recebia os impulsos dessas cidades de hierarquia superior, e, por intermédio delas, comandava a vida regional, consolidando-se, conforme Lourenço (2002, p.241), como ...uma das mais importantes cidades do interior do Império do Brasil, num momento em que as articulações entre os centros eram fortemente marcadas por relações regionais.

Essas condições garantiram a consolidação de uma elite pecuarista, que se transformou em uma das mais importantes oligarquias rurais do Centro-Oeste. A maneira como a elite uberabense orientou a organização espacial regional evidencia a relativa intencionalidade e a

<sup>33</sup> Além dos arraiais existentes, foram criados, entre 1820 e 1850, oito novos arraiais, dentre eles, o de São Pedro de Uberabinha, criado na porção norte do termo de Uberaba.

<sup>34</sup> A posição geográfica como boca de sertão designa aquelas cidades na fronteira do povoamento, nas palavras de Corrêa (2004, p.321), ...no contato entre áreas já povoadas e áreas em processo de ocupação. O referido autor acrescenta ainda que tais cidades são ...locais de chegada e de partida de colonizadores das áreas a serem povoadas. São também ativos centros comerciais. Entretanto, o autor alerta que ...o sucesso delas é efêmero, pois à medida que a

frente de povoamento desloca-se, essas cidades deixam de ser boca de sertão. A posição delas é temporária e transferível para novos centros urbanos. Monbeig (1943) sugere que o papel desempenhado como boca de sertão, e também como ponta de trilhos, foi importante para consolidar algumas capitais regionais.

total contingência da importância da posição geográfica de Uberaba e também da região, estrategicamente localizada entre São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, assim como expressa um mínimo de controle sobre os sistemas técnicos que possibilitaram a criação de gado e o transporte de matérias-primas e de mercadorias.

### 4.3 - Os agentes sociais e a divisão territorial do trabalho

Santos (1979, p.45) observa que ...quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o <valor> desse lugar muda, ou ainda, quando se modifica a ...maneira de exercer uma atividade preexistente, cria-se, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia, isto é, leva a mudanças na organização socioespacial, seja pela introdução de uma nova atividade, seja pela reestruturação e consolidação de uma atividade já existente, que, em ambos os casos, representam fatores de desequilíbrio, de ...mudança de significado dos lugares no conjunto do espaço. Tais desequilíbrios, consubstanciados por uma combinação entre fatores e estruturas, alavancam o próprio processo de transformação socioeconômica, cuja dialética, segundo Santos (1979, p.45), ...depende a própria evolução social, que, em si mesma, encerra o caráter de mudança social, quer dizer, de ...mudança na estrutura social, ou seja, na estrutura dos grupos que formam a sociedade, como aponta Burke (1990, p.15). Enfim, mudanças na organização socioespacial pressupõem a redefinição das elites, que, dentre os grupos que formam a sociedade, define-se, de acordo com Pareto (1984), como o grupo superior, primordialmente, segundo três critérios - riqueza, poder e status.

No período compreendido entre o processo de ocupação do Triângulo Mineiro e a primeira fase de diferenciação de Uberaba, marcado por lógicas distintas, tem-se a constituição de uma importante elite pecuarista na região<sup>80</sup>. Os grandes fazendeiros pecuaristas eram o grupo que tinha, efetivamente, riqueza, poder e status. Tratava-se de uma sociedade escravista, fundada no tradicionalismo e no conservadorismo, cujos anseios eram norteados pela valorização da fidalguia, por intermédio de atitudes que visavam ao prestígio, à

---

<sup>34</sup> Levando em consideração os recortes da tese, não serão discutidas as perspectivas de organização social anteriores à colonização. Em Lourenço (2002), tem-se importante discussão sobre os povos indígenas da região.

distinção e à notoriedade<sup>81</sup>, sugerindo uma significativa diferenciação social, em que riqueza e poder tendiam a acompanhar o status.

A dinâmica orientada pelos processos colonizadores determinou a formação de agentes na condição de senhores sesmaristas e geralistas proprietários (fazendeiros). A concessão de sesmarias foi importante instrumento para promover a ocupação de terras nas regiões de fronteira em Minas Gerais. Consta que a primeira sesmaria, no Triângulo Mineiro, foi concedida, em 1803, pela capitania de Goiás. Porém foi a capitania de Minas Gerais a responsável pela efetiva distribuição de terras, que, primordialmente, orientou o processo de apropriação fundiária na região. A doação de sesmarias era atribuída àqueles que possuíam condições de ocupar produtivamente as terras. Portanto, tratava-se de pessoas, não necessariamente nobres, que já possuíam algum tipo de riqueza acumulada ou herdada. As ligações de parentesco também eram fundamentais nessa sociedade.

A real concentração de riqueza, nessa economia pré-capitalista, era definida, essencialmente, pela propriedade da terra e pela posse de escravos, que representavam formas não capitalistas de retenção de excedentes, por meio da renda fundiária e pela exploração do trabalho escravo<sup>82</sup>. Além disso, outras formas de riqueza eram obtidas por meio da criação de gado, que era realizada, em toda a região, por todos aqueles ligados à terra, proprietários ou não, expressando uma divisão social e territorial mínima do trabalho; e também por intermédio de um sistema de crédito e endividamento, que financiava atividades produtivas, cujo controle estava nas mãos dos grandes fazendeiros, revelando uma baixa liquidez da economia e formas rentistas de acumulação. Nesse contexto, com um grau de divisão social do trabalho elementar e, logo, com um baixo nível de divisão territorial interna do trabalho, pois as atividades eram, basicamente, agropastoris em todo o território triangulino, resultando em acumulações de caráter agrário, a estrutura social era marcada pela presença dos proprietários de terras, grandes, médios e pequenos; dos não proprietários de terras, sitiantes e agregados; e dos moradores dos arraiais, possuidores de imóveis nos arraiais, que formavam a parcela mais pobre da população regional, como indica Lourenço (2002)<sup>83</sup>. De fato, tratava-se de uma sociedade com um nível elevado de concentração de riqueza, cuja distinção efetiva era dada ao grande proprietário de terras, que, coerentemente, possuía muitos escravos e um

---

<sup>81</sup> Nas Minas Gerais, a organização social setecentista era considerada por Silveira (1997) como um ...universo do indistinto, no qual a busca pela fidalguia representava uma ...vontade de distinção. Furtado (1999), por sua vez, observa que se tratava de uma forma de obter notabilização.

<sup>82</sup> Lourenço (2002, p.183) aponta que ...a maior parte do excedente realizado no mercado era usado... na aquisição de escravos, pois a posse destes conferia status.

<sup>83</sup> Em Lourenço (2002), a estrutura social, desse período, é bastante detalhada.

numeroso plantel de gado. A elite regional era formada por esses grandes fazendeiros, escravistas, criadores de gado, detentores das atividades de recria e engorda e também fornecedores de empréstimos. Além disto, tais fazendeiros assumiam postos políticos e militares, o que lhes conferia maior prestígio e distinção. Uma dada elite forma, evidentemente, um grupo coeso, porém, no sentido de garantir seus interesses, essas elites, especialmente as dirigentes e as econômicas<sup>84</sup>, entrelaçam-se de modo consciente<sup>85</sup>.

O sargento-mor Antônio Eustáquio Silva e Oliveira representa exemplo notório, demonstrando, inclusive, como o sucesso de determinado grupo depende em parte das atitudes de indivíduos particulares. Em 1809, foi lhe conferido o título de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre, tornando-o juiz de sesmarias e tutor dos índios da região, como aponta Lourenço (2002). A consolidação de Uberaba e de sua destacada elite pecuarista advém das realizações desse comandante regente. Este empreitou uma bem sucedida política de colonização, que partiu da expulsão dos índios e da eliminação dos quilombos, com apropriação das terras, concedidas aos geralistas (sesmarias), para a criação de gado e o cultivo de alimentos. Em 1816, com a anexação do Triângulo Mineiro a Minas Gerais, acelerou-se o processo de ocupação, com o aumento das concessões de sesmarias e com a criação de novos arraiais. Por fim, empreendeu-se uma política de abertura de estradas e construção de portos, visando, unicamente, situar Uberaba numa rota mercantil, diretamente relacionada com a expansão da pecuária, posto que os principais produtos comercializados eram o gado e o sal. Nesse momento, ocorreu a transferência de capitais nitidamente rurais para empreendimentos infra-estruturais e comerciais.

Assim, paralelamente à expansão da pecuária, com nítida especialização nas atividades de invernada, surgiam outras atividades, a exemplo da agricultura de gêneros alimentícios, que, à medida que se tornava mercantilizada, representava outro segmento da acumulação agrária, e do comércio, que representava novas alternativas de acumulação, porém fundamentada numa modalidade rural-urbana, com a comercialização dos produtos agrícolas e com a distribuição de manufaturas.

A emergência dessas novas atividades implicou a ampliação da divisão social e territorial interna do trabalho e o surgimento de outros agentes na região, além daqueles

---

<sup>35</sup> Pareto (1984) define dois estratos fundamentais na sociedade: um estrato inferior, a massa ou classe non eletta, e outro estrato superior, a elite ou classe eletta. O estrato superior, por sua vez, subdivide-se em elite governante e elite não governante, ou ainda, em elite dirigente e elite econômica. Mosca (1966), contemporâneo de Pareto, também desenvolveu contribuições fundamentais para o exame da classe dirigente.

<sup>36</sup> O comprometimento das elites entre si é amplamente discutido por Mills (1968), no estudo sobre as hierarquias políticas, empresariais e militares nos Estados Unidos.

diretamente vinculados à pecuária, dentre eles, o pequeno agricultor e o comerciante. Uberaba, já na década de 1840, possuía comerciantes de porte regional, que, em sua maioria, eram também fazendeiros, indicando a transferência de capitais. Entre 1850 e 1860, esse centro urbano contava com comerciantes de médio e grande porte, destacando-se, inclusive, atacadistas de sal grosso, configurando uma nova especialização. De acordo com Lourenço (2002, p.237), ...é justamente nesse momento que se percebe o surgimento de uma outra elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses, juizes, padres... De fato, tratava-se da mesma elite, formada na pecuária, porém, com acumulações de caráter urbano, pelas transferências de capitais, que, pelas suas atitudes, passaram a formar uma oligarquia, com uma nítida imbricação entre concentração de riqueza e cristalização do poder. Apesar do expressivo desenvolvimento das atividades comerciais, Lourenço (2002, p.237) afirma que não havia grandes riquezas mercantis, ...os homens mais ricos do Triângulo, até 1861, eram todos senhores de terras e de escravos. Nesse momento, provavelmente, iniciaram-se as práticas absenteístas de alguns fazendeiros, especialmente com investimentos imobiliários, posto que ...muitos fazendeiros começaram a ver vantagens numa permanência mais demorada na vila.

A criação de gado manteve-se como a principal atividade na região, pois se tratava de uma formação pecuarista, com funções de apoio e mediação entre o sertão e o litoral, isto pela condição de área de circulação, determinada ainda no período da mineração, porém resgatada e ampliada quando da expansão das relações intraprovinciais, que davam início ao lento processo de formação do mercado interno.

O exame da elite uberabense, ricamente detalhado em Lourenço (2002), revela a existência de uma elite empreendedora, conceito emprestado de Pareto (1984)<sup>86</sup>, no sentido dos investimentos em infra-estrutura de circulação e em atividades comerciais, que significavam formas ampliadas de acumulação. Contudo a principal fonte de riqueza era a terra. Portanto, tratava-se de uma elite fundiária, detentora de grandes extensões de terras, onde trabalhavam escravos, sitiantes e agregados, além de possuidora de plantéis importantes de gado. Burke (1990, p.84) chamou os criadores de gado em Amsterdã de ...proprietários de terra entrepreneurs, pois eram fazendeiros empreendedores e diretamente envolvidos no mercado de compra e revenda de gado. No caso específico de Uberaba, as atitudes com relação às terras eram ativas e inovadoras, inclusive com as atividades de recria e engorda de

---

<sup>86</sup> Pareto (1984), em seu estudo sobre circulação de elites, distinguiu elites rentistas (rentiers) e elites especuladoras (entrepreneurs), as quais chamaremos empreendedoras. Os rentistas seriam passivos, conservadores e viveriam de renda fixa. Os empreendedores seriam ativos, inovadores e buscariam o lucro.

gado, altamente lucrativas. Ademais, notou-se um envolvimento dessa elite com o comércio e com a implantação de infra-estruturas de transporte, indicando atitudes também empreendedoras, que visavam à ampliação dos capitais. Afirmar, porém, que toda a elite uberabense era empreendedora é uma temeridade, porquanto também estava envolvida com um sistema de crédito e de endividamento, que fomentava investimentos produtivos, indícios de transformação dos interesses dos pecuaristas para a formação de capitais bancários. Contudo, sem sombra de dúvida, nesse momento, essa elite era predominantemente empreendedora e obteve incríveis benefícios e aumento de sua riqueza e poder, apesar de ser a terra o investimento mais importante e a busca pela fidalguia um dos maiores estímulos às atitudes empreendedoras. Contudo, como afirma Pareto (1984, p.110), ...uma sociedade onde prevalecem os indivíduos... empreendedores ...não tem estabilidade, está em estado de equilíbrio instável, uma vez que as atitudes, estratégias e ações de sua elite são, freqüentemente, as causadoras ...das mudanças e do “progresso” econômico e social.

## 5 - Novos eventos aceleram a convergência entre Uberaba e Uberlândia

A partir da segunda metade do século XIX, uma nova dimensão espaço-temporal impôs-se graças às novas tecnologias e às novas ações organizacionais. Santos e Silveira (2001, p.35) argumentam que se tratava de um meio geográfico constituído por objetos técnicos, máquinas de produção e sistemas de engenharia, ...às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas ao território. Desse modo, o território brasileiro passava por transformações associadas especialmente ao desenvolvimento de monoculturas para a exportação, resultando em uma reestruturação produtiva, caracterizada pelo declínio da mineração, pela ampliação da produção canavieira, com a introdução da usina, pelo desenvolvimento da produção cafeeira, pelo início do processo de industrialização e pela implantação de sistemas de engenharia vinculados à modernização dos portos, à construção de ferrovias e estradas de rodagem, à produção e distribuição de energia elétrica, à implantação do telégrafo, dentre outras, que promoveram um aumento na circulação, gerando maior integração nacional, porém com profundas diferenças regionais<sup>87</sup>.

A vida de relações, até a segunda metade do século XIX, era marcada pela inexistência de transportes rápidos, por uma circulação lenta e por fluxos praticamente unidirecionais. A circulação, no entanto, desempenhava papel fundamental na organização e na dinâmica do espaço, refletindo, de um lado, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as demandas por articulação entre regiões, entre cidades, entre as cidades e o campo; e, por outro lado, condicionando a continuidade ou a mudança de determinados padrões de organização espacial, aí incluída a rede urbana. Corrêa (2001, p.99) salienta que os rearranjos no padrão espacial da rede urbana são ...indicadores de um processo de transformação da sociedade e de sua organização espacial, da qual a rede urbana é um de suas mais importantes manifestações e condicionantes.

No Triângulo Mineiro, a incorporação dessas modernizações ao território promoveu mudanças fundamentais, que introduziram maior complexidade à rede urbana, inclusive com alterações no seu padrão espacial, pela importante diferenciação de outros centros, além de

---

<sup>38</sup> Santos e Silveira (2001, p.35) apontam que a gestação de um meio técnico no Brasil ocorreu de forma vagarosa. Todavia, ...a partir da segunda metade do século XIX, a produção... e, depois, o território se mecanizam, mediante a instalação de usinas... e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro.

Uberaba. A especificidade dessas mudanças relacionava-se com os diversos entendimentos dos elementos da transformação socioespacial, cujos motores estavam diretamente associados ao aperfeiçoamento dos meios de transporte, à expansão comercial, à ampliação da indústria de beneficiamento e à construção da nova capital federal no Planalto Central. Tais motores indicam a presença de mudanças na articulação anterior, determinada pelas lógicas coloniais e do período do Império, nas quais a pecuária extensiva marcou a base da configuração territorial.

A partir da última década do século XIX e na primeira metade do século XX, a expansão comercial e industrial, alicerçada por uma base material relativamente suficiente até a década de 1940, quando as deficiências infra-estruturais se fizeram perceber, tornaram-se os elementos centrais de reestruturação dos padrões de organização socioespacial no Triângulo Mineiro, incluindo a rede urbana. A estruturação urbana, nesse momento, foi caracterizada pela diminuição da influência de Uberaba, restringida, a partir de então, ao contexto microrregional, e pela ascensão de dois novos centros - Araguari e Uberlândia. A expansão do papel atacadista-distribuidor e a industrialização de base alimentar constituíram os conteúdos mais visíveis do processo territorial até a década de 1960, cujos benefícios foram mais bem incorporados por Uberlândia, em prejuízo de Uberaba e Araguari.

### 5.1 - O aperfeiçoamento dos meios de transporte: a ferrovia e as estradas de rodagem

No final do século XIX e início do século XX, criou-se, na região do Triângulo Mineiro, uma base infra-estrutural associada aos transportes: de um lado, a extensão dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1888) e, de outro lado, a construção da ponte Afonso Pena (1910) e de uma malha de estradas de rodagem (1912), criando uma rede de transportes que acelerou a circulação de mercadorias e de informações e, ao mesmo tempo, estreitou e ampliou os vínculos com São Paulo, que já apresentava uma rede funcional mais estruturada. A esse respeito, Singer (1968, p.56) menciona que ...o desenvolvimento de uma rede viária... assegura a São Paulo o domínio do mercado constituído pelo interior do estado e por áreas limítrofes de outros estados..., a exemplo do Triângulo Mineiro, que, num primeiro momento, absorveu parte dos impulsos da economia cafeeira e, posteriormente, dos impulsos da industrialização e metropolização de São Paulo.

Mediante essas melhorias infra-estruturais, o Triângulo Mineiro assumiu, definitivamente, o papel de entreposto comercial, ora abastecendo São Paulo com produtos primários goianos e mato-grossenses, ora comercializando com Goiás e Mato Grosso os produtos industrializados provenientes de São Paulo, caracterizando, assim, a densificação do espaço de fluxos, já que a conjunção dessas infra-estruturas determinou o estabelecimento de relações comerciais bastante sólidas, quer dizer, tais infra-estruturas foram ...as bases para a expansão do comércio, como declararam Freitas e Sampaio (1985, p.36). Na verdade, a modernização que se impôs foi, sobretudo, a da circulação, de modo a garantir o fluxo dos produtos agropecuários e dos produtos industriais. Santos e Silveira (2001, p.27) apontam para a emergência de ...um meio técnico da circulação, pela implantação das ferrovias, estradas de rodagem, portos e telégrafos, que criava as bases materiais para a integração do território e consolidação do capital industrial.

Nas primeiras décadas do século XX, esse conjunto de intervenções viárias operou como variável-chave da organização espacial, pois se observou uma valorização da posição geográfica dos centros beneficiados por tais sistemas de engenharia, ampliando seus comandos, especialmente sobre seus espaços regionais<sup>88</sup>. Tanto Uberaba, que se firmou como importante centro comercial e de produção pecuária, quanto Araguari e, posteriormente, Uberlândia, que iniciaram um fluxo de comercialização no trecho Mato Grosso-Goiás-Triângulo-São Paulo, foram beneficiados pelo incremento das infra-estruturas de transporte, em detrimento dos demais núcleos. Esses fluxos, em virtude da diferença do valor dos produtos agropecuários e dos produtos industrializados, assim como em função dos acréscimos sucessivos sobre o valor inicial, permitiram a obtenção de rentabilidades crescentes nos centros que mais eficazmente os controlavam, a exemplo de Uberaba, Araguari e Uberlândia.

Os meios de transporte, portanto, foram fundamentais para promover a convergência entre Uberaba, Araguari e Uberlândia, gerando mudanças na hierarquia urbana regional<sup>89</sup>. De modo geral, na organização urbana do Triângulo Mineiro, a evolução dos meios de transporte foi fator fundamental de diferenciação entre os centros triangulinos e, conseqüentemente, de mudança de suas hierarquias, ou seja, possibilitou a ascensão e a relativa decadência de

---

<sup>39</sup> A posição geográfica ou localização relativa, como aponta Corrêa (2004, p.318), ...refere-se à situação locacional de uma cidade face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas. Recursos naturais, produção, demanda e acessibilidade estão entre os principais aspectos da posição geográfica.

<sup>40</sup> Os estudos de Santos (1957 e 1960), na zona do cacau, destacam a relação entre a expansão dos meios de transporte e as mudanças hierárquicas entre as cidades dessa região, especialmente entre Ilhéus e Itabuna.

alguns centros. Em um primeiro momento, Uberaba ascendeu, na hierarquia regional, quando do estabelecimento de uma importante rota fluvial e das estradas salineiras, que conferiram uma localização relativa importante para aquele momento histórico; com o advento da ferrovia, num segundo momento, Araguari ascendeu, eclipsando parte do domínio regional de Uberaba; e, finalmente, Uberlândia ascendeu na hierarquia urbana, quando da implantação das rodovias e da constituição de um entroncamento rodoferroviário. Tais eventos evidenciam como a posição geográfica de um centro altera-se ao longo do tempo, fazendo-se necessária a sua contextualização, como sugere Corrêa (2004).

O aparelhamento dos transportes beneficiou a região como um todo, assentando as bases materiais para a expansão de intercâmbios, permitindo, juntamente com outros fatores regionais, aumentar a produção do campo e as probabilidades de uma produção industrial ampliada, além de possibilitar a consolidação de grupos atacadistas, que passaram a atuar em todo o território nacional. Interessa ressaltar que essa base infra-estrutural, criada no final do século XIX e primeira metade do século XX, como evidenciado no Mapa 3, foi o substrato inicial para o reaparelhamento ocorrido a partir da segunda metade dos anos de 1950. Essa renovação da materialidade territorial propiciou a efetiva integração do território e do mercado, assim como a consolidação de Uberlândia como principal núcleo urbano do Triângulo Mineiro e em um dos principais núcleos intermediários da rede brasileira. Contudo, na realidade triangulina, tais sistemas de engenharia dos transportes, desse momento em diante, atuaram como fatores divergentes e não mais convergentes.

#### 5.1.1 - Araguari como ponta de trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

A ferrovia reformulou a organização espacial do Triângulo Mineiro, com o surgimento de um novo entroncamento polarizador, Araguari, que passou a assumir funções de entreposto comercial com seu entorno imediato e com o sudeste de Goiás, apesar de Uberaba manter-se ainda como principal núcleo urbano da região, graças à própria chegada da ferrovia e também graças a uma teia de interesses centrados na pecuária e na atividade comercial, uma vez que se tornou importante centro de comercialização, canalizando a demanda regional e estimulando atividades urbanas complementares.



Em 1888, os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro<sup>90</sup>, hoje, Ferrovia Centro Atlântica-FCA, transpuseram o rio Grande em direção ao Estado de Goiás. As estações ferroviárias de Sacramento, Conquista e Uberaba foram inauguradas em abril de 1889 (Figura 11), enquanto que o prolongamento dos trilhos estendeu-se até Araguari (1896), passando por Uberlândia (1895)<sup>91</sup>. Desse modo, estava implantada a ferrovia no Triângulo Mineiro, o que garantia sua ligação definitiva com São Paulo<sup>92</sup>, com a força da cafeicultura e as promessas da indústria nascente. A este respeito, Brandão (1989, p.74) observa que ...a estrada de ferro Mogiana nada mais fez do que consolidar e ampliar extremamente essa ligação.



Figura 11 - Uberaba: Estação Férrea, localizada no final da rua Artur Machado, 1910. Fonte: Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Cumprе ressaltar que tais impulsos modernizadores estavam associados às lógicas da expansão cafeeira, ou melhor, às racionalidades da expansão paulista, resultando em certa integração regional, isto é, novas áreas de produção vincularam-se às novas áreas de

---

à A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com sede em Campinas, foi organizada, por capitais cafeeiros, em 1872. A partir de 1952, passou a ser controlada pelo governo do Estado de São Paulo, integrando-se definitivamente à Ferrovia Paulista-Fepasa, em 1971, quando parte das estações e linhas em operação foram desativadas. Em 1999, após o processo de desestatização das ferrovias brasileiras, essa malha ferroviária passou a ser controlada pelas Ferrovias Bandeirantes-Ferrobán, que cederam o direito de exploração dos trechos no Triângulo Mineiro à Ferrovia Centro-Atlântica-FCA, em 2002.

à Os investimentos em território goiano foram feitos pela Estrada de Ferro Goiás, criada em 1910, que estendeu os trilhos até Anápolis (1935), passando por Catalão (1913). Nesse intervalo de tempo, Araguari assumiu posição de ponta trilho.

à São Paulo, já em 1890, era a segunda maior cidade do país em população, com 239.820 habitantes, como aponta Santos (1967).

consumo, expressando uma complementaridade entre territórios<sup>93</sup>. À medida que a cafeeicultura avançava pelo território paulista tornava-se urgente a implantação de um novo sistema de transporte. De fato, as ferrovias foram implantadas para possibilitar a expansão do complexo cafeeiro paulista, pois este tinha importância fundamental na economia brasileira.

Como salienta Guimarães (1990, p.41), ...as determinações da economia brasileira não se dão do Triângulo para São Paulo, mas sim, de São Paulo para o Brasil. Dessa forma, fica evidente que Uberaba não detinha o controle dos acontecimentos. Sua elite reconhecia a importância das ferrovias e estava, portanto, ciente dos motores que moviam as racionalidades nesse período, que foi, efetivamente, marcado pela imposição de uma nova dimensão e consciência temporal, distinta da anterior. Nesse sentido, a direção desse dinamismo não podia ser orientada por comandos locais, situados no Triângulo Mineiro, como no caso da rota fluvial e das estradas salineiras, que contribuíram para a emergência de Uberaba, cuja influência estendeu-se sobre os territórios triangulinos, goianos e mato-grossenses.

Uberaba e Araguari, por serem, respectivamente, ponto de início e ponto final da ferrovia na região, foram as que mais se beneficiaram com a extensão da Mogiana, tendo, inclusive, seus papéis urbano-regionais ampliados e redefinidos, implicando uma divisão territorial interna do trabalho, uma vez que Uberaba, até então principal centro urbano de uma vasta região do Brasil Central, passava a dividir com Araguari a polarização do Triângulo Mineiro e do sudeste goiano. De acordo com Brandão (1989, p.102), ...como “pontas de linha” no Triângulo, Uberaba e Araguari consubstanciaram uma estrutura urbana e uma estratégia comercial completamente dirigida pela lógica do transporte ferroviário.

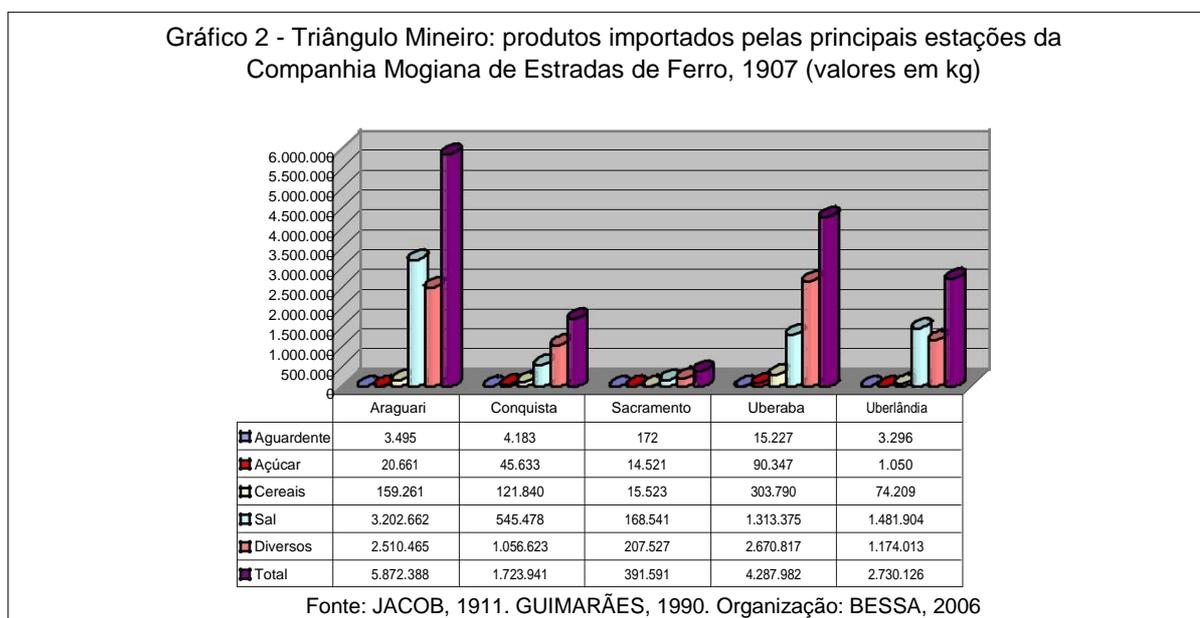
Araguari, como ponta de trilho, impôs limites ao domínio de Uberaba na região, mas não abalou totalmente a hegemonia comercial urberabense, que canalizava a demanda regional e criava condições para o desenvolvimento do comércio e de atividades complementares, baseadas na distribuição de produtos industrializados. De acordo com dados sobre o comércio no Triângulo Mineiro, entre os anos de 1904 e 1905, Araguari contava com apenas 23 estabelecimentos comerciais, cujas vendas atingiam 1.260:000\$000 contos de Réis; enquanto Uberaba contava com 88 estabelecimentos, cujo valor das vendas alcançavam 5.198:000\$000 contos de Réis, expressando, dessa maneira, a polarização e,

---

<sup>42</sup>Cumprer destacar que, com a monocultura cafeeira, a produção de gêneros alimentícios não era auto-suficiente em São Paulo. Como observa Cano (1982, p.58), houve um significativo aumento da população paulista, em especial, da população urbana, ...entre 1887 e 1920 entram em São Paulo... cerca de um milhão de imigrantes... Portanto, a demanda por produtos alimentícios era inferior à capacidade de produção, impondo a necessidade de importação, que foi realizada especialmente nas áreas limítrofes, posto que se fazia necessário abastecer a zona cafeeira.

conseqüentemente, a apropriação do excedente regional (JACOB, 1911 e GUIMARÃES, 1990).

Os dados do Gráfico 2, que retratam o recebimento de mercadorias nas principais estações da Mogiana no Triângulo Mineiro em 1907, expressam a emergência comercial de Araguari, cuja soma de produtos importados representava 37,7% (5.896.744 quilogramas) do total regional, que era de 15.646.539 quilogramas, ultrapassando o percentual de Uberaba (28,3%). Por se tratar de uma região pecuarista, o principal produto comercializado ainda era o sal, cabendo comentar que as estações de Araguari, Uberaba e Uberlândia centralizavam essas transações. Uberaba, em função de um plantel expressivo de gado e das atividades de invernada, consumia grande parte do sal importado em suas propriedades rurais. Enquanto Araguari, ponto terminal da estrada de ferro, distribuía esse produto para uma vasta região pecuarista, ampliando sua função comercial e desviando de Uberaba parte das funções de entreposto. Com relação à comercialização de mercadorias diversas, como retrata o Gráfico 2, Uberaba detinha uma ligeira superioridade, porém esses centros, nesse momento, beneficiaram-se desse tipo de comércio no Triângulo Mineiro, sugerindo uma apropriação de excedente regional por meio de circuitos de comercialização e distribuição, que promoviam o desenvolvimento do capital mercantil.



Outro dado importante refere-se à própria estrutura organizacional do transporte ferroviário nesse período, que permitia que as mercadorias fossem despachadas diretamente para o mercado consumidor, favorecendo a estação sede, no caso, Campinas, e os pontos terminais, que se incumbiam de distribuir tais mercadorias por meio de mascates, de tropas de

burros ou de carros de boi, em detrimento das estações intermediárias, a exemplo de Uberlândia. A esse respeito, Brandão (1989, p.81) comenta que todos os produtos demandados por Goiás, especialmente sal, café, arroz e produtos industrializados, tinham de aportar em Araguari, sendo ...flagrante a hegemonia comercial araguarina sobre vasta área goiana que, ...sem melhores opções de escoamento, tornava-se, cada vez mais, subordinada àquele ponto de convergência da comercialização dos produtos agrícolas e pecuários do estado de Goiás, posto que, no sentido inverso, os produtos ofertados por esse Estado, especialmente os agropecuários e também o couro seco, os rolos de toucinho, os tijolos de leite, cidra e mamão, a cachaça, eram transportados a Araguari, ou melhor, à estrada de ferro Mogiana, e, em seguida, a Campinas. Monbeig (1943) esclarece que a função dos núcleos urbanos como boca de sertão e como ponta de trilhos foi de fundamental importância para o estabelecimento das capitais regionais, visto que possibilitou a criação de laços comerciais sólidos, fosse com os centros próximos, fosse com as áreas além da ocupação.

Conquista, Sacramento e Uberlândia foram também beneficiadas com a ferrovia, porém não se projetaram, em primeira instância, como pontos de polarização regional. A respeito de Uberlândia, Guimarães (1990, p.50) observa que ...a ferrovia passou... sem causar impacto sobre sua colocação regional... a ferrovia na cidade de Uberabinha era apenas um potencial a ser aproveitado, porém não era condição suficiente para engendrar maior dinamismo. Pezzutti (1922, p.29), neste mesmo sentido, aponta que, apesar da estrada de ferro, ...Uberabinha continuava a ser o mesmo burgo morno e desalentado das antigas eras, sem animação, sem ideais, sem melhoramentos apreciáveis.

De modo geral, a expansão das estradas de ferro sobre as terras triangulinas foi fundamental para impulsionar as atividades agropecuárias e o comércio, ampliando as interações espaciais, como evidenciam os dados da Tabela 1, que retratam o movimento crescente de mercadorias transportadas pela Mogiana, entre os anos de 1890 e 1920. Cumpre destacar, num primeiro momento, as transações de importação de sal e de exportação de animais; e, posteriormente, a importância da exportação de cereais e o crescente movimento de animais, assim como a ampliação das mercadorias incluídas no item diversos, cujas principais transações eram realizadas nas estações de Uberaba e Araguari. Neste último centro, em decorrência da ampliação do fluxo de mercadorias, promoveu-se o aparelhamento urbano, principalmente pela presença das charqueadas e dos engenhos de beneficiar arroz. Nesse período, ...essa cidade mineira detinha praticamente o monopólio do fluxo de

comercialização no sentido Goiás-São Paulo, o que lhe assegurava uma extraordinária capacidade de reter grande parte do excedente goiano, como salienta Brandão (1989, p.81).

Houve, com a ferrovia, um aprofundamento das relações comerciais e uma dinamização da agricultura, especialmente na produção de alimentos, avolumando-se também o beneficiamento e a comercialização de cereais. A região tornava-se, ainda, importante na produção agrícola.

Tabela 1 - Triângulo Mineiro: movimento de mercadorias pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, 1890-1920

Produtos	1890	1895	1900	1905	1910	1915	1920
Sal	3.720	4.832	7.036	6.796	4.614	8.882	9.441
Cereais (saca de 60 kg)	--	416	2.357	6.861	15.820	15.422	17.844
Café (saca de 60 kg)	135	490	1.985	2.600	1.899	3.366	5.633
Toucinho	235	67	297	734	848	--	--
Animais(por cabeça)	3.968	5.363	8.551	15.365	23.971	--	--
Diversos	2.783	6.244	12.276	13.115	37.142	46.180	55.240

Fonte: BRANDÃO, 1989. Organização: BESSA, 2007.

A esse respeito, Singer (1968, p.232) observou que ...o centro de rizicultura de exportação de Minas se localizava no Triângulo: em 1909, de 5.826 toneladas exportadas por Minas, 4.210 toneladas foram exportadas pela Mogiana. A produção de cereais desenvolveu-se, particularmente, ao longo da rota ferroviária, isto é, em Conquista, Sacramento, Uberaba, Uberlândia e Araguari. De fato, a estrada de ferro possibilitou, de um lado, uma agricultura mais intensiva, por meio de técnicas ainda rudimentares e de trabalho familiar, com a superação do estágio da subsistência, que incrementou a sua mercantilização, especialmente em razão de uma drenagem mais eficiente e, por outro lado, ampliou a posição de entreposto comercial, em decorrência dos intercâmbios propiciados ora pela coleta e exportação de produtos agropecuários, ora pela importação e distribuição de produtos industrializados, cujos transportes, segundo Pontes (1978, p.95), ...continuaram para o resto do Triângulo, sul de Mato Grosso e mesmo Goiás, pelos mascates ambulantes ou boiadeiros.

### 5.1.2 - Uberlândia e a expansão das estradas de rodagem

Já no início do século XX, destacam-se a construção, sobre o rio Paranaíba, da ponte Afonso Pena (1909), importante investimento do governo federal, que garantiu a ligação com o sul e sudoeste goiano, e o desenvolvimento da malha rodoviária, a partir

de 1912, notadamente, por meio de investimentos da Companhia Mineira de Aviação<sup>1</sup>

Intermunicipal<sup>94</sup>, que ligou Uberlândia à ponte Afonso Pena e a vários centros do norte do Triângulo Mineiro, inclusive, àqueles que contavam com estações ferroviárias, a exemplo de Araguari e Monte Carmelo. Guimarães (1990, p.70) ressalta que essa infraestrutura rodoviária ...possibilitou ao capital comercial sediado em Uberlândia apropriar-se de grande parte do excedente criado em toda a região, porquanto, já em 1905, a cidade contava com 11 armazéns de varejo e atacado, além de comerciantes de secos e molhados (JACOB, 1911 e GUIMARÃES, 1990).

O desenvolvimento dessa malha rodoviária ...tinha como locus de apropriação os rendimentos da própria cidade de Uberlândia, como menciona Guimarães (1990, p.54), e, a partir dela, foram construídos 4.902Km de estradas no Triângulo Mineiro e na porção sul de Goiás, favorecendo os intercâmbios. No Triângulo Mineiro, foram estabelecidas 47 linhas intermunicipais, totalizando 2.859Km; e, em Goiás, via ponte Afonso Pena, foram 23 linhas intermunicipais, totalizando 2.043 Km, que asseguravam a circulação de pessoas e o escoamento da produção rural até os principais centros de comercialização (BRANDÃO, 1989). No sul de Goiás, foram construídos vários quilômetros de estradas diretamente vinculadas à ponte Afonso Pena, que ligavam Itumbiara, Goiatuba, Morrinhos e Piracanjuba, por meio de investimentos da Empresa Automobilística de Morrinhos, e também Itumbiara, Rio Verde, Jataí e Mineiros, pela Companhia Sul Goiana. Tais rodovias estenderam-se para o oeste goiano, em direção ao Mato Grosso, ligando Jataí, Caiapônia, Aragarças e Cuiabá, e, ainda, Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Alto Araguaia, Rondonópolis e Campo Grande.

O traçado dessas estradas de rodagem visava interligar as áreas não atendidas pela ferrovia, porém atentando para a integração com as estações ferroviárias, induziu os deslocamentos para Uberlândia e estabeleceu as condições de ascensão desse centro, pois ampliou as possibilidades de um comércio mais extenso. Como explica Pezzutti (1922, p.58), ...a Uberlândia, pela iniciativa e perseverança de sua empresa originária, coube a maior soma de benefícios comerciais como empório que se tornou de vasta região sangrada pela rede autoviária. Assim como acontecera com Uberaba, a elite uberlandense buscou na potencialidade dos transportes, a partir de então sustentada pelo par ferrovia-rodovia, o

---

<sup>94</sup>Essa companhia foi organizada, em 12 de agosto de 1912, por iniciativa de Fernando Vilela, com um capital de 250:000\$000 contos de Réis, divididos em 1.250 ações, distribuídas na região beneficiada pelas rodovias. Após sua organização, firmou-se contrato de concessão de direitos de exploração das rodovias com o Estado. Este colaborou com 4:000\$000 contos de Réis por quilômetro de estrada, mais subvenção estadual de 2:000\$000 contos de Réis por ano. A este respeito, ver Freitas e Sampaio (1985) e Guimarães (1990).

elemento capaz de garantir, nesse momento, a diferenciação entre os principais núcleos de comercialização da região. A este respeito, Brandão (1989, p.95) esclarece que ...em 1912, é assentado um dos principais alicerces da diferenciação de Uberlândia vis-à-vis os outros centros comerciais do Triângulo, especialmente de Uberaba e de Araguari. Ainda sobre o assunto, Brandão (1989, p.107) comenta que coube à elite uberlandense ...consolidar uma infra-estrutura de transporte e comunicações que garantisse o escoamento rápido e contínuo dos produtos agropecuários de Goiás, Mato Grosso e do próprio Triângulo, e, dessa maneira, alicerçar a condição de entreposto comercial, graças à complementaridade do binômio rodovia-ferrovia e à flexibilidade proporcionada pela comercialização feita por caminhões. Tratava-se da concorrência entre objetos construídos para assegurar a fluidez do território, ou seja, de objetos de mesma natureza, porém a ferrovia é um objeto mais rígido, enquanto que a rodovia é mais flexível, como aponta Brandão (1989, p.102), ...a comercialização por caminhão é mais descentralizadora, aumentando a flexibilidade da distribuição das mercadorias. Cabe comentar que o elevado grau de complementaridade obtido, nesse momento, entre a rodovia e a ferrovia foi decisivo para ampliar a importância regional de Uberlândia, que apostou num sistema combinado de estradas de ferro e estradas de rodagem.

Na verdade, a partir dessa complementaridade, iniciou-se a expansão econômica de Uberlândia, que, com a abertura das estradas, se tornou um entroncamento rodoferroviário, com potencialidades de entreposto comercial, habilitando-se ao domínio regional como o terceiro dos três principais centros urbanos, estando atrás apenas de Uberaba, que se mantinha como o principal centro do Triângulo Mineiro, apresentando forte polarização comercial, oferta de serviços urbanos, particularmente educação, saúde e serviços bancários, além de especialização na produção extensiva de gado, e de Araguari, que, favorecida pela ferrovia, vislumbrava uma ampla área de polarização sobre o sudeste goiano.

Além dessas estradas de rodagem construídas pela Companhia Mineira de Autovição Intermunicipal, houve também outras experiências com o transporte rodoviário no Triângulo Mineiro. Uberaba, em 1908, estabeleceu uma linha com Conceição das Alagoas e, posteriormente, uma linha com Prata. A partir de 1910, foram construídos empreendimentos rodoviários entre Prata e Frutal, Prata e Ituiutaba, Prata e Barretos, via porto Antônio Prado, e Campina Verde e Ituiutaba. Em 1914, foram estabelecidas ligações entre Sacramento e Araxá. A Empresa Autoaviação Uberaba-Barretos, criada em 1920, estabeleceu ligações com Barretos, Frutal, Veríssimo, Uberaba, Uberlândia e outras pequenas localidades. A rede de

estradas de rodagem evidenciava, claramente, uma fragmentação entre a porção norte da região e a porção sul.

### 5.1.3 - Os novos caminhos do Brasil Central e a fase de retração de Uberaba

Um conjunto de fatores internos e externos, particularmente associados à expansão ferroviária e rodoviária, contribuiu para a relativa perda da importância conquistada por Uberaba ainda na primeira metade do século XIX e a conseqüente transferência dessa importância para Araguari e Uberlândia. De fato, a ação humana reorganiza, intencionalmente, os objetos no espaço, criando, em escalas distintas, os indícios de uma profunda reestruturação espacial, que ocorre, não apenas por processos determinados localmente, mas pela conjunção de processos amplos, em escalas amplas, com causas igualmente amplas, que envolvem também processos específicos e contingentes.

O crescimento dos centros foi bastante desigual até o final do século XIX, estando atrelado às oscilações das economias regionais e ao peso político das elites locais, criando uma vida de relações fortemente vinculada ao contexto regional. Contudo condicionantes externos passaram a intervir diretamente sobre essas racionalidades regionais, impondo novos reordenamentos, que, no caso uberabense, já se faziam perceber a partir da década de 1860.

A primeira retração da importância de Uberaba estava diretamente relacionada com a abertura de três novas vias de circulação. Parte das mercadorias transportadas pela rota fluvial, junto ao rio Mogi Guaçu e Pardo, foi desviada para Frutal, limitando os domínios de Uberaba na porção oeste do Triângulo Mineiro, assim como estreitando os intercâmbios entre Frutal e Barretos. No contexto do Brasil Central, o desenvolvimento da navegação nos rios Araguaia e Paraguai impôs limites ao domínio comercial de Uberaba em Goiás e Mato Grosso. Interessa ressaltar que o desenrolar das interações espaciais produzem mudanças significativas, posto que são incorporadas novas lógicas e um novo funcionamento.

Outro importante fator de retração foi a emergência comercial de Araguari, que assumiu parte das funções de entreposto desviadas de Uberaba, quando da chegada da Mogiana. De acordo com Pontes (1978, p.95), ...este fato importou no desvio de Uberaba, para aquela cidade, das mercadorias destinadas a Goiás e outros pontos em derredor. A expansão comercial de Uberlândia também representou fator decisivo, que, pelos esforços locais, orientou a consolidação de ...uma infra-estrutura de transporte e de comunicação que

garantia o escoamento rápido e contínuo dos produtos agropecuários de Goiás, Mato Grosso e do próprio Triângulo, de acordo com Brandão (1989, p.106).

Outro fator foi a polarização de Barretos em relação ao pontal do Triângulo Mineiro, área até então sob influência de Uberaba, visto que esse centro tornou-se ponto terminal da Estrada de Ferro Paulista (1929)<sup>95</sup> e, por conseguinte, ponto de convergência de parte da comercialização do gado triangulino, goiano e mato-grossense. Com o estabelecimento de um frigorífico em Barretos, na segunda década do século XX, houve uma reorganização do comércio de gado, uma vez que o escoamento do rebanho bovino que adentrava o Triângulo Mineiro ora seguia para Barretos ora para Uberaba, como ilustra a Figura 12. Desse modo, Uberaba passou a dividir com Barretos a atividade de recria ou engorda. Fato que lesou a comercialização de gado uberabense e, por conseguinte, a apropriação do excedente gerado no momento da recria, atividade mais lucrativa da criação de gado.

A implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1911)<sup>96</sup>, que, com a modificação do traçado original, que seguiria a estrada Uberaba-Coxim, teve como ponto inicial Bauru e como ponto final Corumbá, canalizou diretamente para São Paulo as transações comerciais com a região sul do Estado do Mato Grosso, anteriormente realizadas por intermédio de Uberaba, uma vez que detinha a intermediação comercial com essa região desde o século XIX. A implantação da Estrada de Ferro Oeste de Minas<sup>97</sup> também representou fator de constrangimento comercial, sobretudo para Uberaba, uma vez que a região do Alto Paranaíba permaneceu sob influência da capital mineira, tendo como centros principais Araxá, que mantinha ligações ferroviárias com Uberaba, e Patrocínio, que estabeleceu ligações ferroviárias com Catalão, limitando o controle da intermediação exercida pelo Triângulo Mineiro. Essa extensão ferroviária também afetou Araguari.

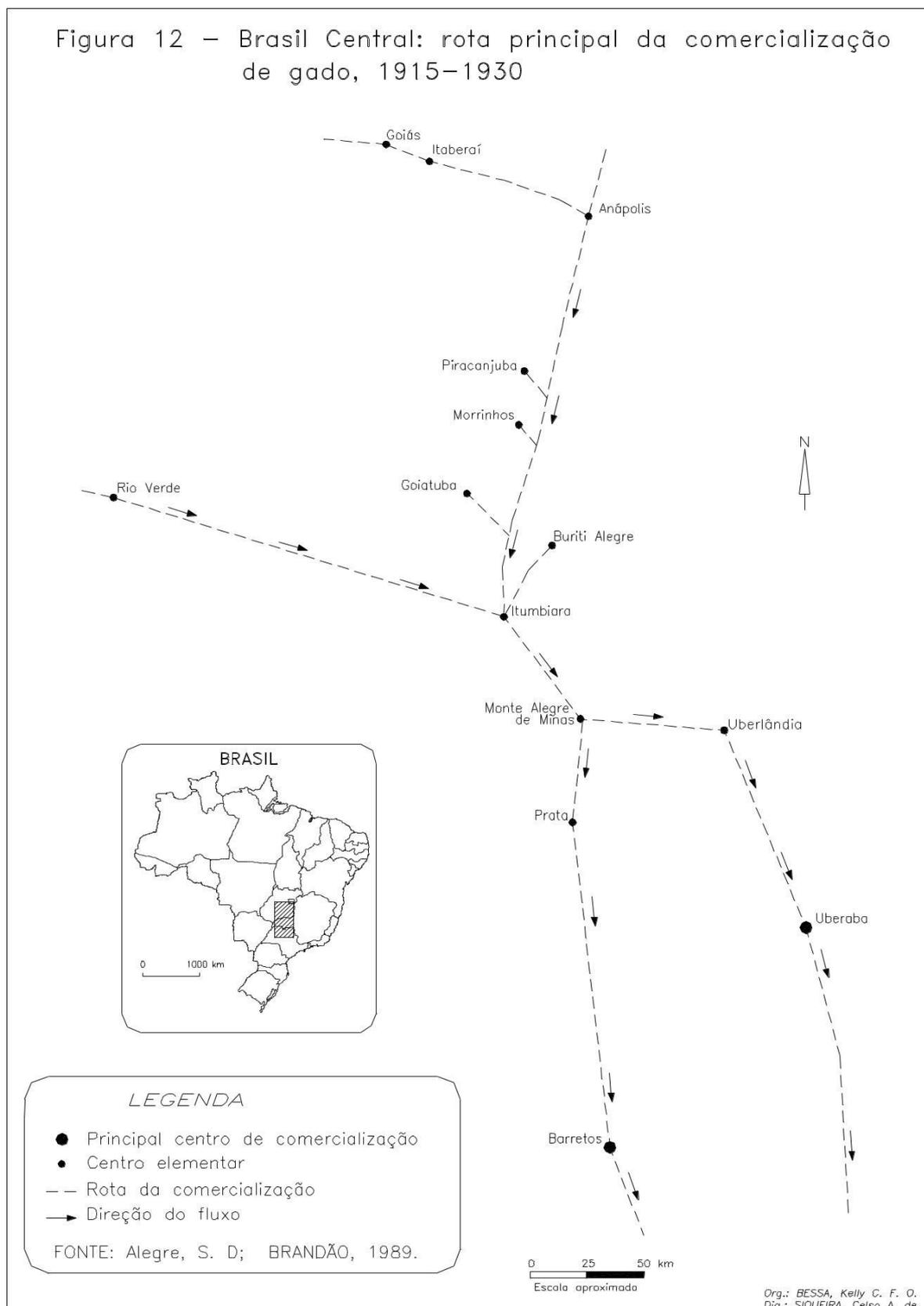
---

<sup>45</sup>Hoje Ferrovia Centro-Atlântica-FCA.

<sup>46</sup>Hoje Ferrovias Novoeste.

<sup>47</sup>Hoje Ferrovia Centro-Atlântica-FCA.

Figura 12 – Brasil Central: rota principal da comercialização de gado, 1915–1930



A expansão da rede ferroviária foi significativa até a década de 1940, posto que, nesse período, o país contava com 108.782 quilômetros de estradas de ferro em detrimento dos 16.782 quilômetros, em 1905. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais possuíam as maiores extensões de trilhos, 37,2% do total da rede nacional, em 1940 (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Cabe enfatizar que as ferrovias exerceram importante influência na organização espacial do Triângulo Mineiro, pois, além da Mogiana, destacaram-se também a Estrada de Ferro Goiás, a Paulista, a Noroeste e a Centro Oeste de Minas. Tal influência expressa, como sugere Guimarães (1990, p.46), a ...vulnerabilidade triangulina face às articulações políticas e econômicas externas, sobre as quais se pode ter apenas um controle limitado.

Como comenta Guimarães (1990, p.47), ...Uberaba foi a cidade mais prejudicada no que tange às definições dos caminhos econômicos do Centro-Oeste. Os investimentos infra-estruturais, orientados primordialmente pela expansão do capital paulista, rearticularam a divisão intrarregional do Centro-Oeste, desarticulando a estrutura econômico-mercantil de Uberaba, que viu sua área de atuação reduzida à esfera microrregional e, por esta razão, voltou-se para o desenvolvimento da atividade pastoril, por meio da criação e melhoramento de gado da raça zebuína<sup>98</sup>, especializando unilateralmente o caráter de suas acumulações.

De acordo com Brandão (1989, p.108), ...Uberaba, com a perda de sua hegemonia comercial sobre a região, torna-se centro produtor, selecionador e distribuidor de gado. A elite uberabense investiu de forma significativa na importação de gado da raça zebuína, cuja intermediação foi realizada diretamente com a Índia. Entre os anos de 1904 e 1921, foram importadas cerca de 1.500 cabeças de gado indiano. Fato que demonstra claramente a inversão das intencionalidades dessa elite, que, vendo suas bases comerciais solapadas, transferiu seus investimentos para a pecuária, e, dessa forma, a cidade passou a sobressair como centro produtor, selecionador e distribuidor de gado dos plantéis Gir, Guzerá, Nelore e Indubrasil e não mais como entreposto comercial (BRANDÃO, 1989).

De acordo com Guimarães (1990, p.47/58), ...Uberaba havia perdido sua função de polarizadora do comércio regional, mas seguiria sua caminhada como uma das principais áreas econômicas do Triângulo, tendo no gado Zebu o esteio de sua economia, e, dessa forma, manteve, por muitos anos subseqüentes, a polarização do Triângulo Mineiro. Nas palavras do autor, ...Uberaba, em função de questões históricas, foi ganhando vulto urbano e se mantendo como a primeira cidade da região. Em realidade, a manutenção de sua

---

<sup>47</sup>O Zebu é uma espécie bovina de origem indiana cuja característica principal é uma saliência muscular no dorso, denominada cupim. No Brasil, existem 10 raças: Nelore, Nelore Mocha, Gir, Gir Mocha, Guzerá, Sindi, Brahman, Tabapuã, Cangaia e Indubrasil.

importância regional denunciava resquícios de uma herança colonial, com a manutenção das funções tradicionais. Além disso, sua inserção foi garantida pelas atividades da pecuária, com sua influente elite, e pelo aumento populacional, com seus desdobramentos no comércio e na prestação de serviços, que expressavam uma concentração urbana, cuja funcionalidade atingia apenas o âmbito microrregional, sendo o próprio centro responsável pelo consumo dos serviços e comércio de que dispõe<sup>99</sup>. Estes constituíram os principais fatores que possibilitaram a manutenção da diferenciação de Uberaba face aos demais centros, pelo menos até meados da década de 1950.

A inversão dos investimentos da elite uberabense marcou uma mudança essencial, pois o capital, concentrado nas mãos dos fazendeiros, passou a ser investido e reinvestido primordialmente na pecuária, resultando numa especialização na divisão territorial do trabalho, com o incremento das acumulações de caráter agrário<sup>100</sup>. Em decorrência disso, os investimentos comerciais, industriais e infra-estruturais envolveram capitais de menor vulto, resultando numa acumulação mais discreta, que dificultava a ampliação desses segmentos<sup>101</sup>. Contudo o atrelamento dos grandes capitais locais às acumulações agrárias, especialmente na pecuária, não representou, num primeiro momento, um entrave à diversificação das atividades, sobretudo as industriais, mas, a longo prazo, passou a representar o principal entrave às formas ampliadas de acumulação, posto que se transformou, predominantemente, na base econômica de Uberaba, restringido a diversificação dos investimentos, principalmente, em atividades de caráter urbano, capazes de gerar formas ampliadas de acumulação, assim como restringindo a ampliação do consumo, por se tratar de uma estrutura concentradora de renda.

Ademais, essa elite pecuarista, atrelada ao peso de uma herança colonial, nos momentos de crise do final século XIX e início do século XX<sup>102</sup>, optou pela segurança dos seus investimentos, resistindo às modernizações impostas pelas transformações em curso no Brasil, marcadas pela construção do ideário nacional e pela inserção no mercado mundial capitalista. Por essas razões, os capitais comerciais, industriais e bancários agiram,

---

<sup>48</sup> Tal fato está presente na pesquisa de Leloup (1962), indicando que grande parte dos serviços ofertados pelos centros mineiros é, quase em sua maioria, utilizada pelos próprios centros.

<sup>49</sup> Diamond (2006, p.503) ressalta que grupos, no caso em questão elites, podem não ser capazes de prever um problema antes que ele surja de fato, quer dizer, ...fazem coisas desastrosas porque não conseguiram antever um problema antes que ele surgisse.

<sup>50</sup> O capital empregado nessas atividades era menor, porém foi responsável pela implantação de uma base industrial.

<sup>51</sup> Burke (1990) observa que os momentos de efetivo desenvolvimento econômico favorecem as elites empreendedoras; enquanto que os momentos de estagnação e crise favorecem as elites rentistas.

paulatinamente, com efeito convergente, visto que não se concentraram apenas em Uberaba, mas também em Araguari e Uberlândia.

Essa atitude da elite uberabense não a transformou propriamente numa elite rentista, como em Pareto (1984), pois os investimentos na pecuária eram significativos e altamente lucrativos, evidenciando uma atitude ativa para com suas fontes de riqueza. Entretanto suas ações foram de recuo e de preservação de uma estrutura socioeconômica, diferentemente das estratégias empreendedoras de sua elite pioneira, e, nem por isso, se aproximou de uma elite puramente rentista, cujas atitudes passivas representam ...poderoso elemento de estabilidade<sup>103</sup>, conforme Pareto (1984, p.110).

Todavia o contexto socioeconômico brasileiro mudava significativamente. As mudanças impostas pelo fim da escravatura, pelo regime político republicano, pela revolução de 1930, pelas intervenções estatais, pela entrada dos capitais estrangeiros, pelo incremento urbano-industrial, pela ampliação do mercado interno e do consumo, dentre outros eventos, determinaram uma reorganização das estruturas socioespaciais, implicando o crescimento daquelas cidades favorecidas diretamente por esses processos. Nesse universo de transformações, Uberaba mudou menos que a realidade ao seu redor, quer dizer, não é que Uberaba tenha permanecido cristalizada, estanque, porém suas mudanças foram muito discretas frente ao turbilhão de transformações do período. Sua elite não estava em decadência econômica, simplesmente optou pela estabilidade e manutenção de sua estrutura socioeconômica e política, sem a real consciência de todas as conseqüências desse ato, a longo prazo<sup>104</sup>. A elite uberabense investiu na terra, posto que essa fora uma tomada de decisão bem-sucedida até então, com a expansão das atividades pecuaristas e, inclusive, com a diversificação da agricultura, ampliando as formas agrárias de acumulação, num momento em que se tornava imprescindível formar novos canais de acumulação, quer dizer, num momento em que se construía os alicerces de uma sociedade urbano-industrial, sugerindo inversões nas modalidades de acumulação rural-urbana, privilegiando os investimentos de natureza urbana, que se tornaram o eixo principal das reproduções ampliadas de capital, regidos especialmente pela hegemonia do capital industrial. Diferentemente dos contextos históricos precedentes, a elite uberabense não se adaptou prontamente à nova divisão

---

<sup>49</sup> Como salienta Pareto (1984, p.110), ...uma sociedade onde prevalecem quase que exclusivamente os indivíduos... rentistas ...permanece imóvel, como que cristalizada.

<sup>50</sup> Dentre os fatores ou motivos que contribuem para o fracasso de elites está a incapacidade de prever um problema ante a tomada de decisão. Tais decisões podem ser desastrosas para a trajetória do grupo, como aponta Diamond (2006).

territorial do trabalho e, com isto, não promoveu uma efetiva transformação de suas funções tradicionais. Trata-se, portanto, de estruturas espaciais moldadas em diferentes contextos históricos.

Contudo a posição relativa de Uberaba não se alterou totalmente nesse momento. Tal alteração ocorreu de forma gradativa e diretamente vinculada à ascensão de Araguari e de Uberlândia, evidenciando que os centros associados aos processos de ocupação pioneira, onde se mantiveram funções tradicionais, tenderam a perder suas posições em favor daqueles centros diretamente envolvidos nas dinâmicas mais recentes da acumulação capitalista. Essas vinculações entre um processo e outro são fundamentais para o entendimento das igualizações e diferenciações entre os centros urbanos, isto é, estão na base da complexidade da rede urbana brasileira.

## 5.2 - A expansão comercial e industrial como vetor da convergência entre Uberaba e Uberlândia

As transformações verificadas no final do século XIX e sobretudo no início do século XX, introduziram maior complexidade ao segmento da rede urbana triangulina, fosse pela ampliação funcional de seus centros, fosse pela intensificação das interações espaciais, que passaram a ser definidas, primordialmente, pelas funções centrais de cada núcleo, fortalecendo, inclusive, o caráter hierárquico da rede, cujo padrão aproximava-se do esquema teórico christalleriano<sup>105</sup>, porém com particularidades próprias de sua gênese e dinâmica evolutiva.

O Triângulo Mineiro, já na primeira metade do século XX, ampliou seu papel de entreposto comercial e diversificou a produção agropecuária e industrial, consubstanciando a

---

<sup>50</sup> A obra de Christaller (1966) sobre a teoria das localidades centrais obteve importante reconhecimento. Tal teoria, para Corrêa (1988, p.61), representa ...um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos urbanos de povoamento. Diferenciação que se revela ...em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia, por sua vez, ...caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população. Na gênese desse processo de diferenciação e de hierarquização dos centros urbanos, atuam os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, cuja combinação define a área de influência ou área de mercado de uma determinada cidade. Em resumo, Christaller (1966) desenvolveu a tese de que os centros urbanos, em decorrência dos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo e das economias de aglomeração, passaram a apresentar uma diferenciação de caráter hierárquico. Cumpre salientar que tais mecanismos são, portanto, responsáveis pela diferenciação espacial e, mais ainda, contribuem com a manutenção ou permanência desse processo, inclusive com a criação de novas diferenciações do espaço.

estrutura que serviria de base à ampla reprodução do capital regional, que, assim, possibilitaria a passagem de um padrão espacial de rede para outro ainda mais complexo.

Nesse contexto, houve um acúmulo de funções em seus principais centros urbanos e, por conseguinte, uma reorganização da estrutura urbana, que passou a contar com três centros principais, Uberaba, Araguari e Uberlândia, que se diferenciavam dos demais, especialmente pelo papel que passaram a cumprir como lugares centrais, pois, além de receberem a produção agrícola e pecuária, abasteciam, com produtos industrializados, suas áreas circunvizinhas, e prestavam serviços educacionais, de saúde, financeiros, dentre outros. Ademais, começavam a apresentar algum tipo de função especializada, vinculada à sua hinterlândia: Uberaba, com a produção do Zebu; Araguari e Uberlândia, com funções exclusivamente distribuidoras; e outras cidades, a exemplo de Conquista e Sacramento, com a produção de cereais e outros alimentos, expressando uma divisão territorial interna do trabalho mais complexa. Esse acúmulo de funções urbanas estava diretamente associado à dinâmica paulista, num primeiro momento, ao complexo cafeeiro exportador, e, posteriormente, ao desenvolvimento urbano-industrial. Em síntese, a produção e a atividade mercantil da região estavam totalmente voltadas para as demandas do mercado interno, especialmente do paulista.

Uberaba, por estar vinculada à pecuária, com uma influente elite rural, e por ser essa atividade ainda responsável pela inserção do Triângulo Mineiro na divisão territorial do trabalho, permaneceu, nas primeiras décadas do século XX, como o principal pólo urbano da região. Nesse momento, a pecuária, como principal atividade regional, garantiu a inserção regional na divisão territorial do trabalho e colaborou para a manutenção de Uberaba como principal centro, apesar de uma polarização comercial já bastante limitada. Araguari e Uberlândia apresentavam importante expansão comercial, cuja acumulação propiciou, notadamente em Uberlândia, a diversificação da economia, porquanto gerou os estímulos necessários ao surgimento de outras atividades, a exemplo da indústria alimentar e de beneficiamento. Contudo a rede de centros urbanos encontrava-se bastante desarticulada, tendo em vista que a pecuária, principal atividade, não promovia o desenvolvimento urbano, fosse pela auto-suficiência das propriedades, pelas dificuldades de comunicação e pela ausência de complementaridade entre os núcleos urbanos existentes. Corrêa (1995a, p.148) comenta que ...anteriormente à modernização do campo... a rede urbana [dos cerrados] apresentava-se com pequeno grau de articulação interna, tendo sido estruturada em função

da baixa densidade demográfica e econômica, assim como do limitado dinamismo das áreas pastoris.

#### 5.2.1 - Delineando a convergência: as informações dos recenseamentos de 1920 e 1940

Os dados do Recenseamento de 1920 evidenciam que Uberaba era notadamente o principal centro urbano do Triângulo Mineiro, pois, apesar de não mais polarizar toda a região, destacava-se nitidamente pela distinção funcional frente aos demais centros, como retratado na Tabela 2. Seu município possuía 59.807 habitantes, dos quais 32,3% (19.338 habitantes) correspondiam à população da sede municipal. O município contava com 41 estabelecimentos industriais, muitos dos quais com localização urbana.

Dentre os principais estabelecimentos, sobressaíam os de processamento de produtos locais, a exemplo de engenhos de cana-de-açúcar, máquinas de beneficiar arroz, charqueadas, fábricas de tecidos, manteiga, queijo, macarrão, bebidas, cigarros, calçados, dentre outros, cujo valor total da produção era de 2:171\$300 contos de Réis, ao ano. Essa atividade empregava um pequeno contingente de mão-de-obra, 487 trabalhadores, que correspondiam a 0,8% da população do município, dado o caráter da própria atividade industrial, caracterizado pelo beneficiamento primário de produtos regionais.

Em 1920, existiam 400 estabelecimentos comerciais, que exportavam produtos agropecuários e importavam e distribuíam produtos industrializados, especialmente sal, arame farpado, querosene, óleo diesel, dentre outros. Tais estabelecimentos desempenhavam um papel misto de atacadista e varejista, posto que forneciam uma gama variada de produtos destinados ao consumo da população local e também ao abastecimento de pequenos estabelecimentos comerciais varejistas, em uma ampla escala regional. Destarte, esses armazéns assumiam lugar de destaque no cenário urbano, assim como aqueles denominados armazéns de secos e molhados, que supriam as necessidades básicas da população local. Os preços finais desses produtos industrializados, a serem pagos pelos consumidores, eram bastante elevados, resultando em lucros para os distribuidores. Tal processo esclarece as formas de apropriação de parte da renda regional.

Tabela 2 - Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais e comerciais de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1920

Municípios	População <small>total</small>	População <small>da sede</small>	Produção agropecuária			Estabelecimentos <small>industriais</small>	Valor da produção <small>industrial</small>	Pessoal empregado <small>na indústria</small>	Estabelecimentos <small>comerciais</small>
			Rebanho bovino	Agricultura					
				arroz	milho				
Araguari	27.729	8.700	59.997	44.849	38.591	14	885.000	152	160
Uberaba	59.807	19.338	255.884	77.261	115.493	41	2.171.300	487	400
Uberlândia	22.956	6.912	57.935	19.205	53.188	11	742.000	69	92

Fonte: Atlas Chorográfico Municipal, 1923. BRANDÃO, 1989. GUIMARÃES, 1990. Organização: BESSA, 2007.  
Arroz e milho - saca de 60kg.

No campo, predominava o rebanho bovino, valendo ressaltar que Uberaba detinha o maior e o melhor plantel de gado da região, com 255.884 cabeças. Uberaba era também responsável pelo escoamento do rebanho bovino, como ilustra a Figura 12, atuando como intermediária nesse circuito de comercialização de gado. O rebanho partia de Goiás e permanecia alguns meses no Triângulo Mineiro, sobretudo em Uberaba, para a engorda ou a recria. Cabe comentar que a cria, realizada em terras goianas, envolvia maiores dificuldades e custos, assim como perdas, enquanto a engorda, atividade realizada em terras triangulinas, era mais simplificada e lucrativa, gerando, obviamente, maior lucro. Os produtos agrícolas eram basicamente arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e algodão, responsáveis pelo desenvolvimento de uma agricultura mercantil, que visava abastecer, primordialmente, o mercado paulista. A produção agrícola, em virtude da incapacidade do produtor rural em expedir seus produtos, era escoada pelas estradas de rodagem até as indústrias de beneficiamento e, em seguida, revendida por distribuidores varejistas ou atacadistas, via ferrovia. Esse circuito comercial traduzia-se em relações entre produtor, beneficiador e distribuidor-varejista ou atacadista. Cabe enfatizar que o preço final do produto agropecuário, pago pelo consumidor, resultava dos sucessivos acréscimos impostos pelos intermediários, tornando-se, obviamente, bastante elevado, o que gerava lucros, tanto para a indústria responsável pelo beneficiamento, como para o distribuidor.

Em Uberaba, essa estrutura econômica era responsável por gerar 2:429\$515 contos de Réis de arrecadação, somando-se as receitas estaduais e federais, e produzia fluxos, cuja natureza refletia os circuitos regionais de comercialização da produção agropecuária e de distribuição dos produtos industriais, assim como a própria área de atuação desse centro urbano. A cidade contava ainda com várias infra-estruturas urbanas, dentre elas: energia elétrica<sup>106</sup> (Figura 13), telefonia, agências postais, abastecimento de água e serviços financeiros, como retratado na Tabela 3. A prestação de alguns serviços foi sendo instaurada e gradativamente melhorada como decorrência da própria necessidade das populações locais, da expressiva acumulação de capitais e em função da crescente força política, sobretudo em nível estadual, que determinava a instalação de equipamentos públicos, tais como escolas, hospitais

---

<sup>52</sup> Em 1905, foi criada, em Uberaba, a Empresa de Força e Luz, que fornecia energia elétrica para residências e para a iluminação pública. Em 1909, organizou-se, em Uberlândia, uma empresa de eletricidade do tipo sociedade anônima, que fornecia energia para a iluminação de residências e iluminação pública. De fato, nesse momento, a energia não se constituiu um entrave à acumulação no Triângulo, posto que, com o próprio capital mercantil local, foram criadas empresas de eletricidade nas principais cidades. Em 1920, segundo Brandão (1989), o conjunto dessas empresas fornecia cerca de 4.467 HP, utilizados inclusive nas primeiras máquinas industriais elétricas.

e serviços vinculados à administração pública. Desse modo, essas atividades, integradas na esfera regional, possibilitavam uma diferencialidade funcional.



Figura 13 - Uberaba: inauguração da luz elétrica, Praça Rui Barbosa, 1905.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Araguari, com 27.729 habitantes, dos quais 31,4% (8.700) eram população da sede municipal, contava com 14 estabelecimentos industriais, dentre os quais, máquinas de beneficiar arroz, fábricas de manteiga e charqueadas, que empregavam cerca de 0,5% da população municipal (152 trabalhadores) e cujo valor da produção era de 885\$000 mil Réis ao ano; com 160 estabelecimentos comerciais e com uma arrecadação de 428\$263 mil Réis (Tabela 2). Com essa estrutura funcional, Araguari destacava-se dos demais centros triangulinos, fosse pela relativa densidade populacional, fosse pela comercialização e distribuição de mercadorias na porção norte do Triângulo Mineiro e sudeste de Goiás.

Uberlândia, por sua vez, com 22.956 habitantes, dos quais 30,1% (6.912 habitantes) correspondiam à população da sede municipal, contava com 11 estabelecimentos industriais, que empregavam apenas 0,3% da população do município (69 trabalhadores), apresentando um valor total da produção de 742\$000 mil de Réis ao ano; com 92 estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas e com arrecadação de 204\$561 mil Réis (Tabela 2). A produção rural era relativamente discreta, com um plantel de 57.935 cabeças de gado e plantações de arroz, milho, dentre outros produtos de subsistência.

Tabela 3 - Triângulo Mineiro: infra-estrutura urbana de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1920

Municípios	Energia elétrica		Casas com abastecimento de água	Comunicação			Agências bancárias
	Focos de iluminação pública	Casas com iluminação		Aparelhos telefônicos	Agências telefônicas	Agências postais	
Araguari	450	870	--	540	1	2	1
Uberaba	440	1.830	487	473	1	6	2
Uberlândia	202	189	--	90	--	4	--

Fonte: Atlas Chorográfico Municipal, 1923. BRANDÃO, 1989. Organização: BESSA, 2007.

Na cidade, dava-se início à implantação de uma série de infra-estruturas urbanas, energia elétrica, redes de telefonia<sup>107</sup> e abastecimento de água, assim como se buscava incrementar o seu papel de entreposto comercial, graças às condições de transporte criadas e a uma importante frota de veículos automotivos (Tabela 3). A especialização das funções comerciais convergiria para elevar a hierarquia de Uberlândia, por meio de uma diferenciação garantida pela ampliação de sua área de influência. Cabe comentar que o crescimento da população e, conseqüentemente, do consumo ampliou e diversificou as atividades urbanas não-básicas nesses centros<sup>108</sup>, que, juntos, continham 28,9% (110.023 habitantes) da população total da região (380.187 habitantes), em 1920. Tais cidades, no entanto, cumpriam eficazmente papéis de entrepostos comerciais, sendo beneficiadas pelas rendas geradas no amplo circuito regional de comercialização da produção agropecuária e de distribuição de produtos industrializados, no qual estavam inseridas como pontos nodais. A atividade comercial, intrinsecamente associada ao espaço urbano, requeria uma variedade de outros serviços complementares, que gradativamente foram sendo instalados, gerando maior complexidade funcional, sobretudo em Uberaba e Uberlândia.

A base econômica da região, a partir desse momento, encontrava-se apoiada em dois pilares: de um lado, o capital da pecuária, destacadamente superior, que assegurava a importância de Uberaba, e, de outro, o capital mercantil, que garantia a ascensão de Araguari e Uberlândia. Guimarães (1990, p.133) ressalta que as articulações do Triângulo Mineiro com a economia nacional eram realizadas por meio dessas atividades, pois, segundo o autor, ...duas eram as formas históricas de inserção do Triângulo na divisão inter-regional do trabalho: a agropecuária e o comércio. Importa mencionar que os capitais associados a essas atividades eram predominantemente regionais, inclusive aqueles investidos nas infra-estruturas urbanas, particularmente transporte, telefonia e produção e distribuição de energia elétrica.

Uberaba, nesse contexto, começava a perder a hegemonia comercial também na região do Triângulo Mineiro, apesar dos investimentos industriais, cujo capital era proveniente da produção e da comercialização do gado da raça zebuína, restringindo sua influência ao âmbito

---

<sup>53</sup> Existiam algumas empresas de comunicação, como a Companhia Teixeira, criada em 1919, que instalou 54 aparelhos telefônicos em Uberlândia e estendeu suas linhas, acompanhando a estrada de rodagem, até Prata, Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Itumbiara e Buriti Alegre, totalizando 1.346 aparelhos telefônicos, em 1920. A região contava ainda com cerca de 30 agências telegráficas localizadas nas principais cidades.

<sup>55</sup> Dentre as muitas tipologias funcionais de centros urbanos, há aquela que distingue as atividades básicas das atividades não básicas, como exemplifica o estudo de Magnanini (1971) sobre os centros catarinenses.

microrregional. Uberlândia, a partir desse período, consolidava-se como importante entreposto comercial, fosse pela comercialização de produtos primários com São Paulo, fosse pela comercialização de produtos industrializados com Goiás, Mato Grosso e Triângulo, realizadas por distribuidores varejistas e atacadistas, cujo capital investido já era relativamente importante. Araguari, por sua vez, especializou-se como entreposto de cereais, especialmente arroz e feijão, contando com várias máquinas de beneficiamento. Esse último centro perderia, a partir da década de 1930, sua função de entreposto com o sudeste goiano em favor da expansão de Uberlândia, Anápolis e Goiânia. De acordo com Corrêa (2004, p.320), a cidade ponta de trilho ...tornava-se temporariamente um foco de armazenagem e trocas comerciais, envolvendo meios distintos de transporte, a ferrovia, de um lado, e a rodovia e caminhos, de outro. O prosseguimento da ferrovia levou, via de regra, à diminuição da atividade comercial... de tais cidades ...que, em muitos casos, decaíram, a exemplo de Araguari.

No Brasil, a partir da década de 1930, configurou-se um quadro de mudanças que começou a forjar uma nova divisão territorial do trabalho. Tais modificações associam-se, do ponto de vista político, às transformações operadas pela Revolução de 1932, e, do ponto de vista econômico, às mudanças provocadas pelo desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo, que, segundo Santos e Silveira (2001, p.42), ...tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação, ultrapassando a etapa da mera fabricação de bens de consumo imediato, alcançando aquela da produção de bens de consumo duráveis e bens de produção, no processo de substituição de importações. O Triângulo Mineiro, nesse contexto, mantinha sua estreita ligação com São Paulo, permanecendo, todavia, marginalizado do processo de industrialização que ocorria na metrópole. Conforme Santos (1967), as condições presentes em São Paulo, nesse momento, não se reproduziram em outras regiões.

A partir de 1940, instalava-se no país um processo de industrialização mais efetivo e abrangente. De acordo com Santos e Silveira (2001, p.43), nesse período, ...a indústria brasileira ganha um novo ímpeto e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país. Em realidade, uma nova divisão territorial do trabalho começava a impor-se à preexistente. A respeito disto, Santos (1996, p.105) afirma ...que o movimento da sociedade e a transformação dos conteúdos e funções dos lugares podem ser entendidos pelas sucessivas divisões territoriais do trabalho. As especializações produtivas dos lugares foram o elemento

desencadeador do processo de mudança, visto que transformaram as relações pretéritas e criaram novas e mais complexas interações.

No Triângulo Mineiro, deu-se início a um movimento de passagem de uma base agropecuária e comercial para uma industrial. É certo que a atividade comercial, por meio da ampliação dos seus circuitos de comercialização, incentivou a produção agrícola e a pecuária, criando, dessa maneira, as condições necessárias para o surgimento de um setor industrial, cujo processamento tinha como insumo produtos de origem agropecuária, que não concorriam com a produção paulista, como sugere Brandão (1989). Nesse sentido, a produção industrial estaria, de um lado, destinada a ampliar os excedentes comercializáveis da própria agricultura e, por outro lado, a agregar renda ao comércio, fosse pela apropriação do excedente do campo, fosse pela venda de produtos industriais ao campo, ou seja, pela ampliação do consumo produtivo deste. De fato, os valores excedentes apropriados eram reinvestidos, fosse na manutenção das mesmas atividades ali localizadas, fosse na criação de novas atividades, de forma a gerar novos e ampliados valores excedentes. Desse modo, ocorria um entrelaçamento de capitais, que eram transferidos de um segmento a outro - da agropecuária, do comércio, da indústria, do segmento bancário, da infra-estrutura, significando ampliação das acumulações.

Os dados do Recenseamento de 1940 mostram que, no Triângulo Mineiro, permanecia a supremacia de Uberaba, Uberlândia e Araguari, que, juntas, continham 29,8% da população regional (458.355 habitantes) e 54,4% da população urbana total (91.610 habitantes). Assim, sob a lógica de densificar a incorporação de novas funções nos centros mais aptos, cristalizava-se a estrutura territorial existente. Contudo os dados confirmam as tendências anteriores, ratificando a retração de Araguari e a ascensão definitiva de Uberlândia, sugerindo o início de uma dualidade entre Uberaba e Uberlândia, ou seja, a luta pela hegemonia regional, a partir de então, passava a ser entre esses dois centros, que se destacavam nitidamente dos demais.

Como retratado na Tabela 4, entre as décadas de 1920 e 1940, Uberaba registrou perda relativa de sua população total (-0,6%), certamente em decorrência dos desmembramentos de distritos<sup>109</sup>, e acréscimo discreto de sua população urbana (16,6%). O número de indústrias cresceu 253,7%, atingindo 145 estabelecimentos industriais, dentre os quais se destacavam as manufaturas, os engenhos, as fábricas de manteiga, bebidas, calçados, sabão e sabonetes, tecidos, as máquinas de beneficiamento de arroz e as charqueadas, que produziam charque,

---

<sup>57</sup> A saber: Campina Verde, Campo Florido, Conceição das Alagoas e Veríssimo, desmembrados do município de Uberaba em 1938.

couros, sebo, miúdos e banha. Tais atividades empregavam, nesse momento, 2,4% da população do município (1.425 trabalhadores). O número de estabelecimentos comerciais cresceu 53,5%, alcançando 614 estabelecimentos, sendo 190 no atacado e 424 no varejo, evidenciando que o circuito da comercialização e distribuição fazia-se por meio de uma gama de intermediários.

Araguari, como retratam os dados da Tabela 4, apresentou incremento demográfico total de 27,0% e, no que concerne à população urbana, de 35,6%. O número de indústrias triplicou, atingindo 56 estabelecimentos, que empregavam apenas 1,4% da população municipal (478 trabalhadores), enquanto o número de estabelecimentos comerciais decresceu cerca de -3,1%, o que indica a retração do papel araguarino, sobretudo em razão do prolongamento da ferrovia até Anápolis (1935) e da ligação ferroviária com a Estrada de Ferro Oeste de Minas (1920), que beneficiava Monte Carmelo, Patrocínio, Ibiá e Araxá.

Uberlândia, por sua vez, registrou crescimento populacional total de 83,7%, e, paralelamente, a população urbana crescia de maneira mais rápida, 123,9%, como expresso na Tabela 4. O número de indústrias atingiu 445,5%, totalizando 60 estabelecimentos, cuja base era a transformação de produtos agropecuários, indicando que a atividade agrária integrava-se aos interesses urbanos, por meio de relações estabelecidas entre os produtores e os beneficiadores. Nesse momento, a atividade industrial, que empregava 626 trabalhadores, correspondendo a 1,5% da população municipal, colocava ...Uberlândia entre os cinco mais importantes parques industriais de Minas Gerais, como salienta Soares (1988, p.41). O número de estabelecimentos comerciais cresceu 231,5%, sendo elevado para 305 estabelecimentos, 55 no atacado e 250 no varejo, evidenciando que a ...força do comércio atacadista se intensificava, como explica Brandão (1989, p.114), em particular num momento em que tal atividade constituía-se em uma função urbana fundamental. Informações da Revista Uberlândia Ilustrada (1939) exemplificam que eram transportadas, por uma frota de 8.835 caminhões, 22.065 toneladas de cargas, sendo 13.185 (59,8%) toneladas importadas e 8.880 (40,2%) toneladas exportadas. Dentre os principais produtos importados, estavam o sal, os medicamentos, o querosene, o arame e ferramentas diversas, notadamente as de uso na agricultura. Dentre os principais produtos exportados, estavam os cereais, principalmente arroz, milho e feijão, e produtos pecuários, sobretudo o charque e a banha. A Figura 14 mostra a maneira como esses fluxos perpassavam o território.

Tabela 4 - Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais e comerciais de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1940

Municípios	População <small>total</small>	População <small>urbana</small>	Rebanho bovino	Produção agropecuária			Indústria		Comércio	
				Agricultura			Estabelecimento s industriais	Pessoal empregado	Estabelecimentos atacadistas	Estabelecimentos varejistas
				Arroz	milho	feijão				
Araguari	35.218	11.797	83.389	5.093	4.478	573	56	478	20	135
Uberaba	58.984	22.541	119.311	11.924	11.045	1.040	145	1.425	190	424
Uberlândia	42.179	15.477	66.871	4.669	6.340	947	60	626	55	250

Fonte: IBGE, 1950. GUIMARÃES, 1990. Organização: BESSA, 2007.  
Arroz, milho e feijão - saca de 60kg.

Figura 14 – Brasil Central: intermediação desempenhada por Uberlândia nos circuitos de comercialização de produtos agropecuários e de distribuição de produtos industriais, 1950



Os atacadistas, comandados por Rezende e Cia, Custódio Pereira, Teixeira Costa e outros, eram abastecidos diretamente em São Paulo, que, por sua vez, era o principal mercado consumidor dos produtos agropecuários e dos produtos da indústria alimentícia<sup>110</sup>. O transporte desses produtos era realizado, no trecho Uberlândia-São Paulo, pela ferrovia e, nos demais trechos, pelas estradas de rodagem, por meio de uma importante frota de caminhões. Os produtos manufaturados, comercializados por esses atacadistas, atingiam uma área bastante ampla, que adentrava o Estado de Goiás e Mato Grosso, além do Triângulo Mineiro. Cabe registrar que essa distribuição atingia não apenas as localidades urbanas, mas também o mundo rural. O motorista de caminhão autônomo tornou-se figura notória, sendo responsável pela efetiva penetração do comércio uberlandense em territórios goiano e matogrossense. Nesses territórios, tais motoristas, em seus próprios veículos e pelo ganho do frete, recolhiam os pedidos de comerciantes varejistas em muitas cidades. Essas encomendas eram compradas nos atacadistas de Uberlândia, de onde esses motoristas, conhecidos como chauffeurs, retornavam fazendo as entregas, recebendo os pagamentos e recolhendo novos pedidos. Na viagem de volta a Uberlândia, os motoristas compravam produtos primários para as indústrias de beneficiamento. Fica evidente que tais profissionais participavam de dois circuitos espaciais: na distribuição de produtos industrializados, pois estabeleciam relações com os pequenos varejistas e com os atacadistas uberlandenses, e na comercialização dos produtos rurais, uma vez que estabeleciam interações com os produtores e com as indústrias de beneficiamento, também sediadas em Uberlândia. Tais circuitos regionais de comercialização baseavam-se em relações de confiança mútuas, nas quais os maiores beneficiados foram os atacadistas uberlandenses, que, sem frotas próprias até a década de 1960, conquistaram extensos mercados no centro-oeste, intensificando os intercâmbios e as interações entre as regiões. Tais interações eram estabelecidas em espaços contíguos, numa clara horizontalidade e com a preponderância dos fluxos materiais.

Além do mais, esses circuitos de comercialização ratificam, exemplarmente, a estrutura de apropriação e retenção da renda regional presente em Uberlândia, numa lógica possibilitada pela dominância do capital comercial e pela influência regional, cuja potencialidade seria de maneira crescente ampliada e diversificada, mormente a partir da década de 1960, gerando relevante acumulação de capital. Portanto, a acumulação em Uberlândia fazia-se por meio da criação, circulação e apropriação de excedentes locais e

---

<sup>58</sup> Santos (1967) relata que, por intermédio das estradas, cidades localizadas no interior realizavam seu comércio diretamente com São Paulo ou Rio de Janeiro.

regionais, pois havia um aproveitamento absoluto nas relações comerciais, tendo em vista que, ao levar produtos industrializados para as regiões goianas e matogrossenses, os caminhões retornavam com a produção agropecuária, que seria beneficiada e comercializada em Uberlândia. A acumulação de capital passou a ocorrer em contextos geográficos cada vez mais amplos e os comerciantes em Uberlândia passaram a obter benefícios incriveis e, por conseguinte, aumento de sua riqueza e poder.

Em decorrência da acumulação propiciada pelo capital mercantil, ocorreu uma diversificação produtiva no Triângulo Mineiro, com investimentos nos setores agropecuário e industrial, que, em uma situação de causa e efeito, fomentaram ainda mais as atividades comerciais, notadamente a atacadista, ampliando os circuitos de distribuição, que em muito ultrapassavam os limites regionais. Tal processo demonstra a endogeneização da apropriação da renda, que permitiu a articulação de capitais numa estrutura produtiva altamente mercantilizada, cuja base estaria, a partir de então, sustentada pelo tripé: agropecuária, indústria de transformação e comércio atacadista.

A indústria produzia bens classificados em nove gêneros, centrando-se, sobretudo, na indústria alimentícia, responsável por 51,6% do valor total da produção industrial, como evidenciado na Tabela 5, com destaque para o beneficiamento de arroz e para as charqueadas, cuja maior parte da produção destinava-se à comercialização com São Paulo. De acordo com levantamento de dados realizado pelo Departamento Estadual de Estatística (1940), comentado por Freitas e Sampaio (1985), a produção das charqueadas do Triângulo representava 35,6% da produção mineira, e Uberlândia aparecia como o segundo produtor, detendo 17,5% da produção estadual (2.652.967 quilos), com destaque para a Charqueada Omega. Segundo informações do Departamento Estadual de Estatística (1941), também comentado por Freitas e Sampaio (1985), a indústria de couros e derivados detinha 14,1% da produção de Minas Gerais, sendo Uberlândia o maior produtor regional, detendo 42,6% da produção, seguido por Uberaba (22,7%) e Araguari (16,6%). As demais atividades industriais eram de apoio aos núcleos urbanos e seus entornos. Cabe comentar que o beneficiamento dos produtos agropecuários, juntamente com as outras atividades industriais, ampliou significativamente a funcionalidade urbana desses centros.

A intensificação das atividades, principalmente a comercial e a industrial, promoveu a expansão de uma rede bancária no Triângulo Mineiro, como indicam Freitas e Sampaio (1985). Em 1908, a primeira agência bancária da região - Banco de Crédito Real de Minas Gerais, instalou-se em Uberaba. Em 1935, foi criado, pelo capital local uberabense, o Banco

do Triângulo. Por sua vez, o Banco de Uberlândia foi fundado em 1944, por intermédio do capital local, indicando que as elites de uma e de outra cidade transferiram capitais para o segmento bancário. Várias outras instituições financeiras foram fundadas nesse período, a saber: em Frutal, a Casa Bancária Raul de Paula e Silva (1929) e a Casa Bancária Antônio Longo e Irmão (1937); em Araxá, a Casa Bancária Omar Dumont (1938); em Araguari, a Casa Bancária Irmãos Lemos (1940). A criação dessas casas bancárias refletia a importância dos capitais locais. Entretanto a presença delas não impediu a instalação de agências de outras matrizes bancárias, a exemplo das agências do Banco do Brasil (Figura 15).

Tabela 5 - Triângulo Mineiro: valor da produção industrial, 1940

Tipo de indústria	Valor da produção (CR\$)	% sobre valor total
Indústria da alimentação	44.520.889	51,6
Indústria da fiação, tecelagem e artefatos de tecidos	2.038.479	2,4
Indústrias de artigos para fumantes	755.800	0,9
Indústria de produtos químicos e farmacêuticos	1.070.670	1,2
Indústria de couros e artefatos de couro	12.177.169	14,1
Indústria da madeira	5.491.489	6,4
Indústria da olaria, cerâmica e marmoraria	6.046.610	7,0
Indústria metalúrgica	2.761.729	3,2
Indústrias diversas	11.368.268	13,2
<b>Total</b>	<b>86.231.103</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatísticas, jan./fev. 1944. FREITAS e SAMPAIO, 1985. Organização: BESSA, 2007.



Figura 15 - Uberlândia: sede do Banco do Brasil até o final da década de 1950.

Fonte: Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 2006.

Os bancos, nesse momento, estavam estruturados em redes locais e regionais, resultando numa pulverização bancária por todo o território nacional, como aponta Corrêa

(2001)<sup>111</sup>. No Triângulo Mineiro, segundo informações do Departamento Estadual de Estatística (1947) e explicações de Freitas e Sampaio (1985), havia, em 1946, 47 agências bancárias, 63 correspondentes bancários, 13 escritórios bancários e seis matrizes de bancos, cujas ações eram, predominantemente, regionais. Como retratado no Quadro 2, Uberaba tinha 11 agências bancárias, que correspondiam a 23,4% do conjunto total de agências da região, e uma matriz de banco, que possuía duas agências: uma em Ituiutaba e outra em Prata. Uberlândia tinha apenas quatro agências (8,5% do conjunto total), um correspondente bancário e uma matriz de banco. Araguari, por sua vez, possuía cinco agências bancárias (10,6% do conjunto total) e uma matriz de banco. A atividade financeira, especificamente pela presença das agências bancárias, tornou-se importante função urbana, que, a partir de 1950, já se fazia presente na maioria das cidades triangulinas, a exemplo de Araxá, Ituiutaba, Frutal, Monte Carmelo, Patrocínio, Prata e Tupaciguara.

Quadro 2 - Triângulo Mineiro: instituições financeiras das principais cidades, 1946

Instituições financeiras	Araguari	Uberaba	Uberlândia
Banco do Brasil S/A	--	Agência	Agência
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A	Agência	Agência	Correspondente
Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais S/A	--	Agência	--
Banco de Crédito Múltiplo S/A	--	Agência	--
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A	Agência	Agência	Agência
Banco Hipotecário Agrícola do Estado de Minas Gerais	Agência	Agência	Agência
Banco Industrial Brasileiro S/A	Agência	Agência	--
Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A	--	Agência	--
Banco Mineiro da Produção	Agência	Agência	Agência
Banco de Minas Gerais S/A	--	Agência	--
Banco Nacional da Produção S/A	--	Agência	--
Banco do Triângulo Mineiro S/A	--	Matriz	--
Banco de Uberlândia S/A	--	--	Matriz
Casa Bancária Irmãos Lemos	Matriz	--	--
Total: agências	5	11	4
Correspondentes	--	--	1
Matrizes	1	1	1

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n.35, jan./mar. 1947. FREITAS e SAMPAIO, 1985.  
Organização: BESSA, 2007.

Essas informações sugerem, tanto no que diz respeito ao setor comercial quanto ao industrial, o início de uma efetiva competição entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia, apropriando-se dos pedágios cobrados nas estradas de rodagem e dos excedentes gerados no comércio e no beneficiamento de produtos agropecuários, engendrou um potencial acumulativo expressivo em detrimento de Uberaba. Esses fatores foram decisivos no rearranjo

<sup>111</sup> De acordo com Corrêa (2001, p.425), os dados de 1941 ...denotam uma enorme pulverização bancária: 512 bancos e apenas 1134 unidades funcionais, apresentando, em média, 2,2 unidades por banco.

da organização espacial e na redefinição dos centros urbanos no Triângulo Mineiro, o que implicou a reversão da estrutura preexistente, pois as tendências de involução de Araguari e Uberaba e de ascensão de Uberlândia confirmaram-se na década de 1950, apesar das deficiências infra-estruturais que se impuseram devido à precariedade das estradas de rodagem, às deficiências da Mogiana e à escassez de energia<sup>112</sup>.

### 5.2.2 - A expansão de Uberlândia e os entraves infra-estruturais da década de 1950

Em função das informações apresentadas, tem-se clara a impressão de uma reestruturação espacial ligada à herança histórica, ou seja, de continuidade de um processo já estabelecido de inserção regional, na divisão territorial do trabalho, com um papel de intermediação entre o litoral e o centro-oeste, garantido por uma rota econômica rodoferroviária e fundamentado em estratégias locais bem sucedidas. Contudo os eventos não podem ser relacionados de forma linear, posto que os entraves infra-estruturais percebidos ainda na década de 1940 e a incapacidade, tanto de Uberaba quanto de Araguari, no sentido de assegurar suas já adquiridas posições regionais, evidenciam a não-linearidade dos eventos, assim como a interferência das ações externas, cuja ingerência fez-se, especialmente, no âmbito nacional, sobretudo pelas intervenções do governo federal<sup>113</sup>.

Mediante a análise dos dados da Tabela 6, nota-se que a composição dos segmentos econômicos presentes na região, até a década de 1940, pouco foi alterada até a primeira metade da década de 1950. Na verdade, a base econômica continuou centrada na agropecuária, no beneficiamento industrial de produtos primários locais e na intermediação comercial, e, por essa razão, o capital sediado no Triângulo Mineiro perdeu parte de seu dinamismo entre os anos de 1940 e 1955, evidenciando de forma clara sinais de esgotamento, caracterizado principalmente pela ...involução das expectativas em Araguari e Uberaba, como salienta Guimarães (1990, p.79). Em paralelo à discreta diversificação econômica, observa-se também a emergência de Goiânia e Anápolis, que passaram a controlar parte dos excedentes goianos, antes apropriados no Triângulo, assim como as deficiências infra-

---

<sup>112</sup>Em 1945, o governo federal passou a administrar as estradas de rodagem da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal. Por sua vez, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi encampada pelo governo paulista em 1952. No que se refere à energia elétrica, apesar de 22 municípios da região possuírem usinas geradoras de eletricidade, esta se tornava insuficiente para atender às demandas da industrialização, principalmente em Uberaba e Uberlândia.

<sup>113</sup>A partir desse momento, ficou claro que, apesar das aspirações das elites regionais, a ingerência das esferas estaduais e federais era determinante.

estruturais dos transportes e da energia, marcadas pelas estradas de chão, pelos limites da Mogiana e pelos serviços precários de eletricidade, ofertados pelas pequenas usinas particulares<sup>114</sup>.

Apesar da pouca diversificação dos segmentos econômicos, as informações da Tabela 6 evidenciam a ascensão industrial e comercial de Uberlândia, marcada por um processo de intensificação das atividades, que implicou a possibilidade de maior concentração de renda. Em 1955, Uberlândia possuía 277 estabelecimentos industriais, com destaque para as charqueadas, os curtumes, o beneficiamento de arroz, cana-de-açúcar e algodão, e as fábricas de banha, massas alimentícias, calçados, bebidas, móveis, dentre outros produtos. Tal atividade apresentava um contingente relativamente importante de mão-de-obra empregada, 1.955 trabalhadores, que correspondia a 3,6% da população do município.

Em Uberaba, havia 118 estabelecimentos industriais, dentre os quais se destacavam as fábricas de cimento, tecidos de algodão, calçados e os engenhos e usinas de cana-de-açúcar e arroz. Cabe enfatizar que Uberaba sofreu, entre os anos de 1940 e 1955, redução de -18,6% no número de estabelecimentos industriais e, da mesma forma, no contingente de mão-de-obra empregada na indústria. Araguari, por sua vez, possuía 119 estabelecimentos industriais, que empregavam 1,5% da população municipal (638 trabalhadores), com destaque para o beneficiamento da produção agrícola e para as fábricas de manufaturas. A indústria no Triângulo Mineiro não competia diretamente com a indústria paulista, permanecendo ligada aos ramos da transformação e beneficiamento de produtos agropecuários locais, como, por exemplo, as carnes e os cereais. Nos demais ramos industriais, incluía-se secundariamente, como no caso do couro, do vestuário e dos calçados. Tais produtos eram, sobretudo, destinados ao mercado local e regional. Nesse aspecto, a proximidade com São Paulo representou o principal entrave à expansão da industrialização.

---

<sup>114</sup>De um lado, os precários serviços energéticos limitavam a industrialização e, de outro lado, a precariedade e a deterioração das vias de transporte dificultavam a distribuição de bens, assim como o recolhimento dos produtos primários, afetando o papel distribuidor dos principais núcleos urbanos.

Tabela 6 - Triângulo Mineiro: população, principais produtos agropecuários e número dos estabelecimentos industriais, comerciais e bancários de Araguari, Uberaba e Uberlândia, 1955

Municípios	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Rebanho bovino	Produção agropecuária				Indústria		Comércio		Agências bancárias
					Arroz	laranja	milho	feijão	Estabelecimentos industriais	Pessoal empregado	Estabelecimentos atacadistas	Estabelecimentos varejistas	
Araguari	43.305	25.661	17.644	130.400	24.696	--	19.500	12.000	119	638	25	345	5
Uberaba	69.434	42.755	26.679	165.000	297.100	542.500	121.000	16.750	118	1.309	125	947	9
Uberlândia	54.984	35.799	19.185	74.000	144.200	85.260	120.800	36.450	277	1.955	121	691	13

Fonte: IBGE, 1959. Organização: BESSA, 2007.

Arroz, milho e feijão - saca de 60kg. Laranja - cento.

Havia um nítido entrelaçamento entre os capitais agrários e urbanos, com clara integração entre a produção do campo e da indústria, cuja comercialização promovia a efetiva integração com o mercado interno, em especial, com São Paulo, pois cabia à região fornecer produtos agropecuários. A pecuária, que era a principal expressão da importância regional, predominava em todo o Triângulo Mineiro e, apesar das crises das décadas de 1920 e 1940, tendia ao crescimento e ao melhoramento do rebanho bovino, como mostra a Tabela 6. Uberaba foi diretamente afetada pelas crises da pecuária, tendo seu plantel bastante reduzido. Convém enfatizar também a criação de suínos e de aves. O arroz era o principal cereal produzido na região, tendo, inclusive, sua produtividade elevada quando da chegada das primeiras famílias de japoneses, que introduziram o sistema mecânico em detrimento dos métodos rotineiros de baixa produtividade. Em escala comercial, o arroz juntamente com o milho e o feijão eram os principais produtos agrícolas, seguidos pela cana-de-açúcar, mandioca, algodão e café, como retratado na Tabela 6.

De fato, ocorreu um crescimento respeitável de quase todos os segmentos rurais, cujos produtos eram responsáveis pelo desenvolvimento de uma agricultura mercantil, que, pela dependência do transporte, estava concentrada próxima às rotas ferroviária e rodoviária. Esses produtos recebiam beneficiamentos prioritariamente em Araguari, Uberaba e Uberlândia, indicando a existência de fluxos internamente à região. Em realidade, as indústrias ligadas ao consumo alimentar tendem a desenvolver-se, sobretudo, em lugares onde é implantado um sistema ferroviário e de estradas de rodagem que possibilitem a circulação. No Triângulo Mineiro, diferente de outras regiões interiores do país, os transportes não constituíram empecilho à circulação da produção agrícola e nem mesmo a estrutura agrária desigual, com nítido privilegiamento dos latifúndios pecuaristas em detrimento da propriedade agrícola, constituiu obstáculo ao desenvolvimento industrial.

O comércio, de modo geral, registrou crescimento, como se pode notar na Tabela 6. Contudo esse período foi marcado pela ampliação do comércio varejista, posto que tais centros passaram a contar com uma estrutura urbana mais complexa, que permitia a ampliação das atividades não-básicas. Uberlândia registrou 812 estabelecimentos comerciais, sendo 121 no atacado e 691 no varejo. Uberaba apresentou queda importante no número de estabelecimentos atacadistas, passando a contar com 125 estabelecimentos no atacado e com 947 no varejo, totalizando 1.072 estabelecimentos comerciais, enquanto Araguari contava com 370 estabelecimentos comerciais, dos quais 25 no atacado e 345 no varejo. Essa redução do setor atacadista de Uberaba indica a retração de sua atuação regional, assim como a forte

competição imposta por Uberlândia, como também por Goiânia e Anápolis, ao norte, e por Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, ao sul.

A retração no número de agências bancárias também reflete a involução uberabense e ressalta uma relativa crise de sua funcionalidade urbana, do ponto de vista regional. Em 1955, Uberaba registrou a presença de nove agências bancárias, o que indica decréscimo de -25% em relação a 1946. Uberlândia, por sua vez, mais que dobrou seu número de agências bancárias, passando a contar com 13, muitas de alcance estadual e nacional, evidenciando importante transferência de capital para esse segmento. Araguari, numa situação de estagnação, manteve as cinco agências bancárias já presentes em 1946.

Entre 1940 e 1950, ocorreu significativo acréscimo de população urbana, sendo Uberlândia o centro que mais ganhou com esse crescimento. Tal fato explica a expansão do comércio varejista e também da prestação de serviços, como educação, saúde, transporte de passageiros, que visavam atender às necessidades imediatas da população. Nesse comércio, eram característicos os armazéns de secos e molhados, que comercializavam, além dos produtos alimentícios, instrumentos e equipamentos agrícolas. Estavam presentes também as lojas de artigos de armarinho, calçados e vestuário. O tamanho populacional refletia-se nos níveis de complexidade de suas atividades, sendo, portanto, elemento de diferenciação.

O desenvolvimento das atividades urbanas foi ganhando destaque e, por conseguinte, criando as condições necessárias à reprodução de um capital local e regional, por meio da geração de uma relevante centralidade. A distribuição de bens e serviços, o beneficiamento de produtos agropecuários e a atividade bancária tornaram-se importantes funções urbanas, responsáveis pelo caráter dinâmico desse segmento da rede, por onde circulavam fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Os fluxos do transporte exemplificam esse dinamismo, sendo que a própria atividade do transporte tornou-se também função urbana, assegurando interações intra-regionais e inter-regionais, como retratado no Quadro 3, que considera apenas os itinerários rodoviários, ferroviários e aéreos regulares. Vale ressaltar que, a partir da década de 1930, esses centros passaram a contar com serviços regulares de transporte aéreo, operados pela recém criada companhia aérea Vasp<sup>115</sup> (Figura 16).

---

<sup>115</sup>O aeroporto de Uberaba foi inaugurado em 1934 e o de Uberlândia em 1935, sendo ambos administrados por suas respectivas prefeituras. Ressalta-se que, em 1980, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária-Infraero assumiu a administração de ambos os aeroportos.

Quadro 3 - Araguari, Uberaba e Uberlândia: conexões regulares dos fluxos rodoviários, ferroviários e aéreos, 1955

Itinerários	Rodoviário	Ferrovário	Aéreo
Araguari	Corumbaíba (102Km) Anhanguera (54Km)  Catalão (103Km) Cascalho Rico (34Km) Estrela do Sul (72Km) Indianópolis (68Km) Tupaciguara (82Km) Uberlândia (54 Km)	Rio de Janeiro (1.571Km) Belo Horizonte (931Km) Uberlândia (45Km) Anhanguera (54Km)	Uberlândia São Paulo
Uberaba	Água Comprida (42Km) Conceição das Alagoas (56 Km) Conquista (63Km)  Indianópolis 152Km) Nova Ponte (110Km) Sacramento (90Km) Veríssimo (45Km) Araxá Uberlândia (153 Km) Belo Horizonte (590Km)	Rio de Janeiro (1.103Km) Belo Horizonte São Paulo Uberlândia	Rio de Janeiro Belo Horizonte São Paulo Uberlândia
Uberlândia	Araguari (54Km) Indianópolis (46Km) Monte Alegre de Minas (72Km) Prata (118Km) Tupaciguara (72Km) Água Comprida Conceição das Alagoas Conquista Veríssimo (200Km) Araxá Uberaba (153Km) Belo Horizonte (666Km)	Belo Horizonte (887Km) São Paulo Uberaba (135Km) Araguari (45Km)	Rio de Janeiro Belo Horizonte São Paulo Uberaba Araguari

Fonte: IBGE, 1959. Organização: BESSA, 2007.



Figura 16 - Uberaba: Aeroporto Santos Dumont, 1957.

Fonte: Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.

A comparação dos dados de 1920, 1940 e 1955 evidencia com nitidez a diferenciação de Uberlândia, que reforçou sua posição como centro industrial e, ao mesmo tempo, de

distribuição. O desenvolvimento comercial e industrial garantiu não apenas sua ascensão hierárquica, com uma polarização clara, mas, sobretudo, sua distinção frente aos demais centros triangulinos, inclusive de Uberaba e Araguari, uma vez que se tornava mais apta para novos investimentos. O desequilíbrio entre Uberaba e Uberlândia afirmou-se quando a funcionalidade uberlandense conheceu uma diversificação, com modalidades múltiplas de acumulação, e a funcionalidade uberabense deixou de seguir por esse caminho, uma vez que os capitais voltaram-se para a produção agropecuária, que passou a constituir importante especialização. A formação de um capital urbano relevante em Uberlândia foi o fator decisivo para essa diferenciação. Contudo a construção de Brasília foi decisiva para ampliar as formas de acumulação no Triângulo Mineiro e, mormente, em Uberlândia, num momento em que o dinamismo regional dava mostra de retração.

### 5.2.3 - A construção de Brasília e os aperfeiçoamentos infra-estruturais

A partir da segunda metade da década de 1950, a questão regional no Triângulo Mineiro conheceu, como resultado dos processos econômicos e sociais em curso no país, uma nova etapa, que promoveu a efetiva reestruturação na ordem anterior, visto que a região recebeu, de forma mais efetiva, os impulsos modernizantes da economia brasileira, especialmente os associados aos planos nacionais de desenvolvimento e aos novos impulsos dados à industrialização, reconhecidos como industrialização pesada, em decorrência dos investimentos nos setores de bens de produção e bens de consumo duráveis, além do impulso dado à própria indústria de base, cujo caráter concentrador reforçou o papel de São Paulo.

A relação com a economia paulista era expressiva, a ponto de Geiger (1963, p.249) afirmar que, ...em Minas Gerais, São Paulo domina o Triângulo Mineiro. Importa enfatizar também a relevância do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, em particular, com a construção de Brasília, com o reaparelhamento e a complementação da infra-estrutura rodoviária, com a ampliação e a melhoria do sistema de telecomunicação e com a construção de usinas hidrelétricas e de redes de transmissão e distribuição de energia. A continuidade dos investimentos infra-estruturais, no sentido da manutenção da rota econômica estabelecida pela ferrovia ainda no século XIX, impulsionou o desenvolvimento do capital regional sediado no Triângulo Mineiro, mormente o comercial, além do agropecuário e do industrial, fazendo desmoronar a antiga estrutura urbana, posto que tais investimentos foram, em parte, responsáveis pela redefinição da posição intra-regional dos centros urbanos, na qual se

destacava a projeção definitiva de Uberlândia. De acordo com Guimarães (1990, p.126), ...é no período do Plano de Metas que devemos basear a nova espacialização do Triângulo e, particularmente, as condições potenciais do município de Uberlândia.

Uberaba, de acordo com Geiger (1963, p.265), mantinha-se como o ...grande centro brasileiro de comércio de gado, a Capital do Zebu. Assim, em se considerando a divisão territorial interna do trabalho, Uberaba permanecia como a capital regional do Triângulo Mineiro. Porém, Uberlândia já era, como menciona Geiger (1963, p.265), ...relativamente mais importante como centro atacadista, concorrendo fortemente com Uberaba pela dominância regional. Entretanto a crise energética e a deterioração das vias de transporte imputavam perdas consideráveis na retenção dos excedentes regionais, sobretudo para Uberaba e Araguari.

A transferência da capital federal para o Planalto Central apresenta-se como elemento estruturador de um novo arranjo territorial, pois promoveu uma redefinição da posição relativa do Triângulo Mineiro na divisão territorial do trabalho, visto que passou a ocupar posição estratégica no território brasileiro, em decorrência de estar localizada entre a sede do poder federal - Brasília - e a sede do poder econômico - São Paulo. A construção de Brasília garantiu a consolidação da condição de entreposto comercial, visto que reforçou as rotas econômicas históricas, assim como ampliou e melhorou a base infra-estrutural associada aos transportes, às comunicações e à geração de energia, criando as condições necessárias para a diversificação da economia.

Tais benefícios foram mais bem incorporados pelos centros que já possuíam uma estrutura urbano-regional vantajosa, a exemplo de Uberaba e Uberlândia, em comparação com os demais, cuja funcionalidade exercida caracterizava-se por uma reduzida complexidade. De fato, as heranças dos períodos anteriores marcaram em definitivo os traços principais da evolução urbana triangulina, reforçando, inclusive, o papel polarizador de Uberaba e Uberlândia. Além do mais, a apropriação desses benefícios demonstrou o papel decisivo das elites locais, cujos resultados podem ser percebidos na concretização das ações definidas e implementadas no período, assim como daquelas legadas para o período seguinte, o que explicitou os constantes conflitos intra-regionais de interesses. A título de exemplo, vale comentar que Uberlândia, a despeito de seu papel intermediador, nem mesmo figurava no traçado do Plano Rodoviário Quinquenal do DNER de 1956. Tal plano foi modificado em face da construção de Brasília e dos movimentos triangulinos em prol da conservação e ampliação da rede rodoviária regional, projetados no Plano de Metas, cujo objetivo principal

era interligar Brasília e o Centro-Oeste, resultando na consolidação da posição polarizadora de Uberlândia. Cabe salientar que a consolidação dessa infra-estrutura deu-se apenas no final da década de 1960 e durante a década de 1970.

No Triângulo Mineiro, a ferrovia, apesar de receber poucas melhorias e de manter suas rotas praticamente inalteradas, estabelecia ligações diretas com São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e, por isto, sua importância ainda era fundamental na década de 1950. Dessa forma, tornou-se crucial que esse sistema ferroviário garantisse também a ligação com a nova capital, o que se concretizou em 1970, por meio de prolongamento na Estrada de Ferro Goiás. Nesse momento, a manutenção do traçado ferroviário foi fundamental para Uberlândia, pois desvios nas rotas férreas poderiam certamente comprometer a polarização uberlandense e beneficiar outras cidades, a exemplo de Pires do Rio, em Goiás, posto que fora cogitada a extensão ferroviária da Companhia de Estradas de Ferro Paulista, e de Ituiutaba, por meio dos planos de extensão dos trilhos da Rede Mineira de Viação. Todavia poucas alterações foram feitas nos traçados ferroviários a partir de 1960, uma vez que a expansão férrea perdeu seu caráter prioritário em favor dos fomentos à expansão do sistema rodoviário. Por essa razão, Uberlândia manteve-se como entroncamento ferroviário de suma importância para o intercâmbio entre a fronteira agropecuária do Centro-Oeste e o mercado consumidor paulista, assim como para os portos exportadores, com destaque o porto de Santos (Figura 17).



Figura 17 - Uberlândia: Estação Férrea da Mogiana, década de 1950.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 2006.

A expansão rodoviária foi um dos elementos centrais do Plano de Metas<sup>116</sup> e, no Triângulo Mineiro, foi a base material para a ascensão definitiva de Uberlândia. Dessa forma, torna-se evidente que a evolução dos meios de transporte representou fator determinante para a organização da rede urbana, criando notória diferenciação entre os centros, inclusive mudanças de hierarquia. Tal expansão, no Triângulo Mineiro, orientou-se nos sentidos leste-oeste e norte-sul, visando, sobretudo, garantir acesso a São Paulo e a Brasília, assim como à fronteira agropecuária do centro-oeste e à capital mineira. Cabe comentar que o governo estadual, em paralelo com os investimentos federais, contribuiu também com a expansão das rodovias mineiras, como retrata o Mapa 4.

No sentido leste-oeste, foi proposto, por intermédio da Associação Comercial de Minas Gerais, o traçado da BR-31 (atual BR-262), que pretendia, no seu projeto inicial, estabelecer ligação entre o litoral capixaba e o Estado do Acre, passando por Belo Horizonte, Araxá, Uberaba e Cuiabá. Na década de 1960, foi implementado apenas o trecho Vitória-Belo Horizonte-Araxá-Uberaba. O governo estadual, ainda nesse momento, considerava Uberaba e Araxá como essenciais no Triângulo Mineiro, em detrimento de Uberlândia. No entanto a elite uberlandense propôs um entroncamento com essa rodovia, por meio da criação da BR-71 (atual BR-452), visando garantir a ligação com Araxá e, conseqüentemente, com Belo Horizonte<sup>117</sup>.

Tal elite tinha interesses no mercado consumidor da capital mineira, que, até esse momento, era acessado por intermédio da Mogiana, através de Uberaba, e, posteriormente, pela Rede Mineira de Viação; ou através das estradas de chão até a estação Almeida Campos, também da Rede Mineira de Viação. Outra proposta rodoviária fundamental para a região foi a BR-42 (atual BR-365), que interligava as cidades de Montes Claros-Patos de Minas-Uberlândia-Ituiutaba ao canal de São Simão, cuja conclusão deu-se apenas na década de 1970. A ligação com o sudoeste goiano era realizada via ponte Afonso Pena, cujos acessos foram garantidos por meio dos entroncamentos com a BR-14 (atual BR-153), a BR-42 (atual BR-365) e a BR-71 (atual BR-452). Tais entroncamentos favoreceram Uberlândia, uma vez que possibilitaram o abastecimento de Brasília e a continuidade dos circuitos mercantis com o centro-oeste, além de garantir o acesso a Belo Horizonte.

---

<sup>116</sup>A política rodoviarista do Plano de Metas ....foi responsável pela expansão da rede rodoviária brasileira que saltou de 302.147 quilômetros, em 1952, para 1.657.789 quilômetros em 1995, sendo sua maior expansão na década de 1970 (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

<sup>117</sup>Tal entroncamento rodoviário foi incluído no Plano Rodoviário Nacional, em 1961.



No sentido norte-sul, que corresponde à rota econômica que se consolidou com a expansão ferroviária, os traçados viários pretendiam, inexoravelmente, ligar a nova capital federal ao centro econômico do país, São Paulo, e também ao porto de Santos. Dois projetos foram implementados: um com a construção da BR-14 (atual BR-153), que privilegiava São José do Rio Preto, Frutal, Goiânia e Anápolis, e outro com a construção da BR-116 (atual BR-050), que privilegiava Ribeirão Preto, Uberaba, Uberlândia e Araguari. Ambos os projetos interessavam diretamente a São Paulo, pois representavam o alargamento dos acessos às suas áreas complementares.

O jogo de interesses, entretanto, deu-se entre os núcleos regionais, visto que aos capitais sediados em Goiás interessava o intercâmbio direto com São Paulo, sem a intermediação uberlandense, e, por esta razão, implementou-se, primeiro, o traçado da BR-14 (atual BR-153), favorecendo São José do Rio Preto, Goiânia, Anápolis e, parcialmente, Ituiutaba. Até meados da década de 1960, a BR-14 não sofreu concorrência com a BR-116 (atual BR-050), apesar de ser este o caminho mais curto entre São Paulo e Brasília. A BR-14 funcionava como principal via de acesso ao centro-oeste, viabilizando a mercantilização do oeste e noroeste do Triângulo<sup>118</sup>. Contudo Uberlândia manteve seu domínio no sudoeste goiano e garantiu sua ligação direta com Brasília em razão dos entroncamentos com a BR-42 e BR-14, assim como expandiu seus domínios na porção leste, em decorrência da construção da BR-71 (BR-452) e, posteriormente, da BR-42 (BR-365)<sup>119</sup>. Por meio da BR-116 (BR-050), estabeleceu ligação rodoviária direta com São Paulo, Araguari e a porção sul e o sudeste de Goiás, onde também concorreria com Goiânia, Anápolis e Brasília.

A expansão dos transportes, além de tornar mais complexos os sistemas de engenharia presentes no lugar, aumentou a vida de relações por meio de uma densificação dos fluxos, que definiu circuitos espaciais de comercialização, por meio da circulação de bens e produtos. O empenho da elite uberlandense devia-se à consciência de que um entreposto comercial necessitava de uma malha rodoviária eficiente.

Em paralelo com a modernização verificada nos transportes, ocorreu também a das telecomunicações, que, no Triângulo Mineiro, representou, por meio de intervenção indireta

---

<sup>118</sup>Vale comentar que o governo goiano procurou, inclusive, desviar verbas da BR-116 para a construção do entroncamento da BR-040, na ligação Goiânia-Cristalina, numa clara tentativa de boicotar a construção da BR-116.

<sup>119</sup>Dados do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sobre o movimento de veículos nas rodovias da região em 1959, mostram que, na BR-14, trafegavam 420 veículos/dia, enquanto que na BR-71, a partir do entroncamento com a BR-116, trafegavam 603,2 veículos/dia, indicando que o movimento via Uberlândia, era mais expressivo (CARVALHO, 2000).

do governo federal, fator de diferenciação que beneficiou Uberlândia, em função do aproveitamento das melhorias propiciadas pelo projeto de interiorização da capital, que instalou o sistema de microondas Rio-Brasília.

A telefonia em Uberlândia era de responsabilidade de Empresa Telefônica Teixeira, criada, em 1932, por Tito Teixeira. Em 1954, essa empresa foi adquirida por Alexandrino Garcia, que criou as condições básicas para a formação de um dos maiores grupos empresariais do país. Transformada em Companhia de Telefones do Brasil Central-CTBC<sup>120</sup>, possuía autorização para explorar os serviços telefônicos também em Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Ituiutaba, Itumbiara e Buriti Alegre. Tal serviço, contudo, era bastante deficiente, posto que, em 1957, contava apenas com 2.000 terminais telefônicos. A partir dessa data, Uberlândia passou a contar com quatro canais de microondas, que faziam parte do link de 120 canais construído para ligar o Rio de Janeiro à nova capital federal. Tratava-se de uma estação tronco de alta capacidade, que possibilitava ligações entre Brasília-Rio de Janeiro, via Belo Horizonte e também via São Paulo, conforme ilustra o Anexo 1. Dessa forma, Uberlândia encontrava-se ligada diretamente com essas cidades, realizando as seguintes operações de telecomunicações: telefonia, telex, televisão, dentre outros.

Tal sistema de microondas ampliou a capacidade polarizadora de Uberlândia, pois, já em 1965, a CTBC contava com 4.000 terminais telefônicos, prestando serviços em vários outros municípios e localidades, entre eles: Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Iturama e Prata, em Minas Gerais; Delta, Guará, Guaíra, São Joaquim da Barra, Miguelópolis, Ipuã e Orlândia, em São Paulo; e Paranaíba, no Mato Grosso do Sul. O investimento estatal serviu de alavancagem para a expansão dessa empresa privada, que, até aquele momento, não havia conseguido melhorar seus serviços.

Da mesma forma como ocorrido nos sistemas de transporte e de telecomunicação, a construção de Brasília foi fundamental para ampliar a oferta de energia elétrica na região, já demandada em razão da industrialização centrada na capital paulista. A região, em decorrência da formação geológica, possui um importante potencial hidrelétrico, não aproveitado nesse momento. A problemática energética, no Triângulo Mineiro, impôs-se ainda na década de 1950, estabelecendo limites à industrialização e às melhorias urbanas. Uberaba era suprida pelos serviços públicos de eletrificação das Centrais Elétricas de Minas

---

<sup>120</sup>Embrião e carro chefe da holding ALGAR, que, com oito empresas, atua nas áreas de telecomunicações, informática e tecnologia, agropecuária e agroindústria, comércio e serviços.

Gerais<sup>121</sup>, por meio do sistema hidrelétrico de Pai Joaquim, cujas deficiências evidenciavam a precariedade dos serviços estaduais. Uberlândia e Araguari contavam com serviços considerados relativamente satisfatórios de uma concessionária paulista, a Companhia Prada de Eletricidade<sup>122</sup>, o que possibilitou a expansão industrial nas décadas anteriores. Tais sistemas, no entanto, eram insuficientes para garantir uma expansão produtiva mais complexa, visto que, a partir de 1950, essas cidades passaram a conviver com sucessivos racionamentos. Os grupos locais buscaram solucionar o problema energético, fosse pelo aproveitamento de pequenas quedas d'água, fosse pelo uso de geradores a diesel.

A necessidade de investimentos estatais tornou-se evidente a partir da segunda metade da década de 1950, uma vez que não havia mais interesses e nem mesmo viabilidade financeira por parte da iniciativa privada em realizar investimentos no setor, apesar de ser básico na dinâmica de desenvolvimento. No programa energético do governo federal, estava proposta a construção da hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, cuja administração caberia às Centrais Elétricas de Goiás-Celg, com o único propósito de abastecer Brasília. O aproveitamento dessa hidrelétrica no Triângulo Mineiro não estava previsto no projeto, contudo a elite uberlandense, por intermédio dos seus representantes políticos, buscou viabilizar tal aproveitamento por meio da construção de linhas de transmissão na porção norte de seu território. A partir de 1957, os representantes uberlandenses passaram a solicitar que fosse construída, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais, uma linha de transmissão entre a hidrelétrica de Cachoeira Dourada e Monte Alegre de Minas, de onde a Companhia Prada de Eletricidade retransmitiria energia a Uberlândia e a Araguari. Tal investimento também beneficiaria Canápolis, Capinópolis, Centralina, Ituiutaba e Campina Verde.

Ainda no intento de gerar maior aproveitamento de energia no Distrito Federal, Goiás e Triângulo Mineiro, foi proposta, junto ao governo federal, a possibilidade de interligação dos sistemas hidrelétricos de Furnas (rio Grande), de Pai Joaquim (rio Araguari), cuja capacidade foi ampliada, e de Cachoeira Dourada (rio Paranaíba). A partir da criação da Eletrobrás, em 1961, iniciou-se um processo de interligação dos sistemas independentes e também uma expansão das linhas de transmissão, que passaram de 4.513,3 quilômetros, em 1955, para 159.291,6 quilômetros, em 1995 (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

---

<sup>121</sup> A empresa responsável pelo setor de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, denominada Centrais Elétricas de Minas Gerais, fundada em 1952, pelo então governador Juscelino Kubitschek, foi transformada em Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig em 1984.

<sup>122</sup> O ano de 1973 marcou o início da atuação das Centrais Elétricas de Minas Gerais em Uberlândia, que incorporou a Companhia Prada de Eletricidade, concessionária particular responsável pela distribuição de energia na cidade desde 1909.

Essa materialidade técnica, associada aos transportes, às comunicações e à energia, garantiu à região grande potencial diferenciador<sup>123</sup>, pela carga de capital constante fixo, deliberadamente conquistada pela mobilização de sua elite local, em especial a uberlandense. Dessa forma, o Triângulo Mineiro tornou-se um espaço privilegiado, do ponto de vista material, cuja potencialidade, com fins produtivos, seria largamente utilizada pelos agentes econômicos locais, assim como pelos nacionais e internacionais, posto que a ação das firmas fundamenta sua estrutura logística em suportes territoriais como ferrovias, estradas, aeroportos, portos e sistemas de comunicação e de energia.

No Triângulo Mineiro, a construção de Brasília atuou como dado estruturador de um novo arranjo territorial, isto é, a interiorização das infra-estruturas e a própria construção em si foram os novos elementos da organização espacial. De pronto, vale comentar que a localização de Brasília praticamente não alterou as rotas econômicas históricas e, nesse sentido, seus principais núcleos asseguraram a função de intermediadores, que foi potencializada em decorrência dos benefícios infra-estruturais.

Brasília, além de promover a interiorização da infra-estrutura, fomentou várias atividades de apoio à sua própria construção. O papel do Triângulo Mineiro foi bastante ampliado em função da experiência como entreposto comercial, o que gerou retenção dos valores excedentes, como sugere Brandão (1989). Em Uberlândia, ocorreu importante incremento no comércio, com destaque para as distribuidoras de madeira, combustível e peças de reposição, e também na indústria, principalmente nas fábricas de cerâmicas, telhas, tijolos, ladrilhos, manilhas, cal e cimento. Tais atividades já se faziam presentes na funcionalidade urbana das cidades triangulinas. Elas constituíam atividades básicas de núcleos como Uberaba, Uberlândia e Araguari, a despeito de parte das interações serem locais. Essas atividades eram regionais, mas não tinham âmbito extra-regional como as funções de comercialização, produção industrial e prestação de alguns serviços.

Os dados agropecuários evidenciam um aumento da oferta de produtos agropecuários no Triângulo Mineiro, cujos estímulos estavam diretamente vinculados às demandas do mercado interno, particularmente das áreas urbanas de São Paulo, assim como às possibilidades de integração ao circuito de comercialização dos produtos agrícolas e à atuação

---

<sup>123</sup>A expansão das redes de energia, comunicação e transporte foi bastante diferenciada em termos regionais, com o privilegiamento de algumas regiões em detrimento de outras, promovendo hierarquizações regionais distintas.

dos latifúndios pecuaristas<sup>124</sup>. Tais processos expressam os mecanismos de apropriação do excedente regional, que asseguraram a emergência dos núcleos urbanos responsáveis diretamente pela mercantilização e beneficiamento dos produtos agropecuários, sobretudo arroz e carne, a exemplo de Uberaba e Uberlândia. Tais núcleos não detinham, em 1960, os maiores índices na produção agrícola e nem os maiores plantéis de gado. Ituiutaba e Tupaciguara eram as áreas agropecuárias com maior produtividade, porém encontravam-se sob o raio de influência do capital industrial e comercial de Uberlândia. Além dessas áreas triangulinas, havia também grande produtividade agrícola em Goiás e Mato Grosso, notadamente ao longo das estradas de rodagem, que representavam as áreas de influência do capital mercantil uberlandense. A partir desse momento, centros e áreas no Alto Paranaíba entraram nos circuitos de acumulação de Uberlândia, a exemplo de Patos de Minas, apesar de estarem vinculados à rede de Belo Horizonte.

Em 1960, a industrialização no Triângulo Mineiro ainda permanecia diretamente ligada aos setores que complementavam a dinâmica paulista, ou seja, aos ramos que não concorriam com os grandes capitais nacionais e internacionais, destacando-se, sobretudo, o beneficiamento de produtos primários, a produção de equipamentos agrícolas simples, a produção de materiais de transporte e a construção civil, cujas fontes de investimentos ainda eram os capitais regionais. Em Uberlândia, além da indústria de beneficiamento, sobressaiam as atividades industriais associadas à expansão do transporte rodoviário. A empresa Paviterrana, criada, em 1957, por capitais locais, aproveitou-se da expansão rodoviária, cabendo a ela as obras da BR-050, no trecho entre Uberaba e as margens do rio Paranaíba, e da BR-153, em todo o trecho triangulino. Em 1958, foi instalado um depósito da Oleogazas<sup>125</sup>, destinado a receber e distribuir massa asfáltica para a pavimentação das rodovias que demandavam a Brasília.

A partir de 1960, o governo estadual adotou medidas para promover a industrialização de Minas Gerais, por meio da implantação de cidades industriais, que se concretizaram na década de 1970. No Triângulo Mineiro, a luta interna pela implantação de uma cidade industrial deu-se entre Uberaba e Uberlândia. A expansão do comércio está diretamente associada às condições favoráveis das vias de transporte, posto que deficiências, nesse setor,

---

<sup>124</sup>A criação de uma base infra-estrutural associada aos transportes potencializou a produção agropecuária, em especial a agrícola, diretamente vinculada aos circuitos de comercialização. Este bastante beneficiado pela ampliação e melhoria das estradas de rodagem.

<sup>125</sup>Esse depósito de Uberlândia juntamente com o Belo Horizonte eram os únicos no interior do país (GUIMARÃES, 1990).

representam obstáculos à circulação das mercadorias. Uberlândia, que já polarizava o comércio regional e inter-regional, foi bastante beneficiada com a expansão rodoviária do Plano de Metas, que resultou na ampliação dos seus mercados. Os dados do comércio atacadista demonstram que os movimentos iniciados nos anos de 1940 se concretizariam em 1960: a perda da importância do comércio atacadista em Uberaba e Araguari; a consolidação desse ramo de atividade em Uberlândia; e o acirramento da concorrência com Goiânia e, secundariamente, com Anápolis. Além dessas cidades, vale ressaltar a emergência de Ituiutaba, beneficiada pela construção de BR-153. A expansão do comércio varejista também expressa a nítida ascensão da economia urbana de Uberlândia, que se afirmava em detrimento da de Uberaba, cuja base de apoio do comércio varejista era, tão somente, sua própria população urbana. De acordo com Guimarães (1990, p.147), ...Uberaba, que até a década de 50 disputou a posição de principal cidade da região com Uberlândia, em 1960, apresentou um crescimento modesto de seu comércio a varejo, expressando claramente a sustentação de um núcleo urbano, porém, com perspectivas econômicas polarizadoras historicamente debilitadas. Uberaba, pelos investimentos do governo estadual, mantinha-se como centro regional principal de educação e de saúde. Uberaba destacava-se, especialmente, no ensino superior, pela criação das Faculdades do Triângulo Mineiro, em 1963.

Contudo, em Uberlândia, formava-se uma densa complementaridade entre as atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços de transporte, que constituíram a base da evolução vertiginosa da cidade, que despontou como lugar privilegiado de acumulação de capitais.

## 6 - Natureza e espacialidade da convergência: os estágios de elaboração da rede urbana

A desigual espaço-temporalidade dos processos sociais traduz-se num incessante transformar da rede urbana e, conseqüentemente, de seus segmentos regionais, pois sempre que a totalidade social sofre uma mudança, isto é, uma variação espaço-temporal, por imperativos externos, por condicionantes internos ou mesmo por contingências, modifica-se também a estrutura espacial. A mudança está na base da própria estruturação do espaço, como elemento constitutivo, envolvendo, portanto, uma noção espacial mais ampla. De fato, o conjunto da mudança social cria uma nova organização espacial, com novas funções, novos processos e novas estruturas.

A rede urbana, em vista disso, não deve ser pensada apenas por meio das relações e das interdependências, na maioria das vezes, bastante complexas, que se desenvolvem entre os conjuntos de centros. Faz-se necessário compreendê-la como reflexo, meio e condição da e para as distintas formações socioespaciais com as quais ela interage ao longo do tempo (CORRÊA, 2000). Nesse contexto, as mudanças na posição hierárquica, quer dizer, os movimentos de ascensão e retração entre os centros urbanos, geradores de profunda diferenciação, relacionam-se com os processos de mudança da própria formação socioespacial e, fundamentalmente, com os ritmos e formas desiguais com que esses centros se ajustam a essas mudanças. Nesse sentido, as diferenças tendem a tornar-se estruturais, não se restringindo apenas a uma linearidade hierárquica, porque centros já diferenciados, como resultado de processos genéticos, de uma distinta posição relativa, das características funcionais e dos papéis desempenhados, têm essas diferencialidades agravadas pelos ritmos desiguais de adequação às mudanças, especialmente àquelas de cunho estrutural, implicando alterações significativas nos padrões espaciais da rede, inclusive com inversões hierárquicas, resultantes das articulações e interações complexas entre os processos de igualização e diferenciação. A interpretação da natureza e da espacialidade da convergência entre os principais centros urbanos do Triângulo Mineiro possibilita reconhecer os momentos de ruptura com a organização espacial precedente e determinar a racionalidade da mudança, o que permite dar significação ao padrão espacial da rede urbana no segmento triangulino, notadamente pela análise das estruturas dimensionais, funcionais e espaciais e sua larga vinculação com a materialidade infra-estrutural, em particular, a associada à circulação, que permite um aumento importante das interações espaciais.

A intensidade das transformações, nesse segmento da rede urbana, é notável e expressa o desenrolar da criação de novas geografias, em parte, engendradas pelas ações e práticas das elites locais, que redefiniram a funcionalidade de seus centros e, por conseguinte, os padrões das interações espaciais, traduzindo-se num processo paradoxal de criação de diferenças e, simultaneamente, de igualizações, que estruturaram uma rede urbana com um grau de complexidade muito maior que o anterior. De um lado, frente à maioria dos pequenos centros pouco diferenciados, Uberaba e Uberlândia destacaram-se do ponto de vista dimensional, funcional e espacial. Por outro lado, em relação a Uberaba, que definiu sua primazia regional ainda no século XIX, Uberlândia orientou uma trajetória convergente, no sentido da equalização dos conteúdos urbano-regionais, visto que passou a ocupar posição equivalente, apesar de apresentarem especializações distintas, uma vinculada à pecuária e a outra ao comércio atacadista-distribuidor. Nesse período, Uberaba e Uberlândia convergiram entre si e, ao mesmo tempo, divergiram das demais cidades da região. Tais processos estão profundamente imbricados e se reforçam, pois são marcados por uma paradoxal dialética: convergência pode transformar-se em divergência e esta em convergência, assim como podem ser produzidos concomitantemente, dependendo dos objetos, das escalas, dos espaços-tempos, pois não há nenhum limite claro entre eles.

Os centros em destaque perderam e ganharam status na hierarquia regional, evidenciando que essas hierarquias são metamorfoseadas diante dos amplos processos de transformação e reorganização da rede urbana, cujas determinações vinculam-se a uma desigual espaço-temporalidade das dinâmicas sociais. Nesse segmento de rede, que, passo a passo, foi-se complexificando, outras particularidades também se sobressaíram, a exemplo dos papéis desempenhados por Araguari, Araxá, Patrocínio, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, que passaram a apresentar certo acúmulo de funções. De fato, esses centros desempenhavam papéis de lugares centrais em áreas caracterizadas, predominantemente pelas atividades rurais, evidenciando uma organização urbana que revelava uma maior diversificação, tanto nos tamanhos como nas funções dos seus centros, contando, inclusive, com centros intermediários que apresentavam estruturas funcionais relativamente mais destacadas do que as dos centros mais elementares.

Diante dessa complexidade, que envolve superposições e interpenetrações em escalas múltiplas, resta indagar: como se organizou a rede urbana triangulina na década de 1960, momento de culminância do processo de convergência entre Uberaba e Uberlândia? Quais elementos balizaram essa configuração espacial? E, por fim, qual a racionalidade do processo

convergente entre esses centros? Importa comentar que, por volta de 1960, a rede urbana brasileira, como aponta Corrêa (2001, p.360), caracterizava-se pela ...relativamente pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos, pelo ...pequeno grau de articulação entre estes referidos centros, com interações espaciais predominantemente regionais, e pela ...existência de padrões espaciais simples com que a rede urbana estava construída<sup>126</sup>.

## 6.1 - Convergência: a racionalidade de uma nova organização da rede urbana regional

A estruturação da rede urbana triangulina foi balizada pela complexificação da divisão territorial interna do trabalho, notadamente pela pecuária, pela expansão comercial e pela diversificação das atividades, incluindo as industriais e os serviços financeiros, o que culminou com a importante ampliação e diversificação das funções urbanas; assim como pelo adensamento das infra-estruturas, em especial, transporte, comunicação e energia, orientado primordialmente pela atuação da esfera federal. Esses elementos revelam, portanto, uma relação direta entre padrão de rede urbana e divisão territorial do trabalho, que, por sua vez, acentua o processo de diferenciação espacial como resultado de uma evolução desigual das dinâmicas sociais no espaço.

Com a expansão uberlandense, desenha-se uma nova geografia dos comandos e das decisões da vida regional. Antes, com uma divisão territorial interna do trabalho menos densa, os controles regionais, sobre o espaço e sobre a produção, estavam associados à Uberaba, que foi um ambiente dinâmico, construído para a acumulação de riqueza, e que, agora, demonstra a sua inércia. Com a diversificação das atividades, que indicava uma divisão territorial interna do trabalho mais complexa, e com a densificação dos padrões de articulação espacial, determinada pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação, Uberlândia emergiu exercendo papéis de controle sobre o espaço e sobre parcelas da produção regionais, primordialmente em decorrência da concentração das atividades comerciais e industriais, cujo raio de interação atingiu não somente o Triângulo Mineiro, mas um amplo espaço na região Centro-Oeste, além de se manter diretamente vinculado a São Paulo.

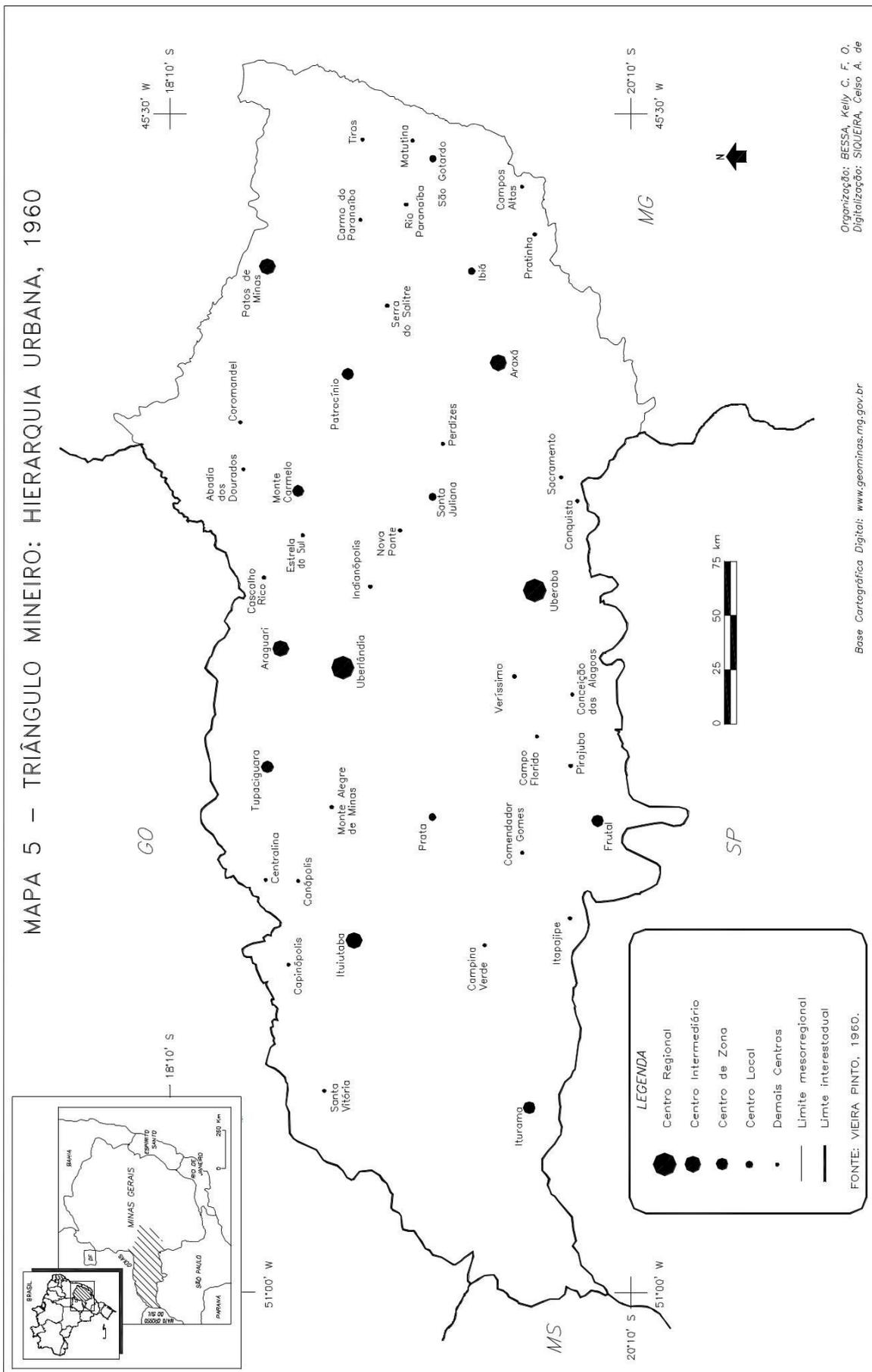
---

<sup>126</sup>Cumprer registrar que tais características estão diretamente associadas entre si: à pequena complexidade funcional dos centros urbanos associa-se o pequeno grau de articulação entre estes referidos centros e, por fim, dessas características emerge, conseqüentemente, um padrão espacial simples da rede urbana (CORRÊA, 2001 e 2001a).

Os determinantes dessa diversificação produtiva foram definidos na primeira metade do século XX, pela singularidade do modo inserção da região na divisão territorial do trabalho. O Triângulo Mineiro incorporou-se à economia nacional como periferia dinâmica de São Paulo e, por esta razão, consolidou seu papel histórico de intermediação entre territórios, tendo em vista que se aprofundou e complexificou a inserção anteriormente assegurada, com o aumento das interações espaciais. Tal intermediação, no entanto, orientou-se, do ponto de vista externo, pela complementaridade e, do ponto de vista interno, pela competição entre os principais centros da região, em particular, entre Uberaba e Uberlândia. A anarquia da competição, tomando a expressão de Smith (1988), veio a ser o calcanhar de Aquiles de Uberaba.

Com o aprofundamento da divisão territorial interna do trabalho, passou a ocorrer um revezamento dos controles no espaço regional, e, por conseguinte, parcelas de regulação ora eram ativadas em Uberaba ora em Uberlândia, indicando uma clara convergência dos processos urbano-regionais. Tal convergência, no entanto, não se orientou por uma tendência de complementaridade, mas sim de divisibilidade, visto que, como sugere Vieira Pinto (1960), a rede triangulina passou a contar com dois centros, com funções predominantemente regionais - Uberaba e Uberlândia, como retratado no Mapa 5. O primeiro centro, pela posição que ocupou em fases pretéritas do processo de urbanização regional, pelo nível relativamente elevado dos equipamentos urbanos e pela concentração da renda fundiária, manteve importante centralidade. O segundo centro, ao contrário, sobressaiu pelas atividades de comércio, com destaque para o atacadista, de beneficiamento industrial e de prestação de serviços, com destaque para os financeiros, alcançando centralidade notável, equivalente à de Uberaba. Dadas as transformações desse período, outros centros caracterizaram-se como lugares centrais, pois proporcionavam condições de distribuição e circulação de bens e serviços para seu entorno imediato, assim como para o campo, a exemplo de Araguari, Ituiutaba, Araxá, Patos de Minas, Patrocínio, Monte Carmelo e Frutal, isto é, tornaram-se lugares centrais de restritas hinterlândias agropastoris, como também evidencia o Mapa 5. Tal padrão espacial poderia ser descrito como de uma rede urbana do tipo *christalleriano*, caracterizada por lugares centrais, nitidamente hierarquizados. Configurou-se, assim, a complexidade da organização urbana triangulina, que, por um efetivo processo convergente, passou a contar com dois centros regionais.

MAPA 5 – TRIÂNGULO MINEIRO: HIERARQUIA URBANA, 1960



Organização: BESSA, Kelly C. F. O.  
 Digitalização: STOUÉRA, Celso A. de

Base Cartográfica Digital: [www.geominas.mg.gov.br](http://www.geominas.mg.gov.br)

No que concerne à primazia urbana, destacou-se a manutenção da importância econômica, mas, sobretudo, da importância política de Uberaba. De fato, Uberaba, largamente beneficiada pela influência política de sua elite pecuarista, pôde assegurar sua posição em decorrência das condições desenvolvidas no passado. Porém a evolução comercial e industrial de Uberlândia fez emergir um novo centro regional, reduzindo a importância relativa de Uberaba. Essa condição resultou, prioritariamente, da diversificação funcional ocorrida em Uberlândia e do fato de Uberaba deixar de seguir por esse caminho ou fazê-lo de forma lenta e tímida. Tal diversificação garantiu uma sobreposição das funções regionais, determinando a emergência de uma divisão territorial interna do trabalho articulada aos interesses sócio-econômicos desses dois núcleos de polarização, cujas especializações passaram a se justaporem e a se entrecruzarem, distintamente dos períodos anteriores.

Contudo não se pode falar em interesses comuns, com potencialidades prioritariamente convergentes. Ao contrário, a partir desse momento, verifica-se uma crescente diferenciação entre esses dois centros, fruto de uma complexa alteração na divisão territorial do trabalho.

O segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro é, portanto, caracterizado pela complexidade resultante das superposições e das interpenetrações entre processos socioespaciais produzidos em diferentes momentos e envolvidos numa ampla variedade de escalas. A dinâmica da mudança foi orientada por fatores externos, diretamente associados à ordem nacional e internacional, associada à expansão do capitalismo industrial, e por fatores internos, definidos pela habilidade dos centros, isto é, das elites locais, em acolher novas funções advindas da imposição de novas divisões territoriais do trabalho. Destarte, essa complexidade envolve a estruturação uma nova ordem, de base urbano-industrial, que representou uma ruptura com a base agrária-exportadora precedente, promovendo mudanças substanciais na organização espacial brasileira. Em escala local-regional, implica o desenvolvimento de novas atividades, com destaque para as de natureza urbana, a exemplo do segmento atacadista-distribuidor, e, prioritariamente, envolve as atitudes e os investimentos das elites locais. A reestruturação do padrão espacial da rede triangulina foi, em grande parte, determinada pelas ações e estratégias da elite uberlandense.

Desse modo, a seqüência temporal dos rearranjos na configuração da rede urbana no Triângulo Mineiro é reveladora da natureza do movimento convergente entre Uberaba e Uberlândia, cuja racionalidade foi marcada pela mudança de uma espacialidade agrária, baseada numa lógica local/regional, para uma espacialidade urbano-industrial, fundada tanto

em uma escala nacional como em uma escala internacional, nesse momento, ainda pouco sentida em âmbito regional.

Entretanto, apesar da nítida convergência, que aparenta uma situação de equilíbrio territorial, cumpre salientar que, em condições socioespaciais nas quais prevalecem os interesses elitistas, torna-se difícil a preservação de um equilíbrio, particularmente, no sentido da indiferenciação ou equalização dos conteúdos urbano-regionais. A rede triangulina mostrou uma situação de equilíbrio instável, uma vez que os processos caminharam da convergência para a divergência. Em realidade, a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia é resultado da imbricação entre esses dois processos socioespaciais, mediatizada pelas práticas e formas distintas de atuação dos agentes sociais, políticos e econômicos.

## 6.2 - O papel dos antigos e dos novos agentes sociais na dinâmica da rede urbana

O Brasil, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX, foi marcado por mudanças econômicas, políticas e socioculturais significativas, mas, de modo geral, permaneceram as velhas estruturas da organização social.

No Triângulo Mineiro, a figura do fazendeiro pecuarista era notória. Não de maneira isolada, mas na forma de uma oligarquia rural, cujo poder e status sobreviveram às transformações desse período. Vários são os exemplos que expressam esse poder, destacando-se, inclusive, aqueles associados aos movimentos separatistas pela criação do Estado do Triângulo, para o qual Uberaba certamente seria a capital. Em 1906, a elite uberabense organizou o seu primeiro movimento separatista<sup>127</sup>, com forte caráter reivindicatório. De acordo com Guimarães (1990, p.64), tal movimento tinha ...força, capacidade de mobilização e de resistência, ...pois na sua base estavam os grandes proprietários de terras... muitos deles com interesses urbanos, rurais e na própria posição social, posto que esse centro não apresentava mais o dinamismo das décadas anteriores. Como resultado desse movimento, Uberaba obteve melhorias nas suas condições educacionais, recebeu uma agência bancária, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e o retorno do Batalhão de Polícia do Estado. Também foi autorizada a construção do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Oeste de Minas

---

<sup>127</sup> Os movimentos separatistas remontam a 1857 e 1875, especialmente por iniciativas de pecuaristas descontentes com o governo da Província.

entre Araxá e Uberaba, cujo tráfego foi aberto em 1926, garantindo a ligação com Belo Horizonte, e a construção da ponte Afonso Pena, sobre o rio Paranaíba, o que possibilitou maior intercâmbio com Goiás e Mato Grosso, beneficiando, em particular, o capital comercial sediado em Uberlândia. Além disso, foram indicados à Câmara Federal dois de seus representantes políticos.

Os anseios separatistas emergiram também nos anos de 1919, 1935 e 1948, com origem em Uberaba, porém com resultados que beneficiaram, paradoxalmente, outros centros, a exemplo de Uberlândia e Araxá<sup>128</sup>. Em realidade, Uberaba recebeu tais benefícios de forma direta, por meio da implantação de serviços públicos, dentre os quais infra-estruturas urbanas, enquanto Uberlândia recebia os benefícios indiretamente, a exemplo da construção do canal de São Simão, que ampliava as possibilidades de intermediação com os territórios goiano e matogrossense. Segundo Guimarães (1990, p.67), ...enquanto a ponte significava a ampliação dos domínios de Uberlândia, colocando ao dispor de seu comércio uma ampla região ao sul de Goiás e do Mato Grosso, os benefícios de Uberaba não contribuíam de forma significativa para a ampliação de seu domínio mercantil.

Todavia o paradoxo em questão não envolve apenas a discussão sobre qual foi o centro mais favorecido por essas intervenções estatais, mas, sobretudo, as escolhas dessas elites, expressas no conjunto de atitudes e nos padrões de investimentos, e os conflitos de interesses entre uma e outra, que se acirraram após a década de 1940, porquanto foram criadas novas atividades ligadas à indústria, outras, já existentes, se estabeleceram de maneira efetiva, como no caso de comércio e dos serviços, enquanto que outras migraram de um centro para outro, criando novas diferenciações e uma nova hierarquia.

A pecuária seguiu como uma das principais atividades regionais, tornando-se um refúgio para a elite uberabense<sup>129</sup>, sem, contudo, representar um entrave ao desenvolvimento de novos segmentos de acumulação rural e urbana, pelo menos em nível regional, posto que se articulou de forma bastante flexível com a diversificação da agricultura e com o surgimento de outras formas de criação animal, a exemplo dos suínos e das aves, que representavam novas formas de acumulação rural; com a significativa expansão das atividades comerciais, sustentada por uma rota econômica rodoferroviária, abrindo, inclusive, as possibilidades para

---

<sup>128</sup> Nesse período, foi construído o cassino-hotel de Araxá, colocando a cidade entre as melhores estâncias balneárias do país.

<sup>129</sup> A elite uberabense manteve grande parcela de sua riqueza investida no campo. Burke (1990, p.154) comenta, na discussão sobre as elites de Veneza e Amsterdã, que ocorreu uma ...substituição de um envolvimento com o comércio pelo investimento em terras, em ambas as elites, ...como um desejo de rendas mais seguras. O mesmo sentido de atitude aplica-se à elite uberabense, que buscou na pecuária maior segurança para seus investimentos.

os empreendimentos industriais, em especial, no segmento alimentar e de beneficiamento dos produtos agropecuários; e com os empreendimentos infra-estruturais e financeiros, que também fomentaram o desenvolvimento comercial e industrial. Com o estabelecimento efetivo dessas novas modalidades de acumulação, notadamente a comercial e a industrial, que, em paralelo com a agropecuária, formavam a base de sustentação da economia regional, criou-se uma nova elite. Uma elite sem tradições históricas, porém atrelada ao ideário capitalista moderno. No caso específico de Uberlândia, criou-se uma elite com acumulações urbanas, caracterizada pela figura do comerciante, cujos interesses destoavam dos interesses da elite pecuarista, cuja base de acumulação vinculava-se à terra.

O papel do comerciante numa sociedade dá-se, em geral, no sentido da transformação e da inovação. Ele promove interações entre pessoas e lugares. Está sempre à procura de novos produtos, novos mercados, novas maneiras de ampliar seu capital, inclusive com investimentos que agreguem valor, a exemplo da indústria. Atua no sentido de estimular a diversificação do consumo, assim como divulga as novidades e as inovações. No caso uberlandense, a intermediação do capital comercial favoreceu todo o universo econômico local, quer dizer, todos os setores, até mesmo o agropecuário e o de serviços, gerando uma retenção ampliada de capital, que culminou no surgimento dessa nova elite, cujos interesses priorizavam o desenvolvimento local.

Como aponta Soares (1995, p.81-82), Uberlândia ...era apenas uma cidade localizada na boca de sertão, acanhada, sem belezas naturais, e, ainda, isolada dos grandes centros. À sua elite coube, portanto, transformá-la e adequá-la aos seus anseios e interesses. A referida autora segue observando que em Uberlândia ...as mudanças visavam, sobretudo, a adequar a forma urbana às possibilidades de acumulação do capital, de modo que a cidade simbolizasse o progresso, indicativo das novas condições econômicas implementadas pela atividade comercial. De fato, essa elite comercial emergente ... Almejava o progresso e a modernidade, sobretudo, porque expressavam e fundamentavam a expansão das relações capitalistas. Ao contrário de Uberaba, cujos resquícios do passado retardaram a criação de uma mentalidade capitalista, em Uberlândia, tal mentalidade nasceu junto com a própria elite, que ...manteve um discurso calcado nos parâmetros de ordem e progresso, estética e higiene, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica (SOARES, 1995, p.114). Desse modo, Uberlândia foi modelada para atender às necessidades da acumulação de capital, garantindo a ascensão de uma nova elite e da própria cidade. De modo geral, as estratégias com propósitos progressistas estão relacionadas com um modelo de

organização social que se deseja alcançar, e, nesse sentido, as mudanças são objetivadas, intencionalizadas e, até mesmo, carregadas de sentido ideológico.

Essa elite promoveu, ao longo do tempo, uma transformação nos esquemas de articulação do poder e dos interesses regionais, especialmente, a partir dos governos de Juscelino Kubitschek<sup>130</sup>, visto que se tornou imprescindível forjar novos alicerces de poder, com suporte urbano. Os conflitos de interesses ocorreram, prioritariamente, entre Uberaba e Uberlândia, isto é, entre a elite pecuarista tradicional e a elite comercial emergente, expressando o acirramento da rivalidade entre esses centros. Tal rivalidade dava-se a conhecer, inclusive, na esfera nacional, pois, em nota do Diário Oficial de São Paulo (1948, p.5), comentado por Guimarães (1990), que destacava o movimento separatista de 1948, afirmava-se que ...a maior dificuldade da separação é a rivalidade Uberaba-Uberlândia, ressaltando a ausência de unidade política regional, como argumenta Guimarães (1990)<sup>131</sup>. Cumpre comentar que, com a perda de vitalidade em Uberaba, o governo estadual deixou de beneficiar diretamente esse centro. Fato que não resultou em benefícios diretos para Uberlândia, já que os interesses desta elite foram mais bem atendidos na esfera federal que na estadual, indicando um descaso desta última com a região do Triângulo<sup>132</sup>.

A elite uberlandense, por intermédio de seus representantes políticos, orientou-se no sentido de garantir a base material para a expansão das atividades econômicas, tanto no que diz respeito aos transportes, fundamentais para a ampliação do setor atacadista, quanto à produção e distribuição de energia elétrica, indispensável ao setor industrial, além do setor de comunicações, cujos benefícios foram aproveitados de forma direta pela empresa CTBC, sediada em Uberlândia. As figuras de destaque, nesse momento, foram a do deputado federal Rondon Pacheco, forte liderança política uberlandense, e da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia-Aciapu<sup>133</sup>, que representava parte do empresariado local. As ações desse deputado e dessa associação, que ...atuou como grupo de pressão junto aos poderes públicos na defesa dos interesses do capital local, como aponta Carvalho (2000,

---

<sup>130</sup>Juscelino Kubitschek governou o Estado de Minas Gerais entre os anos de 1950 e 1955, seguindo, depois, para o governo federal, entre os anos de 1956 e 1960.

<sup>131</sup>Processo nº 79, de 1948, da Câmara Municipal de Uberlândia, conforme Guimarães (1990).

<sup>132</sup>De acordo com Guimarães (1990, p.167), apesar dos esforços regionais, ...o Triângulo sempre havia representado uma porção marginalizada no processo político mineiro. Tal descaso levaria a um novo movimento separatista em 1967, quando se criou a União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo-UDET. Esse movimento foi encabeçado pelas elites uberlandenses e presidido por Ronan Tito de Almeida, então, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia-Aciapu.

<sup>133</sup>Num primeiro momento, houve conciliação entre os interesses rurais e urbanos, em nível local. Em 1969, criou-se a Associação Rural e, posteriormente, o Sindicato Rural, que assumiu os interesses desse setor. A partir de então, a entidade passou a ser conhecida como Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-Aciub.

p.336), foram percebidas na luta pelo aproveitamento da energia de Cachoeira Dourada<sup>134</sup>, pela instalação dos links telefônicos do sistema de microondas Rio-Brasília e pela construção e ampliação da infra-estrutura de transporte, especialmente das rodovias e do aeroporto de Uberlândia<sup>135</sup>.

Nesse momento, tal elite, composta por comerciantes, empresários, agropecuaristas e políticos, entrou em sintonia com o ideário desenvolvimentista da época, indicando uma clara compreensão de que tais infra-estruturas representavam fator decisivo para a expansão das atividades locais, mormente a comercial e a industrial. O discurso da interiorização da economia também foi bastante utilizado por essa elite, em particular, pela Aciapu, no sentido de atrair novos investimentos e novas empresas, no intuito de solucionar os impasses enfrentados pela acumulação e garantir a diversificação econômica. O ideário desenvolvimentista constituiu-se em suporte político-ideológico da imagem progressista que se estava consolidando na cidade.

A Aciapu foi criada, em 1933, pelo e para o capital local, atuando sempre no sentido de fortalecer estes capitais, fossem eles agropecuários, comerciais, industriais, de serviços ou financeiros. Como declara Carvalho (2000, p.223), ...a disposição da entidade em atender aos interesses dos associados aponta para o desempenho de uma posição de vanguarda no desenvolvimento local. Suas ações, fundamentadas numa mentalidade capitalista, priorizaram as pressões políticas em prol da construção e melhoria das rodovias, do fornecimento de energia e da ampliação dos serviços de telecomunicações. Posteriormente, seu discurso e suas ações priorizaram questões mais locais, como a implantação da Cidade Industrial<sup>136</sup> e a construção do Pavilhão Industrial, o que permitiu a ampliação das feiras e exposições<sup>137</sup>. Era igualmente nítido o apoio direto às empresas locais, a exemplo da CTBC, cuja trajetória se mescla com a da própria Aciapu. Além do mais, a associação direcionou suas ações para

---

<sup>134</sup>O problema energético colocou-se de maneira decisiva na década de 1950 e duas foram as principais propostas para solucionar tal questão: a de Uberaba, que consistia na criação das Centrais Elétricas do Triângulo, com capitais regionais e com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE, da Eletrobrás e do governo federal; e a outra, de Uberlândia, especificamente, do deputado Rondon Pacheco, que previa o aproveitamento de parte da energia de Cachoeira Dourada.

<sup>135</sup>Encontra-se, em Guimarães (1990) e Carvalho (2000), discussão detalhada sobre os entraves e choques de interesses na obtenção e construção dessas infra-estruturas no Triângulo Mineiro.

<sup>136</sup>A implantação da Cidade Industrial de Uberlândia deveu-se ao empenho das forças locais, empresariado e políticos, que criaram a Comissão Municipal de Expansão Industrial, em 1960, responsável pela criação do projeto e implantação deste. A Cidade Industrial contou, inclusive, com infra-estrutura básica, implantada pelo poder público local, que visava concentrar a estrutura produtiva, no sentido de reforçar as economias de aglomeração. De acordo com Guimarães (1990, p.174), ...sem dúvida, esta determinação em favor da industrialização de Uberlândia, que, indiscutivelmente, foi resultado dos esforços de representantes locais, marcou o pioneirismo regional dos seus empreendedores.

<sup>137</sup>Em 1969, foi realizada a I Feira Nacional da Indústria de Uberlândia-Feniub.

melhorias urbanas, tais como pavimentação de ruas, fornecimento de água, segurança pública, transporte urbano, educação, dentre outras. Há que se ressaltar a prevalência dos interesses econômicos sobre os sociais, apesar de algumas melhorias urbanas. Suas ações também visaram ao universo regional, pois, fosse por conta do dinamismo econômico ou fosse pela crescente inserção política, Uberlândia foi-se transformando num ...local de decisões e suporte para os municípios da região do Triângulo Mineiro, como observa Carvalho (2000, p.199). Os contatos mantidos com associações congêneres, tanto aquelas presentes nas cidades da região como em outras cidades, a exemplo de Goiânia, São Paulo e Belo Horizonte, foram decisivos para a expansão das atividades comerciais e industriais. Outro dado relevante foi o movimento em prol da formação dos sindicatos patronais, pois da própria associação partiram as iniciativas em torno da criação desses sindicatos.

Em paralelo, visando, de maneira mais ampla, ao desenvolvimento local, a associação atuou também no sentido de atrair capitais nacionais e internacionais, principalmente por meio da isenção fiscal, da oferta de infra-estrutura e da divulgação das potencialidades do município. Merece destaque a atuação junto ao setor financeiro, posto que a associação dedicou efetivo empenho na instalação de agências bancárias, com o propósito de dinamizar a praça de Uberlândia, assim como ofertar maiores possibilidades de financiamento aos seus associados. Outro dado importante diz respeito ao empenho da associação no sentido de carrear para Uberlândia órgãos públicos fundamentais para consolidar sua posição de cidade regional, a exemplo da Superintendência Nacional de Abastecimento-Sunab, da Consultoria e Assessoria de Comércio Exterior-Cacex, da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-Casemg (1960), da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais-Fiemg e da Delegacia da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais<sup>138</sup>.

Era nítida a sintonia entre o poder municipal, dominado pela elite agrária local, e a Aciapu, que representava parcela importante dos capitalistas urbanos<sup>139</sup>, dentre eles, Alexandrino Garcia, do Grupo ABC (hoje Holding Algar); Helvésio Carneiro e Orvenor Fernandes, da Granja Planalto (hoje Grupo Carfepe); Alair Martins, do Atacado-Distribuidor

---

<sup>138</sup>A instalação da Delegacia da Junta Comercial em Uberlândia coincidiu com a organização do Clube de Diretores Lojistas, que tem sua origem associada à Aciapu.

<sup>139</sup>Como aponta Carvalho (2000, p.186), ...a existência das diferenças entre os interesses rurais e urbanos locais não levaram a um aprofundamento de conflitos que pudessem ter se constituído em obstáculos ao desenvolvimento. Ao contrário, as observações feitas levam à conclusão de que as articulações políticas, em todos os níveis, foram sempre voltadas para a conquista de condições básicas para o desenvolvimento econômico, favorecendo tanto o capital local quanto o esterno.

Martins; Osmar Junqueira de Freitas e Aluizio de Avelar Marques, do Frigorífico Caiapó; Cícero Naves de Ávila, do Frigorífico Omega; Genésio Melo Pereira, do Moinho 7 Irmãos.

Tal entidade ganhou expressão também na esfera estadual e na federal<sup>140</sup>, particularmente por intermédio dos representantes políticos locais, a exemplo do deputado federal Rondon Pacheco e do deputado estadual Homero Santos. Não se tratava, entretanto, de uma entidade político-partidária, mas de uma ...organização do capital local, que atuava no sentido de garantir ...o atendimento aos interesses dos associados e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico local, como sugere Carvalho (2000, p.336/192).

De fato, o movimento das elites no Triângulo Mineiro evidenciou a ascensão de uma nova elite, cuja base econômica centrava-se nas atividades de caráter urbano, sobretudo as comerciais e as industriais. Tal movimento deixa evidente a existência de duas bases econômicas distintas na região, uma com acumulações predominantemente rurais, reforçada inclusive pela criação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, em 1934<sup>141</sup>; e outra com acumulações, predominantemente, urbanas, cujos comandos situavam-se em dois centros, Uberaba e Uberlândia. Tais agentes, de fato, representavam interesses e valores opostos. Em termos de atitudes, vale ressaltar que a elite uberlandense se mostrava altamente empreendedora, o que levou a uma significativa diversificação da sua base econômica, enquanto que a elite uberabense manteve-se, em grande parte, atrelada a um único setor, o pecuarista. Não se tratava de uma rentista, como em Pareto (1984), porém de uma elite que optou pela especialização de seus investimentos, tendo, portanto, suas fontes de riqueza derivadas primordialmente de uma única base econômica, o que, de fato, representou um recuo, visto que, em décadas anteriores, sua economia caminhava, de forma clara, para a diversificação, com investimentos comerciais e industriais consideráveis. Nos momentos de crise, tal elite não assumiu propriamente atitudes rentistas em relação às suas fontes de riqueza, mas atitudes de cautela, promovendo a inversão dos investimentos para aquela atividade que historicamente predominava em toda a região, a pecuária, criando uma relativa autonomia dessa atividade dominante frente ao contexto regional. A especialização, contudo, tornou-se um entrave, à medida que limitou os investimentos em outros setores produtivos, assim como inibiu o setor de consumo, em função de uma estrutura concentradora de renda.

A elite uberlandense, ao contrário, orientou uma clara política de diversificação das atividades produtivas, apesar da supremacia do setor comercial, que resultou numa expansão

---

<sup>140</sup> Em 1966, a Aciapu foi incluída entre as 50 entidades congêneres que formaram o Comitê de Ação, que atuou junto ao governo federal visando aprimorar a política econômica brasileira.

<sup>141</sup> Em 1967, a Associação Rural do Triângulo Mineiro passou a ser Associação Brasileira dos Criadores de Zebu-ABCZ.

da indústria, dos serviços e também da agropecuária, expressando uma nítida tendência de articulação entre especialização e diversificação, o que, por sua vez, remodelou o conteúdo urbano. A partir desse momento, essa elite, sem um passado histórico relevante, não só passou a deter parcela significativa de riqueza e poder, por intermédio do acúmulo de capital e pela crescente participação política, como também conquistou status.

De fato, as elites locais desempenharam papéis fundamentais na reestruturação da rede urbana no Triângulo Mineiro, já que suas estratégias e ações envolveram movimentos de permanência e de mudança, assim como de flexibilidade e de adaptabilidade, engendrados por uma complexa relação entre inércias e dinâmicas socioespaciais, marcada pelas incapacidade e capacidade de reinserção dos centros urbanos, e de suas próprias elites, num universo mais amplo. Dessa maneira, as transformações que afetaram esse segmento da rede urbana inscrevem-se, também, nos diversos modos de inserção e reinserção dessa região na divisão territorial do trabalho, que, em relação aos períodos precedentes, foi substancialmente complexificada até meados dos anos de 1960.

No que tange aos centros urbanos, vale destacar os ritmos e as formas desiguais como se ajustaram às mudanças desse período. Esses ritmos e formas desiguais atribuem às mudanças suas próprias especificidades, mormente em função do espaço-tempo em que ocorreram. As elites lidaram com essas mudanças de forma distinta, posto que, por intermédio de suas atitudes e investimentos, gerou-se um movimento convergente, primordialmente, entre Uberaba e Uberlândia, caracterizado pela retração do primeiro centro e pela ascensão do segundo, resultando na reconfiguração do padrão espacial da rede, que, em meados da década de 1960, poderia ser descrito como *christalleriano*, com dois centros que desempenhavam papéis nitidamente regionais, definidos com base em suas funções centrais.

Essas transformações, que estavam em marcha desde o final do século XIX e início do século XX, seriam ainda bastante aceleradas, porém, nesse segmento da rede urbana, marcadas, a partir de então, por um movimento divergente entre Uberaba e Uberlândia, que resultaria em uma nova mudança da configuração espacial dessa rede, que deixaria sua natureza eminentemente *christalleriana*, para adquirir contornos de uma rede complexa, com múltiplos circuitos.

Cabe salientar que cada padrão de rede urbana vai permitir que determinadas ações se realizem, quer dizer, para que dadas ações se produzam, faz-se necessário que um arranjo espacial específico seja concomitantemente construído, como assevera Gomes (1997). De fato, as estratégias e as práticas sociais estão diretamente vinculadas aos arranjos espaciais que

marcam cada época, que, em paralelo, são reflexos dessas mesmas ações. Portanto, a questão central será sempre a de perceber quais são os agentes e os processos que devem ser priorizados para entender a lógica e a coerência de cada arranjo socioespacial, pois não se trata de um determinismo, ao contrário, os arranjos espaciais não determinam as práticas, o que existe de fato é uma dinâmica permanente de criação e recriação das intencionalidades sociais que reordenam e reconstróem os sentidos e os significados espaciais, ou seja, o arranjo espacial muda segundo os contextos.

## A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE MÚLTIPLOS CIRCUITOS NO TRIÂNGULO MINEIRO: O ESPAÇO- TEMPO DA DIVERGÊNCIA

A relação dialética entre o passado e o futuro, feita ao mesmo tempo de continuidade e ruptura, de coesão e luta, é trama mesma da história. (CHESNEAUX, 1976, p.19).

Nos capítulos precedentes, analisou-se a gênese e a evolução da estrutura urbana no Triângulo Mineiro e suas respectivas correlações com os modos de inserção dessa região e de seus principais centros na divisão territorial do trabalho; mas, particularmente, observou-se o complexo processo de convergência entre Uberaba e Uberlândia, que, orientado pelas práticas e investimentos de suas elites locais, resultou num padrão específico de rede, no qual a importância urbano-regional passou a ser dividida entre esses dois centros, de modo relativamente uniforme. Contudo a análise deixou antever que não se tratava de processos que primavam pela complementaridade e, sim, pela competitividade e pela divisibilidade. Esses centros seguiram por caminhos específicos, resultando em uma distinção crescente e, sobretudo, em uma re-atualização da rede urbana regional, com mudanças na hierarquia, que, sintetizam, processos de recriação das diferenças espaciais.

De fato, a metamorfose continuou, mas, a partir de então, os processos orientaram-se da convergência para a divergência, restando perguntar, em função do encaminhamento desta tese, qual a história territorial da divergência entre Uberaba e Uberlândia? Quais foram seus principais elementos deflagrantes? Tal processo de divergência define-se em função de quais configurações, estruturas, interações espaciais e interdependências?

No espaço-tempo da divergência, os antagonismos entre as elites não tiveram mais o mesmo sentido da fase anterior. A inversão da posição relativa entre Uberaba e Uberlândia indicou também uma inversão de mentalidades, pois abriu caminho para novos compromissos políticos, novas alianças estratégicas, que envolveram articulações entre a política local, a

estadual e a federal, bem como amarrações entre os capitais locais e os capitais externos, resultando em re-significações espaciais bem definidas. Os interesses permaneceram antagônicos: de um lado, uma elite progressista, empreendedora e alinhada aos ditames da nova divisão territorial do trabalho e, portanto, altamente maleável e adaptável às

transformações; e de outro lado, uma elite conservadora, oligopolista, que não respondeu a contento as novidades, por causa de um ritmo lento na assimilação das mudanças em curso, voltando-se para um tipo de acomodação da exploração pecuarista, porém com padrões altamente modernos e com elevados rendimentos, mantendo-se restrita a uma única opção, com a qual se pretendia evitar o problema da mudança. Tal conduta envolve, na maioria das vezes, um descontrole nas atitudes e nos investimentos, que advém de uma postura exitosa e uma consciência limitada das novas racionalidades, que Silveira (1999) identifica como limitação da consciência ou opacidade da consciência. Para acompanhar adequadamente as mudanças, faz-se necessário o reconhecimento dos aspectos principais de cada época. Como aponta Santos (1994, p.121), ...saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, torna-se dado fundamental, pois a sociedade concebe o espaço ...em função de seu sistema de pensamento e de ações, como explica Isnard (1985, p.535).

As transformações desse período trouxeram novos conflitos, sobretudo pelo fato de que a situação precedente de cada região pesa sobre os processos recentes. Por essa razão, as mudanças foram gradativas e marcadas por processos de coerência e de ruptura, como decorrência de efeitos divergentes. As atividades historicamente definidas, a exemplo da pecuária e do comércio atacadista-distribuidor, permaneceram e foram ampliadas em paralelo com as atividades diretamente vinculadas à atual divisão territorial do trabalho, graças aos esforços dos agentes locais, expressando processos de coerência regional. Em contraposição, os processos de ruptura foram desencadeados, primordialmente, pela modernização agrícola, que rompeu com a vocação dos cerrados. Nesse contexto, a indústria de transformação passou também por mudanças, com a constituição dos chamados complexos agroindustriais e, mais recentemente, com a constituição dos conglomerados agroempresariais multifuncionais multilocalizados. O setor de serviços qualificado também se ampliou e se diversificou, passando a atender às demandas antes satisfeitas apenas nas metrópoles, como resultado dos esforços locais para conquistar novas funções. Parcela dessa modernização regional foi imposta de fora para dentro e entregue ao controle de capitais externos, nacionais e internacionais. A entrada desses capitais extra-regionais é dado fundamental do espaço-tempo da divergência. A continuidade da participação regional no controle de parcela das atividades constitui outro dado essencial desse espaço-tempo. As modernizações do setor agrícola e da pecuária, as agroindústrias, os nodais de transporte, a produção e a distribuição de energia, os dutos para transporte de derivados de petróleo, os hipermercados e shopping centers, os portos secos, as redes de fibra óptica, os call centers, para mencionar apenas algumas formas

modernas, introduziram a região numa nova divisão territorial do trabalho, implicando transformações nas articulações econômicas e espaciais. Assim, mais fortes que em períodos anteriores, impuseram-se os antagonismos e os confrontos entre o velho e o novo, bem como entre as forças internas, relacionadas aos imperativos da região, e as forças externas, vinculadas com os imperativos da atual divisão territorial do trabalho e da própria globalização.

Nesse contexto de transformações, o posicionamento das elites locais foi decisivo para o processo de re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Em realidade, os lugares não são igualmente capazes de se adequarem às exigências das novas divisões territoriais do trabalho. Santos (1996, p.197), a esse respeito aponta que ...os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidades aos investimentos. Desse modo, ....o território tem de ser adequado ao uso procurado e a produtividade do processo produtivo depende, em grande parte, dessa adequação (Santos, 1985, p.61). Tal adequação, contudo, não é espontânea ou automática. Antes, é definida pelas escolhas acertadas das elites. Aliás, desse acerto e da condição duradoura dessa adequação depende o sucesso das elites locais, bem como o posicionamento competitivo dos lugares. Se um outro lugar passar a oferecer condições naturais ou relativas mais favoráveis, essa adequação pode não ser duradoura e, ademais, está sujeita à própria escolha racional e seletiva dos atores externos, das corporações multifuncionais e multilocalizadas, que respondem aos imperativos da competitividade. Essas são as regras da guerra de lugares, que se fundamenta na diferencialidade espacial, que passa se constituir numa das condições fundamentais para a reprodução geral do capital e da própria sociedade. Nesse contexto, as corporações passam a contribuir ...decisivamente para a manutenção, o desfazer e o recriar das desigualdades espaciais, como aponta Corrêa (1991, p.139).

Como bem exemplifica a comparação entre Uberaba e Uberlândia, os processos de seletividade reforçam a tendência conflitante, por vezes convergente, por vezes divergente, da evolução espacial desigual, criando uma nova geografia. Como salienta Arroyo (2006, p.83), ...criam-se e recriam-se processos de seletividade espacial que reforçam a tendência histórica de desenvolvimento desigual e combinado. No primeiro centro, as elites mantiveram seus investimentos na modernização da pecuária, orientando definitivamente sua especialização produtiva, o que significou uma restrição nas formas de acumulação e, obviamente, dos investimentos, que não permitiu a criação de um sistema produtivo mais amplo, baseado no capital local. Além disso, tal elite esforçou-se para assegurar seu

tradicional desempenho na vida política regional e estadual. Tal situação permitiu a preservação da ordem social, porém não permitiu a preservação da ordem econômica e espacial. Os investimentos externos voltaram-se para a industrialização, sobretudo na produção de fertilizantes e equipamentos, e mais recentemente envolveram-se na atividade de aprimoramento genético bovino, o que se confirma pela presença das corporações globais ABS Pecplan e da Alta Genetics, indicando o alargamento dos atores envolvidos e, ao mesmo tempo, que Uberaba perde o controle sobre sua especialização. As indústrias com maior faturamento e expressão espacial são externas a Uberaba e, portanto, com lógicas alheias ao lugar, a exemplo da Fosfértil, da Bunge Fertilizantes, da Fertibrás (Yara Brasil), da Valmont, da DaGranja, da Satipel e da Black & Decker, e, por essas razões, parte substancial dos capitais gerados são remetidos para as sedes dessas empresas no Brasil e no exterior, localizadas nos principais centros de gestão e acumulação de capital do país e do mundo. De acordo com Corrêa (2002, p.68), ...a sede social da corporação, onde decisões econômicas e políticas são tomadas, constitui-se no ponto focal onde o ciclo de reprodução do capital tem início, finaliza e reinicia-se.

As elites uberlandenses, ao contrário, criaram as condições para uma acumulação ampliada, o que garantiu a expansão dos capitais produtivos e mercantis, bem como os re-investimentos internos, que visavam ao aumento da capacidade competitiva por meio do aumento da produtividade. Os grupos locais, especialmente Algar, Martins, Arcom, Peixoto e Braspelco<sup>142</sup>, expandiram seus capitais, suas áreas de atuação e suas formas de acumulação, paralelamente à entrada dos capitais externos, dentre outros, Souza Cruz, Cargill Agrícola, Daiwa Têxtil e Sadia. Assim, garantiu-se o controle sobre parcelas das atividades, a continuidade da reprodução dos capitais locais, o aprofundamento das articulações com os capitais externos, os investimentos em infra-estruturas e serviços em geral, e a inserção de Uberlândia nas novas racionalidades da atual divisão territorial do trabalho. Tais condições afiançaram a ampliação e a diversificação dos papéis urbanos, resultando numa espacialidade complexa, definida por pelo menos dois recortes espaciais: um associado à esfera regional, posto que os re-investimentos internos levaram a um aumento da centralidade, expressando capacidade de organização regional; e o outro relacionado com a espacialidade das grandes

---

<sup>142</sup>O Grupo Martins, o Arcom, a CTBC (holding Algar) e a Braspelco estão entre as 500 maiores empresas do país, segundo a Revista Exame (2006). Considerando as 1.000 maiores empresas do país, segundo a Revista Exame (2006), encontram-se também a ABC-Inco e a CTBC Celular, ambas da holding Algar. A Algar, por sua vez, está listada entre os 100 principais grupos empresariais do Brasil. Enquanto que o Martins e o Arcom estão listados entre as 50 maiores empresas do comércio do país.

empresas e marcado por uma área de atuação mais extensa e pela descontiguidade territorial. Essas espacialidades têm em comum a natureza reticular, ou seja, a organização espacial resultante impõe-se pela lógica da rede, que, como aponta Dupuy (1988, p.19), ...denota a organização ou a gestão de um território.

Enfim, esses centros orientaram-se, como resultado dos embates entre o velho e o novo, bem como da conjunção entre fatores internos e externos, e da relação entre lógicas singulares e universais, por direções diferentes, com ritmos igualmente diferentes, como resultado das assimetrias na evolução urbano-regional, definidas, desse momento em diante, por processos de divergência.

## 7 - O papel do Estado na adequação regional às necessidades da acumulação: construindo as bases da re-diferenciação

A atuação do Estado, assim como no período anterior, permaneceu como elemento fundamental para a adequação das bases materiais no Triângulo Mineiro, indicando uma continuidade no processo de concentração das condições potenciais que possibilitavam o aumento da esfera produtiva, assim como a reprodução e a acumulação ampliada dos capitais locais<sup>143</sup>. As políticas definidas tanto no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-73) como no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79) influenciaram direta e indiretamente o desempenho diferenciado dessa região, que, a partir desse período, assumiu, em função das mudanças estruturais de seu aparato produtivo, uma nova posição, tanto em nível estadual como nacional, pelas alterações na divisão territorial do trabalho.

O governo de Minas Gerais, seguindo a conjuntura nacional e visando ampliar as condições para o desenvolvimento do estado, apresentou o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social-PMDES (1971-75)<sup>144</sup>, que elegeu a Macrorregião IV - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba<sup>145</sup> - como área base de suas políticas. As estratégias privilegiaram, além das complementações infra-estruturais, especialmente transporte, armazenagem e energia, a modernização da agropecuária e a implantação de distritos industriais, com a instalação de agroindústrias voltadas para as demandas internacionais, retomando a idéia de formação de centros industriais, por meio da criação da Companhia de Distritos Industriais-CDI-MG (1971), que contava com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais-INDI (1970) e do BDMG (1963)<sup>146</sup>. Segundo Guimarães (1990, p.185), o I PMDES foi ...o elemento responsável pela estruturação econômica do Triângulo Mineiro, notadamente no campo da agricultura e da agroindustrialização, além da complementação viária de suporte ao setor de comércio.

De fato, a partir dos fomentos do I PMDES, dinamizaram-se as modernizações agrícolas e o incremento agroindustrial na região, beneficiando Uberlândia, Uberaba e,

---

<sup>143</sup> Essas condições foram gestadas a partir da segunda metade da década de 1950 e efetivamente consubstanciadas nos anos de 1960 e 1970, como aponta Guimarães (1990).

<sup>16</sup> A respeito da criação de um aparato institucional em Minas Gerais, ver Diniz (1981), que resgata a importância do papel do Estado e do capital externo no processo de industrialização desse estado, assim como do I e II PMDES (1971-75 / 1975-79).

<sup>17</sup> Nas políticas para essa região, foram acrescidos os municípios de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba e São Gotardo, da Macrorregião V, e Lagamar e Presidente Olegário, da Macrorregião VI.

<sup>18</sup> Essas instituições foram criadas para assegurar a reinserção econômica de Minas Gerais no cenário nacional. A este respeito, ver Diniz (1981).

secundariamente, Patrocínio, Frutal, Patos de Minas e Ibiá. Cabe comentar que, nesse contexto, iniciou-se a instalação dos distritos industriais de Uberaba e Uberlândia, capacitados para absorver capitais regionais, nacionais e internacionais. Ressalta-se que, no caso de Uberlândia, a CDI-MG encampou a Cidade Industrial, criada em 1965, como resultado dos esforços de representantes locais.

O enquadramento do Triângulo Mineiro nos projetos do governo federal ocorreu, essencialmente, por meio da modernização da agricultura em áreas de cerrado e do Programa Corredores de Transporte para Exportação (1972), que, seguindo as propostas da orientação interiorana dada à infra-estrutura pública desde a construção de Brasília, visava interligar as regiões produtoras interioranas, sobretudo as regiões agropecuárias do Centro-Oeste, aos principais portos do Centro-Sul. A ligação do Triângulo Mineiro, servido pelas BR-050, BR-153, BR-452, BR-362 e pelas ferrovias da Ferrovia Paulista-Fepasa e Rede Ferroviária Federal-RFFSA, deu-se prioritariamente com os portos de Santos e de Vitória.

Esses foram os elementos centrais de reestruturação socioespacial no Triângulo Mineiro na década de 1970. O papel das elites regionais foi do mesmo modo decisivo na consecução dessas condições. O Triângulo Mineiro, de fato, já possuía situação singular, fosse pelas potencialidades naturais e locacionais, fosse pelas condições histórico-geográficas construídas ou fosse ainda pela acumulação interna de capitais. Contudo a influência política de suas elites foi, como sugere Guimarães (1990, p. 181), ...fundamental para a elucidação das vantagens, agilização dos projetos e sustentação das demandas. Tal influência, nesse momento, favoreceu a Uberlândia, notadamente pela presença do então governador indicado pelo governo federal, Rondon Pacheco, que orientou a transferência de ...recursos e influências para o Triângulo Mineiro, como aponta Brandão (1989, p.138).

As relações regionais ganharam uma nova configuração, em especial, pelo fortalecimento das relações com a esfera federal e pelo o incremento das articulações com o governo mineiro, apesar de essa região manter seus laços de complementaridade com a economia paulista. Como aponta Brandão (1989, p.175), ...as principais lideranças políticas do Triângulo encontraram amplos canais de negociação com os governos federal e estadual, desfraldando, quando não atendidas em suas reivindicações, a bandeira do separatismo<sup>147</sup>.

---

<sup>19</sup> Tais movimentos separatistas, como apontado anteriormente, visavam pressionar a esfera estadual com o intuito de conquistar as reivindicações locais, sobretudo com relação os impostos estaduais, não estando, portanto, fundamentados numa forte ideologia regionalista ou num movimento popular. Na segunda metade do século XX, foram dois os movimentos separatistas no Triângulo Mineiro, o ocorrido em 1967, sob os auspícios de Ronan Tito Teixeira e Hugo Rodrigues da Cunha, que resultou na criação da União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo-UDET, e o de 1987, quando dos movimentos nacionais em favor da constituinte de

Nesse contexto, percebeu-se uma reordenação das forças políticas com o enfraquecimento do poder das velhas oligarquias rurais, estrategicamente vinculadas à esfera estadual, a exemplo daquelas presentes em Uberaba e Araxá, e com o fortalecimento das elites urbanas uberlandenses, cujas afinidades com a esfera federal já eram notórias desde o Plano de Metas. Nesse momento, observou-se a projeção de representantes políticos locais tanto na esfera estadual como federal, a exemplo de Rondon Pacheco, que assumiu a posição de chefe da Casa Civil no governo do General Costa e Silva (1967-69) e governou o estado de Minas Gerais entre os anos de 1971 e 1975, período, segundo Diniz (1981, p.236), de ...apogeu da expansão industrial mineira, inclusive com a implantação de unidades industriais por todo o Estado. Por meio dessa representatividade, o Triângulo Mineiro, considerado até esse momento uma região marginalizada no processo político mineiro, passou a receber importantes recursos e a figurar de forma destacada nas políticas estratégicas do estado, com nítido privilegiamento dos interesses uberlandenses, cujo processo de diferenciação frente aos demais centros triangulinos estava fundamentado nas transformações ocorridas até o final da década de 1970.

### 7.1 - A incorporação agrícola dos cerrados e seus efeitos divergentes em Uberaba e Uberlândia

Há uma rica controvérsia quanto ao papel da modernização do campo no desenvolvimento brasileiro. Grosso modo, essa atendeu aos requisitos da modernização da agropecuária e da agroindustrialização, assim como aos ditames do processo de internacionalização da economia, consolidando uma estrutura agrária fundamentada na exploração capitalista. Porém, segundo Elias (2003, p.69), ...foram muitos e complexos os impactos no território brasileiro, posto que o modelo de modernização, induzido pelo Estado a partir dos anos de 1960, promoveu a expansão da fronteira agrícola, modificações na base técnica da produção e nas relações de trabalho, o aumento da produção e da produtividade no campo, alterações na estrutura fundiária, e maior integração e subordinação aos interesses do capital industrial e financeiro, como aponta Graziano da Silva (1982).

Os espaços agrários são mais flexíveis às mudanças que os espaços urbanos, uma vez

---

1988. Esta última campanha foi desencadeada pelos esforços do deputado Chico Humberto de Uberlândia e Ney Junqueira de Uberaba.

que respondem mais prontamente aos desígnios de uma nova divisão territorial do trabalho, sendo capazes de reorganizar rapidamente sua composição, comandada pela lógica da interpenetração de capitais agrários, industriais e financeiros. No campo, os imperativos das demandas hegemônicas são acolhidos de forma mais simétrica, produzindo e reproduzindo um espaço mais homogêneo. A modernização em áreas de cerrado, implementada a partir da década de 1970, constitui exemplo notório dessa permeabilidade, pois submeteu toda uma vocação histórica voltada para pecuária aos ditames de uma agricultura moderna, que visava, sobretudo, atender às demandas internacionais. Observa-se, no entanto, que esse processo se implantou, a despeito de sua ampla disseminação, com ritmo e intensidade bastante distintos e heterogêneos, envolvendo grupos hegemônicos que impuseram uma alta seletividade de áreas, o que levou a um aprofundamento das desigualdades regionais.

Como aponta Brandão (1989, p.149), ...o Triângulo Mineiro foi, sem dúvida, uma das regiões brasileiras onde a expansão e a intensidade das transformações do campo se deram em maior sintonia com as orientações do “novo padrão agrícola”. Sua agropecuária já era razoavelmente moderna e tecnificada, bem como já havia uma integração entre a produção do campo e as indústrias beneficiadoras, sediadas sobretudo em Uberlândia. Todavia essa produção estava totalmente voltada para as demandas do mercado interno, a exemplo da rizicultura. A incorporação dos cerrados, contudo, promoveu uma reorganização da agropecuária nessa região, alterando substancialmente a composição do seu produto agrícola, já nos anos de 1970. Com novas formas de produção e de gerenciamento aumentaram-se a produtividade e a produção agrícola e pecuária, propiciadas por uma série de políticas e programas do governo federal<sup>148</sup>, do governo mineiro, principalmente via INDI e BDMG<sup>149</sup>. Dos produtos tradicionais, apenas o milho, o café e o algodão seguiram como culturas agroindustrializáveis e exportáveis<sup>150</sup>, acrescidas pela incorporação maciça da soja e da cana-de-açúcar, que recebeu investimentos do Programa Nacional do Álcool-Proálcool (1975), além da expansão das áreas reflorestadas por pinus e eucalipto. Os produtos tradicionais, segundo informações dos Censos Agropecuários de 1960, 1975 e 1985, apresentaram grande

---

<sup>20</sup> Dentre os projetos para o desenvolvimento econômico das áreas de cerrado implantados no Triângulo Mineiro, destacam-se o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba-Padap (1973), implantado nos municípios de Ibiá, São Gotardo, Rio Paranaíba e Campos Altos; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados-Polocentro (1975) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados-Prodecer (1979), em Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu.

<sup>21</sup> Em 1972, o BDMG lançou o projeto Bases para uma Ação Integrada na Região IV, que visava, segundo Brandão (1989, p.146), ...readequar a agricultura local aos novo momento da ‘luta exportadora’.

<sup>22</sup> Pela ótima adaptação, destaca-se a expansão do café do cerrado, que ganhou status pela elevada qualidade dos grãos.

desvantagem diante das culturas modernizadas e voltadas para a industrialização e para a exportação, registrando franco declínio de produção e de produtividade. Um exemplo é o arroz, que apresentou, entre 1960 e 1975, crescimento de 43,6% na produção (de 152.092 toneladas, em 1960, para 218.179 toneladas, em 1975) para, em seguida, registrar decréscimo de -34,1% (143.820 toneladas) na produção, em 1985. A participação do cultivo de arroz do Triângulo Mineiro na produção do Estado caiu de 38,7%, em 1975, para 17,3%, em 1988, como retratado na Tabela 7. A expansão das lavouras de soja, praticamente inexistentes até a década de 1970, guarda relação direta com a modernização do campo. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1975, o Triângulo Mineiro respondeu por 89,5% (42.744 toneladas) da produção de soja do estado (47.744 toneladas) (Tabela 7). Somente na microrregião de Uberlândia foram produzidos, nesse período, 34,6% (16.500 toneladas) de toda soja do estado (Tabela 8). Nessa microrregião, ampliou-se a produção de soja e também de milho graças ao Subprograma de Crédito Integrado à Produção Agropecuária e Conservação dos Solos (1972-73), como retratado na Tabela 8. Posteriormente, a produção de soja expandiu-se na porção sul triangulina, seguindo para o Pontal do Triângulo Mineiro.

Por outro lado, a vocação histórica regional permaneceu e modernizou-se. A pecuária, tanto leiteira como de corte, foi menos elástica às modernizações, excetuando o caso de Uberaba, onde se desenvolveu o aprimoramento genético do gado zebuino, resultando num plantel de alta linhagem, cuja comercialização de reprodutores foi altamente lucrativa, incrementando um mercado em franca expansão. A ABCZ contribuiu em muito para o aprimoramento genético e a expansão dessa pecuária, sendo o canal pelo qual se deram as principais inovações. Observa-se, no entanto, que ocorreu uma valorização das terras, resultando numa redução das áreas de pastagem. Porém, essa atividade sofreu menos concorrência com a expansão das lavouras nos locais onde se desenvolvia a pecuária de corte do que naqueles onde se desenvolvia a pecuária leiteira, que sofreu forte impacto com a modernização da agricultura, tanto pela baixa qualidade do rebanho e especificidade de preço do leite quanto pela situação menos favorável dos fazendeiros que se dedicavam a essa atividade.

Tabela 7 - Minas Gerais: participação do Triângulo Mineiro na produção agrícola, segundo culturas selecionadas, 1975-1988 (ton.)

Ano	Soja			Café			Cana-de-açúcar			Milho			Algodão			Arroz		
	Triângulo Mineiro	Minas Gerais	%															
1975	42.744	47.744	89,5	6.509	292.837	2,2	285.928	3.735.559	7,7	356.455	1.928.350	18,5	26.491	54.604	48,5	218.179	563.790	38,7
1980	166.351	246.764	67,4	51.945	507.370	10,2	1.787.653	7.677.901	23,3	365.289	2.284.114	16,0	21.835	52.112	41,9	166.137	553.248	30,0
1988	548.239	930.823	58,9	114.628	1.220.848	9,4	6.836.792	18.308.465	37,3	699.049	3.288.826	21,3	67.632	135.207	50,0	154.056	890.765	17,3

Fonte: FIBGE-Censo Agropecuário, 1975-80. BRANDÃO, 1989. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1985. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 8 - Triângulo Mineiro: principais produtos agropecuários das microrregiões de Uberaba e Uberlândia, 1975

Município e microrregião	Agricultura (ton.)					Rebanho bovino (cabeça)
	Café	Arroz	Milho	Feijão	Soja	
Uberaba	233	11.851	10.444	59	296	186.632
Microrregião de Uberaba	284	24.167	26.998	72	8.543	418.358
Uberlândia	44	6.873	8.023	244	1.644	132.153
Microrregião de Uberlândia <sup>1</sup>	282	65.517	176.606	632	16.500	1.102.750

Fonte: FIBGE-Censo Agropecuário, 1975. GUIMARÃES, 1990. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1985. Organização: BESSA, 2007.

<sup>22</sup> Ainda composta também pela microrregião de Ituiutaba.

Ressalta-se que a intensificação da pecuária local também resulta dos incentivos estatais de crédito e de assistência técnica. Como retratado na Tabela 8, Uberaba detinha, em 1975, um plantel superior ao de Uberlândia, sendo que o elevado número do rebanho na microrregião de Uberlândia é justificado pelos grandes plantéis presentes no Pontal do Triângulo, onde se encontravam as maiores invernadas, devido à integração com Barretos e Araçatuba, tradicionais pólos pecuaristas de São Paulo. Tal complementaridade enfraquecia a posição de Uberaba, que seguiu apostando no melhoramento do gado. Cabe comentar que a avicultura e a suinocultura também acompanhavam o processo de incorporação tecnológica, destacadamente em Uberlândia.

De acordo com Brandão (1989, p.153), ...a região sintetizou profundamente a verdadeira revolução na base técnica e nas relações de produção que se processaram no campo brasileiro, em particular, pelo aproveitamento das áreas de cerrados, que apresentavam condições favoráveis à modernização. Essa expansão seguiu com um percentual crescente nos anos de 1980, de modo marcante, pela intensificação no uso de maquinário e de insumos, que resultou num aumento da produção e da produtividade das denominadas culturas de elite, bem como pela incorporação de novas áreas do cerrado mineiro e do centro-oeste, atraindo os grandes capitais extra-regionais para a produção e o processamento, sobretudo oriundos de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e do exterior, também atraídos pelos investimentos e incentivos estatais e pelas melhorias infra-estruturais, assim como pela proximidade do mercado consumidor do Centro-Sul. Tratava-se de atores privilegiados pela lógica do Estado capitalista, como sugere Silva (2003).

Os dados revelam que, no início da década de 1980, as regiões Triângulo e Alto Paranaíba ocupavam, no que se refere ao valor dos investimentos decididos pelo INDI e apoiados financeiramente pelo BDMG, o segundo lugar entre as regiões do estado, perdendo apenas para a região Metalúrgica e Campo das Vertentes, como retratado na Tabela 9. Até 1983, foram 53 projetos decididos em favor dessa região, sendo 24 voltados para a agroindústria, privilegiando Uberlândia (seis projetos) e Ituiutaba (cinco projetos), que passaram a processar e beneficiar parte da produção agrícola do Alto Paranaíba, do Noroeste Mineiro e do Pontal do Triângulo, e secundariamente Uberaba, Patos de Minas e Capinópolis. No setor de química, dos 11 projetos decididos nove foram em favor de Uberaba e apenas dois favoreceu a Uberlândia, como retratado na Tabela 10.

Tabela 9 - Minas Gerais: distribuição, segundo as regiões, dos projetos com assistência do INDI e apoio técnico-financeiro do BDMG, 1980

Região	N. de projetos		Valor do investimento (CR\$ milhões)		N. empregos gerados	
	N. de projetos	%	Valor (CR\$ milhões)	%	N. de empregos	%
I Metalúrgica e Campo das Vertentes	206	42,7%	28.282,7	29,8%	49.149	33,5%
II Mata	33	6,8%	1.976,6	2,1%	7.102	4,8%
III Sul	101	21,0%	9.836,0	10,4%	23.054	15,7%
IV Triângulo e Alto Paranaíba	51	10,6%	24.682,2	26,0%	10.767	7,3%
V Alto São Francisco	17	3,5%	9.494,3	10,0%	13.492	9,2%
VI Noroeste	59	12,2%	18.943,3	20,0%	22.084	15,0%
VII Jequitinhonha	1	0,2%	12,0	0,0%	42	0,0%
VIII Rio Doce	14	2,9%	1.638,9	1,7%	21.151	14,4%
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>100,0%</b>	<b>94.866,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>146.841</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FREITAS e SAMPAIO, 1985. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 10 - Triângulo e Alto Paranaíba: distribuição, segundo os municípios, dos projetos com assistência do INDI e apoio técnico-financeiro do BDMG, 1983

Setor industrial	Mecânico e eletroeletrônico		Têxtil, vestuário e calçado		Química		Agroindústria		Total	
	N. de projetos	N. de empregos	N. de projetos	N. de emprego	N. de projetos	N. de empregos	N. de projetos	N. de empregos	N. de projetos	N. de emprego
Araguari	1	140	--	--	--	--	1	200	2	340
Canápolis	--	--	--	--	--	--	1	1.500	1	1.500
Capinópolis	--	--	--	--	--	--	2	70	2	70
Coromandel	--	--	--	--	--	--	--	--	1	25
Ituiutaba	--	--	--	--	--	--	5	302	11	312
Patos de Minas	--	--	--	--	--	--	2	80	2	80
Patrocínio	--	--	1	200	--	--	1	60	2	260
Perdizes	--	--	--	--	--	--	1	25	2	4
Sacramento	--	--	1	200	--	--	1	35	2	235
Tupaciguara	--	--	--	--	--	--	1	5	1	5
Uberaba	1	100	2	412	9	1.289	3	587	15	2.388
Uberlândia	--	--	4	536	2	82	6	2.308	12	2.926
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>240</b>	<b>8</b>	<b>1.348</b>	<b>11</b>	<b>1.371</b>	<b>24</b>	<b>5.172</b>	<b>53</b>	<b>8.145</b>

Fonte: FREITAS e SAMPAIO, 1985. Organização: BESSA, 2007.

Observação: do total de 53 projetos, ressalta-se que oito estão vinculados a pequenos investimentos e não constam da tabela.

A composição dos segmentos econômicos presentes na região foi bastante alterada a partir de 1970, essencialmente no sentido da modernização e da diversificação, seja na agropecuária, seja na indústria, seja no comércio e na prestação de serviços. A modernização agropecuária das áreas de cerrado promoveu uma reestruturação do arranjo produtivo da região, graças à diversificação das atividades industriais, bem como a uma certa especialização produtiva, já que propiciou a expansão de dois ramos agroindustriais: de um lado, as chamadas indústrias para a agricultura, principalmente as de insumos e equipamentos, e, de outro lado, as processadoras dos produtos agropecuários, organizadas em cadeias produtivas. Embora as agroindústrias sejam encontradas em todo o Triângulo Mineiro, sua distribuição espacial obedeceu à lógica da estrutura polarizadora de Uberaba e Uberlândia,

indicando uma concentração e uma incipiente especialização: Uberlândia passou a sediar importantes indústrias processadoras de produtos agropecuários, enquanto que Uberaba passou a sediar importantes indústrias de fertilizantes fosfatados, numa lógica própria ao Complexo Agroindustrial-CAI, que envolve atividades a jusante e a montante de sua produção agropecuária, numa clara integração campo-cidade. Ademais, essas agroindústrias foram responsáveis pela estruturação de verdadeiros complexos territoriais produtivos, além de estabelecerem amplos círculos de cooperação envolvendo a comercialização e uma série de serviços gerais e especializados, dentre os quais se destacam os financeiros<sup>151</sup>.

A entrada de firmas globais foi observada em ambos os ramos industriais, a exemplo da Cargill e da Bunge Fertilizantes, assim como de firmas nacionais, a exemplo da Fosfértil, da DaGranja, da Satipel, dentre outras, que, na realidade, são novos agentes, com importante capacidade para reorganizar as relações espaciais e o território. Ressalta-se que alguns grupos empresariais locais incorporaram atividades associadas à modernização dos cerrados, a exemplo da holding Algar, por meio da agroindústria ABC Inco e da ABC A & P, da Granja Rezende (hoje Sadia) e da Granja Planalto (do Grupo Carfepe). As informações da Tabela 11 e 12 evidenciam a concentração industrial em Uberaba e Uberlândia. Uberlândia, principal centro industrial da região desde os anos de 1940, passou a dividir essa posição, ao longo dos anos de 1970 e principalmente nos anos de 1980, com Uberaba, em decorrência dos investimentos na indústria química. Apesar dos indícios da formação de especializações produtivas, havia uma relativa homogeneidade entre o número de estabelecimentos, o número de pessoal ocupado e nos valores da produção e da transformação industrial, entre os anos de 1970 e 1980, como retratado na Tabela 12.

---

<sup>22</sup> Em ambas as cidades, instalaram-se empresas de pesquisa e planejamento, dentre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias-Embrapa e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater.

Tabela 11 - Uberaba e Uberlândia: número de estabelecimentos industriais, 1970

Tipo de atividades	Uberaba	Uberlândia
Indústria extrativa de minerais	6	9
Transformação de minerais não-metálicos	28	24
Metalúrgica	18	22
Mecânica	20	49
Material elétrico e de comunicação	6	12
Material de transporte	7	12
Mobiliário e madeira	38	32
Papel, papelão e Borracha	8	5
Couros, peles e similares	7	1
Química, perfumaria, sabões e velas, farmacêutico	3	6
Produtos de materiais plásticos	1	4
Têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido	44	19
Produtos alimentares e bebidas	96	104
Editorial e gráfica	12	16
Outras	12	9
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>324</b>

Fonte: FIBGE, 1970. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1985. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 12 - Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e da transformação industrial nos principais centros urbanos, 1970-1980

Municípios	1970				1980			
	N. de Estabelecimentos industriais	Pessoal ocupado	Valor da Produção Industrial (Cr\$ 1.000,00)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000,00)	N. de Estabelecimentos industriais	Pessoal ocupado	Valor da Produção Industrial (Cr\$ 1.000,00)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1.000,00)
Araguari	121	871	61.143	20.715	221	2.301	2.836.052	860.430
Ituiutaba	120	932	48.554	13.325	178	1.987	8.056.611	1.123.379
Patos de Minas	159	595	14.108	5.809	190	1.575	1.343.479	504.116
Uberaba	306	3.132	87.708	36.240	522	8.226	21.008.638	11.164.937
Uberlândia	324	2.889	196.973	59.499	799	11.318	25.223.510	9.770.962

Fonte: FIBGE, 1970. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1985. Organização: BESSA, 2007.

As agroindústrias, sobretudo a partir da segunda metade de 1970, assumiram papel fundamental na dinâmica regional. Merecem destaque as indústrias madeireiras, com significativa concentração de serrarias e fábricas de artefatos de madeira; as indústrias de couros e peles, com expressivo número de curtumes, que aproveitavam o potencial da vasta região pecuarista; e as indústrias de produtos alimentares, com relevante número de indústrias de beneficiamento de arroz, café e milho<sup>152</sup>, de frigoríficos para o abate de bovinos, suínos e aves, de laticínios<sup>153</sup>, e de indústrias para o processamento de frutas (abacaxi, maracujá e laranja). Outras agroindústrias importantes são aquelas associadas ao beneficiamento de algodão, cana-de-açúcar e soja.

Paralelamente à expansão dessas agroindústrias e visando ao aproveitamento dos recursos minerais da região (fosfato) e dos recursos federais (Plano Nacional para a Difusão de Adubos [1967] e 1º Plano Nacional de Fertilizantes e Calcários Agrícolas [1974-1979]) foram implantadas indústrias de insumos, sobretudo de fertilizantes. Tais indústrias foram concentradas primordialmente em Uberaba e Araxá. Dentre elas, merecem destaque as empresas Valefertil (1976), em Uberaba, Arafertil (1977), em Araxá, Fosfertil (1977), em Patos de Minas, e Valep (1976), em Tapira.

A expansão do segmento agroindustrial dinamizou outros segmentos da economia local, veja-se o exemplo do setor de embalagens, com a implantação, em Uberlândia, da Metalúrgica Prada, fabricante de embalagens metálicas para os setores químicos e alimentícios (caixas, latas, dentre outros produtos), do comércio de implementos e insumos agrícolas, bem como dos serviços, com destaque para os laboratórios de análises de solos, água e sementes, com a presença de importante mão-de-obra especializada (técnicos agrícolas, veterinários e agrônomos).

Nesse processo de agroindustrialização, percebem-se nitidamente as articulações e os conflitos entre os capitais regionais e os extra-regionais, que, de modo específico, contribuem para tornar inteligível a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Observa-se, nessa caracterização geral, que a implantação de indústrias em Uberaba deu-se por meio do capital extra-regional, gerido por uma cooperação alheia ao lugar. Em Uberlândia, ao contrário,

---

<sup>25</sup> A região possuía várias máquinas de beneficiamento e empacotamento de arroz, produzido na própria região, no sudoeste goiano e no Mato Grosso do Sul. Somente em Uberlândia, em 1987, eram beneficiados 2 mil toneladas de arroz/dia.

<sup>26</sup> Nesse setor, a pasteurização e a frigorificação do leite encontravam-se nas mãos do capital local, enquanto que a produção de queijos finos, iogurtes, leite em pó e farinhas lácteas estava nas mãos do capital extra-regional. Vejam-se os exemplos das fabricas da Nestlé, sediadas em Ituiutaba e Ibiá, cujas produções de leite em pó destinam-se aos mercados do Norte e do Nordeste do país.

percebe-se uma relativa expansão de grupos industriais locais, beneficiados pelo amplo desenvolvimento do capital comercial, o que possibilitou uma internalização da apropriação da renda e conseqüente diversificação dos investimentos locais, concomitantemente à entrada dos grandes grupos industriais, a exemplo da Cargill e da Souza Cruz. Em 1986, a Aspasa-Algodoeira, sediada em Uberlândia, possuía capacidade para beneficiar 1,5 milhões de arrobas de algodão com caroço por ano. Também sediada em Uberlândia, a Daiwa Têxtil, de capital japonês, nesse mesmo período, tinha capacidade para produzir cerca de 7 mil toneladas de fios por ano, sendo a principal demandante do algodão processado pela Aspasa. Dentre os grupos uberlandenses, destacava-se, já na década de 1980, o Grupo Rezende (hoje Sadia), pelo abate de bovinos, suínos e aves, pelo processamento de embutidos congelados e pela produção de ração (milho e soja), assim como pela produção de matrizes de corte, de pintos de corte e de ovos comerciais. Estas últimas atividades eram, do mesmo modo, desenvolvidas pela Granja Planalto (Grupo Carfepe), também de capital local. No esmagamento de soja, destacava-se a ABC Inco (empresa da holding Algar, criada em 1978) que, em 1989, possuía capacidade de esmagamento de 1.500 toneladas/dia.

Outro dado fundamental de diferenciação centrava-se na polarização de Uberlândia, conquistada num período anterior pela expansão comércio atacadista-distribuidor. Ressalta-se que a direção dos fluxos, nessa região, guarda relação intrínseca com a força polarizadora de Uberlândia. Mesmo com a expansão industrial de Uberaba e com a incorporação de novas áreas de cerrado ao norte e a oeste, a polarização continuava assentada em Uberlândia. De fato, essa capacidade polarizadora foi capaz de limitar a expansão de outros centros, a exemplo de Ituiutaba, para o qual foram colocadas as condições de tornar-se pólo agroindustrial, de Frutal, que poderia ter se tornado ponto estratégico no sul triangulino, assim como de Patrocínio, Araxá e Patos de Minas, no leste triangulino, pois a ocupação dos cerrados nessa área criou as possibilidades de maior retenção do excedente agrícola, com potencialidades de diversificação produtiva. Entretanto, com a modernização e expansão da agropecuária, Uberlândia constituiu-se em ponto de atração e concentração do excedente produzido no campo, ampliando as potencialidades da agroindústria e do comércio, bem como a capacidade de canalização e retenção dos fluxos e das rendas regionais. Apesar dos investimentos em Uberaba e em outros centros triangulinos, Guimarães (1990, p.200-201) destaca a ...afirmação do parque industrial de Uberlândia, sustentada basicamente por sua estrutura polarizadora que, devido ao amplo desenvolvimento do capital comercial, possibilitou a endogeneização da apropriação de renda e conseqüente diversificação do

núcleo urbano. Essa diversificação urbana, marcada pela ampliação do comércio varejista e da prestação de serviços, foi determinante para a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Em paralelo, Uberlândia passou a ser pólo de atração de movimentos migratórios, recebendo um importante incremento populacional, que impulsionava ainda mais o processo de terciarização.

No caso específico de Uberlândia, cumpre salientar a presença de fatores endógenos que permitiram a articulação dos capitais agropecuários, comerciais e industriais, conformando uma ampla rede de apropriação de excedentes. Na consolidação das atividades econômicas com base em capitais locais, faz-se necessário considerar o forte papel desempenhado pelas elites locais, que, em função de alguns projetos político-econômicos, projetaram a região e seus principais centros no cenário nacional. Assim, Uberlândia foi-se constituindo no local ideal para a instalação de indústrias, sobretudo aquelas voltadas para o beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como para a expansão do comércio e dos serviços, que visavam atender às necessidades da população local e regional. Ressalta-se, contudo, que seus capitais locais expandiram para além da região, especialmente os associados ao comércio atacadista-distribuidor.

27 de fundamental importância dimensionar a efetiva contribuição desse setor na dinâmica da região, pois, segundo Guimarães (1990, p.206), é a partir das articulações econômicas dessa atividade ...que assumem uma maior relevância a produtividade primária e a própria diversificação industrial, inclusive no sentido de reforçar o predomínio das elites locais, pela capacidade de apropriação e reinvestimento do excedente produzido interno e extra-regionalmente, bem como a distinção polarizadora de Uberlândia<sup>154</sup>.

O setor atacadista, a partir de 1970, expandiu para além dessa área tradicionalmente sob sua influência, alcançado os mercados do Nordeste e Norte do país, marcadamente pela presença de depósitos das empresas atacadistas-distribuidoras e pelo aumento da frota de veículos, que indicam um aumento no montante de vendas. Internamente à região, a expansão do comércio atacadista-distribuidor determinou de forma efetiva uma diferenciação básica

---

<sup>154</sup> Cumpre ressaltar as dificuldades no sentido de avaliar o papel da atividade comercial, particularmente pela insuficiência dos dados disponíveis, que se limitam às informações de cunho quantitativo sobre o número de estabelecimento, de pessoal ocupado e de valor de vendas. Dados relevantes, como os sentido e a densidade dos fluxos, a composição jurídica-organizativa das empresas, o tamanho dos estabelecimentos, a capacidade de armazenamento, o valor dos créditos obtidos, a composição, volume e rotatividade das operações, são praticamente inexistentes nos censos e anuários estatísticos. A coleta de informações primárias, visando complementar essa deficiência, é tarefa ainda mais ingrata, pois as empresas não fornecem a maioria desses dados, por estarem num ambiente altamente competitivo.

entre Uberlândia e os demais centros, a exemplo de Uberaba e Araguari, que perderam suas posições no cumprimento das funções comerciais, inclusive em nível regional.

Em 1975, os dados do comércio varejista indicavam uma clara distinção de Uberaba e Uberlândia, conforme Tabela 13. Havia uma ligeira vantagem de Uberaba quanto ao número de estabelecimentos varejistas (1.214 estabelecimentos), porém, Uberlândia já apresentava maior valor nas vendas (1.248.551 Cruzeiros) e maior número de pessoal ocupado no segmento varejista (4.906 trabalhadores). Ressalta-se, nesse segmento varejista, a relativa ascensão de Ituiutaba, beneficiada pela ligação com São Paulo, via BR-153. As informações do comércio atacadista revelam a nítida diferenciação de Uberlândia, como retratado na Tabela 13. O número de atacadistas em Uberlândia (185 estabelecimentos) era mais de três vezes superior ao presente em Uberaba (60 estabelecimentos). O número de pessoal ocupado nesse segmento em Uberlândia (2.722 trabalhadores) era mais de cinco vezes do que o do pessoal ocupado em Uberaba (496 trabalhadores). Ademais, o valor das vendas do atacado em Uberlândia (2.895.309 Cruzeiros) era onze vezes maior do que o valor das vendas em Uberaba (255.249 Cruzeiros). Caber comentar que os dados do atacado revelam uma ligeira ascensão de Patos de Minas.

Tabela 13 - Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor das vendas no comércio dos principais centros urbanos, 1975

Municípios	N. de estabelecimentos		Pessoal ocupado		Valor das vendas (CR\$1.000,00)	
	atacado	varejo	atacado	varejo	atacado	varejo
Araguari	20	519	103	1.499	91.092	281.017
Ituiutaba	21	598	153	2.173	131.993	507.942
Patos de Minas	60	505	273	1.278	139.775	288.461
Uberaba	60	1.214	496	4.154	255.249	905.908
Uberlândia	185	1.163	2.722	4.906	2.895.309	1.248.551

Fonte: Censos Comerciais de Minas Gerais, 1975. IBGE, 1975. GUIMARÃES, 1990. Organização: BESSA, 2007.

A partir de 1970, o segmento atacadista-distribuidor passou a ser controlado pelas empresas Irmãos Kedhi (1959), Armazém Peixoto (1961), Armazém Martins (1953) e Armazém do Comércio-Arcom (1965), que não faziam parte da histórica inserção mercantil uberlandense, evidenciando uma reorganização dos agentes internos, graças aos imperativos de uma nova fase de modernização organizacional, que garantiu a continuidade dessas atividades em paralelo com as novas racionalidades da divisão territorial do trabalho. Do mesmo modo, essas empresas passaram a operar com frotas próprias, graças aos incentivos creditícios e amparos fiscais oferecidos pelo governo federal, alterando o sistema de vendas e descaracterizando a figura do motorista autônomo (Figura 18). Ademais, alicerçadas num sistema de circulação, essas empresas expandiram suas atividades para o Centro-Oeste, além

do Nordeste e Norte do país, evidenciando estratégias amplas atuação espacial. Desse modo, esses novos agentes passaram a atuar de forma ativa na reorganização do espaço geográfico.



Figura 18 - Uberlândia: frota de caminhões do Martins na década de 1960, quando da opção pela atividade atacadista.

Fonte: Disponível em: <<http://www.martins.com.br/>>. Acesso em: 2006.

A dinâmica do setor de serviços no Triângulo Mineiro guarda relação direta com a sua estrutura produtiva. Nessa, destacam-se os serviços de transporte, de comunicação e de armazenagem, que historicamente viabilizaram a expansão comercial e, de modo semelhante, acompanharam a expansão da agropecuária e da agroindustrialização. Estes setores passaram a exigir maior capacitação técnica dos profissionais, em especial dos técnicos agrícolas, veterinários, agrônomos, dentre outros, além de serviços de laboratórios, de centros de pesquisas, de consultorias, dentre outros. A intermediação financeira também sobressai, particularmente pela entrada dos grandes bancos privados nacionais, significando a dissolução da estrutura financeira e bancária regional, que até então definira os mecanismos de retenção dos recursos gerados e a capacidade de reinvestimento desses recursos, sobretudo no atendimento das necessidades de financiamento dos principais agentes dessa economia regional, indicando uma relativa endogeneização e o surgimento de um circuito financeiro próprio. O segmento dos serviços foi também ampliado em decorrência das funções públicas, em particular, os relacionados a administração pública, saúde, educação, habitação, dentre outras. Em Uberaba, o número da prestação de serviços totalizava, em 1975, 1.061 estabelecimentos, e em Uberlândia totalizava 1.053 estabelecimentos, indicando relativa homogeneidade (IBGE, 1975). Ressalta-se que, na década de 1970, notou-se, grosso modo, uma relativa especialização dos serviços em alguns centros: Uberaba, em relação à saúde

pública, Uberlândia, em relação à educação superior, graças à criação da Universidade Federal de Uberlândia (1978), Araxá, em relação ao turismo.

De modo geral, os investimentos públicos alcançaram seus objetivos, alterando a base econômica da região, fosse pela modernização da agropecuária, fosse pelo desenvolvimento agroindustrial, fosse pelo incremento infra-estrutural que favoreceu o desenvolvimento dessas e também a expansão do comércio atacadista-distribuidor, que, de modo específico, contribuíram para a ampliação e diversificação dos conteúdos urbanos, principalmente em Uberaba e Uberlândia. Tratava-se, de fato, dos traços que configurariam uma nova divisão territorial do trabalho. Contudo os benefícios dos investimentos do setor público atingiram de modo seletivo a região e foram mais bem absorvidos por Uberaba e Uberlândia, particularmente pela influência dos seus representantes políticos. Ressalta-se que Uberlândia debilitou, gradativamente e por meio de forte concorrência, as potencialidades de atuação regional dos demais centros, até mesmo de Uberaba. Desse modo, a transformação da divisão territorial do trabalho orientou a re-diferenciação entre esses centros e, por conseguinte, a inversão da importância regional, constituindo uma marca das peculiaridades da organização socioespacial nesse segmento da rede urbana.

Os investimentos regionais, aliados às políticas de incentivos fiscais, foram determinantes para a atração do capital industrial extra-regional. A entrada desse capital é também dado fundamental para explicar re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, bem como as transformações da elite regional, ou pelo menos, de parte dessa, mormente pelo redimensionamento das correlações de forças. Num primeiro momento, o desenvolvimento industrial presente nos principais centros da região resultara da acumulação interna, em particular nos setores agropecuário e comercial, indicando a predominância dos capitais regionais e sua expressiva capacidade de re-investimentos, o que garantiu, inclusive, sua penetração extra-regional, sugerindo embates competitivos mais amplos, posto que a região desempenhara, até então, funções complementares ao complexo econômico paulista. Num segundo momento, observa-se a entrada de capital extra-regional e a sua coexistência com os capitais regionais, em franca expansão. Fato que alterou a lógica da acumulação regional, de maneira a ampliá-la, fundamentalmente pelos interesses das empresas nacionais e multinacionais. Tratava-se, na verdade, de uma refuncionalização do espaço regional, com novas modalidades de acumulação, que, em síntese, sumariavam inovações e atualizações na divisão territorial do trabalho, que se desenvolveram de forma complexa e favorecida pelo êxito do capital comercial local e pelas novas possibilidades dos cerrados, controladas pelos

capitais industrial (agroindústrias processadoras dos produtos agropecuários e de insumos) e financeiro.

Esse período foi, portanto, marcado por uma transitoriedade fundamental entre uma fase caracterizada, predominantemente, pelo domínio do capital regional e uma segunda fase marcada pela coexistência entre capitais internos e externos. São os indícios de uma nova divisão territorial do trabalho, caracterizada pela modernização da agricultura e agroindustrialização, pela complementação infra-estrutural, pela expansão dos capitais regionais e entrada dos capitais extra-regionais, assim como pela aceleração do fenômeno urbano, marcadamente pela urbanização e terciarização. Essas questões serão retomadas no capítulo 8, quando discutiremos o papel de Uberlândia comandando uma nova divisão territorial interna do trabalho.

Tais alterações pressupõem novos contornos, mas fortes e complexos, entre os agentes envolvidos, caracterizados ainda por processos de revezamento dos comandos regionais entre Uberaba e Uberlândia, porém, num contexto divergente e não mais num contexto convergente, como anteriormente. Nesse contexto, a elite regional mostra sinais de transformação. No processo de transição entre a divisão territorial do trabalho preexistente, historicamente marcada pela acumulação agropecuária e mercantil, e a divisão assentada numa acumulação industrial-urbana, os embates elitistas se fizeram presentes, refletindo a fragmentação e recomposição dos interesses regionais. Ressalta-se que a mediação do Estado foi, como nos períodos anteriores, crucial, porém com implicações que privilegiaram mais a Uberlândia em detrimento dos demais centros. Percebe-se, que, num primeiro momento, as inovações na divisão territorial do trabalho foram favoráveis tanto aos interesses uberlandenses quanto aos uberabenses. Contudo a subjugação da acumulação agrária à atacadista-distribuidora foi dado fundamental de distinção, ainda na década de 1980.

Assim, as transformações estruturais que se seguiram, implementadas a partir do final dos anos de 1980 e intensificadas no final da década seguinte, marcadas sobretudo pela abertura comercial e pelo programa de privatizações, acarretaram mudanças de toda ordem, em particular, no âmbito econômico, resultando em recomposição dos atores, na ampliação da participação do capital estrangeiro, no aumento das aquisições e fusões, bem como numa maior complexificação espacial, definida basicamente por uma lógica reticular, fundamentada numa crescente rede de infra-estruturas que, conseqüentemente, alargou as diferenciações espaciais.

## 7.2 - A complementação e a renovação das bases infra-estruturais e os efeitos divergentes em Uberaba e Uberlândia

A partir da década de 1970, em consonância com o alargamento dos processos econômicos e sociais em curso, promoveu-se a complementação e a renovação das bases infra-estruturais no Triângulo Mineiro, especialmente o transporte, a armazenagem, a energia e a comunicação, reestruturadas a partir de uma tendência reticular, cujo principal objetivo era assegurar, como consequência da ampliação da divisão territorial do trabalho, a fluidez do espaço, por meio da expansão dos sistemas de engenharia, para empregar a expressão utilizada por Santos<sup>155</sup> (1993 e 1994). Nota-se que essa fluidez já se fazia presente nas inovações dos transportes e da circulação, tendo em vista as demandas mercantis e a localização relativamente estratégica da região entre a capital federal, Brasília, e o principal centro econômico do país, São Paulo. O território já era um dado fundamental para a inserção do Triângulo Mineiro, evidenciando práticas de antecipação espacial, que objetivavam garantir o controle da organização espacial. No entanto, desse momento em diante, tal complementação agiu com efeito divergente, contribuindo no sentido de ampliar a diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, posto que a ação dos agentes envolvidos favoreceu aos interesses uberlandenses, complexificando o arranjo territorial e criando as possibilidades de maior acumulação de capital.

Essa complementação infra-estrutural, no Triângulo Mineiro, deu-se por meio de ações estatais e dos setores privados, bem como por uma significativa expansão dos modernos sistemas de circulação de informações, em particular, os associados às telecomunicações, por meio dos quais ...a possibilidade de uma totalidade-comunicacional se concretiza, segundo Silveira (1999, p.143). Veja-se o exemplo da CTBC (holding Algar), empresa de capital local uberlandense, que oferece serviços de telefonia fixa e móvel, acesso a Internet, TV a cabo, serviços de comunicação de dados e de redes multimídia; bem como do Algar Call Center Service-ACS (também holding Algar), que presta serviços de contact center a várias empresas. Há, também, o exemplo da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-Casemg, que instalou armazéns em pontos estratégicos da região, com apoio do governo de Minas Gerais, porém visando atender às agroindústrias. Recentemente, com a privatização das ferrovias estatais, o setor ferroviário passou a receber importantes melhorias,

---

<sup>25</sup> Segundo Santos (1993, p.124), ...o conhecimento dos sistemas de engenharia presentes em cada área é, pois, um dado analítico fundamental, instruindo-nos sobre as possibilidades e os limites à ação dos sistemas sociais.

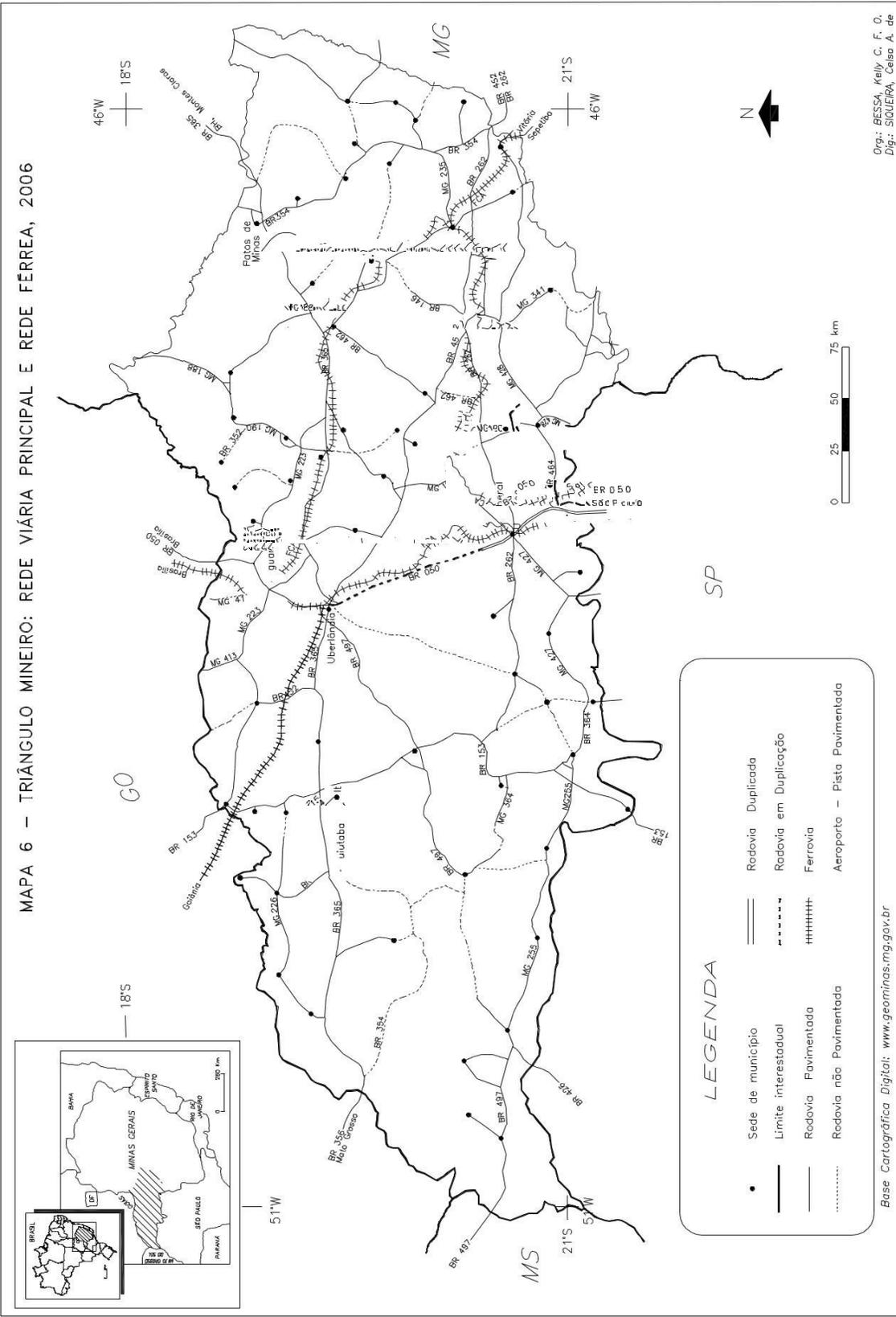
requalificando sua condição, porém vinculada às estratégias logísticas da Companhia Vale do Rio Doce. As parcerias entre a Cemig, empresa estatal do setor de energia, e outras empresas privadas, demandantes de grandes quantidades de energia, dentre a elas, a própria Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, constituem outro exemplo que expressa as novas racionalidades presentes nas inovações infra-estruturais, concebidas para assegurar a circulação material e não-material, a complementaridade entre empresas, setores e lugares, bem como entre os próprios sistemas de engenharia, na constituição de nodais. As infra-estruturas são dados fundamentais para a produção, a circulação e o consumo. Daí a necessidade de compreender as inovações infra-estruturais, bem como as possibilidades de re-atualizações da rede urbana, reconhecendo a natureza, as escalas e as racionalidades dos agentes contemporâneos. De acordo com Santos e Silveira (2001, p.64), são estes que

...desenham suas novas topologias fundadas em suportes territoriais como estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. De fato, esses passaram, gradativamente, a impor a sua lógica territorial, fundada em projetos de competitividade, na maioria das vezes, alheios aos lugares, tornando ...cada vez mais freqüente o “desencaixe” entre as técnicas/objetos utilizados pelos grupos e a vida social local, de modo que lhes são cada vez mais estranhos, como aponta Machado (1993, p.86). Todavia sua coexistência se dá no espaço regional, mediada por conflitos entre o interno e o externo, o velho e o novo, o público e o privado, contribuindo para alargar a diferenciação espacial.

#### 7.2.1 - Transportes rodoviário, ferroviário e aéreo e o papel dos portos secos

No Triângulo Mineiro, a consolidação das estradas de rodagem, que, de modo geral, obedeceu à herança dos velhos traçados e dos antigos itinerários (Mapas 3, 4 e 6), visava sobretudo ao reforço das polarizações de Uberaba e Uberlândia, pois seu arranjo territorial mostra-se convergente nesses principais entroncamentos, evidenciando a espessura dos conteúdos políticos, econômicos e sociais. Entretanto ressalta-se que as potencialidades de Uberaba foram bastante solapadas entre as décadas de 1940 e 1960. Uberlândia, por sua vez, transformou-se no entroncamento rodoferroviário mais estratégico da região, graças às lógicas de seus agentes, possibilitando a realização de fluxos no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul, engendrados por novas interseções do espaço.

MAPA 6 – TRIÂNGULO MINEIRO: REDE VIÁRIA PRINCIPAL E REDE FÉRREA, 2006



**LEGENDA**

- Sede de município
- Limite intermunicipal
- Rodovia Duplicada
- Rodovia em Duplicação
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia não Pavimentada
- Ferrovia
- Aeroporto – Pista Pavimentada

Org.: BESSA, Kelly C. F. O.  
 Dig.: SIQUEIRA, Celsa A. de

Base Cartográfica Digital: [www.geominas.mg.gov.br](http://www.geominas.mg.gov.br)

Esse entroncamento é formado, como retrata no Mapa 6, por quatro rodovias federais, sendo uma radial, a BR-050, que liga São Paulo a Brasília, em um sentido Sul-Norte, passando também por Uberaba e Araguari; outra diagonal, a BR-365, que interliga Montes Claros e Belo Horizonte aos estados de Goiás e Mato Grosso, passando também por Patos de Minas, Patrocínio e Ituiutaba, em um sentido Leste-Oeste; e outras duas rodovias de ligação, a BR-452, que possibilita ligações com Araxá e Belo Horizonte, na interseção com a BR 262; e BR-497, que faz ligações com a porção sudoeste da região e com o estado de Mato Grosso do Sul, respectivamente. Observa-se que tanto a BR-365 quanto a BR-497 fazem entroncamento com a BR-153, no pontal do Triângulo, possibilitando a polarização de Uberlândia também nessa área. Além dessas, existem vias de circulação estaduais e vicinais, que complementam a malha viária em nível regional, responsáveis pela circulação local e pela articulação com a rede inter-regional. Uberaba também possui um entroncamento rodoviário respeitável, complementado, além da BR-050, pela BR-262, que faz ligação com a capital mineira. Os atuais investimentos com relação às rodovias são marcados pela construção de pequenos trechos e da terceira faixa, pela duplicação de pistas, como também por meio de melhorias relacionadas com a restauração, a conservação, a pavimentação e a sinalização, visando garantir um desempenho operacional satisfatório, especialmente, com relação às rodovias federais e estaduais<sup>156</sup>.

A consolidação dessa base infra-estrutural demonstra que ocorreu, como no resto do país, um privilegiamento do transporte rodoviário para a realização da circulação terrestre de passageiros e de cargas, baseada no veículo individual, no ônibus e no caminhão. Nota-se que os terminais rodoviários, em ambos os centros, apresentam frequências bastante diferenciadas: são 21 linhas intermunicipais e 33 linhas interestaduais em Uberaba, totalizando, em média, 3.500 embarques e desembarques por dia (Uberaba em Dados, 2006); enquanto que, em Uberlândia, são 66 linhas intermunicipais e 43 linhas interestaduais, que totalizam, em média, 4.789 embarques e desembarques por dia (BDI, 2006).

---

<sup>27</sup> Cabe salientar que a mais importante obra rodoviária em andamento na região é a duplicação da BR-050, que faz a ligação entre São Paulo e Brasília, através do Triângulo Mineiro. A obra incluiu, além da duplicação, os serviços de restauração da pista existente e a construção de trevos, sendo que, após a finalização desta, a BR-050 contará com quatro pistas, além dos acostamentos.

Em Uberaba, a Estação Aduaneira Interior-EADI<sup>157</sup>, está vinculada ao transporte rodoviário e é operada pela Empresa de Transportes Líder Ltda., de capital uberabense, que tradicionalmente, oferece, na região, serviços de transporte rodoviário de passageiros, cargas, fretamento, dentre outros. A EADI-Uberaba ou Porto Seco do Triângulo, localizada no Distrito Industrial II, a 500 metros da BR-050, é dotada de armazéns, inclusive para produtos químicos, com 1.000m<sup>2</sup>, plataformas de embarque e desembarque com nove portas de acesso, empilhadeiras de alta capacidade, balanças rodoviária, ferroviária e de precisão, depósito de contêineres, simples e reefers (refrigerados) com 24.000m<sup>2</sup>, pátio de movimentação (Figura 19), ramal ferroviário, dentre outros equipamentos e ambientes, incluindo recinto de uso exclusivo para a Secretaria da Receita Federal, que totalizam uma área alfandegada total de 43.000m<sup>2</sup>, o que permite uma velocidade de carga e descarga que atende às necessidades das empresas, dentre as quais se destacam a Valmont, a Black & Decker, a Satipel e a Layft Kosmetic.



Figura 19 - Uberaba: instalações da EADI-Uberaba, 2006.

Fonte: Disponível em: <<http://www.eadiuberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Como evidenciado nos valores das importações e exportações, as operações da EADI-Uberaba apresentaram um movimento crescente em volume de carga (Tabela 14). As importações, entre os anos de 1997 e 2005, registraram incremento de 51,3%. Cumpre observar, que o pólo químico de Uberaba é responsável por grande parte do movimento de

---

<sup>28</sup> As EADIs ou portos secos são recintos alfandegados privados, de uso público, sujeitos ao regime de concessão ou de permissão e situados em zona secundária, preferencialmente adjacente às regiões produtoras e consumidoras. Nessas, são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, inclusive de processamento de despacho aduaneiro de importação e de exportação (conferência e desembarço aduaneiros), bem como de operações e prestação de serviços afins, que proporcionam uma simplificação desses procedimentos para o contribuinte. No Triângulo Mineiro, são duas EADIs em funcionamento: EADI Uberaba e EADI Uberlândia (Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Eadi.htm>>. Acesso em: 2006).

importação. As exportações, por sua vez, atingiram 14.826.330,00 Dólares em 2005. Os valores totais evidenciam o efetivo crescimento do movimento da EADI-Uberaba, pois alcançaram 180.697.330,00 Dólares, 64,6% superior ao que empresa conseguiu movimentar em 1997 (109.782.434,62 Dólares).

Tabela 14 - Eadi-Uberaba: movimentação de importação e exportação, 1997-2005

Ano	Importação (US\$)	Exportação (US\$)	Total (US\$)
1997	109.620.122,69	162.311,93	109.782.434,62
1999	37.942.374,13	883.685,40	38.826.059,53
2001	110.987.260,82	1.728.494,86	112.715.755,68
2003	117.877.238,26	7.369.533,64	125.246.771,90
2005	165.871.000,00	14.826.330,00	180.697.330,00
% de crescimento 1997/2005	51,3%	9.034,5%	64,6%

Fonte: Pesquisa direta, 2004. Uberaba em Dados, 2006. Organização: BESSA, 2007.

Os principais produtos importados são: plásticos, borrachas, metais, máquinas e aparelhos elétricos, tecidos especiais; e os exportados são: equipamentos de irrigação, eletrodomésticos e ferramentas elétricas, móveis de madeira, cosméticos, dentre outros. Os produtos importados são originários, principalmente, da Ásia, Europa, Estados Unidos, México e países do Mercosul; enquanto que as exportações são, preferencialmente, para o México, Estados Unidos, África do Sul e, em menor escala, para os países do Mercosul. De modo geral, os portos secos concorrem para reduzir os custos e os tempos das importações e exportações, contribuindo para maior fluidez do território.

Cabe comentar, entretanto, a obsolescência das estradas de rodagem na região, pois, apesar das reformas, vários trechos encontram-se em estado precário, dificultando a circulação e gerando custos dispendiosos. Na região, trata-se do modal de transporte em pior situação, posto que a expansão é lenta e a malha rodoviária existente está mal conservada, seja pela escassez de investimentos, seja pela lentidão na execução dos projetos. A contraface do fenômeno é o incremento de outras formas de transporte, dentre as quais, podem ser destacados os transportes ferroviário e o aéreo. Fato que expressa as novas cooperações no território, por meio de complementaridades cada vez mais eficazes entre as bases materiais da circulação.

A modernização das ferrovias e o incremento desse tipo de transporte foram retomados a partir do final da década de 1990, quando da privatização do setor<sup>158</sup>. A malha ferroviária no Triângulo Mineiro foi cedida, por concessão, à Ferrovia Centro Atlântica-FCA

<sup>31</sup> O ano de 1996 marcou o início da privatização do setor ferroviário no Brasil, o que incluiu a privatização das ferrovias da Rede Ferroviária Federal-RFFSA e das redes ferroviárias dos Estados, a exemplo da Fepasa.

e a Ferrovia Bandeirantes-Ferrobán<sup>159</sup>. Desse momento em diante, ocorreu uma série de mudanças na estrutura ferroviária, primordialmente em decorrência das fusões e aquisições. As malhas ferroviárias no Triângulo Mineiro, nesse contexto, passaram ser operadas unicamente pela FCA, cuja controladora é a Companhia Vale do Rio Doce, como retratado no Mapa 6. A FCA, com malha ferroviária de 8.023 quilômetros de extensão, é um dos principais eixos de conexão ferroviária do país, estabelecendo ligações nos sentidos Leste-Oeste e Norte-Sul, que implicam o surgimento de três importantes corredores de exportação, a saber: Porto de Vitória/ES (1.565Km), Porto de Sepetiba/RJ (1.178Km) e Porto de Santos (851Km) (Anexo 2). Além dessas conexões, a FCA vem também incrementando a integração entre modais de transporte, posto que oferece serviços de Trem Expresso, um multimodal rodo-ferroviário porta-a-porta, para o transporte de cargas em contêineres, com três rotas diárias, duas atendendo ao estado de São Paulo, por meio das ligações entre Paulínia-Brasília e outra entre Paulínia-Salvador, porém com possibilidades de conexão com Santos, São Paulo, Uberaba, Uberlândia, Anápolis, Goiânia, Belo Horizonte e Montes Claros (São Paulo-Centro-Oeste e São Paulo-Salvador), e a terceira atendendo ao eixo Vitória-Uberlândia, passando por Belo Horizonte (Vitória-Triângulo Mineiro), como retratado na Figura 20.



Figura 20 - Ferrovia Centro-Atlântica: serviço de trem expresso, com baldeação em Uberlândia, 2006.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.cvrd.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Trata-se, portanto, de uma efetiva refuncionalização, que determinou a criação de um novo arranjo territorial, cujo adensamento mostra a seletividade da circulação, posto que

<sup>33</sup> Inicialmente, a FCA foi consorciada pelos grupos Mineração Tacumã Ltda. (empresa controlada pela Companhia Vale do Rio Doce-CVRD), Ralph Partners, Railtex International Holdings Inc, Interférrea S.A., Judori Administração, Empreendimento e Participações S.A., Companhia Siderurgia Nacional-CSN, Gruçai Participações S.A., Tupinambarana S.A. e Varbra S.A. A partir de 1999, a CVRD passou a ser líder do grupo de controle da Ferrovia Centro-Atlântica. A Ferrobán, inicialmente, foi consorciada pelos grupos Ferronorte Participações, com cerca de 74% das ações ordinárias distribuídos entre seus acionistas (Laif, Funcef, Previ, Bradesco, Chase Latin America Equity Associates), a CVRD, com, aproximadamente, 26% das ações, além de pequenas participações das Ferrovias Sul Atlântico e Ferrovia Centro-Atlântica. Atualmente, é controlada pela FCA.

várias subestações e ramais foram desativados, mantendo-se apenas aqueles associados a poucos centros, diretamente inseridos na nova divisão territorial do trabalho, a exemplo de Uberaba, Uberlândia e Araguari, no Triângulo Mineiro. De acordo com Silveira (1999, p.218), ...a novidade do espaço de fluxos contemporâneo é dada não apenas por um aumento das freqüências, mas também por uma reestruturação do mapa dos pontos interligados em função das novas valorizações e das atuais velocidades.

Nos últimos anos, a FCA vem transportando álcool, derivados de petróleo, açúcar, adubos, fertilizantes e outros produtos petroquímicos, fosfato e calcário, produtos siderúrgicos e ferro-gusa, soja e farelo de soja, trigo, cimento acondicionado, contêineres e carga geral. Em 2005, na estação ferroviária de Uberaba, foram movimentadas, entre mercadorias expedidas e recebidas, 50 toneladas por mês de enxofre, 60 toneladas por mês de fertilizantes e 40 toneladas por ano de grãos (Uberaba em Dados, 2006). Nesse mesmo período, na estação ferroviária de Uberlândia, foram movimentadas, entre mercadorias expedidas e recebidas, 1.032.224 toneladas por mês de grãos, açúcar, fosfato e contêineres (BDI, 2006).

A EADI-Uberlândia, inaugurada em 1995 e chamada de Porto Seco do Cerrado, está vinculada ao transporte ferroviário e, atualmente, é administrada e operada pela Companhia Vale do Rio Doce, oferecendo serviços de estocagem, armazenagem, movimentação e serviços aduaneiros<sup>160</sup>. Encontra-se alojada no Distrito Industrial, nas antigas instalações da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-Casemg, em uma área de 52.474m<sup>2</sup>, sendo composta por três armazéns, que, juntos, somam cerca de 12.000m<sup>2</sup> de área coberta, e por escritórios administrativos e da Receita Federal (Figura 21). Também possui balança rodoviária com capacidade para 80 toneladas, balança ferroviária com capacidade para 120 toneladas, empilhadeira para 2,5 toneladas, empilhadeira para movimentação de contêineres, com capacidade para 40 toneladas, e empilhadeira de torre baixa com capacidade para 7 toneladas. Cumpre salientar que a EADI-Uberlândia é totalmente informatizada, o que inclui link óptico para a transmissão de voz e de dados.

A Eadi-Uberlândia, por meio de suas infra-estruturas, oferece vários serviços, entre eles: depósito alfandegário público na importação e na exportação; depósito especial alfandegado; entreposto aduaneiro de uso público; exportação no regime de Depósito Alfandegário Certificado-DAC; importação e exportação rodoviária no sistema de Manifesto

---

<sup>33</sup> A Companhia Vale do Rio Doce, em 2007, desmembrou a sua área de logística, criando uma nova empresa, a Log-in Logística Intermodal, com sede no Rio de Janeiro, da qual detém o controle acionário. A prática de criação de firmas é basilar às grandes corporações, que se reestruturam por meio de integrações horizontais e verticais, complexificando sua organização espacial.

Internacional de Carga/Declaração de Trânsito Aduaneiro-MIC/DTA. Além destes, são oferecidos os serviços de unitização de cargas para exportação e desunitização de carga importada (carga em contêineres), reembalagem, paletização, lonamento, peação de carga (amarração de cargas) e serviços de energia elétrica para carga refrigerada.



Figura 21 - Eadi-Uberlândia: instalações para as operações de estocagem e armazenagem, 2005. Fonte: Eadi-Uberlândia, 2005.

Atualmente, os serviços da Eadi-Uberlândia são utilizados por várias empresas, dentre as principais destacam-se: a Maeda e a Coimbra, com localizações em Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Goiasa e Caramuru, sediadas em Itumbiara, a Mitsubishi, de Catalão, a Stoppani, de Uberaba, e a Cargill, a Braspelco e Arcom, de Uberlândia. Dentre os principais produtos importados sobressaem os bens de consumo e automotivos, originários, principalmente da Ásia e da América Central. Dentre os principais produtos exportados destacam-se os produtos químicos, o açúcar orgânico e os derivados da soja. Estes seguem para países da América do Sul e do Norte, bem como para a Europa.

Os portos interiores têm possibilidade de criar, simultaneamente, solidariedade entre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, uma vez que fornecem instrumentos materiais e financeiros para realização de diversas transações. Os valores das importações e exportações evidenciam que as operações da EADI-Uberaba apresentaram um movimento crescente em volume de carga, desde que a Companhia Vale do Rio Doce assumiu tais operações, como retratado na Tabela 15.

A Tabela 16 mostra os dados sobre os valores gerais das exportações em Uberaba e Uberlândia, e também a participação desses no total das exportações no Triângulo Mineiro e

em Minas Gerais. Os dados revelam a maior participação de Uberlândia no comércio internacional, posto que, em 2004, as exportações, nesse centro, foram 3,8 vezes maiores que as de Uberaba. Observa-se, com essas informações, que a EADI Uberaba exportou, aproximadamente, 28,0% do total de exportações (52.513.498 de Dólares) do município; enquanto que a Eadi-Uberlândia exportou cerca de 24,0% do total das exportações (196.943.474 de Dólares) do município. Esses dados evidenciam que as estruturas dos portos secos sediados no Triângulo Mineiro são ainda subutilizadas, tanto pelos importadores como pelos exportadores. Contudo, esses vêm divulgando seus serviços e as vantagens competitivas de suas operações.

Tabela 15 - Eadi-Uberlândia: movimentação de importação e exportação, 2000-2005

Ano	Importação US\$	Exportação US\$	Total (US\$)
2000	558.186,05	5.179.121,05	5.737.307,10
2001	824.166,24	29.814.258,06	30.638.424,30
2002	1.375.623,84	66.879.412,15	68.255.035,99
2003	310.104,15	81.567.303,52	81.877.407,67
2004	1.609.699,86	47.352.618,32	48.962.318,18
2005	1.514.003,78	78.387.834,65	79.901.838,43
% de crescimento 2000/2005	171,2%	1.413,5%	1.292,7%

Fonte: Pesquisa direta, 2005. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 16 - Minas Gerais: valores das exportações, 2003-04(US\$ FOB mil)

Unidades	2003	% no total Triângulo Mineiro	% no total MG	2004	% no total Triângulo Mineiro	% no total MG
Uberaba	36.938.796	5,7	0,6	52.513.498	6,4	0,6
Uberlândia	155.789.291	24,2	2,4	196.943.474	23,9	2,3
Triângulo Mineiro	642.688.590	--	9,9	825.603.900	--	9,5
Minas Gerais	6.495.410.393	--	--	8.723.646.261	--	--

Fonte: Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 2006. Organização: BESSA, 2007.

O incremento dos fluxos aéreos também é dado fundamental e expressa, de forma notória, a diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Os aeroportos dessas cidades, a partir de 1980, passaram a ser administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária-Infraero, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, que investiu em modernizações, visando ampliar o tráfego aéreo na região. Os dados evidenciam que, até 1992, o aeroporto de Uberaba apresentava movimento de passageiros (embarque e desembarque) superior ao de Uberlândia e, por isso, contava com melhor infra-estrutura aeroportuária<sup>161</sup>. Nesse referido ano, foram 150.942 embarques e desembarques em Uberaba, contra 124.965 em Uberlândia (INFRAERO/DAC, 2003). No ano seguinte, já se deu a inversão, pois foram 145.536

<sup>35</sup> Até os dias atuais, o tráfego aéreo da região tem sua aproximação controlada pelo aeroporto de Uberaba.

embarques e desembarques em Uberlândia, contra 140.508 em Uberaba (INFRAERO/DAC, 2003). Passada uma década, os números revelam o crescimento vertiginoso do Aeroporto de Uberlândia, que contabilizou, em 2002, 304.193 embarques e desembarques, correspondendo a um incremento de 143,4% no movimento de passageiros, contra 53.494 embarques e desembarques no Aeroporto de Uberaba, o que significou decréscimo de -64,6% no movimento de passageiros, como retratado na Tabela 17. Em decorrência desse crescimento do tráfego de passageiros e também de carga e mala postal, as melhorias recentes deram-se no Aeroporto de Uberlândia, que foi ampliado e modernizado<sup>162</sup>, de modo a garantir uma operação dentro dos padrões, nos quais se considera a estrutura física e operacional (medidas de pistas, pátios e terminais de passageiros e de cargas, e instrumentos de aeronavegação), bem como uma incrementação de sua importância em nível regional e nacional.

Tabela 17 - Triângulo Mineiro: fluxos aéreos de Uberaba e Uberlândia, 2002-2005

Ano	Uberaba			Uberlândia		
	Passageiros	Carga	Aeronaves	Passageiros	Carga	Aeronaves
2002	53.494	97.967	6.408	304.193	984.502	16.746
2003	47.127	260.493	6.759	235.659	742.347	12.003
2004	62.537	310.863	8.587	332.934	767.237	15.122
2005	60.443	271.812	8.588	532.024	1.308.328	19.527
% de crescimento	13,0	177,5	34,0	74,9	32,9	16,6

Fonte: Infraero, 2006. Pesquisa direta, 2005. Organização: BESSA, 2007.

Atualmente, operam seis empresas de aviação com vôos regulares no Aeroporto de Uberlândia, são elas: TAM, Varig (operando em regime de code-share com a TAM), Gol, Passaredo, BRA e Total. Além dos vôos regulares, o referido aeroporto ainda oferece serviços de táxi aéreo (aviação executiva), por meio das operadoras ABC Táxi Aéreo (Holding Algar), com uma base também em Belo Horizonte, e Mil Táxi Aéreo, responsáveis por parte do tráfego não-regular doméstico e internacional, geralmente, para os países da América do Sul e do Norte, bem como para Europa. No Aeroporto de Uberaba, operam apenas duas companhias - a Total e a Pantanal. Ademais, esses aeroportos prestam serviços para o trânsito de aeronaves particulares e de vôos fretados relacionados, na maioria das vezes, com a dinâmica das agências de viagens e os serviços dos convênios de saúde, especialmente a Unimed. Trata-se, portanto, de um tráfego regular doméstico e não-regular doméstico e internacional.

A expansão recente dos fluxos aéreos é notória em Uberlândia, demonstrando importante diferenciação. Entre 2002 e 2005, verificou-se um crescimento no fluxo de

<sup>35</sup> Em 2005, o presidente Luís Inácio Lula da Silva e o governador Aécio Neves estiveram, na cidade, para a inauguração das reformas do Aeroporto.

passageiros de 13% em Uberaba e 74,9% em Uberlândia, como retratado na Tabela 16. A frequência diária no Aeroporto de Uberlândia é de 24 vôos, com 12 destinos, versus frequência de 8 vôos, com 9 destinos, no Aeroporto de Uberaba, como retratado nos Mapas 7 e 8. Desses vôos, nove estabelecem a conexão entre Uberlândia e Belo Horizonte, sendo esta frequência três vezes maior que a frequência entre Uberaba e a capital mineira; oito interligam Uberlândia e São Paulo, sendo apenas três o número de vôos que vinculam Uberaba à capital paulista; o restante são ligações com frequências menores, a exemplo de Goiânia, Brasília, Belém, Curitiba, dentre outros centros (Mapas 7 e 8). Ressalta-se que esse crescimento dos fluxos aéreos atende prioritariamente às principais empresas associadas ao circuito superior da economia, utilizando um termo empregado por Santos (1979), assim como aos grupos de médias e altas rendas, posto que esse incremento dos fluxos aéreos é acompanhado de um relativo barateamento dos custos, implementado, especialmente, pela empresa Gol.

A região do Triângulo Mineiro apresentou respeitável crescimento na demanda por derivados de petróleo, diesel, gasolina, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo-GLP (gás de cozinha) e querosene de aviação-QVA, bem como na demanda por álcool. Tais demandas criaram importantes interações espaciais, pois o abastecimento desses combustíveis é realizado por meio de transporte rodoviário (caminhões tanques) e ferroviário, assim como pelo Oleoduto São Paulo-Brasília Osbra, inaugurado em 1996 e operado pela Petrobrás Transporte-Transpetro, subsidiária da Petrobrás para o armazenamento e o transporte de petróleo e derivados. Esse oleoduto criou possibilidades de redução nos custos no transporte de derivados de petróleo. Segundo a Transpetro, a referida malha dutoviária tem capacidade para bombear 28 milhões de litros de derivados de petróleo por dia, com uma vazão média de 1,2 milhão de litros por hora, através de 980 quilômetros de dutos, com diâmetro de 20 e 12 polegadas, atendendo à demanda de combustível no eixo São Paulo-Distrito Federal, que tem início na refinaria de Paulínia (Replan)<sup>163</sup>, passando por 38 municípios, onde abastece as bases de armazenamento e distribuição construídas em Ribeirão Preto, Uberaba, Uberlândia, Senador Canedo e Brasília, como retratado na Figura 22. Observa-se, no entanto, que a construção de duas bases distribuidoras no Triângulo Mineiro foi resultado de importante mobilização dos políticos uberabenses e uberlandenses, indicando a continuidade das disputas entre esses dois centros e a surpreendente força política de Uberaba.

---

<sup>163</sup> A Replan recebe petróleo, por meio do oleoduto Osvat, proveniente do terminal marítimo de São Sebastião. Após o processamento, os derivados de petróleo são escoados por meio de oleodutos, dentre eles, o Osbra, para escoamento de claros, no eixo Brasília; o Osplan, que escoar claros para o terminal de Guararema; e o Opasa que escoar claros e escuros para o terminal de Barueri, responsável pela distribuição na grande São Paulo.

MAPA 7 - Uberaba: Movimento do Aeroporto, Mar. 2006



**Legenda**

**→** 3 vôos

Uberaba - Araxá - Belo Horizonte

Uberaba - Araraquara - São Paulo

**→** 2 vôos

Uberaba - Uberlândia - Brasília - Araguaina - Tucuruí - Belém

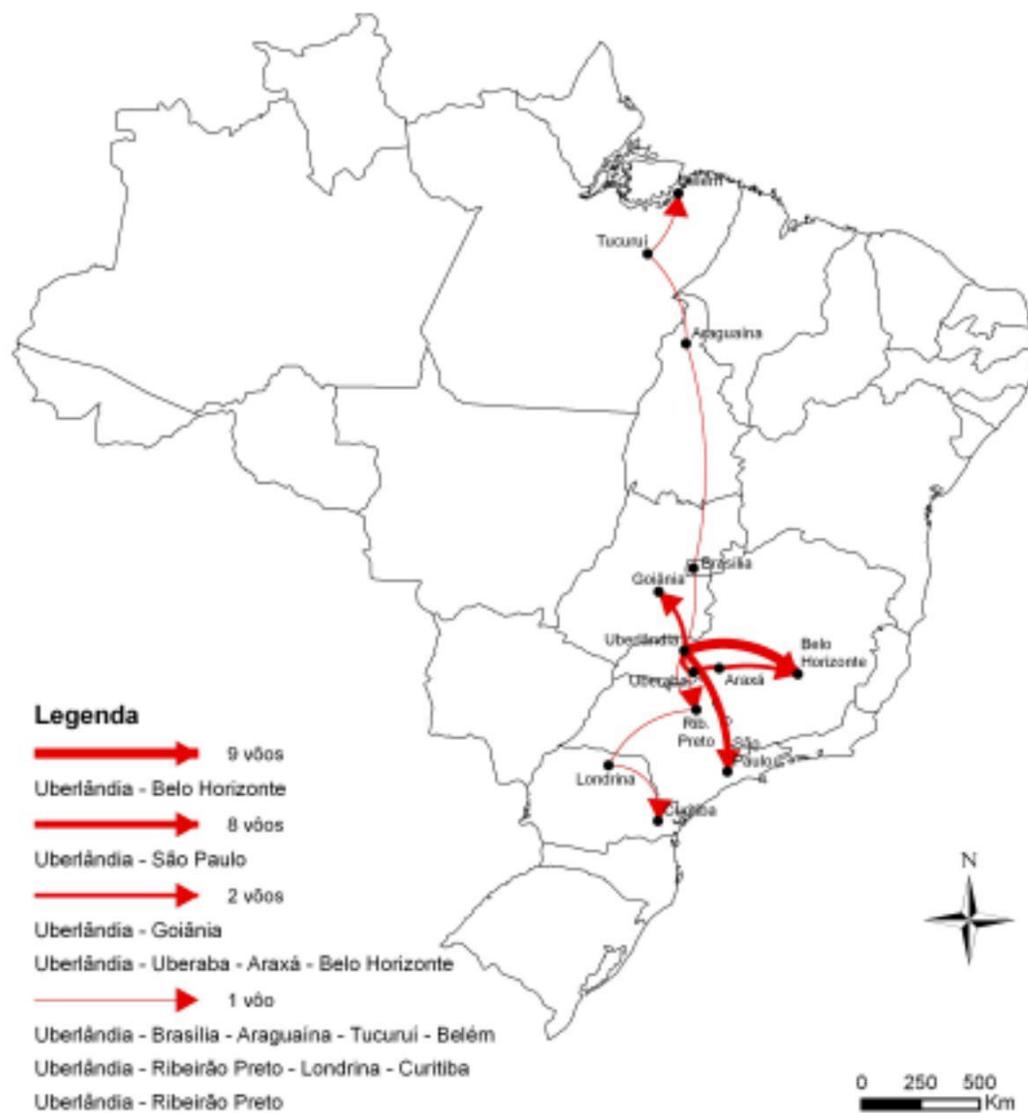


0 250 500  
Km

Fonte: Pesquisa direta, 2006  
Aeroporto de Uberaba, mar. 2006

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

**MAPA 8 - Uberlândia: Movimento do Aeroporto, Mar. 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2006  
Aeroporto de Uberlândia, mar. 2006

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

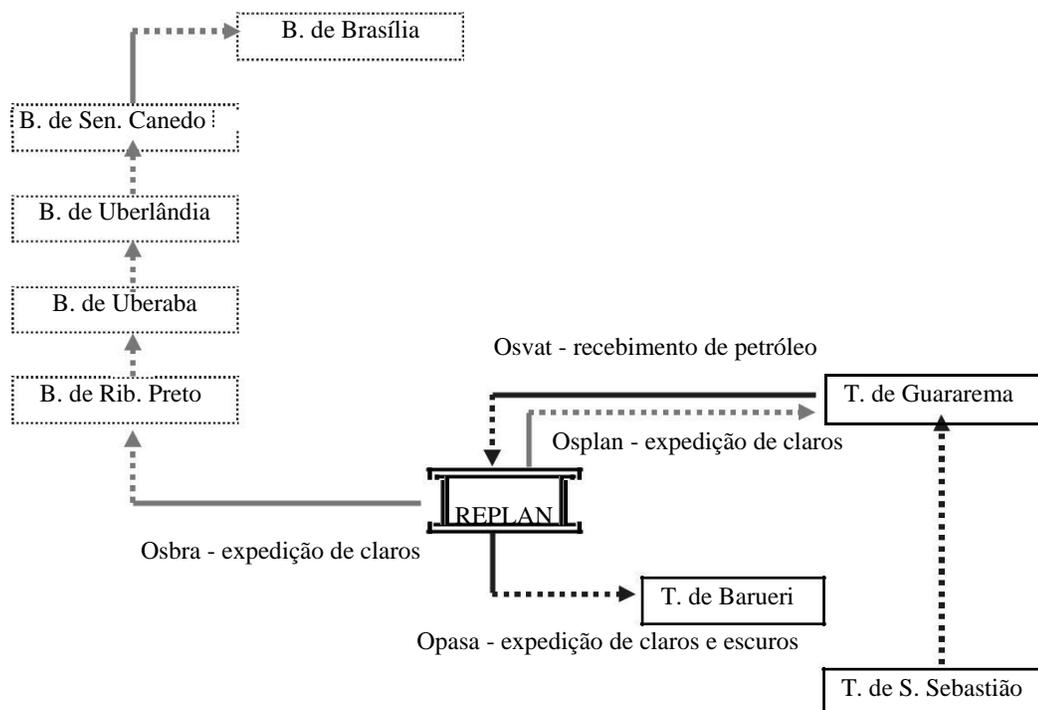


Figura 22 - Malha dutoviária externa principal da Refinaria de Paulínia-Replan, com destaque para o Osbra, 2006. Fonte: Disponível em: <<http://www.comitepcj.sp.gov.br/>>. Acesso em: 2006.

A base de armazenagem e distribuição do Osbra em Uberaba encontra-se localizada no Distrito Industrial III, próximo a BR-464. Atualmente, registra movimentação de 10 milhões de metros cúbicos por ano de derivados de petróleo. Na distribuição de combustíveis, incluindo o álcool, atuam outras empresas desse segmento, além da Transpetro, a exemplo da Shell, Texaco, Ipiranga, Esso e Agip, atendendo à demanda de combustível na própria microrregião de Uberaba, também nas microrregiões de Araxá e Frutal (Uberaba em Dados, 2006). A base de Uberlândia, construída em 1997, junto ao Km 11 da BR-497, tem capacidade para armazenar 54 mil litros de gasolina, óleo diesel e gás de cozinha. É operada pela Transpetro e outras cinco distribuidoras - Shell, Texaco, Ipiranga, Esso e Agip. Essa base de armazenagem e distribuição de derivados de petróleo atende a todo o norte triangulino, além das microrregiões de Ituiutaba e Patos de Minas, o noroeste mineiro e as regiões sul e sudeste do estado de Goiás.

### 7.2.2 - Uberlândia como pólo de armazenagem

A modernização da agropecuária nas áreas de cerrado impôs a ampliação e a renovação da rede de armazenagem. O Triângulo Mineiro, dentre as regiões mineiras, foi a

mais beneficiada, sendo Uberlândia a cidade que passou a contar com a melhor estrutura de armazenagem do estado, juntamente com Uberaba e Patrocínio.

A partir de 1970, a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-Casemg<sup>164</sup>, criada em 1957, implementou o seu 1º Projeto de Modernização, com a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES e com investimentos do BDMG. Assim, foram construídos armazéns convencionais e outras edificações em locais estratégicos. Em Uberaba, foram construídos silos de alvenaria; enquanto que, em Uberlândia, foram construídos silos de alvenaria e silos metálicos. A partir de 1983, por meio de novo convênio com o BNDES, iniciou-se o 2º Projeto de Modernização da Casemg. Nesse período, foram construídos, em Uberaba, silos do tipo graneleiro e silos de transbordo, também construídos em Uberlândia. Em 2006, a Casemg possuía capacidade armazenadora de 6,77 milhões de toneladas, sendo 1,35 milhões de toneladas em Uberlândia e 0,34 milhões de toneladas em Uberaba, como retratado na Tabela 18. Paralelamente, a Casemg oferece, a seus clientes e parceiros, serviços como armazenagem convencional e a granel, pré-limpeza e limpeza de grãos, secagem, tratamento fitossanitário, testes de transgênia, pesagem e transbordo de produtos agrícolas. A Companhia Nacional de Abastecimento-Conab por meio da Superintendência Regional de Minas Gerais-SUREG-MG, também fez investimentos em unidades armazenadoras na região. Atualmente, a Conab-MG possui unidades em Campos Altos, Uberaba e Uberlândia. Ademais, as agroindústrias processadoras de matérias-primas agrícolas também fizeram importantes investimentos na área de armazenagem. Isto se pode verificar pelo exemplo da ABC-Inco, da ADM, da Aspasa, da Cargill Agrícola, dentre outras.

Tabela 18 - Minas Gerais: capacidade armazenadora da Casemg, segundo os principais centros, 2006

Municípios	Capacidade estática (milhões de toneladas)
Uberlândia	1,35
Unaí	0,46
Uberaba	0,34
Bonfinópolis de Minas	0,26
Paracatu	0,23
Sacramento	0,19
Patrocínio	0,18
Patos de Minas	0,11
Outros municípios	3,65
<b>Total</b>	<b>6,77</b>

Fonte: Disponível em: <<http://www.casemg.com.br/>>. Acesso em: 2006. Organização: Bessa, 2007.

Dentre os centros armazenadores triangulinos, Uberlândia destaca-se pela capacidade

<sup>37</sup> Em 2000, a Casemg foi federalizada e vinculada ao Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

e importância de suas unidades, que apresentaram crescimento relativo e ampliação da qualidade dos serviços prestados, especialmente relacionada a produtos como açúcar, milho, soja e farelo de soja, algodão e sorgo. Em 2005, segundo os armazéns registrados na Conab, a capacidade estática de armazenagem, em Uberaba, era de 280.664 toneladas, sendo 12.087 toneladas do tipo convencional e 268.577 toneladas granel; enquanto que, em Uberlândia, era de 914.835 toneladas, equivalendo a 141.623 toneladas do tipo convencional e 773.212 toneladas granel (ALMG, 2006). De fato, tanto Uberaba quanto Uberlândia se destacam nas etapas do processo produtivo regional, contudo, em se considerando a capacidade de armazenagem, Uberlândia apresenta-se como pólo de armazenagem, atendendo aos produtores regionais e às agroindústrias locais.

O incremento na capacidade de armazenagem uberlandense ocorreu na rede particular, que às vezes nem se encontra cadastrada na Conab, em detrimento da rede pública, até porque parte dessa infra-estrutura foi cedida, por meio de licitações, a empresas privadas, veja-se o exemplo de parte dos armazéns da Casemg, que se encontram sob administração da Companhia Vale do Rio Doce, atendendo às necessidades da Eadi-Uberlândia. Considerando a evolução recente, observa-se que, no início da década de 1990, a capacidade de armazenagem estática era de 906.000 toneladas, enquanto que a capacidade dinâmica era de 1.359.000 toneladas<sup>165</sup>. Esses valores sofreram, respectivamente, uma elevação de 77,7% e de 68,4% e, dessa forma, a capacidade de armazenagem estática saltou para 1.609.600 toneladas, sendo apenas 14,8% (239.000 toneladas) da rede pública e outros 85,2% (1.370.600 toneladas) da rede privada, e a capacidade dinâmica para 2.288.000 toneladas, sendo 16,0% (365.000 toneladas) da rede pública e 84,0% (1.923.000 toneladas) da rede particular, como retratado na Tabela 19. Entre os anos de 1990 e 2006, houve uma redução da ordem de -4,4% na capacidade estática e de -44,4% na capacidade dinâmica de armazenagem da rede pública. Em contrapartida, ocorreu um crescimento de 265,3% na capacidade estática e de 95,4% na capacidade dinâmica de armazenagem da rede privada.

### 7.2.3 - Energia

O Triângulo Mineiro, em decorrência da formação geológica e geomorfológica, bem como em função do volume de água constante dos rios, possui grande potencial hidrelétrico,

---

<sup>165</sup> Capacidade estática diz respeito à capacidade total de armazenagem, enquanto que a capacidade dinâmica diz respeito à capacidade de movimento entre a entrada e a saída de produtos.

capaz de suprir o consumo regional e desempenhar importante papel no sistema elétrico nacional, que, em decorrência da renovação de sua base técnica, se torna cada vez mais integrado, por meio do estabelecimento de verticalidades, definidas pelas possibilidades técnicas de transmissão de energia a grandes distâncias.

Tabela 19 - Uberlândia: capacidade de armazenagem de grãos, 2006

Descrição	Capacidade estática (ton.)	%	Capacidade dinâmica (ton.)	%
Total da rede pública	239.000	14,8 <sup>2</sup>	365.000	16,0 <sup>2</sup>
CONAB	120.000	50,2	187.000	51,2
Casemg	119.000	49,8	178.000	48,8
Total da rede privada	1.370.600	85,2 <sup>2</sup>	1.923.000	84,0 <sup>2</sup>
Cargill Agrícola	264.000	19,3	350.000	18,2
Rezende	220.000	16,1	330.000	17,2
ABC-Inco	198.000	14,4	297.000	15,4
Espaço Armazéns Gerais	127.800	9,3	156.000	8,1
ADM	120.000	8,8	180.000	9,4
EADI-Uberlândia <sup>1</sup>	110.800	8,1	156.000	8,1
Cerealistas	99.000	7,2	150.000	7,8
Uberzem	75.000	5,5	104.000	5,4
Argimpel	63.000	4,6	126.000	6,6
Aspasa	38.000	2,8	38.000	2,0
Betânia	25.000	1,8	25.000	--?
Transcarga	12.000	0,9	18.000	0,9
Cossisa Agroindústria	10.000	0,7	15.000	0,8
Conage	6.000	0,4	6.000	--?
Granja Planalto	2.000	0,1	3.000	0,2
Total geral	1.609.600	100,0	2.288.000	100,0

Fonte: BDI, 2006. BESSA, 2001. CLEPS JR., 1998. Organização: BESSA, 2007.

<sup>1</sup>A Eadi-Uberlândia funciona junto aos antigos armazéns da Casemg. <sup>2</sup>Percentual calculado sobre o total geral.

No Triângulo Mineiro, em razão desse potencial, assim como do aumento da demanda energética nacional, foram implantados objetos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que passaram a constituir um verdadeiro sistema técnico, construído para complementar a produção nacional de energia. Atualmente, como retratado no Quadro 4, são 22 usinas hidrelétricas em operação, com capacidade instalada de 12.783MW (BDI, 2005. Pesquisa direta na Cemig, 2005), operadas pelas concessionárias Cemig<sup>166</sup>, Celg, Cesp e Furnas, revelando as parcerias e os consórcios entre os governos estaduais e entre as municipalidades envolvidas e, ainda, entre esses e o governo federal.

<sup>39</sup> As principais usinas da Cemig estão localizadas no Triângulo Mineiro - São Simão (1.710MW), Emborcação (1.192MW), Nova Ponte (510MW), Jaguará (424MW), Miranda (408MW) e Volta Grande (380MW), e são responsáveis por 82,1% (5.020MW) da capacidade de produção de energia dessa companhia, que soma mais de 6.113MW de potência instalada, que corresponde às usinas próprias (CEMIG, 2006).

QUADRO 4 - Triângulo Mineiro: usinas hidrelétricas instaladas, 2005

Usina	Rio	Concessionária/Ano de início de operação	Potência (MW)
1. Itumbiara	Paranaíba	Furnas/1979	2.280
2. São Simão	Paranaíba	CEMIG/1978	1.710
3. Marimbondo	Grande	Furnas/1975	1.440
4. Água Vermelha	Grande	CESP/1971	1.380
5. Emborcação	Paranaíba	CEMIG/1982	1.192
6. Barreto (Estreito)	Grande	Furnas	1.050
7. Capim Branco I	Araguari	Consórcio <sup>1</sup> /Previsão 2006	318
8. Capim Branco II	Araguari	Consórcio <sup>1</sup> /Previsão 2006	210
9. Nova Ponte	Araguari	CEMIG/1994	510
10. M. Moraes (Peixoto)	Grande	Furnas	476
11. Cachoeira Dourada	Paranaíba	CELG	439
12. Jaguará	Grande	CEMIG/1971	424
13. Miranda	Araguari	CEMIG/1997	408
14. Volta Grande	Grande	CEMIG/1974	380
15. Porto Colômbia	Grande	Furnas	320
16. Igarapava	Grande	Consórcio <sup>2</sup> /1999	210
17. Dos Martins	Uberabinha	CEMIG/1947	7,7
18. Pai Joaquim	Araguari	CEMIG/Reativada em 2004	23
19. Salto Moraes	Tijuco	CEMIG/1957	2,4
20. Lajes	C. das Lajes	-	1,2
21. Piçarão	C. Piçarão	CEMIG/Reativada em 2001	0,8
22. Santa Lúcia	C. Piedade	CEMIG/Reativada em 2001	0,7
Total (potência/MW)	--	--	12.783

Fonte: BDI, 2005. CEMIG, 2005. Organização: BESSA, 2007.

<sup>1</sup>Consórcio: CEMIG, CVRD, CMM, Eletrosilx, CSN, Mineração Morro Velho, dentre outras participações minoritárias. <sup>2</sup>Consórcio: CEMIG, CVRD, CMN, Cia. Agrícola Paineiras, dentre outras participações minoritárias.

Em 1952, foi criada a empresa responsável pelo setor de energia elétrica no Estado, a Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG<sup>167</sup>. Sua atuação no Triângulo Mineiro foi iniciada a partir de então, quando encampou as empresas municipais e privadas, a exemplo da Cia. Força e Luz (1952), de Uberaba, e da Cia. Prada (1973), de Uberlândia, ambas pioneiras na instalação das primeiras infra-estruturas destinadas à produção de energia elétrica na região. Portanto, é possível reconhecer três momentos que indicam a formação do sistema elétrico regional: primeiramente, antes da criação da empresa estatal mineira, quando se formou o embrião da rede energética; num segundo momento, quando da criação da estatal,

<sup>41</sup> Em 1984, a empresa responsável pelo setor de energia elétrica no estado de Minas Gerais, denominada Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., fundada em 1952, pelo então governador Juscelino Kubitschek, foi transformada em Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG. Atualmente, a CEMIG é uma empresa de economia mista, cujo principal acionista é o governo do Estado, com 50,96% das ações e a Southern Electric Brasil, com 32,96%. As demais ações são controladas pelo setor privado nacional (com 11,37% das ações) e internacional (com 4,53% das ações).

que encampou o sistema pretérito e promoveu novas expansões e densificações das redes, orientadas pelos investimentos públicos e pelas parcerias com as estatais paulista e goiana; e, recentemente, quando os comandos obedecem a uma nova estrutura organizacional, marcada pelos consórcios estabelecidos com a iniciativa privada, a exemplo das parcerias para a construção das usinas de Igarapava e Capim Branco I e II.

No sistema elétrico nacional, Uberaba e Uberlândia encontram-se interligadas ao Sistema Integrado do Sudeste. Como retratado na Tabela 20, Uberaba possui seis subestações, com potência instalada de 148,8MVA, dos quais apenas 115,3MVA são utilizados (77,5%). Uberlândia, por sua vez, possui quatro subestações, que contam com potência instalada total de 225,0MVA, o que equivale a 82,4% da potência demandada, que é de 185,4MVA, além das subestações da Cargill, Souza Cruz, Daiwa Têxtil e da Petrobrás. Desse modo, observa-se que tanto a potência instalada quanto a demandada é superior em Uberlândia.

Tabela 20 - Triângulo Mineiro: potência instalada e demandada de energia elétrica nas subestações em Uberaba e Uberlândia, 2005

Centros	Subestações	Potência instalada (MVA)		Potência demandada (MVA)		Disponibilidade de energia (MVA)	
		Valor absoluto	% sobre total	Valor absoluto	% sobre total	Valor absoluto	% sobre total
Uberaba	SE 1	25,0	16,8	25,0	21,7	0,0	0,0
	SE 2	18,8	12,6	16,8	14,6	2,0	6,0
	SE 3	50,0	33,6	40,1	34,8	9,9	29,6
	SE 4	15,0	10,1	3,1	2,7	11,9	35,5
	SE 5	15,0	10,1	8,2	7,1	6,8	20,3
	SE 6	25,0	16,8	22,1	19,2	2,9	8,7
Total das subestações		148,8	100,0	115,3	100,0	33,5	100,0
Uberlândia	SE 1	75,0	33,3	59,6	32,1	15,4	38,9
	SE 2	50,0	22,2	39,5	21,3	10,5	26,5
	SE 6	75,0	33,3	61,3	33,1	13,7	34,6
	SE 7	25,0	11,1	25,0	13,5	0,0	0,0
Total das subestações		225,0	100,0	185,4	100,0	39,6	100,0

Fonte: Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

Tanto em Uberaba quanto em Uberlândia ocorreu incremento considerável no consumo de energia elétrica, como retratado na Tabela 21. No que tange à evolução do consumo total, entre os anos de 1990 e 2004, observou-se um incremento expressivo em Uberlândia, que atingiu 119,8%, com destaque para o consumo industrial, no qual foi percebido crescimento de 210,8%, seguido pelo consumo comercial, que apresentou crescimento de 110,1%. Em Uberaba, o crescimento no consumo de energia elétrica foi também importante, pois ocorreu incremento de 61,6% no consumo total, com destaque para o setor comercial, cujo crescimento foi de 113,7%.

Tabela 21 - Triângulo Mineiro: consumo e número de consumidores de energia elétrica, por classes, em Uberaba e Uberlândia, 1990-2004

Municípios	Ano	Classe	Industrial	Comercial	Residencial	Rural	Outros <sup>1</sup>	Total	
Uberaba	1990	Consumo (KWh)	135.897.000	40.111.000	101.362.000	15.086.000	40.384.000	332.840.000	
		Consumidores	831	6.325	51.661	2.014	353	61.184	
	2000	Consumo (KWh)	199.641.946	90.386.858	169.693.633	24.090.807	61.204.644	545.017.888	
		Consumidores	1.279	9.668	77.034	2.536	436	90.953	
	2004	Consumo (KWh)	215.653.113	85.723.355	154.488.517	26.649.100	64.475.299	537.989.384	
		Consumidores	1.475	10.566	85.703	2.632	496	100.872	
	Evolução do consumo 1990-2004 (%)			58,7	113,7	52,4	76,6	59,7	61,6
	Evolução consumidores 1990-2004 (%)			77,5	67,1	65,9	30,7	40,5	64,9
Uberlândia	1990	Consumo (KWh)	146.469.000	92.218.000	162.032.000	31.076.000	49.912.000	481.707.000	
		Consumidores	1.564	9.247	86.078	1.741	354	98.984	
	2000	Consumo (KWh)	373.843.023	187.802.071	325.356.726	48.899.108	93.901.391	1.029.802.319	
		Consumidores	2.636	15.919	148.987	2.488	507	170.537	
	2004	Consumo (KWh)	455.228.081	193.753.546	281.348.322	37.366.093	91.132.312	1.058.828.354	
		Consumidores	2.237	18.587	169.915	2.726	553	194.018	
	Evolução do consumo 1990-2004 (%)			210,8	110,1	73,6	20,2	82,6	119,8
	Evolução consumidores 1990-2004 (%)			43,0	101,0	97,4	56,6	56,2	96,0

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1994. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1994a. ALMG, 2006. Organização: BESSA, 2007.

<sup>a</sup> Inclui consumo próprio, iluminação pública e setor público.

#### 7.2.4 - Telecomunicação e o desempenho da CTBC (holding Algar)

Os serviços de telecomunicação estão entre os que mais sofreram alterações em sua dinâmica e estrutura, passando a ocupar um lugar central no conjunto das infra-estruturas, visto que se tornaram o principal eixo de modernização, transformando o conceito espacial das atividades. Os novos contornos desse setor são delineados pelos avanços tecnológicos, caracterizados pela revolução informacional e pela modernização dos tele-equipamentos<sup>168</sup>; pelas mudanças institucionais, marcadas pelo processo de desestatização e pelas novas formas de atuação do Estado, que passou a exercer papel de agente regulador; e pela entrada de capital privado e pela formação de parcerias entre o setor público e o privado. Desse modo, esse setor ganha importância estratégica, sendo caracterizado, como aponta Silveira (1999), pela superposição entre redes hegemônicas, destinadas a acatar os imperativos da atual divisão do trabalho, e redes hegemônicas, destinadas a atender a uma circulação de tipo mais endógeno, de tal modo que quem controla a informação e sua rede técnica exerce um poder, praticamente, sem medida.

Após a década de 1970<sup>169</sup>, o governo federal foi responsável por grande parte dos investimentos ligados ao setor de telecomunicações no Brasil. De acordo com Santos e Silveira (2001, p.81), ...a regulação pelo poder público foi o motor desses processos..., uma vez que o Estado atuou como provedor direto no processo de ampliação e de modernização, além de monitorador dos serviços prestados por esse setor. Para tanto, criou a Empresa Brasileira de Telecomunicações-Embratel (1965), que operava as redes de serviços de longa distância nacional e internacional; o Ministério das Comunicações (1967), que regulamentava e fixava as diretrizes gerais de desenvolvimento do setor; e a Telecomunicações Brasileiras-Telebrás (1972), que foi responsável pela incorporação e controle de toda a rede, incluindo as 27 empresas-pólo, que operavam as redes urbanas e intra-estaduais, alcançando status de

---

<sup>43</sup> Santos e Silveira (2001, p.73), destacam a modernização dos teleequipamentos: ...do telégrafo ao telefone e ao telex, do fax e do computador ao satélite, à fibra óptica e à Internet.

<sup>44</sup> No Brasil, até o início da década de 1970, os serviços de telecomunicações, bem como a estrutura industrial responsável pela produção dos equipamentos necessários à realização de tais serviços, estavam concentrados nas mãos da iniciativa privada, em sua maioria, empresas estrangeiras. De acordo com Cardoso (2000), em 1962, 80% dos telefones existentes no país eram de propriedade da Companhia Telefônica Brasileira-CTB, cujo acionista majoritário era a empresa canadense Brazilian Tractions; os serviços de telecomunicações interestaduais e internacionais eram controlados por empresas inglesas, norte-americanas e italianas, a saber: a Western Telegraph, Radional e a Radiobrás, e a Italcable, respectivamente; os equipamentos utilizados nos serviços também eram fornecidos por empresas estrangeiras: a Ericson do Brasil e a IT&T. Em 1962, a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações marcou as primeiras tentativas de nacionalização do referido setor. Todavia, foi o governo militar o responsável pela estatização do setor, a partir da criação da Embratel (1965), do Ministério das Comunicações (1967) e da Telebrás (1972).

holding, capaz de controlar os serviços de telecomunicações em todo o território nacional, com exceção das regiões controladas pelas empresas independentes, mas, tecnicamente, integradas ao sistema Telebrás<sup>170</sup>. Desse modo, a estrutura do sistema de telecomunicações no Brasil era sustentada por estes pilares - Embratel e Telebrás, além do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento-CPqD.

No entanto a efetiva condição estratégica desse setor implantou-se num contexto de desregulação, caracterizado pela quebra do monopólio estatal na prestação desses serviços e pela abertura para o capital privado. A reestruturação das telecomunicações objetivava, nas palavras neoliberais, flexibilizar o modelo brasileiro de telecomunicações, eliminando a exclusividade do Estado e buscando introduzir o regime de competição na prestação desses serviços, primordialmente, com a entrada do capital privado. No Brasil, a criação da Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel, em 1997; a privatização do sistema Telebrás, por meio da venda das teles estaduais, da Embratel e das empresas de telefonia celular, em julho de 1998, e a transformação do CPqD em fundação privada, marcaram o fim da atuação do Estado como provedor direto dos serviços de telecomunicações e assinalaram o início de sua atuação como órgão regulador.

A partir da reorganização do sistema Telebrás, ocorreu a cisão das operadoras e a repartição do território nacional em áreas de concessão ou de autorização para a prestação de serviços de telefonia fixa e móvel<sup>171</sup>, de acesso à Internet, de comunicação multimídia, de TV por assinatura, de radiodifusão, dentre outros, configurando verdadeiros territórios particulares da prestação de serviços de telecomunicação, para utilizar expressão de Coelho (1997, p.59), marcados pela privatização das operadoras públicas e pela entrada do capital internacional, indicando embates entre os novos e os velhos atores (Anexos 2 e 3).

No Triângulo Mineiro, a prestação de serviços no setor de telefonia é gerenciada, desde 1954, pela Companhia de Telecomunicações do Brasil Central-CTBC, então carro-chefe do Grupo ABC, que, por meio das reestruturações organizacionais ocorridas no início dos anos de 1990, foi transformado em holding, passando a denominar-se Algar, cuja

---

<sup>45</sup> A Companhia Telefônica do Brasil Central-CTBC, de Uberlândia, a Operadora Municipal de Ribeirão Preto-CETERP, a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicaçãoe-CRT e a Operadora Municipal de Londrina-SERCOMTEL.

<sup>46</sup> Em1998, o Plano Geral de Outorgas dividiu o território brasileiro em quatro regiões para a prestação do serviço de telefonia fixa: Região I (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima); Região II (Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre); Região III (São Paulo); e Região IV (todo o território nacional). Na prestação do serviço de telefonia móvel, o Brasil foi dividido em 10 regiões.

significação está associada ao nome de seu fundador Alexandrino Garcia. Essa holding é formada por empresas que atuam em três segmentos distintos, telecomunicação, agroalimentar e serviços e entretenimento, expressando seu caráter multifuncional, como retratado na Figura 23. Segundo dados do Relatório Anual - Algar 2005, essa holding atingiu faturamento líquido de 1.668.800,00 Reais em 2005, destacando-se entre os principais grupos empresariais do país. Cumpre registrar que o setor de telecomunicação desempenha papel fundamental no processo de acumulação de capital, pois, em 2005, foi responsável por 70,6% (1.178.800,00 Reais) desse faturamento, o que indica a cooperação organizacional em torno dessa atividade básica<sup>172</sup>. Os investimentos realizados em outras atividades visavam, sobretudo, garantir formas ampliadas de acumulação de capital, cujo principal resultado foi a diversificação vertical da corporação.

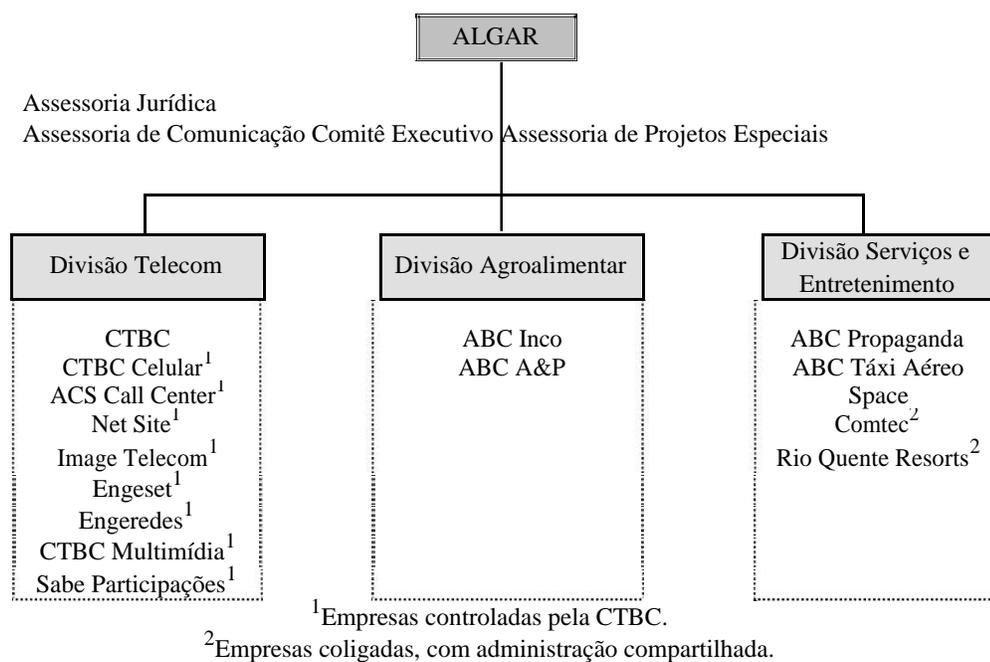


Figura 23 - Algar: organograma estrutural da holding, 2006.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.algar.com.br/algar/>>. Acesso em: 2006.

Quando do estabelecimento do monopólio estatal das telecomunicações, a CTBC, pelas estratégias e influência política de Alexandrino Garcia, permaneceu com o seu controle privado, apesar da vinculação ao sistema Telebrás em 1969. Nesse referido ano, essa empresa contava com 4.870 telefones instalados, posto que incorporou as empresas telefônicas de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Frutal, Barretos, Ituverava, Buriti Alegre, Batatais, Franca e Pará de Minas. A partir da década de 1970, a CTBC realizou investimentos

<sup>48</sup> Ressalta-se que a Algar detém 97,0% das ações ordinárias da CTBC, estando o restante sob o controle de acionistas minoritários (CTBC Telecom - Relatório da Administração, 2005).

respeitáveis na construção e estruturação de fixos capazes de interligar a cidade e a região por meio de equipamentos de transmissão e de recepção, além de incorporar as empresas telefônicas de Luz, Uberaba, Pitangui, Ituiutaba, Ibirici, Monte Santo, Campos Altos e Iguatama. Em 1984, a CTBC foi selecionada, pelo Ministério das Comunicações e pela Telebrás, para industrializar a fibra óptica<sup>173</sup>, o que comprova o papel do poder público na sua expansão, bem como revela as redes de poder instituídas ao longo do processo de consolidação da empresa. Em função disso, introduziu o primeiro cabo óptico e a primeira Central Telefônica Computadorizada-CPA do interior do país; além da implantação de um link óptico interligando duas centrais telefônicas. Na década de 1990, o grupo investiu na implantação do sistema móvel de telefonia celular, criando, em 1993, a CTBC Celular, hoje, controlada da CTBC. Essa foi pioneira na instalação de telefones celulares no interior do país, bem como no uso da tecnologia celular digital, além de oferecer serviço pré-pago para a telefonia celular, o que demonstra a capacidade técnica da empresa para implementar projetos que exijam elevado padrão tecnológico. Em 1998, a CTBC inaugurou sua nova sede administrativa, sendo o primeiro edifício inteligente da região e do interior do Estado de Minas Gerais. Nela, implantou o Centro de Operação de Redes - central eletrônica de controle remoto capaz de gerenciar toda a rede, todas as centrais telefônicas e todo o sistema óptico, em tempo real. Esse centro funciona 24 horas por dia, com uma rede completamente digitalizada e estruturada em anéis ópticos, que utilizam tecnologias de rede com alta velocidade, SDH, DWDM, ATM, Frame Relay, IP e VPN, que garantem um aumento substancial na capacidade de tráfego e a interconexão entre redes, resultando numa malha complexa, na qual redes imateriais passam a controlar o funcionamento de redes materiais, como sugere Silveira (1999).

Atualmente, a CTBC conta com uma ampla escala de operações, pois presta serviços de telefonia fixa (local, longa distancia nacional e internacional), no qual possui 645 mil clientes e é líder em telefonia de longa distância em sua área de concessão, atendendo a 74% desse mercado; de telefonia móvel, no qual conta com 399 mil clientes, prestando serviços em 87 municípios em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, e em todo o território nacional, via acordos de cobertura; de contact center, que possui capacidade para 5.000 posições de atendimento, sendo 3.500 posições em Uberlândia e 1.500 posições em

---

<sup>48</sup> A tecnologia de fibra óptica brasileira foi desenvolvida, a partir de 1975, pelo CPqD, por meio de pesquisas financiadas pelo Estado. A utilização da fibra óptica facilita a transmissão de dados em alta velocidade e torna possível o uso de novos serviços, devido à maior capacidade de transmissão do sistema.

Campinas, responsáveis por fazer e receber cerca de 10 milhões de ligações por mês<sup>174</sup>; de distribuição de sinais de TV por assinatura, via cabo, com concessão para atuar em Araguari e Uberlândia, contando com uma rede de 930 quilômetros de extensão, que atinge um total de 111 mil residências, com aproximadamente 32 mil clientes; de acesso a Internet, por linha discada, rádio e banda larga, com cerca de 66 mil clientes; de transmissão de dados em longa distância, no qual conta com 102 mil clientes; de comunicação e manutenção de redes de telecomunicações, por meio da Engeset e da Engeredes Multimídia; além de produção, publicação e distribuição de listas telefônicas (Lista SABE), guias de endereços (Guia SEI) e listas de produtos e serviços pela Internet. Para a prestação desses serviços, a CTBC controla oito empresas, como exemplifica a Figura 23, sediadas em Uberlândia, Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, cujas relações espaciais e circuitos de cooperação ultrapassam os limites da região, propiciando notório processo de acumulação.

As informações referentes ao número de terminais telefônicos ilustram o crescimento dos serviços prestados pela CTBC, como demonstrado na Tabela 22. No início dos anos 1980, a operadora contava com 41.399 terminais telefônicos em serviço, dentre os quais, 41.262 eram telefones fixos, 105 telefones públicos e 32 telefones rurais (UBERLÂNDIA-92, 1992. RNT, 1998). Em 2000, esses números atingiram 788.127 terminais telefônicos, dos quais 559.059 eram telefones fixos em serviço, 216.205 telefones celulares, 11.000 telefones públicos e 1.863 telefones rurais (Pesquisa direta na CTBC, 2000-2001)<sup>175</sup>. Em 2005, a empresa operava com 861.000 telefones fixos instalados, dos quais 712.000 em serviços e 384.000 celulares, que totalizavam 1.096.000 terminais (Pesquisa direta, 2006). Dessa forma, a CTBC passou a contar com um dos maiores índices de densidade telefônica do Brasil, com 35,2 terminais fixos e 14,4 terminais celulares por grupo de 100 habitantes<sup>176</sup>. Esse indicador também representa uma importante evolução, pois, em 1980, esse índice era de 11,6; e, considerando o ano de 1993, quando do início da telefonia celular, o índice era de 12,6.

---

<sup>52</sup> O ACS Call Center ocupa o 5º lugar no ranking das empresas de contact center no Brasil. Seus principais clientes são: American Express, Martins, Avon, Claro, Dupont, Intelig, Monsanto e Tim, além de empresas da própria Algar como a CTBC, o Rio Quente Resorts e a Sabe.

<sup>53</sup> Juntamente com o aumento dos números de telefones, tem-se também a substituição da tecnologia eletrônica analógica pela tecnologia digital. No que tange à telefonia fixa, o índice de digitalização da base material é de 95,5%, e para a telefonia celular é de 75,9%.

<sup>54</sup> Segundo dados da Anatel, o Brasil conta com 21,5 Terminais Fixos por 100 habitantes e 46,6 Terminais Móveis por 100 habitantes.

Tabela 22 - CTBC: evolução do número de terminais de telefonia fixa e celular, 1980-2005

Terminais de telefonia	1980	1990	Evolução 1980-90 (%)	2000	Evolução 1990-00 (%)	2005	Evolução 2000-05 (%)
Terminais fixos em serviço	41.262	250.197	506,4	559.059	123,4	712.000	27,4
Terminais fixos instalados	--	--	--	712.173	--	861.000	20,9
Celulares em serviço	--	1.196 <sup>1</sup>	--	216.205	17.977,3 <sup>2</sup>	384.000	77,6
Celulares instalados	--	-	--	361.541	--	--	--
Telefones públicos	105	334	218,1	11.000	3.193,4	--	--
Telefones rurais	32	171	434,4	1.863	989,5	--	--
Total <sup>3</sup>	41.399	250.702	505,6	788.127	214,4	1.096.000	39,1

Fonte: UBERLÂNDIA-92, 1992. RNT, 1998. Pesquisa direta na CTBC, 2000-2001. <<http://www.ctbctelecom.com.br/>> Acesso em 2006. Organização: BESSA, 2007.

<sup>51</sup> Dado referente ao ano de 1993. <sup>2</sup> Dado referente à relação 1993 e 2000. <sup>3</sup> O total refere-se aos terminais em serviço. No ano de 1990, a totalização refere-se à soma dos terminais fixos, telefones públicos e rurais. Em 2005, o total refere-se à soma dos terminais fixos e celulares em serviço.

A escala espacial de atuação também foi bastante ampliada, resultado tanto da aquisição de empresas já existentes como de investimentos diretos da própria empresa. Em 1980, a CTBC atendia 81 localidades, sendo 49 em Minas Gerais, 22 em São Paulo, 8 em Goiás e 2 no Mato Grosso do Sul. Em 1997, quando da privatização do setor, a empresa atendia a uma área que se estendia por 102 mil Km<sup>2</sup>, onde estavam contidas 305 localidades<sup>177</sup>, sendo 252 em Minas Gerais, 34 em São Paulo, 11 em Goiás e 8 no Mato Grosso do Sul, como retratado no Mapa 9. Com a privatização do setor, a CTBC, juntamente com a CTBC Celular, passou a atuar no bloco regional Tele Norte-Leste<sup>178</sup>, no setor 3 e partes dos setores 25, 22 e 33, respectivamente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo (Mapa 9). Em 2002, essa empresa conquistou autorização para atuar em novas regiões, aumentando consideravelmente sua área de atuação, pela possibilidade de atuar em todo o território brasileiro, oferecendo serviço de longa distância nacional e internacional (Mapa 9). Trata-se de fato daquilo assinalado por Silveira (1999) como redes domésticas hegemônicas, pois, apesar da inovação técnica e da expansão territorial, essas redes destinam-se, sobretudo, a um movimento endógeno, porém são a base para um amplo leque de comandos fundamentados nas redes de teleação.

A CTBC atende, atualmente, a cerca de 3,5 milhões de pessoas, com pontos de presença em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, interligados por uma rede óptica própria de longa distância (backbone óptico) e por anéis metropolitanos em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,

<sup>51</sup> Destas 305 localidades, 88 são municípios, 49 são distritos e 168 são povoados.

<sup>52</sup> Holding do setor de telecomunicações que reúne 16 empresas de telefonia fixa.

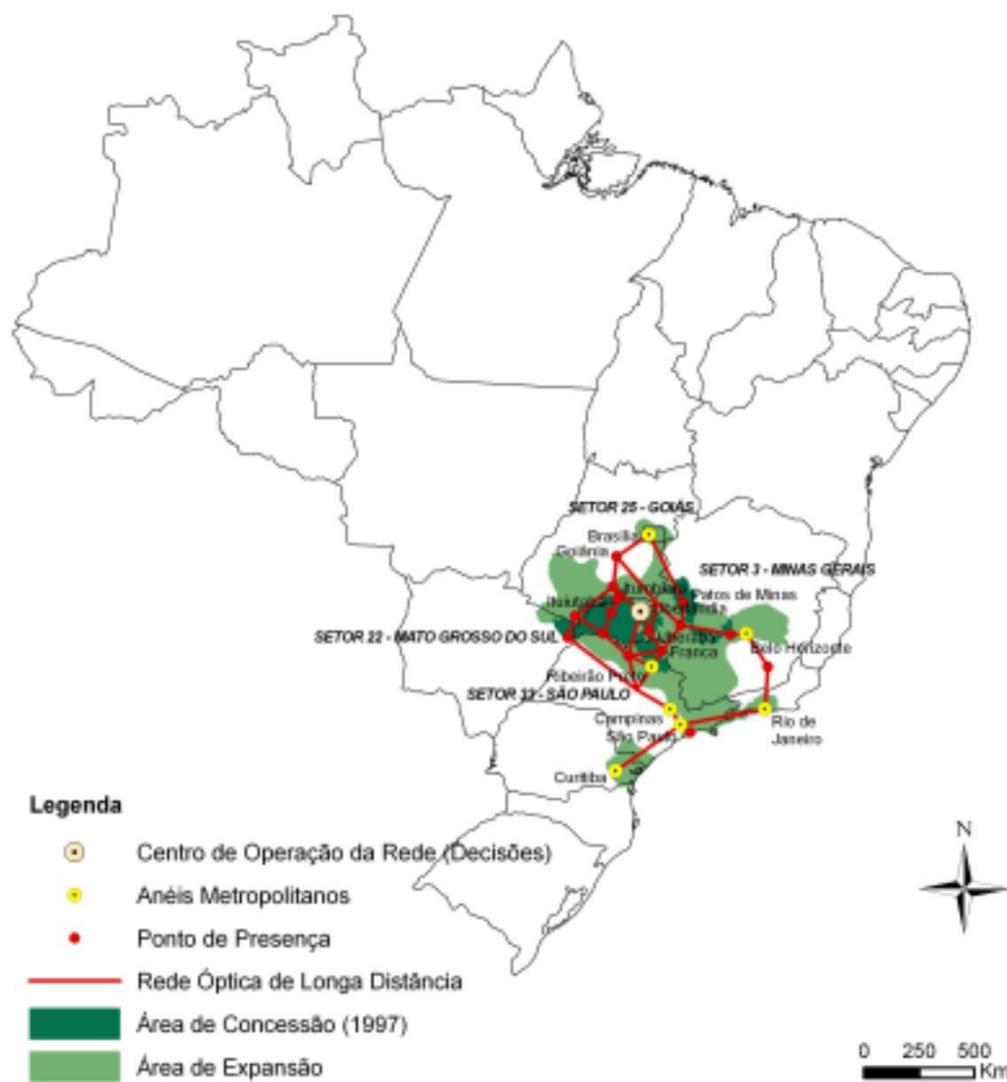
Brasília, Ribeirão Preto e Curitiba<sup>179</sup>, totalizando uma rede de 7,8 mil quilômetros, que perfaz 23 pontos de presença, com interconexões com backbone nacional e internacional, por meio de alianças estratégicas com redes de terceiros, o que indica interações interempresas, de modo a ampliar seu território de atuação e seu poder para concorrer com outras empresas. Essa complexa malha é gerenciada pelo Centro de Operação de Redes, situado em Uberlândia, como retratado no Mapa 9. Trata-se, portanto, de uma organização espacial reticular com níveis hierárquicos definidos pela importância dos escritórios regionais, dos pontos de presença e de suas interações na rede, consubstanciando múltiplas formas de interações entre as empresas do grupo e outras empresas, de maneira a possibilitar várias configurações e interações espaciais. Cabe ainda comentar que, ao longo de seu processo de expansão e diversificação, essa holding adquiriu notório poder de pressão política, derivado, em grande parte, de sua força econômica e de sua influência na política local, especialmente na Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-ACIUB. Enfim, trata-se de uma corporação com notório comando político-territorial.

No setor de telefonia fixa, atuam, ainda, as operadoras Embratel, Intelig, Telemar e Vésper. Já no setor de telefonia móvel, além da CTBC Celular, as operadoras Oi, Telemig Celular e Tim Celular, cujas áreas de atuação se superpõem numa complexa malha de redes e fluxos. Cumpre ressaltar no setor de telecomunicações a presença das estações de TV e de radiodifusão. Em Uberaba, são três estações geradoras de TV (Rede Bandeirantes, Rede Minas e Rede Globo) e seis repetidoras. Em Uberlândia, são também três estações geradoras (Rede SBT, Rede Minas e Rede Globo) e oito estações repetidoras. No que tange à radiodifusão, observa-se que, em Uberaba, são quatro estações em frequência de Ondas Médias-AM e seis estações em Frequência Modulada-FM, além de cinco estações comunitárias. Em Uberlândia, são seis estações em faixa de frequência AM e seis estações em frequência FM, além de três estações comunitárias (Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006).

---

<sup>53</sup> A CTBC possui escritórios em Belo Horizonte, Patos de Minas, Ituiutaba, Uberaba, Pará de Minas, Uberlândia (MG), Brasília (DF), Campinas, Ribeirão Preto, Franca, São Paulo (SP), Itumbiara, Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ).

**MAPA 9 - CTBC: Área de Concessão e de Expansão, 1997-2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2006  
[www.teleco.com.br](http://www.teleco.com.br)  
[www.ctbctelecom.com.br](http://www.ctbctelecom.com.br)  
[www.algar.com.br](http://www.algar.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006

Nas últimas décadas, a complementação das infra-estruturas de transporte, armazenagem, energia e comunicação no Triângulo Mineiro obedeceu a uma lógica reticular mais ampla, diretamente associada aos interesses dos distintos agentes envolvidos, ante suas respectivas necessidades de velocidade e de suporte logístico, assim como aos interesses do próprio Estado, que gradativamente vem transferindo, para o setor privado, parcelas significativas do comando sobre esses objetos, estabelecendo uma nova relação entre materialidade territorial e poder. Nessa perspectiva, cabem os apontamentos de Raffestin (1993, p.213), quanto aos processos de regulação dessas infra-estruturas, pois ...quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação [já que]

...controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga. De fato, as corporações multifuncionais e multilocalizadas beneficiam-se dessas infra-estruturas e dos serviços correspondentes, que são indispensáveis à racionalização de suas atividades.

Ademais, os consideráveis investimentos públicos obtidos na fase desenvolvimentista do Estado, sejam em atividades produtivas, com a política da industrialização substitutiva de importações e de inserção do país na racionalidade internacional, sejam em infra-estruturas, participaram da reorganização do espaço no Triângulo Mineiro e foram determinantes para o processo de re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, pois balizaram o re-ordenamento regional e a inserção numa nova divisão territorial do trabalho. Contudo, a partir desse momento, as agroindústrias processadoras de produtos agropecuários, as indústrias para a agricultura, o setor de aprimoramento genético da pecuária, o segmento atacadista-distribuidor e os amplos processos de terciarização e urbanização foram os elementos da re-diferenciação, marcadamente pelo estabelecimento de diversas interações espaciais e de variados círculos de cooperação, que desenharam novas horizontalidades e novas verticalidades.

## 8 - Uberlândia comandando uma nova divisão territorial interna do trabalho e a re-diferenciação dos espaços

A partir da inserção imperativa de uma nova divisão territorial do trabalho, alteraram-se os processos da organização espacial no Triângulo Mineiro e, nesse contexto, Uberlândia alargou sua importância, tanto em escala regional, quanto em escala nacional. De um lado, as diversas formas de produção, de interação e de consumo modificam a organização espacial preexistente. De outro lado, as ações de suas elites expressaram notável capacidade de adaptação às conjunturas e respeitável influência junto aos governos estadual e federal. Desse modo, o papel desempenhado por Uberlândia foi ampliado e fundamentado nas funções de controle sobre parcelas das atividades produtivas, sobretudo as especializadas, e sobre o território. Esse comando, contudo, está inserido numa trama de relações que ultrapassa o lugar, pela presença das corporações nacionais e globais.

Com essa nova divisão territorial do trabalho, expandiram-se também as tensões, que se tornaram muito mais numerosas e profundas, pois aos conflitos entre os agentes regionais somaram-se aqueles provenientes dos atores hegemônicos externos, que se impõem sobre o lugar, levando a mudanças rápidas nos padrões territoriais. Nesse contexto, as diferenciações entre Uberaba e Uberlândia também se alargaram, porque quanto mais intrincada for a divisão territorial do trabalho, tanto mais diferentes serão os centros urbanos uns dos outros. No caso específico desta tese, a diferenciação entre esses dois centros tornou-se cada vez mais acentuada, estando ligada à capacidade de respostas, de um e de outro, à marcha da divisão territorial do trabalho. Uberaba e Uberlândia apresentaram respostas específicas, daí a maior diferenciação entre tais centros.

Há, nesses dois centros, uma maior complexidade não só em termos dimensional, funcional e espacial, mas também em termos de suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Com relação às atividades, não se trata apenas da ampliação das preexistentes, porém do aparecimento de novas atividades, inclusive com a consolidação das especializações produtivas, que cooperaram para o acúmulo de funções, resultando numa vida de relações mais intensa. Esses centros passaram a ser pontos de controle de algumas atividades, de beneficiamento e processamento de matérias-primas minerais e agropecuárias, de localização de corporações nacionais e globais, bem como lugar de distribuição de produtos e de prestação de serviços gerais e especializados, o que indica posturas de competição e de cooperação. Trata-se, portanto, de uma estrutura funcional complexa, capaz de gerar

interações espaciais múltiplas e diversas, caracterizadas tanto por horizontalidades quanto por verticalidades, e também capaz de revelar a especificidade de um e de outro centro na divisão territorial do trabalho, uma vez que essas são interações assimétricas e, por isso, ...tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, como afirma Corrêa (1997, p.280).

As atividades presentes em Uberlândia foram capazes de gerar um processo intenso de acumulação e concentração de capitais, baseado em importantes empresas locais, que passaram inclusive a investir em outros ramos de atividades e em empresas de capital externo, nacional e internacional. Justamente, essas empresas passaram a ter participação notória nos processos de competição e cooperação, bem como de controle do território, indicando a capacidade de comando da nova divisão territorial do trabalho. A presença desses atores e dessas atividades é dado fundamental para explicitar a reviravolta na posição relativa entre Uberaba e Uberlândia, porquanto o sucesso das realizações econômicas das elites locais e o estabelecimento de grupos econômicos, tanto nacionais como estrangeiros, são basilares para a manutenção e a ascensão da posição relativa dos centros urbanos, que, pela forte competição que passam a exercer, promovem a derrocada de outros centros. Como salienta Harvey (1982), a competição, as inovações e a necessária expansão territorial das atividades provocam um continuado desequilíbrio geográfico, que, em síntese, evidencia o sentido real da diferenciação espacial e do próprio desenvolvimento espacial desigual.

O resultado é a presença de uma gama de atividades diversificadas e com uma nítida dimensão espacial. Paralelamente, Uberlândia vê sua população aumentar num ritmo acelerado. Trata-se de um crescimento associado à expansão das funções básicas e não-básicas, pois, concomitantemente, há um aumento da população e das atividades econômicas: de um lado, a população aumenta como resultado do incremento econômico; de outro lado, as atividades aumentam em número e frequência como consequência do crescimento populacional, além do aumento da demanda regional. Uberlândia, nesse contexto, apresenta admirável capacidade de retenção de imigrantes, especialmente daqueles com qualificação para compor o complexo funcional urbano. Há, com esse crescimento populacional, um incremento do consumo, tanto quantitativo como qualitativo. Numa relação de causa e efeito, o centro é chamado a dar respostas a essa demanda de consumo, ampliando suas atividades não-básicas, quer dizer, atividades complementares urbanas, que, de modo semelhante, ampliam a acumulação de capitais e asseguram a continuidade do processo de re-diferenciação, com suas distintas significações espaciais, cujo ápice foi a re-atualização da

rede urbana regional. Antes, porém, de tratar dessa reconfiguração espacial da rede, destacaremos como esses centros participam da espacialidade de diversas empresas, algumas de capital local, outras de capitais nacional e internacional. Como aponta Corrêa (1999), a relação entre rede urbana e corporação é bastante complexa, entretanto os estudos e a reflexão sobre essa temática privilegiam, na maioria das vezes, as metrópoles e os grandes centros, deixando lacunas no que diz respeito aos efeitos da presença dessas corporações sobre os escalões intermediários e inferiores da rede urbana. De acordo com Corrêa (1991, p.137), ...a grande corporação passou a constituir... o mais importante agente da reorganização espacial capitalista, sendo responsável pela criação de espaços especializados, pelo surgimento de novas e diversificadas atividades urbanas em pequenas, médias e grandes cidades, e pela consolidação dos centros de gestão do território, local de agrupamento das sedes sociais das principais corporações, como assinala Corrêa (1991).

As atividades presentes em Uberaba e Uberlândia estão basicamente associadas ao desenvolvimento da produção material, agropecuária e industrial, e da produção não-material, comércio e prestação de serviços, para empregar as expressões de Santos (1993 e 1994). Os dados gerais sobre o número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, bem como sobre os valores da participação de cada setor na arrecadação de ICMS e no Produto Interno Bruto (a preços correntes) revelam os momentos da re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, como também auxiliam na compreensão de sua natureza, que somente se desvenda nas análises particulares das atividades e dos agentes, posto que as corporações e as elites re-atualizam a rede urbana.

Tanto em Uberaba quanto em Uberlândia, a agricultura, a fruticultura, a bovinocultura, a avicultura, a suinocultura e a silvicultura constituem atividades dinâmicas. Em 2005, como retratado na Tabela 23, eram 2.857 propriedades rurais em Uberaba e 2.870 propriedades em Uberlândia (Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006). Nessas propriedades, no que diz respeito ao setor agrícola, sobressaem os cultivos demandados pelas agroindústrias em detrimento da tradicional produção de alimentos, isto é, aqueles ligados às cadeias produtivas de grãos, assim como de frutas e de vegetais. São eles: milho, soja, banana, laranja e tomate, como retratado na Tabela 24. Com relação às atividades criatórias, considerando também a articulação deste ramo de atividade com as agroindústrias da cadeia produtiva de carnes e laticínios, destaca-se a criação bovina, suína e de aves. Em Uberaba, o rebanho bovino atingiu 230.557 cabeças, em 2005, enquanto que, em Uberlândia, alcançou 213.485 cabeças (PPM-IBGE, Cidades@, 2005. Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006), revelando, portanto, crescimento relativamente homogêneo nesses dois centros, como retratado no Gráfico 3.

Ressalta-se, contudo, a relevância de Uberaba no aprimoramento genético do gado zebuino.

Retomaremos essa questão no item 8.3.

TABELA 23 - Uberaba e Uberlândia: número de estabelecimentos do setor primário, 2005

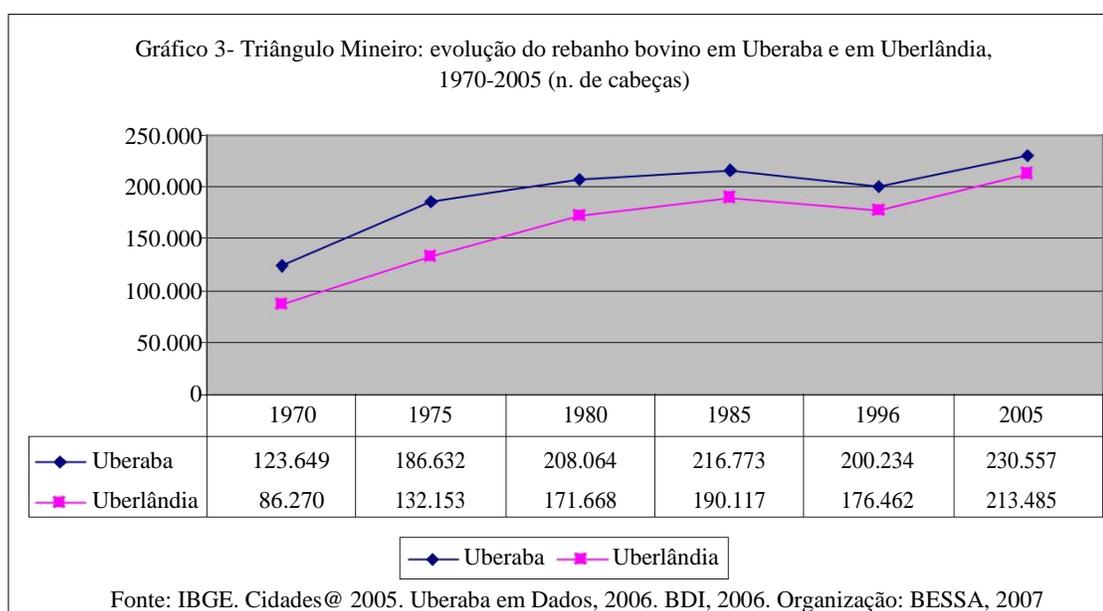
Tamanho da área (ha)	Uberaba		Uberlândia	
	N. propriedades	% no total	N. propriedades	% no total
Até 10	414	14,5	518	18,0
11 a 50	979	34,3	970	33,8
51 a 100	445	15,6	489	17,0
101 a 500	810	28,4	733	25,5
501 a 1.000	154	5,4	111	3,9
Acima de 1.000	55	1,9	49	1,7
<b>Total</b>	<b>2.857</b>	<b>100,0</b>	<b>2.870</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 24 - Triângulo Mineiro: principais produtos agrícolas de Uberaba e Uberlândia, 2004-2006

Agricultura (ton.)	Uberaba		Uberlândia	
	2004-05	2005-06	2004-05	2005-06
Algodão	17.325	9.435	1.300	2.295
Arroz	8.705	543	750	315
Banana	380	250	7.250	7.250
Café	1200	1.200	747	747
Cana-de-açúcar	1.800.000	2.550.000	--	--
Cenoura	30.000	--	--	200
Feijão	1.393	1.560	2.734	4.836
Laranja	36.660	17.625	69.160	69.160
Mandioca	19.200	15.000	--	1.120
Milho	289.034	305.098	84.000	86.640
Soja	281.524	261.900	131.580	121.032
Sorgo	--	50	2.700	--
Tomate	14.400	21.600	--	5.200

Fonte: Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.



A crescente produção de matérias-primas agroindustriais demonstra que se privilegiou o atendimento das demandas desse segmento, que passou a regular a produção agropecuária, o que significa um maior controle da cidade sobre o campo. Cabe frisar que a modernização do setor primário propiciou a expulsão maciça dos trabalhadores do campo, pois a população primária diminuiu sua participação no total da população ocupada, como retratado na Tabela 25. Em Uberaba, tal participação era de 19,9%, em 1970, e decaiu para 7,2%, em 2000. De modo semelhante, em Uberlândia, essa participação decaiu de 16,2%, em 1970, para 4,6%, em 2000. Além disto, a que se ressaltar o surgimento de relações de trabalho assalariado e temporário, sendo que os trabalhadores temporários são, em sua maioria, residentes do espaço urbano, o que evidencia a constituição de uma população agrícola em detrimento de uma população rural<sup>180</sup>.

No que tange às rentabilidades, observou-se que, em Uberaba, o setor primário participou, em 2005, com apenas 0,5% (1.210.396,00 Reais) na arrecadação de ICMS e com 6,4% (243.399.000,00 Reais) no total do PIB, em 2003<sup>181</sup>. Considerando o mesmo período, em Uberlândia, a participação desse setor na arrecadação de ICMS foi de 0,6% (5.172.611,17 Reais) e de 4,0% (263.840.000,00 Reais) nos valores do PIB (Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. IBGE. Cidades@, 2003). Observa-se, porém, que a distinção de Uberlândia é definida mais nos valores absolutos do que nos percentuais de participação.

A produção industrial tornou-se mais complexa tanto em Uberaba quanto em Uberlândia, posto que foram os centros que mais receberam indústrias na região, dando continuidade ao processo de concentração e de diferenciação em relação aos demais centros, evidenciando uma relativa estabilidade deles como centros de atração de investimentos. Segundo Figueiredo e Diniz (2000), avaliando os investimentos efetivos e previstos para Minas Gerais, entre 1995 e 2000, as microrregiões de Uberlândia e Uberaba apresentaram crescimento industrial acelerado, juntamente com a microrregião de Patrocínio<sup>182</sup>. No entanto, em se considerando o número de estabelecimentos industriais, a diferenciação entre esses dois centros tornou-se crescentemente notória, como evidenciado no Gráfico 4.

---

<sup>54</sup> A diferenciação entre população agrícola e população rural é dada por Santos (1993), sendo a primeira aquela que se ocupa de atividades agropecuárias, apesar de residir nas cidades, a exemplo dos bóia-frias.

<sup>55</sup> Os dados de PIB fornecidos pelas prefeituras, para o ano de 2005, não são coerentes com os dados do IBGE para o ano de 2003. Por causa disso, foram utilizadas apenas as informações dessa última instituição.

<sup>56</sup> A microrregião de Patos de Minas, segundo Figueiredo e Diniz (2000), foi considerada como de rápido crescimento. As microrregiões de Araxá, Frutal e Ituiutaba foram consideradas de crescimento moderado.

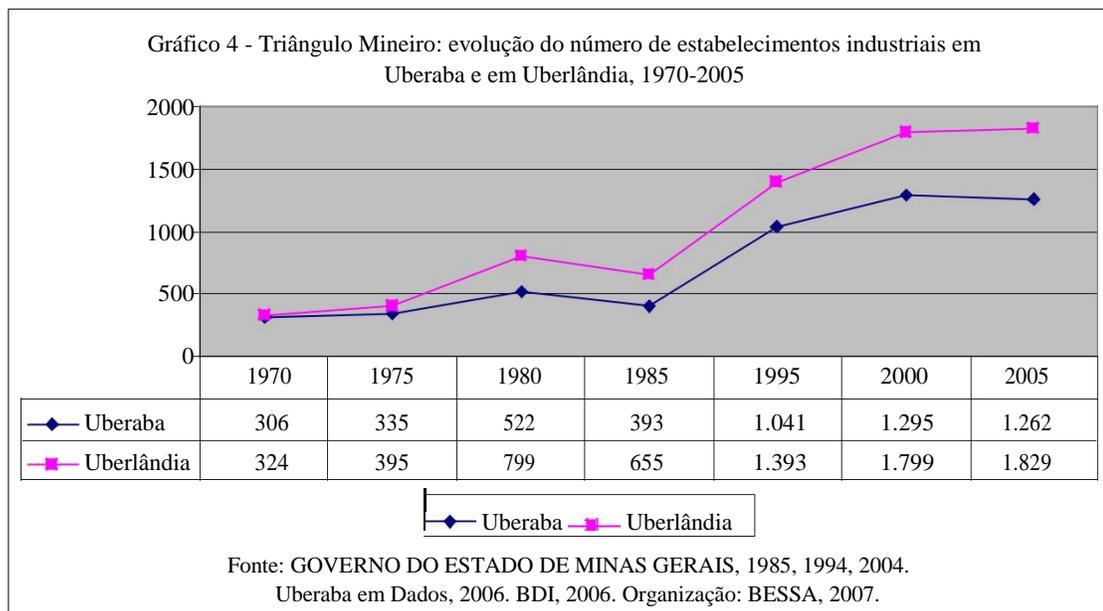
Tabela 25 - Triângulo Mineiro: evolução da população ocupada primária, secundária e terciária em Uberaba e Uberlândia, 1970-2000 (continua)

Município	1970						1980							
	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
Uberaba	41.654	8.291	19,9	7.589	18,2	25.774	61,9	79.790	10.602	13,3	20.639	25,9	43.549	54,6
Uberlândia	40.527	6.550	16,2	8.202	20,2	25.775	63,6	98.553	9.309	9,4	27.501	27,9	61.743	62,6

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1985, 1994, 2004. IBGE. Cidades@ , 2000. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 25 - Triângulo Mineiro: evolução da população ocupada primária, secundária e terciária em Uberaba e Uberlândia, 1970-2000 (conclusão)

Município	1991						2000							
	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
Uberaba	88.758	8.089	9,1	23.119	26,0	57.550	64,8	113.481	8.143	7,2	26.527	23,4	78.811	69,4
Uberlândia	163.153	9.167	5,6	39.256	24,1	114.730	70,3	222.577	10.192	4,6	48.944	22,0	163.441	73,4



A partir dos anos de 1980, vem ocorrendo um distanciamento entre esses dois centros, posto que Uberlândia passou a receber um número crescente de indústrias, bem como de outras atividades relacionadas às atividades industriais (Gráfico 4). O número de pessoal ocupado na indústria elevou-se de maneira significativa em ambos os centros (Tabela 25). De modo que, em Uberaba, tal participação era de 18,2%, em 1970, e elevou-se para 23,4%, em 2000. Em Uberlândia, era de 20,2%, em 1970, e atingiu 22,0%, em 2000 (Tabela 25).

Em Uberaba, o segmento industrial foi responsável, em 2005, por 70,7% (183.202.699,00 Reais) da arrecadação de ICMS, dado que demonstra a importância do setor para a cidade, e participou com 55,3% (2.090.043.000,00 Reais) no total do PIB, em 2003. Em Uberlândia, a participação desse setor na arrecadação de ICMS foi de 55,4% (513.868.993,19 Reais), sendo responsável por gerar 43,6% (2.896.573.000,00) do valor do PIB (Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. IBGE. Cidades@, 2003). Nota-se, outra vez, que a distinção de Uberlândia é determinada nos valores absolutos e não nos percentuais de participação desse segmento no total da arrecadação de ICMS e do PIB.

Considerando os dados do terciário, observou-se que ocorreu um aumento importante no número de estabelecimentos, tanto em Uberaba como em Uberlândia, paralelamente ao crescimento da população urbana, à modernização do campo e à instalação de novas indústrias e agroindústrias. Esses centros passaram a acolher novas atividades terciárias, apresentando uma multifuncionalidade, que, segundo Santos (1994), assinala os conteúdos da modernidade urbana. Essas, porém, implantaram-se de modo seletivo, promovendo maior

diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, posto que tanto as empresas comerciais como as de prestação de serviço competem acirradamente na intenção de ampliar seus espaços de atuação, o que significa, na maioria das vezes, a redução do espaço de outras empresas, sediadas em outros centros. Ressalta-se que tais relações competitivas fortalecem a hierarquia de um centro em relação aos demais.

A partir da década de 1980, o número de estabelecimentos do setor terciário seguiu num crescente, como retratado na Tabela 26 e no Quadro 5. De modo geral, apesar da prestação de serviços em Uberaba ter apresentado decréscimo de -13,8%, entre os anos de 1980 e 1995, o número de estabelecimento desse setor foi bastante ampliado, especialmente a partir de 1995 (Quadro 5). Esses centros atingiram, em 2003, 10.378 e 21.551 estabelecimentos respectivamente, dado que evidencia a diferenciação<sup>183</sup>. O número de pessoal ocupado no comércio e na prestação de serviços recebeu importante incremento em ambos os centros (Tabela 25). Em Uberaba, essa participação era de 61,9%, em 1970, e atingiu 69,4%, em 2000. Em Uberlândia, tal participação era de 63,6%, em 1970, e elevou-se para 73,4%, em 2000.

Com relação às rentabilidades, observou-se que, em Uberaba, o setor terciário foi responsável, em 2005, por 28,8% (74.580.092,00 Reais) da arrecadação de ICMS e participou com 38,2% (1.443.468.000,00 Reais) no total do PIB, em 2003. Em Uberlândia, nesses mesmos períodos, a participação desse setor na arrecadação de ICMS foi de 44,1% (408.745.512,86 Reais), sendo responsável por gerar 52,4% (3.479.413.000,00 Reais) do valor do PIB (Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. IBGE. Cidades@, 2003). A diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, em termos de valores de arrecadação de ICMS e no conjunto do PIB, encontra-se nas atividades terciárias, como retratado no Gráfico 5. A diferença nos dois outros setores é mais discreta, porém, no terciário, a distinção de Uberlândia é significativa. Justamente nesse setor, os agentes locais possuem maior comando, retendo, inclusive, maior acumulação de capitais, o que significa também maior capacidade de re-investimentos locais.

---

<sup>55</sup> Faz-se necessário observar que não foi possível utilizar as informações oferecidas pelas prefeituras de Uberaba e Uberlândia com relação aos dados do terciário, uma vez que destoavam muito dos dados anteriores. Por esse motivo, foram utilizados apenas os dados do IBGE. Cidades@, 2003, que utiliza, em sua metodologia, unidade local, o que também falseia o resultado final, uma vez que podem ser encontrados mais de um estabelecimento na unidade local.

Tabela 26 - Triângulo Mineiro: evolução do número de estabelecimentos do terciário, 1980-1995

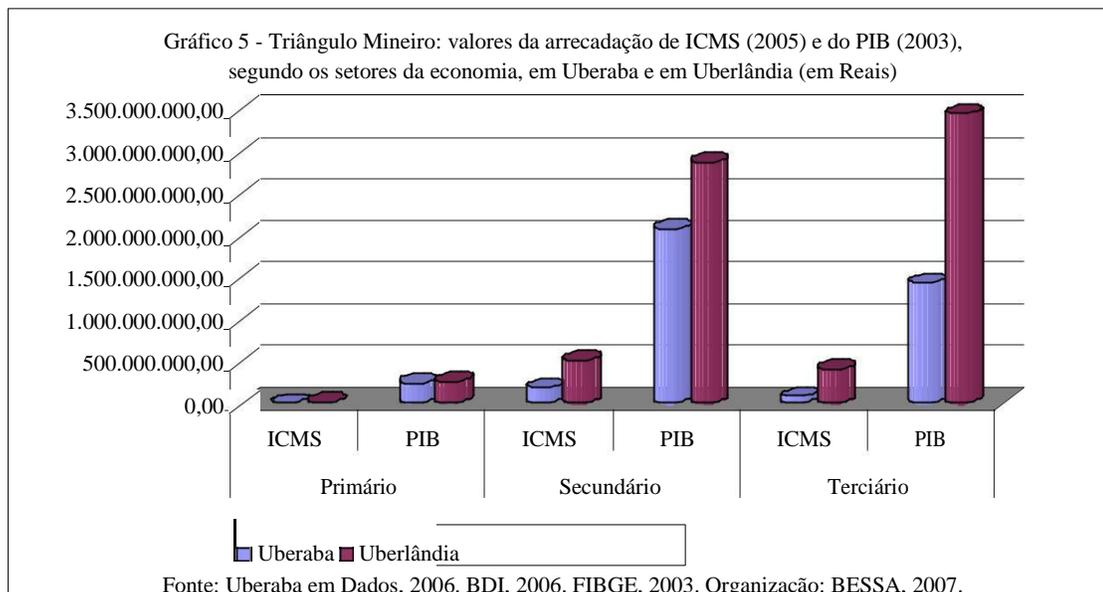
Municípios	1980			1985			1995			Evolução 1985-1995 (%)		
	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total
Uberaba	1.433	1.455	2.888	1.730	1.572	3.302	4.306	1.254	5.560	200,5	-13,8	68,4
Uberlândia	1.894	1.266	3.160	2.328	1.155	3.483	7.732	2.018	9.750	308,2	59,4	179,9

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1994. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1994a. Organização: BESSA, 2007.

Quadro 5 - Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos (unidades locais) do setor terciário em Uberaba e Uberlândia, 2003

Estabelecimento	Uberaba	Uberlândia
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2	2
Construção	313	798
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	5.974	11.756
Alojamento e alimentação	727	912
Transporte, armazenagem e comunicações	611	1.284
Intermediação financeira	193	487
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1.299	3.833
Administração pública, defesa e seguridade social	14	43
Educação	188	365
Saúde e serviços sociais	225	495
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	832	1.576
<b>Total</b>	<b>10.378</b>	<b>21.551</b>

Fonte: IBGE. Cadastro de empresas, 2003. FIBGE. Cidades@, 2003. Organização: BESSA, 2007.



Dessa forma, a elite uberlandense aumentou sua força regional, pela distribuição de bens e serviços, e sua inserção num contexto amplo, posto que parcelas significativas de suas atividades, hoje, atingem o território nacional. Segundo dados da Fundação IBGE (2004), Uberlândia ocupava a 33ª posição (7.904.609.000,00 Reais) entre os 100 maiores municípios brasileiros em relação ao PIB (a preços correntes), enquanto que Uberaba ocupava a 66ª posição (3.981.918.000,00 Reais). Ademais, entre 2003 e 2004, o crescimento do PIB de Uberlândia foi mais expressivo que o de Uberaba, 19,0% e 4,9%, respectivamente.

A re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia revela a importância das práticas espaciais de um de outro grupo de elites, bem como a complexa teia de relações na qual esses centros estão envolvidos, considerando-se as espacialidades das corporações, que envolvem amplas redes de localizações e de interações.

### 8.1 - Uberlândia e as agroindústrias processadoras de produtos agropecuários

Em 1971, foi criado, pela Companhia de Distritos Industriais do Estado de Minas Gerais-CDI/MG, o Distrito Industrial de Uberlândia, que, em 1972, encampou a antiga Cidade Industrial, garantindo novos investimentos e melhorias infra-estruturais. Atualmente, esse Distrito Industrial possui acessos rodoviários, desvio ferroviário, sistema energético próprio, redes e suportes para telefonia fixa e celular, redes de fibra ótica, dentre outras infra-

estruturas, e conta com área total de 9.662.106m<sup>2</sup>, sendo a área venal de 6.975.687,4m<sup>2</sup>, dos quais 5.520.624,8m<sup>2</sup> estão ocupados e outros 1.455.062m<sup>2</sup> disponíveis para comercialização<sup>184</sup>. Essa atribuição, bem como a administração desse Distrito Industrial, foi deferida à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais-CODEMIG, órgão de fomento vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.

Em 1980, o parque industrial de Uberlândia contava com 799 estabelecimentos industriais, o que corresponde a um crescimento de 146,6% em relação à década anterior. Nesse período, o Distrito Industrial recebeu várias indústrias, incluindo multinacionais, a saber: Companhia de Cigarros Souza Cruz, Daiwa Têxtil do Brasil, Cargill Agrícola, dentre outras. O incremento no número de estabelecimentos industriais, entre os anos de 1980 e 2000, foi de 125,2%, uma vez que atingiu 1.799 indústrias, em 2000, conforme retratado na Tabela 27. Em 2004, já eram 1.829 estabelecimentos industriais, dos quais 50 (2,7%) eram indústrias extrativas de vegetais e de minerais; 806 (44,1%) eram indústrias vinculadas à construção civil, aos serviços industriais e a indústrias diversas; o restante eram indústrias de transformação, dentre as quais, sobressaíam as alimentares e as de bebidas, com 274 (15,0%) indústrias; as têxteis (calçados e de artefatos de tecidos), com 177 (9,7%) indústrias; as metalúrgicas, com 170 (9,3%) indústrias; as de papel, papelão, editorial e gráfica, com 88 (4,8%); as de madeira e mobiliário, com 86 (4,7%) indústrias; as de química, produtos farmacêuticos, veterinária e de perfumaria, com 75 (4,1%) indústrias; as mecânicas, de material elétrico e comunicação, com 63 (3,4%) indústrias; dentre outras relacionadas com os ramos de material de transporte, de couros, peles e similares e de fumo (Tabela 27). Nesse Distrito Industrial, encontram-se, atualmente, indústrias de pequeno, médio e grande porte, dentre as quais, destacam-se o segmento agroindustrial, além das empresas de armazenamento, atacadistas-distribuidoras, transportadoras, construtoras, entre outras. Recentemente, ocorreram mudanças no padrão locacional das indústrias, visto que uma parte destas vem-se instalando fora do Distrito Industrial, possibilitando o surgimento de espaços industriais inseridos na malha urbana<sup>185</sup>.

Nesse contexto de expansão industrial, sobressaem as agroindústrias. Uberlândia, de fato, tornou-se um respeitável pólo agroindustrial. No Triângulo Mineiro, a gênese da atividade industrial esteve associada ao beneficiamento de produtos agropecuários (arroz,

<sup>56</sup> Cabe salientar que existem outros 5.000.000m<sup>2</sup> de área reservados para a expansão desse Distrito Industrial.

<sup>57</sup> Com relação ao surgimento de novos espaços industriais, isto é, de uma nova espacialidade intra-urbana da indústria em Uberlândia, ver Martins (1996).

leite, carnes, algodão, couro, madeira, entre outros), ou seja, foram criadas, historicamente, as condições de integração entre as atividades agropecuárias e os espaços urbano-industriais. Contudo a dinâmica recente desse setor, comumente denominado agroindustrial, tem relação intrínseca com a modernização da agropecuária nas áreas de cerrado, pois, juntamente com ela ocorreu a instalação de agroindústrias processadoras dos produtos agropecuários, sobretudo as ligadas às cadeias de produtos alimentares, bebidas, álcool, têxtil, madeira, couros e peles e fumo. Tal movimento migratório das agroindústrias para o cerrado foi previsível, pois traduz práticas espaciais próprias às grandes corporações, uma vez que busca, em termos de localização e considerando os aspectos de rentabilidade, reduzir custos de transporte e de produção, alocando as instalações nas novas regiões produtoras, tendo em vista os processos mais amplos de desconcentração industrial no Brasil, de modo a explorar as oportunidades criadas pelas vantagens locacionais. Esse movimento, entretanto, foi altamente seletivo, visto que, de modo geral, essas agroindústrias têm-se concentrado nas áreas polarizadoras e nos principais eixos rodoferroviários das áreas produtoras, estando vinculadas

58 melhor oferta de infra-estrutura de transporte, armazenagem, energia e comunicação, bem como associadas à proximidade do mercado consumidor interno, e às facilidades de acesso aos portos, no caso das exportações. Desse modo, observam-se práticas de antecipação espacial, de reprodução da região produtora, de seletividade espacial e de fragmentação espacial, como apontado por Corrêa (1999).

Tabela 27 - Uberlândia: número de estabelecimentos industriais, 1980-2004

Tipo de atividades	1980	% no total	2000	% no total	2004	% no total	% na evolução 1980-2004
Indústrias extrativas	20	2,5	27	1,5	50	2,7	150,0
Metalúrgica, minerais não-metálicos e plásticos	151	18,9	142	7,9	170	9,3	12,6
Mecânica, material elétrico e de comunicação	114	14,3	53	2,9	63	3,4	-44,7
Material de transporte	28	3,5	30	1,7	24	1,3	-14,3
Madeira e mobiliário	108	13,5	67	3,7	86	4,7	-20,4
Papel, papelão, editorial e gráfica	37	4,6	101	5,6	88	4,8	137,8
Couros, peles e similares	15	1,9	15	0,8	15	0,8	0,0
Fumo	1	0,1	1	0,1	1	0,1	0,0
Química, farmacêutica, veterinária e perfumaria	32	4,0	64	3,6	75	4,1	134,4
Têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido	85	10,6	170	9,4	177	9,7	108,2
Produtos alimentares e bebidas	156	19,5	245	13,6	274	15,0	75,6
Construção civil, serviços industriais e indústrias diversas	52	6,5	884	49,1	806	44,1	1.450,0
<b>Total</b>	<b>799</b>	<b>100,0</b>	<b>1.799</b>	<b>100,0</b>	<b>1.829</b>	<b>100,0</b>	<b>128,9</b>

Fonte: UBERLÂNDIA, [1982?]. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

Uberlândia atendeu às necessidades infra-estruturais exigidas por essas agroindústrias e, dessa maneira, tornou-se um pólo agroindustrial processador de grãos, de carnes e de frutas e vegetais, que influencia, além da sua própria região, outras quatro microrregiões localizadas no Sul e Sudoeste goiano. Essas agroindústrias, como sugere Cleps (1998), privilegiaram e ainda privilegiam o mercado consumidor do Centro-Sul, sintetizando uma relativa continuidade das históricas relações comerciais.

As agroindústrias sediadas em Uberlândia apresentaram um crescimento acentuado, o que incluiu maior articulação entre os setores agropecuários e a própria indústria, assim como maior volume de produção industrial, além de interações espaciais mais amplas, de modo a garantir novas articulações e maiores vantagens competitivas. Nessa perspectiva, observa-se a diversificação dos incentivos, a introdução de novos cultivos e o encadeamento intersetorial, tanto com o setor de insumos e de máquinas e equipamentos, quanto com os setores de beneficiamento, comercialização, armazenagem, acondicionamento e transporte, o que indica maior capacidade de gestão das diferentes atividades envolvidas. Além disso, foi notada por Cleps (1998) a ocorrência de estratégias de compra, venda, fusões e de formação de alianças estratégicas entre empresas, o que caracteriza as modernas estratégias do desenvolvimento agroindustrial, com os processos de reestruturação organizacional, tecnológica e, inclusive, de atuação do próprio Estado, que privilegiaram a diversificação e os novos investimentos, além dos processos de fusão de capitais, com nítido fortalecimento das grandes empresas nacionais e multinacionais. Ressalta-se que as firmas hegemônicas do setor impõem-se, exigindo eficiência funcional dos lugares e, se for o caso, reestruturação produtiva, com ênfase nos produtos exportáveis, a exemplo da soja. Dentre as principais agroindústrias processadoras de produtos agropecuários situadas em Uberlândia, destacam-se as empresas ABC-Inco<sup>186</sup> (holding Algar) e Granja Planalto, de capital local; Rezende Alimentos (Sadia)<sup>187</sup>, Uberlândia Refresco (Coca Cola) e Braspelco, de capital nacional; Souza Cruz, Cargill Agrícola, ADM, Daiwa Têxtil, de capital estrangeiro (Quadro 6). Além destas, há também um importante número de cerealistas e frigoríficos.

Essas agroindustriais são responsáveis por diversas interações espaciais, em escalas múltiplas, que envolvem horizontalidades e verticalidades, complementaridades e cooperações entre diversos agentes, como também expressam complexas interdependências, cujas espacialidades são bastante complexas, agindo significativamente sobre o setor

<sup>59</sup> Além do complexo industrial de Uberlândia, a ABC Inco tem uma unidade industrial em Porto Franco-MA.

<sup>60</sup> Segundo CLEPS JR. (1998), a Rezende Alimentos é um exemplo regional de verticalização, uma vez que centra suas atividades desde a criação de aves até o abate, passando, inclusive, pela fabricação de rações.

agropecuário, com o envolvimento de um número crescente de produtores, e sobre as agroindústrias processadoras locais, nacionais e transnacionais, que, além de atuarem no beneficiamento da produção, passaram a investir no campo, em infra-estrutura de transporte, comunicação e armazenagem, na comercialização e na logística de distribuição, bem como em pesquisa e desenvolvimento. Trata-se, efetivamente, de corporações em rede, como salienta Silva (2003). Abaixo segue breve apresentação de duas empresas com sede em Uberlândia, Rezende Alimentos (Sadia) e Braspelco, associadas a capitais nacionais, e uma empresa de capital internacional, Cargill Agrícola.

Quadro 6 - Uberlândia: principais agroindústrias processadoras de produtos agropecuários, 2006

Agroindústria	Setor de atividade	Origem
ABC A&P	Processamento de grãos e carnes	Brasil/Uberlândia
ABC Inco	Processamento de grãos	Brasil/Uberlândia
ADM Exportação e Importação	Processamento de grãos	EUA
Bebidas Antártica do Sudeste	Bebidas	Brasil
Braspelco	Beneficiamento de couros e peles	Brasil
Calu	Beneficiamento de leite e derivados	Brasil/Uberlândia
Cargill	Processamento de grãos e ácido cítrico	EUA
Chocolates Imperial	Chocolates, balas e bombons	Brasil/Uberlândia
Daiwa Têxtil do Brasil	Processamento de algodão	Japão
Disbram	Bebidas	Brasil
Erlan	Chocolates, balas e bombons	Brasil/Uberlândia
Granja Planalto	Granjas	Brasil/Uberlândia
Hartz Moutain	Ração	EUA
Icatril	Beneficiamento de café	Brasil/Uberlândia
Moinho 7 Irmãos	Trigo e derivados	Brasil/Uberlândia
Refrigerantes do Triângulo	Bebidas	Brasil/Uberlândia
Reimassas	Massas alimentícias	Brasil/Uberlândia
Rezende Alimentos (Sadia)	Avicultura	Brasil
Souza Cruz	Fumo	Inglaterra
Swift-Amour	Processamento de vegetais	Brasil
Tarumã	Sorvetes/chocolates	Brasil/Uberlândia
Uberlândia Refrescos	Bebidas	EUA/Brasil
Vigor	Beneficiamento de leite e derivados	Brasil

Fonte: BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

A Rezende Alimentos, cujas atividades foram iniciadas em 1962 e adquiridas pela Sadia em 1999<sup>188</sup>, atua nos segmentos de carnes (aves e suínos) e de rações (milho e soja), além de atividades de transporte e armazenagem. Possui uma fábrica de industrializados, com capacidade produtiva de até 35 mil toneladas/ano<sup>189</sup>, uma fábrica de ração, três incubatórios,

<sup>112</sup> A compra da Rezende Alimentos, por 134 milhões de Reais, e os investimentos de 185 milhões de Reais realizados pela Sadia em Uberlândia, deveram-se à forte concorrência do setor, especialmente com a Cargill e a Perdigão.

<sup>113</sup> A Rezende possui mais de 100 itens entre industrializados de carne (lingüiça, presunto, salsichas entre outros), produtos congelados (pratos prontos, pizzas, empanados e hambúrgueres) e produtos in natura de frango, suíno e de peru (a produção diária é de 170 mil frangos, 2,5 mil suínos e 30 mil perus).

nove granjas de aves reprodutoras e dois abatedouros (Figura 24), além de manter vinculações diretas com cerca de 600 produtores integrados, responsáveis pelo abastecimento das linhas de produção e diretamente submetidos ao controle da empresa. A Rezende Alimentos detém excelência em genética e produção avícola e suínica, sendo importante produtora de aves de elite, avós e matrizes, que irão gerar animais para o abate, além de comercializar ovos SPF (Specific Pathogen Free), usados na fabricação de antígenos e vacinas para aves e para uso humano. Dessa maneira, a empresa contribui para uma maior qualidade da produção, reforçando sua competitividade no setor. Em 2004, atingiu faturamento de, aproximadamente, 800 milhões de Reais (quase 15% do faturamento do total da Sadia<sup>190</sup>). A marca Rezende, mantida como uma segunda linha, representa aproximadamente 25% do volume de produtos disponibilizados pela Sadia no mercado interno, com expressiva penetração nos mercados mineiros, fluminenses e na região Centro-Oeste, sendo que 40% de sua produção industrial é exportada para a Rússia e países do Oriente Médio, Europa e América do Sul.

Atualmente, a espacialidade da Rezende Alimentos (Sadia) assume uma dimensão bastante expressiva, que caracteriza claramente as práticas espaciais da empresa, com múltiplas localizações e interações entre o complexo industrial, situado em Uberlândia, e os 17 escritórios de vendas, localizados em Porto Alegre, Itajaí, Curitiba, São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Samambaia, Campo Grande e Várzea Grande, que atendem à demanda em todo o território nacional, como retratado no Mapa 10.



Figura 24 - Uberlândia: unidade industrial da Rezende Alimentos (Sadia), 2004.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2004.

<sup>114</sup>A Rezende Alimentos é a terceira maior unidade industrial da Sadia, ao lado das unidades de Toledo (PR) e Concórdia (SC).

**MAPA 10**  
**Rezende Alimentos (Sadia): Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
[www.rezendealimentos.com.br](http://www.rezendealimentos.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006

A aquisição pela Sadia garantiu a expansão e a diversificação da produção, bem como uma notória ampliação no mercado interno e externo. Contudo trata-se de fluxos de comercialização e de distribuição de produtos e não de fluxos de decisão, de controle. A produção e a comercialização estão, agora, sob o comando da Sadia e, nessa espacialidade, a Rezende Alimentos integra-se somente como uma unidade de produção e não por meio de uma integração vinculada à gestão propriamente<sup>191</sup>. O que conforma uma estrutura hierarquizada de gestão, que, em Uberlândia, mantém somente uma administração local, diretamente relacionada com as operações de produção e de comercialização de produtos considerados pela Sadia como uma segunda linha.

Nessa espacialidade, a Uberlândia cabe o papel como centro de produção, conforme aponta Corrêa (1991), ou como espaço do fazer, para utilizar a expressão empregada por Santos e Silveira (2001). Na realidade, Uberlândia perdeu esse controle quando da aquisição pela Sadia, posto que o Grupo Rezende, controlador da Rezende Alimentos, era de capital local e detinha os processos de gestão e de controle das várias etapas de seu complexo processo produtivo. Observa-se, não apenas para o caso em questão, mas no bojo dos processos de fusão e aquisição, a redução do número de centros gestores, que também age na hierarquia das cidades. Em realidade, como consequência de suas ações e práticas espaciais, as corporações reorganizam as hierarquias dos lugares, sendo responsáveis pela criação e fortalecimento dos centros de gestão do território, como assinala Corrêa (1989a).

A Braspelco, criada em 1986, por empresários mineiros, gaúchos e paulistas, atua no beneficiamento de couros e raspa nos estágios wet blue, semi-acabados, acabados, cut parts, cortados e costurados para indústrias automotivas, de estofamentos, de mobiliário e de calçados e artefatos de couro. Para tanto, possui uma organização espacial complexa, que envolve múltiplas localizações e interações entre unidades industriais, unidades comerciais e curtumes terceirizados em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

No caso da Braspelco, as funções de controle e as tomadas de decisões são realizadas em Uberlândia, que, simultaneamente, exerce papel de centro de gestão dessa complexa espacialidade como também centro de produção. A matriz, com sede e uma unidade industrial em Uberlândia (Figura 25), coordena a produção das unidades industriais em Itumbiara (GO), Paranaíba (MS), Campo Grande (MS), Nova Esperança (RS) e Santiago (RS), assim como uma estrutura comercial composta por três unidades, São Paulo, Franca e Novo Hamburgo

---

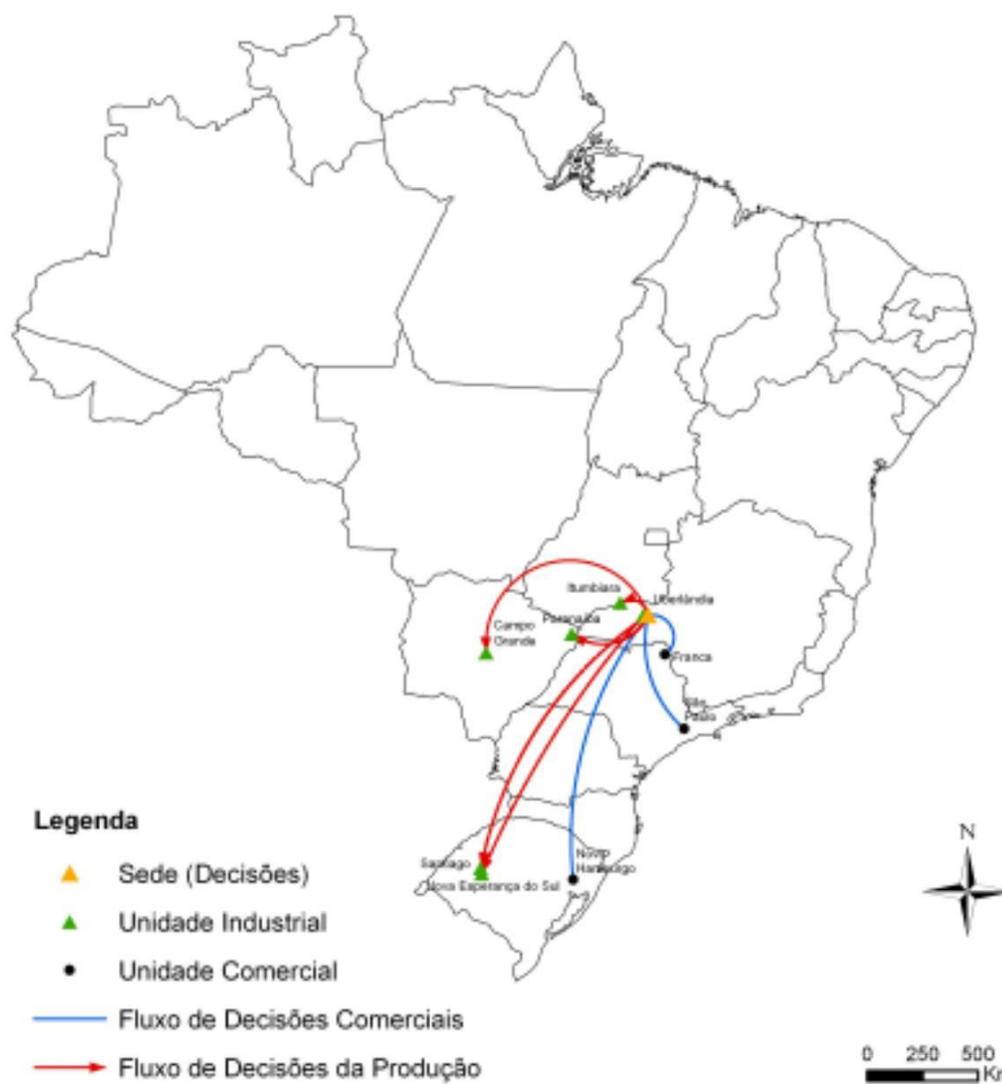
<sup>115</sup>Corrêa (1991), baseado em Hymer (1978), Kafkalas (1985) e Hakanson (1979), aponta dois níveis básicos de integração que caracterizam as relações internas das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas: uma integração da gestão e outra integração da produção, ambas com uma dimensão espacial fundamental.

(Mapa 11), e vários representantes de venda em todo o país, além de um escritório comercial em Detroit, nos Estados Unidos. A sede, em Uberlândia, controla o processo geral de gestão da empresa, o que inclui as tomadas de decisões comerciais e da produção, como expressado no Mapa 11.



Figura 25 - Uberlândia: sede e unidade industrial da Braspelco, 2006.  
Fonte: Disponível em: <<http://braspelco.com.br>>. Acesso em: 2006.

A unidade industrial de Uberlândia, cuja capacidade instalada de produção é de 1,4 milhões de peças de couros por ano, é produtora de couros e rasps nos estágios wet blue e semi-acabados. A unidade industrial de Itumbiara, inaugurada em 2003, produz couros nos estágios semi-acabados, acabados, cortados/costurados, para atender às demandas da indústria automobilística e moveleira. Possui capacidade de produção de 2 milhões de couros por ano. Em Nova Esperança, está a Braspelco Couros, originária da sapataria Redêncio Frizzo, fundada no início do século passado. Essa unidade, incorporada a Braspelco em 1998, possui capacidade instalada de produção de 1,4 milhões de peças de couro por ano. A unidade industrial de Paranaíba, com capacidade instalada de produção de 570.000 de couro por ano, produz especialmente couros no estágio wet blue, além de couros isentos de cromo, atendendo às necessidades da indústria automobilística. Na unidade industrial de Campo Grande, a capacidade instalada de produção é de 2 milhões de peças de couros por ano, com tecnologia focada em produtos com maior valor agregado. Essas unidades industriais, juntas, totalizam capacidade instalada de produção de mais de 6,8 milhões de peças de couro por ano.

**MAPA 11 - Braspelco: Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**

Fonte: Pesquisa direta, 2005-2006  
www.braspelco.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

Segundo informações da própria empresa, essa capacidade produtiva está entre as cinco maiores do mundo e, dessa maneira, a empresa atingiu faturamento de 420 milhões de Dólares em 2005. Em decorrência da maior adequação ao padrão internacional de produtos de couro, inclusive com produção de artigos com maior valor agregado, a Braspelco exporta, via porto de Santos, Paranaguá e Rio Grande, e via aeroporto de São Paulo, para vários países, dentre os quais, Estados Unidos, Canadá, México, Noruega, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, África do Sul, Tailândia, Malásia e China. Entre seus principais clientes, estão empresas como Embraer, General Motors, Volkswagen, Audi, Fiat e indústrias moveleiras da Itália, China e Estados Unidos.

A Cargill, corporação global, multifuncional e multilocalizada, com sede nos Estados Unidos, está presente em 61 países, atuando no processamento e na comercialização de produtos agrícolas e alimentícios, assim como na prestação de serviços financeiros, assessorias empresariais e logísticas e diversos outros serviços. Em realidade, trata-se de uma corporação que integra circuitos produtivos e círculos de cooperação mercantis e financeiros em escala planetária. No Brasil desde 1965, a Cargill Agrícola desenvolve atividades de produção e a comercialização de produtos derivados da soja, do milho, do cacau, da laranja, do café, do trigo e de outros produtos agrícolas, na indústria química e petroquímica, com a produção e comercialização de adubos e fertilizantes, na atividade criatória (bovinos, suínos, aves), além de serviços de transporte, portuários, de armazenagem e financeiros. É uma rede complexa e verticalizada, com nós em 180 municípios e com sede em São Paulo, responsáveis pela demanda de grandes quantidades de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais, bem como pela monopolização de parcela importante do mercado interno, pois é um dos maiores grupos em atuação no país<sup>192</sup>, além de participação notória no mercado mundial<sup>193</sup>.

Em outras palavras, trata-se de um complexo processo produtivo-comercial-financeiro, com múltiplas atividades que envolvem uma gama variada de agentes que participam de uma ou várias etapas desse processo, por meio de diversas práticas espaciais, das quais resultam variadas e complexas localizações e interações espaciais. A Cargill, ao longo de sua expansão no Brasil, orientou-se por um conjunto de ações que se apoiaram em práticas espaciais comuns às corporações multifuncionais e multilocalizadas, dentre as quais: ...seletividade

---

<sup>116</sup>Segundo ranking da Revista Exame (2006), a Cargill ocupou, entre os 100 maiores grupos, a décima quinta posição; entre as maiores receitas líquidas, a décima segunda posição; e entre as maiores indústrias, a oitava posição.

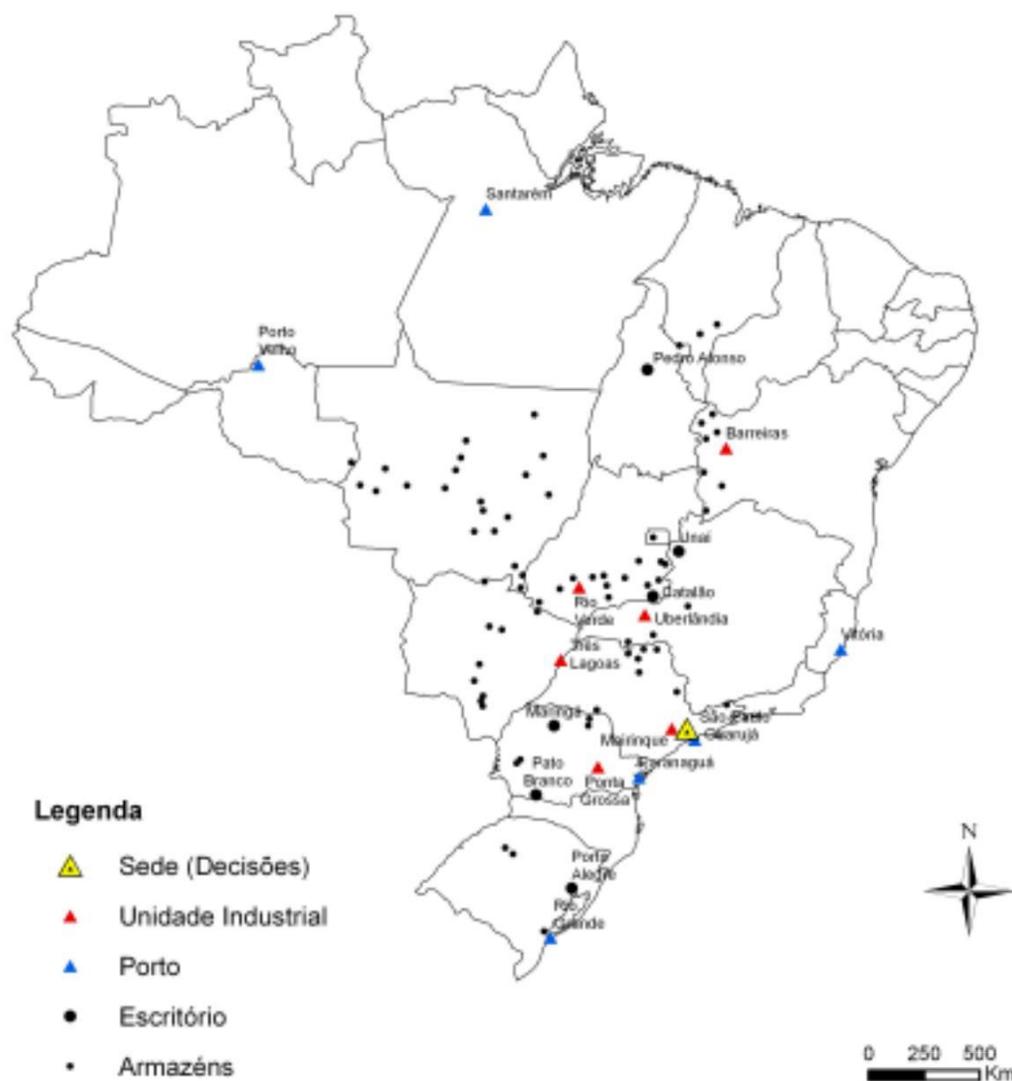
<sup>117</sup>No Brasil, a Cargill Agrícola atingiu faturamento de 13,1 bilhões de Reais, em 2005.

espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalidade espacial e reprodução da região produtora, como explica Corrêa (1999, p.116). Tais práticas garantem a gestão e o controle eficiente do território, assim como a reprodução das condições gerais de produção e formas ampliadas de acumulação de capital. A complexidade espacial dessa corporação merece, sem sombra de dúvidas, um trabalho específico e, nesta tese, abordaremos apenas o complexo de grãos da Cargill, posto que uma de suas principais fabricas está localizada em Uberlândia.

O complexo de grãos da Cargill Agrícola atua na compra, comercialização, esmagamento, processamento e comercialização de soja e milho. Para tanto, conta com seis unidades fabris situadas em Uberlândia, Ponta Grossa, Mairinque, Barreiras, Três Lagoas e Rio Verde, com unidades de compra e armazenagem, além de quatro terminais portuários próprios e de outros dois terminais por concessão, como retratado no Mapa 12, que evidencia a amplitude reticular das localizações dessa empresa.

Em Uberlândia, o complexo industrial da Cargill Agrícola, composto por três unidades de processamento de soja, de milho e de ácido cítrico, além da estação de tratamento de água, figura entre os maiores complexos agroindustriais da empresa fora dos Estados Unidos. Nos últimos anos, esse complexo agroindustrial aumentou de forma significativa sua capacidade de processamento de grãos e de produção de rações, farelos, óleos, amidos, glucoses e outros derivados da soja e do milho. Em 1986, quando iniciou sua produção na cidade, apresentava uma capacidade de processamento de 1.200 toneladas/dia de soja. Em 1999, foi ampliada para 3.700 toneladas/dia, incluindo a produção de lecitina de soja. A produção de acidulantes, ácido cítrico e citratos de sódio, fabricados a partir de açúcar e de milho, foi iniciada em 2001, com capacidade para processar 30 mil toneladas por ano, juntamente com o esmagamento de milho, cuja capacidade era 1.200 toneladas/dia. Ademais, produz amidos e adoçantes, utilizados especialmente na indústria alimentícia. Dessa maneira, esse complexo industrial participa de amplos circuitos produtivos, estabelecendo interações de diversas naturezas e em largas escalas. Entretanto as tomadas e os controles sobre essas atividades estão centrados em São Paulo, onde está a sede nacional dessa corporação, e, mais uma vez, Uberlândia desempenha papel de centro de produção.

**MAPA 12 - Cargill Agrícola: Estrutura Locacional da Produção, 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
www.cargill.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

Há na espacialidade dessas corporações agroindustriais vínculos de várias ordens: de um lado, entre o financiamento da produção, a produção propriamente dita e o beneficiamento e processamento dessa produção; de outro lado, entre a aquisição dos insumos e equipamentos; e, não menos importante, entre os mecanismos de comercialização e de distribuição, sobre o quais pesam ainda o papel das inovações tecnológicas e da infraestrutura de transporte, comunicação, energia, armazenagem, dentre outras. Faz necessário ainda apontar que esses vínculos são permeados por relações de poder, definidas pelas amplas articulações e estratégias político-econômicas dessas corporações.

Em Uberlândia, paralelamente à instalação de agroindústrias processadoras, ocorreu a introdução de indústrias diretamente relacionadas com as demandas do campo, associadas aos segmentos dos insumos e dos equipamentos agrícolas. Destaca-se também o segmento genético, particularmente no campo da biotecnologia avícola. Segundo Cleps (1998), a cidade concentra um dos maiores complexos avícolas de matrizes do país, no qual sobressaem as empresas Granja Rezende (Sadia) e Granja Planalto. Ademais se destacam também as empresas Monsanto do Brasil (EUA), Novartis, Agrocere/Monsanto, MDM Sementes (Monsanto, Deltapine e Maeda), Germina Agropecuária, Bayers Seeds, Syngenta Seeds (Suíça), Stoller do Brasil (EUA), Rain Bird Brasil (EUA), Plastro do Brasil (Israel). Além destas, a cidade conta ainda com o apoio da Emater-MG, da EMMIG, da Embrapa e de outras empresas de assessoria rural, que auxiliam no desenvolvimento de projetos agropecuários e oferecem serviços especializados em atividades agrícolas e atividades criatórias, além de serviços de administração, mercadológicos, jurídicos, financeiros, dentre outros.

Trata-se da redefinição e da ampliação da trama de relações no campo, superposta por um comando urbano que define novas complementaridades e cooperações, como também contribui para a composição de novos arranjos espaciais, caracterizados por elevados conteúdos técnicos e informacionais, imperativos da atual divisão territorial do trabalho.

## 8.2 - A afirmação do pólo do atacadista-distribuidor em Uberlândia

Atualmente, as maiores empresas do atacado brasileiro estão localizadas em Uberlândia, mais que isto, são empresas de capital local e, por esta razão, a cidade é considerada pólo do segmento atacadista-distribuidor, o que revela seu papel como centro de gestão das atividades vinculadas a esse segmento. A consolidação desse pólo ocorreu quando das inovações associadas aos transportes, às telecomunicações e à informacionalização, bem

como em função da capacidade de renovação organizativa das principais empresas, o que incluiu o aumento do trabalho intelectual. Refere-se àquilo, apontado por Santos (1996, p.132), como acontecer homólogo, no qual algumas atividades, mesmo criadas em períodos anteriores, incorporam dados da atual divisão territorial do trabalho, criando, dessa maneira, as condições de uma expansão ininterrupta, uma vez que permanecem em sintonia com as novas racionalidades, ou seja, são capazes de acompanhar as transformações e de se atualizarem e re-atualizarem.

O setor atacadista-distribuidor faz, tradicionalmente, a conexão entre a indústria e o varejo pulverizado numa enorme quantidade de estabelecimentos de vários portes, desde o supermercado, passando pelo pequeno varejista de vizinhança, até restaurantes, padarias, lanchonetes, bares, dentre outros<sup>194</sup>. De modo geral, a atividade atacadista-distribuidora possui uma organização funcional simples na sua inteligibilidade, porém com mecanismos e práticas de atuação espacial bastante complexos, particularmente pelo número de empresas envolvidas, pela quantidade de produtos em movimento e pela condição qualitativa dos fluxos materiais e imateriais. Tais fluxos iniciam-se na aquisição das mercadorias, em um número crescente de indústrias, seguem pela distribuição, que armazena, fraciona, aglutina e transporta essas mercadorias, e chegam ao pequeno e ao médio varejista, que repassam essas mercadorias ao consumidor final, como retratado na Figura 26. O que confirma a composição reticular, cujo cerne estrutural é a complementaridade funcional entre os nós da rede, que, num sentido amplo, assegura a continuidade da produção e da circulação. Circulação otimizada de modo a garantir maior fluidez material e imaterial, economizar tempo, conquistar novos mercados e expandir a acumulação de capital. De fato, trata-se de um complexo ciclo de reprodução do capital, caracterizado, evidentemente, por uma complexa espacialidade entre fábricas, distribuidores atacadistas, varejistas e consumidores finais, e, ao mesmo tempo, por fluxos de decisão, nos centros de gestão dessa atividade, fluxos de mercadorias, pedidos varejistas, dentre outros.

A despeito das previsões pessimistas, esse segmento ampliou sua participação no abastecimento e conquistou novos setores, incluindo farmácias, perfumarias e estabelecimentos de auto-serviço, uma vez que a indústria não tem condições efetivas de abastecer diretamente esse varejo pulverizado. Segundo dados da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores-ABAD, esse setor foi responsável, em 2005, por 58% do

---

<sup>a</sup> O processo produtivo implica a criação de várias espacialidades, dentre as quais se destaca a atividade atacadista-distribuidora, responsável, por sua vez, pela criação de novas localizações e interações espaciais.

abastecimento dos produtos de consumo no Brasil. Dentre as principais empresas desse segmento, destacam-se, de acordo com ranking da ABAD (2006), o Makro, o Martins e o Arcom, que são as maiores empresas em número de clientes ativos e de funcionários. Cabe ressaltar que o Martins e o Arcom, sediados em Uberlândia, são também as maiores empresas em número de representantes de vendas e de frota própria de veículos. Esses atacadistas-distribuidores, juntamente com a Peixoto, a União e a Aliança Atacadista, estão entre as principais firmas uberlandenses e, por esse motivo, são detentoras de uma admirável força de pressão política e econômica, determinada, em grande parte, pela habilidade desses atores no sentido de influenciar o atendimento de suas demandas individuais ou coletivas.

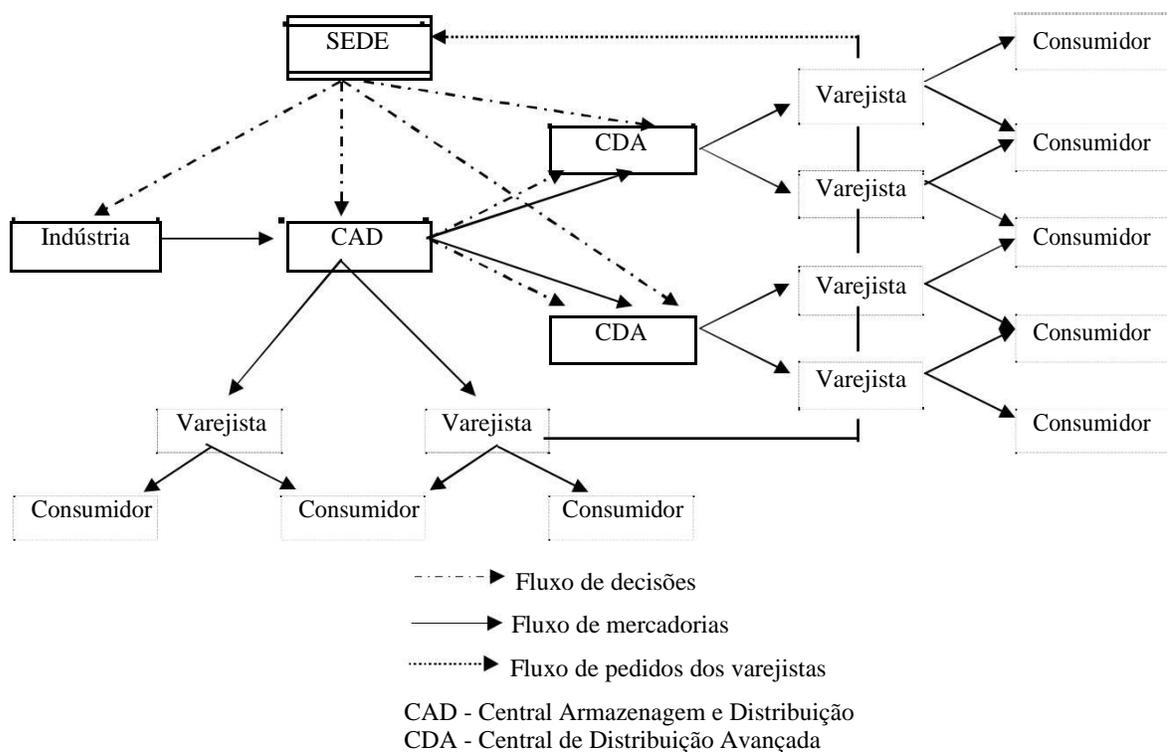


Figura 26 - Organização funcional da rede dos atacadistas-distribuidores, 2006.  
Organização: BESSA, 2007.

O atacadista-distribuidor Martins foi fundado em 1953, quando Alair Martins investiu o capital da venda de um sítio, em Martinésia, distrito de Uberlândia, num pequeno armazém de secos e molhados, de apenas 110m<sup>2</sup> - o Borges Martins. Tal armazém, já no final dos anos de 1950, revendia o excedente de seus estoques para outros comerciantes, bem como abastecia os motoristas de caminhão, que distribuíam produtos industrializados no Triângulo Mineiro e em Goiás e Mato Grosso. A opção pelo atacado deu-se em 1964. Desse período em diante, a expansão foi notória, posto que, em fins da década de 1970, já contava com um armazém com capacidade de 3.000m<sup>2</sup> (atual sede da empresa) e uma frota composta por 45

caminhões, assumindo papel importante na economia da cidade e da região, propiciando uma importante acumulação de capital. Ademais, havia diversificado suas atividades com a criação da MetalGrampo (produção de pregos, arames e grampos) e da Madeireira Ipê (desativada). Na década de 1980, foram construídos os armazéns da Central de Armazenagem e Distribuição-CAD, no Distrito Industrial de Uberlândia (Figura 27), e estabelecidos Centros de Distribuição Avançados-CDA no centro-sul, nordeste e norte do país, os quais resultaram de notável tática espacial de expansão e de construção dos espaços de verticalidade da empresa. O telemarketing foi implantado em 1989, para agilizar os pedidos e, conseqüentemente, todo o processo de distribuição. Em 1993, foi criado a Marbo Transportes, que atualmente disponibiliza 1.335 veículos entre scanias e volvos. Estes contam com uma estrutura tecnológica de transporte avançada e com computadores de bordo, monitorados, via rede, pela Central de Atendimento ao Motorista-CAM. As frotas somadas do atacadista e da transportadora Marbo totalizaram 2.500 veículos em 2005.



Figura 27 - Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição do Martins no Distrito Industrial, 2004. Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2004.

O Grupo Martins é composto ainda por outras três empresas, que também apóiam a atividade atacadista-distribuidora: o Banco do Triângulo-Tribanco (1990), considerado o braço financeiro do grupo, oferece linhas de crédito aos fornecedores e, principalmente, aos varejistas; a Farma Service, que atua exclusivamente no segmento farmacêutico; e a Smart Varejos, que se trata de uma rede de supermercados<sup>195</sup>, presente em 18 centros, espalhados por Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Paraíba, Ceará e Bahia, contado com cerca de 500

<sup>118</sup> Nessa rede de supermercados, o Martins não é proprietário das lojas e, sim, da bandeira. Trata-se de supermercados médio porte que se unem à bandeira Smart, com o intuito de ampliar a capacidade negociação com os grandes fornecedores, uma vez que quem negocia e efetua as compras é o próprio Martins. Contudo a adesão exige investimentos de no mínimo 100 mil Reais, para a reforma e a padronização das lojas, além do pagamento de uma taxa única e de mensalidades.

varejistas. Com a Rede Smart, esse atacadista-distribuidor retorna às atividades varejistas, o que amplia os circuitos de cooperação. Trata-se de investimentos e re-investimentos que garantem a consolidação do grupo e ampliam sua capacidade competitiva, uma vez que, em função da amplitude de suas operações, passa a atuar num circuito mercantil-financeiro amplo.

Atualmente, o atacadista-distribuidor Martins possui uma complexa organização espacial, pois conta com uma sede administrativa, localizada na área central de Uberlândia, três Centrais de Armazenagem e Distribuição-CADs, uma em Uberlândia e outras duas em João Pessoa e Manaus, que juntas somam 1.074.000m<sup>3</sup> de área de armazenagem, e 42 Centros de Distribuição Avançados-CDAs, como retratado no Mapa 13. São localizações múltiplas, que conferem ao grupo maior poder de negociação, variadas táticas de transações fiscais, assim como amplas estratégias de acumulação de capital. Ademais, essa organização espacial impõe a composição de uma rede com níveis hierárquicos, que permite a integração funcional e espacial desse atacadista-distribuidor.

As centrais de armazenamento e distribuição têm a função de armazenar, fracionar, aglutinar, expedir, transportar e entregar mercadorias aos clientes de suas proximidades e aos centros de distribuição avançados sob seu comando, que, por sua vez, entregam as mercadorias aos varejistas de suas respectivas áreas. Em Uberlândia, além da central de armazenagem e distribuição, há também três depósitos para armazenar pallets fechados, localizados no Distrito Industrial (Figura 27). Dessa forma, somente em Uberlândia, o Martins possui capacidade para armazenarem 100 mil toneladas de mercadorias, isto é, possui uma área total construída de 378.000m<sup>2</sup>, com capacidade para armazenar 2,7 milhões de metros cúbicos e 126 mil pallets. Por meio desse ordenamento territorial, o Martins participa de inúmeras interações espaciais, que atingem todos os estados brasileiros, como retratado no Mapa 13, atendendo a mais de 193.000 clientes, com um mix de mais 12 mil itens, dentre os quais, alimentos, eletro-eletrônicos, construção civil, produtos veterinários e farmacêuticos.



Numa lógica organizacional própria, a distribuição está subdividida em quatro Unidades de Negócio, com administrações independentes, a saber: Varejo Alimentar, Eletro, Construção e Veterinária e Marcas Exclusivas. Na unidade Varejo Alimentar, são distribuídos produtos alimentícios, bebidas e vários outros produtos que, pela ampla variedade, estão relacionados a um grande número de indústrias. Na unidade Eletro, o Martins distribui produtos da Brastemp, Samsung, Arno, Eletrolux, Black & Decker, Britânia, Philips, Mallory, CCE, Semp Toshiba, Panasonic, Gradiente, Cònsul, HP-Hewlett Packard, dentre outras. O Martins oferece 14 marcas exclusivas, dentre elas: Maitá, Enlace, Enlace Baby, Pratik, Casabella e MetalGrampo. A estrutura de vendas desse atacadista-distribuidor conta com um telemarketing, que funciona na administração central, com acesso via Internet e com 4.000 representantes comerciais autônomos. O grupo também investiu na aquisição de uma rede de comunicação via satélite, que interliga os segmentos da empresa e também os representantes comerciais com a matriz, em Uberlândia.

119 atacadista-distribuidor Armazém do Comércio-Arcom, criado em 1965, também possui uma complexa espacialidade, pois conta com um Centro Distribuição, localizado no Distrito Industrial de Uberlândia, junto ao Anel Viário, em uma área de 300.000m<sup>2</sup> (Figura 28). Este oferece condições de movimentação (separação, conferência e expedição) e de armazenagem de mercadorias, cuja capacidade de estocagem atinge 620.000m<sup>3</sup>. Além dessa central de distribuição, o Arcom conta ainda com outros três Centros de Distribuição Avançados-CDAs, localizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, conforme retratado no Mapa 14. Esse atacadista-distribuidor possui uma frota própria de veículos, com 950 caminhões, todos com computador de bordo.



Figura 28 - Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição da Arcom no Distrito Industrial, 2004. Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2004.

MAPA 14 - Arcom: Estrutura Locacional da Distribuição, 2006



Fonte: Pesquisa direta, 2006  
www.arcom.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

O Arcom, por meio da Central de Distribuição de Uberlândia e dos CADs, distribui mercadorias em 15 estados e no Distrito Federal, conforme retratado no Mapa 14, participando de vários circuitos de cooperação. Atualmente, possui cerca de 136.000 clientes, valendo ressaltar, na operacionalidade dos pedidos de mercadorias, a importância do telemarketing e dos 2000 representantes comerciais, que operam na área de atuação desse atacadista (Mapa 14). O Arcom manipula uma diversificada linha de produtos, dentre os quais, produtos de higiene, beleza e perfumaria, medicamentos, bazar, cine-foto e utilidades, material escolar e de escritório, chicletes e bomboniere.

A partir da década de 1990, visando garantir formas ampliadas de reprodução de capital, o Grupo Arcom diversificou de modo significativo suas atividades, passando a atuar no segmento de shopping center, hotelaria e serviços. O grupo é formado, além do segmento atacadista-distribuidor, pelo Center Shopping, principal centro de consumo de Uberlândia, pelo Plaza Shopping Hotel, pelo Center Convention, principal estrutura para a realização de eventos na cidade, e pelo provedor de Internet CenterShop. Os administradores do Grupo Arcom desenvolveram a idéia de shopping multiuso, quer dizer, apostaram num complexo formado pela integração do Center Shopping, do Hotel Plaza Shopping e do Convention Center. Esse grupo econômico detém admirável poder de influência na política local, uma vez que todas as suas atividades são gestadas a partir de Uberlândia.

De modo semelhante, o atacadista-distribuidor Peixoto, inaugurado em 1962, possui uma complexa organização espacial expressa por meio de diversas localizações e interações, uma vez que conta com uma Central de Distribuição, situada no Distrito Industrial de Uberlândia, que possui área total de 34.000m<sup>2</sup>, sendo 28.000m<sup>2</sup> destinados ao armazenamento de mercadorias (Figura 29). A referida Central de Distribuição centraliza todas as operações de recepção, estocagem, movimentação e expedição de mercadorias. Além dessa, o atacadista conta ainda com 24 Centrais de Distribuição Avançadas-CDAs, como retratado no Mapa 15. Esse atacadista, do mesmo modo, possui uma frota própria de veículos, com 450 caminhões e carretas. Nesse atacadista, também há uma informatização do processo de venda e entrega de mercadorias, realizada por meio de um call center. Em realidade, a revolução informacional foi dado fundamental para a expansão e a consolidação da atividade atacadista-distribuidora.



Figura 29 - Uberlândia: Central de Armazenagem e Distribuição do Peixoto no Distrito Industrial, 2004. Fonte: Prefeituras Municipais de Uberlândia, 2004.

Assim como o atacadista-distribuidor Martins, o Peixoto também distribui uma marca de produtos exclusiva, os Produtos Valor, bem como produtos de uso pessoal, bazar, eletro-eletrônico, manutenção do lar, utilidades domésticas, material escolar, calçados, armarinhos, agropecuários, alimentos, limpeza e papéis. Os atacadistas-distribuidores operam com uma gama diversificada de produtos, associada à produção de diversas unidades fabris. Em realidade, por intermédio dessa atividade, tem-se efetivamente a re-criação ampliada do valor contido nesses produtos, que pressupõe a circulação e a geração de diversos fluxos.

Da mesma maneira como os demais atacadistas-distribuidores, o Peixoto também diversificou suas atividades. Atualmente, administra uma linha de produtos exclusivos, os Produtos Valor, que possuem mais de 300 itens; a Rede Valor de Supermercados, que conta com 239 estabelecimentos integrados, situados no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas Gerais, no Norte do Paraná e nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, litoral Norte e metropolitana de São Paulo; e a Inova Logística, que presta serviços de transporte de grandes volumes de cargas, de distribuição, de embalagem e etiquetamento, de paletização e armazenamento.

---

<sup>196</sup> Trata-se da mesma lógica de funcionamento da Rede Smart, do Martins. Esta, contudo, atua preferencialmente em bairros de classe média e com estabelecimentos de médio porte, enquanto que a Rede Valor, do Peixoto, atende às camadas de baixa renda e, ao contrário do Smart, não reforma a loja que se une à bandeira.

**MAPA 15 - Peixoto: Estrutura Locacional da Distribuição, 2006**



**Legenda**

- ▲ Sede - Central de Distribuição (Decisões)
- Central de Distribuição Avançada - CDA

0 250 500 Km

Fonte: Pesquisa direta, 2005-2006  
www.peixoto.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

As corporações desempenham, de fato, importante papel na organização do espaço, e, no caso dos atacadistas-distribuidores sediados em Uberlândia, cumpre observar a consolidação de uma especialização e a aparecimento de novas atividades urbanas, articuladas em torno de um mesmo processo de gestão, responsável pelo surgimento de diversas localizações e interações, baseadas em encadeamentos mercantis e financeiros, que revelam práticas espaciais diversificadas e articulações de poder local e nacional, responsáveis por um amplo processo de acumulação de capital em nível local.

### 8.3 - A expansão do pólo de melhoramento genético zebuínio em Uberaba

Freqüentemente, ouvem-se as expressões Uberaba, a Capital da Pecuária ou Uberaba, a Capital do Zebu, o que significa a permanência da coerência funcional histórica desse centro e da própria coerência funcional dos cerrados. Tal notoriedade tem sua origem associada ao empenho dos pecuaristas uberabenses no intuito de consolidar as raças zebuínas no país, bem como de assegurar a qualidade dos rebanhos, desde as primeiras importações. Os dados da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu-ABCZ, sediada no Parque Fernando Costa em Uberaba (Figura 30)<sup>197</sup>, revelam a importância do Zebu e de Uberaba na formação do rebanho bovino brasileiro, posto que 80% do plantel têm genética zebuína, resultante do gado importado entre os anos de 1870 e 1962<sup>198</sup>.

As atitudes e os investimentos dos pecuaristas uberabenses foram no sentido de assegurar a pureza racial dos plantéis, formados a partir de animais importados da Índia. Para tanto, foram criados livros de registros genealógicos e serviços de provas e de controles para o julgamento e a seleção do gado, bem como concursos e certificados que garantissem a superioridade dos animais. Em Uberaba, os primeiros registros com esse propósito datam de 1898. Sua oficialidade, no entanto, data de 1919, com a criação do Herd Book da Raça Zebu, cujo principal objetivo era assegurar, ao longo do tempo, a garantia de origem dos filhos dos animais importados. Em de 1934, foi criada a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, que absorveu esse serviço de registro genealógico. Nota-se que os registros das importações, em

---

117. Cumpre registrar que o nome Fernando Costa foi dado ao parque de exposições como uma homenagem ao ministro da agricultura que, na época, obteve o benefício para Uberaba.

118. Segundo dados da ABCZ, ao longo de cinco séculos, entraram mais de um milhão de reprodutores e matrizes de raças bovinas européias no Brasil, enquanto que, em pouco mais de 100 anos, foram importados, oficialmente, apenas 6.262 reprodutores e matrizes de origem indiana, cuja genética está em mais de 80% do plantel brasileiro.

1938, passaram a ser realizados em todo o território nacional, por meio de convênio firmado com o Ministério da Agricultura e por intermédio do livro de Registros Genealógicos das Raças Bovinas de Origem Indiana.

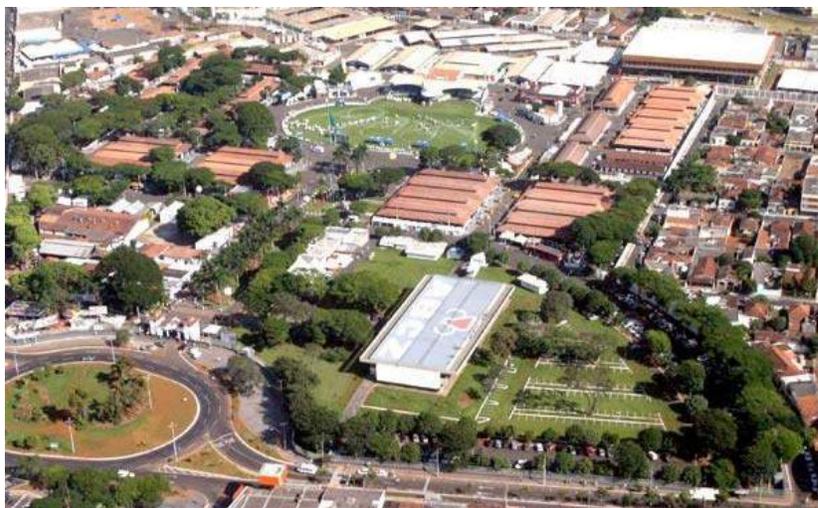


Figura 30 - Uberaba: Parque Fernando Costa, sede da ABCZ, do Museu do Zebu e da ExpoZebu, 2006. Fonte: Disponíveis em: <<http://www.abcz.org.br/>>. Acesso em: 2006.

Em 1967, essa Sociedade Rural foi transformada em Associação Brasileira dos Criadores de Zebu-ABCZ, cujo principal objetivo era consolidar o serviço de registro genealógico e apoiar e desenvolver tecnologias de melhoramento genético zebuino, orientando definitivamente o papel que Uberaba desempenharia na pecuária brasileira. Para assegurar a qualidade do gado, várias ações foram implantadas, dentre as quais, faz-se necessário ressaltar a implantação do Departamento de Provas Zootécnicas (1968), a realização do I Concurso Intensivo para Julgamento das Raças Zebuínas (1969), a introdução do Programa de Controle Leiteiro (1976), a instalação do Centro de Processamento de Dados da ABCZ (1981), a introdução do Programa de Melhoramento Genético de Zebuínos (1993) e do Programa de Acasalamento Dirigido (2000). A partir de 2003, foi criado o Brazilian Cattle Genetics, um serviço de exportação de animais vivos e de material genético zebuino (sêmen e embriões), que congrega centrais de inseminação, pecuaristas e empresas afins, contando inclusive com o apoio do governo federal<sup>199</sup>, cujo principal objetivo é disseminar o zebu em outros países, como ainda ampliar o mercado de material genético e de tecnologia das raças zebuínas brasileiras.

Cumpre também registrar o papel da Exposição Internacional das Raças Zebuínas-

<sup>120</sup> A ABCZ, em 1977, passou a coordenar a exportação de zebuínos, com o apoio do Ministério da Agricultura.

ExpoZebu<sup>200</sup>. Nesse evento, são realizadas transações como venda de reprodutores e matrizes, de material genético e de produtos do setor, movimentando o mercado nacional pecuarista. Além da ExpoZebu, a ABCZ promove a Exposição Nacional do Girolando, a Exposição Internacional de Nelore-Expoinel e a Exposição Nacional da Raça Brahman-ExpoBrahman, em Uberaba. A região também é considerada a maior praça de leilões de gado do país. As transações com o gado de elite ocorrem em grandes e sofisticados leilões. Além desses negócios vinculados diretamente à pecuária, essas feiras e leilões injetam capitais na economia da cidade, visto que atraem um número significativo de visitantes e envolvem vários serviços e o comércio local, veja-se o exemplo dos hotéis e do transporte.

Em 2004, a ABZC, que representa aproximadamente 15 mil associados no Brasil e no exterior, iniciou sua expansão espacial, implantando três Escritórios Técnicos Regionais-ETR em Redenção-PA, Rio Branco-AC e Bauru-SP. Atualmente, são 23 ETRs, além de cinco associações afiliadas, como retratado no Mapa 16. Ademais, a ABCZ desenvolve trabalho com a Federação Internacional dos Criadores de Zebu-Ficebu e com a Confederación Interamericana de Ganaderos-Ciaga. De fato, a ABCZ atua como uma poderosa entidade de classe, que busca controlar a expansão da pecuária zebuína, bem como age de modo a garantir os interesses do setor pecuarista no Brasil, e, por esta razão, projetou-se externamente. Dessa forma, Uberaba passou a destacar-se, no cenário nacional e internacional, como pólo de melhoramento genético bovino, especialmente de gado zebuino, o que revela seu papel como centro de gestão dessa atividade. Apesar de tratar-se de uma atividade tradicional na região, a pecuária recebeu investimentos maciços, pois os fazendeiros uberabenses investiram na seleção e no aprimoramento dos animais, visando maximizar o desempenho produtivo dos plantéis.

---

<sup>121</sup>Os registros apontam que as exposições de gado em Uberaba começaram em 1906. Em 1923 aconteceu a 1ª Exposição de Gado Zebu de Uberaba. A Exposição Feira Agropecuária do Triângulo Mineiro foi oficializada em 1935 e passou a ter notoriedade internacional em 1994, quando da realização da Exposição Internacional das Raças Zebuína-ExpoZebu.

MAPA 16 - ABCZ: Estrutura Locacional, 2006



Essa modernização foi o elemento-chave da continuidade dessa atividade em Uberaba, vinculada a uma divisão territorial do trabalho pretérita. Trata-se, novamente, daquilo apontado por Santos (1996, p.132) como acontecer homólogo, em que algumas atividades conseguem acompanhar as transformações da divisão territorial do trabalho. A cidade passou, inclusive, a atrair empresas de capitais nacionais e multinacionais associadas ao setor pecuário, que nos últimos anos migraram para Uberaba. A presença de tais empresas coloca em xeque, não a posição de Uberaba como Capital do Zebu, mas dos grupos locais tradicionalmente vinculados a essa pecuária moderna, à medida que diminui seu poder de controle e de decisão sobre a atividade. O ingresso desses capitais rompe com a hegemonia dos capitais familiares nascidos e reproduzidos na pecuária uberabense, pois dificilmente há um consenso real entre intencionalidades locais, nacionais e mundiais. Assim, é possível reconhecer que, de um lado, a função uberabense permanece, pela vocação histórica e pelas intermediações institucionais, basicamente em decorrência do papel desempenhado pela ABCZ; porém, de outro lado, ocorrem mudanças nos capitais envolvidos na atividade, sugerindo conflitos entre e os comandos internos, diretamente associados às ações locais, e os comandos externos de novos agentes, redefinindo as tramas de relações.

O trecho da BR-050, que liga São Paulo a Brasília, nas proximidades de Uberaba, ganhou, por analogia, apelidos como Vieira Souto da Pecuária, Avenida Paulista do Zebu e Vale do Sêmen, por abrigar renomadas fazendas dedicadas à seleção e ao melhoramento genético de gado de elite, de corte e de leite; assim como grandes empresas do setor, dentre as quais, centrais de coleta e venda de sêmen, de inseminação artificial e de transferência de embriões, centrais de reprodutores, além de criatórios de gado de elite e recintos para sofisticados leilões. Dentre as principais fazendas, destacam-se: Fazenda Naviraí, Fazenda das Toldas, Fazenda Santa Marta, Fazenda Sant'Anna, Fazenda Santo Antônio, Rancho da Matinha, Rancho Mundo Novo (que migrou de Brotas-SP), Chácara Mata Velha. Dentre as centrais de inseminação artificial, sobressaem a ABS Pecplan, empresa da ABS Global, de capitais estadunidenses e ingleses, a Alta Genetics, de capitais canadenses e holandeses<sup>201</sup>, e a Nova Índia Genética, de capital uberabense, que exemplificam os conflitos entre internalidades e externalidades, posto que são especializadas na produção, distribuição e prestação de serviços em genética bovina, especialmente sêmen, sêmen sexado, embriões,

---

<sup>123</sup> A Alta Genetics instalou-se, em 1996, em Porto Alegre-RS, mas transferiu as operações para Uberaba em 1997, onde foram investidos mais de 3 milhões de Dólares na construção de uma central de coleta de sêmen, que conta com escritórios administrativos, laboratórios de tecnologia, baias, dentre outras estruturas. Essa empresa conta, atualmente, com 53 escritórios regionais e cerca de 300 representantes em todo o país.

inseminação artificial, transferência de embriões, fecundação in vitro e cursos de formação de inseminadores.

A Nova Índia Genética, sediada no Km 158 da BR-050 (Figura 31), tem tradição no melhoramento genético do gado zebuino, o que inclui o slogan a genética dos pioneiros, numa alusão ao pioneirismo dos uberabenses nas importações do gado de origem indiana. Os produtos da Nova Índia Genética, sêmen congelado e embriões, são comercializados em todo o território nacional. A empresa oferece também serviços de inseminação artificial/transferência de embriões e de treinamento de inseminadores. Ademais, a Nova Índia Genética desenvolve pesquisas no aprimoramento de tecnologias para o melhoramento genético, bem como mantém parcerias com a Embrapa, a ABCZ, a USP, a Fazu e a Uniube.



Figura 31 - Uberaba: sede da Nova Índia Genética, cujos prédios possuem arquitetura indiana, 2006.

Fonte: Disponível em: <<http://www.novaindia.com.br/>>. Acesso em: 2006.

A ABS Pecplan, sediada no Km 196 da BR-050 (Figura 32), está ligada, desde 1996, à multinacional norte-americana ABS Global, cuja controladora é a empresa britânica Genus PLC, desde 1999. Trata-se, portanto, de uma firma global, que se colocou exatamente num interstício da atividade de melhoramento genético, aliando-se a uma empresa nacional, a Pecplan, criada em 1970 e adquirida pelo grupo Bradesco em 1972, com o propósito de importar e distribuir doses de sêmen da ABS Global. Como sugere Silveira (1999, p.254), ...as firmas globais também procuram oportunidades nas formações socioespaciais, que lhes permitam obter um lucro maior. Atualmente, a empresa conta com duas centrais de tecnologia: a central de Uberaba, inaugurada em 1974, que dispõe de 250 hectares destinados a abrigar animais da raça zebuina, os escritórios de importação e exportação, além de laboratórios; e a central de Rosário, inaugurada em 1984, que conta com 300 hectares e

amplas instalações, para abrigar animais de linhagem européia. Segundo dados da Página Rural (2006), a ABS Global produziu, em 2006, 2,6 milhões de doses de sêmen congelado bovino, dos quais 1,5 milhão (5,7% das doses) foi produzido na unidade de Uberaba. Nessas unidades, os animais, em sua maioria zebuínos, são manejados em instalações ou baias individuais, com cerca de 10 mil/m<sup>2</sup>, com higiene, água limpa, alimentação adequada e com conforto para evitar o estresse e o desgaste físico.



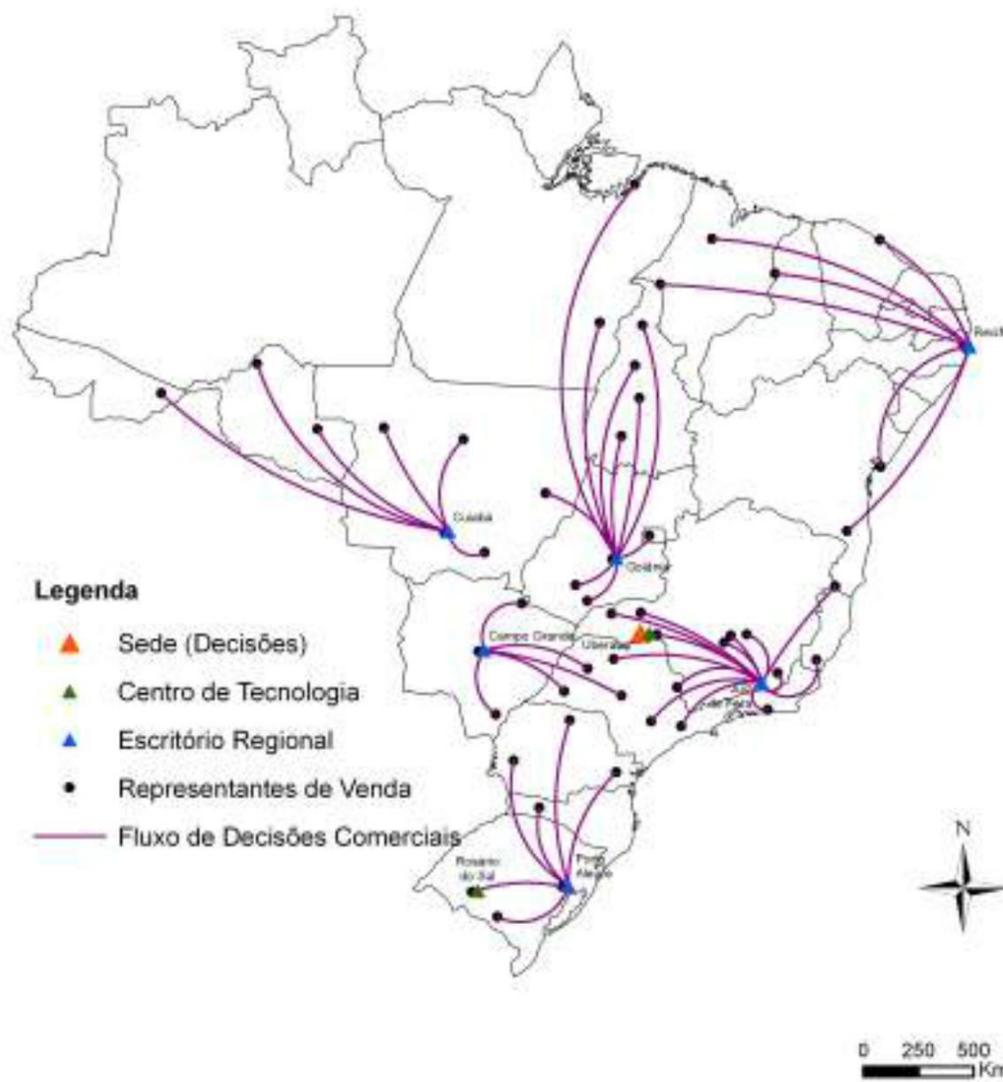
Figura 32 - Uberaba: sede da Central de Tecnologia da ABS Pecplan, 2006.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.abspecplan.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Essas empresas estão presentes em quase todo o território nacional. A Nova Índia Genética possui uma estrutura organizacional simplificada, já que concentra toda sua atividade decisória e produtiva em Uberaba, e que distribui por meio de representantes de vendas (Mapa 17). Contrariamente, a ABS Pecplan possui uma estrutura organizacional mais complexa, pois conta seis escritórios regionais e vários representantes de vendas, além das duas centrais de tecnologia. Os fluxos de decisão partem, evidentemente, da sede em Uberaba, porém a distribuição é controlada pelos escritórios regionais, como retratado no Mapa 18.

Uberaba, ao longo do tempo, manteve-se como cidade-chave da pecuária brasileira. Tornou-se notório centro de controle e gestão dessa atividade, graças à presença da ABCZ, das fazendas e empresas que se dedicam à seleção e ao aprimoramento, e à realização das feiras e dos leilões de gado. Contudo as fazendas e as empresas locais não apresentam mais as mesmas condições satisfatórias de competição, em decorrência da entrada das corporações globais desse segmento. Essas corporações vêm, gradativamente, complexificando a organização espacial preexistente, pelo papel fundamental que passam a desempenhar.



MAPA 18 - ABS Pecplan: Estrutura Locacional da Distribuição, 2006



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
[www.abspecplan.com.br](http://www.abspecplan.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006

## 8.4 - Uberaba e as indústrias para a agricultura

Uberaba conta com três distritos industriais, dotados de infra-estrutura como telefonia fixa e celular, rede de fibra ótica, dentre outras, e interligados aos principais eixos ferroviários e rodoviários que cortam a cidade. O Distrito Industrial I, localizado próximo à BR-050, conta com área de 1.683.913m<sup>2</sup> e abriga o pólo moveleiro<sup>202</sup>, além de indústrias como a Dagraja Agroindustrial, a Satipel, a Synteco Produtos Químicos, a Valmont, a Uberlândia Refrescos, bem como indústrias vinculadas aos ramos de material elétrico, couros e peles, têxtil, confecções e calçados, papel, maquinários e equipamentos, e construção civil. O Distrito Industrial II, localizado paralelamente à BR-050, conta com área total de 2.185.760m<sup>2</sup> e abriga a EADI-Uberaba, os armazéns da Casemg e da Conab e um ramal ferroviário da FCA. Ademais, conta com indústrias como a Black & Decker, a fábrica de razões e a incubadora da Dagraja Agroindustrial e a Sauder Brasil, além de indústrias de menor porte.

O Distrito Industrial III, localizado próximo ao rio Grande e às BR-464 e BR-050, conta com área de 18.392.485m<sup>2</sup> e abriga um ramal ferroviário da FCA, a base de distribuição do Osbra e o pólo químico diretamente voltado para a produção de fertilizantes e defensivos agrícolas, onde estão indústrias de grande porte como a Fosfértil, a Adubos Trevo (Yara Brasil), a Bunge Fertilizantes, a Fertibrás (Yara Brasil), a Fertilizantes Heringer, a Mosaic Fertilizantes, dentre outras. As indústrias presentes em Uberaba participam, com menor ou maior grau, do processo de reorganização do espaço, contribuindo para a criação de novos arranjos, especialmente as filiais das corporações globais, que fazem parte de estratégias setoriais globalizadas.

O processo de ocupação dos cerrados abriu frentes para dinamizar as chamadas indústrias para a agricultura, tanto as de insumos como as de maquinário e equipamentos. A demanda por esses, a partir da modernização agrícola, teve considerável aumento, redefinido, inclusive, os padrões locacionais das indústrias desse segmento, que migraram para essas novas áreas, elegendo, principalmente, os centros que já possuíam algum diferencial na sua posição relativa, além da proximidade com os recursos minerais e com as áreas de produção agrícola. O Estado, nesse contexto, passou a atuar diretamente em algumas atividades produtivas, sobretudo na indústria de base e de bens intermediários para a agricultura,

---

<sup>124</sup>Tanto Uberaba quanto Uberlândia estão implementando a formação de pólos moveleiros em seus distritos industriais. Os contatos são realizados pelos representantes políticos locais e pelos membros das respectivas associações industriais no sentido viabilizarem estratégias e recursos para a implantação desses pólos, bem como para atrair fábricas européias e estadunidenses.

responsáveis pela ampliação de muitos outros setores. Assim, o governo federal, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79), criou políticas para estimular a indústria de fertilizantes no país, cujas fontes de matérias-primas são os produtos provenientes da indústria petroquímica e da mineração. Para tanto, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Fertilizantes e Calcários Agrícolas (1974-1980), com investimentos do BNDES, cujo objetivo era implantar e modernizar complexos industriais químicos destinados à produção de matérias-primas básicas e intermediárias, bem como de fertilizantes básicos e compostos (mistura NPK - fosfatados, nitrogenados e potássicos). Esse setor continuou recebendo investimentos federais, por meio do 2º Plano Nacional de Fertilizantes (1987-1995), até o momento das privatizações, que se deram entre os anos de 1992 e 1994, quando a produção passou de cinco milhões de toneladas por ano, em 1987, para 10 milhões de toneladas por ano, em 1995 (DIAS e FERNANDES, 2006).

Com as privatizações, o setor brasileiro de fertilizantes passou por reestruturações, especialmente pela concentração das empresas, determinada pelas aquisições e fusões, a exemplo da Fosfértil-Ultrafértil-Goiasfértil, cuja controladora é a holding Fertifós, e pelo domínio dos grupos estrangeiros, que vem crescendo por meio da aquisição de empresas nacionais, dentre eles: Bunge Fertilizantes (holding Bunge Brasil), formada pela aquisição da Fertisul (1948), da IAP (1945), da Ouro Verde, da Manah (1947), dentre outras; Cargill Fertilizantes<sup>203</sup>, que adquiriu a Solorrigo (1956), a Fertiza, dentre outras; Grupo Yara International, de capital norueguês, que adquiriu a Adubos Trevo (1930), que passou a se denominar Yara Brasil Fertilizantes, e a Fertibrás. Essas empresas apresentam estruturas bastante complexas, com diferentes níveis de integração horizontal e vertical entre cada etapa da cadeia produtiva, que envolve uma atividade extrativa-mineral, na qual se obtém a matéria-prima básica necessária à fabricação de insumos intermediários, por sua vez, empregados na produção de fertilizantes básicos (fosfatados, nitrogenados e potássicos), que serão finalmente utilizados, por unidades misturadoras, no preparo dos fertilizantes mistos. A grande maioria dessas indústrias concentra-se na mistura, na qual se produzem apenas fertilizantes compostos, dentre elas, sobressaem a Bunge Fertilizantes, a Cargill Fertilizantes, a Yara Brasil (Adubos Trevo), a Fertipar, a Fertilizantes Heringer e a Fertibrás (Yara Brasil). No segmento de matérias-primas básicas e intermediárias, destacam-se a Fosfértil-Ultrafértil, a Bunge Fertilizantes, a Copebrás e a Petrobrás. De fato, a produção nacional de matérias-

---

<sup>A</sup> O Grupo Mosaic, formado pela fusão da Cargill e da IMC Global, ambas de capital americano, é um dos principais produtores de fertilizantes potássicos e fosfatados do mundo. Cumpre ressaltar também que, hoje, a Cargill Fertilizantes e a Mosaic são acionistas da Fertifós, com 33,07% das ações.

primas básicas e intermediárias está concentrada nas poucas empresas que possuem acesso aos recursos naturais.

No Triângulo Mineiro, foram implantados, no final dos anos de 1970, três projetos - Valefértil, Arafértil e a Fosfértil - para a produção de fertilizantes fosfatados<sup>204</sup>, que envolviam atividades que iam da extração de matérias-primas básicas, passando pela produção de matérias-primas intermediárias, até a produção final do fertilizante simples ou composto aplicado diretamente na agricultura. Os recursos investidos nesse setor vieram do governo federal, do BNDES e do governo mineiro, mediante investimentos do INDI e do BDMG, que apoiaram técnica e financeiramente a implantação das unidades de aproveitamento dos recursos naturais em Tapira, Patos de Minas e Araxá, assim como das indústrias implantadas em Uberaba.

A implantação desse pólo químico, que utilizava como matéria-prima a rocha fosfática extraída em Tapira, pela Valep (1976), foi dado importante de diferenciação para Uberaba, pois aumentou a importância do setor industrial no total de suas atividades, assim como dobrou a participação desse centro no valor da produção industrial, ainda na década de 1980, além de incentivar a atração de novos investimentos, que contribuíam para ampliar a diversificação da indústria local. A expansão dessas indústrias de fertilizantes deveu-se ao fato de ser o fosfato o componente da cadeia de fertilizantes que apresenta as melhores condições competitivas no Brasil, fazendo jus as unidades mineradoras de Tapira, Patos de Minas, Patrocínio e Araxá. Estas detêm 63,95% das reservas de rocha fosfática no Brasil e estão diretamente vinculadas aos complexos industriais de produtos intermediários e de fertilizantes simples, instaladas no Distrito Industrial III, em Uberaba (ABIQUIM, 2005). Trata-se, portanto, de um complexo químico formado por indústrias complexas, que participam de vários circuitos espaciais e de vários círculos de cooperação, pois produzem desde as matérias-primas até os fertilizantes simples e compostos, a exemplo da Bunge Fertilizantes e da Yara Brasil; por indústrias que produzem apenas matérias-primas básicas e intermediárias, a exemplo da Fosfértil; e por indústrias misturadoras ou granuladoras, que, a partir das matérias-primas intermediárias, produzem e comercializam misturas NPK de fertilizantes simples ou compostos, a exemplo da Mosaic Fertilizantes, da Fertibrás (Yara Brasil), da Fertigran, da Fertilizantes Heringer, da Mosaic Fertilizantes, da Yara Brasil

---

<sup>127</sup>O Brasil é o sétimo produtor mundial de fosfato. Suas principais jazidas estão localizadas em Tapira, Araxá e Patos de Minas, Minas Gerais (73,8%), em Catalão, Goiás (8,3%), e em Jacupiranga, São Paulo (7,3%) (DIAS e FERNANDES, 2006). Mesmo assim, o Brasil importa quantidade considerável dos fertilizantes utilizados internamente, sobretudo dos Estados Unidos, da Rússia e do Canadá.

(Adubos Trevo), da Sipcam Agro e de várias outras empresas. Dentre essas, a Bunge Fertilizantes, a Fosfértil, a Mosaic Fertilizantes, a Yara Brasil e Heringer estão, respectivamente, entre as cinco principais fabricantes de fertilizantes do país em faturamento líquido, e a Fertibrás ocupa o oitavo lugar (ABIQUIM, 2004). Tais empresas, pelo amplo espaço de atuação, participam de circuitos produtivos e círculos de cooperação em escala mundial. De fato, são corporações com importante domínio político-territorial. Abaixo, segue análise sistemática de três dessas, a saber: Fosfértil, com sede em Cubatão e com faturamento de 2.245,7 milhões de Reais, em 2005; Bunge Fertilizantes, com sede em São Paulo e com faturamento líquido de 5.829,2 milhões de Reais, em 2004 (ABIQUIM, 2005); e Fertibrás (Yara Brasil), com sede em São Paulo e com faturamento de 537,1 mil Reais, em 2004.

Em 1980, a Fosfértil, estatal criada em 1977 para a extração e a comercialização da rocha fosfática da jazida de Patos de Minas<sup>205</sup>, iniciou suas operações em Uberaba, quando da incorporação do complexo químico da Valefértil e também das atividades de extração de rocha fosfática da Valep, em Tapira, incluindo o mineroduto construído entre 1975 e 1977 para interligar essas duas unidades. A partir de então, a empresa passou a atuar na extração da matéria-prima, com a produção de concentrado fosfático nas unidades de mineração em Patos de Minas e Tapira, e na produção de produtos intermediários, inclusive de fertilizantes simples, no complexo industrial de Uberaba.

Em 1992, essa empresa foi privatizada, por intermédio do Programa de Nacional de Desestatização-PND (1990), que promoveu a venda de estatais produtivas, com a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. O controle acionário ficou com o consórcio Fertifós (55,7%), formado por empresas produtoras de fertilizantes, e o restante com a CVRD (11,7%), o grupo Sul América (12,7%), o Banco Bamerindus (6,3%), o Banco América do Sul (1,6%) e outros acionistas minoritários (12,1%). Em 1992, a Fertifós foi transformada em holding e passou a controlar 56,21% das ações da Fosfértil<sup>206</sup>, que adquiriu o controle acionário da Goiasfértil (1992)<sup>207</sup> e da Ultrafértil<sup>208</sup> (1993), com participação total

---

<sup>é</sup> Quando da sua criação, a Fosfértil possuía a seguinte composição acionária: 49% da Fibase (BNDES), 49% da Pretrofértil e 2% da Camig (empresa estatal do governo de Minas Gerais). Tal estrutura acionária foi sendo alterada com o aumento da participação da Petrofértil, que, em 1987, já controlava 75,1%, restando 13,6% para o BNDES e 11,3% para a CVRD. Quando da privatização, a composição acionária era de 77,4% da Petrofértil, 12,9% do BNDES, 9,5% da CVRD e 0,2% da Comig (ex-Camig).

<sup>é</sup> Quando da sua formação, o consórcio Fertifós tinha a seguinte composição acionária: Serrana/IAP (23,07%), Manah (23,07%), Solorrico (23,07%), Fertibrás (12,76%), Fertiza (10,00%), Takenaka-OuroVerde (6,7%), Fertipar (1,37%), Heringer (0,08%), Adubos Triângulo (0,07%).

<sup>é</sup> A Goiasfértil foi criada em 1978 para extrair a rocha fosfática da jazida de Catalão-GO.

<sup>é</sup> A Ultrafértil foi criada em 1965, com participação da Philips/PS Petroleum (43,5%) e do Grupo Ultra, (56,5%), além de entidades financeiras internacionais. Em 1969, a Ultrafértil colocou em funcionamento o terminal marítimo de Santos e, em 1970, inaugurou o complexo industrial de fertilizantes em Piaçaguera-SP. A

nas ações e capitais dessas duas empresas, contando ainda com a participação da Bunge Fertilizantes (12,23%), da Fertibrás (8,14%) e de outros acionistas minoritários (23,42%). Com essas aquisições, a Fosfertil transformou-se no principal produtor de matérias-primas e de fertilizantes básicos fosfatados e nitrogenados, essenciais ao funcionamento da cadeia de produção de fertilizantes. A importância da Fosfertil reside nesse fato e, evidentemente, na sua complexa espacialidade<sup>209</sup>.

A Fosfertil fornece matérias-primas e produtos intermediários fosfatados (907,5 mil toneladas) e nitrogenados (622,2 mil toneladas) para a produção de fertilizantes, que totalizaram, em 2005, 1.529,7 mil toneladas<sup>210</sup>; além de produzir insumos para indústrias químicas nacionais e estrangeiras, dentre os quais, nitratos de amônio, ácido nítrico, uréia, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, gás carbônico e superfosfato granulado; além de prestar serviços logísticos a terceiros através do terminal marítimo de Santos, que, em 2005, movimentou 2,18 milhões de toneladas de produtos químicos e sólidos (Fosfertil - Relatório Anual, 2005). Para tanto, conta com unidades produtivas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, controladas pelo Centro Corporativo de Cubatão. São quatro complexos industriais, Uberaba, Cubatão, Piaçaguera e Araucária; um complexo minero-químico em Catalão, e dois complexos de mineração, Patos de Minas e Tapira, além do terminal marítimo de Santos, como retratado no Mapa 19. Em 2005, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, essa empresa respondeu por 30,2% das vendas de nutrientes fosfatados e 27,0% dos nutrientes nitrogenados (Fosfertil - Relatório Anual, 2005). Segundo informações do Relatório da Administração e de Demonstrações Financeiras (2005), a Fosfertil atingiu faturamento bruto de 2.240,7 bilhões de Reais em 2005.

O complexo industrial da Fosfertil em Uberaba, localizado no Distrito Industrial III, às margens do rio Grande e próximo às BR-464 e BR-050 (Figura 33), é composto por duas unidades, que contam com área total de 7.350.890m<sup>2</sup> e com capacidade para produzir 1.915.000t/ano de ácido sulfúrico, 675.000t/ano de ácido fosfórico, 48.000t/ano de ácido fluossilícico, 960.000t/ano de fosfato de monoamônio-MAP, 785.000t/ano de superfosfato triplo-TSP farelado, 330.000t/ano de TSP granulado (Unidade 1), 240.000t/ano de TSP

---

Petrobrás, em 1974, adquiriu o controle acionário da Ultrafertil, que, em 1977, incorporou a fábrica de fertilizantes Fafer, de Cubatão-SP, e inaugurou o complexo industrial de fertilizantes de Araucária-PR, em 1982. Em 1993, essa empresa foi privatizada e adquirida pela Fosfertil.

<sup>128</sup> A Fertifós, por sua vez, tem entre seus principais acionistas a Bunge Fertilizantes, que detém 52,31% das ações, além da Cargill (33, 07%), da Fertibrás (12,76%) e de outros acionistas minoritários (Fosfertil - Relatório Anual, 2005).

<sup>129</sup> A Fosfertil, para atingir esses níveis de produção, movimentou em seus complexos de mineração situados em Patos de Minas, Tapira e Catalão, cerca de 56 milhões de toneladas de matérias-primas (Relatório Anual, 2005).

granulado ou baixa concentração (Unidade 2) e 280.000t/ano de superfosfato simples-SSP farelado. Esse complexo industrial em Uberaba, apesar da importante capacidade produtiva, está integralmente vinculado à estrutura produtiva da Fosfértil-Ultrafértil. Trata-se, portanto de um espaço do fazer, já que recebe os comandos do Centro Corporativo de Cubatão. Este último constitui-se no espaço do mandar, uma vez que controla a estrutura produtiva da Fosfértil-Ultrafértil, como retratado no Mapa 19.



Figura 33 - Uberaba: complexo químico da Fosfértil, 2006.  
Fonte: Uberaba em Dados, 2006.

A consolidação da Bunge Fertilizantes, controlada pela corporação global Bunge, cujo controle acionário é bermudense, está associada a um processo amplo de aquisição de várias empresas nos segmentos de mineração, produção e comercialização de fertilizantes NPK e fosfatados bicálcicos para indústria de nutrição animal, além de matérias-primas para indústrias misturadoras<sup>211</sup>. De fato, as fusões e as aquisições foram essenciais no processo de gestão das atividades dessa corporação, resultando numa organização espacial complexa. Sua base foi, inicialmente, formada pela Serrana, criada em 1938 para a exploração das jazidas de rocha fosfática em Cajati-SP. Posteriormente, várias outras empresas foram incorporadas, dentre elas, a Iap (1997), a Ouro Verde (1998), a Elekeiroz (1998), a Quimbrasil, a Fertisul, a Arafértil (1999), a Ipiranga Serrana e a Manah (2000)<sup>212</sup>. Trata-se de um amplo processo de gestão empreendido pela Bunge Fertilizantes no Brasil, marcado por uma série de práticas espaciais, que resultou numa expressiva espacialidade, que envolve várias localizações, responsáveis pela geração de diversos fluxos materiais e imateriais.

<sup>211</sup>O Grupo Bunge e Born iniciou suas atividades no Brasil, em 1906, com a aquisição do controle acionário do Moinho Santista, empresa de compra e moagem de trigo localizada em Santos-SP. A partir de então, iniciou significativo processo de expansão e diversificação. No início dos anos 2000, o grupo Bunge no Brasil passou por reestruturações societárias e foi criada a holding Bunge Brasil, controladora da Bunge Alimentos e da Bunge Fertilizantes.

<sup>130</sup>Ressalta-se que, com essas aquisições, a Bunge Fertilizantes passou a deter também participação relevante na Fertifós, controladora da Fosfértil-Ultrafértil.



Atualmente, a Bunge Fertilizantes atua em todas as etapas de produção de fertilizantes, posto que suas operações começam com a mineração de rocha fosfática e calcário, passando pelo processamento químico até a entrega do produto final - fertilizantes (mistura NPK), além de comercializar calcário para correção do solo e componentes para nutrição animal (bovinos, suínos e aves). Nesse sentido, suas localizações são determinadas, primordialmente, pela proximidade da matéria-prima e das empresas fabricantes de produtos intermediários, bem como pelo acesso ao mercado consumidor final e, paralelamente, pela presença de infra-estruturas básicas, vantagens fiscais, dentre outras. A empresa conta com duas jazidas de rocha fosfática, uma em Cajati-SP e outra em Araxá-MG, de onde é extraído 1,4 milhão de toneladas por ano; com unidades industriais para produção de insumos intermediários em Cajati, Araxá, Uberaba, Guará, Ponta Grossa, Cubatão, Imituda e Rio Grande, cujas localizações refletem, basicamente, a distribuição das fontes de matérias-primas; e conta também com 29 unidades industriais de misturas de NPK, 11 escritórios comerciais e 21 centros de distribuição, como retratado no Mapa 20, que evidencia a magnitude da rede de localizações dessa empresa.

A atuação desse grupo no Triângulo Mineiro iniciou-se em 1971 com a associação para criar a Arafértil, em Araxá. Desde então, o grupo vem ampliando sua participação em empresas desse setor que atuam em Uberaba e no Triângulo Mineiro, a exemplo da Fosfértil, da Fertisul, da Manah, da Fertiza, dentre outras. Trata-se, atualmente, de uma atuação bastante ampla, pois mantém unidades industriais em Araxá, Uberaba e Patos de Minas. A unidade de Araxá, além da extração da rocha fosfática produz superfosfato simples-SSP, ácido sulfúrico e fosfato bicálcico. Em Uberaba, produz-se superfosfato simples-SSP e mistura NPK. A unidade de Patos de Minas produz mistura NPK. Essas unidades compõem complexo produtivo da Bunge Fertilizantes, estando diretamente vinculadas à sede, em São Paulo, que detém os processos de decisão e controle da corporação.



A Fertibrás, com sede em Osasco-SP, atua diretamente no segmento de produção e comercialização de fertilizantes sólidos, líquidos, foliares e micronutrientes agrícolas, além de formicidas e suplementos para nutrição animal. Ademais, essa empresa mantém participação em indústrias produtoras de matérias-primas e de produtos intermediários para a produção de fertilizantes, a exemplo da Fosfértil<sup>213</sup>, e em outras empresas, a saber: Agroceres, por meio da joint-venture Atta-Kill, e Indústria de Fertilizantes de Cubatão-IFC, juntamente com a Mosaic Fertilizantes e a Bunge Fertilizantes. As atividades em Uberaba foram iniciadas na década de 1980, com a construção de uma unidade industrial para formulação de misturas NPK, que, com ampliação de 1987, passou a produzir também no sistema de granulação. Nesse período, a Fertibrás já contava com escritórios de vendas de fertilizantes básicos (1961), que foi a primeira atividade da empresa, e duas outras unidades industriais de mistura: uma em Três Pontas-MG (1965) e outra em Osasco-SP (1977).

A Fertibrás, em 1984, adquiriu o controle acionário da Bensenex, hoje Benspar, iniciando sua produção de formicidas. Em 1990, essa empresa adquiriu uma unidade industrial da Cia. Riograndense de Adubos-CRA, em Paranaguá, assim como suas instalações em Curitiba, Toledo e Campo Grande. Com essas novas aquisições, foram acrescentadas, à sua capacidade produtiva cerca de 150 mil toneladas por ano. Em 1992, a Fertibrás associou-se ao consórcio Fertifós, com 9,4% de participação acionária e, em 1996, adquiriu, em sociedade com a Fertiza (Bunge Fertilizantes), uma unidade da Adubos Trevo em Cubatão, constituindo a Indústria de Fertilizantes de Cubatão-IFC. Seguindo a lógica das aquisições e fusões que passou a marcar o setor de fertilizantes no período pós-privatizações, a Fertibrás adquiriu, em 2000, o controle acionário da Agrofértil e da Fertimar, na região Nordeste, e, em 2002, instalou duas novas unidades misturadoras, uma em Jataí-GO (desativada) e outra em Alto Taquari-MT. Assim, a empresa, que passou por diversas reestruturações societárias, vem ampliando sua área de atuação, com novas frentes de produção e distribuição de fertilizantes, bem como de formicidas e suplementos minerais para nutrição animal, que atingem parte das regiões Centro-Sul e Nordeste e, minoritariamente, a região Norte, como retratado no Mapa

134 Com essa estrutura produtiva, a Fertibrás disponibilizou, em 2004, 915 mil toneladas de fertilizantes aos consumidores finais, o que representa 65,4% de sua capacidade produtiva e

---

<sup>138</sup> Quando do processo de privatização das estatais Fosfértil, Goiásfértil e Ultrafértil, a Fertibrás adquiriu participações no controle acionário dessas empresas.

4% do mercado de fertilizantes no país (Fertibrás, 2005)<sup>214</sup>.

Em julho de 2006, a Fertibrás, que apresentou em 2005 faturamento de 398.018 mil Reais, teve seu controle acionário adquirido pela Yara Brasil, cuja controladora é a Yara International, empresa norueguesa, que também é controladora da Adubos Trevo. Com essas aquisições, essa empresa passou a deter 12% do mercado de fertilizantes no Brasil. De fato, essa empresa vem ampliando sua presença no setor de fertilizantes brasileiro, o que inclui participação nas ações da Fosfértil, pois a Fertibrás, por participação direta e indireta, via Fertifós e Benspar, detém 15,05% dessa empresa. A Yara, contudo, manterá aberta a bandeira da Fertibrás, que, para a realização de suas atividades, conta com 12 unidades misturadoras, nove depósitos de produtos, seis escritórios regionais e nove filiais de vendas (Mapa 21). A empresa conta com uma rede de vendas própria, composta por gerentes comerciais regionais, supervisores e representantes comerciais, treinados pela própria Fertibrás. Em 2005, eram 16 gerentes regionais, que contavam com o apoio de 61 supervisores regionais e 532 representantes comerciais exclusivos, atuando em todo o território nacional.

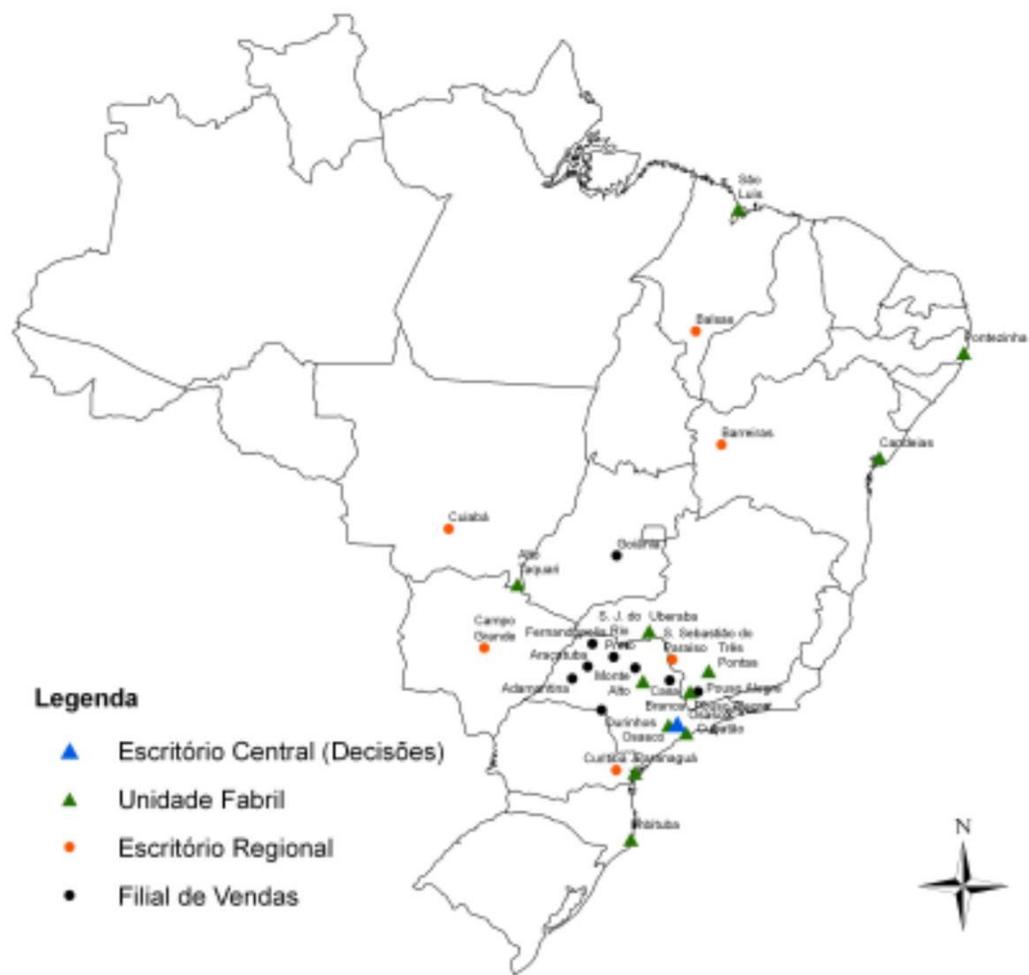
A unidade industrial de Uberaba é responsável pelo processo de mistura e granulação de matérias-primas intermediárias e de fertilizantes básicos adquiridos de fornecedores nacionais e estrangeiros<sup>215</sup>. É a principal unidade fabril da Fertibrás, apresentando alta capacidade produtiva, pois concentra 100% da produção de granulado, que é de 120.000 toneladas por ano, e 21,4% da produção de composto NPK, que é de 300.000 toneladas por ano. Nessa unidade, utiliza-se, fundamentalmente, o transporte ferroviário para o abastecimento de matérias-primas intermediárias e de fertilizante básicos e, secundariamente, o transporte rodoviário. A unidade de Uberaba está inserida na estrutura de produção e distribuição da Fertibrás, interligada por meio de uma rede privada que garante a transmissão de voz, dados e Internet. Nesse sentido, ressalta-se que não há em Uberaba poderes sobre as tomadas de decisão. As tomadas de decisões e os controles políticos e técnicos estão a cargo da Yara Brasil.

---

<sup>214</sup>O mercado nacional de fertilizantes é controlado por seis grandes empresas, a saber: Bunge Fertilizantes (33%), Fertipar (11%), Mosaic Fertilizantes (11%), Heringer (8%), Yara Brasil (8%) e Fertibrás (4%), que juntas detêm 75% desse mercado.

<sup>140</sup>A Fertibrás importa, aproximadamente, 55% das matérias-primas intermediárias usadas em suas unidades industriais misturadoras. Dentre os principais fornecedores internacionais, estão a Rússia, os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha e Israel. A Fosfértil, a Copebrás, a Bunge e a Petrobrás são os principais fornecedores nacionais de matérias-primas intermediárias e de fertilizantes básicos. Quando importados, esses produtos chegam, preferencialmente, pelos portos de Itaquí-MA, Recife-PE, Aratú-BA, Vitória-ES, Santos-SP, Paranaguá-PR e Imbituba-SC, e são transportados para as unidades industriais por meio de transporte rodoviário e ferroviário, que também atendem aos fornecedores nacionais (Fertibrás, 2005).

**MAPA 21 - Fertibrás: Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**



**Legenda**

- ▲ Escritório Central (Decisões)
- ▲ Unidade Fabril
- Escritório Regional
- Filial de Vendas



0 250 500  
Km

Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
[www.fertibras.com.br](http://www.fertibras.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

Uberaba sedia importantes unidades produtivas e de comercialização de fertilizantes, cujas interações espaciais expressam relevantes horizontalidades e verticalidades, entre unidades mineradoras, complexos industriais, escritórios e filiais de vendas, além de fluxos de importação e exportação de matérias-primas e produtos intermediários e finais. Trata-se de uma complexa espacialidade, marcada por uma ampla escala de atuação, uma vez que a indústria de fertilizantes estrutura territorialmente atividades distintas, condicionadas pelo acesso às fontes de matérias-primas e às facilidades de transporte e de comunicação. Nessa complexa espacialidade, Uberaba é apenas um respeitável nó, como retratado nos Mapas 19, 20 e 21, sem desempenhar, contudo, papel de comando sobre essas atividades, que envolvem capitais, agentes e escalas de atuação nacionais e internacionais.

A produção de máquinas e equipamentos também se destaca nessa categoria de indústrias para a agricultura. Em Uberaba, sobressai a Valmont, que produz máquinas e equipamentos para irrigação utilizados na atividade agrícola. Era uma empresa de capital nacional, a AsBrasil, fundada em 1954, na cidade de São Bernardo do Campo, que, em 1978, criou as possibilidades de participação acionária de uma multinacional de capital estadunidense, a Valmont Internacional, quando passou a produzir e montar o pivot central valmatic. A Valmont adquiriu o controle acionário da AsBrasil em 1997, quando instalou a linha de produção do pivot valley 8000, usado nos Estados Unidos. A transferência para Uberaba ocorreu em 1989, no cenário de desconcentração industrial por que passava o país, visando, principalmente, à redução dos custos com mão-de-obra e das pressões sindicais. Nesse contexto, Uberaba significou uma localização mais produtiva (Figura 34).



Figura 34 - Uberaba: complexo industrial da Valmont, 2006.

Fonte: Disponível em: <<http://www.pivotvalley.com.br/>>. Acesso em: 2006.

A unidade fabril em Uberaba concentra toda a produção de pivôs centrais, lineares e outros equipamentos para a irrigação, feita sob encomenda, bem como a comercialização, que conta com uma rede de revendedores concentrada, especialmente nas regiões Centro-Sul e

Nordeste do país, como retratado no Mapa 22. Observa-se, desse modo, o estabelecimento de circuitos espaciais, que interligam a produção e a comercialização, numa escala bastante abrangente, que inclui ainda fornecedores de matérias-primas, nacionais e internacionais. O serviço de transporte é terceirizado, geralmente em Uberaba. No entanto ressalta-se que os comandos vêm da sede da empresa nos Estados Unidos. Na espacialidade da Valmont, Uberaba desempenha apenas o papel como centro de produção.

Há outras importantes indústrias instaladas em Uberaba, dentre elas, a Satipel, a DaGranja e a Black & Decker. Estas, porém, seguem a mesma estrutura das anteriores, quer dizer, Uberaba sedia o processo produtivo, ou parte deste, e não as tomadas de decisões, de controle. As sedes dessas empresas estão, respectivamente, em Curitiba, São Paulo e Baltimore, porém suas unidades produtivas estão associadas a uma densa rede de localizações e são responsáveis pela geração de intensas interações espaciais.

A Satipel<sup>216</sup>, fabricante de chapas de madeira aglomerada ou de partículas de madeira de média densidade-MDP, especialmente para as indústrias moveleiras e de construção civil, possui dois complexos industriais: um em Taquari-RS, instalado em 1970, quando da fundação da empresa pelo Grupo Formiplac de capital nacional, cuja capacidade instalada de produção atingiu 200 mil metros cúbicos por ano, em 2006; e outro em Uberaba, onde, desde 1998, foram investidos mais de R\$ 450 milhões, de modo a ampliar capacidade instalada de produção, que, em 2006, atingiu 800 mil metros cúbicos por ano (Figura 35). A empresa conta ainda com três unidades florestais com cerca de 9 milhões de metros cúbicos de pinus e eucaliptus, em Taquari, Uberaba e Estrela do Sul, que, juntas, somam mais de 61 mil hectares. A Satipel, em 2005, atingiu faturamento de 500 milhões de Reais, estando entre as principais empresas do setor. Tanto a produção quanto a distribuição são comandadas de um escritório central em São Paulo. Este controla a produção das duas unidades fabris, das unidades florestais e os representantes de vendas localizados nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país, como retratado no Mapa 23. Assim, a Satipel distribuiu suas unidades de produção e de circulação nas regiões Sudeste e Sul do país.

---

<sup>142</sup>Em 1992, o Grupo Formiplac foi adquirido pelo Grupo Ligna, antigo Grupo Madelândia, de capital nacional. Esse último grupo atua, especialmente, na indústria madeireira, metalúrgica e no comércio varejista. Três outras empresas compõem a Ligna, Leo Madeiras, Leroy Merlin e Espaço Negócios Imobiliários.

MAPA 22 - Valmont Brasil: Estrutura Locacional da Produção e Distribuição, 2006



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
[www.pivotvalley.com.br](http://www.pivotvalley.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006



Figura 35 - Uberaba: instalações da Satipel, 2006.

Fonte: Disponível em: <<http://www.maps.google.com/>>. Acesso em: 2006.

A DaGranja Agroindustrial, fundada em 1975, na cidade de Lapa-PR, atua no setor de abate, processamento e comercialização de aves e suínos, apresentando uma complexa espacialidade. A partir da fundação, a empresa implementou notório processo de expansão: em 1982, instalou filiais de vendas em Curitiba e São Paulo; em 1985, instalou outra filial de vendas em Itajaí; em 1992, adquiriu o abatedouro Ibirapuera de Avicultura, que funcionava, desde a década de 1970, em Uberaba; em 1994, adquiriu mais um abatedouro em Passos e também uma fábrica de embutidos em São José do Rio Preto. Desse modo, a empresa passou a contar com quatro unidades de produção, como retratado no Mapa 24, que atingem capacidade produtiva de 20 mil toneladas de produtos por mês.

A comercialização, por sua vez, conta com sete filiais de vendas, situadas em Curitiba, onde se encontra também a matriz da empresa, São Paulo, onde também está o principal escritório comercial da empresa, responsável pelas exportações, Itajaí, Uberaba, Passos, São José do Rio Preto e Belo Horizonte. Essas filiais de venda comandam a distribuição de produtos em todo território brasileiro, contando com uma rede de representantes, cujo abastecimento se realiza por meio de sete centros de distribuição, situados em Porto Alegre, Arapongas, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Cariacica, Brasília e Recife (Mapa 24).

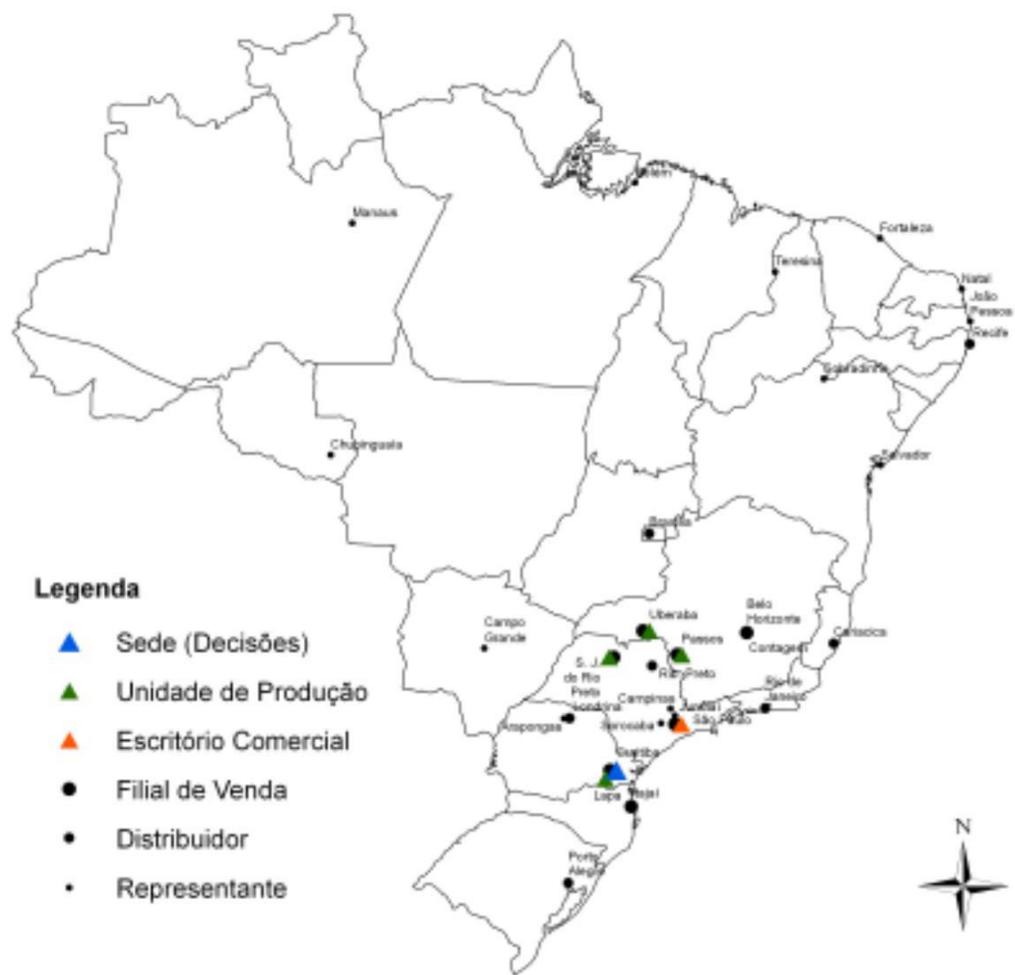
**MAPA 23 - Satipel: Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2006  
www.satipel.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

**MAPA 24 - DaGranja: Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
www.dagranja.com.br

Org: BESSA, KELLY, 2006  
Dig: SILVA, G. R. C., 2006

A trajetória da corporação global Black & Decker no Brasil foi iniciada em 1946, com a abertura de um escritório de vendas e um depósito em São Paulo. Em 1972, foi instalada a primeira fábrica em Santo André, para montar furadeiras. Uma segunda fábrica foi inaugurada em 1979, na cidade de Diadema, onde se iniciou a produção nacional de furadeiras. A transferência dessas unidades para Uberaba ocorreu em 1996 e visou, sobretudo, a uma redução nos custos operacionais e administrativos, principalmente com a mão-de-obra. Assim, a nova localização ofereceu maiores possibilidades para a acumulação de capitais (Figura 36). A unidade de Uberaba passou a produzir ferramentas elétricas de uso doméstico e profissional, que levam a marca DeWalt, eletroportáteis e duas novas linhas de produtos, uma de fechaduras e cadeados e outra de metais sanitários e acessórios. Ressalta-se que essa empresa atingiu, em 2006, faturamento 350 milhões de Reais.



Figura 36 - Uberaba: instalações da Black & Decker, 2006.  
Fonte: Disponível em: <<http://www.bdhobby.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Essa unidade fabril da Black & Decker, sediada em Uberaba, está diretamente vinculada à matriz em Baltimore, nos Estados Unidos, fundada em 1910<sup>217</sup>. No Brasil, a Black & Decker conta com uma estrutura de distribuição simplificada, uma vez que são apenas duas filiais de vendas, uma, em São Paulo, e outra, no Rio de Janeiro, comandando uma rede de representantes que atende à demanda no território nacional e na América Latina. Ademais, conta com os serviços do atacadista-distribuidor Martins, sediado em Uberlândia. O Mapa 25 mostra a real abrangência desse circuito espacial da produção e da distribuição no Brasil, cujos primeiros fluxos são iniciados em Uberaba e, posteriormente, seguem para São Paulo e Rio de Janeiro, que controlam a distribuição dos produtos. A espacialidade da Black & Decker exemplifica como as metrópoles

<sup>217</sup> A Black & Decker conta com 17 fábricas sediadas em diversos países, produz 550 produtos diferentes e mais de 2.600 tipos de acessórios, participando de amplos circuitos de produção e de respeitáveis círculos de cooperação.

controlam atividades localizadas externamente a elas.

Em Uberaba, desenvolveram-se alguns importantes segmentos industriais associados à produção de insumos e implementos, relacionados com as matérias-primas regionais, e de máquinas e equipamentos para a demanda da agropecuária modernizada, assim como de produtos intermediários para as próprias agroindústrias, numa lógica conveniente ao complexo agroindustrial. O que confirma a existência de circuitos produtivos abrangentes, controlados e geridos por corporações nacionais e globais, que impõem suas políticas e lógicas territoriais, como ainda comandam os circuitos espaciais da produção. O controle e as tomadas de decisão sobre o funcionamento dessas atividades estão concentrados nas sedes dessas empresas, por meio de formas organizacionais, que interligam as filiais nos diversos países e nas diversas regiões. De fato, os controles se desatam ou se desamarram dos lugares de produção para se concentrar nos centros de comando, nos centros de gestão da produção e do território, onde estão sediados os escritórios centrais dessas corporações, criando, como assinala Silveira (1999, p.303), ...solidariedades verticais entre as regiões comandadas e os centros de emissão das ordens. Trata-se de exterioridades, que removem as especificidades do lugar, posto que este mantém relações de verticalidade com outros lugares, mas com o beneficiamento dos atores externos em prejuízo dos internos. Como explica Corrêa (2002, p.73), é um indicativo de ...produção de valor e mais-valia externamente controlados.

Porém a análise aponta que a presença das unidades produtivas tem importante peso na vida econômica de Uberaba, mormente no que diz respeito à geração de empregos diretos e indiretos, de renda e de impostos, o inverso, contudo, não é necessariamente uma verdade absoluta. Ademais, por meio dessas unidades fabris, Uberaba participa das diversas lógicas espaciais que presidem o funcionamento dessas empresas. Esse centro insere-se nos circuitos produtivos e, até mesmo, nos circuitos de comercialização, bem como nos fluxos exógenos que essas empresas criam e dos seus ciclos de reprodução de capital, havendo, portanto, ganhos para o lugar. Por outro lado, essas corporações possuem importante poder político e econômico, o que garante seu papel como gestores do território, por meio de práticas espaciais, na maioria das vezes, alheias às necessidades dos lugares. Em realidade, essas empresas, em decorrência de um contexto cada vez mais intenso de competitividade, não são sensíveis às necessidades locais, notadamente com relação à geração de empregos, de rendas e de receita tributáveis. Essas corporações atuam de forma impositiva e, até mesmo, extorsiva, quando não têm suas demandas atendidas, uma vez que, de acordo com aponta Corrêa (1991, p.139), possuem um ...enorme poder de pressão econômica e política.

**MAPA 25**  
**Black & Decker Brasil: Estrutura Locacional da Produção e da Distribuição, 2006**



Fonte: Pesquisa direta, 2004-2006  
[www.bd hobby.com.br](http://www.bd hobby.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006

## 8.5 - Urbanização e terciarização como vetor de divergência entre Uberaba e Uberlândia

A expressividade do processo de urbanização coloca em evidência a estrutura dimensional dos centros contidos em uma determinada rede urbana, que passa a ser dado fundamental para tornar compreensível o grau de concentração e de dispersão da população e das atividades, como aponta Corrêa (2004). No Triângulo Mineiro, há uma ampliação do fenômeno urbano e da terciarização, alterando, substancialmente, o mecanismo e o padrão territorial da oferta e da demanda de bens e serviços públicos e privados. O aumento e a diversificação do consumo também são dados relevantes, tanto do consumo consumptivo, que se esgota em si mesmo, quanto do consumo produtivo, essencialmente relacionado com as demandas do campo modernizado e das agroindústrias. Como sugere Santos (1993, p.50),

...há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa.

As mudanças verificadas a partir de 1970 introduziram maior complexidade ao segmento da rede urbana triangulina, em particular, pela especialização de algumas atividades, pelo aumento funcional de seus centros e pela intensificação das interações espaciais, marcadas pela sobreposição entre fluxos, predominantemente, regionais e fluxos de longa distância.

Os dados, entretanto, evidenciam a importância crescente de Uberlândia, que se destacou dos demais centros da região, pelo acúmulo de população, especialmente de população urbana, como também pelo acúmulo de funções urbanas. Nesse caso específico, o efeito do tamanho teve papel respeitável na divisão territorial do trabalho, posto que Uberlândia passou a abrigar uma gama mais variada e densa de atividades, resultando no estabelecimento de um verdadeiro complexo funcional urbano, capaz de atender à sua própria demanda local e à demanda de sua região.

### 8.5.1 - Aceleração e qualificação do processo de urbanização

No Triângulo Mineiro, o incremento da população urbana tornou-se evidente a partir da década de 1970 e 1980, quando o movimento foi, praticamente, geral em todo o território

nacional<sup>218</sup>. De fato, a implantação de novas atividades e a expansão das especializações produtivas ocasionaram um acelerado processo de urbanização e de ampliação do fenômeno urbano, com conseqüências determinantes ao processo de re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Como assevera George, citado por Silveira (1999, p.348), ...o crescimento urbano é, em primeiro lugar, concentração numérica de população; é também todo um conjunto de conseqüências dessa concentração numérica, formas novas de ocupação do espaço, novas formas nas relações econômicas e sociais, isto é, um conjunto de mutações qualitativas.

Segundo dados da Fundação IBGE (2000), a população urbana dessa região passou de 629.987 habitantes, em 1970, para 1.662.093 habitantes, em 2000, o que corresponde a um incremento de 163,8%, como retratado na Tabela 27. De fato, a população urbana passa a ser dado fundamental para a região, uma vez que, em 1970, a taxa de urbanização era de 57,5% e atingiu 89,1%, em 2000. Em 1970, a região concentrava 10,4% da população urbana de Minas Gerais e passou a concentrar, em 2000, 11,4% (IBGE, 1970-2000). No que tange aos percentuais da população total, os dados, entre 1970 e 2000, indicam que o Triângulo Mineiro teve, como resultado de processos migratórios e de crescimento populacional interno, sua dimensão demográfica ampliada, visto que apresentou incremento populacional de 70,4%. Em 1970, tinha 1.095.170 habitantes e, em 2000, reuniu 1.865.652 habitantes, o que corresponde a um acréscimo de 770.482 novos habitantes (IBGE, 1970-2000). A Tabela 27 retrata esse processo de evolução da participação do Triângulo Mineiro na população total e urbana do estado mineiro.

Em termos gerais, os dados demográficos, analisados segundo faixas de tamanho populacional, revelam que os índices de crescimento foram maiores nos municípios acima de 100.001 habitantes, apesar de estes representarem apenas 6,0% do número de municípios da região, já que, ao longo dos últimos 30 anos, sua proporção no total populacional da região saltou de 22,8%, em 1970, para 52,3%, em 2000, o que corresponde a uma evolução de 291,9%, isto é, um incremento de 727.285 habitantes (IBGE, 1970-2000). No outro extremo, estão os municípios com menos de 20.000 habitantes, que, em função de decréscimos nas taxas de crescimento populacional, tiveram sua participação no conjunto total da população da região reduzida de 32,9%, em 1970, para 19,1%, em 2000, embora representem 74,3% do

---

<sup>218</sup> O Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991) trouxe importantes revelações com relação à dinâmica demográfica brasileira, que foram, recentemente, confirmadas pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000). Dentre as principais mudanças, destacam-se a continuidade da queda das taxas de fecundidade e, conseqüentemente, do ritmo de crescimento populacional, quando comparadas às décadas anteriores; e o caráter eminentemente urbano da população brasileira, resultando, por conseguinte, em taxas elevadas de população urbana, o que implica mudanças no sistema urbano.

número de municípios (IBGE, 1970-2000). Em uma posição intermediária, encontram-se os municípios entre 20.001 e 100.000 habitantes, que, apesar da diminuição de sua participação no total populacional da região, redução de 44,3%, em 1970, para 28,6%, em 2000, registraram incremento populacional de 9,9%. Nessa faixa de tamanho populacional, encontram-se 19,7% do número total dos municípios da região (IBGE, 1970-2000). Esse processo de decréscimo nas taxas de crescimento dos municípios com menos de 20.000 e daqueles entre 20.001 e 100.000 demonstra uma aceleração do movimento migratório na região, evidenciado pela emigração de populacional desses centros rumo aos centros de porte médio, dentre outros (Anexo 7).

No que se refere à população rural, verifica-se uma redução expressiva, visto que o acelerado processo de urbanização foi também incrementado em função da transferência de população do campo para as cidades. A população rural no Triângulo Mineiro diminuiu - 56,2%, no período entre os anos de 1970 e 2000, sendo essa redução superior a do Estado, que foi de -40,8%. Em 1970, o percentual de população rural era de 42,5% (465.183 habitantes) e decaiu para 10,9% (203.559 habitantes), em 2000 (Tabela 27). Cumpre notar que a mecanização do campo contribuiu para a queda da participação da população rural na população total da região. Assim, contrariamente à conjuntura do segmento urbano, no caso da população rural regional, ocorre uma diminuição importante no total de população rural do Estado, visto que, em 1970, a participação foi de 8,6% e decaiu para 6,3%, em 2000, conforme os dados da Fundação IBGE (1970-2000).

O Triângulo Mineiro reflete diferenças expressivas segundo o tamanho populacional de seus municípios. No período entre 1970 e 2000, os dados comprovam que ocorreu um processo de concentração nos municípios com tamanho populacional acima de 100.001 habitantes e de esvaziamento populacional dos municípios menores, exceto para aqueles que exercem algum tipo de influência local ou regional, as chamadas cidades locais. Os dados comprovam também um esvaziamento do campo, tendo em vista que todas as cidades apresentaram avanços consideráveis no processo de urbanização, sendo Araxá e Uberlândia as mais urbanizadas da região, com cerca de 98,4% e 97,6% de população urbana, respectivamente (IBGE, 2000).

A população representa, portanto, dado fundamental de diferenciação entre Uberaba e Uberlândia. Em 1970, seus municípios possuíam praticamente a mesma população, 124.490 e 124.895 habitantes, respectivamente, como evidenciam os dados da Tabela 28. No período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000, Uberlândia apresentou a maior taxa de

crescimento populacional da região, 300,7%, reunindo, em 2000, 500.488 habitantes, quer dizer, sua população total quadruplicou, ao passo que Uberaba registrou crescimento bem mais discreto, 101,8%, atingindo, em 2000, 251.159 habitantes. Soares (1995, p.261), parodiando com relação aos desníveis de crescimento demográfico na região, afirmou que Uberlândia ...foi o buraco negro voraz, que atraiu e aglutinou parcelas expressivas da população regional. Tal realidade continua, posto que a Fundação IBGE (2006) estima que Uberlândia atingiu, em 2006, 600.368 habitantes, o que corresponde a 20,0% de incremento em relação a 2000, enquanto que Uberaba atingiu 285.094 habitantes, o que equivale a 13,5% de crescimento em relação a 2000. Os fatores precedentes, diretamente relacionados com a relativa ascensão de Uberlândia e o relativo declínio de Uberaba, transformaram a orientação e o sentido das migrações. As condições presentes em Uberlândia, sobretudo, as associadas aos capitais locais e à presença de uma estrutura de transporte favoravelmente convergente, não se reproduziram nos outros centros triangulinos e, por isso, a migração para esse centro foi mais expressiva.

As taxas de urbanização são bastante elevadas tanto para Uberaba quanto para Uberlândia, em 2000, atingiram 96,9% e 97,6%, respectivamente. Desde a década de 1970, essas taxas mostraram-se expressivas nesses centros urbanos, como retratado a Tabela 29. Essas populações, contudo, passaram a exigir uma gama de comércio e de serviços em quantidade e frequência maiores, assim como em qualidade, em especial, pelos elevados níveis de renda de parcelas dessa população, apesar de relativamente pequenas ante a população total.

#### 8.5.2 - Terciarização e consumo

As atividades terciárias, no contexto da composição funcional dos centros urbanos, estão tradicionalmente associadas à estrutura dimensional local e da hinterlândia, bem como à definição da divisão territorial do trabalho entre os centros de uma mesma rede urbana, na qual sobressaem dois mecanismos econômicos básicos - competição e cooperação, ainda que a importância de um ou de outro varie de centro para centro, como também de atividade para atividade. Dessa maneira, a terciarização também passa a ser dado fundamental para tornar inteligível o processo de re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, pois expressa um movimento simultâneo de esvaziamento e de preenchimento de funções do centro regional.

Tabela 28 - Triângulo Mineiro: evolução da população urbana, rural e total, 1970-2000

População	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba					Minas Gerais					Participação junto ao Estado	
	1970		2000		Evolução 1970-00	1970		2000		Evolução 1970-00	1970	2000
	População	%	População	%		População	%	População	%			
Pop. urbana	629.987	57,5	1.662.093	89,1	163,8%	6.060.300	52,8	14.623.990	82,0	141,3%	10,4%	11,4%
Pop. rural	465.183	42,5	203.559	10,9	-56,2%	5.427.115	47,2	3.211.498	18,0	-40,8%	8,6%	6,3%
Pop. total	1.095.170	100,0	1.865.652	100,0	70,4%	11.487.415	100,0	17.835.488	100,0	55,3%	9,5%	10,5%

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 29 - Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos principais municípios, 1970-2000

Cidades	1970	1980	Evolução 1970-80 (%)	1991	Evolução 1980-91 (%)	2000	Evolução 1991-00 (%)	Evolução total 1970-00 (%)
Araguari	63.368	85.290	34,6	91.202	6,9	101.935	11,8	60,9
Ituiutaba	64.656	75.919	17,4	84.581	11,4	88.823	5,0	37,4
Patos de Minas	76.211	88.802	16,5	102.766	15,7	123.708	20,4	62,3
Uberaba	124.490	202.710	62,8	211.356	4,3	251.159	18,8	101,8
Uberlândia	124.895	241.180	93,1	366.729	52,1	500.488	36,5	300,7
Total	388.964	617.982	58,9	772.053	24,9	977.290	26,6	151,3

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2007.

Tabela 30 - Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos principais centros, 1970-2000

Cidades	1970	1980	1991	2000
Araguari	78,5	88,9	89,9	91,0
Ituiutaba	72,9	87,8	92,5	94,1
Patos de Minas	58,9	73,5	84,9	89,9
Uberaba	87,0	91,6	94,7	96,9
Uberlândia	89,4	96,1	97,6	97,6

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2007.

Contudo os novos contornos dessas atividades demonstram, além do admirável incremento dos últimos anos, mudanças qualitativas pouco percebidas, uma vez que os dados estatísticos disponíveis não dão conta da real dimensão dessas mudanças. Os contornos atuais revelam o surgimento de novas atividades terciárias, que escapam às classificações mais tradicionais, mas que corroboram para ampliar as funções das cidades, principalmente das cidades regionais. Veja-se o exemplo da produção agropecuária e agroindustrial, que exige para sua plena realização o uso intensificado de novos produtos (insumos, máquinas e equipamentos), além de uma gama variada de serviços especializados, que, por sua vez, atraem trabalho qualificado (técnicos agrícolas, veterinários, agrônomos, engenheiros, transportes eficientes, consultores, dentre outros), revelando que ambas se encontram integralmente associadas ao complexo funcional urbano, posto que os centros são chamados a responder às demandas crescentes desses dois setores. Santos (1993) reconhece esse tipo de consumo que implica a distribuição de bens e serviços relacionada com o desenvolvimento das atividades agropecuárias e agroindustriais, como consumo produtivo. Há, de fato, nas áreas de modernização do campo, um forte atrelamento de atividades, formando verdadeiros circuitos espaciais, pois se desenvolvem atividades de distribuição de bens e serviços que são precedentes à produção material em si<sup>219</sup>. De acordo com Santos (1993), especialmente nas áreas que participaram de forma mais complexa do processo de modernização do campo, a cidade transformou-se no local da regulação da produção agropecuária, seja porque seus produtos são consumidos ou processados no urbano, seja porque a própria agropecuária gera especializações de atividades no urbano.

Tanto em Uberaba quanto em Uberlândia cresce de modo inegável o número de empresas especializadas no oferecimento de produtos e serviços para atender às demandas das atividades agropecuárias. Há várias empresas comerciais, sobretudo relacionadas com a comercialização de adubos e fertilizantes, defensivos, sementes, mudas, equipamentos e maquinário agrícolas. Há também as empresas especializadas em oferecer serviços de informação técnica e econômica para o setor da agropecuária, bem como as empresas de consultorias diversas, de assistência técnica, dentre outras. Sobressaem, obviamente, as atividades dirigidas à pecuária, mormente as relacionadas com o aprimoramento genético,

---

<sup>219</sup>De acordo com Elias (2003, p.189/p.191), ...a modernização agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material - agrícola e industrial -, mas foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não material. A autora segue afirmando que ...uma parte importante do comércio e da prestação de serviços tem-se especializado em suprir as necessidades de cada produto agrícola e agroindustrial, que demandam quantidades e qualidades precisas de insumos materiais e intelectuais.

como já exposto, à avicultura e à suinocultura, como ainda as atividades dirigidas à produção de grãos. Desse modo, reforçam-se os seus papéis regionais com o apoio a esse campo moderno.

Concomitantemente, ocorre também a expansão e modernização do comércio varejista, inclusive com a instalação de centros comerciais associados às modernas formas de consumo, dentre os quais, destacam-se os supermercados, os hipermercados e os shopping centers. A partir dos anos 1960, vários supermercados instalaram-se em ambas as cidades. Dentre esses, incluíam-se aqueles pertencentes às principais redes nacionais, que se estabeleceram em Uberlândia, a saber: Casas Alô-Brasil, Pão de Açúcar e Lojas Americanas<sup>220</sup>. No início dos anos de 1990, foram inaugurados os hipermercados das cadeias Makro e Carrefour, também em Uberlândia. Atualmente, há nessas cidades empreendimentos Carrefour e também supermercados da rede mineira Bretas, que é a maior do Estado de Minas Gerais<sup>221</sup>. Além desses, há outros supermercados de bairro, vinculados aos capitais locais. Cumpre destacar as redes de supermercados Smart e Valor, associadas, respectivamente, aos atacadistas-distribuidores Martins e Peixoto, que, numa clara estratégia de diversificação de suas atividades, passaram a atuar no segmento varejista.

Em 1987, foi inaugurado o primeiro shopping center da região, o Ubershopping, em Uberlândia<sup>222</sup>. No ano de 1992, foi inaugurado, junto às instalações do Carrefour, o Center Shopping Empreendimentos Ltda., investimento do atacadista-distribuidor Arcom<sup>223</sup>. Este, como todo shopping center, transformou-se em centro de compras, serviços e lazer, contado com 210 lojas, com lojas tipo âncoras, a exemplo da Renner e da C&A, com lojas de departamento, veja-se o exemplo do Magazine Luiza, Ricardo Elétrô, dentre outras, com 10 salas de cinemas, com praça de alimentação, com a presença das multinacionais McDonald's e Bob's, com escolas de língua e informática, com academias de ginástica e outras formas de lazer, entre elas bares, boates, boliches, parque de diversões. Composto tais instalações há uma grande área para o estacionamento de automóveis<sup>224</sup>. Na estrutura comercial de Uberaba, desenvolveram-se várias galerias de lojas na área central, e o Uberaba Shopping foi instalado em 1998, estando relacionados com os capitais locais. Juntamente com a instalação de

---

<sup>220</sup> Desses empreendimentos, apenas as Lojas Americanas permaneceram na cidade.

<sup>221</sup> O hipermercado Carrefour instalou-se em Uberaba apenas em 2006.

<sup>222</sup> O Ubershopping foi desativado e, atualmente, suas instalações são utilizadas pelo Instituto Politécnico de Uberlândia-FPU.

<sup>223</sup> Trata-se de um investimento que se originou da acumulação de capital com o comércio atacadista-distribuidor.

<sup>224</sup> Vale ressaltar que uma das principais características dos shopping centers é sua associação com o transporte individual.

supermercados e shopping centers, tem-se a implantação de outros centros de compras associados às formas modernas de distribuição de mercadorias, dentre estes, estão as lojas de vizinhança, localizadas nos bairros, e as lojas de conveniência, nas principais vias de circulação, geralmente, associadas aos postos de abastecimento de combustíveis. Esses empreendimentos estão, em geral, vinculados aos capitais locais, demonstrando a capacidade de investimento e a diversificação dos grupos empresariais, que redirecionam seus capitais para o varejo e a prestação de serviços.

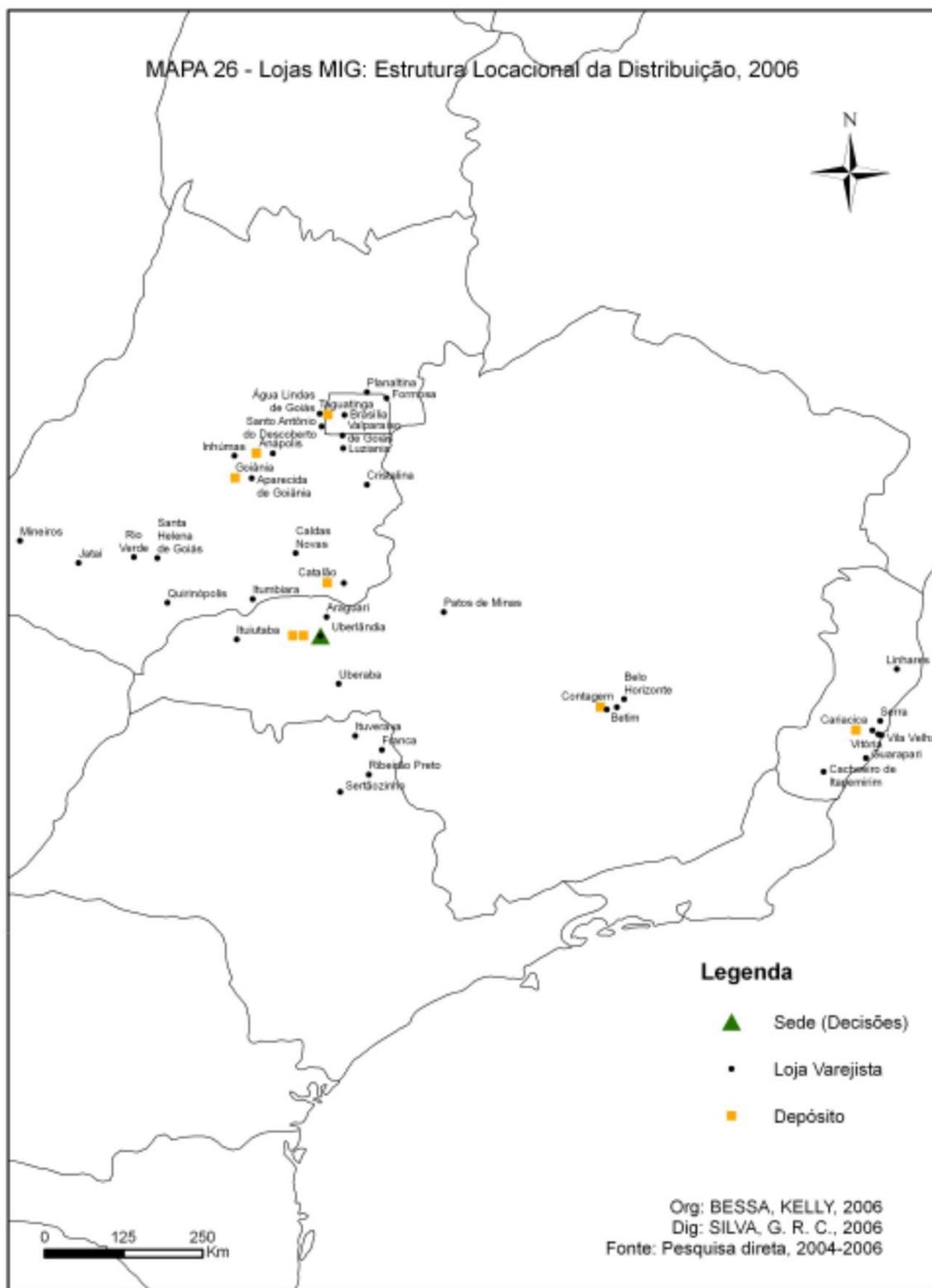
O setor de serviços, notadamente, conhece novos patamares pela presença de empresas de consultorias e assessorias, incluindo-se também as agências de publicidade e marketing, responsáveis, em grande parte, pela expansão do consumo, bem como de firmas relacionadas com o processo de terceirização implantado por empresas de médio e grande porte, que terceirizam os serviços de transporte, de segurança, de limpeza, de contabilidade, dentre outros. Observa-se uma diversificação dos serviços, possibilitando o surgimento de múltiplas firmas locais. Numa relação de causa e efeito, são responsáveis pelo aumento do consumo, quer dizer, criam uma demanda crescente e diversificada de comércio e também de outros tipos de serviços. Veja-se a expansão dos serviços associados à circulação material e não-material, bem como a expansão dos hipermercados, dos shopping centers, das lojas de conveniências, dos fast-foods, dentre outras formas modernas de comércio e prestação de serviços.

Assim, tem-se, nessas cidades, a expansão de atividades complementares e de serviços de apoio, sobretudo, os setores financeiros, de transporte de carga e de passageiros, de comunicação e de informação, de armazenamento e depósito, de hotelaria, além daqueles ligados à saúde, à educação, à cultura, ao turismo, à diversão, dentre outros que estão ligados à complexidade e ao desempenho da economia regional. Uberaba, todavia, apresenta um perfil urbano menos concentrado. Uberlândia, por sua vez, possui um terciário amplo e variado, estando diretamente vinculado à nova divisão territorial do trabalho, atendendo, inclusive, às exigências das corporações nacionais e globais sediadas na cidade. Dessa maneira, garante-se o atendimento das demandas locais, amplamente diversificadas, e também das demandas regionais, que concorrem para estruturar um amplo espaço regional, visto que, com uma concentração de atividades mais densa, a cidade passa a cooperar e a concorrer com as funções e as áreas de influência de outros centros, a exemplo de Goiânia, Belo Horizonte, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Cumprir registrar que essas atividades estão, em grande parte, relacionadas com os capitais locais, expressando o dinamismo dos empreendimentos na cidade. O vigoroso processo de expansão das Lojas Mig exemplifica bem a condição empreendedora dos empresários uberlandenses. Trata-se de uma rede de lojas varejista do segmento de móveis e eletrodomésticos, cujas origens estão associadas à expansão do capital comercial na região. As atividades foram iniciadas em 1949, quando Carlos Saraiva e Guilherme Dorça abriram um armazém de secos e molhados em Uberlândia. Esses empresários migraram gradativamente para a linha de aparelhos domésticos, artigos de presente, cama, mesa e banho, móveis e brinquedos, assim como deram início à expansão espacial da empresa, instalando filiais em Araguari, Ituiutaba, Itumbiara, Rio Verde, Anápolis, Goiânia e Brasília. Atualmente, são 73 lojas e oito depósitos presentes nos estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e no Distrito Federal, como retratado no Mapa 26, responsáveis pela criação de inúmeros fluxos materiais e não-materiais, controlados pela sede da empresa, em Uberlândia.

Essa empresa obteve, nos últimos anos, sucesso num segmento altamente competitivo e povoado por cadeias de lojas tradicionais e de porte relativamente grande, que, inclusive, possuem filiais em Uberlândia, a exemplo das Casas Bahia, do Ponto Frio, das Lojas Americanas, das Casas Pernambuncas, do Magazine Luiza, dentre outras. Tal sucesso é justificado pela capacidade da empresa em acompanhar as mudanças do mercado e de renovar sua estrutura organizacional, e pela eficácia de suas práticas de comercialização e de suas campanhas publicitárias, que conquistaram consumidores e asseguraram sua permanência nesse contexto competitivo.

Paralelamente à expansão desse terciário qualificado, há uma resignificação da prestação dos serviços de saúde e de educação, marcadamente pelo conflito entre o público e privado, como também do setor financeiro, que passa a representar nexos fundamentais pela ampliação e diversificação de seus serviços.



## a) A saúde

Dentre os vários setores da prestação de serviços sobressaem aqueles relacionados com a saúde, uma vez que esses aumentaram significativamente e são capazes de gerar importantes horizontalidades. Ressalta-se que Uberaba, desde meados da década de 1980, passou a ser respeitável referência nesse segmento, distinguindo-se dos demais centros por concentrar hospitais e serviços associados ao atendimento médico-hospitalar. Em Uberaba, o Hospital Escola da Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFMT, inaugurado em 1982, possui uma referência regional bastante ampla. Uberlândia, contudo, apresentou incremento considerável na quantidade e na qualidade dos serviços prestados, seja na rede pública, seja na rede privada. O Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia-UFU é também referência para toda a região e áreas adjacentes. Esses dois centros são referências regionais do ponto de vista da saúde, visto que atendem à população regional num raio de aproximadamente 200 quilômetros, o que garante participação de destaque no sistema de saúde do Estado de Minas Gerais.

Quadro 7 - Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos de prestação de serviços de saúde em Uberaba e Uberlândia, 2005

Estabelecimentos	Uberaba	Uberlândia
Estabelecimentos de Saúde	129	198
<input type="checkbox"/> Públicos	81	64
Federal	1	5
Estadual	1	2
Municipal	79	57
<input type="checkbox"/> Privados	48	134
Com atendimento pelo SUS	17	25
Estabelecimentos de Saúde com internação	13	17
<input type="checkbox"/> públicos	1	1
<input type="checkbox"/> privados	12	16
Com atendimento pelo SUS	10	11
Estabelecimentos de Saúde sem internação	93	118
<input type="checkbox"/> públicos	78	60
<input type="checkbox"/> privados	15	58
Estabelecimentos de saúde ambulatorial	106	128
Com atendimento pelo SUS	88	70
Leitos	1.005	1.170
Leitos disponíveis ao SUS	793	726
Internações	60.000	53.291

Fonte: IBGE. Cidades@ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 2006. Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

As informações do Quadro 7 retratam os números dos estabelecimentos e da prestação de serviços de saúde em Uberaba e em Uberlândia, que totalizavam, respectivamente, 129 e 198 estabelecimentos, em 2005. Observa-se que o atendimento médio-hospitalar em Uberaba

contava com 1.005 leitos gerais e especializados, dos quais 793 leitos estavam disponíveis ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde-SUS (Uberaba em Dados, 2006). Eram 13 estabelecimentos de saúde com internação, que, em 2005, registraram cerca de 60.000 internações (IBGE, 2005. Uberaba em Dados, 2006). Dentre os hospitais uberabenses, sobressaem o Hospital Escola da UFTM e o Hospital Universitário da Universidade de Uberaba-Uniube, ambos com atendimento pelo SUS e com nível assistencial de média e alta complexidade, atendendo a todas as especialidades. Ademais, existem outros 93 estabelecimentos de saúde sem internação, dentre os quais se destacam 35 Unidades Básicas de Saúde-UBS (28 UBS urbanas e sete UBS rurais) e dois ambulatórios de pronto atendimento, cujas gestões cabem à Secretaria Municipal de Saúde (IBGE, Cidades@, 2005. Uberaba em Dados, 2006).

A saúde em Uberlândia contava com 1.170 leitos gerais e especializados, dos quais 726 leitos estavam disponíveis ao atendimento pelo SUS (BDI, 2006). Eram 17 estabelecimentos com internação, que, em 2005, registraram 53.291 internações (IBGE, Cidades@, 2005. BDI, 2006). Dentre os hospitais uberlandenses, destaca-se o Hospital de Clínicas da UFU, com nível assistencial de média e alta complexidade, atendendo a todas as especialidades. Além desses, Uberlândia conta ainda com sete Unidades de Atendimento Integrado-UAI e com 13 Unidades Básicas de Saúde-UBS (nove UBS urbanas e quatro UBS rurais), dentre outros, que totalizam 118 estabelecimentos de saúde sem internação (IBGE, 2005. BDI, 2006). Cabe comentar que, nos dados apresentados no Quadro 7, não foram contabilizados os consultórios isolados, os serviços odontológicos e as farmácias. A saúde privada cresce de modo significativo, com relativa qualidade de seus equipamentos e de seu quadro de profissionais, porém com nível assistencial de média complexidade, cujas principais especialidades são ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica médica, cirurgia e cardiologia.

Atualmente, esses estabelecimentos médico-hospitalares possuem equipamentos e especialidades antes presentes apenas nos principais centros do país. Existem aparelhos de alta tecnologia, dentre eles, equipamentos radiológicos, ultrasonográficos, eletrocardiográficos, ecocardiográficos, gastroenterológicos, eletroencefalográficos, hemodinâmicos, patológicos e de análises clínicas. Tanto o Hospital Escola de Uberaba como o Hospital de Clínicas de Uberlândia são habilitados para a realização de procedimentos de

alta complexidade, dentre os quais se destacam a cardiologia<sup>225</sup>, os transplantes, as neurocirurgias, os tratamentos oncológicos, com destaque para o Hospital do Câncer de Uberlândia, e os tratamentos de doenças tropicais, sobretudo no Hospital Escola de Uberaba.

A despeito da capacidade e da qualidade dessa prestação de serviço médico-hospitalar, cumpre salientar que a crise geral que atinge esse setor, principalmente a saúde pública, penaliza o atendimento nessas cidades, atingindo, conseqüentemente, o atendimento na região. A mídia local registra diuturnamente a penúria dos hospitais e das unidades de atendimento públicos, bem como as reivindicações para a construção de hospitais municipais, tanto em Uberaba como em Uberlândia.

#### b) O ensino

A expansão e a diversificação dos serviços vinculados ao ensino e à educação no Triângulo Mineiro, sobretudo em Uberaba e em Uberlândia, seguem uma tendência geral mais ampla, que associou crescimento e desenvolvimento econômico com instrução formal, mas não necessariamente com mudança social. Nessa perspectiva, ocorreu nessas cidades importante crescimento das instituições de ensino em todos os níveis, quer dizer, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo os cursos de pós-graduação, além dos cursos de formação profissional de nível técnico e semi-profissionalizante, como resultado de um processo de mercantilização da educação.

De fato, tanto Uberaba quanto Uberlândia passaram a contar com uma respeitável rede de ensino em níveis municipal, estadual, federal e particular, como observado no Quadro 8. Os dados referentes ao número de escolas, matrículas e docentes, especialmente, nos níveis de ensino pré-escolar, fundamental e médio, evidenciam maior concentração em Uberlândia. Todavia tal concentração está basicamente associada ao contingente populacional, que é duas vezes maior em Uberlândia. Contudo é a expansão do ensino superior e dos cursos de pós-graduação que retrata bem o processo de distinção entre Uberaba e Uberlândia. Em 1992, havia quatro instituições de ensino superior em Uberaba - Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro, Faculdade de Zootecnia de Uberaba-FAZU e Universidade de Uberaba-Uniube, e apenas duas em Uberlândia - Universidade Federal de Uberlândia-UFU e Faculdades Integradas do Triângulo

---

<sup>225</sup> Em 2005, o então Ministro da Saúde autorizou aumento de 4,5 milhões de Reais nos repasses destinados à realização de cirurgias cardíacas pelo Hospital de Clínicas de Uberlândia.

(hoje Centro Universitário do Triângulo-Unitri). Em 2005, havia quatro novas instituições de ensino superior em Uberaba - Universidade do Norte do Paraná-Unopar, Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberaba-Unipac, o Centro de Ensino Superior de Uberaba-Cesube e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba-Cefet, totalizando oito instituições, das quais três eram públicas e cinco eram privadas; e seis novas instituições em Uberlândia - União Educacional de Minas Gerais-Uniminas, Instituto Politécnico de Uberlândia-FPU, Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia-Unipac, Universidade de Uberaba-Uniube, Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação-Esamc e Faculdade Católica de Uberlândia, totalizando oito instituições de ensino superior, das quais uma era pública e as outras sete eram privadas, como retratado no Quadro 8.

Quadro 8 - Triângulo Mineiro: número de estabelecimentos de prestação de serviços de educação em Uberaba e Uberlândia, 2005

Estabelecimentos	Uberaba			Uberlândia		
	Escolas	Matrículas	Docentes	Escolas	Matrículas	Docentes
Ensino pré-escolar	58	4.921	315	112	13.546	1.049
□ escola pública federal	--	--	--	1	224	16
□ escola pública municipal	20	2.489	142	39	9.996	726
□ escola privada	38	2.432	173	72	3.326	307
Ensino fundamental	101	44.359	2.612	186	87.794	5.405
□ escola pública estadual	35	17.493	874	63	36.154	1.698
□ escola pública federal	--	--	--	1	605	92
□ escola pública municipal	29	20.679	1.158	45	41.815	2.672
□ escola privada	37	6.187	580	77	9.220	943
Ensino médio	37	15.678	863	48	29.208	1.507
□ escola pública estadual	20	12.035	529	24	22.831	931
□ escola pública federal	1	268	22	1	296	35
□ escola privada	16	3.375	312	23	6.081	541
Ensino superior	8	13.649	1.001	8	31.854	1.874
□ escola pública federal	3	849	175	1	11.967	1.079
□ escola privada	5	12.800	826	7	19.887	795

Fonte: IBGE. Cidades@ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 2006. Uberaba em Dados, 2006. BDI, 2006. Organização: BESSA, 2007.

A crescente demanda por cursos superiores promoveu a instalação de importantes faculdades e institutos privados, que passaram a contar com número respeitável de alunos que, em 2005, totalizaram 12.800 em Uberaba e 19.887 em Uberlândia. Ressalta-se que algumas dessas instituições receberam, inclusive, o reconhecimento do MEC para se transformarem em universidades, a exemplo da Universidade de Uberaba-Uniube, com campus em Uberaba e Uberlândia, e do Centro Universitário do Triângulo-Unitri, com campus em Uberlândia e Araguari. Essas instituições de nível superior têm atraído um número crescente de estudantes, oriundos de toda a região triangulina, das áreas circunvizinhas e de outros estados, sobretudo

Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em realidade, ambas as cidades transformaram-se em importantes centros universitários, reunindo, contingente significativo de estudantes universitários, que, em 2005, atingiram 13.649 estudantes em Uberaba e 31.854 estudantes em Uberlândia (Quadro 8).

O destaque, no entanto, fica a cargo das instituições públicas de nível superior: a Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFMT e a Universidade Federal de Uberlândia. A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro foi criada em 1953, por iniciativa do Deputado Mário Palmério<sup>226</sup>, e federalizada em 1960. O crescimento dessa faculdade foi discreto, particularmente pela escolha da especialização na área de saúde. De fato, a expansão se deu de forma horizontal por meio de cursos de pós-graduação lato-sensu (os primeiros criados em 1972), de residência médica (implantados em 1980) e de pós-graduação stricto-sensu (implantados a partir de 1987). Apenas em 1989, criou-se o Curso de Graduação em Enfermagem e, em 2000, o Curso de Graduação em Biomedicina<sup>227</sup>. Essa faculdade foi transformada em Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM, apenas em 2005. Nesse período, ocorreram vários embates, posto que a sociedade médica local insistia na manutenção da especialização na área da saúde, com o intuito de criar uma Universidade da Saúde, enquanto que outros setores da sociedade uberabense desejavam unificar as faculdades públicas, a exemplo do Centro de Ensino Superior de Uberaba-Cesube, que encampou a Faculdade de Educação de Uberaba e a Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, com a finalidade de criar uma universidade verticalizada, com capacidade para oferecer vários cursos superiores. A despeito dos embates, a UFTM não encampou os demais cursos superiores públicos existentes na cidade e, em 2006, foram implantados cinco novos cursos - Fisioterapia, Nutrição, Terapia Ocupacional e Licenciatura em Letras (Português/Espanhol e Português/Inglês). Ademais, a UFTM oferece cursos em nível de pós-graduação lato sensu, 19 Programas de Residência Médica em diversas especialidades, e cursos de pós-graduação stricto sensu - Mestrado em Patologia Humana (1987) e Mestrado e Doutorado em Patologia e em Medicina Tropical e Infectologia. Essa instituição, apesar de pública, encontra-se vinculada aos interesses de uma classe e não às necessidade reais da sociedade uberabense.

---

<sup>226</sup> Além do papel importante na criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, Mario Palmério criou a Fundação do Lyceu do Triângulo Mineiro (1940) e as Faculdades de Odontologia, Direito e Engenharia de Uberaba, hoje Universidade de Uberaba-Uniube.

<sup>227</sup> Seguindo a opção pela saúde, essa faculdade obteve, em 1990, autorização para criar o Centro de Formação Especial em Saúde-CEFORES, com o objetivo de formar técnicos para atuar nos serviços de saúde, oferecendo atualmente cinco cursos técnicos - em Enfermagem, em Farmácia, em Nutrição e Dietética, em Patologia Clínica, em Radiologia Médica.

O processo de formação da Universidade Federal de Uberlândia está associado às estratégias locais de implantação e ampliação do ensino superior nessa cidade, que se iniciaram com a criação de escolas superiores isoladas, vinculadas a diferentes instituições mantenedoras. Exemplo disto são a Faculdade Federal de Engenharia e as Faculdades de Odontologia, Educação Física e Medicina Veterinária, cuja mantenedora estava vinculada ao governo mineiro. O primeiro passo foi reunir as escolas e faculdades isoladas e, desse modo, criou-se a Universidade de Uberlândia-UnU, que reuniu as faculdades de Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária e Educação Física, juntamente com as faculdade de Direito, de Filosofia e Artes, de Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis. Posteriormente, a luta dos políticos, especialmente Rondon Pacheco e Homero Santos, e de outros atores sociais locais deu-se no sentido da federalização, conquistada em 1978, no governo Geisel.

Atualmente, a Universidade Federal de Uberlândia-UFU oferece 32 cursos de graduação, sendo sete nas ciências biomédicas, 10 nas ciências exatas e 15 nas ciências humanas, que contavam com 12.431 alunos matriculados, em 2006; cursos de pós-graduação em nível lato sensu e stricto sensu, dentre os quais 22 em nível de mestrado, que contavam com 1.604 alunos matriculados, em 2006, e 10 em nível de doutorado, que contavam com 276 alunos matriculados, em 2006; além de atividades de pesquisa e extensão, financiadas particularmente pela Capes, pelo CNPq e pela Fapemig (BDI, 2006).

No contexto educacional dessas cidades, ressaltam-se também três outras instituições de ensino superior: a Uniube, a Unutri e a Fazu. A Uniube, cujas origens também estão associadas ao dinamismo de Mário Palmério, oferece 29 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, com mestrado em Ciências e Valores Humanos em Educação, recomendados pela Capes. A Fazu, por sua vez, oferta um tipo de conhecimento especializado, pois são seis cursos de graduação, dentre os quais se destacam os cursos de Agronomia e de Zootecnia, além de cursos de especialização nas áreas de Manejo de Pastagem e de Julgamento de Raças Zebuínas, contando com o apoio da ABCZ. A Unutri conta com 23 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação lato sensu e dois cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado - Educação Superior e Fisioterapia, recomendados pela Capes. Há, nessas instituições particulares, uma oferta variada de cursos orientados para a área de negócio e de formação técnica.

Além dos estabelecimentos de nível superior e de pós-graduação, essas cidades contam também com escolas de ensino técnico, profissionalizante e semi-profissionalizante,

por meio das instituições Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Senac/MG, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-Senar, Serviço Social do Comércio-Sesc e Serviço Social da Indústria-Sesi.

### 8.5.3 - A expansão dos serviços financeiros: funcionalidades divergentes em Uberaba e Uberlândia

O segmento financeiro em nenhum outro período histórico ocupou a importância dos dias atuais. Castells (1999) inclui esse segmento entre os chamados serviços avançados<sup>228</sup>, notoriamente pela sua complexidade, propiciada pela ampliação dos papéis exercidos e pelas inovações da tecnologia da informação, comunicação e eletrônica, que garantiram maior capacidade de processamento, armazenamento e transmissão, bem como um funcionamento em rede e em tempo real. Nas observações de Santos e Silveira (2001, p.185), esse segmento é capaz de propiciar ...uma circulação verdadeiramente frenética de diferentes tipos de dinheiro. De fato, a expansão do suporte financeiro é condição essencial às formas recentes de realização da vida econômica e social e, em uma situação de reciprocidade, é uma consequência dessas, pois representa uma forma de consolidação da própria divisão territorial do trabalho.

No Brasil, as reestruturações ocorridas no sistema financeiro estão associadas às mudanças, em nível mundial, expressas pela financeirização da economia e da sociedade, e, em nível nacional, pela desregulamentação do mercado financeiro, garantida na Constituição de 1988, pela implantação do Plano Real e, conseqüente, estabilização da economia. Por meio de várias reformas financeiras e de uma modernização sem precedentes, o Brasil conheceu um paradoxal ...processo de concentração-dispersão do seu sistema financeiro, como aponta Corrêa (1993, p.163)<sup>229</sup>. Tal processo é marcado pela diminuição progressiva do número de instituições, especialmente as bancárias, como resultado das fusões, aquisições, privatizações e falências, resultando numa acentuada concentração<sup>230</sup>; pela multiplicação do número de

<sup>228</sup>Os serviços avançados, segundo Castells (1999, p.405), ...estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diferentes tipos.

<sup>229</sup>Os bancos estruturados em redes locais e regionais foram, paulatinamente, absorvidos no bojo do processo de ampliação e difusão dos bancos de maior porte, que foram se estruturando em redes de domínio nacional. Conforme Corrêa (1993, p.164), ...passa-se do pequeno banco local para o grande banco nacional, de modo a concentrar os capitais em um número bastante reduzido de instituições financeiras.

<sup>230</sup>Dowbor (1998, p.234) salienta que, apesar dessa multiplicação dos agentes financeiros, no ...Brasil dominam alguns gigantes como o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e outros..., que promovem uma forte concentração e centralização dos intermediários financeiros. Além disso, percebeu-se, após o Plano Real e mais precisamente

agências bancárias e de outros intermediários financeiros, e pela internacionalização do setor, com o crescimento da entrada de instituições estrangeiras. Nota-se, simultaneamente, um crescimento das operações de crédito em geral e uma maior participação dos capitais bancários nos investimentos, na prestação de serviços e no consumo.

O Triângulo Mineiro aparece, em decorrência da expansão das atividades agropecuárias, agroindustriais e terciárias, como uma região atrativa para o sistema financeiro, de modo a garantir o atendimento das necessidades desses setores econômicos, como também a proporcionar suporte à massificação do consumo. A instalação de bancos na região obedeceu à lógica de concentração nas maiores cidades, especialmente em Uberaba e Uberlândia. Em 1970, Uberlândia já era a quarta praça bancária de Minas Gerais, logo após Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros (IBGE, 1970), contando com a presença dos principais bancos privados nacionais, dentre eles, o Bradesco e o Itaú. Os bancos estrangeiros vieram ainda na década de 1980, dentre eles, o BankBoston, na época, controlado pelo Bank of América (EUA) e, atualmente, pelo Itaú, e o Sudameris (Itália), hoje, controlado pelo ABN Amro Real. Já em 1985, Uberlândia contava com 34 bancos, intermediários financeiros e agências bancárias, enquanto Uberaba contava com 19 estabelecimentos financeiros. Dessa forma, Uberlândia sediava 17,7% do suporte financeiro da região, que era de 192 estabelecimentos, e 2,3% do Estado, que contava com 1.455 estabelecimentos do segmento financeiro (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1994). Assim, entre 1946 e 1985, ocorreu um crescimento de 466,7% no número de estabelecimentos financeiros em Uberlândia e de apenas 58,3% em Uberaba, dado que expressa a ascensão de Uberlândia, que fora beneficiada pela notável expansão das agências bancárias. Ressalta-se, contudo, que as sedes de tais instituições estavam localizadas basicamente em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. De acordo com Corrêa (1993), Uberlândia e várias outras cidades ...foram eliminadas do conjunto de centros de gestão da atividade financeira, em função dos processos de fusões, aquisições e insolvências.

Em 2000, como retratado na Tabela 31, esses centros concentravam 80 agências bancárias, sendo 27 em Uberaba e 53 em Uberlândia, dentre bancos estatais, privados nacionais e estrangeiros. Tal concentração correspondeu a um crescimento de 42,1% e 55,9%, respectivamente, em relação ao ano de 1985 (SISBACEN, 2001). Nesse contexto, ampliou-se o número de postos eletrônicos de atendimento, bem como se verifica um importante

---

nos últimos anos da década de 1990, um ...fenômeno de reorganização bancária na direção de um menor número de empresas maiores, caracterizado pelas fusões e aquisições.

crescimento no número de postos de atendimento 24 horas. Cumpre ressaltar que essa expansão foi, primordialmente, comandada pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros.

Tabela 31 - Triângulo Mineiro: número de agências bancárias e transações financeiras em Uberaba e Uberlândia, 2002-2005 (valores em Reais)

Municípios	dez.2000			dez.2005		
	Agências	Operações de crédito	Depósitos bancários <sup>1</sup>	Agências	Operações de crédito	Depósitos bancários <sup>1</sup>
Uberaba	27	344.004.326,00	12.320.538,00	28	503.114.861,31	701.527.776,69
Uberlândia	53	975.305.401,00	268.140,00	50	2.096.968.656,31	1.825.613.197,46
Total	80	1.319.309.727,00	12.588.678,00	78	2.600.083.517,62	2.527.140.974,15

Fonte: Banco Central do Brasil-Sisbacen. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/SISBACEN>>. Acesso em: 2006. IBGE. Cidades@ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 2006. Organização: BESSA, 2007.

<sup>1</sup> Depósitos à vista (governo e privado), poupança e depósitos à prazo.

Esses agentes possibilitaram a realização de uma série de transações financeiras, que, em síntese, expressam a diferenciação crescente entre Uberaba e Uberlândia<sup>231</sup>. Em 2002, nas operações de crédito, percebia-se a supremacia de Uberlândia (975.305.401,00 Reais), posto que seus valores eram 2,8 vezes maiores que os valores em Uberaba (344.004.326,00 Reais). Essa diferenciação manteve-se, pois, em 2005, as operações de crédito em Uberlândia (2.096.968.656,31 Reais) eram 4,2 vezes maiores que as operações em Uberaba (503.114.861,31 Reais); enquanto que os valores dos depósitos eram 2,6 vezes maiores em Uberlândia (1.825.613.197,46 Reais) do que em Uberaba (701.527.776,69 Reais). Com relação ao número de agências, ressalta-se que ocorreu uma diminuição de -5,7%% em Uberlândia, que passou a sediar 50 agências bancárias, enquanto que, em Uberaba, ocorreu incremento de 3,7% no número de agências. Juntamente com a expansão dos bancos, principal segmento do Sistema Financeiro Nacional, nota-se também a difusão dos agentes financeiros intermediários, responsáveis pela creditização do consumo e de outras formas de intermediação financeira, dentre eles, destacam-se as administradoras de cartões de crédito, as cooperativas de crédito, as financeiras, os consórcios, as seguradoras. Em 2005, Uberlândia contava com 179 intermediários financeiros e Uberaba com 166 estabelecimentos (BDI, 2006. Uberaba em Dados, 2006).

Em Uberlândia, expandiu-se um importante sistema financeiro, público e privado, visto que a cidade conta, atualmente, com bancos públicos estaduais e federais, privados e estrangeiros, como ainda com outros intermediários do sistema financeiro, tais como as operadoras de cartão de crédito, os estabelecimentos de crédito, corretoras, seguradoras dentre

<sup>231</sup> A presente pesquisa privilegiou, na análise dessas transações financeiras, as operações de crédito e os depósitos bancários.

outros. Cumpre salientar que, mesmo nesse segmento tão competitivo e marcado pela atuação de corporações nacionais e globais, o caráter empreendedor empresariado uberlandense se destaca. O Grupo Martins administra o Banco do Triângulo que, além das funções bancárias de crédito oferecidas aos clientes e fornecedores desse atacadista-distribuidor, oferece os serviços do Triban Participações e Investimentos e do Tricard Administradora de Cartões de Crédito. No segmento de cartões de crédito, sobressaem as empresas Policard e Valecard, ambas de capitais locais e cuja especialização é exemplar para tornar compreensível a capacidade inovadora da elite uberlandense.

a) O espaço de atuação das empresas Policard e Valecard

Diante desse processo de financeirização da sociedade e do próprio território, novas formas de associação foram desenvolvidas, sobretudo entre o segmento financeiro, o Estado e as diversas empresas que utilizam os serviços financeiros, no sentido de obter novos meios de acumulação de capital. Em Uberlândia, dentre os grupos de capitais locais, destacam-se duas empresas administradoras de cartões de crédito, a Policard e a Valecard, que se desenvolveram justamente nesse contexto de entrada de novos agentes e de novos serviços, possibilitados pela modernização organizacional do sistema financeiro e pela informatização dos serviços.

Essas empresas administram um sistema de convênio, pelo qual os funcionários de uma determinada empresa conveniada, chamada de empresa cliente ou empresa empregadora, por meio do pagamento de uma taxa de serviços, têm acesso a bens e serviços de uma rede de fornecedores por meio do uso de um cartão de débito em folha de pagamento. Nesse sentido, a prestação de serviços baseia-se no tripé, empresas conveniadas - empresas fornecedoras - usuários dos cartões. Em realidade, essas administradoras locais fundiram duas características básicas dos cartões convencionais, o crédito e o débito, passando, dessa forma, a oferecer aos funcionários das empresas conveniadas um sistema de cartão com limite de gastos vinculados ao salário, aspecto que reduz muito as possibilidades de inadimplência. Além disso, o custo dos referidos cartões é relativamente baixo, atraindo usuários de rendas mais baixas, isto é, um grupo que não interessa aos cartões convencionais.

Os cartões da Policard circulam em Uberlândia desde 1995, quando foram disponibilizados 2.000 cartões, que atendiam aos funcionários de duas empresas, Algar e Inpar, ambas sediadas na cidade. Desde então, ocorreu um expressivo crescimento no número

de cartões, visto que a referida administradora atingiu, em 1999, um total de 210.000 cartões e, em 2001, 400.000 cartões. Atualmente, a empresa disponibiliza cerca de 1 milhão de cartões, atendendo à aproximadamente 3.500 empresas, dentre as quais se destacam: Algar, Arcom, Peixoto, Aliança e Cargill, em Uberlândia, Frigorífico Bertan, em Lins, além das prefeituras de Uberlândia, Juiz de Fora e Vespaciano; por meio de uma expressiva rede de fornecedores que conta com 22 mil estabelecimentos (Pesquisa direta, 2006).

O crescimento dessa administradora é também expresso pelo número de agências de representação, que, em 2006, totalizaram 19 em operação, como retratado no Mapa 27. Essas atendem a cerca de 500 cidades situadas em 14 estados brasileiros, a saber: Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Pará, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal (Pesquisa direta, 2006).

A Valecard, por sua vez, iniciou suas operações em dezembro de 1997, quando disponibilizou cerca de 1.600 cartões de crédito, que atendiam às empresas Refrigerantes do Triângulo, Pneus Uberlândia, Guaraná Mineiro, Sindicato Rural de Uberlândia, dentre outras. A partir de então, registrou importante crescimento, visto que, já em 2001, operava 390.000 cartões. Atualmente, opera 800.000 cartões, atendendo a cerca de 3.500 empresas empregadoras, dentre as quais se destacam: Algar, Transcol e Auto Viação Triângulo, de Uberlândia, ABCZ e Valmont, de Uberaba, Grupo Coral, de Goiânia, Laboratório Teuto, de Anápolis, Vipcan, de Brasília, além das prefeituras de Uberlândia, Uberaba, São José do Rio Preto e Santos; por meio de convênio com aproximadamente 13 mil fornecedores (Pesquisa direta, 2006). A referida operadora de cartões de crédito possui 18 escritórios regionais, como retratado no Mapa 27. Esses atendem a cerca de 450 cidades localizadas em 11 estados brasileiros, a saber: Pará, Rondônia, Tocantins, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e o Distrito Federal (Pesquisa direta, 2006).

No processo de expansão dessas duas empresas, verifica-se a consolidação desses capitais locais, assim como a ação empreendedora de seus empresários. Tais ações buscam ampliar a escala das operações por meio da inclusão de novas empresas clientes e novos fornecedores, assim como por meio da implantação de agências ou escritórios de prestação de serviços em localizações estratégicas.

MAPA 27 - Policard e Valecard: Estrutura Locacional, 2006



Fonte: Pesquisa direta, 2006  
[www.valecard.com.br](http://www.valecard.com.br)  
[www.policard.com.br](http://www.policard.com.br)

Org: BESSA, KELLY, 2006  
 Dig: SILVA, G. R. C., 2006

Dessa forma, estabelece-se uma estrutura hierárquica de administração, cujo centro de gestão é Uberlândia, resultando em uma complexa espacialidade, que envolve, além das dispersas localizações, as intensas e contínuas interações espaciais que se realizam entre a sede e os escritórios regionais, e também entre esses e as empresas clientes, a rede de fornecedores e os usuários propriamente dos cartões<sup>232</sup>. Assim, o espaço de atuação dessas empresas é amplo, constituindo um meio vital para sua existência e para a reprodução ampliada dos capitais financeiros.

O espaço de atuação das empresas Policard e Valecard, de modo patente, expressa a natureza das transformações, particularmente pela expansão da área das operações e pelo aumento das interações, que indicam a dimensão espacial de um amplo processo de gestão do território. Cumpre ressaltar que a constituição dessa espacialidade perpassa pelas racionalidades dos agentes empresariais que, para consolidarem suas atividades e seus capitais, estabelecem redes de cooperação num amplo espaço, que, no caso em questão, parte de uma grande cidade regional, demonstrando a importância dessas como centros de gestão.

A análise das atividades mostra importantes diferenças entre Uberaba e Uberlândia, que revelam uma divisão territorial interna do trabalho e uma frágil posição como centros de gestão das atividades econômicas. O controle sobre as atividades ocorre, basicamente, nas especializações, seja no melhoramento genético do gado zebuíno, seja no segmento atacado-distribuidor. Assim, é possível reconhecer um conjunto de transformações nesses centros, marcado pela capacidade de renovação das antigas funções básicas que animavam as relações locais em tempos pretéritos; pela ampliação das funções não-básicas indispensáveis ao desenvolvimento das atividades básicas e ao atendimento das demandas locais e regionais; pela presença de corporações interessadas nas matérias-primas regionais, a exemplo do fosfato, bem como nos produtos da modernização do campo, a exemplo da soja, do milho, dentre outros, e nas infra-estruturas de transporte, de comunicação e de energia, sujeitas a renovações técnicas, que passam a atender às demandas impostas por essas empresas locais, nacionais e globais; pela ampliação dos fluxos horizontais, esboçados num amplo espaço regional, e verticais, comandados pelas firmas hegemônicas. O resultado é uma alteração entre agentes de escalas distintas, da qual resultou a mudança no padrão da rede urbana regional, posto que esses agentes são capazes de reorganizar o espaço geográfico.

---

<sup>232</sup>Cumpre ressaltar que se tratam de fluxos, preferencialmente, não-materiais, vinculados a decisões, ordens e informações. Essas empresas, para a realização de suas interações espaciais, administram um sofisticado sistema de telecomunicações, do tipo call center, no intuito de agilizar suas operações e atender prontamente seus usuários, empresas clientes e fornecedores, de forma que todas as operações fiquem interconectadas, sob o comando das sedes.

## 9 - Natureza e espacialidade da divergência: a redefinição das centralidades de Uberaba e Uberlândia e a formação de uma rede urbana de múltiplos circuitos

A estruturação da rede triangulina, no espaço-tempo da divergência, foi balizada pela complexificação da divisão territorial do trabalho, notadamente pela modernização do campo, pela agroindustrialização e pela ampliação e diversificação das atividades terciárias, resultando em maior complexidade socioespacial, que, por sua vez, acelera os processos de diferenciação e metamorfoseia as hierarquias. Esses dados expressam o vínculo direto entre rede urbana e divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, seu papel no processo de evolução espacial desigual, cuja resultante é a diferenciação crescente entre os centros e a mutabilidade da rede urbana.

A complexa diversidade entre as redes urbanas e entre seus respectivos centros não é gerada de forma espontânea. O padrão e o conteúdo da rede não são dados estáveis, pois estão sujeitos à concorrência acirrada entre as cidades, às estratégias e aos investimentos de suas elites, à ação direta e indireta das grandes corporações e do Estado, resultando em diferenciações que demonstram a vulnerabilidade dos lugares, até mesmo das principais cidades de uma dada rede urbana, em um dado tempo, em relação às mudanças que criam e recriam novos papéis para os centros e suas redes. Nesse sentido, rompe-se com a noção de existência de uma continuidade espacial linear, que privilegiaria os principais centros, uma vez que essa continuidade pode ser revertida, caso as condições sejam adequadamente criadas e suficientemente intensas para recombinar os elementos constitutivos da rede urbana. Tais condições dizem respeito, sobretudo, à capacidade de concentração espacial dos ingredientes, convergentes ou divergentes, aptos e apropriados para promover as mudanças. Em realidade, a natureza dessas mudanças pode ser convergente ou divergente, simétrica ou assimétrica, contínua ou descontínua.

O contexto de diferenciação entre os centros e, por extensão, entre as redes urbanas decorre, prioritariamente, da implantação diversificada de atividades<sup>233</sup>, que pressupõe uma divisão espacial do trabalho mais ampla; das interações distintas que derivam dessas atividades, baseadas no princípio da complementaridade, ao qual se soma o princípio da

---

<sup>233</sup> As atividades têm localizações diferenciadas segundo a demanda da população e o interesse dos agentes econômicos, políticos e sociais.

competitividade; e, não menos importante, da prática dos diversos atores econômicos, políticos e sociais, responsáveis pela introdução diferenciada dessas atividades, seguindo seus próprios interesses, ora se beneficiando com as desigualdades, ora criando as condições para uma mais complexa divisão territorial do trabalho. Como salienta Corrêa (1988, p.112), esses atores introduzem ...atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos, visto que estes não são dotados de autonomia própria, nem mesmo são capazes de produzir e difundir intencionalidades.

Numa situação a priori de centros relativamente indiferenciados, a implantação desigual de atividades - atividades essas que se transformam em funções urbanas, inclusive pelo aproveitamento das virtualidades de cada localidade - gera crescentes diferenciações entre esses centros. Nesse caso, o processo de diferenciação é bastante direto, pois as atividades são concentradas em algumas cidades em detrimento de outras. Em decorrência dessa funcionalidade urbana distinta, viabiliza-se um processo de multiplicidade das interações também desigual entre centros já diferenciados, o que, do mesmo modo, contribui para ampliar a diversidade existente tanto entre esses centros quanto entre suas redes urbanas. Algumas atividades são, ainda, criadas para tornar possíveis as próprias interações, pois os agentes requerem uma série de atividades que propicie a integração e a articulação espacial das funções básicas, a exemplo dos serviços de transporte e de comunicação, além dos investimentos adicionais em infra-estrutura, que também são dados fundamentais de diferenciação. Nesse processo último, a diferenciação entre os centros urbanos é menos direta, porém suficientemente presente para garantir uma distinção crescente. Novos investimentos, quiçá uma série de etapas de investimentos novos, em que se estruture inclusive uma nova forma de divisão espacial do trabalho, é dado fundamental para explicar as transformações de uma determinada rede urbana, pois os processos de mudança são muito mais diversificados e incrementados, quando há períodos de redirecionamento radical, nos quais as diferenças tendem a tornar-se estruturais. Ressalta-se, entretanto, que qualquer forma nova da divisão espacial do trabalho resultará em mudanças, podendo, até mesmo, haver recombinação de partes dos elementos da rede.

A implantação desigual das atividades deriva, de um lado, das lógicas próprias aos atores hegemônicos, às grandes corporações e ao Estado intervencionista, que transferem seus recursos para locais nos quais os retornos são maiores e mais seguros, e, de outro lado, procede das virtualidades presentes em cada lugar, capazes de criar um incremento interno seletivo, aí incluídas as heranças do passado, as contingências e as estratégias

empreendedoras das elites locais, que tanto podem ser baseadas em processos convergentes como divergentes, ou pela justaposição entre ambos. A lógica espacial é concebida e implementada pelos atores econômicos, políticos e sociais, que comandam os processos dominantes em cada estrutura socioespacial e, por isto, exigem condições específicas para a reprodução e a acumulação de riquezas, em cada espaço-tempo particular. Como salienta Corrêa (1991, p.144), baseado em Lipietz (1987), ...as diferenças espaciais são funcionais ao sistema capitalista... e à sua complexa divisão territorial do trabalho.

Assim, como sugere Corrêa (1988, 1989), faz-se necessário compreender a racionalidade da implantação de atividades, que, por sua vez, está diretamente associada às motivações dos atores econômicos, políticos e sociais. Por isso, torna-se fundamental o desvendamento de tais motivações. As atitudes, as práticas e as estratégias desses diversos atores estão na base da diferenciação, pois desempenham papel importante no processo de redefinição funcional dos centros urbanos, seja pela criação de novas funções, seja pela refuncionalização das já existentes, seja no incremento de especializações funcionais, assim como na conseqüente redefinição das interações mantidas por esses centros. Tais redefinições resultam na transformação do arranjo espacial da rede, visto que seu padrão e conteúdos são determinados pelas diferentes formas de poder existentes. Contudo esse processo está vinculado ao modo de inserção em uma dada divisão territorial do trabalho, que, em síntese, é a ...portadora das forças de transformação, cujo cerne é o conjunto das relações sociais e seu constante e desigual movimento de mudança, como observa Santos (1985, 1996, p.107).

O espaço-tempo da divergência no Triângulo Mineiro revela-se por meio de uma espacialidade complexa, cuja natureza se vincula às racionalidades próprias da atual divisão territorial do trabalho, sem, contudo, deixar de refletir uma específica combinação de elementos dos períodos anteriores, graças às atividades que, historicamente, definiram as especificidades da região nas divisões territoriais do trabalho pretéritas<sup>234</sup>.

Testemunha-se, assim, uma reconstituição do padrão dessa rede urbana regional, que vai ao encontro dos ditames dessa nova divisão territorial do trabalho, culminando no aumento da centralidade de Uberlândia em prejuízo da centralidade de Uberaba e na formação de uma rede de múltiplos circuitos, na qual os centros urbanos se inserem como nós de uma complexa teia de interações materiais e imateriais, hierárquicas e/ou complementares, que em

---

<sup>234</sup> Ressalta-se que tais modernizações não implicaram rupturas com as demais atividades regionais, em especial a atacadista-distribuidora e a pecuarista, que representam, de longa data, especializações de Uberlândia e Uberaba, respectivamente. Ao contrário, essas especializações tiveram suas produtividades desenvolvidas ao máximo, com altos rendimentos.

muito excede o espaço da contigüidade regional, por meio da verticalização dos fluxos, resultado de uma profunda assimetria das interações espaciais.

O processo de complexificação da rede urbana no Triângulo Mineiro é determinado, singularmente, pela re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, que marca a ruptura entre o espaço-tempo da convergência e o espaço-tempo da divergência. Essa ruptura produziu, paralelamente aos conflitos de interesses entre as elites regionais, uma reorganização da rede urbana regional, expressando as descontinuidades no seu processo de evolução e as fragilidades da hierarquia urbana regional, fortemente propensa a diferenciações e inversões, uma vez que, a cada novo momento, se impõem novas diferenças e hierarquias. No espaço-tempo da divergência, contrariamente à situação do espaço-tempo da convergência, as hierarquias são definidas a partir de Uberlândia. Dessa maneira, resta perguntar: como se organizou a rede urbana no espaço-tempo da divergência? Quais racionalidades balizam a nova configuração espacial?

### 9.1 - Horizontalidades e verticalidades: as espacialidades regional e extra regional de Uberaba e Uberlândia

No Triângulo Mineiro, as reestruturações das décadas de 1960 e 1970 foram as bases materiais para a aceleração das mudanças, fundamentada numa desigual espaço-temporalidade dos processos socioespaciais, diretamente associada à expansão dos capitais locais e à entrada dos capitais externos, nacional e internacional, que expressam a relação dialética entre o interno e o externo. No entanto o enfraquecimento e o fortalecimento das hierarquias resultaram muito mais da habilidade interna dos centros em absorver e acompanhar as modernizações, assim como de um incremento interno seletivo, que criou diferencialidades, que, por sua vez, tornaram ainda mais seletivas as ações, posto que estas operam, sobretudo, nos centros de comando da vida regional. Uberaba, se comparada ao dinamismo de Uberlândia, apresentou uma certa inércia na assimilação e no acompanhamento das transformações em curso, quer dizer, Uberlândia acolheu mais prontamente os imperativos da nova divisão territorial do trabalho, apresentando-se como ambiente dinâmico, em particular, pela ação de suas elites, que trabalharam no sentido de promover sua adequação. Tal adequação decorre de uma consciência atualizada dessas elites. Uberaba deparou-se com um ritmo lento de assimilação das modernizações, por causa de uma

consciência limitada e de uma rigidez no comportamento de sua elite, tornando-se um ambiente menos apto a acolher as novas racionalidades. Há, em Uberaba, uma certa ausência de sincronismo com as novas racionalidades, a exceção das inovações relacionadas com o aprimoramento genético bovino. O resultado é a coexistência desse embate entre o novo, associado às lógicas próprias da atual divisão territorial do trabalho e dos agentes atualmente hegemônicos, e o velho, relacionado com as divisões territoriais do trabalho pretéritas e com os agentes que a elas se vincularam. Essas contradições são assimétricas e responsáveis pelas diferenciações e, conseqüentemente, pela seletividade dos agentes, que privilegiaram um centro e em prejuízo do outro, evidenciando que ...a gestão do território torna-se, na realidade, gestão das diferenças territoriais, conforme assinala Corrêa (1991, p.139).

A natureza da divergência está, portanto, associada às incoerências entre o externo e o interno, assim como às assincronias entre o novo e velho. A re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, que implicou a inversão hierárquica, está fundamentada nessas contradições. Além disso, refletem com nitidez os embates entre os imperativos universais de uma racionalidade hegemônica e as resistências presentes na escala do singular, cuja combinação resulta em uma realidade particular bastante complexificada. Alguns centros, pela flexibilidade e capacidade organizacional de suas elites, modernizam-se ao ritmo imposto pelas novas racionalidades, seja pela renovação das atividades que, historicamente, definiram seus papéis, seja pela implantação de novas atividades, produzindo importante diferencialidade. Outros centros mantiveram-se vinculados às atividades menos valorizadas pelas novas racionalidades ou que participam com menor importância na divisão territorial do trabalho. O exemplo é a pecuária em Uberaba, que, apesar de altamente moderna e definida pela inserção desses atores locais em redes de inovações, é apenas um segmento das atividades econômicas.

Essas assincronias participam do redesenho desse segmento da rede urbana regional, que, como exposto na problematização desta tese, tem, hoje, Uberlândia no topo de sua hierarquia, graças a uma diferencialidade conquistada no espaço-tempo da divergência (Mapas 1 e 29), mas cujas origens vinculam-se também ao espaço-tempo da convergência. No seu clássico estudo sobre a evolução da rede urbana brasileira, Geiger (1963), levando em conta pressupostos históricos, considerou Uberaba como uma capital regional e Uberlândia como um centro regional de primeira categoria. Já em fins da década de 1960, a Fundação IBGE (1967), avaliando os espaços polarizados e as hierarquias urbanas brasileiras, apontou, no Triângulo Mineiro, a existência de três centros de 3º Nível - Uberaba e Uberlândia, sob

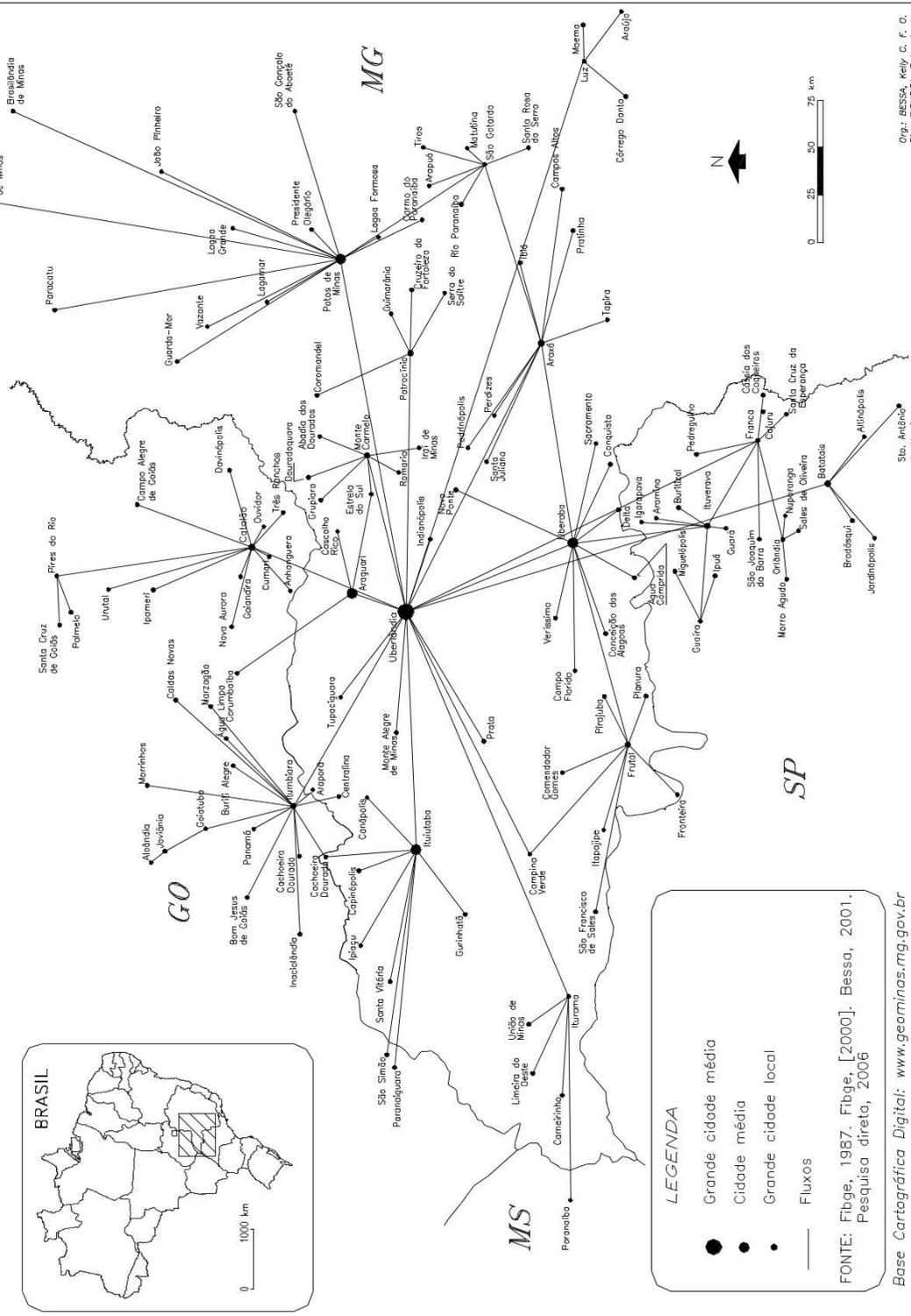
influência direta de São Paulo, e Patos de Minas, sob influência de Belo Horizonte. Nesse mesmo período, o estudo de Corrêa (1968) já assinalou para a re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, pois considerou Uberlândia como um centro de 2º ordem super-equipado, Uberaba como um centro de 2º ordem equipado e Patos de Minas como um centro importante com equipamento irregular. Na década de 1980, o estudo Região de Influência das Cidades da Fundação IBGE (1987) assinalou a presença de três capitais regionais no Triângulo Mineiro - Uberlândia e Uberaba, na região de influência de São Paulo, e Patos de Minas, na região de influência de Belo Horizonte, ratificando a importância desses centros em nível regional, porém sem distinguir diferenciações entre eles. Faz-se necessário ressaltar que o REGIC (1987) definiu a área de influência desses centros: Uberaba polarizava, além de sua própria microrregião, somente as microrregiões de Frutal e Araxá; enquanto que Uberlândia polarizava vasta região que incluía o Sudeste, Sul e Sudoeste goiano, além das microrregiões de Ituiutaba e Patrocínio; por sua vez, Patos de Minas polarizava somente sua própria microrregião e partes da microrregião de Patrocínio (Anexo 8). Nesse mesmo grau de generalidade, o estudo sobre a Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil do IPEA-IBGE-NESUR (1999) apontou para a presença de apenas dois centros sub-regionais - Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro. Esses estudos, pela generalidade exigida no recorte nacional, perdem-se nas especificidades, somente apontadas em estudos particulares, capazes de evidenciar as similitudes e as diferenças existentes.

No espaço-tempo da divergência, o processo de diferenciação entre esses centros urbanos tornou-se notório, sendo possível reconhecer um conjunto de centros que prosperam e um outro conjunto de centros que regrediram relativamente na hierarquia regional, posto que não se faz uma re-atualização da rede urbana sem contradições, sem perdas. As mudanças evidenciam que Uberlândia, Patos de Minas e Ituiutaba ascenderam, enquanto que Uberaba, Araguari, Araxá e Patrocínio entraram em decadência relativa e, conseqüentemente, perderam status na hierarquia regional<sup>235</sup>. Esses, no entanto, permanecem como os principais centros urbanos da região, pois, em menor ou maior grau, participam das funções produtivas regionais, da difusão do consumo, da procura pelos serviços de educação, saúde, lazer, entre outros, além de desenvolver funções de controle mínimo sobre parcelas da produtividade e do território, indicando que participam de parcelas maiores ou menores da racionalidade atual.

---

<sup>235</sup>Tal reconhecimento conduz, obviamente, ao entendimento da urbanização no Triângulo Mineiro, apontando, inclusive, para outras possibilidades de estudos comparativos.

MAPA 29 — TRIÂNGULO MINEIRO: OS ESPAÇOS DAS HORIZONTALIDADES, 2006



Org.: BESSA, Michel, C. F. O.  
Dig.: SQUEIRA, Cassia A. de

FONTE: Fibge, 1987. Fibge, [2000]. Bessa, 2001.  
Pesquisa direta, 2006

Base Cartográfica Digital: [www.geominas.mg.gov.br](http://www.geominas.mg.gov.br)

Assim, haveria, uma forma unitária, a rede urbana regional, e dois conteúdos urbanos, um, com centros que perdem status na hierarquia urbana, porque foram esvaziados de parcelas das suas funções ou estão vinculados a uma funcionalidade pretérita, e, outro conteúdo, com centros que ganham status na hierarquia urbana, porque passaram a acumular funções, principalmente funções regionais, bem como passaram a sediar algum dado específico das racionalidades atuais. A síntese desses processos é a diferenciação espacial.

Uberlândia, nesse contexto, tornou-se uma grande cidade regional ou, como apontado em Bessa (2001), uma grande cidade média, dotada de importantes funções urbanas, inclusive com especializações relevantes que se destacam em escala nacional, sobre as quais detém as funções de decisão e controle, além de sediar parcelas dos circuitos produtivos e dos círculos de cooperação de algumas grandes corporações nacionais e globais, indicando participação indireta em atividades cujas tomadas de decisões estão externamente localizadas, o que torna bastante complexas suas interações espaciais em nível nacional e, até mesmo, mundial. Ademais, participa ativamente como centro de gestão regional, sendo o principal espaço de acumulação do Triângulo Mineiro, comandando parcelas do território e uma ampla hinterlândia, que se sobrepõe as hinterlândias de Belo Horizonte, Goiânia, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, como evidenciado no Mapa 29, que retrata um esquema aproximado das relações interurbanas na referida região. No entanto as racionalidades que contribuíram para ampliar a hinterlândia e a centralidade de Uberlândia cooperaram, simultaneamente, para socavar o papel das demais cidades, sobretudo de Uberaba. Uberlândia criou, no espaço-tempo da divergência, as efetivas condições para exercer papel de centro regional, com uma oferta variada de funções regionais, que atrai profissionais com diversos graus de qualificação, responsáveis pelo aumento dos consumos; bem como se transformou em respeitável centro da rede urbana nacional, visto que representa importante nó da rede de São Paulo, além de manter articulações com vários outros centros urbanos de hierarquia superior, o que indica a existência de verticalidades, ou seja, o estabelecimento de interações em um espaço descontínuo e a possibilidade de relações diretas com a metrópole nacional e também com cidades mundiais, uma vez que se tornaram dispensáveis algumas intermediações regionais que, anteriormente, obedeciam a uma rígida hierarquia regional, mormente na base intermediária e inferior do escalão urbano.

A distinção, conquistada por Uberlândia, é reflexo dessa capacidade de controle<sup>236</sup>, pois como salienta Corrêa (2002, p.71), ...a gestão do território implica o controle da

---

<sup>236</sup>Controle que, aliás, tem sido muito mais informal do que formal, mas nem por isso menos real.

organização espacial, incluindo, em muitos casos, o controle de sua gênese e dos processos que a mantêm ou a alteram. A Uberaba coube o comando sobre a gênese dessa organização socioespacial. Esse centro, contudo, não conseguiu manter esse controle, sobretudo no que diz respeito à capacidade de gestão das próprias diferenças regionais. Em contrapartida, continua a ser importante na hierarquia urbana regional. O papel respeitável que desempenha no aprimoramento genético do gado de origem indiana, as novas funções produtivas, a oferta das funções educativas e de saúde, bem como a difusão relativa do consumo e das funções não-básicas, comércio e serviços, para o atendimento de sua população local e microrregional, foram suficientes para assegurar a posição de Uberaba como o segundo centro urbano da região. Observa-se, entretanto, a fragilidade desse centro ante as possibilidades de deslocamento das unidades produtivas das corporações nacionais e multinacionais.

Nesse contexto, ampliou-se também o papel de alguns centros locais, a exemplo de Frutal e Monte Carmelo, estruturados em torno de um fornecimento de bens e serviços básicos. É possível identificar também as cidades da agropecuária, chamadas por Santos (1993, p.52) de cidades do campo, porque se trata de um tipo de cidade que é ...obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas, segundo as novas cooperações impostas pela divisão territorial do trabalho. Nessas, desenvolvem-se um comércio e algum tipo de serviço voltado para o atendimento das demandas de uma agropecuária moderna, das necessidades primárias e imediatas das populações locais, além da estreita relação com a força de trabalho empregada na atividade da agropecuária. Observam-se, entre outros, os exemplos de Iturama, Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Prata, Coromandel, Sacramento, Carmo do Paranaíba, Ibiá e São Gotardo (Mapa 29). Ademais, existe um importante número de pequenas cidades, que se diferenciam de modo patente, cabendo, até mesmo, estudos mais específicos, posto que as transformações verificadas nas áreas de cerrado alteraram as estruturas dimensionais, funcionais e espaciais dessas pequenas cidades. Corrêa (2004) aponta quatro possibilidades para o desempenho das pequenas cidades: (1) como prósperos lugares centrais, (2) como centros especializados, (3) como centros reservatórios de força de trabalho e (4) como centros decadentes, situados em áreas econômica e demograficamente esvaziadas.

A concretude dessa rede revela dois níveis básicos de interações espaciais. Trata-se de uma rede que se tornou pouco a pouco mais articulada, tanto interna como externamente, graças à complexidade da nova divisão territorial do trabalho, que resultou na ampliação e diversificação das funções urbanas de seus principais centros, particularmente Uberaba e

Uberlândia, e pela complexidade das interações espaciais daí decorrentes, que se operam a curta distância, num espaço contínuo, marcando os contornos regionais por meio da criação de horizontalidades, e a longa distância, num amplo espaço descontínuo, originando uma verticalização dos espaços envolvidos, o que determina os papéis de cada um desses centros, bem como seus níveis de integração.

Esses dois níveis estão, respectivamente, associados às redes criadas pelas atividades básicas e pelas atividades não-básicas, envolvendo uma gama cada vez mais complexa de interações materiais e imateriais. As primeiras atividades, orientadas por interações de longa distância, extra-regionais e descontínuas no espaço, estão diretamente associadas às especializações funcionais e às atividades exercidas pelos atores hegemônicos vinculados às corporações nacionais e globais; enquanto as segundas são definidas por redes regionais, de caráter endógeno, que orientam a construção do espaço da contiguidade, refletindo as intencionalidades locais. Esses dois recortes espaciais expressam a existência, nesses centros, de uma base de comando regional, apesar da exteriorização de uma importante parcela do comando político sobre a produção e a circulação, demandada pelas corporações multifuncionais e multilocalizadas. Desse modo, esses centros inserem-se na rede urbana por meio de uma forte centralidade regional (Mapa 29), assim como se inserem como centros especializados, pois são locais onde se encontram importantes capitais extra-regionais e também pela incontestável vazão desses capitais locais para além da escala regional, gerando redes com múltiplos circuitos, cuja natureza pode ser hierárquica ou complementar.

Os centros urbanos, apesar das possibilidades do espaço reticular, mantêm laços de proximidade geográfica, quer dizer, parte de suas interações espaciais é relativamente horizontalizada, pois está associada ao cotidiano regional. Tais interações caracterizam parcela respeitável dos fluxos e são fortemente hierarquizadas, revelando os controles políticos locais, como também a área de polarização desses centros que comandam a vida de relações na região. Segundo Corrêa (1997, p.299), essas interações espaciais nitidamente regionais ...originam aquilo que se denomina de “core area”. Nessa mesma lógica, Silveira (1999, p.370) observa que ...é, sobretudo, sob o prisma das horizontalidades que reconhecemos as escalas de tempo distintas e simultâneas, responsáveis pela construção do espaço regional.

O espaço regional, no caso específico do Triângulo Mineiro, é resultado de uma acumulação histórico-geográfica, que, de modo algum, se tornou empecilho às reestruturações impostas pelo desenvolvimento de novas atividades, pela ampliação das atividades

tradicionais e pelo aparecimento de novas instâncias de controle local, notoriamente centradas em Uberlândia.

As relações no espaço regional, isto é, as horizontalidades, são primordialmente definidas por relações comerciais e pela prestação de serviços, aí incluídos os de saúde, ensino, transporte e lazer, estando, portanto, associados às atividades não-básicas. Cabe ressaltar que algumas empresas locais atuam fortemente no espaço regional, a exemplo da CTBC. As modernizações regionais, impostas, sobretudo a partir da década de 1970, não se desenvolveram sem a presença de atividades complementares urbanas, que se estabeleceram no espaço regional, criando racionalidades locais.

As verticalidades são, sobretudo, definidas pelas atividades básicas, criando uma geografia caracterizada por pontos que se interligam independentemente da proximidade. As interações de longa distância, ou seja, as verticalidades são produzidas, principalmente, por uma lógica empresarial, bastante competitiva. De um lado, as firmas globais e nacionais, comandadas por agentes hegemônicos, com ambições globais, pois seu território é o mundo; de outro lado, as firmas locais, responsáveis também pela criação de verticalidades, pois sua produtividade atinge parte ou todo o território nacional, porém com preocupações mais setoriais.

Grande parcela das atividades básicas realizadas em Uberaba é de caráter externo, movido por uma racionalidade que independe das racionalidades do lugar, dessa forma, a produtividade efetiva do lugar é menor e o papel desempenhado é, exclusivamente, como centro de produção. Apesar de criar e manter verticalidades, por meio dos fluxos gerados por essas atividades, essas são submetidas a controles externos e não contribuem efetivamente com a ascensão funcional da cidade. Ao contrário, em Uberlândia, ocorrem revezamentos de controle, porque grande parte das atividades básicas é regida no lugar e, assim, a produtividade presente é maior e os papéis desempenhados são, ao mesmo tempo, como centros de gestão e de produção.

Nesse contexto, quem são os agentes presentes na organização do território triangulino? Como atuam? Qual a natureza dessa atuação? Hoje, os investimentos externos ganham formas próprias e os usos do espaço são parcelizados entre diversos agentes, sejam eles locais, nacionais ou internacionais, com interesses igualmente diversos e orientados por uma racionalidade, na maioria das vezes, alheia à região e à própria cidade onde estão sediados.

Diferentemente do passado, não se trata mais da figura de um indivíduo ou mesmo de um grupo de elite. Hoje, são as empresas, as instituições, as associações e, em última instância, as corporações, que, por meio da imposição de uma nova racionalidade, organizam e reorganizam os espaços, de tal maneira que suas dinâmicas atinjam fins específicos, associados aos interesses dos agentes que as controlam. A identificação desses agentes e de suas estratégias é de fundamental importância para tornar inteligíveis as mudanças e os processos em curso, contudo, essa nova natureza dos agentes obstaculiza sua identificação, obrigando a uma menção imprecisa à elite, à empresa, à corporação.

## 9.2 - As racionalidades dos agentes sociais regionais: o enfraquecimento da elite tradicional e as relações entre atores de escalas distintas

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram recomposições nas relações de poder das elites no Triângulo Mineiro, que resultaram num novo perfil da estrutura social, quer dizer, dos grupos que compõem essa elite. As alterações aconteceram, sobretudo, nos grupos econômicos, implicando, obviamente, mudanças espaciais igualmente complexas. Desse modo, constitui desafio fundamental reconhecer as novas forças sociais que se configuraram nessa região, bem como o comportamento das tradicionais oligarquias rurais e das elites comerciais.

Nessa região, a oligarquia rural pecuarista, mormente a uberabense, viu seu poder diminuído e, pouco a pouco, assistiu à entrada em cena de novos atores, com acumulações de caráter urbano e que, gradualmente, alcançaram poder econômico e político, além de status social. A região, como retratado ao longo da tese, passou por mudanças significativas e, sob essas circunstâncias, adveio um deslocamento do poder, com o enfraquecimento das oligarquias rurais, associadas às divisões territoriais do trabalho pretéritas, que, de modo relativo, não foram bem sucedidas nas suas tentativas de continuidade ao longo do tempo, por causa de uma atitude exitosa diante das novas divisões territoriais do trabalho. Com a convergência uberlandense, sua elite comercial, alicerçada por tomadas de decisões bastante acertadas<sup>237</sup>, passou a desempenhar relevante capacidade empreendedora, como em Pareto

---

<sup>237</sup> Dentre as tomadas de decisão acertadas e que garantiram a conquista de vários benefícios, está o apoio à coalizão instituída que sustentou os governos militares. As atitudes das elites regionais no Triângulo Mineiro revelam elevado pragmatismo, à medida que apoiaram diferentes governos e regimes políticos. Na verdade, até os dias atuais, essas elites, sobretudo a uberlandense, expressam, em relação às mudanças do Estado, alta capacidade adaptativa.

(1984), obtendo ascensão política e econômica, inclusive para implementar o subsequente processo de divergência, que culminou com a ruptura dos interesses que dominavam a política regional.

De fato, o processo de convergência abriu espaço a ser ocupado por novos segmentos, tanto na esfera econômica quanto na esfera política, assinalando as dificuldades de reprodução das velhas oligarquias, que demonstraram incapacidade de adaptação às mudanças, porém jamais assumiram as características plenas de elite rentista, parentiana, devido aos investimentos no melhoramento genético do gado zebuíno, que indicam empreendedorismo. Todavia, essa atitude exitosa, marcada por um forte enraizamento, da elite uberabense abriu caminho para a acessão da elite uberlandense.

No entanto, trata-se de mudanças socioespaciais, visto que o deslocamento do poder foi marcado por um processo de esvaziamento em Uberaba e de preenchimento em Uberlândia, cuja resultante foi um deslocamento espacial, que não garantiu a plena conciliação dos interesses regionais em cena. As rupturas, contudo, não foram absolutas. Em se tratando de elites, a relatividade é sempre um dado curioso, posto que ocorreu uma certa conciliação das demandas e dos interesses. A tradicional elite uberabense perdeu poder econômico e político ante a emergente elite uberlandense. Dessa forma, a oposição de interesses deu-se entre as elites de um e de outro centro. Porém essa emergente elite comercial de Uberlândia atrelou seus interesses à tradicional elite rural uberlandense, por meio de uma clara aliança, de modo que não se tornou força oposta ao poder político localmente estabelecido<sup>238</sup>. Ao contrário, fortaleceu esse poder político, especialmente na integração ocorrida no seio das associações rurais, industriais e comerciais, garantindo amplas formas de reprodução. Não aconteceu, portanto, uma substituição radical dos grupos de poder, sendo que elite dirigente habitual manteve-se na condução do processo político uberlandense. Até os dias de hoje, a política uberlandense está nas mãos das elites tradicionais, ou seja, a política local permanece associada aos grandes proprietários de terras, afiançando sua continuidade, apesar das transformações socioespaciais ocorridas. Uma leitura dos perfis dos ocupantes dos cargos políticos municipais, notadamente o grupo de prefeitos nomeados e eleitos, bem como dos principais líderes políticos que alcançaram cargos estaduais ou federais, revela esse fato<sup>239</sup>. Em realidade, foi muito bem sucedida essa aliança entre a elite comercial emergente e

---

<sup>238</sup> Seguindo, basicamente, o modelo corporativo de negociações que caracterizava as relações entre os setores público e privado no Brasil.

<sup>239</sup> Apenas nas últimas décadas, percebe-se a entrada das classes médias na representação política, mantendo-se pouco expressiva a participação dos setores populares.

a elite dirigente tradicional, fundada numa prática habitual, porque as elites sempre promoveram as reformas políticas em função de seus interesses. As configurações e reconfigurações das forças de elite, em realidade, são contraditórias e mediadas por interesses diversos, porém orientadas por um forte comprometimento intra-elites.

Porém esse dado que, a princípio, significaria apenas uma acomodação interna das elites locais, representa fato importante, porque, com a ampliação e a diversificação da economia, com a entrada dos agentes externos e com a complexificação social daí decorrente, essa aliança estratégica entre as elites econômicas e as elites dirigentes avalizou a concretização de suas demandas e interesses, prioritariamente centrados no ideário de cidade moderna e progressista, e do seu sentido coerente de um ponto de vista maior, que englobava a massa, que passou inclusive a reproduzir o discurso dominante. As rupturas drásticas podem acarretar um vácuo de poder, uma crise de poder, que pode ameaçar o status quo. Tratava-se de estratégias conciliadoras que, em nível local, definiram quais os parceiros a serem privilegiados, caracterizando um nítido jogo entre atores representantes de interesses diversos, mas de forças iguais. Haveria, assim, uma razão única, porém de natureza mista, como uma dialética.

De modo competente, as elites uberlandenses foram capazes de desestruturar o poder em nível regional, enfraquecendo a tradicional elite uberabense de caráter oligárquico, e, ao mesmo tempo, de organizar, em nível local, uma coesão intra-elites que assegurasse a base política, numa nítida relação de dominação, que obviamente projetou-se em nível regional, garantindo a ascensão e a relativa estabilidade. Não se tratava mais de estratégias oligárquicas, porém seguia como estratégias de elites, vinculadas ao poder econômico emergente e às classes mais elevadas, que conseguiram se manter ao longo dos tempos. Mesmo recentemente, com as reformas do Estado e com o enfraquecimento dessas antigas alianças, organizadas de modo corporativo, não ocorreu uma efetiva fragmentação dos interesses da elite uberlandense.

Com relação à oposição entre as elites de Uberaba e de Uberlândia, observa-se que as mudanças socioespaciais ocorridas, tanto no espaço-tempo da convergência quanto no espaço-tempo da divergência, não foram absorvidas de modo homogêneo pelo conjunto dessas sociedades. Ao contrário, parcelas importantes, sobretudo uberabenses, não receberam bem a emergência de novas forças. Forças essas responsáveis por alterações nos rumos da economia, da política regional e nas relações com as esferas estadual e federal. Assim, a elite uberlandense assegurou as bases materiais para a expansão e a diversificação de suas

atividades, garantindo acumulações cada vez mais amplas, que asseguraram a conquista de poder e de status. A elite uberabense, ao contrário, não foi capaz de sustentar o poder econômico e político de outrora, perdendo a expressão que teve no passado. O prestígio e a influência passaram para a elite urbano-comercial de Uberlândia, criando uma nova configuração de interesses na região. Ressalta-se, contudo, que a elite uberabense assegurou parte do status social de antigamente, o que salvaguardou possibilidades relativas de competição com Uberlândia, pelo menos em âmbito regional e estadual.

O aumento da participação do capital extra-regional garantiu crescente complexidade na composição dos atores regionais, até mesmo porque se tornaram mais numerosos e poderosos. Todavia, eram relações entre agentes de escalas distintas. O surgimento de novas organizações empresariais, inclusive a proliferação de médios e pequenos empresários, promoveu uma nova redefinição na posição relativa dos atores, bem como de suas relações estratégicas. Entraram em cena novos atores, que, além de deterem um expressivo poder econômico, no caso das corporações nacionais e globais, passaram a exercer forte pressão sobre a política regional, sendo capazes de condicionar e mesmo determinar as ações públicas. Por conseguinte, as concorrências, as negociações e as alianças estratégicas passaram a ser as formas de relacionamento entre os esses novos atores.

Nesse contexto, ressalta-se uma diferenciação ímpar entre Uberaba e Uberlândia. Neste último centro, apesar do surgimento de novas organizações e da entrada expressiva do capital extra-regional, não ocorreram reconfigurações drásticas no âmbito das principais atividades, quer dizer, não se alterou a estrutura de domínio uberlandense sobre as atividades básicas e nem a estrutura de propriedade das maiores empresas locais. A Martins, a Arcom e a Peixoto permaneceram como as principais empresas do setor atacadista-distribuidor do país e seus capitais permaneceram localmente centrados. A holding Algar, mesmo diante do universo altamente competitivo das telecomunicações, conseguiu não apenas permanecer no mercado como ampliar sua área de atuação espacial. O setor da agroindústria alimentar foi o mais abalado, particularmente pela presença dos grupos transnacionais e pela aquisição da Rezende Alimentos, pela Sadia. Mas, de modo geral, os principais grupos empresariais uberlandenses conseguiram manter o controle acionário de suas firmas. Ademais, observam-se alianças entre os agentes hegemônicos, bem como importante coalizão entre esses grandes grupos empresariais e os grupos médios, pequenos e micro empresariais, indicando um alargamento da participação, assim como certas formas de controle e talvez de cooptação, inclusive com a mediação do poder público e com o apoio de suas organizações representativas, sobretudo, as associações rurais, comerciais e industriais, responsáveis, guardadas as devidas proporções, pelas decisões estratégicas de cada

setor, especialmente das políticas industrial e comercial. A ascensão de Uberlândia deriva, em grande parte, da unidade e da integridade fundamentais de suas elites. Apesar das mudanças nas formas de interlocução entre os setores público e privado, determinadas pelas reformas estruturais e constitucionais da década de 1990, o exercício da influência e os espaços de negociação ainda se fazem presentes, assegurando importante intercâmbio entre os líderes empresariais e as autoridades municipais e os parlamentares eleitos, até mesmo sob a forma de contatos com teor mais pessoal do que institucional ou sob a forma de lobbies empresariais, que passa a constituir modalidade de acesso dos atores empresariais mais organizados ao Estado<sup>240</sup>.

Em Uberaba, ao contrário, as principais atividades estão plenamente relacionadas com os capitais externos, incluindo a atividade de melhoramento genético do gado zebuíno, com a entrada da ABS Pecplan, da Alta Genetics, de capitais transnacionais, e de outras empresas do setor de inseminação, cujos capitais são nacionais. Atualmente, é notório observar que, em grande parte, são as empresas que regulam a especialização produtiva dos lugares e, em menor parte, os agentes locais que, por tradição, criaram a especialização regional. O gradual enfraquecimento dessa elite ocasionou maior fragmentação dos grupos, o que, por sua vez, gerou desagregação, o que facilitou a entrada dos capitais externos, mesmo num setor historicamente consolidado, como o do Zebu. Aqueles empresários vinculados ao melhoramento genético do gado de elite, com alta rentabilidade nessa atividade, mantiveram poder econômico, político e status social. Trata-se, contudo, de um grupo muito restrito, cujos investimentos são igualmente restritos, inviabilizando o surgimento de práticas com maior amplitude, abrangência e sentido coletivo, contribuindo para reforçar a segmentação historicamente determinada, também caracterizada pelo absenteísmo dos grandes pecuaristas<sup>241</sup>. A ausência de atitudes com capacidade de aglutinação, capazes de articular interesses e de transpor as clivagens internas foi, em grande parte, responsável pela fragilidade dessa estrutura social. A ABCZ atuou fortemente no sentido de resguardar a especialização uberabense, perpetuando um traço enraizado que, a despeito dos investimentos e das rentabilidades, significou, para o conjunto da sociedade, estratégias de acomodação e mesmo de paralisia, pois é certo que as opções das elites tiveram e têm papel fundamental na escolha das formas de inserção e na definição das atitudes e investimentos, acarretando situações cambiantes perigosas e passíveis de fracasso. A análise, todavia, revela que a ABCZ

---

<sup>240</sup> A esse respeito, ver Boschi, Diniz e Santos (2000).

<sup>241</sup> Nessa perspectiva, Uberaba mantém-se como centro de drenagem da renda fundiária, posto que ostenta uma estrutura urbana relativamente requintada, que justifica a implantação de equipamentos que servem à elite, especialmente a vinculada à pecuária moderna.

permanece atuante e com um papel bastante incisivo na pecuária brasileira. A presença de políticos, autoridades e representantes da classe rural, além da tradicional presença do Presidente da República na abertura oficial da ExpoZebu, expressa essa importância<sup>242</sup>. De fato, a elite uberabense tornou-se exitosa, talvez letárgica, ante as novas racionalidades da divisão territorial do trabalho e perdeu posição na hierarquia regional, sendo incapaz de oferecer oportunidades à reprodução ampliada dos capitais locais. Por essa razão, ela assiste à reprodução dos capitais externos, vinculados a vários circuitos espaciais de produção e a nexos exógenos.

Nessas circunstâncias, as especificidades dos processos econômicos levaram a ajustes no quadro da estrutura social, com as antigas lideranças regionais perdendo expressão e com novos atores sociais ganhando projeção, resultando em reajustamentos na estrutura social e nas relações de poder. No Triângulo Mineiro, diante da complexidade da estrutura social, as elites regionais ainda se fazem bastante presentes, porém estão mais ampliadas, pluralizadas e diluídas em seu poder. A elite empresarial é extremamente importante e seu poder deriva do capital, do conhecimento e da informação que detém, da crescente influência e do controle sobre as políticas municipais e entidades de representação dos interesses coletivos, bem como da habilidade direta ou indireta para absorver os sentidos das mudanças.

A despeito das perdas de uma ou de outra elite, as reconfigurações determinaram a emergência de uma nova figura de destaque - o empresário, bem sucedido em suas atitudes e investimentos, bem como ligado a setores empresariais de origem urbana. Dentre esses, destacam-se Alexandrino Garcia e seu filho Luiz Alberto Garcia, da holding Algar, e Alair Martins, do atacadista-distribuidor Martins, que exemplificam processos de ascensão, no caso, por capacidade e mérito individual, como na teoria de Pareto (1984), que sustenta a noção de mobilidade na estrutura social como dado fundamental para a perpetuação das elites. Uma estrutura social mais rígida, como a uberabense, tende a perder, ao longo do tempo, sua capacidade de perpetuação, fragilizando-se diante de possíveis atualizações econômico-sociais, marcadas pela incorporação de atores emergentes, como no caso da elite uberlandense, responsável, na maioria das vezes, por expressivas mudanças na estrutura social e, em consequência, na organização espacial, a exemplo das re-atualizações no segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro.

---

<sup>242</sup> Segundo dados da ABZC, já estiveram presentes na abertura da ExpoZebu os presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Castelo Branco, Emílio Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Apenas Itamar Franco não esteve na feira na condição de presidente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da investigação elaborada e apresentada nos capítulos anteriores, chega-se a um entendimento da problemática em destaque, porém, não se trata de conclusões propriamente, e, sim, de considerações, posto que essas temáticas exigem muitas outras investigações e contribuições, até mesmo no sentido de completar as lacunas deixadas ao longo do percurso desta pesquisa, mas, sobretudo, porque são processos dinâmicos, em constante mudança, com antagonismos latentes, que sugerem descontinuidades. Ademais, ressalta-se que, de modo algum, os conteúdos dos capítulos foram sintetizados nestas considerações, que, simplesmente, amarram os pontos centrais, sem trazer um resumo abreviado, no intuito de evitar as tentadoras simplificações.

A rede urbana brasileira, como aponta Corrêa (2004), vem passando por profundas e intensas transformações que levam a diferenciações expressivas, derivadas não apenas de sua complexidade genética, mas, principalmente, dos processos desiguais de evolução dos seus centros urbanos, quer dizer, da desigual espaço-temporalidade dos processos que sobre ela atuam. Essas transformações atingem, até mesmo, os seus segmentos regionais, a exemplo do Triângulo Mineiro, cujos dados essenciais são a re-diferenciação entre seus principais centros

19 Uberaba e Uberlândia, marcada por uma dialética entre processos de convergência e de divergência, e a conseqüente mudança no padrão espacial da rede, caracterizada por alterações de hierarquia, posto que, diante da re-diferenciação, se obteve também a re-hierarquização. Trata-se, portanto, de mudanças com descontinuidade.

Nesse sentido, o estudo comparativo realizado procurou, com a caracterização de um e de outro centro, desvendar a complexidade desses processos. Ressalta-se que não se tem a pretensão de generalizar os resultados aqui obtidos, já que o que está em destaque é a diversidade de situações singulares, que marca a evolução da rede urbana brasileira, que, mesmo submetida a determinações comuns, reflete trajetórias particulares, em contextos igualmente particulares, responsáveis pela diversidade da rede urbana. Entende-se que, em cada caso concreto, pode ocorrer uma conjunção de situações responsável pelas mudanças, demonstrando a necessidade de estudos empíricos.

As transformações sucessivas do padrão espacial do segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro são bastante ilustrativas no que diz respeito aos contornos gerais que caracterizam os processos de diversificação da rede urbana brasileira, em que novas diferenças e hierarquias impõem-se a cada espaço-tempo, em decorrência das práticas

socioespaciais das elites locais, das grandes corporações e do Estado. Em realidade, tais transformações não são derivadas de um simples resultado inintencional, praticado aleatoriamente por agentes desconhecidos. Antes, ocorrem sob a liderança das elites e as pressões das grandes corporações, com o aval do Estado. Nessa perspectiva, as noções de convergência e divergência, deduzidas da observação empírica como uma decorrência relativamente lógica, são dados que permitem reinterpretar a constituição do espaço e seu complexo processo de funcionamento e de re-atualização, auxiliando não apenas na compreensão dos fatores deflagrantes de uma completa reestruturação da rede urbana regional, que envolveram a desvalorização da posição relativa de Uberaba e a valorização da posição de Uberlândia, mas, sobretudo, na compreensão de quem aciona os processos e qual a natureza de tais processos, que definiram dois espaços-tempos distintos: o espaço-tempo da convergência e o espaço-tempo da divergência, reveladores dos amplos processos de mudança socioespacial, cujas origens, as determinações, as coerências e os efeitos exigiram análise criteriosa. Cumpre ressaltar que a reorganização do espaço não se faz sem contradição e, por essa razão, as noções de convergência e divergência são pertinentes para uma maior inteligibilidade das transformações socioespaciais, posto que dessa dialética entre tendências opostas resulta a síntese dos contrários: a diferenciação espacial. São, portanto, processos intrinsecamente geográficos.

Em cada um desses espaços-tempos, determinadas racionalidades sociais, econômicas e políticas foram predominantes e indicaram a existência de fatores de estancamento e regressão para Uberaba e de ascensão para Uberlândia e, por conseguinte, os movimentos de mudança da rede urbana regional. Valendo enfatizar que a transição de um para outro significou a imposição de novas racionalidades e a redefinição dos atores, que, por sua vez, promoveram a recombinação dos elementos característicos às redes urbanas, re-atualizando o seu padrão espacial. Num primeiro momento, observou-se o predomínio de uma racionalidade local, definida pela atividade pastoril, período em que se destacou a elite uberabense e uma espacialidade gestada a partir desse centro; em seguida, observou-se o momento dos embates entre racionalidades regionais, uma ainda associada à atividade pastoril e outra relacionada com as atividades mercantis, marcados pelos conflitos entre a elite tradicional uberabense e a elite comercial uberlandense, resultando numa espacialidade marcada pela relativa paridade e simetria funcional, bem como pelo revezamento dos comandos; e, finalmente, o momento de diversificação das racionalidades, no qual passaram a atuar atores de escalas distintas, locais, nacionais e internacionais, expresso por uma espacialidade com múltiplos circuitos, orientada por complementaridades e competitividades, bem como por coerências e rupturas, cujos

benefícios foram mais bem aproveitados por Uberlândia, que alargou sua importância tanto em escala regional, quanto em escala nacional<sup>243</sup>, uma vez que sua elite mostrou-se muito mais apta a acolher os imperativos das subseqüentes divisões territoriais do trabalho.

Nessa perspectiva, nota-se que as racionalidades das novas divisões territoriais do trabalho, assim como dos novos agentes que a elas se vincularam, impõem fases consecutivas de estruturação socioespacial parciais ou completas, com continuidades ou com descontinuidades. Portanto, a natureza desses processos depende das demandas dos agentes e de suas respectivas escalas de atuação. A natureza convergente desse processo de evolução socioespacial foi implementada no contexto de ascensão de uma nova elite regional, que se contrapôs à tradicional elite, estabelecendo relações de competição em nível regional, que impuseram processos simultâneos de esvaziamento e de preenchimento; enquanto que a natureza divergente instalou-se quando da consolidação efetiva dessa elite emergente e do relativo declínio da elite tradicional, particularmente pela sua capacidade de adequação ante as mudanças impostas por novas divisões territoriais do trabalho. A postura exitosa da elite uberabense, formalmente organizada em bases tradicionais, acarretou como tendência contrária a ascensão da elite uberlandense, informalmente organizada e sem enraizamentos. De fato, a passagem de um espaço-tempo para outro, com descontinuidade, acontece quando uma nova elite torna-se apta para criar as condições de contornar a competição e de preservá-la sob seu controle.

A contradição, entretanto, não está nos legados histórico-geográficos em si, mas no fato de se revelarem por meio de práticas socioespaciais, que, de um lado, implicam a criação e a manutenção da organização existente, sugerindo continuidades, e, de outro lado, a recriação e o rompimento com essa organização preexistente, indicando descontinuidades que produzem uma diversidade efetiva. Em realidade, o controle torna-se, essencialmente, o controle das diferenças espaciais e são os agentes e suas práticas espaciais que contribuem, decisivamente, para o recriar dessas diferenças, como resultante da assincronia entre os processos convergentes e divergentes. Em realidade, esses atores criam, atualizam e re-atualizam a organização socioespacial, por meio de práticas espaciais que se traduzem pelo controle dos processos que conformam a organização do espaço, orientando-os ora num sentido convergente, ora num sentido divergente. Nesses sentidos, a diferenciação espacial é

---

<sup>20</sup> Um dos fatos mais importantes foi o aumento das escalas e do alcance das redes de poder e de acumulação que permitiram a Uberlândia reorganizar e controlar o segmento da rede urbana regional, bem como inserir-se de maneira diferenciada na rede urbana nacional.

sempre um dado em constante construção, porque a situação convergente é transitória e aparente.

A re-diferenciação resulta, da coexistência relacional e contraditória entre os processos de convergência-divergência, decorrente da dinâmica econômica, política e sociocultural, posto que não existem mecanismos capazes de assegurar a unidade e a igualização, que derivam dos processos estáveis, marcados pela continuidade e pela reiteração das situações postas, sendo a diversidade o resultado mais provável, visto que a descontinuidade, a assincronia e a não-linearidade estão na base dessa dinâmica, que se expressa pelas contradições inerentes ao movimento e à mudança. São tendências opostas, contraditórias, porém combinadas.

A diferenciação espacial resultante é, ao mesmo tempo, manifestação concreta e processo dessa dinâmica contraditória entre os aspectos convergentes e divergentes. De um lado, a diferenciação espacial possui uma reflexividade prático-empírica, pois os conteúdos da diferença na paisagem, no território, no espaço são absolutamente reais, concretos; de outro lado, contém uma reflexividade teórica e metodológica, e, nessa perspectiva, aparece como conceito, como possibilidade analítica e como um elemento próprio à natureza da Geografia, no qual o espaço permanece como categoria fundamental de análise.

De fato, observou-se que a evolução urbana de Uberaba e de Uberlândia foi orientada por tendências contraditórias, o que determinou a re-diferenciação e a conseqüente mudança do padrão espacial desse segmento da rede urbana. Em suma, é uma situação de evolução espacial desigual, orientada por processos de convergência e de divergência, que privilegiam a diferenciação e não a uniformização, demonstrando a instabilidade e a descontinuidade dos eventos no espaço, cujo resultado é a diversidade espacial. Nesse processo de mudança contínua, os contornos regionais foram rapidamente transformados, também no sentido da adaptação, como conseqüência das imposições das intencionalidades dos agentes hegemônicos, atribuindo novos significados às áreas de cerrado. Trata-se, diante da espessura das sucessivas divisões territoriais do trabalho, da cristalização de uma fronteira de modernização.

No Triângulo Mineiro, essas transformações, mediatizadas por uma evolução desigual, resultam dos processos de convergência e divergência entre os principais centros da região. Nesse sentido, os processos de convergência e de divergência respondem por uma evolução urbana desigual, posto que, no intervalo entre um momento e outro, processos de convergência orientaram a evolução dos referidos centros para um ponto comum de confluência, com uma simultânea igualização da importância urbano-regional, caracterizada

por uma breve homogeneidade. A partir desse ponto de confluência, tais centros, orientados por processos divergentes, foram re-diferenciados, tendo suas trajetórias de evolução urbana seguido por direções distintas, visto que Uberlândia manteve o sentido ascendente, enquanto Uberaba o descendente, evidenciando uma reversão dos processos de convergência para processos de divergência. Portanto, a lógica da evolução desigual desse segmento da rede urbana deriva-se, especificamente, das tendências opostas para a homogeneização e para a diferenciação.

No entanto ressalta-se que, ao longo da realização desta pesquisa, várias outras temáticas foram sendo abordadas, algumas foram absorvidas no percurso, outras, mas distantes dos pontos centrais, não foram exploradas, mesmo porque exigiriam pesquisas específicas. De fato, a análise realizada propiciou que outros questionamentos pudessem ser levantados, inclusive, com possibilidade de novas comparações. Assim, visando contribuir com o debate, são sugeridos alguns temas:

Com relação aos pares formados na tese - convergência e divergência, espaço e diferença, e evolução urbana desigual e diferenciação espacial, faz-se necessário ampliar o diálogo com a economia, a socioantropologia e outras ciências, de modo que novas interpretações e novas pesquisas possam permitir re-leituras, tendo como ponto de partida problematizações que envolvam esses pares.

Destacando a temática da rede urbana, novas comparações podem ser efetuadas, pois os processos genético-evolutivos de outros centros triangulinos são passíveis de problematização, a exemplo de Ituiutaba e Patos de Minas, Araxá e Patrocínio, dentre outros. Ademais, merece destaque o papel das cidades pequenas, particularmente no período pós-modernização do campo. E, não menos importante, o papel das cidades médias, atualmente em destaque nos cenários do planejamento e da academia.

Ainda com relação ao temário da rede urbana, pode-se questionar por que meios ou mecanismos os centros de poder tradicionais poderão readquirir e preservar o controle, em qualquer escalão da rede.

A respeito das elites, observam-se muitas lacunas na pesquisa, em especial, com relação às origens, às práticas espaciais e organizacionais, às estratégias políticas e outras.

Com relação ao tema que envolve as corporações, ressalta-se que suscita vários estudos de caso que dêem conta da complexidade espacial, funcional e organizacional dessas corporações, principalmente as de capital local e com projeção nacional, a exemplo da Algar e do Martins. Com atenção para evidenciar a gênese e os sucessivos re-ordenamentos territoriais, que revelam práticas socioespaciais complexas. Não menos

importante, o detalhamento dos papéis exercidos pelas corporações nacionais e globais na gestão do território, inclusive destacando as práticas empreendidas, os encadeamentos produtivos, mercantis e financeiros, os ambientes das redes de poder, como também os demais agentes envolvidos.

Em realidade, são apenas algumas temáticas sobre os processos espaciais no Triângulo Mineiro. Outras, certamente, podem surgir, posto que a tese apresenta muitas lacunas e muitas descrições que exigem um maior esforço reflexivo. Porém, no intuito de não perder os questionamentos centrais, a versão final resulta de cortes e recortes. A presença de muitas notas e de um referencial bibliográfico extenso exprime o processo de enxugamento e, simultaneamente, fornece pistas esclarecedoras, quem sabe provocadoras, para futuras problematizações, posto que a metamorfose continua no segmento da rede urbana do Triângulo Mineiro, os antagonismos entre as elites também prosseguem, as intervenções e o poder das corporações nacionais e globais continuam a manifestar-se... O geógrafo não pode e não deve se intimidar diante dessa realidade complexa, contraditória e provocadora. Como apontou Santos (1994, p.15), é preciso intuir sobre o significado das coisas, reconstruir, incorporar novas realidades e novas idéias, bem como é preciso levar ...em conta o tempo que passa e tudo muda.

## REFERÊNCIAS

ABLER, Ronald; ADANS, John S.; GOULD, Peter. Spatial organization: the geographer's view of the world. New Jersey: Prentice-Hall. 1971. 587p.

ABRAMOVITZ, Moses. Catching up, forging ahead, and falling behind. The Journal of Economic History, Iowa, v. XLVI, n.2, p.385-406, jun.1986.

ALMEIDA, Manoel B. de. A expansão do comércio mundial: implicações sobre a hipótese de convergência. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 18, n.34, p.32-55, set.2000.

ALMEIDA, Manoel B. et al. Padrões de convergência da produtividade do trabalho entre estados brasileiros: uma análise desagregada para a indústria de transformação. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.29, n.2, p.159-174, abr./jun. 1998.

ALMG-ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Uberaba. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/>> Acesso em: 2006.

\_\_\_\_\_. Uberlândia. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/>> Acesso em: 2006.

AMIN, Samir. O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1976. 334p.

ARMSTRONG, H. Trends and disparities in regional GDP per capita in Europe Union, United States and Australia. Brussels, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997. 371p.

ARROYO, María Mônica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.71-85.

AZZONI, Carlos R. Crescimento econômico e convergência das rendas regionais: o caso brasileiro à luz da Nova Teoria do Crescimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXII, 1994, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPEC, v.1, 1994. p.185-205.

BACELAR, Winston K. de A. Os novos mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade. 2003. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.

BAKIS, Henry. Les réseaux et leurs enjeux sociaux. Paris: Presses Universitaires de

France, 1993.

BARBOSA, Waldemar de A. Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p. [1971].

BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. Economic growth. New York: McGrall Hill, 1995. 539p.

BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. Convergence. Journal of Political Economy, Chicago, v.100, n.1, p.223-251, apr.1992.

\_\_\_\_\_. Regional growth and migration: a US and Japan comparison. Journal of the Japanese and International Economies, Tokyo, v.6, n.4, dec.1992a.

BAUMOL, William J. Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. American Economics Review, v.76, n.5, p.1072-1085, dec.1986.

BDI-BANCO DE DADOS INTEGRADOS. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Planejamento, 1993-2006.

BERGSON, Henri. O pensamento e o movente (Introdução). In: Os pensadores: William James e Henri Bergson. São Paulo: Nova Cultural, 1989. [La pensée et le mouvant, 1934].

BERNARDES, Lysia M. C. Hierarquia urbana e polarização no Brasil. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 1968, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1968. p.207-210.

\_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e sua região. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

BÉRTOLA, Luis et al. Tecnologia, convergência e divergência econômica: Argentina e Brasil, 1900-1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXV, 1997, Recife. Anais... Recife: ANPEC, 1997. p.1089-1107.

BESSA, Kelly C. F. O. A diferenciação espacial e as interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. Sociedade & Natureza, Uberlândia: Edufu, ano 16, n.31, p.101-124, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

BESSA, Kelly C. F. O.; SOARES, Beatriz R. Novas espacialidades urbano-regionais perante a expansão do meio técnico-científico-informacional: o exemplo de Uberlândia. Mercator, Fortaleza: EDUFC, ano 2, n.4, p.19-34, ago./dez.2003.

BORIN, Paula. Divisão interurbana do trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG). 2002. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. 2002.

BORTS, George H.; STEIN, Jerome L. Economic growth in a free market. New York: Columbia University Press, 1964. 235p.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. (Org.). Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 117p. (Série Pesquisas, n.18).

BOTTOMORE, Thomas B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 318p.

BOTTOMORE, Thomas B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 135p.

BRANDÃO, Carlos A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1989. 189f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1989.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 251p.

BUNGE. Laudo de avaliação: Bunge Brasil S.A. Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston, maio 2005. 153p.

BUNGE. Laudo de avaliação econômica: Bunge Brasil S.A. Price Water House Coopers, maio 2004. 204p.

BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1990. 192p.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1982. 318p.

CAPEL, Horacio S. Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea. Barcelona: Editorial Barcanova, 1981. 509p.

CARDOSO, J. G. A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil: os caminhos da privatização e os desafios do aprendizado institucional da regulação. 1999. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2000.

CARGILL. Relatório Anual 2005. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/>>. Acesso em: 2006.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CARVALHO, Rosana Areal de. Uberlândia nas décadas de 50 e 60: suporte para o desenvolvimento. 2000. 344f. Doutorado (Tese em História Econômica) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. v. 1.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.

CEMIG. Cemig em números. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/>>. Acesso em: 2005.

CHESNEAUX, Jean. Du passé faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens. Paris: François Maspero, 1976. 191p.

CHINITZ, Benjamin. Contrasts in agglomeration: New York and Pittsburgh. Reading in Urban Economics, Chicago, p.90-99, may.1972.

CHRISTALLER, Walter. Central places in Southern Germany. Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966. 230p.

CLEPS JR., João. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1998.

COELHO, Maria Célia N. A CVRD e o processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás (Pará). In: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Org.). Dez anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p.51-78.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Armazenagem e serviços alfandegários. Disponível em: <<http://www.cvrld.com.br/cvrld.com.br/>>. Acesso em: 2006. (Eadi-Uberlândia).

CORRÊA, Roberto L. Estudos sobre rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. 330p.

\_\_\_\_\_. A rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre uma temática à margem. Cidades, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.65-78, jan./jun.2004.

\_\_\_\_\_. Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Brasil: questões atuais da organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.67-114.

\_\_\_\_\_. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M. E. B. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.359-367.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IX, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, vol. 1, 2001a. p.424-430.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. Território, Rio de Janeiro: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

\_\_\_\_\_. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, n.6, p.43-153, jan./jun.1999.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-318.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

CORREIA, Roberto L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. Sociedade 14 Natureza, Uberlândia: Edufu, ano 7, n.13/14, p.147-150, jan./dez.1995a.

\_\_\_\_\_. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.115-121, jul./set.1992.

\_\_\_\_\_. Corporação e espaço - uma nota. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p.137-145, jan./mar.1991.

\_\_\_\_\_. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1991a. 93p.

\_\_\_\_\_. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

\_\_\_\_\_. Os centros de gestão e seu estudo. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 51, n.4, p.109-119, 1989a.

\_\_\_\_\_. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p.107-124, abr./jun.1988.

\_\_\_\_\_. Centralidade. Subsídios à regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p.177-213.

\_\_\_\_\_. Os estudos de redes urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, ano 29, n.4, p.93-116, out./dez.1967.

CRIHFIELD, John B.; PANGGABEAN, Martin P. H. Growth and convergence in U.S. Cities. Journal of Urban Economics, New York, n.38, p.139-165, 1995.

CTBC TELECOM. Relatório da Administração 2005. Disponível em: <<http://www.ctbctelecom.com.br/>>. Acesso em: 2006.

CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE n.39. El concepto de "formación económico-social". México: Ediciones Pasado y Presente/Siglo XXI Editores, 1973. 248p.

DAVIDOVICH, Fani. Tendências da urbanização no Brasil, uma análise espacial. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 51, n.1, p.73-88, jan./mar.1989.

\_\_\_\_\_. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 49, n.4, p.7-24, out./dez.1987.

\_\_\_\_\_. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 40, n.1, p.51-82, jan./mar.1978.

DAVIDOVICH, Fani; LIMA, Olga Maria B. de. Análise de aglomerações urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 38, n.4, p.106-130, out./dez.1976.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 37, n.1, p.50-84, jan./mar.1975.

DE LONG, J. Bradford. Productivity growth, convergence, and welfare: comment. The American Economic Review. Chicago, v.78, n.5, p.1138-1154, dec.1988.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil e rede de cidades. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano II, n.14, p.141-148, abr.1944.

DHOQUOIS, Guy. La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE n.39. El concepto de "formación económico-social". México: Ediciones Pasado y Presente/Siglo XXI Editores, 1973. p.185-195.

DIAMOND, Jared. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2006. 685p.

DIAS, Victor Pina; FERNANDES, Eduardo. Fertilizantes: uma visão global sintética. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.24, p.09-138, set.2006.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG/PROED, 1981. 256p.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. (Org.). Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p.15-88. (Série Pesquisas, n.18).

DOWBOR, L. A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998. 446p.

DRENNAN, Matthew; TOBIER, Emanuel; LEWIS, Jonathan. The interruption of income convergence and income growth in large cities in the 1980s. Urban Studies, Glasgow, v.33, n.1, p.63-82, feb.1996.

DUPUY, Gabriel. Réseaux territoriaux. Caen: Paradigme, 1988. 286p.

DURKEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1990. 128p.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2003. 400p.

\_\_\_\_\_. Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região metropolitana de Ribeirão Preto (SP). 1996. 294f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 271p.

EXAME. Melhores e maiores: as 500 maiores empresas do Brasil. São Paulo: Editora Abril, jul.2006.

FAINSTEIN, Susan S. Economics, politics and development policy: the convergence of New York and London. International Journal of Urban and Regional Research, Boston, v.14, n.4, p.553-575, dec.1990.

FAISSOL, Esperidião. Urbanização e regionalização – relações com o desenvolvimento econômico. O sistema urbano brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 247p.

\_\_\_\_\_. O sistema urbano brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 35, n.4, out./dez.1973.

\_\_\_\_\_. A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro do desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 34, n.3, p.19-123, jul./set.1972.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp/FDE, 2004. 660p.

FERRARI, Onorina F. A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 51p. (Cadernos de Geociências, n.1).

FERREIRA, A.; DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. Texto para Discussão, Belo Horizonte: Cedeplar, n.78, 1994.

FERREIRA, A.; ELLER JR., Convergência entre a renda per capita dos estados brasileiros. Revista de Econometria, v.16, n.1, p.83-103, 1996.

FERTIBRÁS. Laudo de avaliação. Brasilpar Serviços Financeiros, out.2006. 89p.

FERTIBRÁS. Relatório da Administração. Disponível em: <<http://www.fertibras.com.br/>>. Acesso em: 2005-06.

FIGUEIREDO, Ana T. L; DINIZ, Clélio C. Distribuição regional da indústria mineira. Nova Economia, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.39-69, dez.2000.

FOSFÉRTIL. Relatório Anual 2005. Disponível em: <<http://www.fosfertil.com.br/>>. Acesso em: 2006.

FOSFÉRTIL. Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2005. Disponível em: <<http://www.fosfertil.com.br/>>. Acesso em: 2006.

FRAGOSO, João Luís R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 324p.

FREDRICH, Olga M. B. L.; DAVIDOVICH, Fany. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 44, n.4, p.541-590, out./dez.1982.

FREITAS, P. S.; SAMPAIO, R. C. Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: Departamento de Economia da Universidade Federal e Uberlândia, 1985. 185p.

FRESCA, Tânia Maria. A rede urbana do norte do Paraná. Londrina: Eduel, 2004. 403p.

FRESCA, Tânia Maria. A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. 1990. 281f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1990.

FURTADO, Júnia F. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999. 289p.

GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963. 462p.

GERSCHENKRON, Alexander. Economic backwardness in historical perspective: a book of essays. Cambridge/London: Belknap Press, 1962. 456p. (ver Introdução [p.1-3] e Capítulo 1 - Economic backwardness in historical perspective [p.5-30]).

GIARRATANI, Frank; SOEROSO. A neoclassical model of regional growth in Indonésia. *Journal of Regional Science*, Philadelphia, v.25, n. 3, p.373-382, aug.1985.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 725p.

\_\_\_\_\_. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233p.

\_\_\_\_\_. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. 177p.

GLAESER, Edward L. et al. Economic growth in a cross-section of cities. Cambridge, 1995. (Working Papers Series, n.5013).

GOMES, Paulo César da C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-42.

\_\_\_\_\_. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366p.

\_\_\_\_\_. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.49-76.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Anuário estatístico de Minas Gerais 2000-03. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Anuário estatístico de Minas Gerais 1990-93. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. 760p.

\_\_\_\_\_. Perfil sócio-econômico da Macrorregião de Planejamento V-Alto Paranaíba. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1994. 106p. (volume IV).

\_\_\_\_\_. Perfil sócio-econômico da Macrorregião de Planejamento IV-Triângulo. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1994a. 112p. (volume IV).

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Anuário estatístico de Minas Gerais 1983-84. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/Superintendência de Estatística e Informações, 1985. 647p.

GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

GREEN, Howard. Hinterland boundaries of New York city and Boston in southern New England. *Readings in Urban Geography*, Chicago, p.185-201, oct.1959.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Grahlan. (Org.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.90-122.

\_\_\_\_\_. Areal differentiation and post-modern human geography. In: GREGORY, Derek; WALFORD, Rex. *Horizons in human geography*. London: Macmillan Education, 1989. p.67-96.

GRUPO ALGAR. Relatório Anual - Algar 2005. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2006.

GRUPO MARTINS. Relatório Anual 2005. Disponível em: <<http://www.martins.com.br/>>. Acesso em: 2006.

GUIMARÃES, Eduardo N. Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. Uberlândia: Edufu, 1990. 224p. (Tese e Dissertações-Publicação do Departamento de Economia da UFU).

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol.3, n.2, p.318-373, abr./jun.1941.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

\_\_\_\_\_. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, XXII, 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AGB-Porto Alegre/Fundação Universidade de Rio Grande/Fapergs, 2003. 19-38.

\_\_\_\_\_. Territórios alternativos. Niterói: Eduff/São Paulo: Contexto, 2002. p.186.

\_\_\_\_\_. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*, Niterói, ano 1, n.1, p.15-39, jun.1999.

HÄGERSTRAND, Torsten. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. 334p. (Original é de 1953, em sueco: *Innovations-forloppet ur Korologist synpunkt*).

HAKANSON, Lars. Towards a theory of location and corporate growth. In: Hamilton, F. E. I.; Linge, G. J. R. (Org.). *Spatial analysis, industry and the industrial environment*. New York: John Wiley & Sons, 1979. p.115-138.

HARTSHORNE, Richard. The nature of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, n.XXIX, p.173-658, 1939.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382p.

\_\_\_\_\_. *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge (USA)/Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1996. 468p.

HARVEY, David. *The limits to capital*. Chicago: Basil Blackwell Publisher, 1982. 478p.

\_\_\_\_\_. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

\_\_\_\_\_. *Explanation in geography*. Londres: Edward Arnold, 1969. 521p.

HOBBSAWN, Eric. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (t.1, v.1).

HYMER, Stephen H. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 118p.

IBGE-INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@ - Uberaba*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em: 2005-2006.

\_\_\_\_\_. *Cidades@ - Uberlândia*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em: 2005-2006.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico, 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: 2006.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-1991.

\_\_\_\_\_. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (v.1).

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183p.

\_\_\_\_\_. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975-1980.

\_\_\_\_\_. *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas - 1968*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_. *Uberlândia-Minas Gerais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. p.23. (Coleção de Monografias n.487).

\_\_\_\_\_. *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 208p.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. *Uberlândia-Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p.19 (Coleção de Monografias n.48).

IPEA-IBGE-NESUR. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA-IBGE-NESUR, 1999.

ISNARD, Hildebert. Espace et temps en Géographie. Annales de Géographie, Paris, n.525, p.534-545, 1985.

JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XX século. Rio de Janeiro: Editora Gomes, Irmão & Co, 1911.

KAFKALAS, Grigoris. Location of production and forms of spatial integration: theoretical considerations and some examples from the non-fuel mineral sector. International Journal of Urban & Regional Research, Oxford, v.9, n.2, p.233-253, 1985.

KELLER, Suzane. O destino das elites. Rio de Janeiro: Forense, 1963.

LACOSTE, Yves. Unité et diversité du tiers monde. Paris: François Maspero, 1980. 203p. (v.3).

LEFÈBVRE, Henri. Espacio y política: el derecho a la ciudad. Barcelona: Ediciones Península, 1976. 157p.

LELOUP, Yves. Tipos de aglomerações e hierarquia das cidades de Minas Gerais. Boletim Mineiro de Geografia, Belo Horizonte, ano III, n.4 e 5, p.15-28, 1962.

LÊNIN, Vladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p.

LIPIETZ, Alan. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1987. 209p.

LOURENÇO, Luís Augusto B. A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861). 2002. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2002.

LUCAS JR., Robert E. On the mechanics of development planning. Journal of Monetary Economics, Chicago, v.22, n.1, p.3-42, jul.1988.

LUKÁCS, George. Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 298p.

LUPORINI, Cesare. Dialética marxista e historicismo. In: CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE n.39. El concepto de "formación económico-social". México: Ediciones Pasado y Presente/Siglo XXI Editores, 1973. p.162-166.

MACHADO, Lia O. A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, 1993, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 1993. p.83-88.

MADDISON, Angus. Phases of capitalist development. Oxford: Oxford University Press, 1982. 273p.

MAGNANINI, R. L. C. As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.85-121, 1971.

MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. Slow convergence? The New Endogenous Growth Theory and regional development. *Economic Geography*, Worcester, v.74, n.3, p.201-227, jul.1998. (Traduzido p/ o português: \_\_\_\_\_. *Convergência lenta? A Nova Teoria do Crescimento Endógeno e o desenvolvimento regional*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIV, n.1, p.15-50, 2000).

MARTINS, Humberto E. P. Distribuição da indústria no espaço urbano: um estudo de Uberlândia no período recente. 1996. 159f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço Urbano) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Formações pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 138p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 138p.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991. 143p.

MASSEY, Dorreen. *Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production*. London: Macmillan Publishers, 1984. 339p.

\_\_\_\_\_. Regionalism: some current issues. *Capital and Clas Review*, London, n.6, 1978. (traduzido p/ o português: \_\_\_\_\_. *Regionalismo: alguns problemas atuais*. Espaço e Debates, São Paulo, ano 1, n.4, p.50-83, dez.1981.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro/Bolsa de Publicação do Município de Uberaba, 1974. 296p.

MENDOZA, Josefina G.; JIMÉNEZ, Julio M.; CANTERO, Nicolás O. *El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982. 545p.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialismo, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. 505p.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. 421p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Portos Secos*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Eadi.htm>>. Acesso em: 2006.

MONBEIG, Pierre. *Uma viagem de São Paulo a Goiânia - estudo sobre as zonas de influência paulista*. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n.79, p.737-739, 1949.

\_\_\_\_\_. *O estudo geográfico das cidades*. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano 1, n.7, p.7-29, out.1943.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a Geografia. *Geographia*, Niterói, ano 1, n.1, p.41-58, jun.1999.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: *Sociologia Política*. Amaury de Souza (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas: Editora da Unicamp, 1982. 631p.

NOVACK, George; TROTSKY, León; MORENO, Nahuel. *La ley del desarrollo desigual y combinado*. Cidade do México: Ediciones Quinto Sol, 1981.122p.

OFFNER, Jean-Marc; PUMAI, Denise. *Reseaux e territoires: significations croisées*. Paris: L'Aube, 1996.

OLIVEIRA, A. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. 219p.

PALACIN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos: colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995. 125p.

PARETO, Vilfredo. Vilfredo Pareto: sociologia. José Albertino Rodrigues (Org.). São Paulo: Ática, 1984. 191p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 43).

PEET, Richard. Milton Santos no exílio: os anos de setenta. In: SOUZA, Maria Adélia A. (Org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucutec, 1996. p.164-168.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995. 396p.

PEZZUTTI, Pedro. *Município de Uberlândia: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. 341p.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 897p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 408p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

REVISTA UBERLÂNDIA ILUSTRADA. Uberlândia, 1939-1955.

REZENDE, Eliane M. M. de. *Uberaba 1811-1910: uma trajetória sócio-econômica*. Uberaba: Arquivo público de Uberaba, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 257p. (Estudos de Antropologia da Civilização).

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (Estudos de Antropologia da Civilização II).

RNT-REVISTA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. São Paulo: Advanstar Editora e Comunicações, ano 20, n. 232A, dez.1998.

ROMER, Paul M. The origins of endogenous growth. The Journal of Economic Perspectives, Stanford, v. 8, n.1, p.3-22, 1994.

SALA-I-MARTIN, Xavier X. The classical approach to convergence analysis. The Economic Journal, Cambridge, v.106, n.437, p.1019-1036, jul.1996.

SAMPAIO, Antônio B. Uberaba: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro/Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971. 404p.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Espacio, economía y sociedad. Madrid, Siglo Veintiuno, 1991. 338p.

SANTOS FILHO, M. O processo de urbanização no Oeste Baiano. Recife: Sudene, 1989. 281p.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

\_\_\_\_\_. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território, Rio de Janeiro, n.6, p.5-20, jan./jun.1999.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

\_\_\_\_\_. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994a. 145p.

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 147p.

\_\_\_\_\_. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

\_\_\_\_\_. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979. 152p.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. 345p.

\_\_\_\_\_. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo: Hucitec, 1978. 113p.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.

\_\_\_\_\_. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p.78-92, out./dez. 1967.

SANTOS, Milton. Aspectos geográficos da concorrência entre os diversos meios de transporte na zona cacauífera da Bahia. Boletim Baiano de Geografia, ano I, n.1, 1960.

\_\_\_\_\_. Zona do cacau. Salvador: Cia. Editora Nacional, 1957. (Coleção Brasileira, série 5, v.296).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190p.

\_\_\_\_\_. A cidade global. In: LAVINAS, Lena.; CARLEIAL, Liana. M. F.; NABUCO, Maria. R. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. (Org.). São Paulo: Hucitec, 1993. p.187-202.

SERENI, Emílio. La categoría de "formación económico-social". In: CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE n.39. El concepto de "formación económico-social". México: Ediciones Pasado y Presente/Siglo XXI Editores, 1973. p.55-95.

\_\_\_\_\_. De Marx a Lenin: la categoría de formación económico-social. Quaderni Critica Marxista, Roma, n. 4, p.29-79, 1970.

SHACHAR, A. A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H.; SILVEIRA, Carmen B. (Org.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação, 1983. p.75-97.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003. 222p.

SILVEIRA, Marco Antônio. O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997. 203p.

SILVEIRA, Maria L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Território, Rio de Janeiro, ano IV, n.6, jan./jun. 1999. p.21-28.

\_\_\_\_\_. Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: Fapesp/Laboplan-USP, 1999. 488p.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 378p.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p. [Uneven development, 1984].

SOARES, Beatriz R. Uberlândia: da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado" - imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

SOARES, Beatriz R. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. 1988. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990./Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. 206p.

SOJA, Edward W. The spatiality of social life: towards a transformative retheorization. In: GREGORY, Derek; URRY, John. Social relations and spatial structures. London: Macmillan, 1985. p.90-127.

\_\_\_\_\_. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H.; SILVEIRA, Carmen B. (Org.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1983. p.22-74.

SOLOW, Robert. Contribution to the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. LXX, n.1, p.65-94, feb.1956.

SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 568p.

TAAFFE, Edward J. A visão espacial em conjunto. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano 34, n.247, p.5-27, out./dez. 1975.

TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, 1970. 544p.

TEXIER, Jacques. Desabcuertos sobre la definición de los conceptos. In: CUADERNOS DE PASADO Y PRESENTE n.39. El concepto de "formación económico-social". México: Ediciones Pasado y Presente/Siglo XXI Editores, 1973. p.190-195.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Grahlan. (Org.). Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.215-247.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999. 387p.

TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Bauru: Edusc, 1998. 109p.

\_\_\_\_\_. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1997. 431p.

TROTSKY, León. Particularidades en el desarrollo de Rusia. In: NOVACK, George; TROTSKY, León; MORENO, Nahuel (Org.). La ley del desarrollo desigual y combinado. Cidade do México: Ediciones Quinto Sol, 1981. p.79-103.

UBERABA EM DADOS. Uberaba: Prefeitura Municipal de Uberaba, 2006.

UBERLÂNDIA. A grande razão. Uberlândia: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, [1982?].

UBERLÂNDIA-92. Os números do desenvolvimento. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Planejamento, 1992.

URRY, John. Social relations, space and time. In: GREGORY, Derek; URRY, John. Social relations and spatial structures. London: Macmillan, 1985. p.20-48.

VELTZ, Pierre. Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago. Barcelona: Editorial Ariel, 1999. 254p. [Mondialisation, villes et territoires : l'économie d'archipel, 1996].

VIEIRA PINTO, M. M. Núcleos urbanos. In: GALVÃO, Marília V. (Org.). Geografia do Brasil. Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1960. p.301-334. (v.1/Série A).

WALKER, Richard A. Two sources of uneven development under advanced capitalism: spatial differentiation and capital mobility. The Review of Radical Political Economics, New York, v.10, n.3, p.28-36, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 143p.

WATSON, J. W. Geography - a discipline in distance. Scottish Geographical Magazine. Edinburgh, v.7, n.1, p.1-13, 1955.

WHITE, Leslie. The evolution of culture. The development of civilization to the fall of Rome. Nova York: McGraw-Hill, 1959. 378p.

WILLIAMSON, J. G. Regional inequalities and the process of national development. Economic Development and Cultural Change, Chicago, n.13, p.1-84, 1965.

#### Páginas Institucionais

ABCZ. Disponível em: <<http://www.abcz.org.br/>>. Acesso em: 2006.

ABIQUIM. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/>>. Acesso em: 2006.

ABS Pecplan. Disponível em: <<http://www.abspecplan.com.br/>> Acesso em: 2006.

Banco Central do Brasil-Sisbacen. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/SISBACEN>>. Acesso em: 2006. (2001-2005).

Black&Decker do Brasil. Disponível em: <<http://www.blackanddecker.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Black&Decker Global. Disponível em: <<http://www.bdhobby.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Braspelco. Disponível em: <<http://www.braspelco.com.br/>>. Acesso em: 2006.

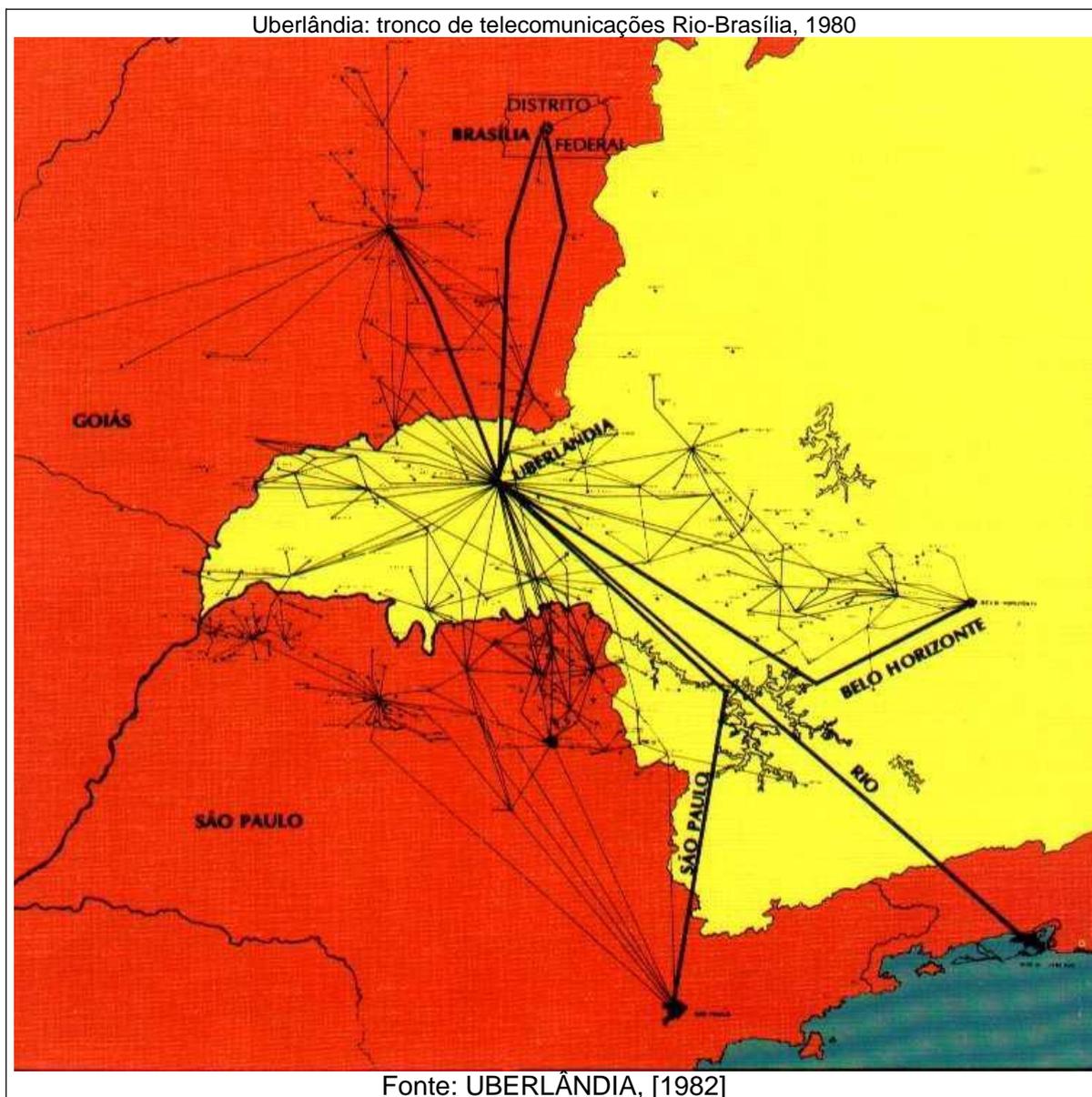
- Bunge Brasil. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Bunge Fertilizantes. Disponível em: <<http://www.bungefertilizantes.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Cargill Agrícola. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Cargill Agrícola. Disponível em: <<http://www.cargillsoja.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Casemg. Disponível em: <<http://www.casemg.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Cemig. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- CTBC Telecom. Disponível em: <<http://www.ctbctelecom.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- DaGranja. Disponível em: <<http://www.dagranja.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Eadi-Uberaba. Disponível em: <<http://www.eadiuberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Fertibrás. Disponível em: <[www.fertibras.com.br/](http://www.fertibras.com.br/)>. Acesso em: 2005.
- Fosfértil. Disponível em: <<http://www.fosfertil.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Grupo Algar. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Grupo Arcom. Disponível em: <<http://www.arcom.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Grupo Martins. Disponível em: <<http://www.martins.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Grupo Peixoto. Disponível em: <<http://www.peixoto.com.br//>>. Acesso em: 2006.
- Infraero. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/>>. Acesso em: 2006.
- IPEADATA. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 2006.
- Lojas Mig. Disponível em: <<http://www.lojasmig.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Nova Índia Genética. Disponível em: <<http://www.novaindia.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Policard. Disponível em: <<http://www.policard.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Prefeitura de Uberaba. Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br/>>. Acesso em: 2006
- Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 2006.
- Revista Teleco. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Rezende Alimentos. Disponível em: <<http://www.rezendealimentos.com.br/>>. Acesso em: 2006.
- Satipel. Disponível em: <<http://www.satipel.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Valecard. Disponível em: <<http://www.valecard.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Valmont Uberaba. Disponível em: <<http://www.pivotvalley.com.br/>>. Acesso em: 2006.

Yara Brasil Fertilizantes (Fertibrás). Disponível em: <<http://www.adubostrevo.com.br/>>. Acesso em: 2006.

## ANEXO 1



## ANEXO 2



## ANEXO 3



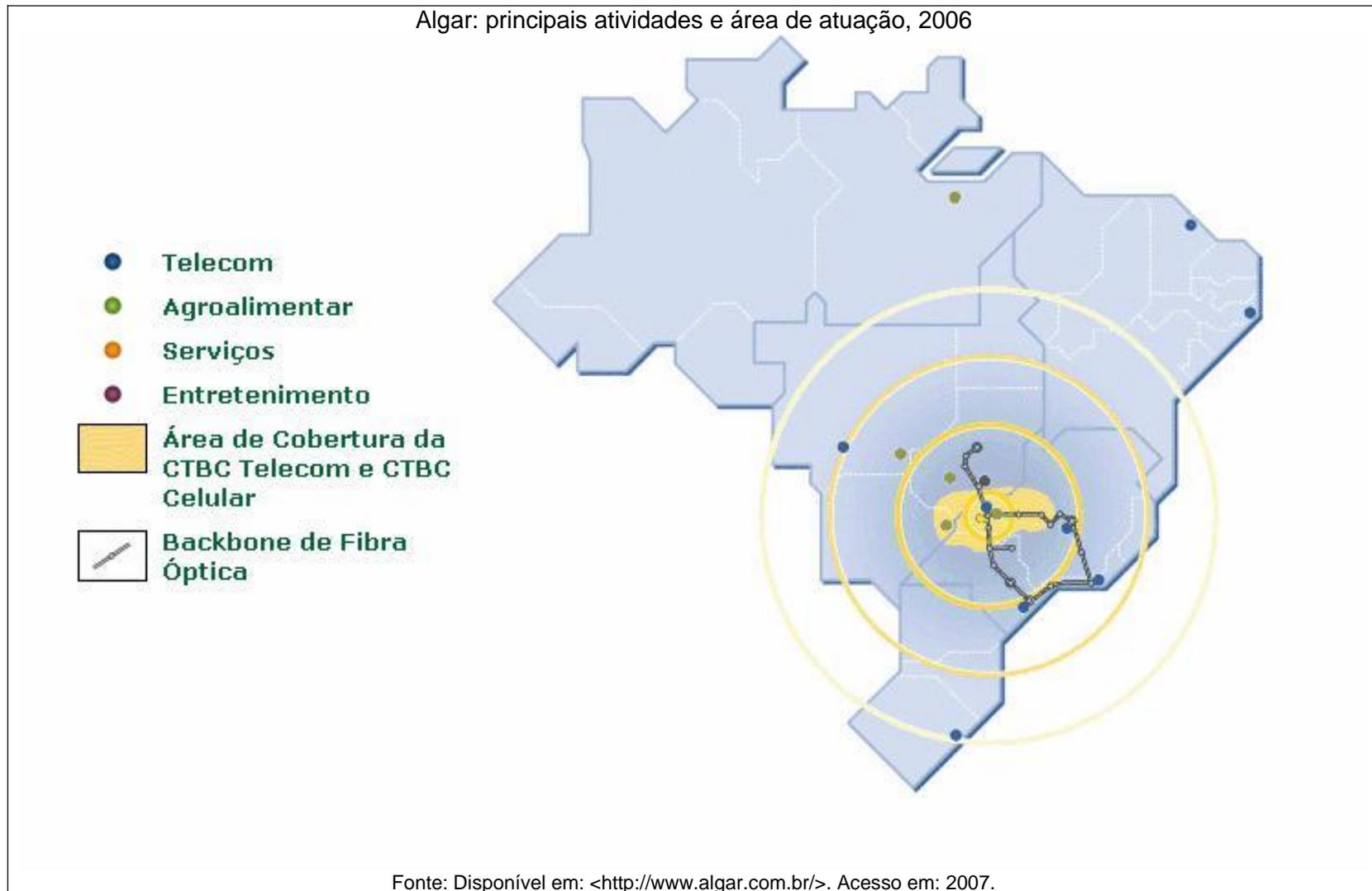
## ANEXO 4

Plano Geral de Outorgas do serviço telefônico fixo

## ANEXO 5

Áreas de concessão para prestação de serviço móvel celular

## ANEXO 6



## ANEXO 7 - Triângulo Mineiro: dados demográficos, 1970-2000

Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos municípios com faixa de tamanho populacional até 20.000 habitantes, 1970-2000 (Continua)

Cidades	1970	1980	Evolução 1970- 80 (%)	1991	Evolução 1980- 91 (%)	2000	Evolução 1991- 00 (%)	Evolução total 1970-00 (%)
Abadia dos Dourados	10.077	8.092	-19,7	6.494	-19,7	6.447	-0,7	-36,0
Água Comprida	3.234	1.977	-38,9	1.814	-8,2	2.185	20,5	-32,4
Araporã*	-	-	-	-	-	5.307	-	-
Arapuá	4.508	3.496	-22,4	3.102	-11,3	2.742	-11,6	-39,2
Cachoeira Dourada	4.305	2.361	-45,2	2.283	-3,3	2.306	1,0	-46,4
Campina Verde	21.940	21.677	-1,2	20.057	-7,5	18.985	-5,3	-13,5
Campo Florido	4.881	5.130	5,1	4.508	-12,1	5.325	18,1	9,1
Campos Altos	8.687	10.613	22,2	11.005	3,7	12.815	16,4	47,5
Canápolis	9.777	7.142	-27,0	15.912	122,8	10.638	-33,1	8,8
Capinópolis	14.280	13.286	-7,0	15.061	13,4	14.371	-4,6	0,6
Carneirinho*	-	-	-	-	-	8.912	-	-
Cascalho Rico	3.403	2.517	-26,0	2.630	4,5	2.623	-0,3	-22,9
Centralina	3.977	11.376	186,0	13.811	21,4	10.212	-26,1	156,8
Comendador Gomes	3.671	3.263	-11,1	2.961	-9,3	2.843	-4,0	-22,6
Conceição das Alagoas	12.024	13.639	13,4	14.041	2,9	17.174	22,3	42,8
Conquista	7.682	7.390	-3,8	7.046	-4,7	6.106	-13,3	-20,5
Cruzeiro da Fortaleza	2.975	2.723	-8,5	3.072	12,8	3.785	23,2	27,2
Delta*	-	-	-	-	-	4.984	-	-
Douradoquara	3.194	2.193	-31,3	1.573	-28,3	1.785	13,5	-44,1
Estrela do Sul	8.524	7.562	-11,3	7.217	-4,6	6.881	-4,7	-19,3
Fronteira*	5.322	7.145	34,3	7.894	10,5	8.944	13,3	68,1
Grupiara	2.173	1.422	-34,6	1.265	-11,0	1.371	8,4	-36,9
Guimarânia	5.417	5.515	1,8	5.738	4,0	6.385	11,3	17,9
Gurinhata	14.120	9.251	-34,5	7.643	-17,4	6.880	-10,0	-51,3
Indianópolis	3.891	3.734	-4,0	4.865	30,3	5.387	10,7	38,4
Ipiaçu	6.865	4.403	-35,9	4.122	-6,4	4.027	-2,3	-41,3
Iraí de Minas	3.580	3.527	-1,5	4.475	26,9	5.883	31,5	64,3

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2001.

\* Municípios emancipados entre 1991-1997.

Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos municípios com faixa de tamanho populacional até 20.000 habitantes, 1970-2000 (Conclusão)

Cidades	1970	1980	Evolução 1970- 80 (%)	1991	Evolução 1980- 91 (%)	2000	Evolução 1991- 00 (%)	Evolução total 1970-00 (%)
Itapagipe	13.644	11.752	-13,9	11.205	-4,7	11.811	5,4	-13,4
Lagoa Formosa	19.180	18.520	-3,4	15.951	-13,9	16.300	2,2	-15,0
Limeira do Oeste*	-	-	-	-	-	6.173	-	-
Matutina	5.078	4.229	-16,7	3.759	-11,1	3.835	2,0	-24,5
Monte Alegre de Minas	14.687	15.359	4,6	17.839	16,1	17.987	0,8	22,5
Nova Ponte	6.261	5.373	-14,2	10.158	89,1	9.480	-6,7	51,4
Pedrinópolis	2.472	3.676	48,7	4.387	19,3	3.352	-23,6	35,6
Perdizes	9.973	9.406	-5,7	10.730	14,1	12.345	15,1	23,8
Pirajuba	2.151	3.006	39,7	3.110	3,5	2.740	-11,9	27,4
Planura	7.372	8.237	11,7	7.307	-11,3	8.304	13,6	12,6
Pratinha	3.359	2.582	-23,1	2.501	-3,1	2.882	15,2	-14,2
Rio Paranaíba	7.590	10.812	42,5	9.463	-12,5	11.520	21,7	51,8
Romaria	1.963	2.917	48,6	3.392	16,3	3.722	9,7	89,6
Santa Juliana	5.508	6.134	11,4	7.828	27,6	8.074	3,1	46,6
Santa Rosa da Serra*	4.957	4.999	0,8	2.870	-42,6	3.106	8,2	-37,3
Santa Vitória	19.635	20.174	2,7	16.580	-17,8	16.299	-1,7	-17,0
São Francisco de Sales	6.774	4.552	-32,8	4.937	8,5	5.279	6,9	-22,1
Serra do Salitre	5.660	6.445	13,9	7.969	23,6	9.416	18,2	66,4
Tapira	3.206	2.830	-11,7	2.972	5,0	3.324	11,8	3,7
Tiros	12.844	10.013	-22,0	8.643	-13,7	7.562	-12,5	-41,1
União de Minas*	-	-	-	-	-	4.637	-	-
Veríssimo	4.110	3.461	-15,8	2.995	-13,5	2.575	-14,0	-37,3
<b>Total</b>	<b>324.931</b>	<b>313.911</b>	<b>-3,4</b>	<b>323.185</b>	<b>3,0</b>	<b>356.026</b>	<b>10,1</b>	<b>9,5</b>

Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos municípios com faixa de tamanho populacional até 20.000 habitantes, 1970-2000 (continua)

Cidades	1970	1980	1991	2000
Abadia dos Dourados	19,9	38,1	54,1	60,9
Água Comprida	23,6	39,0	56,9	66,8
Araporã*	-	-	-	90,8
Arapuá	22,5	29,3	48,0	62,5
Cachoeira Dourada	47,6	64,4	75,6	86,5
Campina Verde	37,3	54,1	67,2	70,2
Campo Florido	34,4	40,0	60,7	58,9
Campos Altos	69,5	81,5	89,6	90,6
Canápolis	34,5	380,8	63,9	84,7
Capinópolis	47,9	76,1	87,5	91,2
Carneirinho*	-	-	-	61,9
Cascalho Rico	22,1	28,8	37,3	45,1
Centralina	65,2	79,8	80,4	91,3
Comendador Gomes	18,0	20,3	28,9	41,3
Conceição das Alagoas	45,2	69,8	79,3	84,0
Conquista	41,9	53,7	65,2	77,9
Cruzeiro da Fortaleza	52,9	61,6	80,5	84,6
Delta*	-	-	-	92,0
Douradoquara	26,2	38,9	52,2	63,4
Estrela do Sul	36,5	46,6	52,4	73,2
Fronteira*	49,6	76,2	79,4	77,2
Grupiara	33,2	60,9	75,9	84,2
Guimarânia	40,2	56,4	68,9	78,5
Gurinhata	7,1	20,2	35,5	41,2
Indianópolis	30,9	44,7	54,5	59,5
Ipiaçu	34,6	76,5	83,8	87,2
Iraí de Minas	13,9	34,0	55,3	78,1
Itapagipe	21,7	39,7	50,4	59,2
Lagoa Formosa	22,3	39,5	54,1	66,6

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2001.

\* Municípios emancipados entre 1991-1997.

Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos municípios com faixa de tamanho populacional até 20.000 habitantes, 1970-2000 (conclusão)

Cidades	1970	1980	1991	2000
Limeira do Oeste*	-	-	-	59,7
Matutina	31,1	48,3	63,0	71,8
Monte Alegre de Minas	38,8	53,9	66,0	70,4
Nova Ponte	36,8	55,3	42,8	79,5
Pedrinópolis	34,0	57,5	68,2	85,1
Perdizes	14,7	30,1	42,5	57,8
Pirajuba	67,4	58,2	74,3	78,6
Planura	69,0	74,0	92,0	94,9
Pratinha	29,0	42,4	47,5	56,8
Rio Paranaíba	24,9	36,8	47,9	53,8
Romaria	58,7	78,2	70,7	71,1
Santa Juliana	40,7	60,5	76,5	82,1
Santa Rosa da Serra*	27,9	46,6	55,1	60,0
Santa Vitória	27,7	63,9	73,5	76,5
São Francisco de Sales	21,1	36,4	56,3	65,1
Serra do Salitre	30,7	46,9	61,7	70,3
Tapira	19,0	35,6	56,4	66,6
Tiros	21,2	37,0	48,6	63,8
União de Minas*	-	-	-	49,0
Veríssimo	20,6	34,5	43,9	57,2
<b>Total</b>	<b>33,3</b>	<b>53,9</b>	<b>64,2</b>	<b>72,6</b>

Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos municípios com faixa de tamanho populacional entre 20.001 e 100.000 habitantes, 1970-2000

Cidades	1970	1980	Evolução 1970- 80 (%)	1991	Evolução 1980- 91 (%)	2000	Evolução 1991- 00 (%)	Evolução total 1970-00 (%)
Araxá	35.676	44.666	25,2	69.858	56,4	78.848	12,9	121,0
Carmo do Paranaíba	25.978	25.921	0,2	27.355	5,5	29.442	7,6	13,3
Coromandel	20.098	22.056	9,7	24.929	13,0	27.432	10,0	36,5
Frutal	30.669	35.053	14,3	41.416	18,2	46.577	12,5	51,9
Ibiá	16.782	16.507	1,6	18.305	10,9	21.054	15,0	25,5
Ituiutaba	64.656	75.919	17,4	84.581	11,4	88.823	5,0	37,4
Iturama	42.644	48.525	13,8	45.642	-5,9	28.813	-36,9	32,4
Monte Carmelo	20.417	27.457	34,5	34.703	26,4	43.894	26,5	115,0
Patrocínio	35.578	45.395	27,6	60.561	33,4	73.060	20,6	105,4
Prata	18.501	19.873	7,4	24.631	23,9	23.424	-4,9	26,6
Sacramento	22.811	19.256	15,6	20.338	5,6	21.301	4,7	6,6
São Gotardo	18.223	17.586	3,5	19.699	12,0	27.618	40,2	51,6
Tupaciguara	25.127	25.685	2,2	26.561	3,4	23.123	-12,9	8,0
Total	377.160	423.899	12,4	498.579	17,6	533.409	7,0	41,4

Fonte: FBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2001.

Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos municípios com faixa de tamanho populacional entre 20.001 e 100.000 habitantes, 1970-2000

Cidades	1970	1980	1991	2000
Carmo do Paranaíba	42,5	62,6	74,1	82,4
Coromandel	37,4	57,6	66,1	73,9
Frutal	57,9	70,1	80,2	83,8
Ibiá	63,3	72,5	79,2	82,5
Ituiutaba	72,9	87,8	92,5	94,1
Iturama	15,1	48,6	69,3	93,1
Monte Carmelo	65,8	80,6	85,1	87,1
Patrocínio	60,2	70,3	77,7	86,2
Prata	42,9	44,1	53,1	72,4
Sacramento	40,1	56,2	66,7	74,5
São Gotardo	47,3	72,2	83,9	92,4
Tupaciguara	53,3	69,6	75,5	89,2
Araxá	88,4	96,1	97,2	98,4
Total	54,6	72	80,6	87,9

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização BESSA, 2001.

## Triângulo Mineiro: evolução demográfica dos municípios com faixa de tamanho populacional acima de 500.000, 1970-2000

Cidades	1970	1980	Evolução 1970- 80 (%)	1991	Evolução 1980- 91 (%)	2000	Evolução 1991- 00 (%)	Evolução total 1970-00 (%)
Araguari	63.368	85.290	34,6	91.202	6,9	101.935	11,8	60,9
Patos de Minas	76.211	88.802	16,5	102.766	15,7	123.708	20,4	62,3
Uberaba	124.490	202.710	62,8	211.356	4,3	251.159	18,8	101,8
Uberlândia	124.895	241.180	93,1	366.729	52,1	500.488	36,5	300,7
Total	388.964	617.982	58,9	772.053	24,9	977.290	26,6	151,3

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2001.

## Triângulo Mineiro: taxas percentuais de urbanização dos municípios com faixa de tamanho populacional acima de 500.000, 1970-2000

Cidades	1970	1980	1991	2000
Araguari	78,5	88,9	89,9	91
Patos de Minas	58,9	73,5	84,9	89,9
Uberaba	87	91,6	94,7	96,9
Uberlândia	89,4	96,1	97,6	97,6
Total	80,9	90,5	94,2	95,7

Fonte: FIBGE, 1970-2000. Organização: BESSA, 2001.

## ANEXO 8

Uberlândia: interações espaciais e níveis de centralidade, 1987

